Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-graduação em Geografia Humana

ANDERSON PEREIRA DOS SANTOS

Modernização Periférica e Agricultura: crise agrária e contradição campo/cidade no Oeste Paulista – Itápolis (1940-1970)

(versão corrigida)

São Paulo
2019

ANDERSON PEREIRA DOS SANTOS

Modernização Periférica e Agricultura: crise agrária e contradição campo/cidade no Oeste Paulista – Itápolis (1940-1970).

(versão corrigida)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237m

Santos, Anderson Pereira dos
Modernização Periférica e Agricultura: crise agrária e contradição campo/cidade no Oeste Paulista – Itápolis (1940-1970) / Anderson Pereira dos Santos ; orientador Anselmo Alfredo. - São Paulo, 2019.
204 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Modernização Periférica. 2. Itápolis-SP. 3. Reprodução crítica do capital. 4. cafeicultura. 5. modernização do campo. I. Alfredo, Anselmo, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Anderson Pereira dos Santos

Data da defesa: 16 / 12 / 19

Nome do Prof. (a) orientador (a): Anselmo Alfredo

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 08 / 03 / 2020

(Assinatura do (a) orientador (a)

Ficha de Aprovação

Autor: Anderson Pereira dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

Título: *Modernização Periférica e Agricultura: crise agrária e contradição campo/cidade no Oeste Paulista – Itápolis (1940-1970).*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovado em: 16/12/2019

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a)._____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof(a). Dr(a)._____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof(a). Dr(a)._____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof(a). Dr(a)._____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Aos meus avós:

Irinéia, Isabel, Arcelino e Jorge.

Agradecimentos

Agradeço aos meus avós Irinéia, Isabel, Arcelino e Jorge, que já partiram, mas que, na minha infância, me contavam as histórias da vida simples no campo. Da vida no Sertão, à migração para o Norte do Paraná e depois para São Paulo, do trabalho na roça do café...em todos os momentos que estive dedicado à esta dissertação, a lembrança destas histórias estiveram presentes.

Agradeço à minha mãe, minha inspiração, quem me ensinou a caminhar e quem sempre me incentivou. Com você aprendi a não me calar frente às injustiças sociais.

Agradeço ao meu pai, homem forte e correto. Caseiro, boia-fria, pedreiro...me ensinou sobre a vida difícil na roça e sobre o trabalho.

Agradeço às minhas irmãs, Eliane, Jaqueline e Janaíne, pela preocupação e atenção que me dispenderam no decorrer de mais de doze anos em que estive por São Paulo.

Agradeço ao Lucas Marques pelos diversos momentos que esteve ao meu lado.

Agradeço ao professor Anselmo pela orientação dedicada, pela compreensão nos momentos em que me faltava tempo e por ter me apresentado à Marx.

Agradeço aos amigos Renan Carlos e Rita de Cássia Santos, que contribuíram diretamente na realização deste trabalho, mas também à Bruna, Daniele, Hyanna, Karine, Luiz, Sheila, Taiguara, Valério, Saulete, entre outros, por todos os anos de amizade.

Agradeço aos meus amigos do “Grupo de Estudos sobre O Capital de Karl Marx”: Anselmo, Talita, Walid, Rinaldo, Sílvo, pelas discussões acaloradas sobre Marx, Hegel, Adorno, mas também sobre crise, golpe e manifestações.

Agradeço à Universidade de São Paulo e aos professores do Departamento de Geografia, por minha formação.

Resumo

Nesta pesquisa, buscaremos analisar o Oeste Paulista como realidade periférica particular que se reproduz no interior do capitalismo em sua fase monopolista-financeira, colocando em evidência e examinando as suas contradições. Isso nos levou a considerar a modernização desta realidade periférica na sua necessária relação com as contradições imanentes à reprodução mundial do capital. Reconhecendo a simultaneidade entre centro e periferia, ressaltamos a condição tributária da periferia em relação à potência produtiva do trabalho no centro da economia mundial. Ao considerar a periferia como simultaneidade ao centro, ou seja, regida pela valorização do valor a nível mundial, buscaremos analisá-la a partir da relação centro-periferia, portanto, determinada no âmbito da produção e das trocas mundiais de meados do século XX, onde o termo categorial desta simultaneidade é a abstração tempo médio de trabalho. São dois momentos que nos interessam nesta pesquisa: o primeiro, a reprodução crítica da cafeicultura no Oeste Paulista; o segundo, a modernização da agricultura a partir dos anos 60, com a ampliação da produtividade do campo, substituição do trabalho por capital e a introdução de novas culturas, particularmente a citricultura. Sendo assim, nosso principal objetivo é o de analisar a reprodução crítica da realidade agrária do município de Itápolis-SP, no Oeste Paulista, no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970, momento marcado pela crise da cafeicultura e do colonato e pela introdução e expansão de outras atividades agrícolas e do trabalho assalariado e, posteriormente, pela constituição de um Parque Agroindustrial no município, compreendendo o processo de reprodução crítica do capital como determinante para essa transformação. Entretanto, propomos uma forma de análise que buscará examinar as contradições desse processo de modernização periférica na sua necessária interação com a reprodução mundial capitalista em sua fase monopolista-financeira.

Palavras-chave: Itápolis-SP, modernização periférica, reprodução crítica do capital, capitalismo monopolista-financeiro, cafeicultura, modernização do campo.

Abstract

In this research, it tries to analyse the West Paulista, as the peripheral reality in particular, that reproduces itself inside the capitalism in its monopolist-financial phase, putting in evidence and examining as its contradictions. This led us to consider a modernization of this peripheral reality in its relation to the immanent contradictions to the world reproduction of capital. Recognizing the simultaneity between center and periphery, we emphasize the tributary condition of the periphery in relation to the productive power of labor in the center of the world economy. When considering a periphery as simultaneous in the center, that is, governed by world-class appreciation, obtain an analysis from the center-peripheral relationship, so specify the production of world effects and exchanges of the twentieth century, where the categorical term of this simultaneity. It is an average abstraction of work. These are two moments that interest us in this research: the first, a critical reproduction of coffee growing in Oeste Paulista; the second, a modernization of agriculture from the 1960s, with the expansion of the field of research, the substitution of labor for capital and the introduction of new cultures, particularly a citrus culture. Thus, our main objective is to analyze the reproduction of the agrarian reality of the municipality of Itápolis-SP, in the west of São Paulo, without a period between the 1940s and 1970s, a moment marked by the coffee and colonization crisis and the introduction and expansion of other agricultural activities and wage labor and, subsequently, by the constitution of an Agroindustrial Park in the municipality, understanding the process of critical reproduction of capital as a determinant for this transformation. However, we propose a form of analysis that seeks to examine the contradiction of the process of peripheral modernization in its interaction with capitalist world reproduction in its monopolistic-financial phase.

Keywords: Itápolis-SP, peripheral modernization, critical reproduction of capital, monopoly-financial capitalism, coffee growing, modernization of the countryside.

Lista de Figuras

Figura 01: Localização do município de Itápolis no estado de São Paulo..... 22

Figura 02. Fotografia da Fazenda da Prata, de Luiz Romanini e Irmãos..... 147

Imagem 03. Fotografia da Fazenda Santa Maria..... 148

Figura 04. Fazenda Santa Maria, de propriedade de Adroaldo de Almeida Ramos..... 148

Figura 05. Fazenda Santa Maria, de propriedade de Adroaldo de Almeida Ramos..... 149

Figura 06. Fazenda do Ponto, pertencente à família Butarelli. Fotografia da casa sede.... 149

Figura 07. Fazenda Santa Maria, de propriedade de Adroaldo de Almeida Ramos..... 160

Figura 08. Fazenda Santa Maria, de propriedade de Adroaldo de Almeida Ramos..... 224

Figura 09. Fazenda Vera Flor, de propriedade de João Dias de Miranda..... 225

Figura 10. Fazenda Vera Flor, de propriedade de João Dias de Miranda..... 225

Figura 11. Paisagem do sítio Santa Isabel, de Francisco Vizintin..... 242

Figura 12. Propaganda de pequena indústria beneficiamento de café e cereais..... 254

Figura 13. Fotografia da Serraria Progresso, de propriedade de José Clemente Netto..... 255

Figura 14. Fotografia da Officina Mechanica Industrial..... 255

Figura 15. Fotografia da padaria, fábrica de macarrão e torradeira de café, A Lusitana... 256

Figura 16. Outra fotografia da Padaria, fábrica de macarrão e torradeira de café 256

Figura 17. Foto aérea do município de Itápolis datada entre 1939/1940 263

Figura 18. Foto aérea parcial do município de Itápolis datada de 1955 264

Figura 19. Itápolis: evolução urbana (1900-1970) 265

Figura 20. Mapa parcial das ferrovias paulistas..... 271

Figura 21. Fotografia da Companhia Douradense de Eletricidade..... 275

Figura 22. Fachada frontal da estação Itápolis da Douradense..... 276

Figura 23. Caminhão Ford 1946 faz entrega de lenha para uso das locomotivas no depósito da Cia. Paulista de Estradas de Ferro em Itápolis. 276

Figura 24. Passageiros embarcam na Estação Itápolis em 1960..... 277

Figura 25. Estação Itápolis, da Cia. Paulista de Estradas de Ferro..... 277

Figura 26. Último embarque na estação de trens de Itápolis, São Paulo, em 1966..... 278

Figura 27. Camaradas fazem transporte de café armados com espingardas..... 278

Lista de Gráficos

Gráfico 01. diagrama do processo de acumulação..... 77

Gráfico 02. Agricultura nos Estados Unidos: produção líquida, trabalho e relações de produtividade (1869-1954)..... 94

Gráfico 03. Agricultura nos Estados Unidos: capitais investidos e relações de produtividade (1869-1954) 95

Gráfico 04. Evolução da dívida externa brasileira (1901-1945)..... 134

Gráfico 05. Preço de importação do café nos Estados Unidos (1900-1945)..... 136

Gráfico 06. Itápolis - estrutura fundiária (1940)..... 210

Gráfico 07: Itápolis - estrutura fundiária (1940). Área ocupada pelo imóveis rurais segundo classes de área..... 211

Gráfico 08. Itápolis - Cultura cafeeira: pés em produção (1896-1989)..... 222

Gráfico 09. Itápolis - uso da terra (1940) 223

Gráfico 10. Itápolis, 1940: distribuição da área cultivada..... 227

Gráfico 11. Itápolis - propriedades rurais produtoras de café..... 239

Gráfico 12. Índices de preços internos no pós-guerra..... 281

Gráfico 13: Preço recebido pelo produtor de café (1948-1988)..... 283

Gráfico 14. Brasil - setor externo: balanço de pagamentos..... 287

Gráfico 15. Evolução da dívida externa brasileira: 1947-1970..... 288

Gráfico 16. Investimentos diretos norte-americanos no Brasil (1929-1956)..... 295

Gráfico 17. Investimentos diretos norte-americanos no Brasil (1950-1970)..... 295

Gráfico 18. volume de capital disponibilizado através do crédito rural (1965-1975)..... 322

Gráfico 19: Itápolis - estrutura fundiária (1970) 329

Gráfico 20. Itápolis, 1960: uso do solo..... 331

Gráfico 21. Itápolis, 1970: uso do solo..... 331

Gráfico 22. Itápolis, 1960: distribuição da área cultivada..... 332

Gráfico 23: Itápolis, 1970: distribuição da área cultivada..... 332

Gráfico 24. Itápolis-SP: Evolução populacional (1900-2018)..... 346

Lista de Tabelas

Tabela 01. Fontes e aplicações do crédito rural no Brasil (1965-1975)..... 321

Tabela 02. Itápolis - Trabalhadores ocupados na agricultura (1960 e 1970)..... 333

Tabela 03. Itápolis - distribuição do valor dos bens nos imóveis rurais (1960 e 1970) 334

Tabela 04. Itápolis – inversões de capital no campo (1959 e 1969)..... 335

Tabela 05. Itápolis – utilização de adubos (1960 e 1970)..... 336

Tabela 06. Itápolis – dados sobre a mecanização do campo (1960 e 1970)..... 336

Tabela 07. Itápolis - Proprietários que declararam ter recebido financiamento (1960 e 1970) 337

Sumário

Introdução Universal e particular, centro e periferia: contradições..... 16

O CENTRO DA CRISE

Capítulo 01 A medida e desmedida do capital..... 26
1. Tempo médio de trabalho abstrato..... 26
2. Economia e mercado mundiais sob as determinações do tempo social médio do trabalho..... 33

Capítulo 02 O capitalismo monopolista-financeiro como totalidade..... 38

Capítulo 03 Acelerando em direção ao colapso: o desenvolvimento das forças produtivas do capital e suas contradições..... 47
1. O desenvolvimento das forças produtivas do capital ao longo da primeira metade do século XX..... 47
2. A aceleração do tempo de rotação dos capitais fixos..... 50
3. O tempo de curso como detração do valor..... 52
4. A redução do tempo de rotação do capital e suas contradições..... 55
5. A aceleração da inovação tecnológica no pós-guerra..... 60
6. Acelerando em direção ao colapso: a queda tendencial da taxa de lucro como lei imanente do colapso do capital..... 64

Capítulo 04 Do capital industrial ao capital financeiro: desproporção imanente e crise de sobreacumulação..... 70
1. O ciclo do capital social total..... 70
2. Desproporção imanente e crise de sobreacumulação..... 80

Capítulo 05 Agricultura e Grande Indústria..... 90
1. Sobreacumulação industrial e modernização agrícola observada a partir do centro..... 90
2. A formação dos complexos agroindustriais no interior do movimento crítico de reprodução capitalista..... 96
3. A apropriação da renda da terra pelo capital urbano-industrial..... 100

Capítulo 06 Do centro à periferia: insuficiência de valorização e movimentos internacionais de capitais na primeira metade do século XX..... 104
1. Insuficiência de valorização e exportações de capitais..... 104
2. Trocas mundiais sob as determinações do tempo social médio do trabalho..... 107
3. Do centro à periferia: movimentos internacionais de capitais sob o capitalismo monopolista-financeiro..... 114

A CONDIÇÃO CRÍTICA DA PERIFERIA

Capítulo 07 A periferia e sua condição crítica..... 122
1. Incapacidade de acumulação e expansão das fronteiras do agrário.. 122
2. A cafeicultura e a reprodução crítica do capital monopolista-financeiro mundial..... 129

Capítulo 08 O Oeste Paulista: realidade periférica particular..... 141
1. O baixo desenvolvimento das forças produtivas na cafeicultura do Oeste Paulista..... 141
2.O baixo desenvolvimento das forças produtivas do campo e a expansão da franja pioneira..... 152

Capítulo 09 A expansão da fronteira agrária como expansão crítica do capital e a produção de relações não-especificamente capitalistas de produção no Oeste Paulista..... 157
1. As relações de trabalho nas fazendas cafeeiras do Oeste Paulista..... 157
2. A expansão da fronteira agrária como expansão do mundo da mercadoria e a produção de relações não-especificamente capitalistas de produção no Oeste Paulista..... 163
3. Uma crítica à teoria do campesinato de José de Souza Martins a partir dos fundamentos da teoria crítica do valor de Marx..... 169
4. As contradições da economia periférica paulista e a constituição de relações não-especificamente capitalistas de produção no Oeste Paulista..... 179

Capítulo 10 Aspectos de uma realidade crítica observada a partir dos sitiantes do Oeste Paulista..... 186
1. A expansão do mercado de terras no Oeste Paulista no pós-crise de 1929 e a constituição das relações familiares de sitiantes como expressão da crise do capital..... 186
2. A constituição de um mercado de terras na retaguarda da franja pioneira paulista pós-crise de 1929 e a constituição das relações familiares de sitiantes como expressão da crise do capital..... 203
2.1. A formação da pequena propriedade em Itápolis observada através dos desdobramentos da crise do capital..... 207
3. Sitiantes, endividamento e crédito cotidiano..... 213
4. Observações críticas sobre a assim chamada "diversificação da agricultura paulista" nas décadas de 1930-1940 a partir do município de Itápolis..... 219
5. Aspectos de uma realidade crítica observada a partir dos sitiantes do Oeste Paulista..... 231
5.1. Aspectos de uma realidade crítica observada a partir dos sitiantes de Itápolis..... 236

Capítulo 11 Do campo à cidade..... 251
1. Itápolis: o urbano como fetiche da acumulação..... 251
2. A reprodução deficitária da E.F. do Dourado..... 266

Capítulo 12 A modernização da economia periférica brasileira no pós-guerra como momento da expansão crítica mundial do capital norte-americano..... 279
1. As contradições da economia brasileira no pós-guerra..... 279
2. A expansão dos investimentos norte-americanos no Brasil no pós-guerra..... 291
3. A Industrialização e a modernização do campo paulista no movimento crítico de expansão mundial do capital norte-americano.... 297

Capítulo 13 Observações críticas sobre a modernização e a industrialização do campo paulista..... 301
1. A modernização do campo paulista na perspectiva da economia política do desenvolvimento..... 301
2. Teorias críticas sobre a modernização do campo..... 303
3. Política agrícola e endividamento social nas décadas de 1950 e 1960..... 306
4. A erradicação dos cafeeiros da década de 1960 como custo social e a redução das áreas cafeeiras no Estado de São Paulo..... 309
5. Crédito, endividamento público e modernização do campo paulista no contexto da reprodução crítica mundial do capital..... 314
6. A industrialização do campo paulista analisada no contexto da expansão crítica mundial do capital..... 324
7. Alguns dados sobre a modernização da agricultura em Itápolis..... 329
8. Algumas observações sobre a expansão da citricultura no Oeste Paulista..... 338
9. Modernização do campo e crise do trabalho..... 343

Considerações Finais..... 348

Referências..... 350

Introdução

Universal e particular, centro e periferia: contradições

Os estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil buscam compreender suas contradições enquanto periferia do sistema capitalista, enfatizando as especificidades que marcam a formação e a modernização da economia periférica brasileira. No entanto, a maior parte dos estudos sobre a realidade periférica brasileira buscou compreender a formação desta realidade moderna – determinada, portanto, pelas contradições da forma mercadoria – considerando apenas parcialmente a universalidade do movimento crítico do capital como determinante neste processo. Assim, por exemplo, ao analisarem a modernização da realidade periférica brasileira a partir da primeira metade do século XX, tendem a compreendê-la exclusivamente a partir de fatores endógenos, ou seja, nesses estudos esta realidade periférica parece romper sua subordinação em relação à economia mundial, ao mesmo tempo em que a modernização nacional passa a ser compreendida a partir de processos exclusivamente "endógenos", notadamente a partir da interação entre cafeicultura, Estado desenvolvimentista e industrialização. Deste modo, o período que se estende de 1930 a 1970 é comumente caracterizado como o momento em que a economia brasileira teria optado por um novo modelo de crescimento (FURTADO, 1972), com a mudança de seu centro de acumulação do modelo primário exportador, assentado nas exportações de produtos agrícolas, para outro, baseado na autossuficiência industrial e na acumulação interna de capitais. Assim, em meados do século XX, teria ocorrido o rompimento do modelo agrário-exportador na medida em que se constituía um novo modelo de acumulação, urbano-industrial, baseado na realização interna da mais-valia produzida e fundado nos processos industriais endógenos e nas determinações do mercado interno (FURTADO, 2007; FURTADO, 1972; TAVARES, 1978; OLIVEIRA, 2006 etc.). O raciocínio que subjaz à essas formas de interpretação, ainda que guardem entre si diferenças significativas (teórico-metodológicas), é o de que, para constituir-se o capital industrial na realidade periférica brasileira foi necessária a retenção interna de capitais, através da transferência de renda de outros setores da economia para a indústria nascente, configurando,

portanto, uma forma periférica e nacional de acumulação primitiva e de industrialização capitalistas. A reprodução crítica mundial do sistema capitalista e suas contradições aparece apenas na forma de processos espoliativos e impeditivos da plena conformação do nacional, e não como totalidade determinante do momento e da forma da reprodução deste nacional.

Mesmo os trabalhos que estabelecem uma análise a partir dos pressupostos da teoria do valor, incorporando conceitos e categorias marxistas, como por exemplo os estudos de Chico de Oliveira, tendem a minorar as determinações da universalidade mundial da reprodução capitalista. Esta cisão particular/universal, ao nível analítico, fragmenta a totalidade social mundial, e determina à periferia do capitalismo que ela deveria se explicar por si. A crítica da valorização do valor não deve estar fundada apenas nas categorias do capital, ela deve reconhecer a universalidade de seus processos críticos como momentos imanentes em cada particular (ALFREDO, 2013). De modo contrário, neste trabalho buscamos compreender como as formas particulares da modernização capitalista expressam a forma universal da reprodução capitalista, ou seja, a valorização crítica do valor. A modernização capitalista se realiza de forma simultânea no âmbito mundial, no entanto guarda particularidades, isto é, efetiva-se em formas e sociabilidades distintas. A realidade periférica do Estado Nacional brasileiro não se constituiu, portanto, como derivação espelhada da realidade clássica inglesa. Podemos denominar esta forma específica da formação e da modernização brasileira como uma *modernização periférica*, tal como propõe Alfredo (2009):

> A modernização periférica se faz não somente como expressão da expansão da sociabilidade capitalista em realidades ainda não mercantis, mas, especialmente, como uma expansão retardatária [...] onde o atraso no desenvolvimento das forças produtivas põe não exatamente um descompasso temporal, mas uma forma, simultânea, de reprodução ampliada do capital (ALFREDO, 2009, p. 06).

Ao definirmos a realidade brasileira como periférica buscamos nos afastar das perspectivas teóricas que enxergam o processo de modernização a partir de um ponto de vista temporal ou etapista. O Estado Nacional brasileiro e o Oeste Paulista são formações sociais modernas e, nesse sentido, a única caracterização de atraso possível seria com relação ao nível de desenvolvimento de suas forças produtivas. A modernização periférica não pode ser considerada, portanto, como uma forma de incompletude, mas sim diferença, particularidade da valorização crítica do valor a nível internacional.

Para Alfredo (2013), a especificidade do Estado Nacional brasileiro, enquanto periferia do sistema capitalista, residiria, antes de tudo, na sua forma invertida de ser do centro. Se a totalidade do capital se expressa pela fórmula categorial trinitária terra-trabalho-capital como unidade que rege a valorização crítica do valor a nível mundial, a especificidade da periferia é a sua *negatividade categorial* (ALFREDO, 2013). Esta negatividade, segundo Alfredo (2013), é o não-ser categorial que permitiu a reprodução do capital na realidade periférica brasileira, ou seja, dados os processos expropriativos imanentes à esta realidade (pacto colonial, trocas desiguais etc.), que, portanto, impediam a acumulação interna de valor, a formação categorial se fez negativamente no centro da reprodução mundial do valor, tornando as categorias do capital ilusões necessárias que se puseram na periferia (ALFREDO, 2013). Assim, dado que a periferia foi parte constitutiva da chamada gênese lógica/histórica do capital, isto é, esteve envolta na etapa da acumulação primitiva mundial capitalista, momento da formação de suas categorias lógicas, podemos dizer, portanto, que as categorias do capital estavam postas na periferia desde o momento colonial. Trata-se, assim, de uma sociabilidade posta desde sua origem pelo e para o capital, onde, no entanto, os pressupostos categoriais da acumulação capitalista se fariam presentes apenas como ilusão (ALFREDO, 2013), na medida em que, sob as determinações do tempo social médio mundial de produção, a periferia se poria como momento negativo da acumulação em curso, pois não seria capaz de reverter para si o mais-valor extraído de relações capitalistas e não-especificamente capitalistas de produção.

> A formação categorial como validação deste conceito [o capital] que se antecipa, expressando-se como negatividade temporal ou se, se preferir, como simultaneidade, só se faz na medida em que se põe como ilusão categorial, diferentemente, portanto, de realidades clássicas, onde a categoria se põe, se efetiva, como ilusão ou fetiche do capital. A modernização periférica, portanto, congrega esta dupla ilusão: do conceito e a de que, mesmo em sua antecipação, se faz suprimindo a possibilidade de suas próprias categorias que as iludem como tal (ALFREDO, 2013, p. 29).

Enquanto periferia, o Estado Nacional brasileiro se constituiu na unidade e na simultaneidade da diferença e da igualdade. *Diferença*, pois corresponde a uma forma específica da unidade mundial do valor, em cujo processo de constituição categorial interna não encontramos explícitas, mas sim colocadas negativamente, as categorias derivadas da realidade clássica apreendida pela dialética de Marx em *O Capital*. Disto deriva a necessidade de compreendermos a sua especificidade, pois os processos e as categorias que se reproduzem na periferia não se constituíram a partir de processos identitários aos da realidade europeia. Para Alfredo (2013), esta diferença não significa, absolutamente, oposição à realidade clássica, mas

sim “[...] forma de ser, integrada e necessária do modus operandi de um capital que teve a periferia como condição de formação específica de sua realidade categorial mundial” (ALFREDO, 2013, p. 24).

Se ainda em sua origem, no processo de colonização, a periferia se estrutura como momento e como necessidade da expansão mundial da empresa europeia, podemos entendê-la como produto da expansão do moderno e elemento constitutivo no processo de formação inicial do capital, promovendo a “[...] primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia europeia” (NOVAIS, 2006, p. 97). Esse foi, para Alfredo (2011), o sentido da formação brasileira na periferia do sistema capitalista, que “[...] implicou numa realidade definida pelos sentidos da acumulação” (ALFREDO, 2011, p. 35), ainda que, como afirmamos anteriormente, as contradições que regem esse processo formativo não se coloquem à imagem do universal, constituindo-se como uma forma *negativa* daquele (ALFREDO, 2013). Desta forma, a periferia do capitalismo contém em si também a i*gualdade*, pois o seu *sentido* (PRADO JR, 2000) único, desde sua origem, é a “[...] reposição de relações categoriais [...] formadas numa realidade mundial”, ou seja, responde “[...] a uma reposição mundial da valorização do valor” (ALFREDO, 2013, p. 24), o que nos obriga a considerar na análise deste particular os processos de reprodução críticos mundiais do capital. Assim, a periferia expressa a unidade mundial do valor como igualdade e como diferença, “[...] reiterando o modo de ser do periférico como aquilo que expressa, escondendo, a irracionalidade desta unidade, isto é, do valor e de sua forma mais extensiva, o capital” (ALFREDO, 2013, p. 24).

Se a periferia se formou como unidade da diferença e da igualdade, ela é, portanto, *simultaneidade* na reprodução mundial capitalista e, nesse sentido, para compreendermos os fenômenos nesse espaço particular temos de olhar, necessariamente, para a sua inserção nessa totalidade negativa. Desta forma, nos afastamos das perspectivas historicistas e particularistas, que obscurecem o fato de que os processos que constituíram centro e periferia do capitalismo foram processos simultâneos, regidos pela universalidade da reprodução capitalista. Ainda que não seja possível negar a sucessão dos processos históricos através da noção de simultaneidade, devemos reconhecer que os processos lógicos do capital implicam numa simultaneidade na relação entre os momentos que o constituem (centro e periferia) e, nesse sentido, a simultaneidade está sempre numa relação negativa com o sucessivo (o histórico). Se buscássemos aqui por uma perspectiva possível de história na modernidade capitalista, ela

deveria ser aquela que nos permitisse reconhecer que a sucessão dos processos do capital é negada pela simultaneidade dos seus momentos lógicos constitutivos.

Buscaremos, neste trabalho, analisar um processo particular de modernização que ocorreu no interior do capitalismo em sua fase monopolista-financeira sob as determinações das contradições imanentes ao processo de valorização a nível mundial do capital. Buscaremos compreender a modernização capitalista na periferia, incorporando a simultaneidade dos processos de valorização que se realizam negativamente na escala mundial, ou seja, não se trata de uma perspectiva historicista ou mesmo particularista, para nós, é a contradição universal/particular, centro/periferia, regida pelo capital que se põe como fundamento para a compreensão das mudanças ocorridas em um espaço particular. Ao mesmo tempo, não buscamos abordar as contradições entre centro e periferia do capitalismo numa perspectiva espacial, no sentido de uma divisão entre espaços onde o capitalismo estaria mais avançado e espaços onde estaria menos avançado, com taxas desiguais de acumulação, compreensão apriorística que justificou um pretenso caráter geográfico desigual do desenvolvimento capitalista. Trilhamos uma perspectiva que busca compreender as contradições econômicas e sociais dos países periféricos do sistema capitalista à luz das contradições imanentes da reprodução mundial do capital. O pressuposto da análise é o de que a reprodução contraditória mundial do capital determina as formas particulares da modernização.

Desta forma, buscaremos analisar o Oeste Paulista de meados do século XX como *realidade periférica particular* que se reproduz no interior do capitalismo em sua fase monopolista-financeira, colocando em evidência e examinando as suas contradições. Isso nos levou a considerar a modernização desta realidade periférica na sua necessária relação com as contradições imanentes à reprodução mundial do capital (ALFREDO, 2013). Reconhecendo a simultaneidade entre centro e periferia, ressaltamos, entretanto, a condição tributária da periferia em relação à potência produtiva dos centros da economia mundial, de modo que, ao considerar a periferia como *simultaneidade*, ou seja, regida pela valorização crítica do valor a nível mundial, buscaremos analisá-la a partir da relação centro-periferia, portanto, inserida no âmbito da produção e das trocas mundiais de meados do século XX, onde o "termo categorial desta simultaneidade é a abstração [...] tempo de trabalho" (ALFREDO, 2013, p. 15). Nesse contexto, destacamos a condição *periférica* do Oeste Paulista, determinada pelo tempo simultâneo mundial abstrato e médio do trabalho, posto pela Grande Indústria dos países centrais (ALFREDO, 2013). Desta forma, a sua condição específica no âmbito da produção e

das trocas mundiais, ou, a sua inserção no âmbito da divisão mundial do trabalho (TROTSKY, 2008), determinará os rumos da sua reprodução.

Em função de suas características particulares, poderíamos caracterizar o Oeste Paulista como conformando uma região particular, na sua diferença com a região cafeeira do Vale do Paraíba e com as demais regiões econômicas paulistas, tal como propõe Oliveira (2008), para quem as *regiões* diferenciam-se pelo "[...] caráter diverso das leis de sua própria reprodução e pelo caráter de suas relações com as demais" (OLIVEIRA, 2008, p. 143). Essa noção certamente poderia ser retida como fundamento da particularidade de nossa região de estudo, na medida em que, a partir dela, podemos compreender a região não por seu caráter fisionômico, fisiográfico ou mesmo econômico, mas fundada no caráter e na especificidade que a reprodução do capital ali adquire, "[...] nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral" (OLIVEIRA, 2008, p. 145). Mas, ao mesmo tempo, como observa Oliveira (2008), as regiões só existem nas suas relações com as demais, com as outras formas particulares da modernização capitalista. Particularmente é importante analisá-las à luz de sua reprodução face ao capitalismo internacional, subjugadas à divisão internacional do trabalho. Deste modo, a região guarda em si não apenas suas particularidades, mas a universalidade do movimento negativo do capital. Assim, antes de apenas compreendê-la como forma particular de reprodução do valor, que em si é momento fundamental da análise, devemos compreendê-la em sua universalidade, ou melhor dizendo, na relação entre o universal e o particular, como assinalamos anteriormente. De tal modo, as formas de reprodução do valor regionais não se encerram em si, extravasam à região, constituindo um fenômeno que que se insere num movimento crítico que é universal, a *reprodução crítica capitalista.*

Figura 01: Localização do município de Itápolis no estado de São Paulo

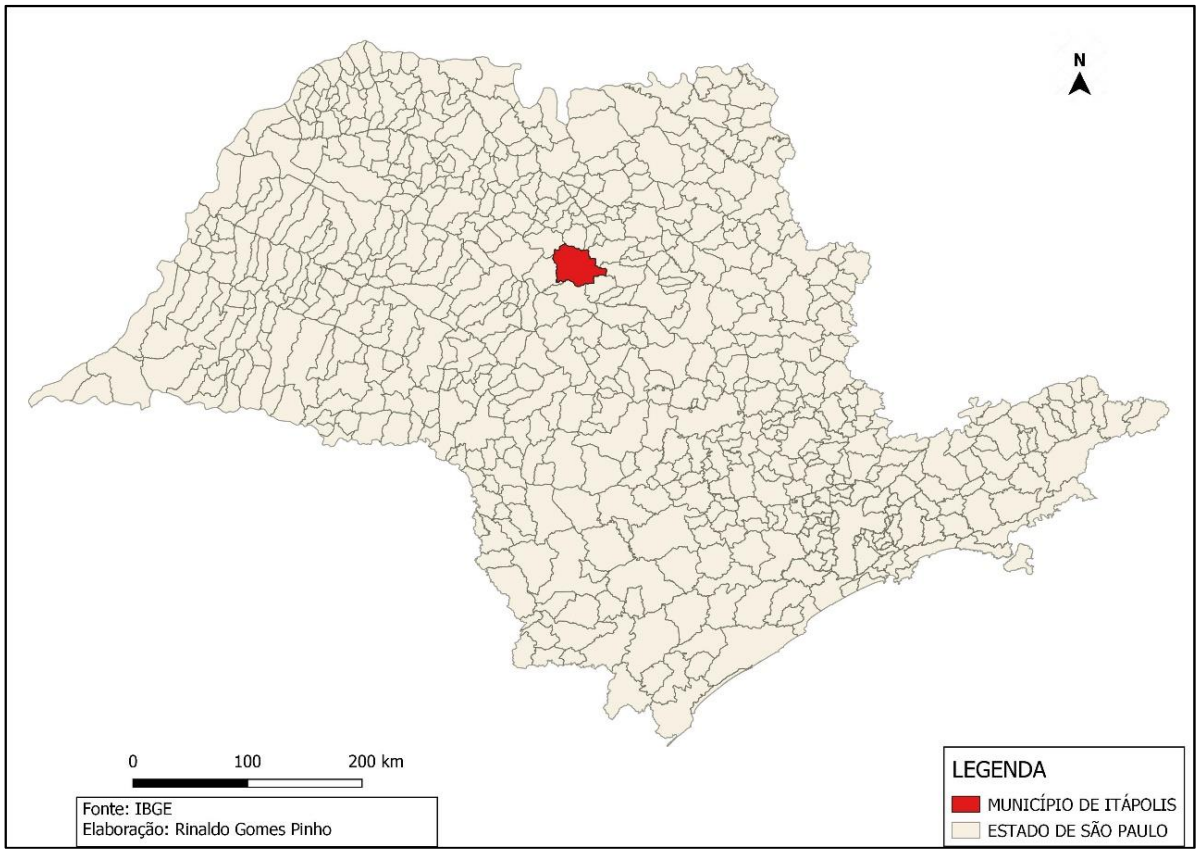


Figura 01. O município de Itápolis, área objeto do estudo, se localiza na porção centro-norte do estado de São Paulo. Em estudo pioneiro sobre a regionalização do estado de São Paulo, Pierre Deffontaines (1945) inseriu o município na zona que denominou de Araraquarense, onde dominaria a pequena propriedade e a policultura. Posteriormente, Pierre Monbeig (1949) inseriu o município na Região do Planalto Ocidental, sub-região do Médio Planalto, zona da Douradense, cuja economia diversificada estaria voltada para a pecuária, cafeicultura, algodão etc. Já na década de 1960, Ary França (1960) classificaria a região em Planalto Ocidental, na zona das terras roxas de Ribeirão Preto, cuja ocupação histórica precede o *rush* cafeeiro, mas que viveu com a cafeicultura intenso processo de especulação fundiária e de ocupação do solo, com a formação de grandes e pequenas propriedades. Em meados do século XX, a paisagem da região era, portanto, complexa, na medida em que ali estariam mescladas a pequena e a grande propriedade, a agricultura de gêneros e a agroexportadora. Compreender esta realidade complexa a partir do movimento de reprodução crítica capitalista no campo é nosso objetivo.

Recorremos, primeiramente, à compreensão das relações entre o centro e a periferia do capitalismo, afirmando sobre uma disparidade lógico no desenvolvimento de suas forças produtivas que, regidos pelo tempo social médio mundial do trabalho, punham a expropriação da periferia como uma determinante que não poderia ser superada em função da impossibilidade de acumulação endógena de capitais. Num contexto em que a acumulação endógena de capitais na periferia do capitalismo estava obstada pela expropriação a que estava sujeitada nas trocas e movimentos internacionais de capitais, como se produziria a modernização interna de seu aparato produtivo? Como se produziria a modernização do campo e sua industrialização? A busca por essa modernização não se fez, portanto, a partir do acúmulo interno de capitais, pois

a totalidade dos lucros obtidos com a venda das mercadorias produzidas na periferia – principalmente agrícolas – servia como meio de pagamento para o consumo do excedente de mercadorias industrializadas vindas do centro do sistema capitalista além de servir para o pagamento da dívida externa e de sustentar o Estado, o que remete à noção de trocas desiguais.

Para nós, essa modernização periférica apenas poderia ser realizada sob a égide do capital monopolista-financeiro mundial. Neste contexto, a exportação de mercadorias e capitais monetários para a periferia do sistema capitalista, representaram, na primeira metade do século XX, a possibilidade de valorização a curto prazo para capitais ociosos acumulados no centro da economia mundial. Capitais que buscam remunerar-se na periferia e incorporar mais-valor a compor as taxas de lucro declinantes nos países centrais do sistema. Desta forma, a relação entre economias periféricas e centrais, na fase do capitalismo monopolista-financeiro, pode ser compreendida como um processo em que, dada a superacumulação de capitais nos países do centro, conformando uma crise de sobreacumulação, seria buscado um solucionamento através da exportação de capitais para economias periféricas (LÊNIN, 2012; GROSSMANN, 1979; MANDEL, 1982).

Deste modo, analisamos como as formas periféricas da modernidade, sob o afluxo de investimentos e capitais estrangeiros, buscam se igualar às condições de produtividade do trabalho encontradas nos países do centro do sistema capitalista. Esses capitais injetados a partir do exterior promovem um relativo revolucionamento das forças produtivas internas à periferia. Ao longo da primeira metade do século XX, a periferia aparece, assim, como uma realidade atrasada no desenvolvimento de suas forças produtivas em relação aos países centrais, mas que, a partir de meados daquele século, passou por uma relativa modernização, mediada pela ação do Estado e impulsionada pelo afluxo de capitais estrangeiros. Para a periferia, a incorporação de capitais monetários apresentou-se como a possibilidade de desenvolver pleno das forças produtivas do capital apenas de forma ilusória (ALFREDO, 2013), na medida em que essa desigualdade se reporia a nível mundial. Em realidade, "[...] a modernização da periferia [...] [foi] tão somente uma forma de se colocar os limites atingidos pela remuneração da produtividade dos capitais no centro do capitalismo mundial" (ALFREDO, 2013, p. 344).

São dois momentos que nos interessam nesta pesquisa: o primeiro, a reprodução crítica da cafeicultura no Oeste Paulista; o segundo, a modernização da agricultura a partir dos anos 60, com a ampliação da produtividade do campo, substituição do trabalho por capital e a introdução de novas culturas, particularmente a citricultura. Sendo assim, nosso principal

objetivo, nesta pesquisa, é o de analisar a reprodução crítica da realidade agrária do município de Itápolis-SP, no Oeste Paulista, no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970, momento marcado pela crise da cafeicultura e do colonato e pela introdução e expansão de outras atividades agrícolas e do trabalho assalariado e, posteriormente, pela constituição de um Parque Agroindustrial no município, compreendendo o processo de reprodução crítica mundial do capital como a determinante dessa transformação. Propomos uma forma de análise que buscará examinar as contradições desse processo de *modernização periférica* na sua necessária interação com a reprodução mundial capitalista em sua fase monopolista-financeira.

Se desde cedo, como salientou Caio Prado Jr. (2000), o *sentido da colonização* será o sentido externo, de extração de lucros na colônia pela metrópole portuguesa, através da produção de gêneros tropicais de exportação, e se, ainda no século XIX, a marcha para o oeste, descrita por Pierre Monbeig (1998), se constituiu como um "[...] episódio da expansão da civilização capitalista" (MONBEIG, 1998, p. 105), todo o problema desde sempre foi e deve ser colocado, portanto, a partir da unidade mundial da mercadoria e do valor, de modo que o Oeste Paulista, na década de 1950, aparece nesta pesquisa como uma *particularidade* e *simultaneidade* da economia mundial capitalista, no qual, enquanto periferia, participou, principalmente, na forma de produtor agroexportador, vinculado ao café, mas também ao algodão, à pecuária, à cana-de-açúcar, à citricultura etc. Ao nosso ver, "[...] analisar o Oeste Paulista [em meados do século XX] sem a sua interação com a universalidade mundial do valor" nos levaria a um equívoco metodológico e a "[...] defender as contradições do capital como se fossem exclusividade contraditória da periferia" (ALFREDO, 2013, p. 13). Nesse sentido, o fundamento desta pesquisa é o de ver como o universal se desdobra por sobre realidades particulares, onde o particular se torna parte do todo na medida em que possui a capacidade de expressar as suas contradições (NOVAIS, 2006; ALFREDO, 2013).

O CENTRO DA CRISE

Capítulo 01

A medida e desmedida do capital

1. Tempo médio de trabalho abstrato

Sabemos, através de Marx (2013), que o fundamento do modo de produção capitalista reside na busca pela valorização do valor, ou seja, na busca pela ampliação da massa de riqueza abstrata acumulada através de processos produtivos que extraem mais-valia (tempo de trabalho não pago) de uma dada quantidade de trabalhadores. O anseio pelo acúmulo de capitais move o sistema numa procura constante para ampliar ao máximo a apropriação dessas horas não pagas, que nas mãos dos capitalistas podem metamorfosear-se em lucro. No universo da produção capitalista há, entretanto, muitos sujeitos interessados em se apropriar de uma fatia da massa da riqueza socialmente produzida, o que significa que eles têm de batalhar entre si para garantir que os valores (*quantum* de trabalho abstrato objetivado) contidos nos corpos de suas mercadorias não vão se esborrachar no chão quando saltarem para o corpo do dinheiro (MARX, 2013), isto é, terão de competir pela realização de suas mercadorias nos mercados, a fim de transubstanciar a mais-valia, contida nestes corpos, em lucro. Analisamos, neste capítulo, como a noção de tempo social médio de trabalho se põe como régua social que determina a quem é permitido acumular. Posteriormente, extrapolando a lógica imanente do capital para a análise da economia mundial, verificaremos quais determinações esta noção impõe sobre a chamada divisão internacional do trabalho.

Segundo Marx (2013), sob o modo de produção capitalista, a quantidade (*quantum*; tempo) de trabalho abstrato objetivado em uma mercadoria determina a grandeza de seu valor[1]. Ao analisar a razão entre o tempo social de trabalho necessário à produção de uma mercadoria e o seu valor, Marx derivou a seguinte formulação:

[1] Também David Ricardo (1979) observou que "o valor de uma mercadoria, ou seja, a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor compensação que é paga por esse trabalho" (RICARDO, 1979, in SMITH, 1979, p. 259).

> [...] quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo e maior seu va1or. Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho (MARX, 2013, p. 118).

Ainda segundo Marx (2013), num dado ramo da economia capitalista, as mercadorias produzidas retêm, objetivadas em seus corpos, quantidades iguais de tempo de trabalho abstrato, e, portanto, possuem o mesmo valor (MARX, 2013), de forma que, neste ramo específico, cada mercadoria produzida conta como um exemplar médio da sua espécie. Neste ramo particular, o valor (*quantum* de trabalho abstrato objetivado) de uma mercadoria está na relação direta com os valores de todas as demais. Portanto, há um tempo social médio do trabalho que rege a produção das mercadorias neste ramo particular. De fato, o tempo médio de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias rege todos os processos produtivos sob o modo capitalista de produção e representa essencialmente o tempo "[...] requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho" (MARX, 2013, p. 117).

Assim, em todo e qualquer ramo da economia capitalista que utilize a força produtiva do trabalho, industrial ou agrícola, os capitais particulares se reproduzem baseados numa produtividade média do trabalho e, destarte, numa média de composição orgânica do capital[2]. De forma geral, o tempo social médio do trabalho será maior ou menor num ramo produtivo dependendo fundamentalmente do nível de desenvolvimento de suas forças produtivas, o que significa que ali a produtividade do trabalho poderá ser maior ou menor, ao mesmo tempo em que empregar-se-ão mais ou menos trabalhadores.

Num ramo produtivo da economia capitalista, a quantidade de trabalho incorporado às mercadorias permanecerá constante se, ao longo de sucessivos processos de produção, o tempo de trabalho necessário para a produção destas mercadorias permanecer constante (MARX, 2013). No entanto, com a introdução de inovações, menos trabalhadores podem produzir, num dado período de tempo (por exemplo, uma hora), a mesma quantidade de valores de uso produzida anteriormente; ou ainda, neste mesmo período de uma hora, a mesma quantidade de

[2] Na perspectiva de Marx, a composição orgânica do capital expressa a razão entre a massa de capital constante e a massa de capital variável investidas em determinado empreendimento capitalista. Quanto mais capitais estão investidos em maquinários, matérias-primas etc. (capitais constantes), maior é a composição orgânica do capital. A composição orgânica do capital é, portanto, elemento indicativo do grau de desenvolvimento das forças produtivas do capital.

trabalhadores produz, com a introdução de inovações, o dobro da quantidade de valores de uso. Diminui-se, desta forma, o tempo de trabalho social necessário para a produção de cada mercadoria e, na medida em que menos trabalho é incorporado ao longo do processo produtivo, os seus valores também foram reduzidos. Em *O Capital* (2013), Marx analisou como mudanças nos processos de trabalho e as inovações introduzidas no processo produtivo industrial interferem na média social do tempo de trabalho. Dedicou atenção especial às transformações na indústria de tecelagem na Inglaterra do século XIX:

> Após a introdução do tear a vapor na Inglaterra, por exemplo, passou a ser possível transformar uma dada quantidade de fio em tecido empregando cerca da metade do trabalho de antes. Na verdade, o tecelão manual inglês continuava a precisar do mesmo tempo de trabalho para essa produção, mas agora o produto de sua hora de trabalho individual representava apenas metade da hora de trabalho social e, por isso, seu valor caiu para a metade do anterior (MARX, 2013, p. 117)[3].

Assim, se a quantidade de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria num ramo produtivo da economia capitalista permanecer constante ao longo de sucessivos processos produtivos, também permaneceriam constantes os valores (*quantum* de trabalho abstrato objetivado) contidos nos corpos de suas mercadorias. No caso da tecelagem inglesa do século XIX, os industriais, ao investirem no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho através do tear a vapor, não apenas passaram a produzir uma quantidade maior de mercadorias num mesmo período de tempo, como também promoveram a queda dos preços dos tecidos no mercado mundial (menos valor incorporado). Considerando que, de imediato, a utilização do tear a vapor não se generalizou para todos os teares ingleses, para que um industrial ou um tecelão pudesse atingir este novo tempo médio posto pelo tear a vapor, ele teria que ampliar os investimentos realizados no desenvolvimento de suas forças produtivas e/ou explorar ainda mais o trabalhado no processo produtivo, aumentando assim a sua produtividade.

[3] Em Salário, Preço e Lucro (2010) analisando este mesmo problema, afirma: "Quando, na Inglaterra, o tear a vapor (*power loom*) começou a competir com o tear manual, para converter uma determinada quantidade de fio numa jarda de algodão, ou de pano, bastava a metade da duração do trabalho que anteriormente se usaria. Agora, o pobre tecelão manual tinha de trabalhar 17 ou 18 horas diárias, em vez das 9 ou 10 de antes. Não obstante, o produto de suas 20 horas de trabalho só representava 10 horas de trabalho social, isto é, 10 horas de trabalho socialmente necessárias para converter uma determinada quantidade de fio em artigos têxteis. Portanto, seu produto de 20 horas não tinha mais valor do que aquele que antes elaborava em 10 horas" (MARX, 2010, p. 104). Já os tecelões manuais, atrasados no desenvolvimento das forças produtivas em relação às indústrias mecanizadas, continuariam a produzir tecidos no mesmo tempo de duração, o que significa que produziam agora acima do tempo médio social posto pela indústria, tornando seus produtos relativamente mais caros. Se esses tecelões vendessem suas mercadorias ao preço de mercado determinado pela indústria, também o valor relativo de seu trabalho seria reduzido à metade (seria desvalorizado) (MARX, 2013).

Desta forma, o desenvolvimento das forças produtivas do capital[4] num ramo particular da economia capitalista produz, *pari passu*, mudanças irreversíveis no tempo médio do trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias. Considerado lógica e historicamente, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho sob o capitalismo, que se desdobra no aumento da produtividade do trabalho, produz simultaneamente uma tendência também constante de queda no tempo social médio de produção das mercadorias. É fundamental ressaltar, no entanto, que esta queda, que se desdobra em quedas nos valores e nos preços das mercadorias, é causada por um processo social que se realiza, em certa medida, autonomizado dos sujeitos e de suas consciências, pois efetiva-se, como diz Marx (2013), "pelas suas costas", ou seja, a "coação muda" da concorrência, a necessidade de vencer seus adversários, atuaria pelas costas dos sujeitos, determinada pela busca do lucro, pondo em movimento, como necessidade lógica, o desenvolvimento das forças produtivas no modo capitalista de produção. Portanto, ainda que se faça de forma individual, este processo "cego" é socialmente determinado, pois os capitais individuais concorrem permitindo o rebaixamento generalizado da média social do tempo de produção.

Assim, sob a pulsão de morte da concorrência, os capitalistas são levados a reproduzirem seus investimentos sem que saibam se estão se reproduzindo no grau de produtividade necessário do trabalho – ou seja, de acordo com a média –, cuja resposta aparecerá apenas no final do percurso, no momento de realização das mercadorias no mercado. Apenas na troca, a equivalência pressuposta entre distintos valores das mercadorias produzidas pelos distintos capitalistas particulares, em distintos níveis de produtividade do trabalho, revela seu caráter ilusório, determinando a distribuição desigual das frações da riqueza social produzida, em função da magnitude de seus capitais (GIANNOTTI, 2000). Só neste momento saberão quem ganhou e quem perdeu, quem se reproduzirá ou será suprimido.

> As equivalências pressupostas [a equivalência entre os valores das mercadorias] são, pois, ilusões necessárias provocadas pelo fato de se tomar como ponto de partida o resultado de um processo anterior de produção, que se reproduz sem que se saiba se ele está sendo exercido no mesmo grau de produtividade do trabalho. As representações individuais são ajustadas a uma medida que somente aparece no final do percurso. Apenas no fim de cada ciclo produtivo a medida representada se converte na medida da eficácia do processo de socialização baseado na manipulação de coisas e troca de produtos. Em outras palavras, o pressuposto mostra sua verdade ajustando sua

[4] Entre as mudanças, podemos citar o desenvolvendo da habilidade dos trabalhadores, a incorporação da ciência e da tecnologia através de inovações técnicas, a reorganização do trabalho no processo produtivo, a introdução e expansão do uso de máquinas etc.

> medida ao posto, sua idealidade não desenha o perfil do seu caso (GIANNOTTI, 2000, p. 107-108).

Ao produzir abaixo do tempo médio, um capitalista poderia se apropriar de fatias maiores da massa do produto social, na medida em que, com custos menores de produção por valor de uso produzido[5], estaria autorizado, por exemplo, a vender suas mercadorias de acordo com o custo médio, obtendo, portanto, sobrelucro (lucro acima da média social). Este sobrelucro origina-se, assim,

> [...] de uma redução do preço de custo, isto é, dos custos de produção, a qual pode derivar da circunstância de que se emprega capital em quantidades superiores àquelas que são empregadas em média e, com isso, reduzem-se os *faux frais* da produção, enquanto as causas gerais do aumento da força produtiva do trabalho (cooperação, divisão etc.) podem operar com um grau maior de intensidade, porque o fazem em um campo de trabalho maior; ou, então, da circunstância de que, abstraindo do volume do capital atuante, sejam empregados melhores métodos de trabalho, novas invenções, máquinas aperfeiçoadas, segredos químicos de fabricação etc., em suma, meios e métodos de produção novos, aperfeiçoados e situados acima do nível médio (MARX, 2017, p. 707).

Reproduzindo-se dentro do tempo social médio, capitais privados receberiam apenas o lucro médio, sendo-lhes espoliados os excedentes que comporiam o sobrelucro. Esta situação permitiria apenas a reposição dos capitais investidos e a manutenção do consumo capitalista, dificultando, por exemplo, a formação de reservas para serem investidas na ampliação das forças produtivas[6]. Por último, reproduzindo-se acima do tempo médio, com custos mais elevados de produção na medida em que incorporariam mais trabalho do longo do processo produtivo, produzindo mercadorias com preços de produção mais elevados, se tornariam deficitários em relação aos outros capitalistas, de forma que seus lucros migrariam em direção aos capitais de produtividade superior, seriam, finalmente, suprimidos. O ajustamento entre os

[5] O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas não necessariamente leva a quedas absolutas nos custos de produção, pois, como veremos posteriormente, não há equivalência entre valor e preço das mercadorias. Deste modo, a redução dos custos de produção deve ser entendida sobretudo de maneira relativa, ou seja, ainda que o volume de capitais dispendidos na produção de mercadorias tenda a aumentar (investimentos em capitais constantes e variáveis), considerando um aumento também pronunciado da massa de valores de uso produzida, as frações deste custo representadas em cada mercadoria produzida tendem diminuir.

[6] Mandel (1982) também ressalta as dificuldades de reprodução para os capitais que se remuneram a partir do lucro médio. No entanto, o autor não se aprofunda na análise das contradições na qual estão inseridos. Afirma apenas que "[...] os capitais que apenas parcialmente conseguem realizar a sua mais-valia, ou só podem fazê-lo à taxa média de lucro, ou mesmo abaixo desse nível, encontram-se numa desvantagem evidente em relação àqueles capitais que conseguem realizar o valor total de suas mercadorias com uma porção adicional, por assim dizer – isto é, com uma parte da mais-valia produzida em outros setores acrescentada a esse valor ou, em outras palavras, com superlucro" (MANDEL, 1982, p. 52).

distintos lucros se põe, no entanto, *post festum*, como observa Giannotti (2000), permitindo que se verifique apenas ao final, na realização das mercadorias no mercado, a acumulação.

> Do ponto de vista lógico, a condição de existência do valor, os diversos trabalhos concretos efetuados, passa a ser medida por um padrão abstrato pressuposto e representado, que se repõe no final do processo, quando o produto é trocado por outro verificando e ajustando a projeção inicial, potencializando e diminuindo as diferentes produtividades dos processos de trabalho, a fim de que sejam subsumidas na substância pressuposta, numa quantidade, porém, *post festum*. É como se num jogo de xadrez as regras prévias do movimento das peças fossem sendo adaptadas conforme o percurso trilhado pelos agentes progride até chegar ao xeque-mate (GIANNOTTI, 2000, p. 107)[7].

Assim, os tempos de trabalho individuais, dos capitais individuais, seriam aferidos pelo tempo de trabalho social médio, que se formou a *posteriori*, no momento da realização das mercadorias. Deste modo, "[...] estar na medida não se faria de forma consciente, porque ela dependeria do tempo social médio de todos os outros trabalhos que se confrontaram e a formariam a posteriori do tempo despendido na produção de cada capital individual" (ALFREDO, 2017, p. 63). Neste contexto, a lógica concorrencial impele os sujeitos capitalistas a investirem no desenvolvimento das forças produtivas de seus empreendimentos como condição necessária para reproduzirem seus capitais, pois todo o processo concorrencial se arma necessariamente de modo a "[...] beneficiar [apenas] aqueles que operam em melhores condições e exclua todos aqueles que não conseguem repetir um trabalho que a sociedade não pode bancar da óptica da solvibilidade" (GIANNOTTI, 2000, p. 107). Daí que, segundo Marx (2013), a mobilização das forças produtivas é *conditio sine qua non* para os capitalistas, pois estes reproduzem seus capitais sem saber se o fazem de acordo com o nível ideal de produtividade. Alfredo (2017), observa que, para estar na média ou abaixo dela,

> [...] seria preciso reduzir o máximo possível os custos de produção, dentre eles, o principal, o trabalho como custo e condição da própria valorização. [...] Esta, aliás, seria a consciência do capitalista, que precisaria reduzir custos. [...] A redução do tempo social médio de trabalho seria, assim, objetividade ao capitalista que, do ponto de vista social, é desenvolvimento das forças produtivas como inevitável (ALFREDO, 2017, p. 62).

Esta tendência constante de reduzir o tempo de trabalho social necessário à produção de uma mercadoria abaixo do limite representado pela média social vigente em cada ramo

[7] Do mesmo modo, Mandel (1982), observa que "[...] é impossível determinar *a priori* (isto é, previamente à realização das mercadorias) o que constitui tempo de trabalho socialmente necessário e o que constitui tempo de trabalho socialmente desperdiçado em cada mercadoria, porque esses aspectos, afinal, só podem ser revelados a *posteriori*, ao se verificar se determinado capital obteve o lucro médio, mais que o lucro médio ou menos que o lucro médio" (MANDEL, 1982, p. 66).

produtivo, torna-se, como observa o próprio Marx (2017), a alavanca mais poderosa para a intensificação da produtividade e da exploração social do trabalho vivo, a qual, entretanto, aparece, sob esse regime, estritamente como intensificação constante da produtividade do capital. Estes desdobramentos implicam uma renovação constante do capital fixo, sustentado no desenvolvimento da ciência e da tecnologia. A ciência se torna, efetivamente, uma força produtiva. Qualquer mudança básica na tecnologia produtiva determina um gasto adicional considerável em capitais fixos.

Uma das derivações críticas do processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas seria a tendência à supressão do capital variável do processo produtivo, reduzindo, deste modo, o *quantum* de trabalho vivo incorporado em cada valor de uso, reduzindo, ademais, a massa de mais-valia produzida (tempo de trabalho não pago). Consequentemente, considerando as dificuldades de ampliação do número de horas trabalhadas pelos assalariados produtivos, quanto mais um capitalista individualmente investir na mecanização, automatização e reorganização de seus processos produtivos, dispensando trabalho ou reduzindo-o em relação ao volume de capitais investidos em capitais constantes, mais a massa de mais-valia produzida (massa de trabalho não pago) irá baixar em relação a este volume, isto significaria, objetivamente, queda na sua taxa de lucro. A ampliação dos investimentos em capitais constantes não encontraria, assim, trabalho suficiente para gerar uma massa enorme de mais-valor que pague os custos desses investimentos e os amplie. A queda do mais-valor incorporado em cada mercadoria representaria, logicamente, uma queda também pronunciada nos preços dessas mercadorias. No entanto, ainda que incorporando menos trabalho ao longo de seu processo produtivo, este capital poderia vender suas mercadorias acima deste seu valor ao aumentar seus preços, na medida em que seus custos de produção por mercadoria foram menores, percebendo, neste fenômeno, sobrelucros. Este lucro se faria, portanto, em detrimento dos outros capitais que não alcançaram tamanha produtividade, não alcançaram a média do tempo social médio de trabalho. Ocorre, neste fenômeno, transferência de valor entre os capitais com distintas composições orgânicas, tal como observa Mandel (1982):

> Quando Marx afirma que as empresas que operam com uma produtividade abaixo da média obtêm menos do que o lucro médio, e que, em última análise, isso corresponde ao fato de que desperdiçam trabalho social, tudo o que essa formulação quer dizer é que, no mercado, as firmas que funcionam melhor se apropriam do valor da mais-valia realmente produzida pelos operários daquelas empresas (MANDEL, 1982, p. 68-69).

Marx ressaltaria, assim, a possibilidade de que muitos dos capitais individuais que compuseram o tempo social médio de trabalho estarem fora dele, acima ou abaixo, já que a medida da sua reprodução não estava dada no instante da produção propriamente dita. Se, embora compondo a média social, o tempo individual de um capitalista estiver acima desta, então dizemos que este capital não se realizou como capital, isto é, "[...] individualmente não realizou a sua verdade conceitual. Não acumulou" (ALFREDO, 2017, p. 62). Do mesmo modo, os capitais que se reproduzem na média socialmente estabelecida, apenas se reporiam a partir do lucro médio, mas não acumulariam de modo a ampliar o desenvolvimento de suas forças produtivas. Destarte, como observa Lima (2017, p. 49), o capital, como universalidade, poria a simultaneidade das produções individuais a partir da noção de tempo social médio de produção. No entanto, as suas formas particulares se reproduziriam acima, abaixou ou dentro da média. Assim, o capital, como totalidade, apareceria, contraditoriamente, "[...] diferenciado em capitais que acumulam (se reproduzindo abaixo da média), e capitais em crise de acumulação (se reproduzindo acima, ou mesmo, no tempo social médio)" (LIMA, 2017, p. 62). Portanto, a reprodução capitalista seria, simultaneamente, acumulação e crise, pois o acumular para alguns se faria simultaneamente e em detrimento da eliminação de tantos outros. Deste modo, acumulação e crise se constituiriam em momentos necessários e simultâneos à reprodução mundial capitalista.

2. Economia e mercado mundiais sob as determinações do tempo social médio do trabalho

Como vimos, para se apropriar de um lucro médio, suficiente apenas para reproduzir seus capitais individuais, um capitalista deve atuar de acordo com uma composição orgânica média, isto é, de acordo com o nível médio de desenvolvimento de forças produtivas vigente no ramo onde se insere. Tal imposição levaria os sujeitos (sujeitados) capitalistas a convergirem para um tempo médio, o que significa a necessidade de constantes investimentos no aumento da produtividade do trabalho, de forma que, sob um ramo particular capitalista, estabelece-se uma tendência de equalização das taxas de lucro entre os distintos capitais individuais (que, entretanto, nunca se efetiva). O que determinará o sucesso ou insucesso dos capitalistas na busca do lucro será o atingir ou não do tempo social médio do trabalho, que, como vimos, se configura como uma média social formada a partir da concorrência intercapitalista, que se põe *a posteriori*

dos processos individuais de produção, na troca dentro do mercado mundial, e que representa o tempo médio socialmente necessário para a produção de uma mercadoria num ramo particular.

A ideia de "economia mundial", diz respeito à economia capitalista considerada como um todo, que inclui os momentos da produção, distribuição, troca e consumo como momentos de uma totalidade auto-movente, a valorização do valor (MARX, 2011a). Ao mesmo tempo, em seu interior encontramos formações sociais e ramos particulares, o que remete ao desenvolvimento desigual, à desigualdade no nível de desenvolvimento das forças produtivas do capital entre os Estados Nacionais. De forma geral, no interior da economia mundial capitalista, os distintos ramos produtivos, com também distintas composições orgânicas do capital, reproduzem-se a partir de tempos médios de trabalho também diferenciados. A respeito do desenvolvimento desigual entre os departamentos da indústria capitalista e entre a indústria e a agricultura, Lênin (2012) observou: "O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o sistema capitalista" (LÊNIN, 2012, p. 93). Também Mandel (1982), observa que o sistema capitalista aparece como:

> [...] uma estrutura hierárquica de diferentes níveis de produtividade e como a consequência do desenvolvimento desigual e combinado de países, regiões, ramos industriais e empresas, desencadeado pela busca de superlucros. O sistema forma uma unidade integrada, mas é uma unidade integrada de partes não homogêneas (MANDEL, 1982, p. 69).

Apenas seria necessário adicionar, como expõe Marx (2017, p. 189-205) no volume III d'*O Capital*, que esta unidade indicada por Mandel é regida pela média mundial do trabalho social posta pelo desenvolvimento das forças produtivas do capital como um todo. Poderíamos dizer, assim, que as formas particulares da modernização capitalista, centrais ou periféricas, com seus tempos sociais médios de trabalho (desenvolvimento das forças produtivas), se reproduzem na relação com esta média mundial do trabalho: abaixo dela, acima dela ou de acordo com esta média. O tempo social médio mundial do trabalho rege, portanto, a totalidade da produção dentro da economia capitalista (MARX, 2013). Como veremos, a desigualdade de reprodução face ao tempo médio mundial do trabalho determina a quem é permitida a acumulação, de modo que os superlucros de alguns podem ser obtidos através da transferência internacionais de valor.

Entre as formas particulares da economia mundial capitalista – os Estados Nacionais, centrais ou periféricos – admitimos trocas necessárias de mercadorias e movimentos de capitais.

Isto remete à ideia de divisão mundial do trabalho (TROTSKY, 2008) e constitui, ademais, a noção de mercado mundial de trocas. A ideia de mercado mundial relaciona-se pois à existência de trocas mundiais e movimentos de capitais que constituem momentos necessários do processo de reprodução da totalidade capitalista. No entanto, essas trocas não são feitas em condições de igualdade entre os distintos Estados Nacionais, pois, como indicamos, estão submetidas às determinações do tempo social mundial médio do trabalho.

Grossmann (1979), considera o mercado mundial como "[...] una unidad constituida por diferentes estados que se encuentran en distintos niveles de desarrollo económico y que enfrentan en una violenta lucha competitiva paralelamente al avance de la acumulación de capital" (GROSSMANN, 1979, p. 282)[8]. Desta forma, segundo o autor, dentro do mercado mundial, os distintos Estados Nacionais, em distintos níveis de desenvolvimento das forças produtivas do capital, para além de simplesmente realizarem trocas, competem por mercados consumidores para a colocação de suas mercadorias, sejam elas agrícolas ou industriais, e por ramos lucrativos para realizar investimentos. No entanto, considerar uma luta entre Estados Nacionais a nível global em busca de mercados para a colocação de suas mercadorias e capitais é apenas a forma aparente do processo, pois, de fato, o mercado mundial é, acima de tudo, um conjunto desigualmente desenvolvido de regiões e setores produtivos – cuja mediação na reprodução mundial é dada pelo tempo social médio mundial do trabalho –, dominados por grupos econômicos com interesses convergentes ou distintos, os quais disputam entre si o domínio dos Estados Nacionais, dos mercados consumidores e das parcelas da riqueza mundialmente produzida, paralelamente ao processo de reprodução crítico mundial do capital. Deste modo, também no interior do mercado mundial, a régua social que determina quem se reproduzirá ou será suprimido, quem acumulará ou se extinguirá, é a média que, como observamos, se põe *a posteriori* em relação às produções individuais: o tempo social médio do trabalho mundial (MARX, 2013). Assim, também no mercado mundial, sob a capa da equivalência pressuposta dos valores se oculta uma luta mortal pela manutenção das posições no mercado (GIANNOTTI, 2000).

No conjunto da economia mundial de meados do século XX, o "centro" aparece na forma dos países industrializados (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Itália, Japão etc.), com maior desenvolvimento das forças produtivas do capital e que,

[8] Tradução: "[...] uma unidade constituída por diferentes estados que se encontram em distintos níveis de desenvolvimento econômico e que se enfrentam em uma violenta luta competitiva paralelamente ao avanço da acumulação de capital" (GROSSMANN, 1979, p. 282).

portanto, não apenas produziam abaixo do tempo social médio mundial do trabalho, como também lhe imprimiam um ritmo descendente. Como apontamos anteriormente, a maior produtividade do trabalho (maior desenvolvimento das forças produtivas capitalistas) significava não apenas a possibilidade de produzir mais mercadorias, mas produzi-las incorporando relativamente menos trabalho, com menores custos de produção. Deste modo, produzir abaixo do tempo médio significava, objetivamente, que estes países estavam autorizados a vender suas mercadorias de acordo com o custo médio, obtendo sobrelucros na realização de suas mercadorias no mercado mundial, apropriando-se de fatias maiores da massa do produto social mundial. A existência de um sistema unificado de preços no mercado mundial permitia, assim,

> [...] que o capital dos países capitalistas mais desenvolvidos conseguisse superlucros, pois suas mercadorias podiam ser vendidas acima de seu "próprio" preço nacional de produção e, no entanto, abaixo do "preço nacional de produção" do país comprador. Em última análise, esse sistema internacionalmente hierarquizado e diferenciado de valores diversificados de mercadorias é explicado por um sistema internacionalmente hierarquizado e diferenciado de níveis variáveis de produtividade do trabalho (MANDEL, 1982, p. 57).

Já a periferia, com incipiente desenvolvimento das forças produtivas, aparece como aquilo que, mediada e determinada pelo mesmo tempo social médio mundial de produção, se colocava, entretanto, "[...] como o que o realiza em sua forma negativa, isto é, é o que não atinge o tempo social médio, embora o componha, como forma negativa de ser de sua formação categorial" (ALFREDO, 2015a, p. 02). Reconhecemos, deste modo, a simultaneidade entre centro e periferia posta pela noção de tempo social médio mundial do trabalho. No entanto, no interior da universalidade capitalista, os ramos e as formas particulares da modernização aparecem, como indicamos, diferenciando-se em função do nível de desenvolvimento de suas forças produtivas. Deste modo, destacamos a condição tributária da realidade periférica, determinada pelo tempo mundial médio do trabalho posto pela grande indústria dos países centrais (ALFREDO, 2013).

Considerando a lógica da noção de tempo social médio mundial do trabalho, podemos dizer que, ao longo da primeira metade do século XX, a periferia do sistema capitalista, com incipiente desenvolvimento das forças produtivas, reproduzia-se criticamente na medida em que seu maior tempo social médio de trabalho impunha dificuldades para acumulação. De modo contrário, o centro da economia mundial não se reproduziria positivamente, no sentido de acumular sem contradições, pois seu menor tempo social médio do trabalho, isto é, o maior

desenvolvimento de suas forças produtivas, significaria a produção de uma enorme massa de mercadorias e capitais sem possibilidade de valorização imediata. Assim, a acumulação se processaria negativamente no centro da economia capitalista, e seria simultaneamente negada à periferia. A identidade contraditória entre centro e periferia, regidos pela valorização crítica do valor, se efetivaria como acumulação crítica de valor (sobreacumulação) e, simultaneamente, como não acumulação ou crise, sendo, portanto, a não acumulação uma forma negativa da acumulação. Nesse sentido, no plano da análise da economia mundial capitalista, a separação entre centro e periferia é sempre aparente, pois a totalidade a qual estão submetidas é sempre a valorização do valor a nível mundial, mediadas pela média social mundial do tempo de trabalho abstrato. Retomaremos a análise dessas contradições mais adiante.

Capítulo 02

O capitalismo monopolista-financeiro como totalidade

> O velho capitalismo caducou. O novo constitui uma etapa de transição para algo diferente (LÊNIN, 2012, p. 73).
>
> O século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro" (LÊNIN, 2012, p. 74).

Nesses trechos, extraídos de *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo* (2012), Lênin assinala que estava em curso, na virada do século XIX para o século XX, uma mudança na reprodução internacional do capital, um salto qualitativo na sua forma de reprodução que trouxe consigo um conjunto de mudanças econômicas, sociais e políticas para a sociedade capitalista[9]. A análise dessa nova situação concreta permitiu ao autor identificar em fins do século XIX o capitalismo em uma etapa superior: a sua transição do capitalismo de livre mercado, predominantemente industrial e concorrencial, para a sua fase superior, *imperialista*, seu estágio *monopolista e financeiro*[10].

---

[9] A questão fundamental que mobiliza Lênin era a de saber se, com o desenvolvimento do capitalismo em direção a uma fase superior, os velhos métodos de luta do proletariado seriam suficientes para fazer valer seus interesses de classe. Desta forma, Lênin compreende corretamente o problema da totalidade: o alçar do capitalismo à sua nova fase monopolista significa, simultaneamente, mudanças qualitativas na reprodução das sociedades, transformações econômicas, sociais e políticas, de forma que, em sua análise, o processo histórico responde às determinações lógicas e contraditórias do capital. O método leninista indica uma *práxis* necessária; a análise da situação concreta, revelando as suas contradições, identifica não apenas a sua crise imanente, ou a sua decomposição nos dizeres de Lênin, mas, também, aponta na direção da sua transformação prática necessária, à uma prática revolucionária. Seu projeto de transformação da sociedade capitalista, completando o projeto marxista da revolução comunista, aponta para a supressão do mundo da mercadoria, do mundo em que as relações sociais são reduzidas a relações de produção, onde o trabalho tornou-se mercadoria, onde a substância do trabalho, na forma de trabalho abstrato, é o tempo socialmente necessário: é o valor. O mundo invertido exposto por Marx em O Capital é o mundo de uma totalidade abstrata que se move pelas contradições e que, em sua fase imperialista, atinge o mais alto grau, onde essas mesmas contradições se resolvem parcialmente, ao mesmo tempo em que se repõem ampliadamente.

[10] Transformação que, segundo Lênin (2012), não pôde ser apreendida pela dialética de Marx em O Capital, ainda que os elementos necessários para sua compreensão estivessem já pressupostos em suas análises. A respeito da importância da análise marxista, da qual deriva os elementos para a compreensão da nova realidade concreta, Lênin (2012) observaria: "Há meio século, quando Marx escreveu O Capital, a livre concorrência era, para a maior parte dos economistas, uma 'lei natural'. A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre

Mandel (1982), em meados do século XX, também identificou uma mudança qualitativa na reprodução internacional do capital que caracterizaria a emergência de um desenvolvimento ulterior da época imperialista. Este novo momento o autor denominou de *neocapitalismo* ou *capitalismo tardio*. Essa transformação, entretanto, não representaria absolutamente a superação das contradições imanentes à fase imperialista do capital, marcada pela intensificação da monopolização e pela expansão mundial do capital financeiro. Deste modo, Mandel caracterizou o capitalismo tardio apenas como "[...] uma nova fase do imperialismo ou da época do capitalismo monopolista, caracterizada por uma crise estrutural do modo de produção capitalista [...]" (MANDEL, 1982, p. 150). Decorre daí que as contradições imanentes à lógica da reprodução capitalista se encontrariam, em meados do século XX, elevadas ao seu mais alto grau, o que não invalidaria as análises de Lênin sobre o Imperialismo (MANDEL, 1982, p. 5), permanecendo plenamente válidas para o capitalismo tardio. Neste capítulo buscaremos analisar alguns elementos que compõem a lógica de reprodução do sistema capitalista em sua fase monopolista-financeira, dominante, pelo menos, até meados dos anos 70, a fim de, posteriormente, mediar as leis do movimento do "capital em geral" com as formas fenomenais concretas da modernização capitalista (MANDEL, 1982).

Em *Imperialismo...* (2012), Lênin assinalou como uma das características essenciais da nova fase capitalista de princípios do século XX o enorme incremento da indústria e a concentração da produção em empresas cada vez maiores, constituindo enormes monopólios (trustes, cartéis etc.)[11] sobretudo nos países onde o capitalismo havia alcançado proporções gigantescas de acumulação. Nesses países, os monopólios apareceram como síntese da concorrência capitalista, como podemos observar:

> O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção

concorrência gera a concentração da produção, a qual num certo grau do seu desenvolvimento conduz ao monopólio. Agora o monopólio é um fato. Os economistas publicam montanhas de livros em que descrevem as diferentes manifestações do monopólio e continuam a declarar em coro que o marxismo foi refutado. Mas os fatos são teimosos - como afirma o provérbio inglês - e de bom ou mau grado há que tê-los em conta. Os fatos demonstram que as diferenças entre os diversos países capitalistas, por exemplo no que se refere ao protecionismo ou ao livre câmbio, trazem consigo apenas diferenças insignificantes quanto à forma dos monopólios ou ao momento do seu aparecimento, enquanto que o surgimento do monopólio devido à concentração da produção é uma lei geral e fundamental do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. No que se refere à Europa, pode-se fixar com bastante exatidão o momento em que o novo capitalismo veio substituir definitivamente o velho: em princípios do século XX" (LÊNIN, 2012, p. 41-42).

[11] Em função de suas condições monopolísticas, esses grandes grupos cartelizados estabeleciam entre si acordos vantajosos de compra e venda e prazos de pagamento no interior dessas economias. Ao mesmo tempo, repartiam os mercados de venda, estabeleciam preços, fixavam a quantidade e a variedade de produtos, repartiam entre si as frações da mais-valia socialmente produzida, repondo a concentração e a centralização de capitais (LÊNIN, 2012).

> mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas vimos ela transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de não mais que uma dezena de bancos que manipulam bilhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que decorrentes da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para uma ordem superior (LÊNIN, 2012, p. 123).

Também Marx, em *O Capital* (2013, p. 701-704), observou que a natureza concorrencial do capitalismo se desdobra no seu oposto, a *centralização* do capital. Como vimos, na concorrência pelo valor acrescido socialmente produzido, cada capital individual tem de produzir menos valor, com maior composição orgânica do capital, para obter uma taxa de lucro maior que os concorrentes. Indicamos, ademais, que o processo social de acumulação se realiza às cegas (ALFREDO, 2017), mediado pelo tempo social médio de produção. A *centralização* se processa, portanto, não apenas através da fusão entre capitais, como comumente se compreende este conceito marxista, mas sobretudo através das contradições que envolvem a forma valor e a forma preço das mercadorias, ou melhor, através da distribuição da mais-valia socialmente produzida, que permite sobrelucros a determinados capitalistas em condições de maior produtividade do trabalho em detrimento da supressão de tantos outros. O fenômeno da centralização não altera o volume do capital em curso em dado ciclo produtivo – ainda que reaja posteriormente sobre o processo de acumulação, acelerando-o –, pois refere-se apenas à distribuição da mais-valia socialmente produzida. Por isso, entendemos o fenômeno da centralização como a

> "[...] concentração de capitais já constituídos, supressão [*Aufhebung*] de sua independência individual, expropriação de capitalista por capitalista, conversão de muitos capitalistas menores em poucos capitalistas maiores. Esse processo se distingue do primeiro [a concentração] pelo fato de pressupor apenas a *repartição alterada dos capitais já existentes e em funcionamento*, sem que, portanto, seu terreno de ação esteja limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. Se aqui o capital cresce nas mãos de um homem até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros homens. Trata-se da centralização propriamente dita, que se distingue da acumulação e da concentração" (MARX, 2013, p. 701-702).

A centralização do capital é, portanto, diferente da concentração simples do capital. Em condições normais, a concentração, que se confunde com o conceito de acumulação, permitiria o crescimento de inúmeros capitalistas individuais, por isso é concentração "[...] crescente dos

meios sociais de produção e do comando sobre o trabalho" (MARX, 2013, p. 701). No entanto, ao longo do processo de circulação o mais-valor produzido se distribui de acordo com a produtividade dos distintos capitais individuais, de modo que a concentração simples passaria, então, a constituir-se como centralização do capital, determinando a "[...] expropriação de muitos capitalistas por poucos" (MARX, 2013, p. 832). Portanto, concentração e centralização do capital constituem pares do processo de acumulação capitalista, confundem-se com esta. Juntas definem a reprodução do capital em escala ampliada.

Ainda que a noção de monopólio não se confunda propriamente com o fenômeno da *centralização* do capital, foi apenas a partir deste processo que se constituiu a concentração de capitais em empresas enormes que, em função das condições avantajadas de desenvolvimento de suas forças produtivas, viram-se em condições de controlar parcelas dos mercados nacionais dos Estados capitalistas. Os monopólios nacionais projetam-se, ademais, para o mercado mundial, constituindo cartéis e trustes internacionais. Mandel (1982) observa que, em meados do século XX, a concentração e a centralização internacionais do capital ganhariam impulso, dando origem a gigantescos monopólios, vulgarmente denominados como *empresas multinacionais*. Ainda segundo Mandel (1982), no período do Imperialismo clássico, a competição internacional entre os monopólios imperialistas punha dificuldades para que ocorresse propriamente a fusão internacional do capital. Naquele momento, os monopólios constituíam-se a nível nacional, contentando-se com a realização de acordos temporários a nível internacional. A partir de meados do século XX, no entanto, a concentração e a centralização internacionais do capital alcançariam níveis ciclópicos. As forças produtivas romperiam os estritos limites dos Estados Nacionais, determinando uma tendência ascendente de internacionalização da produção e da realização da mais-valia mundialmente produzida, ao mesmo tempo em que a apropriação desta tendeu cada vez mais a se concentrar em uma estreita faixa de capitalistas (MANDEL, 1982). O espraiamento dos grandes monopólios em direção ao mercado mundial entrelaça, ademais, seus interesses privados com os interesses dos Estados Nacionais. Nesse contexto, também as políticas dos Estados adquirem um caráter monopolista, buscando reter para esses cartéis frações do mercado mundial, favorecendo-os diretamente em acordos internacionais de comércio etc. Deste modo, a ação do Estado insere-se na concorrência intercapitalista e influencia a distribuição da mais-valia socialmente produzida, com vantagens para alguns em detrimento de outros (MANDEL, 1982).

Ao longo da primeira metade do século XX, a busca pela realização de superlucros fez com que a acumulação de capitais nestes monopólios gigantescos alcançasse níveis elevados, de modo que uma parcela sempre crescente de seus capitais se encontraria ociosa. Sob tais condições de excedentes de capitais, centralizados em grandes grupos monopolistas, ampliou-se, desde fins do século XIX, o setor de financiamentos que se tornou crucial para a valorização do capital de todos os capitalistas, ou seja, o capital centralizado e ocioso neste grupos, que não encontrava aplicação imediata, passou a ser disponibilizado para investimentos na forma de empréstimos, disponível nas mãos de grandes bancos[12] ou casas financiadoras. Segundo Lênin (2012), esse capital financeiro não exploraria diretamente o trabalho, mas ofereceria meios para que essa exploração ocorresse, remunerando-se através dos *juros* sobre o mais-valor produzido, daí Marx (2017) o denominar *capital portador de juros*. A principal função deste capital bancário tornou-se a de *converter o capital-dinheiro ocioso em capital ativo* (MARX, 2017, p. 386), isto é, em capital que rende lucro e juros, colocando esses fundos à disposição da classe capitalista, acelerando a rotatividade mundial do capital. Este capital bancário não era, portanto, simples intermediário para o pagamento de dívidas, era indispensável para o financiamento da produção capitalista e, ademais, essencial na concorrência industrial, tal como observa Marx:

> [...] com a produção capitalista, constitui-se uma potência inteiramente nova: o sistema de crédito, que em seus primórdios insinua-se sorrateiramente como modesto auxílio da acumulação e, por meio de fios invisíveis, conduz às mãos de capitalistas individuais e associados recursos monetários que se encontram dispersos pela superfície da sociedade em massas maiores ou menores, mas logo se converte numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais (MARX, 2013, p. 702).

O próprio capital bancário tornou-se monopolista, dispondo de quase todo o capital imprescindível à reprodução dos grandes grupos industriais e Estados, chegando, ademais, a controlar meios de produção e fontes de matérias-primas (LÊNIN, 2012). Formou-se, nesse contexto, uma oligarquia financeira que controlava, já no início do século XX, as operações comerciais, industriais e governamentais das sociedades capitalistas, exercendo influência através do crédito e determinando as condições de produção e rentabilidade, privando-os de capital ou acelerando a acumulação em grandes proporções. Projetando-se do interior das

[12] Segundo Lênin (2012), a formação dos grandes bancos mundiais na primeira metade do século XX remete aos mesmos processos de concentração e de centralização de capitais, ou seja, acessando lucros volumosos e absorvendo adversários através da concorrência. Tal como as indústrias, estes bancos absorviam os pequenos, incorporavam, subordinavam, por meio da participação no seu capital, da compra ou da troca de ações etc.

grandes nações capitalistas, um punhado de bancos e casas financiadoras controlava, já na primeira metade do século XX, a reprodução mundial do capital:

> Três ou cinco grandes bancos de qualquer uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a "união pessoal" do capital industrial e bancário e concentraram nas suas mãos bilhões e bilhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. A oligarquia financeira, que tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção: tal é a manifestação mais evidente deste monopólio (LÊNIN, 2012, p. 166).

Desdobrando-se a partir da produção industrial, o capital bancário buscou cada vez mais uma reprodução autônoma, realizando, a partir de fins do século XIX, a inversão total do processo, na medida em que se definiu cada vez mais a dependência completa do capital industrial e dos governos em relação aos bancos (LÊNIN, 2012). A junção e submissão do capital industrial ao capital bancário, monopolizado por uma fração estreita da burguesia das economias centrais, tais eram, segundo Lênin (2012), as principais características do *capitalismo financeiro*, que se constituiu entre fins do século XIX e princípios do XX. Nas palavras de Lênin (2012): "[...] o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital de grupos monopolistas de industriais" (LÊNIN, 2012, p. 124).

O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implicou no domínio do *rentier* e da oligarquia financeira no interior dos Estados monopolistas (LÊNIN, 2012). Ao mesmo tempo, no plano internacional, um conjunto de Estados monopolistas de poder financeiro, detentores dos grandes bancos e casas financiadoras, passou a submeter todos os restantes, transformando-se nos únicos financiadores da reprodução mundial do capital (LÊNIN, 2012). Por este motivo, observa Lênin (2012), os termos "Estado usurário" ou "Estado-*rentier*" passaram a ser usados com frequência dentro das publicações sobre o imperialismo, a fim de designar um pequeno conjunto de países financiadores que submetiam e extorquiam juros de uma maioria esmagadora de países devedores.

Se inicialmente o capital bancário desdobra-se, como indica Lênin (2012), a partir dos capitais industrial, sua atuação sobre este lhe imprime novas condições de reprodução. Assim, o capital bancário reforçou e acelerou a acumulação de capitais em grandes empresas e indústrias monopolistas, fornecendo os meios necessários para levar à frente o desenvolvimento de suas forças produtivas, os capitais imprescindíveis na concorrência capitalista, como

indicamos anteriormente. Para um capitalista individual, o crédito ofertado pelo capital bancário representaria a possibilidade de investimentos, de realizar a compra de capitais constantes e variáveis sem que, no entanto, tivesse produzido previamente a venda de suas mercadorias, isto é, sem que tivesse produzido valor. Deste modo, capital geraria capital. O valor aparece aqui apenas como promessa futura. Como observa Lima (2017), na medida em que se amplia a produtividade social do trabalho, tal processo de *ficcionalização* se tornaria tão recorrente "[...] quanto tempestades no verão" (LIMA, 2017, p. 29). Segundo Lênin (2012), desde a primeira metade do século XX a penetração maciça do capital portador de juros nos dois departamentos da grande indústria capitalista, o produtor de matérias-primas e máquinas e o produtor de bens de consumo, significou não apenas ampliação do volume de mercadorias produzidas por estes, mas também a produção de um enorme excedente de capitais, alocados nas grandes potências monopolistas. No entanto, esses investimentos não permitiram a produção ampla de mais-valia, como veremos a frente.

As dificuldades para a realização das mercadorias e capitais nos estreitos limites dos mercados dos países capitalistas industriais, constituiu, ao longo da primeira metade do século XX, um fenômeno de ampliação da ociosidade de capitais nestes países, configurando uma sobreacumulação[13] de capitais, particularmente nas grandes potências monopolistas, como Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, França e Japão. Daí, segundo Lênin (2012), uma das características mais marcantes do capitalismo em sua fase financeira: um enorme *excedente de capitais* (mercadorias e principalmente capitais) estava *ocioso* e alocado nos países industrializados da economia mundial.

A ativação destes excedentes apareceria como condição necessária para a continuidade e reprodução do capitalismo, na medida em que capital ocioso implica, necessariamente, em capital que não gera valor, portanto, capital em desvalorização. Ao mesmo tempo, como observa Mandel (1982), na medida em que se constitui a sobreacumulação, o "[...] capital acumulado só pode ser investido a uma taxa de lucros inadequada, e, em proporção crescente, apenas a uma taxa declinante de juros" (MANDEL, 1982, p. 76), e isto, logicamente, também constitui desvalorização, pois, neste caso, o capital estaria produzindo uma taxa menor de lucros do que aquela através da qual foi produzido. Ademais, valorizando-se a partir do lucro médio estes capitais veriam espoliados os excedentes que comporiam o sobrelucro, situação que, como

[13] O conceito de sobreacumulação "[...] não é jamais absoluto, mas sempre relativo: não há nunca capital 'em demasia', em termos absolutos; há muito capital em disponibilidade para que se atinja a taxa média social de lucros esperada" (MANDEL, 1982, p. 76).

indicamos, permite apenas a reposição dos pressupostos da produção, dificultando, por exemplo, a formação de novo capital. A produção ampliada de excedentes surge, como vimos, da lógica interna do próprio capitalismo, mas, ao mesmo tempo, estes excedentes aparecem como sua barreira lógica, pois, a não realização destes significaria, objetivamente, que o capital não se realizou em seu conceito, não acumulou. Aqui, mais uma vez, a crise se constituiria no modo de ser do capital, "[...] sua reprodução se daria criticamente, pela dissolução de seus próprios pressupostos" (LIMA, 2017, p. 30).

A saída poderia ser encontrada através da valorização em esferas onde o capital pudesse obter sobrelucros. Mandel (1982, p. 52-53) indica cinco principais fontes de sobrelucros sob o capitalismo monopolista, são elas: 1) a renda absoluta da terra; 2) quando a composição orgânica de um capital particular é maior que a média do setor; 3) quando é possível reduzir o preço pago pela força de trabalho (abaixo de seu valor); 4) quando é possível reduzir o preço pago pelas partes do capital constante (geralmente capitais circulantes, matérias-primas); 5) quando o tempo de rotação de um capital circulante específico é menor do que o da média do capital circulante social, sem que haja uma generalização a médio prazo desse período mais reduzido, ou seja, em caso de monopólio de tecnologias que aceleram a rotação dos capitais circulantes. Parece-nos absolutamente plausível, portanto, que a busca pela valorização tenha envolvido estas diferentes fontes.

Ao longo da primeira metade do século XX, a periferia do sistema capitalista apresentaria maiores possibilidades de valorização para estes capitais excedentes acumulados no centro da economia mundial, na medida em que sua menor composição orgânica do capital e a existência de uma grande massa de força-de-trabalho extremamente barata permitiriam a formação dos sobrelucros. Neste contexto, Mandel (1982, p. 57) observa que, ao longo da primeira metade do século XX, constituiu-se um movimento crescente de exportação de capitais em direção à periferia do sistema capitalista, desencadeado pela busca de superlucros e pela busca de capitais constantes circulantes barateados, que teria resultado num aumento temporário na taxa média de lucro nos países centrais da economia capitalista. Paralelamente, o fenômeno de busca por sobrelucros na periferia do sistema capitalista desdobrou-se no acirramento da luta imperialista entre as grandes potências. Deste modo, a deflagração de inúmeros conflitos bélicos na primeira metade do século XX revelaria o sentido da luta por fontes de matérias-primas, por mercados para exportar capitais ociosos, por "[...] 'esferas de

influência', isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral" (LÊNIN, 2012, p. 166).

A constituição de monopólios mundiais, a supremacia do capital financeiro, as exportações de capitais (mercadorias e capitais) e a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas, tais eram as características essenciais da economia mundial capitalista ao longo da primeira metade do século XX (LÊNIN, 2012).

Capítulo 03

Acelerando em direção ao colapso: o desenvolvimento das forças produtivas do capital e suas contradições

1. O desenvolvimento das forças produtivas do capital ao longo da primeira metade do século XX

Finalizamos o capítulo anterior indicando que o capitalismo monopolista padecia de um excedente de capitais que, ao longo da primeira metade do século XX, tendia a se ampliar. Neste capítulo, buscaremos analisar propriamente as contradições que dão origem e emanam deste processo.

Ao longo da primeira metade do século XX o modo capitalista de produção passou por transformações estruturais, com o aprofundamento da produtividade mundial do trabalho. Em parte, essas transformações remetem à II Revolução Industrial que havia ocorrido na Europa a partir de meados do século XIX. Esta, aperfeiçoou a tecnologia do vapor e do ferro, com a produção do aço, levando à ampliação mundial da malha ferroviária e da frota de navios cargueiros, permitindo o acesso das grandes potências às fontes de matérias primas na periferia e ampliando a oferta mundial de produtos primários (GROSSMANN, 1979). Mas, ao longo da primeira metade do século XX, também surgiram outras inovações, como a eletricidade, o petróleo, o motor a combustão, o automóvel, além de desenvolvimentos na área da física, química, farmacêutica, etc. No decorrer do século, outras invenções como a energia nuclear, o radar, os sistemas de telecomunicação (rádio e televisão), as tecnologias bélicas, motores a jato, o avião, etc. – a maioria delas derivadas diretamente das guerras –, vieram a impulsionar o amplo desenvolvimento das forças produtivas do capital do período.

Revoluções nas tecnologias produtivas do capital implicam, ademais, em revoluções nas formas de organização do trabalho e, ademais, nas condições gerais do processo social de produção. Neste sentido, ao longo da primeira metade do século XX observamos a constituição de um novo modo de regulação do trabalho (HARVEY, 2014) no interior da Grande Indústria

capitalista, o *fordismo*. A produtividade alcançada pelo método fordista redefiniu o conceito de produção industrial, que passaria então a ser chamada de "produção em massa". A racionalidade do processo se mostrou, entretanto, ilusória, na medida em que a ampliação da produtividade do trabalho se mostrou insuficiente para se realizar no consumo das massas nos países centrais, ampliando a sobreacumulação de mercadorias, o que levaria, particularmente nos Estados Unidos, à uma grande crise econômica que se principia em fins da década de 1920.

Desta forma, na primeira metade do século XX, a indústria monopolista não apenas caracterizou-se por uma ampla concentração do capital, como vimos no capítulo anterior. Este capital estaria disposto agora para novos investimentos produtivos, ampliando, no decorrer da primeira metade do século XX, o desenvolvimento mundial das forças produtivas do capital, o que traria consequências para a produtividade industrial, ampliando-a incomensuravelmente. No entanto, esse aprofundamento das forças produtivas do capital no período não apenas ampliou a oferta mundial de mercadorias e capitais, que se tornariam ociosos nos países industrializados da economia mundial, mas conduziu, em todo o período, a desdobramentos bélicos, como a I e a II Guerras Mundiais, e a crises periódicas de superprodução. Particularmente a Grande Crise de 1929 revelar-se-ia como uma crise de superprodução, demonstrando a insolvabilidade destas mercadorias e capitais que apenas encontrariam sua realização na exportação para a periferia ou na destruição pela guerra.

Deste modo, não se trata de casualidade histórica o aumento no ritmo de criação de inovações tecnológicas simultaneamente ao aumento também acelerado da acumulação mundial capitalista. Os investimentos de capitais na criação direta de inovações tecnológicas (máquinas motrizes, fontes de energia etc.) permitem, em certo sentido, realizar uma parte dos excedentes de capitais que se acumulam, de ciclo em ciclo, no interior do modo de produção capitalista. Mandel (1982) observa que as chamadas "revoluções tecnológicas" constituíram-se como fases de ingresso de capitais ociosos. A própria ciência tornou-se ao longo da expansão mundial do modo capitalista de produção, um investimento autônomo, com seus capitais fixos (laboratórios, instrumentos de pesquisa etc.) e circulantes (salários, matérias-primas etc.) (MANDEL, 1982). Surgindo inicialmente a partir da divisão social do trabalho (MARX, 2017), a ciência passou, com o desenvolvimento capitalista, a revolucionar sua base produtiva, apresentando-se, posteriormente, sob o capitalismo monopolista-financeiro, também como esfera privilegiada de absorção de seus excedentes.

Se a ciência se torna um ramo de negócios, devemos assinalar, no entanto, que se trata inicialmente de um ramo improdutivo, isto é, que não produz imediatamente valor, pois os capitais investidos nessa esfera só se valorizam na medida em que o trabalho ali realizado permita, futuramente, a produção de mercadorias (MANDEL, 1982). No entanto, como apontamos, o desenvolvimento científico permite absorver uma parcela significativa dos capitais ociosos que se acumulam sob o capitalismo. Nesse sentido, a ciência aparece, para o capitalista individual, como *faux frais* de produção, isto é, como "falso custo" que deve ser reduzido no curso da produção. Entretanto, a pressão permanente para a ampliação das forças produtivas mundiais do capital, que se processa na medida em que a equalização mundial das taxas de lucro aparece como tendência posta pela concorrência, resulta inevitavelmente, numa busca contínua pelo desenvolvimento tecnológico e científico.

Vimos como a concorrência intercapitalista impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas do capital, reajustando o tempo social médio, e leva à eliminação dos capitais menos produtivos, reduzindo o mais-valor produzido e, ao mesmo tempo, centralizando os capitais numa fatia estreita da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, vimos como deste processo se origina uma crescente massa de mercadorias e capitais que ampliam as dificuldades de realização do valor sob o modo capitalista de produção. A expansão das forças produtivas capitalistas levanta, portanto, barreiras à valorização do valor, através da tendência à superprodução, à sobreacumulação. Neste contexto, em função da concorrência intercapitalista, a expansão da capacidade produtiva do capital se revela inexorável (MARX, 2017), isto é, desenvolve-se, no interior do modo de produção, uma pressão intensa pela incorporação de novas tecnologias aos processos produtivos. Contraditoriamente, em função do pressuposto da concorrência, cada capitalista busca sobrelucros através da expansão de suas forças produtivas, incorporando novas tecnologias, reorganizando o trabalho, e eliminando, neste processo, os capitalistas menos produtivos, desativando seus meios de produção e força de trabalho[14]. Uma vez que ocorra a disseminação destas inovações, os competidores têm mais uma vez um incentivo para dar um salto à frente, buscando reter o sobrelucro extraído da massa socialmente produzida.

[14] Marx (2017, p. 701) observa, no entanto, que o processo de acumulação é regido não apenas por forças atrativas de capital, mas também por forças repulsivas, ou seja, na medida em que este processo se desenvolve, o desenvolvimento da divisão social do trabalho resultaria, logicamente, na entrada de outros capitalistas em outros ciclos produtivos. Isso, no entanto, não invalida a lei da centralização do capital, na medida em que, com o desenvolvimento intenso das forças produtivas mundial do capital, o volume de capital requerido para mobilizar quantias irrisórias de trabalho se amplia em todas as esferas capitalistas.

2. A aceleração do tempo de rotação dos capitais fixos

Para um capitalista individual, a renovação de seu capital fixo, isto é, a incorporação de inovações tecnológicas (máquinas e instalações produtivas), não ocorre, obviamente, a todo ano. Os capitais fixos que entram no processo de produção capitalista transferem apenas parte de seus valores aos produtos e continuam a funcionar, apesar do desgaste, durante anos (MARX, 2014). Os capitais circulantes (matérias-primas e salários) por sua vez, entram no processo de produção e transferem todo o seu valor ao produto, são consumidos completamente, de modo que devem ser renovados para que o processo de produção possa ser reiniciado (MARX, 2014). Para um capitalista individual o processo de produção inicia-se com o capital em sua forma monetária, sendo investido na compra destes capitais fixos e circulantes. Ao término do ciclo produtivo e da circulação, representado por Marx pela fórmula simplificada *D...D'* (Dinheiro...Dinheiro Ampliado), o capital deve retornar ampliado e encontrar-se, novamente, na forma do capital monetário, mas antes disso, percorre uma série de metamorfoses (valor, mercadoria, dinheiro etc.). Assim, afirma Marx, tão logo o valor-capital total investido por um capitalista individual "[...] num ramo qualquer de produção tenha concluído seu ciclo, ele se encontra novamente em sua forma inicial e pode, então, repetir o mesmo processo" (MARX, 2014, p. 237). A este ciclo do capital, Marx dá o nome de *tempo de rotação do capital*. O tempo de rotação do capital constitui, assim, uma abstração, na medida em que cada componente do capital produtivo, seus capitais fixos e circulantes, possuem distintos períodos de rotação. De forma geral, podemos dizer que a rotação dos elementos fixos que formam o capital produtivo de um industrial abarca várias rotações da parte circulante de seu capital, assim, se a cada ciclo rotativo todo o capital circulante deve ser reposto, de modo contrário, apenas uma pequena parcela do valor do componente fixo do capital produtivo é renovada ou reposta; ela é representada, por exemplo, pelos reparos necessários para o funcionamento das máquinas e das instalações industriais, ou ainda pela substituição de peças em processo acelerado de desgaste. Decorrerão várias rotações sucessivas de capitais circulantes até se completar a rotação completa do capital fixo de um industrial (MARX, 2014).

Apenas a rotação completa do capital fixo possibilita, portanto, a transferência completa do mais-valor nele contido, isto é, apenas quando a maquinaria transfere totalmente seu valor às mercadorias produzidas seria então substituída, trocada por uma inovação tecnológica de maior produtividade. Deste modo, a peculiaridade do capital fixo reside no fato de que, no

momento de sua compra, o capitalista desembolsa um montante de dinheiro que apenas a longo prazo retorna ao seu bolso:

> A parte do valor do capital produtivo investida no capital fixo é desembolsada inteiramente e de uma só vez para todo o tempo de funcionamento daquela parte dos meios de produção em que consiste o capital fixo. Portanto, esse valor é posto em circulação pelo capitalista de uma só vez, mas só é retirado novamente da circulação de modo fragmentado e gradual, por meio da realização das partes de valor que o capital fixo adiciona fragmentariamente às mercadorias (MARX, 2014, p. 250).

Deste modo, ao longo do processo produtivo o valor de um capital fixo assume uma dupla existência:

> [...] uma parte dele permanece vinculada à sua forma de uso ou natural, que integra o processo de produção, enquanto outra parte se desgarra dessa forma como dinheiro. No decorrer de seu funcionamento, a parte do valor existente na forma natural diminui constantemente, ao passo que sua parte de valor convertida em forma-dinheiro aumenta de modo constante, até que o meio de trabalho se esgote e todo seu valor, separado de seu cadáver, seja realizado (MARX, 2014, p. 245).

Ao longo dos sucessivos ciclos rotativos dos capitais circulantes, as porções que compõem o valor de um capital fixo são pouco a pouco convertidas em capitais, metamorfoseadas na forma monetária. Diferentemente dos capitais circulantes, elas não poderão retornar imediatamente ao processo produtivo, isto é, não serão reinvestidas imediatamente, por exemplo, na compra de uma nova tecnologia[15]. Segundo Marx, essas porções permanecerão "suspensas" até que se complete o ciclo total de rotação do capital fixo, isto é, "[...] até que se inicie esse período de reprodução, seu valor irá se acumulando gradualmente, na forma de um fundo monetário de reserva" (MARX, 2014, p. 246).

O tempo de rotação do capital fixo tende então a interferir no processo de rotação do capital como um todo, pois circula em um maior tempo e, enquanto estiver ativo, não permite a sua substituição (a não ser que o capitalista assuma perdas), não permite a reconversão total do capital, constituindo-se em barreira à realização de parte dos capitais retornados ao longo de sucessivos ciclos produtivos. Assim, no interior do processo de produção o tempo acelerado de

[15] Do mesmo modo, essas porções não podem ser utilizadas para o custeamento dos reparos ou remendos, pois, segundo Marx (2014, p. 256), na medida em que o valor do capital fixo só é completamente metamorfoseado em dinheiro decorrido o seu tempo de rotação total, este capital monetário (dinheiro) ao ser criado, apenas reporá o valor do capital originalmente investido, mas não os novos capitais que nesse ínterim foram acrescentados sob a forma de reparos e reposições. Estes valores adicionais devem ter seus custos contabilizados no preço das mercadorias, agregados ao preço do produto em partes alíquotas e, consequentemente, repostos mediante a realização das mercadorias (MARX, 2014, p. 258).

rotação dos capitais circulantes contrapõe-se ao menor tempo de rotação do capital fixo. Aqui aparece temporariamente a figura da sobreacumulação. Deste modo, como expõe Marx, ao fim do tempo de rotação do capital existirá periodicamente capital suspenso que não pode retornar imediatamente ao processo produtivo em função do elevado tempo de rotação do capital fixo, e se põe momentaneamente sob a forma de capital monetário (ou sob a forma de capital-mercadoria). Enquanto estiver fixado, o capital não circula integralmente e desvaloriza-se (MARX, 2014); ao mesmo tempo, impede o retorno imediato dos investimentos ao processo produtivo capitalista.

O desenvolvimento tecnológico, que acompanha o capitalismo ao longo do século XX, permitiria, assim, acelerar o tempo de rotação de tecnologias ao longo do processo produtivo capitalista, diminuindo o tempo em que o capital se põe sob esta forma fixa. No entanto, ainda que este desenvolvimento lógico tenha aumentado o consumo dos capitais fixos no interior do processo produtivo capitalista, este mesmo desenvolvimento implicou em aumentar o volume de capitais que se põem sob esta forma, reduzindo a participação do trabalho vivo. A aceleração do tempo de rotação do capital aparece, assim, como desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

3. O tempo de curso como detração do valor

Marx distinguiu no interior do tempo total de rotação do capital dois períodos distintos: o tempo de produção do capital e o seu tempo de circulação (ou de curso). O tempo de produção confunde-se com o tempo de trabalho (ainda que não seja equivalente a ele) e representa de forma geral o processo de produção de mercadorias, isto é, a produção de valor através do consumo do trabalho e dos capitais constantes. O tempo de circulação representa o movimento de circulação do capital, no interior do qual o valor se metamorfoseia e se realiza. No primeiro período, o capital se encontra ora sob a forma de capital monetário, ora sob a forma de capital produtivo, ora sob a forma de capital mercadoria. Já neste último período o capital se encontra ora sob a forma de capital-mercadoria, ora sob a forma de capital-monetário. Portanto, durante o seu tempo de circulação, “[...] o capital não atua como capital produtivo e, por isso, não produz mercadoria e nem mais-valor” (MARX, 2014, p. 204). Se considerarmos a forma

simples do ciclo do capital (MARX, 2014), isto é, aquele em que o tempo de produção é sucedido pelo tempo de circulação, então, ao iniciar-se a circulação, o tempo de produção deveria ser então interrompido, seja na indústria ou na agricultura. A duração do tempo de circulação, maior ou menor, determina a velocidade de reinício do tempo de produção pois determina assim o tempo de retorno dos capitais investidos. Quanto maior for o tempo de circulação do capital maior seria, portanto, o tempo em que o capital deixa de produzir valor. Quanto menor a circulação, mais rapidamente ele retorna, com mais rapidez se reinicia o processo de valorização. Deste processo, Marx conclui que:

> [...] quanto mais longa for a permanência de suas partes alíquotas na esfera de circulação, menor terá de ser sua parte que atua constantemente na esfera da produção. Assim, a expansão e a contração do tempo de curso agem como limite negativo à contração e à expansão do tempo de produção, ou da extensão na qual um capital de dada grandeza pode funcionar como capital produtivo. Quanto mais as metamorfoses da circulação do capital são apenas ideais, isto é, quanto mais o tempo de curso é = 0 ou próximo de zero, tanto mais atua o capital e tanto maior se torna sua produtividade e autovalorização (MARX, 2014, p. 228).

Aqui encontramos a primeira contradição que emana do movimento de rotação do capital. Na medida em que não produz valor, a circulação capitalista aparece como desvalorização do capital pois não permite que o capital esteja empenhado diretamente na apropriação de mais-valia, na exploração do trabalho (MARX, 2011a, p. 530). Ao analisar o ciclo do capital sob a forma de mercadoria, Marx observa que:

> Enquanto permanece fixado em sua figura de produto acabado, o capital não pode atuar como capital, é capital *negado*. O seu processo de valorização é interrompido na mesma medida e seu valor em processo é negado. Para o capital, isso aparece, por conseguinte, como perda, como perda relativa de seu valor, porque seu valor consiste justamente no processo de valorização. Em outras palavras, essa perda do capital nada mais significa que para ele transcorre um tempo inaproveitado, tempo durante o qual, pela troca com o trabalho vivo, ele poderia se apropriar de *tempo de trabalho excedente*, de trabalho alheio, caso não tivesse ocorrido a paralisação (MARX, 2011a, p. 451).

Diante do exposto, compreende-se a importância de que a circulação do capital seja acelerada pois dela depende o reinício do processo de valorização do valor. A expansão mundial dos meios de transporte (ferrovias, navios e automóveis), ao longo da primeira metade do século XX, responde à esta necessidade de acelerar o ciclo do capital sob a forma mercadoria e seu ciclo sob a forma monetária.

Ao mesmo tempo, a circulação impõe custos ao capital, isto é, custos para levar os produtos ao mercado através dos meios de transporte, custos para deslocar o capital monetário através de transferências bancárias, custos para realizar a venda das mercadorias etc. Nesse contexto, a criação das condições para que as trocas se realizem aparecem como custos que incidem sobre o tempo de produção capitalista, aparecem como *faux frais de production* (despesas gerais ou incidentais de produção) (MARX, 2011a). Do ponto de vista de um capitalista individual, portanto, "[...] todo trabalho requerido para lançar à circulação o produto acabado [...] é um obstáculo a superar" (MARX, 2011a, p. 432). Segundo Marx (2011a), estes custos devem ser considerados como deduções do mais-valor produzido ao longo do ciclo produtivo do capital, isto é, o tempo em o capital não atua como capital produtivo, em que não cria valor, é deduzido do tempo de sua valorização e, nesse sentido, representa mais uma vez, desvalorização e não criação de valor. Assim:

> [...] se as rotações só fossem determinadas pela duração de uma fase de produção, a valorização total seria simplesmente determinada pelo número das fases de produção contidas em um dado espaço de tempo; ou as rotações seriam determinadas absolutamente pelo próprio tempo de produção. Esse *seria o máximo da valorização*. É claro, portanto, que o tempo de circulação, considerado absolutamente, é uma dedução do máximo da valorização, que é < [menor] do que a valorização absoluta (MARX, 2011a, p. 526).

Se a circulação tende a zero, o capital poderia atuar mais aceleradamente como capital, isto é, atuar produtivamente. A circulação se faria nesse contexto com um tempo extremamente reduzido em relação à produção. Mas isso só pode ser conseguido com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, o que significa, propriamente, aumentar a massa de capitais retidos em sua forma fixa (navios, automóveis, caminhões, cabos de comunicação etc.), aumentar os custos para circular o capital. Se o capital trabalha sob encomenda, como no sistema *just in time*, o seu tempo de circulação é praticamente nulo e o seu ciclo de metamorfoses se antecipa na forma monetária antes mesmo que as mercadorias sejam produzidas (pagamento antecipado).

Deste modo, vemos como apenas idealmente os tempos de produção e circulação se sucedem temporalmente. O que parece caracterizar de fato a reprodução ampliada capitalista é o fenômeno da simultaneidade entre produção e circulação, isto é, tão logo o capital-mercadoria de um ciclo produtivo passe da esfera produtiva para a esfera da circulação, o processo de produção se reinicia, sem que, no entanto, as mercadorias e o mais-valor produzido se realizem. Deste modo, para que o processo de produção possa efetivamente ocorrer apenas parte do

capital de um industrial deve estar vinculada ao processo de produção. Ao mesmo tempo em que parte dos capitais industriais se encontram na esfera de produção, parte dos capitais se encontram na esfera de circulação, ou, em outras palavras, "[...] uma parte só pode funcionar como capital produtivo sob a condição de que outra parte se mantenha, na forma de capital-mercadoria ou capital monetário, à margem da produção propriamente dita" (MARX, 2014, p. 362). Isto significa, ademais, que, na medida em que as mercadorias postas a circular ao fim da primeira fase produtiva ainda não se realizaram, para que a segunda fase do processo produtivo se inicie simultaneamente à circulação, um capitalista precisará de fundos adicionais. Isto pode ser adquirido, por exemplo, através de um caixa previamente constituído pelo capitalista ou através de crédito, obtido junto ao mercado de capitais.

4. A redução do tempo de rotação do capital e suas contradições

Vemos como o processo de produção do capital diferencia-se de sua circulação na medida em que esta se caracteriza pela detração do valor extraído pela mobilização do trabalho no interior do processo produtivo. Mas entre a produção e a circulação do capital interpõem-se outras contradições. Na medida em que produção e circulação distinguem-se pelo desenvolvimento de suas forças produtivas, as relações entre estas são marcadas por contradições: quanto menor for o período de circulação capitalista em relação ao período de produção, quanto mais rapidamente a mercadoria se metaboliza em capital monetário, tanto mais capitais ficarão suspensos na forma monetária aguardando para que se reinicie o processo produtivo. Por outro lado, se o tempo de circulação for maior que a produção, ainda assim capitais se colocariam suspensos na forma de "mercadorias", que posteriormente se metamorfoseariam em capital monetário. Disso se segue que, no interior da reprodução mundial capitalista marcada pelo elevado tempo de rotação do capital, a liberação de capital na forma monetária tem de constituir regra (MARX, 2014). O efeito do elevado tempo de rotação do capital é analisado da seguinte forma por Marx (2017):

> [...] em decorrência do período requerido para a rotação, o capital inteiro não pode ser simultaneamente empregado na produção; que, portanto, uma parte do capital é continuamente imobilizada, seja na forma de capital monetário, de matérias-primas em estoque, de capital-mercadoria acabado, porém ainda não vendido, seja na forma de títulos de crédito ainda não prescritos; que do

> capital operante na produção ativa, ou seja, na criação e na apropriação de mais-valor, subtraia-se continuamente essa parte e que o mais-valor criado e apropriado seja continuamente reduzido na mesma proporção (MARX, 2017, p. 97).

Deste modo, na medida em que o tempo de rotação do capital seja elevado, tanto em sua fase produtiva quanto em sua fase de circulação ou no interior do modo capitalista de produção como um todo, haverá sempre produção de capitais que se põem momentaneamente suspensos, pois, como vimos, a reintrodução destes capitais não pode ser realizada tão logo sejam finalizados um dos ciclos do capital.

Vimos como o processo de produção global do capital inclui tanto o seu tempo produtivo, onde se apropria do mais-valor produzido pelo trabalho, quanto o seu tempo de curso, seu tempo de circulação. Ao longo da exposição fizemos abstração da realização das mercadorias e do fenômeno da transferência de valor, na medida em que o fenômeno analisado é a rotação do capital como um todo, seu sucessivo metabolismo. No entanto, como observamos anteriormente, o desenvolvimento das forças produtivas sob o modo de produção capitalista, que determina a apropriação da mais-valia socialmente produzida, realiza-se sob a lei da concorrência, ou seja, devemos lembrar que o lançar das mercadorias em circulação, como aqui considerado, não significa propriamente realização destas mercadorias ou mesmo realização em condições favoráveis. Mas, considerando esta realização, podemos observar como o mais-valor produzido e os investimentos retornados encontram dificuldades para reiniciar o processo de valorização tão logo se encontrem com as elevadas condições de rotação reinantes. Deste modo, parte dos capitais produzidos ao longo dos ciclos de rotação do capital se torna "suspensa", "ociosa" ou "fica inativa" momentaneamente (MARX, 2014; 2011), na forma de mercadorias e principalmente na forma monetária, pois não pode voltar a participar imediatamente do processo produtivo e da produção do valor em função do elevado tempo de rotação do capital, ou de uma de suas fases. Neste contexto, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas aparece, mais uma vez, como lei inexorável do capital, a qual permitiria realizar os excedentes de capitais que se acumulam em seu interior.

Deste modo, como observa Marx, tão logo esteja concluída a rotação completa do capital fixo ou mesmo antes que isso ocorra, o capital monetário liberado ao longo de sucessivos ciclos rotativos pode ser utilizado para ampliar a escala de produção do próprio capitalista, mobilizando a incorporação de tecnologias mais produtivas na medida em que este busque saltar à frente de seus concorrentes. Marx (2013), observa com acuidade que no transcurso da

acumulação capitalista, os capitais adicionais são utilizados preferencialmente como "[...] veículos para a exploração de novos inventos e descobertas, ou aperfeiçoamentos industriais em geral" (MARX, 2013, p. 704). Dentro deste contexto, os investimentos no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas permitem solver momentaneamente parte destes capitais que se põem "suspensos" em função do elevado tempo de rotação mundial do capital. Mas, ao mesmo tempo, estes capitais podem buscar valorização através de outros mecanismos, como por exemplo, ampliando o sistema de crédito, isto é, o capital liberado, "[...] pelo mero mecanismo do movimento de rotação, tem de desempenhar um importante papel [...] tão logo se desenvolve o sistema de crédito, do qual ele tem de constituir, ao mesmo tempo, um dos fundamentos" (MARX, 2014, p. 379). Deste modo, estes capitais podem, por exemplo, ser utilizados para mobilizar as forças produtivas de outros capitalistas, cobrando como condição de sua mobilização os juros sobre o crédito concedido. A esse respeito, já observamos no capítulo anterior o desenvolvimento do capital financeiro.

Mas, devemos observar, a aceleração da rotação do capital também amplia a tendência à sobreacumulação de mercadorias e capitais. Quanto mais se acelera o tempo de circulação do capital, quanto mais se desenvolvem os meios de transporte e de comunicação, tanto mais rápido retornam, na forma monetária, os investimentos iniciais acrescidos do lucro (mais-valor) constituído na realização das mercadorias. Ao mesmo tempo, quanto mais acelerado sua fase produtiva, quanto mais se investe na mecanização e automação produtiva, tanto mais mercadorias são postas a circular, tanto mais capital monetário poderá ser produzido posteriormente com a realização destas mercadorias. Deste modo, a aceleração da rotação do capital, tanto em sua fase produtiva ou em sua fase de circulação, ou sua aceleração como um todo, exacerba a tendência à sobreacumulação capitalista, na medida em que os capitais produzidos ao longo de sucessivas fases rotativas não encontram imediatamente vias de valorização tão logo se defrontem com as condições de rotação reinantes. Neste contexto, a tendência à sobreacumulação apontada por Marx converte-se em lei imanente na medida em que se acentua a concorrência intercapitalista no interior do modo de produção em função do desenvolvimento de suas forças produtivas.

Segundo Mandel (1982), até fins do século XIX, o elevado tempo de rotação dos capitais fixos (maquinário) no interior da grande indústria capitalista impedia que parte dos capitais produzidos ao longo dos sucessivos tempos de curso do capital fossem imediatamente reinvestimentos. Posteriormente, estes limites foram parcialmente rompidos através dos

aperfeiçoamentos no maquinário capitalista e através das novas invenções que aceleraram o ciclo de rotação mundial do capital, mas representaram, em contradição, a ampliação da massa de capitais excedentes. Deste modo, afirma Mandel, desde fins do século XIX, a penetração maciça do capital no Departamento I da Grande Indústria capitalista, produtor de maquinários e matérias-primas, criou locais de produção que passaram a operar com instrumentos ciclópicos de produção e, consequentemente, volumes ciclópicos de capital, permitindo acelerar a reabsorção dos excedentes produzidos ao longo das sucessivas fases de rotação de capital. Ao mesmo tempo, principalmente nos Estados Unidos, parte do capital excedente passou a ingressar no Departamento II da indústria capitalista, criando um novo setor de bens de consumo, onde passaram a serem produzidos os chamados "[...] bens de consumo duráveis, que representavam a aplicação da segunda revolução tecnológica ao setor de bens de consumo; a produção automobilística e o início da produção de aparelhos elétricos (aspiradores de pó, rádios, máquinas de costura elétricas etc.)" (MANDEL, 1982, p. 133). Ainda segundo Mandel (1982), ao longo da primeira metade do século XX, os excedentes de capitais buscariam valorização penetrando, ademais, em escala maciça "[...] na produção de matérias-primas (minerais e agrícolas), mas dessa vez com tecnologia industrial avançada e consequentemente apta a diminuir o custo do capital constante fixo" (MANDEL, 1982, p. 133). Tanto a modernização da agricultura, que se inicia nos países industrializados, quanto a expansão mundial das ferrovias e os descobrimentos na área elétrica e de minerais (por exemplo o petróleo) inserem-se neste projeto que, ao mesmo tempo em que buscava valorizar capitais excedentes através de ramos com composição orgânica do capital inferior, acelerou o tempo de rotação mundial do capital e permitiu, ademais, diminuir os custos mundiais dos capitais constantes essenciais para a Grande Indústria capitalista. Este contexto é extremamente importante para entendermos a modernização crítica da periferia capitalista.

Como derivação deste movimento de capitais, entre fins do século XIX e meados do século XX, ocorreu a redução do tempo de rotação mundial dos capitais fixos e circulantes no interior da Grande Indústria capitalista. A aceleração do tempo de rotação mundial do capital aparece, deste modo, como *conditio sine qua non* para mobilizar parte dos capitais excedentes no interior do modo capitalista de produção. Ela permite que se acelere a reabsorção dos capitais que, de outro modo, permaneceriam suspensos no interior do modo de produção, ao mesmo tempo que permite a adoção de tecnologia renovada e aumenta a produtividade do trabalho. No interior deste processo ocorre a incorporação da ciência como força produtiva, como já assinalamos. Mandel (1982) também indica que:

> [...] a transformação tecnológica resultante das revoluções da tecnologia produtiva de base das máquinas motrizes e fontes de energia conduz assim a uma nova valorização do excesso de capitais que vem se acumulando, de ciclo em ciclo, no âmbito do modo de produção capitalista (MANDEL, 1982, p. 83).

Em outro momento, Mandel observa que "[...] a progressiva introdução de máquinas a vapor produzidas por máquinas no período de 1847/87, aliando-se à generalização crescente da construção de ferrovias nesse período, absorveu quantidades colossais de capitais" (MANDEL, 1982, p. 131). Neste sentido, capitais excedentes podem ser investidos na renovação do capital fixo produtivo, o que representaria mobilizar capital produtivamente e reduzir o tempo de rotação mundial do capital. No entanto, exatamente pelo mesmo mecanismo, como indicamos anteriormente, a generalização gradativa dessas transformações tecnológicas, ampliando a composição orgânica do capital, deve ampliar paulatinamente o volume de capitais ociosos. Assim, no interior do modo capitalista de produção, o desenvolvimento de suas forças produtivas expressa-se fundamentalmente na redução do tempo de rotação do capital, mas, neste movimento, o velho capital "[...] se renova da cabeça aos pés, troca de pele e renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas" (MARX, 2013, p. 704), isto é, renasce muito mais produtivo, expressando-se na supressão do trabalho vivo e acelerando a sobreacumulação de mercadorias e capitais monetários. Portanto, a aceleração do tempo de rotação do capital não permite resolver o problema da sobreacumulação capitalista, de forma contrária, ela a intensifica, pois, cada nova tecnologia incorporada eleva a produtividade social do trabalho.

A distinção entre tempo de produção e tempo de circulação do capital, esboçada aqui, nos permitiu observar, mais uma vez, como o capital é uma contradição em processo, isto é, seu movimento de autovalorização é essencialmente um movimento de contradições, regido por contradições que se expressam não apenas em sua fase produtiva, mas também em sua circulação, em sua realização etc. Vimos como a circulação distingue-se da produção e como essa distinção (desenvolvimento de suas forças produtivas) determina o aparecimento da tendência à sobreacumulação, que se exacerba, posteriormente, em função da concorrência intercapitalista e da aceleração do tempo de rotação do capital como um todo. A aceleração da rotação do capital, na medida em que é desenvolvimento das forças produtivas produzida pela lei cega da concorrência intercapitalista, reduz o tempo social médio de produção. Esta redução, como vimos anteriormente, expressa-se na queda dos valores das mercadorias. No interior do

mercado capitalista, o fenômeno da transferência de valores, da centralização do capital, atua garantindo aos capitalistas com rotação mais acelerada de seus capitais a apropriação de maiores fatias da massa de mais-valia socialmente produzida, convertida em capital monetário. Deste modo, a redução do *quantum* de mais-valor, através do desenvolvimento das forças produtivas, da redução do tempo de rotação do capital, resulta na "[...] exacerbação da forma monetária em relação à redução do valor a ser produzido" (ALFREDO, 2017, p. 238). Deste modo, a tendência imanente à lógica capitalista é a sobreacumulação de capitais na forma monetária, pois a forma mercadoria ou as outras formas do capital constituem apenas momentos de sua metamorfose, que encontra na forma monetária o seu conceito (movimento D...D'). Isto não significa que não possa ocorrer a interrupção das metamorfoses do capital em qualquer uma de suas formas (capital produtivo, capital mercadoria, capital monetário etc.), o que expressaria, propriamente, obliteração da valorização ou crise de realização.

A contração do tempo de rotação do capital produz, *pari passu*, uma pletora de capitais monetários que se tornam ociosos ou excedentes. Já observamos anteriormente que, constituído o fenômeno da sobreacumulação, o capital acumulado em um ramo produtivo apenas encontraria ali taxas de lucros inadequadas e, simultaneamente, taxas de juros declinantes (MANDEL, 1982). Se a produção ampliada de excedentes surge, como vimos, da lógica interna do próprio capital, estes excedentes aparecem como sua barreira lógica, pois, a não realização destes significaria, objetivamente, que o capital não está se realizando em seu conceito. Portanto, simultaneamente ao movimento de aceleração de rotação do capital e de sobreacumulação, produz-se ademais uma tendência também constante de redução da taxa de lucro capitalista no interior de um ramo produtivo, ejetando, deste modo, o capital para outros ramos e regiões, em busca de valorização suficiente.

5. A aceleração da inovação tecnológica no pós-guerra

Segundo Mandel (1982), após a Segunda Guerra Mundial, grande parte dos capitais excedentes mobilizados antes para a guerra buscaria valorização através da produção de mais-valia. Ocorreu, assim, uma expansão maciça da produtividade do trabalho nos dois departamentos da indústria capitalista, caracterizando o que o autor denomina como *Terceira Revolução Tecnológica*. Segundo Mandel (1982, p. 84), de 1940 a 1960 o capitalismo passaria

por uma fase de intenso desenvolvimento de suas forças produtivas, marcada pela criação de máquinas controladas por meio de aparelhagem eletrônica, pelo desenvolvimento da automação, pela incorporação de princípios cibernéticos, pela ampliação da indústria química, pelo aproveitamento da energia nuclear etc. Ao longo deste período, o capitalismo substituiria, de forma absoluta, o trabalho vivo por trabalho morto, isto é, a força-de-trabalho humana por máquinas, o que significou aumento da produtividade do trabalho e a redução radical dos custos salariais. A mecanização crescente e a automação resultaram, ademais, na ampliação do exército industrial de reserva simultaneamente à expansão maciça das taxas de mais-valia, tanto nos Estados Unidos, quanto na Europa Ocidental e no Japão. Tal fenômeno apenas seria possível na medida em que houve ampliação na produção da mais-valia relativa nestes países, ou seja, houve expansão da produtividade do trabalho simultaneamente à contração dos salários (MANDEL, 1982). Aqui interpõe-se a contradição entre trabalho necessário e trabalho excedente, que compõem o valor da mercadoria. Na medida em que seja reduzido o trabalho necessário, isto é, em que se reduzem os valores dos bens de consumo dos trabalhadores, reduz-se, consequentemente, o valor do trabalho necessário para reproduzir estes trabalhadores e, consequentemente, se amplia o valor do trabalho excedente.

Ao mesmo tempo, a terceira revolução tecnológica permitiu ampliar o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, resultando em: aumento acelerado da composição orgânica do capital; ampliação dos gastos com a compra de maquinário (capital fixo); aumento da participação do capital constante no valor médio da mercadoria (matérias-primas, energia, substâncias auxiliares, maquinaria etc.); incorporação contínua de novas tecnologias e aceleração do tempo de rotação do capital fixo; redução do ciclo de produção do capital; produção contínua; abreviação do período de circulação do capital (planejamento de estoques, venda por demanda, meios de comunicação e transporte etc.); deslocamento da força-de-trabalho para cargos e funções relativos à preparação e supervisão da produção; planificação exata da produção, reduzindo custos e riscos; deslocamento da apropriação da mais-valia para o âmbito das rendas tecnológicas (MANDEL, 1982).

Para Mandel (1982), a tendência ao nivelamento da produtividade do capital verificada no pós-guerra (nivelamento no desenvolvimento de suas forças produtivas), resultou na supressão das fontes de sobrelucro que historicamente marcaram o capitalismo ao longo da primeira metade do século XX, isto é, o desenvolvimento desigual das forças produtivas capitalistas entre países, regiões e ramos produtivos. Neste contexto, para o autor, as diferenças

entre empresas – a incorporação diferenciada de inovações tecnológicas – passariam a representar a principal fonte de realização de superlucros no capitalismo do pós-guerra. Ainda que concordemos sobre a importância das chamadas rendas tecnológicas como fontes de sobrelucro, devemos considerar, no entanto, que ainda que apareça como tendência, sob o modo capitalista de produção o nivelamento das taxas de lucro nunca se efetiva, na medida em que a concorrência intercapitalista imprime-lhe sempre uma tendência declinante. Deste modo, a transferência de valor entre países, regiões e ramos ainda subsistiria, mesmo com seu desenvolvimento e modernização.

Se pressupomos a adoção de uma tecnologia no interior do ciclo produtivo capitalista, devemos considerar, ademais, que esta tecnologia não será substituída enquanto não realizar completamente seu ciclo de rotação. Vimos que, para o capitalista que adota inovações tecnológicas fluiriam sobrelucros, pois este se põe momentaneamente abaixo do tempo social médio de trabalho reinante no ramo produtivo onde está inserido. Vimos, ademais, que ao produzir abaixo do tempo médio, um capitalista poderia se apropriar de fatias maiores da massa do produto social, na medida em que, com custos menores de produção por valor de uso produzido, estaria autorizado a vender suas mercadorias de acordo com o custo médio, obtendo, portanto, sobrelucros (lucros acima da média social) em detrimento de muitos outros capitalistas. No entanto, se inicialmente a posse de uma inovação lhe permite sobrelucros, posteriormente, a disseminação paulatina desta tecnologia pouco a pouco solapa os pressupostos que compõe sua vantagem prévia. Este capitalista estará em dificuldades, ademais, caso se depare com outros capitalistas que adotaram tecnologias ainda mais produtivas. Se inicialmente seus capitais fixos lhe permitem uma produtividade superior, posteriormente, o tempo de rotação destes capitais imprimem-lhe dificuldades para sua manutenção no interior do ramo produtivo. No entanto, no decorrer de todo o período em que um capitalista esteve de posse da tecnologia renovada, esta inovação lhe permitiu efetivamente a realização de sobrelucros. Segundo Mandel, sob o capitalismo monopolista, as rendas tecnológicas constituiriam:

> [...] superlucros derivados da monopolização do progresso tecnológico – isto é, de descobertas e invenções que baixam o preço de custo de mercadorias mas não podem (pelo menos a médio prazo) ser generalizadas a determinado ramo da produção e aplicadas por todos os concorrentes devido à própria estrutura do capital monopolista: dificuldades de entrada, dimensões de investimento mínimo, controle de patentes, medidas cartelizadoras, e assim por diante (MANDEL, 1982, p. 135).

Deste modo, a transferência de valor ocorreria agora entre empresas capitalistas, na medida em que se antepõem empresas automatizadas, semi-automatizadas e não automatizadas. Para Mandel (1982), a partir do pós-guerra, a ampliação da centralização do capital em poucos monopólios gigantescos ocorreria através da supressão de milhares de outras pequenas e médias empresas:

> O lucro total de que se apropriam as empresas presentes nessas esferas [automatizadas] é tomado dos ramos não automatizados ou semi-automatizados remanescentes. Portanto, nesses últimos ocorre forte pressão para adoção de medidas substanciais de racionalização e intensificação da produção, destinadas a cobrir, ao menos parcialmente, as diferenças cada vez maiores em níveis de produtividade que os separam dos ramos automatizados, visto que, de outra maneira, eles perderiam para seus concorrentes mais produtivos uma porção crescente da massa de mais-valia produzida por 'seus' trabalhadores. Daí os fenômenos, tão característicos dos últimos dez anos, da aceleração das linhas de montagem e da extração do último segundo de sobretrabalho do trabalhador (MANDEL, 1982, p. 139).

Já observamos como, sob o modo capitalista de produção, as economias de custo tendem a ocorrer sobre a força-de-trabalho, causando, a longo prazo, um decréscimo relativo na participação dos custos salariais no valor da mercadoria e, ao mesmo tempo, uma redução no componente variável do capital total. Nesse movimento, a massa de mais-valia diminui necessariamente em resultado da eliminação do trabalho vivo do processo de produção. A introdução da automação nos processos produtivos estancaria, deste modo, a produção de mais-valia, ou seja, nessas esferas automatizadas a mais-valia praticamente deixaria de ser produzida, tornando estes ramos ainda mais dependentes da extração do mais-valor produzidos em outros ramos não-automatizados (MANDEL, 1982). As consequências da aceleração do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas para as relações centro-periferia serão analisadas posteriormente, no entanto, podemos adiantar que a automação da indústria no centro do sistema capitalista impõe maiores níveis de produtividade à periferia do sistema, na medida em que, cada vez mais, cabe à periferia produzir o valor que não se produz no centro.

Como vimos, sob o capitalismo, a aceleração da renovação tecnológica constitui a redução do tempo de rotação do capital fixo, redução do tempo de vida útil do maquinário. Sob o capitalismo tardio, essa aceleração encontra sentido no fato de que, como apontamos, uma de suas fontes principais de superlucros reside nas chamadas "rendas tecnológicas", no diferencial de produtividade entre empresas. Segundo Mandel (1982), a partir de meados do século XX, a caça de superlucros através de rendas tecnológicas tomaria a forma de uma pressão por reduzir os custos dos capitais constantes. A aceleração do tempo de rotação do capital fixo, a partir de

meados do século XX, tomará a forma da obsolescência acelerada desses capitais. Ao mesmo tempo, representa uma transformação do processo de renovação das plantas industriais, que se aceleram. A revolução tecnológica impõe, assim, períodos mais curtos do que antes para a renovação completa da tecnologia de produção, permitindo solver parcialmente o volume de capitais que se acumula de ciclo em ciclo no interior do modo capitalista de produção.

Segundo Mandel (1982), o enorme volume de investimentos necessários para a montagem de plantas industriais e, simultaneamente, a obsolescência acelerada destas mesmas plantas e capitais fixos, torna o conjunto da produção capitalista muito mais aleatório. A aceleração do tempo de rotação implica na planificação do processo produtivo. No entanto, esta planificação perde o seu sentido tão logo se confronta com a anarquia do mercado capitalista. Deste modo, planificam-se também as vendas, para garantir a realização das mercadorias (circulação, análise de mercado, publicidade etc.). O planejamento, momento necessário da reprodução do capitalismo tardio, expressa assim a incerteza inerente à valorização do valor.

6. Acelerando em direção ao colapso: a queda tendencial da taxa de lucro como lei imanente do colapso do capital

A aceleração do tempo de rotação do capital poderia representar lucro para um capitalista individual se a parte variável de seu capital aumentasse simultaneamente. Isto é, "[...] quanto mais curto o tempo de rotação, tanto menor se torna essa parte imobilizada do capital em comparação com o todo; tanto maior, também, torna-se o mais-valor apropriado, conservando-se inalteradas as demais circunstâncias" (MARX, 2017, p. 97). Assim, sem se alterar a composição orgânica do capital, a redução do tempo de rotação do capital através da incorporação de novas tecnologias pode acelerar, ainda mais, o tempo de produção e circulação do capital, ampliando a produtividade do trabalho e resultando na produção da chamada *mais-valia relativa*, solvendo, deste modo, os capitais que se põem, como vimos, momentaneamente suspensos.

Essa redução interfere, ademais, sobre o ciclo de rotação das chamadas matérias-primas, ampliando seu consumo ao longo de sucessivos processos produtivos. Deste modo, como expõe Marx, a aceleração do tempo de rotação do capital como um todo através da adoção de novas

tecnologias, poderia representar a ampliação da taxa de lucro para um capitalista individual, pois permitiria maior exploração do trabalho no interior do processo produtivo, produzindo uma massa maior de mais-valor. Mantida inalterada a composição orgânica do capital, na medida em que se encurta o tempo de rotação do capital ou de uma de suas seções – o tempo de produção e o tempo de circulação – aumentaria, consequentemente, a massa de mais-valor produzida, aumentando ademais a taxa de lucro (MARX, 2017, p. 97). Aumentar a produtividade do trabalho, no ciclo produtivo do capital, ou melhorar os meios de comunicação, no ciclo de curso do capital, seriam alguns dos processos que retroagem sobre o tempo de rotação do capital, acelerando-o.

No entanto, a aceleração do tempo de rotação do capital implica em mudanças na sua composição orgânica, pois neste caso incorpora-se tecnologia renovada, o que representa propriamente, a redução da parte variável do capital no interior do processo produtivo. Mesmo a introdução de capitais constantes sem reduzir a massa de capitais variáveis representaria mudanças nessa composição, na medida em que representa maiores investimentos em capitais constantes em detrimento da parte variável. Para um capitalista, a aceleração do tempo de rotação de seu capital implica, deste modo, na supressão absoluta ou relativa da força de trabalho ao longo do processo produtivo, reduzindo, consequentemente, a produção de mais-valia. O movimento se revelaria, portanto, contraditório, pois, à medida que quantidades crescentes de capital fossem postas a produzir, uma quantidade menor de mais-valor seria produzida por unidade de capital investido, ao mesmo tempo em que cada mercadoria teria em seu corpo quantidades menores de mais-trabalho cristalizado.

A relação entre a massa de mais-valor produzido, pelo trabalho, e o valor total do capital investido ou gasto pelo capitalista constitui a chamada *taxa de lucro:*

$$Tx.Lucro = \frac{mv}{cc + cv}$$

Onde, mv, é a mais-valia; cc, a massa de capitais constantes investidos (maquinários, matérias primas, instalações etc.); cv, os custos com força de trabalho (salários). Então, com o progresso da produtividade do trabalho, com a elevação do denominador na equação e com a redução da produção da mais-valia, pela supressão do trabalho vivo, esta taxa deve necessariamente cair (MARX, 2017). A taxa de lucro é função da composição orgânica dos capitais, como observou Marx:

> Em consequência da composição orgânica dos capitais investidos em diferentes ramos de produção – portanto, devido à diferente porcentagem representada pelo capital variável num capital total de dada grandeza –, capitais de igual grandeza mobilizam quantidades muito distintas de trabalho, apropriam-se também de quantidades muito diferentes de mais-trabalho ou produzem massas muito diferentes de mais-valor. Daí que as taxas de lucro que predominam em diferentes ramos de produção sejam originalmente tão distintas (MARX, 2017, p. 192).

Sabemos que os capitalistas individualmente percorrem o ciclo do capital objetivando realizar suas mercadorias, objetivando sua autovalorização. No entanto, no interior do sistema as possibilidades de realização para todos são escassas. A concorrência entre os capitais individuais determina, então, o movimento ascendente de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas para todo o sistema, na medida em que, como vimos, a mais-valia socialmente produzida distribui-se de acordo com a massa de capitais ativos, permitindo sobrelucros àqueles que elevam a produtividade do trabalho e dificultando a reprodução daqueles que se põem acima do tempo social médio de produção. A respeito da concorrência, como mola propulsora do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, Marx observa:

> A concorrência em geral, essa locomotiva fundamental da economia burguesa, não estabelece suas leis, mas é sua executora. Por essa razão, a concorrência ilimitada não é o pressuposto para a verdade das leis econômicas, mas a consequência – a forma de manifestação em que sua necessidade se realiza. [...] Por isso, a concorrência não explica essas leis; ao contrário, as torna visíveis, mas não as produz (MARX, 2011a, p. 456).

Deste modo, o resultado da disputa intercapitalista pela apropriação da massa de mais-valia socialmente produzida resultaria, para Marx (2017), na redução dessa mesma massa, pois, à medida que o capital se expandiria, em termos absolutos, pelo desenvolvimento das forças produtivas, reduzindo o tempo de rotação mundial do capital, aumentando a sua composição orgânica, a quantidade de mais-valia produzida, relativamente à massa de capital investido, se reduziria, em função da menor quantidade relativa de trabalho mobilizada a cada fase do processo produtivo. Do ponto de vista do trabalho, a redução do tempo de rotação do capital permitiria a realização sucessiva da mais-valia e dos lucros antes que o salário da força-de-trabalho empregada fosse completamente produzido, isto é, um pequeno montante de capital variável seria agora responsável por repor enormes volumes de capitais constantes e mais-valia (ALFREDO, 2017).

A contradição se põe, assim, na medida em que os distintos capitalistas concorrem pela realização de suas mercadorias, cada um com distintas composições orgânicas do capital. A acumulação para alguns em detrimento de tantos outros ocorrerá pela média social do tempo

médio de trabalho, que aparece, no entanto, posteriormente aos processos individuais de produção. A média de todas as taxas distintas de lucro conforma uma taxa geral de lucro, ou seja, "[...] a média de todas aquelas taxas de lucro distintas. O lucro que, em conformidade com essa taxa geral de lucro, corresponde a um capital de dada grandeza, seja qual for sua composição orgânica, chama-se lucro médio" (MARX, 2017, p. 192). Na medida em que se eleva a produtividade social do trabalho, esta média tenderia também a cair relativamente à massa de capitais investidos, pela redução acelerada da produção do mais-valor no interior do modo capitalista de produção como um todo. Ou seja, a consequência do desenvolvimento das forças produtivas do capital, mobilizada pela concorrência intercapitalista, traria a queda tendencial na taxa de lucro para todo o sistema, pois, a cada nova fase do processo produtivo, fixando-se o valor absoluto da mais-valia produzida (tempo excedente pelo número de trabalhadores), a quantidade de trabalho incorporada na forma de maquinário e capital variável passaria a representar um valor maior na razão, diminuindo, consequentemente, a taxa de lucro.

No entender de Marx (2017), ainda que se ampliasse o número de trabalhadores dentro do processo produtivo ou que se ampliasse a massa de mais-valia produzida (pelo prolongamento ou intensificação da jornada de trabalho ou pelo rebaixamento do valor do salário devido ao desenvolvimento da força produtiva de trabalho), ainda sim "[...] as mesmas leis da produção e da acumulação elevam, com a massa, o valor do capital constante em progressão crescente de modo mais rápido do que o da parte de capital variável convertida em trabalho vivo" (MARX, 2017, p. 168). A lei da queda tendencial da taxa de lucro é formulada por Marx (2017) nos seguintes termos:

> [...] com o progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, gera uma composição orgânica crescentemente superior do capital global, cuja consequência imediata é que a taxa de mais-valia, com grau constante e até mesmo crescente de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua. [...] A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar do modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho (MARX, 2017, p. 250-251).

Se, sob o modo de produção capitalista, o trabalho vivo é o único produtor de mais-valor novo, a supressão do trabalho vivo no processo produtivo, pelo desenvolvimento das forças produtivas, seria, simultaneamente, a crise da reprodução capitalista, pois cada ação que vise a reposição e ampliação da produção se constituiria, simultaneamente, em uma ação no sentido de sua obliteração. Assim, a mobilização de uma massa sempre maior de capital para a produção cada vez menor de valor expressaria o limite interno e lógico do capital, sua negatividade

imanente, pois, ao reproduzir-se, o capital se desfundamentaria, livrando-se da sua fonte produtora de valor, o trabalho, o que aparece como redução da massa de mais-valia e, consequentemente, como queda tendencial da taxa de lucro para todo o sistema. Portanto, sob o modo capitalista de produção, a tendência à sobreacumulação caminha lado a lado com a tendência de redução da produção de valor, o que significa, propriamente, que o sistema padece de incapacidade de explorar trabalho. Ambas constituem o movimento crítico de reprodução capitalista fundado na concorrência e no aumento da composição orgânica do capital. A busca de valorização se traduz, assim, na incapacidade de valorização, isto é, na impossibilidade de explorar trabalho, impedindo a própria valorização.

A queda tendencial da taxa de lucro, como lei identitária e negativa do capital, constitui-se pela diminuição relativa da massa de mais-valia produzida em relação ao capital global produtivo. Assim, mesmo com fatores contrariantes à lei (como o aumento da taxa de mais-valia, o barateamento dos elementos do capital constante, comércio exterior etc.), que deslocam momentaneamente o colapso, o capital seria necessariamente sempre mais produtivo a cada ciclo, o que repõe continuamente a tendência ao colapso. Deste modo, as contratendências não evitariam a lei, mas sim ratificariam sua existência. Como observa Grossmann (1979):

> Marx sostiene, por tanto, que las fuerzas centrípetas de la acumulación conducirían la producción capitalista al derrumbe si junto a estas tendencias de la acumulación no actuaran otras tendencias contrarias. Empero, la verificación de la existencia de tendencias contrarias no trae aparejado la abolición del efecto de la tendencia originaria al derrumbe; ésta no deja de existir por ello; de tal modo simplemente se explica el motivo por el cual dicha tendencia al derrumbe no se impone, "rápidamente". Negar que éste sea el contenido de las expresiones de Marx, implica desvirtuar el sentido de sus términos, por lo demás tan precisos (GROSSMANN, 1979, p. 54)[16].

Segundo Alfredo (2017), a história do capital se revelaria no movimento contraditório entre tendência imanente e contratendências. Nesta simultaneidade negativa, as contratendências realizariam a sua determinação, obstaculizando e retardando a tendência ao colapso. A ampliação das trocas comerciais mundiais e as exportações de capitais para regiões com menor composição orgânica do capital, que se intensificam ao longo da primeira metade do século XX, inserem-se neste contexto de busca por valorização do valor, e devem ser

[16] Tradução: "Marx argumenta, portanto, que as forças centrípetas da acumulação levariam ao colapso da produção capitalista se, juntamente com essas tendências da acumulação, outras tendências contrárias não agirem. No entanto, a verificação da existência de tendências contrárias não implica a abolição do efeito da tendência original ao colapso; esta não deixa de existir por causa disso; dessa maneira se explica o motivo pelo qual dita tendência ao colapso não se impõe rapidamente. Negar que esse seja o conteúdo das expressões de Marx implica distorcer o significado de seus termos tão precisos".

compreendidas como contratendências. Do mesmo modo, a apropriação da renda da terra, já que por definição sobrelucro, pelo capital urbano-industrial, através do processo de modernização do campo, também se insere neste movimento. As páginas desta pesquisa são dedicadas a analisar parte destes fenômenos. Mas antes, devemos compreender um pouco melhor o fenômeno de sobreacumulação produto do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Capítulo 04

Do capital industrial ao capital financeiro: desproporção imanente e crise de sobreacumulação

1. O ciclo do capital social total

Cabe agora tematizar a reprodução do capital social total, isto é, "[...] a totalidade dos movimentos" das frações autonomizadas, ou ainda, a totalidade "[...] das rotações dos capitais individuais" (MARX, 2014, p. 449). Neste sentido, cada rotação do capital individual conforma apenas uma fração da rotação total do capital social, ou seja, cada "[...] metamorfose do capital individual, sua rotação, é um elo no ciclo do capital social" (MARX, 2014, p. 450). Aqui, a reprodução individual torna-se apenas reiteração, renovação do processo de produção, ou seja, é a constante retomada deste processo. Ela implica a renovação das partes que compõem o objeto das produções individuais capitalistas, os capitais constantes e variáveis. Mas não apenas renová-los, ela precisa gerar mais-valia, já que a mais-valia é a forma que permite o aumento da produção, a acumulação propriamente dita, portanto, temos, c + v + m. Nesse sentido, a reprodução do capital social total nos permitiria compreender como se entrelaçam as reproduções individuais no movimento de acumulação social do capital.

A rotação do capital social total envolve "[...] tanto o consumo produtivo (o processo direto de produção), com as mutações de forma (materialmente consideradas, as trocas) que lhe servem de mediação, quanto o consumo individual, com as mutações de forma ou trocas que o tornam possível" (MARX, 2014, p. 450), isto é, envolve a reposição dos pressupostos da produção, a renovação dos capitais constantes, e a realização dos consumos individuais de trabalhadores e capitalistas. Assim, o ciclo do capital social, "[...] em sua totalidade, compreende não apenas a circulação do capital, mas a circulação geral das mercadorias" (MARX, 2014, p. 450). Marx enxerga na reprodução do capital social dois momentos: "[...] 1) o próprio ciclo do capital e 2) o ciclo das mercadorias que entram no consumo individual, ou seja, das mercadorias nas quais o trabalhador gasta seu salário e o capitalista, seu mais-valor (ou parte dele)" (MARX, 2014, p. 450). A análise do circuito do capital social total pressupõe,

desta forma, um departamento ou setor que produz meios de produção para repor o capital constante gasto por toda a sociedade e outro departamento que produz meios de consumo para trabalhadores e capitalistas (MARX, 2014, p. 499). Cada departamento, por sua vez, decompõe-se em suas partes constantes e variáveis. O valor do produto total (p) gerado por meio do metabolismo destes capitais em cada um dos dois departamentos é divido ademais em: reposição do capital constante (c), reposição do capital variável (v) e excedente (m), de modo que o produto dos departamentos decompõe novamente em $c + v + m$. Temos o seguinte esquema de reprodução para os departamentos da economia capitalista:

$$Departamento\ I\ (produtor\ de\ meios\ de\ produção):\ \ I\ (c\ +\ v\ +\ m)\ =\ Ip$$

$$Departamento\ II\ (produtor\ de\ meios\ de\ consumo):\ \ II\ (c\ +\ v\ +\ m)\ =\ IIp$$

em que "*c*" é o capital constante; "*v*", o capital variável; "*m*", a mais-valia; e "*p*" o produto total de cada setor ou departamento.

No esquema estabelecido por Marx para a circulação do capital social, cada departamento existe com suas composições orgânicas do capital, mas, ao mesmo tempo, cada setor estabelece com o outro uma relação de necessidade, de troca proporcional. O Departamento I produz meios de produção para repor seu próprio capital constante e o capital constante do Departamento II; o Departamento II, produz os meios de consumo necessários aos seus trabalhadores (v) e capitalistas (m), mas também os necessários à reprodução dos trabalhadores e capitalistas do Dep. I. Assim, a equação pode ser desdobrada em:

$$Ip\ =\ Ic\ +\ IIc$$

$$IIp\ =\ I(v\ +\ m)\ +\ II(v\ +\ m)$$

em que, mais uma vez, "*c*" é o capital constante; "*v*", o capital variável; "*m*", a mais-valia; e "*p*" o produto total de cada setor ou departamento.

Cabe observar, que além da reprodução de parte de seu próprio produto, que cada departamento realiza em seu interior, parte do produto do Dep. I (II*c*) deve ser comprada pelo Dep. II com os valores obtidos pela venda de bens de consumo aos trabalhadores e capitalistas do Dep. I, I(v + m). Ou, em outras palavras, o Dep. II vende parte de seu produto I(v + m) ao Dep. I e obtém, em troca, os valores necessários para comprar seus capitais constantes II*c*. No interior da reprodução simples, as trocas "[...] se pagaram uma à outra integralmente, mediante o intercâmbio de seus respectivos equivalentes-mercadoria" (MARX, 2014, p. 505). Deste

modo, o dinheiro lançado pelos capitalistas industrias na circulação para mediar a circulação de suas mercadorias, "[...] retorna às mãos dos respectivos capitalistas na mesma quantidade por eles adiantada para a circulação monetária" (MARX, 2014, p. 505). A troca se estabelece entre os departamentos na medida em que o Dep. II necessita repor seus capitais constantes (II*c*) e o Dep. I precisa realizar o consumo de seus trabalhadores e capitalistas I(v + m). Disto resulta que, "[...] na reprodução simples, a soma de valor v + m do capital-mercadoria I [...] tem de ser igual ao capital constante II*c*" (MARX, 2014, p. 505). Assim, temos a equação de equilíbrio na troca simples:

$$I(v + m) = IIc$$

Aqui considera-se a troca proporcional entre os dois departamentos, sua reprodução simples, garantindo a normalidade da reprodução social. No entanto, segundo Marx, mesmo em situações onde não ocorre esta proporcionalidade entre os departamentos, por exemplo, nos casos de reprodução ampliada em que Iv + Im > IIc e em que Iv + Im < IIc, seria possível a acumulação em ambos os departamentos, na medida em que se aplicasse um controle severo das premissas, permitindo relações quantitativas muito precisas entre os dois departamentos da produção social.

As premissas de acumulação das quais Marx parte para construir seus esquemas de reprodução ampliada incluem uma "[...] estrita correlação entre a taxa de acumulação e a composição do capital em ambos os departamentos" (ROSDOLSKY, 2001, p. 374), considerando, ademais, a mesma taxa de mais-valia entre os dois departamentos. Na reprodução ampliada, marcada sobretudo pela desproporção inicial dos capitais em funcionamento nos departamentos da economia capitalista, Marx pressupõe que a mais-valia no Departamento I, antes de ser consumida totalmente nas trocas, passa a ser acrescentada ao capital produtivo ativo no seu interior, passa a ser capitalizada. Na seguinte passagem, Marx estabelece a distinção entre a reprodução simples e a ampliada:

> Para que se possa operar a transição da reprodução simples à reprodução ampliada, a produção no setor I tem, pois, de estar em condições de produzir menos elementos de capital constante para II, mas a mesma quantidade de elementos a mais para I. Essa transição, que nem sempre se realiza sem dificuldade, é facilitada pelo fato de que certa quantidade de produtos de I pode servir como meios de produção em ambos os setores (MARX, 2014, p. 603).

A reprodução segue, a partir daí, desdobrando-se em inúmeras trocas de valores no interior e entre os departamentos, incorporando capitais constantes, variáveis etc., que permitirão, finalmente, a troca proporcional entre os setores I e II e na ampliação da acumulação capitalista em ambos. Rosa Luxemburgo também observou que, supondo-se que em todos os anos haja a mesma capitalização de metade da mais-valia no Departamento I e mantida, ademais, a composição do capital bem como o grau de exploração inalterados, "[...] a acumulação de capital, uma vez iniciada, prossegue mecanicamente e ultrapassa a si mesma sem cessar. O círculo transforma-se, pois, em espiral, subindo sempre, sem parar, como sujeito a uma lei natural de cunho matemático e passível de mensuração" (LUXEMBURGO, 1985, p. 66).

Os esquemas de reprodução de Marx baseados nas trocas entre os dois departamentos da economia capitalista são demasiado complexos e reproduzi-los aqui fugiria ao escopo deste trabalho. Cabe citar, ademais, que os cálculos envolvidos no esquema são extremamente intrincados e parecem indicar a realização infinita e proporcional das trocas, fator que levou inúmeros autores marxistas e não-marxistas ora a refutá-los, afirmando sobre sua impossibilidade concreta, como a própria Rosa Luxemburgo, ou mesmo a apoiá-los, afirmando sobre a reprodução eterna do sistema capitalista, como Tugan-Baranovsky, Hilferding e Otto Bauer[17].

Na medida em que se tratam apenas de esquemas gerais de funcionamento, Marx abstrai de conceitos e categorias caros à teoria do valor, como, por exemplo, a noção taxa média de lucro e de tempo social médio de produção, a competição intercapitalista, a contradição entre valor e preço das mercadorias, a influência do crédito, etc., fato que causou grande estranhamento para inúmeros marxistas acostumados com a dialética marxista-hegeliana dos Vol. I e III de *O Capital*. Segundo Roman Rosdolsky (2001), em seus esquemas Marx desenvolve um procedimento conceitual que começa por eliminar os traços individuais e particulares dos fenômenos econômicos, levando muitos à "[...] ilusão de que a imagem abstrata [construída através dos esquemas] reflete as condições concretas, sem 'mediações'" (ROSDOLSKY, 2001, p. 377), quando, de fato, estes esquemas só "[...] constituem uma etapa da análise, motivo pelo qual não se pode aplicá-las diretamente à realidade capitalista concreta" (ROSDOLSKY, 2001, p. 377-378). De fato, como afirma Harvey, em sua forma aparente os

[17] Para uma boa equalização do debate em torno dos esquemas de reprodução, ver Roman Rosdolsky (2001), *Gênese e estrutura de O Capital*, especialmente o cap. 30, *A polêmica em torno dos esquemas da reprodução de Marx*.

esquemas parecem indicar que, “[...] nas condições certas, incluindo estratégias corretas de reinvestimento por parte dos capitalistas, a acumulação pode continuar para sempre relativamente isenta de problemas” (HARVEY, 2013, p. 240), culminando, deste modo, na “[...] reprodução perpétua do capitalismo” (HARVEY, 2013, p. 240).

Analisando os esquemas podemos observar, no entanto, que a proporcionalidade das trocas (Iv + Im = IIc) só pode ser concebida na medida em que Marx abstrai da maior parte das características decisivas da realidade capitalista, neste sentido podemos dizer que o equilíbrio é apenas a forma aparente da análise, quando de fato é o desequilíbrio que se põe como essencialidade. Ou seja, ao analisar o equilíbrio, Marx não apenas demonstrou a impossibilidade de este equilíbrio de fato ocorrer, mas sobretudo, como buscaremos demonstrar, a partir dos esquemas é possível distinguir elementos que apontam para a sobreacumulação do capital e para a sua distribuição desproporcional entre os distintos departamentos. Assim, tão logo Marx introduz a desproporcionalidade entre as magnitudes dos capitais produtivos em funcionamento em cada um dos dois departamentos, tão logo aparece a figura do excesso em um e a carência em outro. Neste sentido, consideremos o exemplo:

$$Dep.I = 5000c + 1000v + 1000m = 7000p$$

$$Dep.II = 1430c + 285v + 285m = 2000p$$

$$Total = pI + pII = 9000$$

Aqui o produto anual total de 9000 está distribuído entre os departamentos de forma distinta, mas a proporção média geral entre os capitais constantes e variáveis é de 5:1. Este exemplo, segundo Marx, pressupõe já um desenvolvimento considerável da produtividade social, isto significa, propriamente, que processos acumulativos já ocorreram anteriormente, ampliaram a força produtiva do trabalho social e permitiram acumulação de capitais no Departamento I, nas mãos de capitalistas em Im. Marx denomina estes capitalistas entesouradores de Im de A, A’, A’’ (I) etc., enquanto que os capitalistas produtivos de Im denomina de B, B’, B’’ (I).

Neste caso, portanto Iv + Im > IIc, ou seja, 1000v + 1000m > 1430c. O excedente de Iv + Im sobre IIc recebe o nome de capital monetário virtual ou potencial, isto é, capital inicialmente retirado da circulação e acumulado nas mãos de capitalistas de I, os entesouradores, e que, na medida em que se concentra nas suas mãos, pode transformar-se em capital produtivo e/ou “[...] capital disponível, *loanable capital* [capital que pode ser

emprestado], capital monetário, e, mais precisamente, deixa de ser capital passivo [...] e se torna capital ativo, usurante" (MARX, 2014, p. 599). No decurso do processo produtivo, o capital monetário virtual acumulado em I transforma-se em capital monetário produtivo, em meios de produção e incorporação de trabalho. Desta forma, neste exemplo, tal como em outros, a classe capitalista do Departamento I consome apenas metade de sua renda de 1000m, capitalizando, portanto, 500m em capitais constantes e variáveis, e consumindo os outros 500m. A proporção da troca entre os departamentos I e II então se põe agora em:

$$1000v + 500m > 1430c$$

Neste momento, a reprodução simples ainda "se veria perturbada" (MARX, 2014, p. 601), na medida em que não há equivalência na compra e venda de mercadorias. Como aqui IIc é apenas 1430, é preciso, portanto, transferir 70 do mais-valor do Departamento II a fim deste compor os novos investimentos necessários para seu capital constante para então constituir a proporcionalidade das trocas. Antes de prosseguirmos, é necessário indicarmos que esta diferença de 70 que inicialmente não se realizou, não pode ser paga inicialmente a I. Segundo Alfredo (2017), esta diferença que compõe o capital monetário virtual aparece, neste momento, como "[...] capital estritamente monetário como promessa de trabalho" (ALFREDO, 2017, p. 264) no interior do Departamento I. Ou seja, o Departamento II deveria produzir uma dada quantidade de valor em bens de consumos que equilibrasse as trocas, no entanto, o valor produzido com base nas atuais condições de produção não é suficiente para realizar 70 em valor que está contido em I. Deste modo, constitui-se excedente momentâneo de valor no Departamento I.

A partir deste ponto, Marx inicia um procedimento de redistribuição dos valores entre os departamentos a fim de manter o equilíbrio pré-estabelecido de 5:1 no interior dos departamentos. Assim, os 500m que serão capitalizados no Dep. I são redistribuídos em 417 de capitais constantes adicionais e 83, de capitais variáveis adicionais[18]. Ao mesmo tempo, a fim de manter a proporcionalidade das trocas, 70 do mais-valor do Dep. II é transferido para compor seus capitais constantes, anexando-se, ademais, 14 de capitais variáveis, ambos subtraídos dos

[18] Ou seja, esses valores são distribuídos desproporcionalmente entre capitais constantes e variáveis, na medida em que a proporção correta de 5:1 seria 400 em constantes e 100 em variáveis. Isto indica, portanto, que a primeira rotação do capital no exemplo caracteriza-se pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Nas rotações subsequentes, Marx estabelece a proporção de 5:1.

285m do Dep. II. Os 83v adicionais em Iv implicam em 83c adicionais em IIc e consequentemente, 17v adicionais em IIv. Teremos então:

$$Dep.I = (5000 + 417)c + (1000 + 83)v + 500m = 7000p$$

$$Dep.II = (1430 + 70 + 83)c + (285 + 14 + 17)v + 101m = 2000p$$

Ou seja,

$$Dep.I = 5417c + 1083v + 500m = 7000p$$

$$Dep.II = 1583c + 316v + 101m = 2000p$$

As trocas enfim ocorrem proporcionalmente e os capitais variáveis adicionados aos departamentos I e II criam, ao final do ano produtivo, 83 e 31 em mais-valor respectivamente. E assim teremos ao final do ano produtivo, com ampliação do capital monetário virtual acumulado no Departamento I em um montante de 83.

$$Dep.I - 5417c + 1083v + 1083m = 7583p$$

$$Dep.II - 1583c + 316v + 316m = 2215p$$

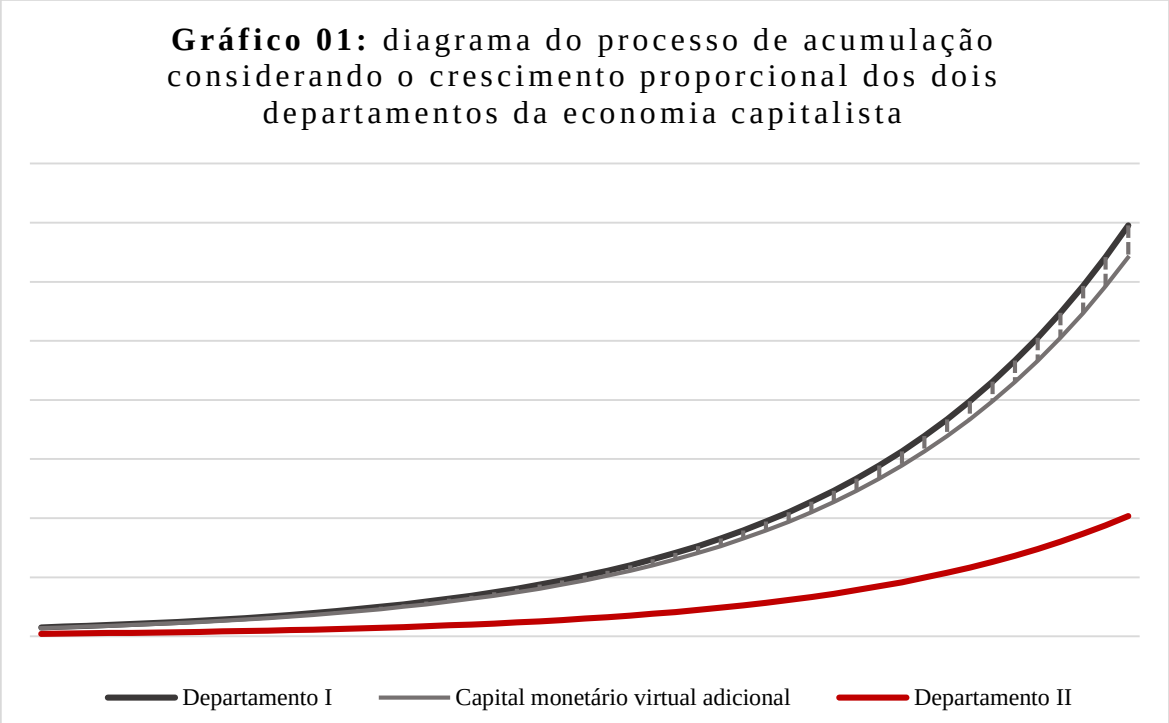
Aqui a desproporção entre Iv + Im e IIc, o capital monetário virtual adicionado em I, assoma 583 em valores. E assim o esquema seguirá em espiral, como observa Luxemburgo, permitindo a acumulação tanto no Departamento I quanto no Departamento II. No segundo ano, teríamos:

$$Dep.I - 5869c + 1173v + 1173m = 8215p$$

$$Dep.II - 1715c + 342v + 342m = 2399p$$

A desproporção entre Iv + Im e IIc no final do terceiro ano chega a 631 em valores. Ao final do quarto a desproporção alcança 685 em valores e no final do quinto ano, cerca de 740. E a daí por diante, haveria crescimento desta desproporção entre Iv + Im e IIc proporcionalmente ao crescimento da acumulação, implicando, portanto, no crescimento da massa de capitais monetários virtuais que se põe momentaneamente ociosos no interior do Departamento I, que serão invertidos na ampliação das forças produtivas de I e que, ademais, são utilizados para as trocas com o Departamento II. Assim, ainda que a acumulação pareça em equilíbrio dentro do esquema estabelecido, para nós, o pressuposto é o da liberação de valores, ainda que momentânea, no Departamento I, que, no interior do esquema, aparece como

produção de capital monetário adicional virtual. Considerando o crescimento proporcional entre os departamentos, o gráfico da acumulação descreverá duas curvas exponenciais, como as que seguem:



O diagrama, desenvolvido a partir do exemplo trabalhado anteriormente procura demonstrar a evolução da acumulação nos dois departamentos da economia capitalista considerando o seu crescimento equilibrado e proporcional. A linha superior indica os valores totais acumulados no interior do Departamento I da economia capitalista ao longo de sucessivos ciclos de rotação; a linha inferior representa os valores alocados no interior do Departamento II. Como o processo de acumulação caracteriza-se pela desproporção entre Iv + Im e IIc, isto aparece no gráfico através do que denominamos como "capital monetário virtual adicional", isto é, a desproporção entre os valores que constituem Iv + Im e os valores representados por IIc. O excedente no interior do Dep. I representa, simultaneamente, o déficit deste no interior do Dep. II. No caso em análise, Ic + Im > IIc, isto representa, no final dos sucessivos períodos de acumulação, criação de valores "excedentes" no interior do Departamento I, que podem ser mobilizados para ampliar suas forças produtivas (capitais variáveis e constantes) e ampliar o consumo capitalista no próximo período de rotação. Sabemos, no entanto, que estes

“excedentes” não constituem capitais ociosos, na medida em que, no interior do esquema de Marx, são necessariamente utilizados para ampliar as forças produtivas no interior do Departamento I. A partir da análise do diagrama e considerando até agora o exposto, podemos concluir que:

> [...] quanto maior for o capital produtivo operante num país, incluída a força de trabalho incorporada a esse capital, a geradora do mais-produto; quanto mais desenvolvida estiver a força produtiva do trabalho e, com ela, também os meios técnicos para a rápida expansão da produção de meios de produção; quanto maior, portanto, for a massa do mais-produto, tanto no que se refere ao seu valor, como no que diz respeito à massa dos valores de uso em que esse valor se representa, tanto maiores serão: 1) o capital produtivo adicional virtual que se encontra sob a forma de mais-produto em mãos de A, A’, A’’ etc. e 2) a massa desse mais-produto realizado, ou seja, do capital monetário adicional virtual em mãos de A, A’, A’’ (MARX, 2014, p. 604).

Isto é, quanto maior a força produtiva do trabalho, quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, maior será a massa de capitais monetários acumulados e maior, ademais, a massa de bens de produção na qual se convertem esses capitais adicionais. Ao mesmo tempo, “[...] o mais-produto convertido em capital monetário virtual será tanto maior quanto maior for a soma total do capital já em funcionamento e de cujo funcionamento deriva esse mais-produto” (MARX, 2014, p. 605), ou seja, quanto maior a massa de capitais em funcionamento no interior do modo capitalista de produção, tanto maior será a sua reconversão em de capitais produtivos, tanto maior será a produção de capital monetário virtual. As passagens aparentemente dizem a mesma coisa, são de fato repetitivas, mas aqui estamos tratando de um processo autorreprodutivo, repetitivo, reiterativo. Capital que gera capital através da exploração da força de trabalho.

Podemos aventar, como faz o próprio Marx (2014, p. 609), uma situação em que um determinado capitalista A do Departamento I realize seu mais-produto (capitais constantes) vendendo-o ao capitalista B, do Departamento II, retirando de circulação o dinheiro obtido na venda sem que, no entanto, compre os bens de consumo produzidos em B(II). Sabemos, no entanto, que BIIc apenas assume “[...] a forma de capital natural constante produtivo sob a condição de que se não apenas Iv, mas ao mesmos uma parte de Im seja intercambiada por uma parte de IIc, a qual existe sob a forma de meios de consumo” (MARX, 2014, p. 609). Como essa condição não é satisfeita, isto é, como A(I) deixa de comprar a B(II) os meios de consumo produzidos por este, “[...] teremos então do lado de A(I), a formação de capital monetário virtual adicional” (MARX, 2014, p. 609), e, do lado de B(II), “[...] resta imobilizada sob a forma de capital-mercadoria uma parte de capital constante” (MARX, 2014, p. 609), isto é, mercadorias

que não se realizaram e que, portanto, não podem se converter, após sua realização, na forma de capital constante produtivo. Estas mercadorias tornaram-se invendáveis. “No que diz respeito a essa parte, ocorreu, portanto, uma superprodução, que, também no que diz respeito a ela, estorva a reprodução” (MARX, 2014, p. 609). Nesse caso,

> A (I), mediante a venda de seu mais-produto a B (II), forneceu a este último, em forma natural, uma parcela correspondente de valor do capital constante, mas ao mesmo tempo, ao retirar o dinheiro da circulação, ao abster-se de complementar sua venda mediante uma compra subsequente, tornou invendável uma parte da mercadoria de B (II), parte cujo volume de valor é igual ao daquele dinheiro. Portanto, se considerarmos a reprodução social total – que abarca por igual os capitalistas I e II –, a transformação do mais-produto de A (I) em capital monetário virtual expressará a impossibilidade de se reconverter um capital-mercadoria de igual volume de valor, pertencente a B (II), em capital produtivo (constante); teremos, assim, não uma produção virtual em escala ampliada, mas um estorvo da reprodução simples, ou seja, um déficit nessa reprodução. Sendo a formação e a venda do mais-produto de A (I) elas mesmas fenômenos normais da reprodução simples, já sobre a base dessa reprodução dispomos aqui dos seguintes fenômenos mutuamente condicionados: formação de capital monetário adicional virtual na classe I (por conseguinte, subconsumo do ponto de vista de II); estagnação de estoques de mercadorias na classe II, os quais não podem ser reconvertidos em capital produtivo (portanto, superprodução relativa em II); capital monetário excedente em I e déficit na reprodução em II (MARX, 2014, p. 609-610).

Podemos aventar, ainda, que, dado o desenvolvimento de suas forças produtivas, um excedente de capitais mercadorias esteja alocado no interior do Departamento II, de modo que Ic + Im seja menor que IIc. Neste caso, os valores acumulados na forma de capitais mercadorias no Departamento II seriam maiores que os valores acumulados na forma de capitais variáveis e renda dos capitalistas no Departamento I, capitais que seriam utilizados para a compra de meios de consumo do Dep. II. Isto significa sobreacumulação no Departamento II, de bens de consumo, sem possibilidade de solução imediata. Neste caso, como afirma o próprio Marx (2014), ocorreria uma crise de superprodução em II:

> [...] pode ocorrer que, em consequência dos processos de acumulação realizados na série anterior de processos de produção, IIc fosse não só igual, mas inclusive maior que I(v + m). Isso significaria uma superprodução em II, que só poderia ser compensada por uma grande quebra [*Krach*], em consequência da qual fosse transferido capital de II para I (MARX, 2014, p. 631).

Concluímos, a partir da análise dos esquemas e da consideração dos casos apresentados, que: 1) os esquemas indicam acumulação equilibrada a longo prazo (expressa no gráfico através das curvas exponenciais), no entanto a proporcionalidade se mantém apenas em função do controle estrito das variáveis; 2) o ciclo de rotação total do capital social entrelaça os dois

departamentos da economia capitalista, Departamento I e Departamento II; 3) cada departamento necessita do outro para converter seu mais-valor em capitais, para realizar sua acumulação; 4) no curso da acumulação, as perturbações podem surgir em qualquer um dos dois departamentos e interferem no processo de acumulação como um todo; 5) no interior do esquema, amplia-se a presença de capitais monetários virtuais adicionais, acumulados no interior do Departamento I; 6) a ampliação das forças produtivas capitalistas amplia a liberação deste excedente de capitais monetários; 7) o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no Departamento II pode produzir superprodução de bens de consumo neste departamento, que se tornam invendáveis; 8) a sobreacumulação pode ocorrer em ambos os departamentos; 9) "Na produção capitalista, portanto, I(v + m) não pode ser igual a IIc, ou seja ambos não podem se compensar reciprocamente no intercâmbio" (MARX, 2014, p. 631), ou seja, a acumulação pressupõe de início desproporção entre os departamentos, pois do contrário seria apenas reposição dos valores, ou seja, "[...] o pressuposto da reprodução simples, de que I(v + m) é = IIc, não só é incompatível com a produção capitalista. [...] Do contrário, a acumulação de capital, ou seja, a verdadeira produção capitalista, seria impossível" (MARX, 2014, p. 631); 10) no curso da reprodução ampliada capitalista, o equilíbrio é algo acidental, e o que parece a caracterizar, de fato, é o desequilíbrio, que se converte em tatas possibilidades de crise;

2. Desproporção imanente e crise de sobreacumulação

Observamos, nos capítulos anteriores, que o modo de produção capitalista se move a partir de contradições, as quais fundamentam não apenas a tendência imanente à sobreacumulação, como também a derrocada total do sistema. Parece, estranho, portanto, Marx incluir em suas análises capítulos dedicados à reprodução equilibrada do sistema, na medida em que, como sabemos, esse equilíbrio é impossível. Se o sistema se move conduzido pela lei da concorrência, se ele se move conduzido, ademais, pela desproporção entre as produções individuais que apenas aparece *post festum*, isto é, aparece posteriormente à realização dos distintos tempos individuais de produção, então, não é possível encontrar nos esquemas a ilimitada capacidade de expansão do modo de produção capitalista. Se o sistema se caracteriza pela desmedida, ele não pode se reproduzir equilibradamente encontrando às cegas suas medidas ideais. A partir do exposto nas páginas anteriores, buscamos deixar claro que o objetivo

de Marx nos esquemas não era afirmar sobre a reprodução equilibrada do modo capitalista de produção, mas sim indicar a impossibilidade deste equilíbrio.

A proporcionalidade que aparece na reprodução simples (Iv + Im = IIc) é apenas forma aparente da reprodução ampliada. Como o próprio Marx demonstra através dos esquemas, a reprodução simples constitui apenas um momento da reprodução do capital social total que tende à sobreacumulação. Um momento que, no entanto, é absolutamente negado no interior da reprodução social ampliada. A troca proporcional é apenas passagem entre momentos de desproporção. Ela existe e não existe simultaneamente. Existe como abstração, e talvez de modo contingencial, mas não existe enquanto realidade concreta. Não há medida possível que possa estabelecer a universalidade das trocas através de valores absolutamente iguais, tal como estão baseados os esquemas de reprodução. Apenas composições orgânicas do capital equilibradas permitiriam trocas proporcionais entre os departamentos da economia capitalista e, no entanto, sabemos que o modo de produção capitalista é marcado pela desproporção entre as forças produtivas capitalistas, não apenas entre os departamentos, mas no interior da economia como um todo. Portanto, o que Marx está analisando através dos esquemas de reprodução não é a possibilidade do equilíbrio, mas sim sua impossibilidade, isto é, Marx parece indicar a tendência à desproporcionalidade entre os departamentos da economia capitalista, ou melhor dizendo, parece indicar que a desproporção é imanente às trocas entre os departamentos da economia capitalista, pois apenas o controle absoluto dos seus termos reprodutivos permitiria a reprodução equilibrada. Neste contexto, Harvey tem certa razão ao afirmar que a função básica dos esquemas de reprodução é nos permitir "*insights* teóricos" (HARVEY, 2013, p. 246) sobre a lógica de funcionamento capitalista. No entanto, se em Harvey esses insights se converteram numa teoria que afirma a reprodução infinita do capital, para nós, de modo contrário, os esquemas parecem indicar como o fenômeno de desproporção é imanente ao processo de acumulação e como esta desproporção empurra o sistema inevitavelmente ao colapso. Mas, os esquemas apenas servem como indicativo da problemática. Para compreendermos as contradições entre os departamentos da economia capitalista, devemos incorporar na análise as categorias e conceitos que nos permitem acessar a reprodução crítica do capital. Este intento foi buscado por Rosa Luxemburgo, em *A acumulação do capital*. No entanto, a autora acreditava que os cálculos de Marx estavam equivocados, pois, em seu ver, a reprodução ampliada parecia gravitar em torno da ampliação infinita da acumulação capitalista. Neste contexto, buscou corrigir os esquemas de reprodução de Marx adicionando as modificações causadas pelo progresso técnico e pelo crescimento da composição orgânica do capital, além

do aumento da taxa de mais-valia e do incremento da taxa de acumulação. Ao modificar a composição orgânica do capital em ambos os departamentos, Luxemburgo concluiu pela inviabilidade dos esquemas de Marx, na medida em que estes, ao seu ver, se baseavam no equilíbrio, na acumulação equilibrada entre os dois departamentos, e, quando submetidos a modificações, demonstrariam uma contradição entre produção e consumo, isto é, haveria um déficit na produção de meios de produção e um excedente na produção de bens de consumo (LUXEMBURGO, 1985, p. 232). Ocorre, no entanto, que Luxemburgo enganou-se ao manusear os dados dos esquemas de Marx, introduzindo premissas equivocadas e confundindo os pressupostos da troca simples com a reprodução ampliada (ROSDOLSKY, 2001). Ainda que equivocada em seus cálculos, Luxemburgo (1985) pode concluir corretamente que: 1) Seja qual for o "[...] prisma sob o qual abordemos as alterações do modo de produção dentro do processo de acumulação, elas não podem realizar-se sem ferir as relações fundamentais do esquema de Marx" (LUXEMBURGO, 1985, p. 235), e isto pelo fato de que, como apontamos anteriormente, os esquemas não têm aderência imediata à realidade concreta, ainda que indiquem a tendência à formação de capitais monetários virtuais; 2) Alterações na composição orgânica do capital entre os departamentos faz surgir um excedente invendável de mercadorias (LUXEMBURGO, 1985), mas também de capitais, como buscamos indicar.

Quando submetemos a lógica dos esquemas à uma análise que incorpora as contradições do capital, perceberemos como a desproporção imanente aos departamentos não pode ser mais contida no interior estrito do equilíbrio. Deste modo, devemos observar que as revoluções nas forças produtivas capitalistas, na medida em que sejam incorporadas aos processos produtivos, tendem a romper o equilíbrio nas trocas entre os departamentos produtivos. Nos *Grundrisse*, Marx observa,

> [...] em um dado momento do desenvolvimento das forças produtivas [...] tem lugar uma relação fixa em que o produto divide-se em uma parte correspondente a matéria-prima, maquinaria, trabalho necessário, trabalho excedente, e, no fim, o próprio trabalho excedente divide-se em uma parte que cabe ao consumo e em outra que se converte de novo em capital. Essa divisão conceitual interna do capital aparece na troca de modo que a troca dos capitais entre si tem lugar em proporções determinadas e limitadas – embora variando continuamente no curso da produção (MARX, 2011a, p. 364).

Como vimos, a troca, a circulação e a realização do valor, é o fundamento dos esquemas, pois ambos os departamentos trocam entre si partes alíquotas de seus produtos sociais. Nos esquemas Marx faz abstração das partes constitutivas do produto social (matéria-prima, maquinaria, trabalho necessário, trabalho excedente etc.), mas, ao mesmo tempo, estas partes

existem nas relações de troca entre os departamentos, e aparecem na medida em que o autor lida com categorias como capitais constantes, variáveis, mais-valia etc. A realização das trocas entre os departamentos baseia-se assim no pressuposto de que as qualidades de cada massa de produtos dos distintos departamentos sejam subsumidas numa massa de valores trocados em proporcionalidade. Ao mesmo tempo, a abstração das distintas partes constitutivas dos produtos permite que estes se constituam como quantidades iguais de valores e, que a partir disso, as trocas possam ocorrer. Se fosse o caso de considerar, no entanto, essas repartições e qualidades, as condições sob as quais as trocas proporcionais podem se efetivar estariam comprometidas. Mas, Marx abstrai, ademais, do revolucionamento das forças produtivas capitalistas, o que implicaria na capacidade que cada um dos departamentos tem de produzir valor. Assim, o próprio Marx observa:

> [...] uma revolução nas forças produtivas muda essas relações, modifica essas próprias relações, cuja base – do ponto de vista do capital e, por isso, também da valorização pela troca – sempre permanece a relação entre trabalho necessário e o excedente, ou, caso se queira, entre os diferentes momentos do trabalho objetivado e o trabalho vivo (MARX, 2011a, p. 365).

As revoluções nas forças produtivas permitiriam reorganizar as partes alíquotas que constituem o valor produzido em cada um dos departamentos, modificando, desta forma, a proporção entre trabalho necessário e trabalho excedente, permanecendo, no entanto, o trabalho humano abstrato objetivado como fundamento, ainda que em menor quantidade a cada processo rotativo. Mas, na medida em que estas revoluções ocorressem, as trocas entre os departamentos já não seriam mais proporcionais. Sobre o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e suas determinações sobre os esquemas de reprodução, Lênin (1982) observa:

> [...] segundo a lei geral da produção capitalista, o capital constante cresce mais rapidamente que o capital variável. Por isso, o capital constante existente nos artigos de consumo deve crescer mais rapidamente que o capital variável e a mais-valia existente nesses artigos, e o capital constante existente nos meios de produção deve crescer mais rapidamente ainda, ultrapassando o crescimento do capital variável (+ a mais-valia) existente nos meios de produção como do capital constante existente nos artigos de consumo. A seção da produção social que fabrica meios de produção deve, portanto, crescer mais rapidamente do que aquela que fabrica artigos de consumo (LÊNIN,1982, p. 23).

Nesta passagem, Lênin parece sugerir que a tendência imanente ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas empurra o sistema em direção à desproporcionalidade, ao crescimento maior do Departamento I em relação ao Departamento II. No entanto, ainda que demonstre cabalmente a tendência lógica ao aumento da composição orgânica do capital sob o

modo capitalista de produção, a passagem não nos permite concluir, como quer Lênin, que este aumento desemboque logicamente no crescimento mais acelerado do Departamento I, isto porque o crescimento do Departamento II não é de modo algum restrito às determinações do mercado interno capitalista[19]. Sem incorporar a lei cega da concorrência, que mobiliza o aumento da produtividade social do trabalho, a formulação de Lenin parece apenas sugerir que o crescimento maior do Departamento I ocorre em função da demanda maior por capitais constantes em detrimento da procura mais restrita por bens de consumo no interior do modo capitalista de produção. O capitalismo, no entanto, é produção com fim em si, na medida em que os distintos capitalistas concorrem pela realização de suas mercadorias mobilizando, para tanto, o desenvolvimento das forças produtivas do capital. Através da concorrência, o desenvolvimento contínuo das forças produtivas do capital revela-se como movimento determinado, como:

> [...] coerção que lhe é imposta por capital alheio e que o impele para além da proporção correta com um contínuo "Marche, marche!". [...] Conceitualmente, a concorrência nada mais é do que a natureza interna do capital, sua determinação essencial, que se manifesta e se realiza como ação recíproca dos vários capitais uns sobre os outros, a tendência interna como necessidade externa. O capital existe e só pode existir como muitos capitais e, consequentemente, a sua autodeterminação aparece como ação recíproca desses capitais uns sobre os outros (MARX, 2011a, p. 338).

No interior dos departamentos da economia capitalista, a concorrência mobiliza o desenvolvimento contínuo de suas forças produtivas e exacerba a produção de bens de produção, bens de consumo e capitais. A produção proporcional e equilibrada torna-se, assim, momento constantemente negado na medida em que se eleva a produtividade social do trabalho no interior dos departamentos, movida pela concorrência.

No interior do modo de produção capitalista o Dep. I é de extrema importância, pois é ele quem deve produzir, como vimos, os capitais constantes para repor suas forças produtivas e, ademais, os capitais constantes que serão utilizados no Departamento II. Portanto, na medida em que cresce a produtividade social do trabalho, o Departamento I deve necessariamente desenvolver-se aceleradamente, pois ele a sustenta. A produção de máquinas ciclópicas envolve volumes ciclópicos de capitais e maquinários (MARX, 2013) e, deste modo, o Departamento I tende a possuir uma composição orgânica do capital elevada, com uma produtividade do

[19] Em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1982), Lênin parece sugerir que há uma limitada capacidade de expansão do Departamento II da economia capitalista na medida em que este se depara com um reduzido mercado interno para consumo de seus produtos.

trabalho também elevada. Nesse sentido, tinha certa razão Rosa Luxemburgo quando afirmava que a acumulação, no interior dos esquemas de Marx, parece ser dirigida pelo Departamento I da economia capitalista (LUXEMBURGO, 1985, p. 74). A acumulação aparenta ser dirigida pelo Departamento I na medida em que este rege o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, determina o aumento da produtividade social do trabalho, e centraliza em si a acumulação de capitais, mas isso de modo algum depende da demanda por máquinas. A produção de máquinas aparece como um fim em si, movida pela concorrência intercapitalista, e dejeta milhares delas nos mercados diariamente. Simultaneamente, a incorporação destas pelo Departamento II permite-lhe ampliar a produtividade do trabalho no seu interior, ampliando, simultaneamente, a sobreacumulação também na forma de bens de consumo. Neste contexto, o ciclo total do capital, que entrelaça os dois departamentos da economia capitalista, torna-se:

> [...] tanto o contínuo pôr quanto a contínua superação da produção proporcional. A proporção existente tem de ser constantemente abolida por meio da criação de valores excedentes e do aumento das forças produtivas. Todavia, essa exigência de que a produção ao mesmo tempo e simultaneamente deve ser ampliada na mesma proporção impõe ao capital exigências externas, que de maneira nenhuma resultam dele; ao mesmo tempo, o abandono de uma dada proporção em um ramo de produção compele todos os outros a fazer o mesmo, e em proporções desiguais (MARX, 2011a, p. 338).

Movido pela concorrência, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas em ambos os departamentos interfere, ademais, na produção do valor e implica na redução do tempo social médio de trabalho. Produzir abaixo desta média significa, propriamente, a possibilidade de acumular mais-valia através do fenômeno da transferência de valor, já analisado anteriormente. Segundo Mandel (1982), no primeiro século após a Primeira Revolução Industrial, na medida em que "[...] a composição orgânica do capital no Departamento II era maior do que no Departamento I", ocorria "transferência permanente de mais-valia do Departamento I para o Departamento II" (MANDEL, 1982, p. 130). Desta forma, "[...] toda a dinâmica do modo de produção capitalista nessa época concentrava-se na acumulação acelerada do Departamento II à custa da acumulação do Departamento I" (MANDEL, 1982, p. 130). No entanto, tão logo as grandes inovações atingiram o Departamento I, a partir de fins do século XIX, como por exemplo com a introdução de máquinas movidas a motores elétricos para a produção de outras máquinas, isto é, na medida em que a composição orgânica do Departamento I aproximava-se daquela verificada no Departamento II, ultrapassando-a com rapidez, "[...] cessou a decisiva transferência de mais-valia do Departamento I para o Departamento II" (MANDEL, 1982, p. 131), invertendo-se o fluxo, isto

é, a transferência passou a ocorrer do Dep. II para o Dep. I. Não é o caso, no entanto, de negarmos a acumulação no Departamento II da economia capitalista, mas apenas o de afirmar que, se a mais-valia socialmente produzida se distribui segundo a produtividade do trabalho, isto é, segundo a magnitude dos capitais em funcionamento em ambos os departamentos, disto resulta que a acumulação de mais-valia predominaria no Departamento I, em detrimento do Departamento II. A esse respeito, Alfredo (2017) observa:

> [...] o preço do ramo produtor de bens de consumo, ainda que com lucro, incorporaria menos valor que o departamento I do capital social. Do ponto de vista categorial, a massa e a taxa de lucro se fariam acima da média, para o departamento I, o que traria uma acumulação nunca proporcional entre ambos, mas sempre crítica e inversamente proporcional. [...] A desigualdade do processo de acumulação se dá justamente porque com o maior desenvolvimento das forças produtivas de I – pois enquanto produtor de máquinas é o próprio desenvolvimento das forças produtivas - que tem por mercadoria final as máquinas, permite-se maior transferência de valor do departamento de II para o departamento produtor de máquinas (I). (ALFREDO, 2017, p. 236-237).

Deste modo, junto ao fenômeno de sobreacumulação de capitais que envolve os departamentos, emerge o fenômeno de transferência de mais-valor, que representa, propriamente, a possibilidade de o Departamento I obter sobrelucros em suas trocas com o Departamento II. Estes sobrelucros se constituem na medida em que o Departamento I emprega um volume maior de capitais na produção de sua mais-valia, o que significa, contraditoriamente, redução da produção de valor pelo aumento da produtividade social do trabalho, produção em um tempo social médio inferior a II e, finalmente, apropriação de uma massa maior de lucros. Vimos que o mercado consumidor do Departamento I, produtor de máquinas, é, além de si mesmo, o Departamento II, produtor de bens de consumo. Dada a reduzida produção interna de mais-valor, para que o Dep. I pudesse realizar sua mais-valia, estaria na dependência do Dep. II, isto significa, propriamente, que I dependeria da realização da mais-valia de II, através do consumo dos trabalhadores e capitalistas tanto de I quanto de dois. A acumulação do Departamento I significaria, portanto, apropriação da mais-valia produzida em II e dificuldades para este acumular. Deste modo, a expansão dos dois departamentos seria desproporcional, acelerada em I e reduzida em II, na medida em que a acumulação em I representaria detração do mais-valor produzido em II. A aceleração da rotação do capital em ambos os departamentos, e a concentração da acumulação de capitais em I, resultaria, assim, na exacerbação da acumulação de capitais monetários em I. Cabe aqui relembrar a produção de capital monetário virtual adicional exposto anteriormente. A respeito desses capitais, Marx observa:

> Se o mais-produto diretamente produzido e apropriado pelos capitalistas A, A', A'' (I) é a base real da acumulação de capital, isto é, da reprodução ampliada, ainda que só funcione efetivamente nessa condição quanto se encontra nas mãos de B, B', B'' etc. (I), ele é, em contrapartida – em sua crisalidação monetária como tesouro e como capital monetário virtual, que só se forma pouco a pouco –, absolutamente improdutivo, transcorre paralelamente ao processo de produção, porém se encontra à margem deste último. É um peso morto (*dead weight*) da produção capitalista. A avidez por fazer com que esse mais-valor – que se entesoura como capital monetário – seja utilizável tanto para obter um lucro como uma renda alcança seu objetivo final no sistema de crédito e nos "papéis". Desse modo, o capital monetário passa a exercer, sob outra forma, uma enorme influência sobre o curso e o impetuoso desenvolvimento do sistema capitalista de produção (MARX, 2014, p. 605).

O capital monetário adicional emerge no transcurso normal da acumulação. Vemos, no entanto, como sua acumulação se exacerba na medida em que se intensifica a produtividade social do trabalho, em que se desenvolvem as forças produtivas capitalistas, em que se acelera a rotação mundial do capital. Tão logo se constitui a Grande Indústria produtora de máquinas, em fins do século XIX, este capital ocioso, excedente, transbordou do interior da indústria capitalista para ampliar o setor de financiamentos e bancos, ampliando a disponibilidade mundial do capital portador de juros (LÊNIN, 2012).

Ao mesmo tempo, se existe transferência de mais-valia de II para I, que se reverte em acumulação de capitais em I, isto significaria a ampliação acelerada de seus capitais constantes para a produção de máquinas e ampliação de seu próprio revolucionamento, e também para II, seu mercado, e, simultaneamente, redução da incorporação do trabalho vivo em ambos. Tal fenômeno resultaria no desenvolvimento das forças produtivas da sociedade em geral, ampliação de sua composição orgânica do capital. Também Mandel (1982, p. 135) observou que na fase do capitalismo tardio, de meados do século XX, o sistema tenderia à sobreacumulação de meios de produção, instituindo, a partir de então, capacidade ociosa permanente nos departamentos da economia capitalista. Esta situação implica propriamente na sobreacumulação de bens de consumo em II, sobreacumulação de meios de produção em I e ampliação da liberação de capitais monetários principalmente em I. A acumulação entre os departamentos seria a constituição da crise para ambos, na medida em que põe a desvalorização dos capitais excedentes, sobreacumulados em seu interior. Neste contexto, a produção proporcional revela-se, mais uma vez, apenas como "[...] tendência do capital distribuir-se em proporções corretas, mas é igualmente sua tendência necessária ultrapassar a proporção – posto que ele persegue de maneira desmedida o trabalho excedente, a produtividade excedente, o consumo excedente etc." (MARX, 2011a, p. 337-338).

A supressão do trabalho vivo no interior dos departamentos capitalistas representaria redução da produção de valor em ambos, exacerbando a tendência social e imanente à queda tendencial da taxa de lucro, a lei imanente do colapso discutida no capítulo anterior. Atrelada à incapacidade de valorização advém a queda das taxas de lucro, e, ademais, emergiriam dificuldades de realização deste valor reduzido, de realização para os capitais excedentes sobreacumulados. Para o Departamento I, realizar a acumulação através do Departamento II aparecia como solução, mas também neste, após o desenvolvimento de suas forças produtivas pela incorporação de maquinário de I, o trabalho vivo é reduzido, o que significa, propriamente, a tendência à sobreacumulação e desvalorização em ambos.

A crescente composição orgânica do capital nos Departamentos I e II leva a dificuldades de realização. As dificuldades de realização se apresentam para o Departamento II na medida em que se acelera a sobreacumulação neste departamento. A questão não se põe, portanto, como redução da demanda, como crescimento insuficiente dos mercados, mas sim exacerbação da acumulação. A partir deste ponto, localizado temporalmente em meados do século XX, as contradições que envolvem os dois departamentos transbordam para a sociedade como um todo, incorporando o tempo de não-trabalho, o tempo da reprodução cotidiana, como tempo de consumo, como possibilidade de realização das mercadorias produzidas no interior do Departamento II (LEFEBVRE, 1991; 2006). O plano do viver sob o modo de produção capitalista aparece, a partir de então, cindido entre tempo de trabalho e tempo de consumo (LEFEBVRE, 1991; 2006).

Mandel (1982) identificou, ademais, que a economia capitalista buscou solucionamento para as crises de sobreacumulação entre os Departamentos I e II através do desenvolvimento de um terceiro departamento, o Departamento III, produtor de armamentos, produtor de meios de destruição. Os armamentos são mercadorias que não entram no processo de circulação, nas participam das trocas entre os departamentos. Nesse sentido, representam apenas queima de capital. No entanto, na medida em que o setor de armamentos se caracteriza crescentemente por uma elevada composição orgânica do capital, não pode resolver os problemas de sobreacumulação do capitalismo.

A sobreacumulação em ambos os departamentos busca também no comércio exterior uma possibilidade solucionamento. A ampliação das exportações mundiais de capitais (mercadorias, máquinas, capital monetário etc.) a partir de fins do século XIX, representa, neste contexto, o movimento de excedentes que não podem se remunerar no interior dos estados

industrializados da economia mundial e buscam, através destas exportações, realizar estes excedentes. O mercado mundial passa a ter, então, uma função fundamental para a continuidade do processo de reprodução capitalista, qual seja: antes mesmo de servir simplesmente para o comércio de mercadorias e capitais, o mercado mundial se torna uma contratendência anteposta ao colapso imanente do capitalismo (na relação entre valorização e desvalorização), pois permite injetar lucros extraordinários a partir da realização de capitais (mercadorias e capitais) no exterior. A exportação, no entanto, apenas permite deslocar o problema, mas não o resolve, de modo contrário, o amplia, pois torna "[...] os países recebedores de capital formas da superprodução desse capital importado" (ALFREDO, 2017, p. 261-262). Segundo Alfredo, estas exportações, em direção ao centro ou à periferia capitalista, resultaram "[...] em lucros excedentes, cujo sentido, seria exportar mais capitais, tornando o mundo mais produtivo" (ALFREDO, 2017, p. 262), ao mesmo tempo em que, tal desenvolvimento das forças produtivas, resultou na exacerbação da forma monetária e na constituição de uma sociedade mundial inflacionária, isto é, com excedente monetário sobre a reduzida produção de mais valia.

Nos próximos capítulos, analisaremos como a sobreacumulação constituída no interior dos dois departamentos da economia capitalista transborda para a sociedade mundial. Neste contexto, os fenômeno das exportações de capitais que se ampliam ao longo da primeira metade do século XX, o movimento de modernização da periferia, a partir dos anos 50 daquele século, e a modernização da agricultura mundial, entendida pela literatura como "revoluções agrícolas", constituem apenas casos particulares do fenômeno mundial marcado pela mobilização do capital excedente e ocioso – que não que já não conseguia obter o lucro médio – em busca de ramos ou regiões com: menor desenvolvimento das forças produtivas capitalistas; taxas mais elevadas de mais-valia (preço baixo da força de trabalho); presença de matérias-primas a preços baixos etc.; ou seja, regiões onde pudesse encontrar taxas de lucro mais elevadas, sobrelucros. No entanto, a entrada maciça do capital nestas regiões e ramos implicou em que, também ali, reapareceria a figura da sobreacumulação, acarretando na queda das taxas de lucro e na supressão dos superlucros.

Capítulo 05

Agricultura e Grande Indústria

1. Sobreacumulação industrial e modernização agrícola observada a partir do centro

A subordinação da agricultura ao capital industrial constitui-se, ao longo de séculos, como um processo revolucionário que, por um lado, transformou a agricultura "[...] de mero procedimento tradicional, de natureza empírica e mecânica, praticado pela parte menos desenvolvida da sociedade, numa aplicação científica consciente da agronomia" (MARX, 2017, p. 678). Na medida em que a agricultura passou a ser submetida ao capital e deveio industrial, com aplicação da ciência, da química, da mecânica etc., a terra tornou-se "[...] uma máquina que torna o trabalho imediato mais produtivo e, por conseguinte, fornece mais cedo um excedente" (MARX, 2011a, p. 488). Por outro lado, a subordinação da agricultura ao capital industrial dissociou completamente a propriedade fundiária das relações de dominação e servidão, e, ademais, separou "[...] por completo o solo, enquanto condição de trabalho, da propriedade fundiária e do senhor da terra, para o qual a terra representa apenas um tributo em dinheiro que, por meio de seu monopólio, ele arrecada do capitalista industrial, o arrendatário" (MARX, 2017, p. 678). A partir de então, os cultivadores do solo se confrontam com a terra monopolizada:

> "[...] os verdadeiros cultivadores do solo são assalariados, empregados por um capitalista, o arrendatário, que só se dedica à agricultura como campo de exploração específico do capital, como investimento de seu capital numa esfera particular da produção. Esse capitalista-arrendatário paga ao proprietário fundiário, aos proprietários da terra por ele explorada [...] uma soma em dinheiro fixada por contrato [...] em troca da permissão de aplicar seu capital nesse campo particular de produção (MARX, 2017, p. 679).

A subordinação da agricultura ao capital industrial constitui-se de fato como um processo revolucionário que, ao longo de séculos, caracterizou-se não apenas pelo aumento dos investimentos de capital no solo, principalmente através da adoção de novas técnicas de cultivo, mas também pela mudança do caráter da propriedade da terra, despojando-a das relações servis

e rompendo, ao mesmo tempo, os vínculos que atrelavam posse e uso da terra. A partir deste processo, que a libertou de todo e qualquer enfeite e amálgama social, a propriedade fundiária pode assumir sua forma puramente econômica, isto é, como fonte de renda. A renda da terra, paga em dinheiro, em produto etc., representa, assim, a forma pela qual a propriedade da terra, enquanto monopólio do solo, se realiza economicamente, a forma pela qual ela se valoriza. Este longo processo permitiu, ademais, a conformação, de uma só vez, das três classes que constituem o fundamento da sociedade moderna: o trabalhador assalariado, despojado de seus meios de produção; o capitalista industrial, proprietário do capital; e o proprietário fundiário, aquele que monopoliza a terra (MARX, 2017, p. 678-679).

A partir da segunda metade do século XIX, as relações entre o grande capital e a agricultura adquirem novos sentidos e passam a ser marcadas não apenas por sua subordinação, mas também pela acelerada industrialização desta última. Os dois momentos não se contrapõem, apenas indicam um salto qualitativo nesta relação. Subordinação e industrialização constituem, portanto, um par solidário cujo fundamento é o movimento de apropriação da renda da terra agrícola pelo capital urbano-industrial. Em fins do século XIX, a partir do processo de expansão acelerada do capital industrial, a partir da constituição do fenômeno de sobreacumulação que podemos observar anteriormente, a agricultura tornou-se, cada vez mais, consumidora destes excedentes de capitais que passaram a se acumular no interior do modo de produção capitalista. Dada sua menor composição orgânica do capital em relação à grande indústria capitalista, a agricultura representaria, do ponto de vista do capital, espaço de obtenção de sobrelucros.

Marx (2013), em meados do século XIX, já indicava a constituição de "agriculturas capitalistas" nos países industrializados da economia mundial (Inglaterra, Estados Unidos, França etc.), surgidas em função do revolucionamento que a Grande Indústria impunha à agricultura, caracterizado pela mecanização dos cultivos, pela supressão do campesinato, pela produção de uma superpopulação de trabalhadores assalariados, pela aplicação tecnológica da ciência etc. Desta forma, assinalava que, tal como na indústria urbana, "[...] na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho" (MARX, 2013, p. 573).

Ao longo da segunda metade do século XIX, o efeito principal da revolução agrícola, proporcionada pela aplicação de maiores porções de capitais – principalmente em capitais constantes – na agricultura, foi o aumento geral da produtividade do solo. Contribuíram para

este aumento a adoção de novas técnicas de plantio e cultivo, como arados de ferro, semeadeiras, plantadeiras, colhedeiras, moinhos de vento, arames farpados, enfardadeiras, descascadeira, fungicidas, tratores, fertilizantes etc. (RASMUSSEN, 1983). Segundo Guimarães (1982), no período de 1840 a 1900, os aumentos de produtividade agrícola nos países europeus foram de "[...] 30% na Rússia, de 45% na Áustria, de 50% na Bélgica e na Itália, de 75% na Suécia, de 90% na Suíça e de 190% na Alemanha [...]" (GUIMARÃES, 1982, p. 37). De forma complementar, Veiga (2012) assinala que, ao longo das décadas de 1850 e 1860, a agricultura inglesa desenvolveu-se com base no chamado "*high farming*":

> O termo era usado para indicar um sistema intensivo, com altos *inputs* e altos *outputs*, acompanhado de uma nova onda tecnológica: drenagem, fertilização, mecanização, rações etc. Essa segunda onda de mecanização foi dominada pela debulhadora a vapor e pela colheitadeira mecânica, ambas adotadas em larga escala na região sul. A tração a vapor também era empregada nas terras argilosas e máquinas passaram a ser usadas nos trabalhos de armazenagem nos celeiros (VEIGA, 2012, p. 38).

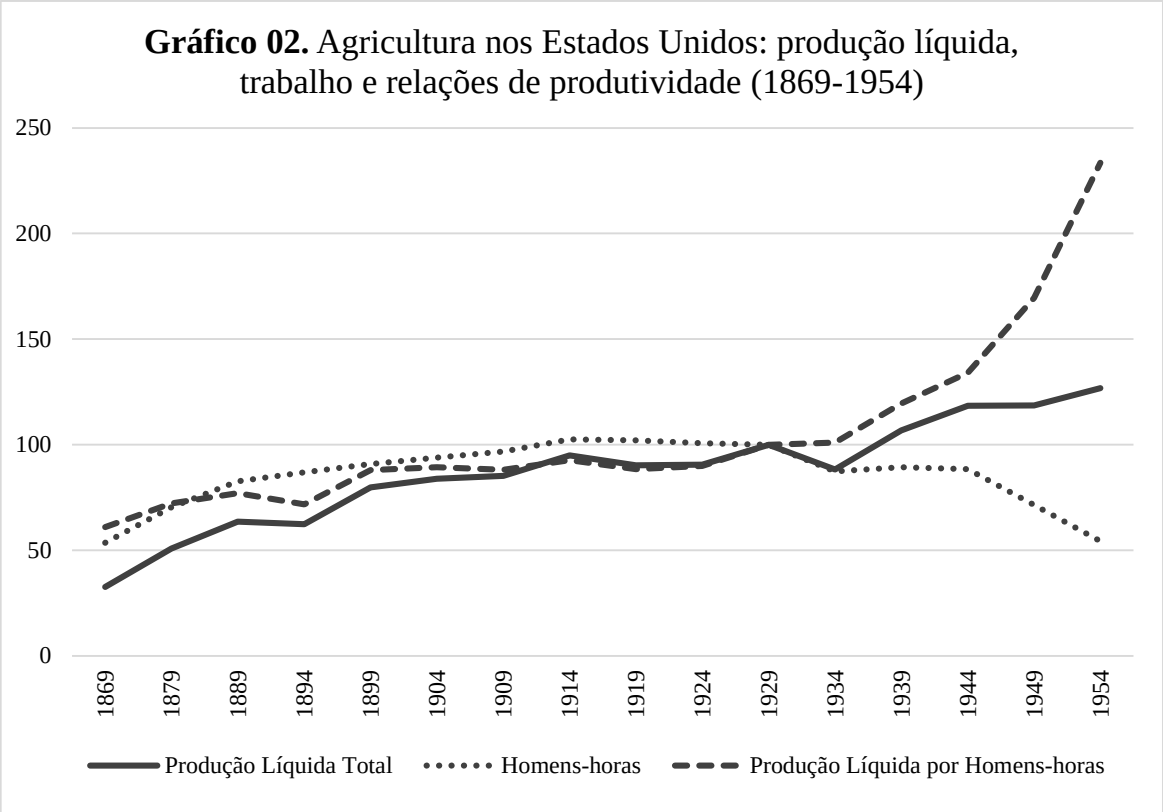
Assinalamos anteriormente como, sob o modo capitalista de produção, o aumento no ritmo invenções tecnológicas caminha lado a lado com o aumento também acelerado da acumulação de capitais. Deste modo, como demonstrado por Marx, pouco a pouco a penetração dos excedentes de capitais originados da II Revolução Industrial impôs um revolucionamento à agricultura dos países industrializados, submetendo-a, agora, como consumidora de capitais. Nos Estados Unidos, o enorme volume de inovações técnicas que passou a ingressar na agricultura, a partir de meados do século XIX, respondeu pela substituição acelerada da força-de-trabalho humana por tecnologias mecânicas. Ao longo da segunda metade do século XIX, inúmeras invenções foram incorporadas à agricultura nos Estados Unidos. Como resultado destas inovações, o aumento da produtividade do campo: em 1860, cada agricultor americano tinha a capacidade de alimentar 4,5 pessoas; em 1870 este número subiu para 5,1 pessoas e, em 1880, atingia 5,6 pessoas (RASMUSSEN, 1983, p. 64).

Em *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América* (1980), Lênin realizou um estudo sobre a situação da agricultura americana em princípios do século XX, permitindo-nos observar os resultados produzidos pela ampliação de suas forças produtivas do campo ao longo de meio século. No trecho a seguir, Lênin analisa o fenômeno de redução do tamanho das *farms* – unidades agrícolas de produção americanas – em fins do século XIX, o qual não promoveu, imediatamente, a redução do volume da produção agrícola americana, pois a intensidade de capitais aplicados na terra permitiu compensar a redução das áreas de cultivo:

> [...] na realidade presente, temos uma situação na qual uma enorme redução da quantidade de terra por *farm* está vinculada a um enorme crescimento das despesas com adubos artificiais, de tal modo que a "pequena" produção (se se prossegue com o hábito de considerá-la pequena em relação a sua superfície) revela se "grande" pelo monte de capital investido na terra. Tais casos não são únicos mas típicos de todo país onde a agricultura intensiva adianta-se em relação à agricultura extensiva. Ora, este é o caso de todos os países capitalistas; e o desconhecimento desta particularidade típica engendra os erros correntes por parte dos admiradores da pequena agricultura, para os quais o único critério é a superfície da exploração (LÊNIN, 1980, p. 29).

Tal como no caso brasileiro, o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura americana não significou, absolutamente, a homogeneização das condições de produção no campo e muito menos a generalização das relações especificamente capitalistas de produção. Este processo envolveu contradições, o que significa que este desenvolvimento não foi universalizado. Lênin também ressaltou isto em seu trabalho, apontando diferenças significativas entre as agriculturas do Norte, do Sul e do Leste americanos. No entanto, podemos observar, através deste trecho, como a penetração do capital no campo revoluciona sua base produtiva e solapa os alicerces que sustentam as relações tradicionais de produção. Deste modo, ainda que as relações novas de produção que daí se originam não possam ser classificadas como especificamente capitalistas, estas só existem na medida em que são determinadas pelas contradições da reprodução capitalista.

Através dos gráficos a seguir, podemos verificar, ademais, quais consequências trouxe o ingresso acelerado dos capitais sobreacumulados na Grande Indústria para o campo americano. Assim, se num primeiro momento falamos em incorporação de inovações, podemos observar a partir daqui como a complementariedade entre o capital agrícola e o industrial que passa a constituir os pressupostos do que se compreende hoje por "Complexos Agroindustriais", submete a agricultura capitalista não apenas como um espaço onde obter matérias-primas baratas para a indústria, mas sobretudo como espaço capaz de absorver os excedentes de capitais que se acumulam de ciclo em ciclo no interior do modo capitalista de produção. A partir de então, reproduz-se também na agricultura as contradições que constituem a crise da reprodução capitalista, tal como observamos nos capítulos anteriores.

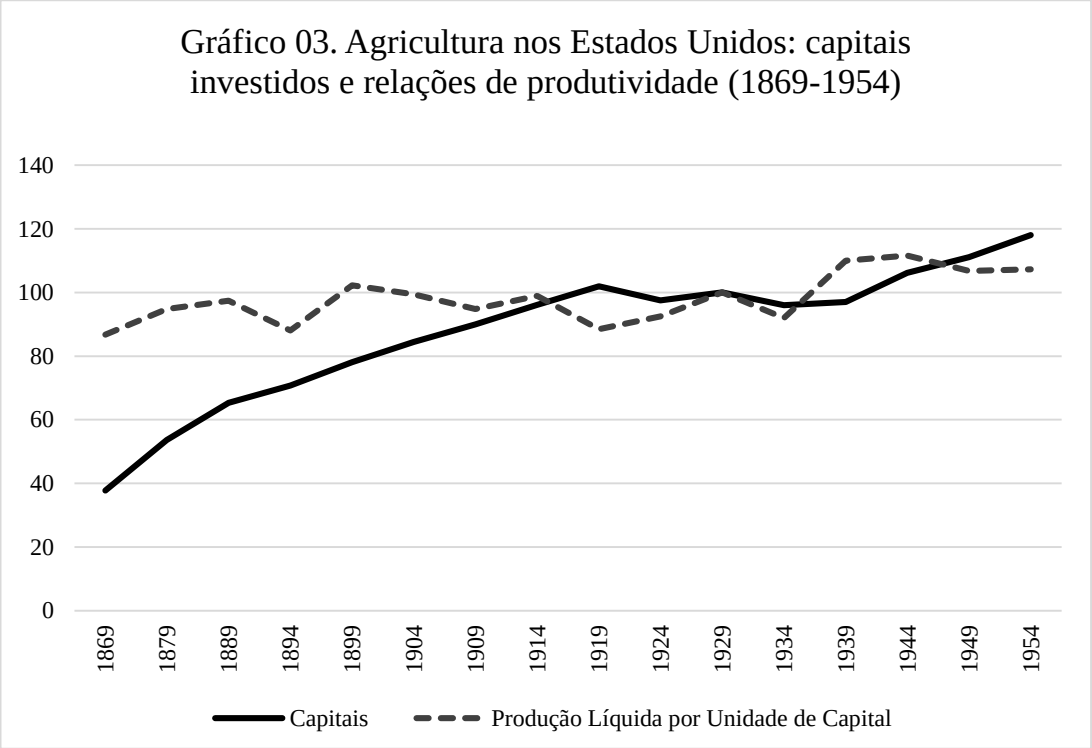


Fonte: RASMUSSEN, 1983, p. 64.

A noção de "homens-horas" nos permite observar como a mecanização da agricultura, a partir de fins do século XIX, significou a ampliação da composição orgânica do capital agrícola norte-americano. Deste modo, ainda que na segunda metade do século XIX ocorresse um aumento da mecanização agrícola, como vimos anteriormente, neste primeiro momento a tendência foi de incorporação do trabalho, através da mobilização do trabalho de nacionais e estrangeiros na medida em que se expandia a fronteira agrícola americana em direção ao Oeste[20]. O "fechamento da fronteira", a partir dos primeiros anos do século XX e o intenso processo de mecanização da agricultura, foram responsáveis pela redução gradativa do trabalho

[20] Ao longo da segunda metade do século XIX, a ampliação das forças produtivas agrícolas nos Estados Unidos foi acompanhada pelo crescimento da apropriação privada da terra, com a ampliação da fronteira agrícola, e pela ampliação da ocupação produtiva do solo. A ampliação da fronteira agrícola nos Estados Unidos ocorreria com a aprovação da chamada *Homestead Act*, em 1862, que procurava facilitar a distribuição de lotes de terras de cerca de 160 acres (64,75ha), a nacionais ou estrangeiros. No contexto da "Corrida para o Oeste", sucessivos governos americanos incentivaram a ocupação de vastas áreas da porção central do seu território com políticas de concessão de terras "para quem quisesse plantar", aliadas à intensa campanha publicitária que vendeu a região como o um celeiro agrícola. Segundo Veiga (2012), "[...] mais de quatro quintos das terras apropriadas entre 1860 e 1900 foram compradas de diversos vendedores, principalmente companhias construtoras de estradas de ferro, grileiros e o próprio governo" (VEIGA, 2012, p. 69). Vemos, deste modo, como nos Estados Unidos o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura caminhou paralelamente à ampliação da propriedade privada das terras e à intensificação da especulação fundiária.

no interior do processo produtivo da agricultura. Deste modo, como vemos no gráfico, a partir de 1929 até 1954, reduz-se praticamente à metade a presença do trabalho na agricultura americana. Esta redução implicou no aumento da "Produção líquida por homens-horas". Através de sua análise podemos acessar as relações de produtividade do trabalho no interior da agricultura americana. Num primeiro momento, a produtividade do trabalho ascende muito lentamente na medida em que a incorporação de capitais ao processo produtivo ocorria simultaneamente à expansão da fronteira agrícola. Posteriormente, na medida em que a revolução agrícola implicou na supressão absoluta do trabalho, pela incorporação de tecnologias mais produtivas, a exploração do trabalho restante no interior da agricultura resultou no aumento da produtividade líquida por homem-hora, principalmente a partir de 1929.



Fonte: RASMUSSEN, 1983, p. 64.

No gráfico 03, a variável “capitais” busca representar os investimentos sucessivos de capitais visando a mecanização e o aumento da produtividade do solo na agricultura americana de 1869 a 1954. A curva ascendente denota a necessidade contínua de capitais para o funcionamento da agricultura, isto é, absorção de excedentes urbano-industriais. Através do

gráfico 03 percebemos, ademais, que, excetuando-se o período de 1919 a 1939, os investimentos de capitais tenderam a ampliar-se, ou seja, o total dos capitais, sejam eles fixos (máquinas) ou circulantes (adubos, fertilizantes, agrotóxicos etc.), em funcionamento na agricultura americana foi cada vez maior. É possível verificar, ademais, que, ainda que o trabalho vivo fosse incorporado ao processo produtivo da agricultura americana, como parece caracterizar a segunda metade do século XIX, a ampliação dos capitais constantes ocorria numa velocidade ainda maior, o que implica, necessariamente, no aumento da composição orgânica do capital na agricultura. Neste caso, reduz-se a produção de mais-valor proporcionalmente aos investimentos de capitais. Compreende-se, deste modo, que a industrialização da agricultura implica num aumento da composição orgânica do capital agrícola, gera um aumento do capital constante além das possibilidades de produção de mais-valia.

A curva de "produção líquida por unidade de capital", por sua vez, tende a apenas variar no período de 1869 a 1934, ocorrendo ligeira alta a partir de 1934, quando se acentua a supressão do trabalho na agricultura americana. Se a produção líquida por unidade de capital aumenta pouco no período de 1869 a 1854, ao mesmo tempo em se ampliam os investimentos em capitais fixos e circulantes, isto indicaria que, ainda que extremamente capitalizada, essa ampliação do volume de capitais investidos na agricultura americana não estaria resultando num aumento proporcional na sua produtividade, isto é, com o passar dos anos, os capitais investidos na agricultura americana tenderam a render sempre menos.

2. A formação dos complexos agroindustriais no interior do movimento crítico de reprodução capitalista

A partir dos anos 50 do século XX, a agricultura mundial, sob o impacto dos excedentes de capitais urbano-industriais, registraria elevados índices de crescimento. Este processo constitui o ponto culminante do que se convencionou chamar de Revolução Verde, que se processou ao longo da primeira metade do século XX. Guimarães compreende este novo momento da agricultura como "industrialização dirigida" (p. 117) da agricultura, onde a "[...] indústria industrializa a agricultura" (1982, p. 91). Entre outras transformações, a partir dos anos 1950 ocorreram:

> [...] as transformações ocorridas na motorização da agricultura mundial, a partir dos anos 1950, foram acompanhadas de numerosas inovações e melhorias agrícolas, das técnicas de irrigação, dos defensivos químicos, das variedades de sementes de altos rendimentos e maior resistência às pragas. Foram obtidos grandes progressos na preparação industrial de rações para gado e aves, no melhoramento de linhagens de animais de corte e leite, das técnicas de inseminação artificial, da desidratação de forragens verdes, da conservação de alimentos com emprego em larga escala de supercongelação e a liofilização; além da introdução da aviação agrícola e do uso agrícola de computadores (GUIMARÃES, 1982, p. 91).

O processo de industrialização dirigida seria marcado, ademais, pela maior integração da agricultura à indústria, através de vínculos contratuais e orgânicos. Segundo Guimarães (1982), através da indústria, a agricultura poderia assegurar não apenas a obtenção de seus meios de produção, mas também garantir o escoamento de seus produtos. A grande indústria, por outro lado, na figura dos grandes monopólios multinacionais, estaria em busca de maximizar seus lucros em ramos menos desenvolvidos. Este vínculo estabelecido entre agricultura e indústria conformaria a formação dos chamados "complexos agroindustriais" (GUIMARÃES, 1982, p. 92). Podemos perceber, desta forma, que Guimarães compreende corretamente os vínculos que se estabelecem entre agricultura e indústria, a partir dos anos 1950, ou seja, como momento de acelerado processo de industrialização da agricultura pela indústria. No entanto, para o autor, trata-se de trocas proporcionais, na medida em que os ganhos são de ambos os lados. Para nós, de modo contrário, o fenômeno deve ser compreendido negativamente, na medida em que a injeção de maiores porções de capitais no campo responde à sobreacumulação industrial, à busca por valorização do valor. Isto será discutido mais à frente.

O conceito de "complexos agroindustriais" em Guimarães (1982) busca abarcar o intenso processo de industrialização da agricultura que ocorre em escala mundial a partir dos anos 1950, marcado pela industrialização tanto a montante (indústria de insumos, fertilizantes e defensivos químicos), quanto à jusante (indústrias processadoras) da agricultura, mas também no interior da própria agricultura. Este processo entrelaçaria ainda cadeias de supermercados, empresas de transporte, seguradoras, financiadoras, bancos, entre outras instituições, e seria conduzido pelo Capitalismo Monopolista de Estado (GUIMARÃES, 1982, p. 122). Segundo Guimarães (1982), a formação dos chamados complexos agroindustriais estaria fundada na tendência à queda da lucratividade inerente ao processo de industrialização da agricultura, estabelecendo um claro diálogo com a noção de queda tendencial da taxa de lucro de Marx, observada anteriormente. Vejamos mais de perto a perspectiva de Guimarães.

Segundo Guimarães (1982), a partir da segunda metade do século XIX, paralelamente ao desenvolvimento das forças produtivas na agricultura dos países capitalistas industrializados, teria ocorrido uma queda mundial dos preços dos produtos agrícolas. A crise agrária que se expressou a partir daí teria implicado, contraditoriamente, na modernização ainda maior da agricultura nestes países, culminando, em meados do século XX, na chamada Revolução Verde. Deste modo, segundo o autor, na medida em que se reduzia a lucratividade da agricultura, o campo tenderia a ampliar os investimentos de capital, buscando contrabalancear a queda nos preços pela expansão do volume produzido:

> Quanto mais declina sua lucratividade, tanto mais a agricultura precisa de aumentar sua produtividade. E, ao fazê-lo, precisa de mais aplicações de capital, mais benfeitorias, mais insumos industriais aperfeiçoados, fertilizantes químicos, instrumentos e máquinas complexos, defensivos mais eficazes, sementes de variedades melhoradas, tudo o que contribui para tornar seus custos por área explorada cada vez mais altos. Além disso, ao cumprir essas metas necessárias à sua sobrevivência e à sua expansão, a agricultura capitalista incorpora maiores extensões de terras e provoca, por um efeito inevitável, o crescimento da valorização fundiária. Portanto, todas ou quase todas as vantagens que a agricultura obtém das progressivas melhorias de produtividade ficam praticamente anuladas; de uma parte, pela aquisição ou o arrendamento da terra supervalorizada e, de outra parte, pelo uso de uma diversidade cada vez maior de insumos tecnologicamente sofisticados. Daí que, ao aumentar sua produtividade por área, faz declinar, novamente, sua taxa de lucratividade. E continua, desse modo, a espiral contraditória (GUIMARÃES, 1982, p. 42-43).

E em outro momento conclui, atrelando a queda da rentabilidade agrícola com a formação dos chamados complexos agroindustriais:

> A queda contínua da lucratividade relativa e a tendência para a redução da renda agrária, que resultam da industrialização da agricultura, da concentração agrária, da exigência de somas crescentes de capital fixo, determinam a introdução de formas associativas mais amplas e mais desenvolvidas, as quais se expressam na organização de sociedades anônimas agropecuárias e na integração vertical e horizontal das explorações agrícolas; enfim, na formação do complexo agroindustrial (GUIMARÃES, 1982, p. 115-116).

Nestes trechos, percebemos como na agricultura o fetiche que se põe na produtividade do solo torna-se parte constituinte da sua reprodução. Segundo acepção corrente, na agricultura a produção de lucros dependeria estritamente da ampliação da produtividade do solo. Guimarães (1982) observa com acuidade que o fenômeno da sobreacumulação na agricultura está atrelado ao próprio desenvolvimento de suas forças produtivas. No entanto, para o autor, a queda da produtividade do solo agrícola seria responsável por incentivar investimentos de capital no campo. Por outro lado, o aumento da produtividade agrícola conduziria ao fenômeno

da superprodução que conduz, finalmente, à queda dos preços, diminuindo ainda mais a lucratividade da agricultura, portanto, para o autor, queda dos lucros significa queda dos preços agrícolas.

Para nós, de forma contrária, o processo de industrialização da agricultura se realizou na medida em que os capitais excedentes no interior da grande indústria capitalista passaram a buscar na agricultura uma esfera de remuneração. A lei da queda tendencial da taxa de lucro é o fundamento do processo, na medida em que o desenvolvimento acelerado das forças produtivas na indústria e nos países centrais, que leva à queda da produção da massa de mais-valia, ejeta os capitais ociosos e sobreacumulados em direção à outras regiões e esferas, pois na indústria apenas incorporariam lucros insuficientes. Ao atuarem na agricultura passam a modificar a base na qual esta última se sustenta. A remuneração destes capitais a partir da agricultura significa, propriamente, apropriação da renda da terra agrícola, ao mesmo tempo em que, para a agricultura, o processo impõe dificuldades de acumulação. No entanto, a aceleração da produtividade agrícola pelo desenvolvimento de suas forças produtivas tende a escassear a produção da renda da terra, levando os capitais a solaparem as condições de sua rentabilidade. Na agricultura, portanto, a aceleração da produtividade, com tendência à queda dos preços, convive com redução da produção de valor e, ademais, com a apropriação de seu mais-valor pela grande indústria, o que significa, propriamente, redução da acumulação de capitais. Se agricultura passou a depender, a partir de então, da atividade científica, se passou a precisar de máquinas, de fertilizantes químicos, de sementes, de agrotóxicos, se as fábricas de máquinas, o comércio exterior, as indústrias processadoras, a dominam e aparecem como necessidades para a agricultura

> [...] é principalmente e essencialmente porque a agricultura não encontra mais as condições de sua própria produção em si mesma, originadas natural e espontaneamente, mas tais condições existem fora dela como indústrias autônomas – e, com sua existência à margem dela, toda a complexa conexão em que existe essa indústria estrangeira é trazida igualmente para o círculo das condições de produção da agricultura (MARX, 2011a, p. 435).

No seu processo de industrialização, "[...] a agricultura devém mais e mais um simples ramo da indústria, e é inteiramente dominada pelo capital. O mesmo se dá com a renda da terra" (MARX, 2011a, p. 86). No interior deste processo, o conceito de agronegócio emerge como moldura ideológica que positiva a industrialização da agricultura (MENDONÇA, 2018), reduzindo a questão agrária aos limites da maior produtividade do campo.

3. A apropriação da renda da terra pelo capital urbano-industrial

Vimos como o fundamento econômico da agricultura reside na produção da renda da terra. Em *O Capital*, Livro III, Marx dispendeu atenção especial à análise das chamadas *rendas diferenciais I e II*, as quais constituem sobrelucros – portanto, lucros acima do lucro médio – fornecidos aos capitalistas da agricultura que operam em condições favoráveis, utilizando relativamente menor quantidade de trabalho e/ou atuando com menor preço de custo. Esses sobrelucros se formam na diferença entre os preços de produção individuais dos capitalistas e o preço de produção geral regulador do mercado, o preço de produção no pior solo agrícola. Nas agriculturas menos intensivas em investimentos de capital, a remuneração dos produtores e a acumulação de capitais dependeria da extração da *renda diferencial I*, ou seja, um sobrelucro que provém da fertilidade natural dos solos e de suas localizações – ainda que a mobilização da renda diferencial I e a própria noção de renda dependa do capital enquanto mediador de todo o processo (MARX, 2017). Já as agriculturas mais intensivas em capitais produziriam o que Marx (2017) denominou de *renda diferencial II*, o sobrelucro fornecido pelas condições de produtividade superior dos solos mediadas pelos investimentos de capital, ou seja, a maior capitalização do processo produtivo permitiria suprimir gastos com força de trabalho.

Mas, ao mesmo tempo, Marx (2017), no Livro III d'*O Capital*, também indicou a existência da *renda absoluta da terra*. Esta formulação baseia-se na pressuposição de que no interior dos países capitalistas, mas também entre distintos países, a composição orgânica do capital agrícola tenderia a ser inferior à média social. Deste modo,

> [...] se a composição orgânica do capital numa esfera de produção é menor que a do capital social médio, ou seja, se seu componente variável, desembolsado em salários, é maior em proporção a seu componente constante, desembolsado nas condições materiais de trabalho, do que é habitual no caso do capital médio, o valor de seu produto deve encontrar-se acima de seu preço de produção (MARX, 2017, p. 819).

Isto significa que um capital de menor composição orgânica estaria explorando relativamente mais trabalho, gerando, também relativamente, maiores porções de mais-valia. Neste ramo, a força produtiva do trabalho estaria abaixo da média social, demonstrando a preponderância do capital variável no interior do processo produtivo. Este é o caso, como observamos anteriormente, do setor agrícola, que ao longo da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, ainda que tenha passado por um intenso processo de mecanização, reproduzia-se a partir do uso intensivo do trabalho, em comparação, por exemplo,

à indústria transformadora. Para os Estados Unidos, segundo dados de Veiga (2012), em 1870, 65% dos gastos de um fazendeiro norte-americano eram realizados em capitais variáveis, em 1940, este valor havia sido reduzido para 41%. A composição orgânica do capital no campo tende, portanto, a ser menor do que a média social posto pela indústria. Neste contexto, o valor dos produtos agrícolas, no sentido da mais-valia incorporada pelo trabalho, tende a ser superior aos seus preços, o que significa que o trabalho excedente produzido na agricultura é superior ao produzido nos demais setores (MARX, 2017).

A renda absoluta da terra constitui-se, assim, em excedente de valor sobre o preço de produção de uma mercadoria agrícola, ou seja, por ser agrícola (e não industrial), há grande incorporação de valor às mercadorias, ao passo em que seus preços de produção estariam abaixo deste mais-valor. Para Marx (2017), a renda absoluta da terra constitui-se na diferença entre o preço de produção de uma mercadoria e seu preço de mercado – sendo este último superior ao primeiro, mas, ao mesmo tempo, inferior ao valor incorporado à produção da mercadoria –, ou seja, provém da elevação "artificial" do preço de mercado de um produto agrícola acima do preço de produção. Desta forma, a renda absoluta atingiria a sua magnitude máxima quando o preço de mercado de um valor de uso atingisse o mais-valor total cristalizado em seu corpo. A respeito da renda absoluta, Marx indica, ademais, a importância da propriedade fundiária, como barreira que permite ou não a aplicação dos capitais no campo, dependendo, para isto, da relação de lucratividade entre os preços de mercado e dos preços de produção na terra (rendas diferenciais):

> Aqui, a propriedade da terra é a barreira que não permite nenhum novo investimento de capital num solo até então não cultivado ou não arrendado sem receber uma recompensa, isto é, sem exigir uma renda, por mais que o novo solo incorporado ao cultivo pertença a um tipo que não gera renda diferencial nenhuma e que, se não fosse a propriedade fundiária, já poderia ter sido cultivado no caso de haver um incremento menor do preço de mercado, de modo que o preço regulador de mercado só teria pago seu preço de produção a quem cultivasse esse solo pior. No entanto, devido à barreira imposta pela propriedade fundiária, o preço de mercado tem de subir até o ponto em que o solo pague um excedente acima do preço de produção, isto é, uma renda. Como o valor das mercadorias produzidas pelo capital agrícola se encontra, conforme o pressuposto, acima de seu preço de produção, essa renda [...] constitui o excedente de valor sobre o preço de produção ou uma parte deste último (MARX, 2017, p. 822-823).

A renda absoluta da terra conforma, em certo sentido, um tributo cobrado pelos proprietários de terras a fim de colocarem suas propriedades privadas a produzir e, desta forma, toda a sociedade é obrigada a pagá-la, pois sua dedução advém da circulação das mercadorias,

da massa total da mais-valia socialmente produzida (MARX, 2017). A existência da renda absoluta da terra, como tributo pago por toda sociedade ao proprietário fundiário, está pressuposta no preço de mercado de todo produto agrícola, seja ele produzido nas regiões industriais ou periféricas da economia capitalista. Neste contexto, Lima (2017) observaria que, na medida em que a renda absoluta da terra constitui-se como tributo deduzido da mais-valia socialmente produzida, "[...] o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas encontraria um freio no agrário" (LIMA, 2017, p. 273), isto é, a detração de parcelas desta mais-valia social significaria a redução da capacidade industrial de investir no desenvolvimento da produtividade social.

Nas páginas anteriores vimos que a agricultura em países centrais ou periféricos se caracteriza pela menor produtividade do trabalho em relação à indústria. Segundo Mandel (1982), em função de sua menor composição orgânica, as relações de troca entre agricultura e indústria permitiriam a extração do mais-valor agrícola:

> A diferença no nível de produtividade entre a agricultura e a indústria – que se assemelha àquela entre a produção de matérias-primas e bens acabados nas épocas do capitalismo de livre concorrência e do imperialismo clássico – gera intercâmbio desigual, ou uma transferência constante de valor das regiões subdesenvolvidas para industrializadas do mesmo Estado capitalista. [...] As regiões subdesenvolvidas no interior dos países capitalistas, assim como as "colônias externas", funcionam dessa maneira como fontes de superlucros (MANDEL, 1982, p. 61).

Observamos, também na agricultura, como produção de mais-valia não implica, propriamente, na apropriação do mais-valor produzido. No interior do mercado mundial, nas relações de troca – trocas desiguais – entre indústria e agricultura, isto é, através da compra de colhedeiras, semeadeiras, arados, tratores, adubos, fertilizantes etc., produzidos com maior produtividade do trabalho na indústria, e da venda de matérias-primas e produtos agrícolas (madeira, trigo, algodão, milho, cana-de-açúcar, café etc.), ocorreria a extração do excedente que constitui a renda da terra na agricultura. Nesse sentido, *o que parece caracterizar a agricultura mundial é a sua incapacidade de acumulação de capitais, na medida da sua submissão às relações de troca com a Grande Indústria*. Daí a importante figura do crédito agrícola e da expansão da ajuda do Estado. Como observa Guimarães (1982), a cronicidades das crises agrícolas de superprodução, agravadas, como vemos, por sua incapacidade de acumulação, determinam o "[...] caráter permanente e universal da dependência da proteção do Estado, que a agricultura não mais pode dispensar" (GUIMARÃES, 1982, p. 51).

Como vimos, ao longo da primeira metade do século XX os excedentes de capitais gerados através da superprodutividade do sistema se instalaram na agricultura e passaram a atuar revolucionando sua base produtiva. Marx (2017), observou que, "[...] em épocas de abundância de capital, este flui fortemente para a agricultura, mesmo sem uma alta do preço de mercado" (MARX, 2017, p. 831). Sob o modo de produção capitalista, as quedas nos preços das mercadorias relacionam-se com ganhos de produtividade do trabalho em função da supressão progressiva da parte variável do capital no interior do processo produtivo, tal como podemos observar no caso da agricultura americana. Deste modo, a queda na lucratividade na agricultura não se produz de forma alguma em função da queda estrita nos preços, como quer Guimarães (1982), mas sim, na medida em que tendem a se equalizar as condições de produção, pelo desenvolvimento das forças produtivas no campo, tende aparecer, também na agricultura, a figura da sobreacumulação, reduz-se a produção de mais-valor e amplia-se a apropriação da renda da terra agrícola.

Capítulo 06

Do centro à periferia: insuficiência de valorização e movimentos internacionais de capitais na primeira metade do século XX

1. Insuficiência de valorização e exportações de capitais

Como vimos, o salto qualitativo do capitalismo na primeira metade do século XX, constituindo sua fase imperialista, monopolista-financeira, respondeu, em parte, à sobreacumulação de capitais que não se resolvia nos limites dos Estados Nacionais urbano-industriais, impelindo os grandes cartéis nacionais (indústrias e bancos) em direção ao mercado mundial, exportando mercadorias ou investindo nas regiões periféricas. Para Lênin (2012) e Grossmann (1979), essas exportações de mercadorias e capitais[21], em direção às regiões periféricas da economia mundial, realizavam-se em função da *insuficiência de valorização do valor* nessas economias industriais. Lênin (2012) expõe o problema nos seguintes termos:

> A necessidade da exportação de capitais se deve ao fato de o capitalismo "ter amadurecido excessivamente" em alguns países, e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carecer de campo para a sua colocação "lucrativa" (LÊNIN, 2012, p. 94).

Para Lênin (2012), essas exportações se realizavam como busca de solvência para os excedentes de capitais acumulados nos países industrializados da primeira metade do século XX, particularmente Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e França. Dada a superprodutividade que caracteriza o modo industrial de produzir destes países, produzia-se, como vimos, uma sobreacumulação de capitais na forma de mercadorias e, principalmente, capital monetário, que, estando ociosos, ou seja, sem possiblidade de remuneração imediata interna, dado o ainda elevado tempo de rotação do capital, e, ademais, em função das taxas insuficientes de lucros, buscariam remuneração no estrangeiro, na forma da venda de

[21] Ainda que estejamos discernindo, para fins expositivos, mercadorias (produtos manufaturados e produtos agrícolas) de capitais (capital monetário, dinheiro), de fato, sobreacumulação de mercadorias e capitais significa antes de tudo *sobracumulação de capital* (GROSSMANN, 1979; MARX, 2017).

mercadorias no mercado mundial, mas principalmente na forma de empréstimos internacionais às nações periféricas e de investimentos diretos (LÊNIN, 2012).

De forma complementar, Grossmann (1979) indicaria que há uma tendência de desvalorização do valor imanente ao processo de acumulação capitalista que impeliria os países do centro do sistema capitalista à exportação de seus capitais. Incorporando a noção de *queda tendencial da taxa de lucro* desenvolvia por Marx em *O Capital*, *Livro III*, o autor analisou o processo de acumulação capitalista no curso de suas fases sucessivas a partir da simultaneidade entre valorização e desvalorização, pois, em seu ver, a baixa tendencial da taxa de lucro constitui um fenômeno que acompanha constantemente a acumulação capitalista (GROSSMANN, 1979). Para Grossmann (1979), já na primeira metade do século XX a acumulação de capital revelar-se-ia crítica, pois carregava em si a crise da sua efetivação como derivação do desenvolvimento das forças produtivas que, já naquele momento, levava ao escasseamento do trabalho no processo produtivo de forma relativa, ou seja, em relação ao capital constante (e, muitas vezes, de forma absoluta, pela diminuição do número total de trabalhadores).

Desta forma, para Grossmann, dado o amplo desenvolvimento das forças produtivas presente nos países do centro do sistema capitalista da primeira metade do século XX, em virtude de suas forças produtivas mobilizarem uma quantidade inferior de trabalho a cada nova fase do processo produtivo, suas taxas de lucro tenderiam a cair sucessivamente, ao mesmo tempo em que produziriam excedentes de mercadorias e capital monetário sem possibilidade imediata de valorização. Produzia-se, portanto, uma sobreacumulação de capitais para a qual faltavam possibilidades de valorização (GROSSMANN, 1979). Nesse contexto, Grossmann (1979) formularia a *lei da queda tendencial da taxa de lucro* nos seguintes termos:

> Este capital cada vez más expandido tiene que ser valorizado por una población que, si bien crece en términos absolutos, siempre aumenta menos que el capital, por lo que la base de valorización se vuelve cada vez más pequeña en términos relativos hasta llegar a un punto en que fracasa en cuanto tal (GROSSMANN, 1979, p. 120)[22].

Como vimos anteriormente, o fenômeno de desvalorização do valor se origina da própria natureza industrial do modo de produção capitalista. Ou seja, com a ampliação da

[22] Tradução: "Esse capital cada vez mais expandido deve ser valorizado por uma população que, embora cresça em termos absolutos, sempre aumenta menos que o capital, de modo que a base de valorização se torna cada vez menor em termos relativos até chegar a um ponto em que fracassa enquanto tal" (GROSSMANN, 1979, p. 120).

produtividade mundial do trabalho na primeira metade do século XX, com o desenvolvimento das forças produtivas mundiais do capital, elevava-se a massa de produtos disponíveis no mercado mundial com menor quantum de trabalho cristalizado, ao mesmo tempo em que se produzia um excedente mundial de capital monetário, constituindo, portanto, um excedente de capitais (LÊNIN, 2012) na forma de mercadorias e capital monetário, ociosos e desvalorizados (GROSSMANN, 1979), concentrados no centro urbano-industrial do sistema capitalista.

Nesse contexto, na primeira metade do século XX, os países mais industrializados da economia mundial (sendo eles, Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Japão etc.) aparecem como aqueles em que havia um amplo desenvolvimento das forças produtivas do capital. Com uma composição orgânica média do capital muito mais elevada, imprimiam um ritmo descendente ao tempo médio mundial do trabalho e, consequentemente, apresentavam taxas nacionais de lucro muito menores, ao passo que padeciam de sobreacumulação de mercadorias e capitais, configurando, portanto, a insuficiência de valorização discutida anteriormente. Já a "periferia" (composta por países coloniais e outros tantos independentes, mas periféricos), com incipiente desenvolvimento das forças produtivas, mediada e determinada pelo mesmo tempo social médio de produção posta pela Grande Indústria dos países centrais da economia mundial, aparece com uma composição orgânica do capital inferior, reproduzindo-se a partir de exportações agrícolas e da extensividade em força de trabalho. Em relação às taxas de lucro, a periferia apresentaria taxas mais elevadas, como consequência da menor composição orgânica de seus capitais.

Na primeira metade do século XX, a constituição de um gigantesco acúmulo de capitais nos países centrais da economia mundial transborda para o estrangeiro, em direção à periferia, na forma de investimentos diretos, créditos, empréstimos e da venda de mercadorias. O fenômeno de exportações de capitais se originou, portanto, em função da insuficiência de valorização do valor nas economias industrializadas (GROSSMANN, 1979), ou seja, em função das taxas de lucro menores reinantes nas economias mais avançadas da economia capitalista. A desigualdade no desenvolvimento das forças produtivas (MANDEL, 1982) entre países, regiões e setores produtivos no interior da economia capitalista fundamentaria, portanto, os movimentos internacionais de capitais (mercadorias e capitais), que ocorriam em função das diferenças em suas taxas médias de lucro (MARX, 2017): regiões e ramos com composição orgânica mais elevada, geralmente o centro da economia mundial, apresentavam taxas de lucro declinantes; nas regiões onde havia carência de capitais, a periferia, permitiam taxas de lucro

mais elevadas. Também Lênin (2012) observou que as exportações de capitais, dos países avançados em direção à periferia, se fizeram em função das diferenças nas taxas de lucro:

> Nestes [nos países periféricos] o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários, relativamente baixos, e as matérias-primas baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial; de terem sido aí construídas as principais ferrovias ou estarem em vias de construção; de estarem asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. (LÊNIN, 2012, p. 94).

A periferia, com composição orgânica do capital inferior, apresentaria assim possibilidades amplas de extração de mais-valor, na medida em que careceria de capitais, apresentaria salários mais baixos, matérias-primas baratas etc. Desta forma, as exportações de capitais aos países da periferia do sistema capitalista na primeira metade do século XX serão compreendidas aqui como função da insuficiente valorização de capitais nos países centrais do sistema capitalista; a insuficiência de valorização do valor é, portanto, o fator determinante para os movimentos internacionais de capitais em direção às regiões periféricas na primeira metade do século XX, os quais buscavam por taxas mais altas de lucro, juros e renda da terra (GROSSMANN, 1979).

2. Trocas mundiais sob as determinações do tempo social médio do trabalho

Para compreendermos as trocas internacionais de mercadorias no interior do mercado mundial da primeira metade do século XX, não podemos analisá-las a partir da noção de balança de pagamentos (exportações x importações). Isto nos permitiria reconhecer apenas um certo "desequilíbrio" nas relações de troca, incorporando uma perspectiva de possível racionalidade nessas relações. De modo contrário, acreditamos que é impossível compreendermos plenamente os movimentos internacionais de capitais a partir de um ponto de vista quantitativo e contábil, na medida em que "[...] ele conduz à desfiguração do próprio conceito de capital" (SILVA, 1976, p. 31). A forma-preço, como forma monetária de uma mercadoria (MARX, 2013), não nos permite discernir o processo real.

> Quando o economista examina o movimento internacional de capitais do ponto de vista da contabilidade nacional (estudando as balanças de pagamento de diferentes países, por exemplo), ele não pode senão captar, de passagem,

> uma das formas assumidas pelo capital durante o seu movimento. O próprio movimento não é levado em consideração. Ou, o que é ainda mais grave, ele tende a desaparecer dentro do raciocínio que o confunde com uma de suas formas (SILVA, 1976, p. 31-32).

No fragmento, Silva (1976) busca ressaltar o fato de que, sob o modo capitalista de produção, as mercadorias não são vendidas de acordo com seus valores (*quantum* de trabalho cristalizado), mas sim de acordo com preços de mercado que diferem de seus valores. Daí a impossibilidade de compreendermos as trocas internacionais a partir da forma-preço, pois, nessas trocas, preços iguais podem representar quantidades desiguais de trabalho (MANDEL, 1982). Sob o capitalismo, as mercadorias seriam vendidas, portanto, tanto abaixo quanto acima de seus valores, mas estes preços não coincidiriam com a magnitude dos trabalhos objetivados nas suas produções.

Marx demonstrou a não-equivalência entre o valor e o preço de uma mercadoria já no capítulo terceiro, do volume I d'*O Capital* (denominado *O dinheiro ou a circulação de mercadorias*), de forma que ali o preço, a forma-dinheiro das mercadorias, aparece apenas como representação do tempo de trabalho incorporado no processo de produção de uma dada mercadoria:

> A grandeza de valor da mercadoria expressa, portanto, uma relação necessária – e imanente ao seu processo constitutivo – com o tempo de trabalho social. Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca entre uma mercadoria e a mercadoria-dinheiro existente fora dela. Nessa relação, porém, é igualmente possível que se expresse a grandeza de valor da mercadoria, como o mais ou o menos pelo qual ela vendável sob dadas circunstâncias. A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre preço e grandeza de valor, ou o desvio do preço em relação à grandeza de valor, reside, portanto, na própria forma-preço. Isso não é nenhum defeito dessa forma, mas, ao contrário, aquilo que faz dela a forma adequada a um modo de produção em que a regra só se pode impor como a lei média do desregramento que se aplica cegamente (MARX, 2013, p. 176-177).

Sendo assim, a forma-preço não apenas permite "[...] uma incongruência quantitativa entre a grandeza de valor e seu preço" (MARX, 2013, p. 177), esta parece ser de fato a lei que rege todas as relações de troca dessa sociedade cuja regra fundamental é, nos dizeres de Marx (2013), o "desregramento". Sob o capitalismo, as mercadorias seriam vendidas tanto abaixo quanto acima de seus valores (*quantum* de trabalho objetivado), mas estes preços não coincidiriam com a magnitude dos trabalhos necessários objetivados em seus corpos – admitindo-se, entretanto, a possibilidade dessa equivalência de forma contingencial.

Não vamos adentrar aqui no extenso debate sobre a transformação do valor de uma mercadoria em seu preço (de produção), bastando apenas assinalar que este preço se constitui a partir dos gastos dispendidos na sua produção – com capitais constantes (c.c.) e com o capital variável (c.v.) –, ou seja, são os gastos necessários que devem ser cobertos ou pagos através da exploração de um dado tempo de trabalho; mas, ao mesmo tempo, deve-se considerar um excedente que permita retroalimentar o processo produtivo e que também permita a realização do consumo do capitalista, portanto, deve-se considerar a produção do lucro através da apropriação do tempo de trabalho excedente. Nesse sentido, a exploração do trabalho no processo produtivo, cujo resultado é a incorporação do valor à mercadoria, pressupõe a existência destes gastos e do lucro. Marx expõe o problema nos seguintes termos:

> Pergunta-se, então: quanto dinheiro? A resposta já está antecipada no preço da mercadoria, no expoente de sua grandeza de valor. Desconsideraremos eventuais erros de cálculo puramente subjetivos do possuidor de mercadorias, erros que, no mercado, são imediata e objetivamente corrigidos. Suponhamos que ele despendeu em seu produto somente a média socialmente necessária de tempo de trabalho. Desse modo, o preço da mercadoria é apenas a denominação monetária da quantidade de trabalho social nela objetivado (MARX, 2013, p. 181).

Em *O Capital* (Livro I, Cap. III), Marx (2013) demonstra que há um *quantum* de trabalho socialmente necessário a ser considerado para a produção de uma mercadoria, que permite a remuneração dos gastos com a sua produção e a apropriação de um certo lucro; este *quantum* é, portanto, a medida do preço de sua produção. Nesse contexto, se o tempo (*quantum*) necessário para a produção de uma mercadoria cair, através do aprofundamento da produtividade do trabalho, também a quantidade de valor nela contida diminuirá e, consequentemente, será reduzido seu preço (de produção e de mercado).

No mercado mundial capitalista, as mercadorias são produzidas sob diferentes condições, sob diferentes níveis de produtividade, que se desdobram em distintos preços. Para um capitalista individual, os preços de suas mercadorias aparecem como abstrações formadas pela soma de seus custos produtivos (maquinário, matérias-primas e salários) com a perspectiva dos lucros. Mas, ao mesmo tempo, um capitalista sabe que, no interior do mercado mundial, para realizar suas mercadorias ele necessita ofertá-las a preços que sejam inferiores aos de seus concorrentes. Isso não apenas lhe impõe a necessidade de cortar gastos e aumentar a produtividade do trabalho no seu empreendimento, mas também significa que a formação dos preços de suas mercadorias deve ser feita observando a média dos preços particulares lançados no mercado mundial. Nesse contexto, cada capitalista individualmente toma como ponto de

partida não apenas as condições de produção reinantes no ramo produtivo onde está inserido, mas também estabelece os preços de suas mercadorias de acordo com uma média obtida da observação dos preços nos processos produtivos anteriores, lançando-as no mercado sem saber se seus preços realizar-se-ão de acordo com a média do novo processo produtivo. Nesse sentido, Marx (2017) observaria que o capitalista industrial "[...] tem constantemente o mercado mundial ante os olhos, compara, e tem de comparar constantemente, seus próprios preços de custo com os preços de mercado não só do próprio país, mas do mundo inteiro" (MARX, 2017, p. 252), como condição necessária para a sua sobrevivência. Nesse momento, desvela-se mais uma vez a pretensa racionalidade do processo produtivo, na medida em que o por dos preços no mercado mundial é, como vemos, algo totalmente arbitrário.

A existência de um tempo social médio de produção, indicado nas páginas anteriores, remete à existência de um preço também médio que o representa, e que permite a remuneração média dos investimentos capitalistas, com gastos médios e lucros também médios[23]. Entretanto, é fundamental ressaltar que o estabelecimento da média social do tempo de trabalho e, consequentemente, do preço médio que o representa, se faz através de um processo que, como vimos, efetiva-se pelas costas dos sujeitos. Nesse sentido, os processos produtivos individuais realizam-se sem saber se o fazem no grau de produtividade necessário do trabalho – ou seja, de acordo com a média –, cuja resposta aparecerá *post festum* (GIANNOTTI, 2000), no momento de realização das mercadorias no mercado mundial. Apenas no final do percurso as representações individuais, ou seja, os preços individuais, serão ajustados à uma média, ao corte que determinará aquele que se reproduzirá ou que será suprimido.

Dentro do mercado mundial, no processo de troca, os valores (*quantum* de trabalho) das distintas mercadorias são convertidos em diversas quantidades representadas de dinheiro, ou

[23] De forma geral, podemos dizer que, se um capitalista estabelecer seus fatores produtivos (c.c. e c.v.) de acordo com uma média social do ramo onde está inserido, atingindo uma composição orgânica média de capital, acessando uma produtividade média, produzindo de acordo com um tempo social médio, desta forma estaria apto a acessar um lucro médio, estaria apto a reproduzir seus negócios, poderia, portanto, estabelecer o preço de suas mercadorias de acordo com esta média. De outro modo, produzindo abaixo desta média social, utilizando menos quantum de trabalho, cortando custos (c.v.) e alcançando maior produtividade (c.c.), desenvolvendo suas forças produtivas, isto lhe permitiria baixar o preço de suas mercadorias; ou, lhe ocorre que, dadas as vantagens em que se encontra e enquanto estiver em vantagem em relação aos demais produtores, pode vender suas mercadorias ao preço médio, e não de acordo com um preço inferior, o que lhe permitiria um lucro maior, um superlucro. Por último, produzir acima desta média de quantum de trabalho lhe traria a bancarrota, na medida em que, com uma composição orgânica menor (relação c.c./c.v.), com produtividade menor e utilizando absolutamente ou relativamente maior quantidade de força de trabalho no processo produtivo, suas mercadorias teriam, consequentemente, um custo de produção maior, pois incorporariam maior quantidade de valor, mas, de forma alguma lhe seria permitido fixar seu preço de venda acima da média do mercado, a não ser assumindo o risco de não realizar a metamorfose completa de suas mercadorias em dinheiro.

ainda, as mercadorias são convertidas de uma variedade confusa dos corpos, com seus distintos *quantum* de trabalho humano abstrato, em grandezas de mesmo denominador, medidas em dinheiro, ou seja, "[...] os preços, ou as quantidades de ouro em que os valores das mercadorias foram idealmente convertidos, são, agora, expressos nas denominações monetárias ou nas denominações contábeis legalmente válidas do padrão de medida do ouro" (MARX, 2013, p. 175). Nesse momento, ainda que os preços das mercadorias estejam na relação direta com o quantum de trabalho nela contido, quando do processo de troca dentro do mercado capitalista, "[...] o salto que o valor da mercadoria realiza do corpo da mercadoria para o corpo do ouro [...] é um salto mortal" (MARX, 2013, p. 180), no sentido de que o "[...] sucesso ou insucesso dessa transubstanciação" (MARX, 2013, p. 182) torna-se algo acidental.

Isso significa que o desenvolvimento das forças produtivas do capital em um ramo particular de produção, movido pela competição intercapitalista, pode diminuir o tempo de trabalho necessário neste ramo e, consequentemente, levar à queda do preço médio – fato que aparece, como dissemos, apenas no momento de equiparação dos tempos individuais no mercado mundial. O efeito dessa queda dos preços para o capitalista individual é o mesmo que se obteria caso tivesse aplicado em seu produto mais do que o tempo médio de trabalho social necessário, como expõe Marx na passagem a seguir:

> No entanto, sem a autorização e pelas costas de nosso tecelão, as condições de produção da tecelagem de linho, já há muito estabelecidas, entraram em ebulição. O que até ontem era, sem dúvida, tempo de trabalho socialmente necessário à produção de 1 braça de linho, hoje deixa de sê-lo, tal como o possuidor de dinheiro o demonstra prontamente exibindo ao tecelão as cotações de preços de seus diversos concorrentes. Para sua desgraça, há muitos tecelões no mundo (MARX, 2013, p. 181).

Desta forma, se não há equivalência entre valor e preço, como buscamos demonstrar, a própria concorrência entre produtores de mercadorias no mercado mundial permite que essa congruência jamais seja posta. Podemos dizer, portanto, que a determinação do preço de produção de uma mercadoria pode ser encontrada a partir de uma média social, mas que se forma pelas costas dos sujeitos: o tempo de trabalho socialmente necessário, já discutido anteriormente.

Na primeira metade do século XX, as grandes potências urbano-industriais centrais – países industriais com amplo desenvolvimento das forças produtivas do capital, cujos processos produtivos já se baseavam na mecanização e na automação crescentes, na supressão relativa da força de trabalho, na ampliação absoluta da produtividade do trabalho e na tendência

descendente no tempo médio do trabalho –, caracterizavam-se, como vimos, por uma crescente sobreacumulação de capitais (mercadorias industrializadas e capital monetário) e pela tendência também crescente de barateamento de suas mercadorias. No entanto, em função das condições monopolísticas em que se encontravam em relação à periferia, podiam vender suas mercadorias industrializadas no mercado mundial a preços de produção que sempre eram maiores que seus valores (*quantum* de trabalho abstrato objetivado) (GROSSMANN, 1979). Já a periferia, com incipiente desenvolvimento das forças produtivas e mediada e determinada pelo mesmo tempo social médio de produção, produzia mercadorias, geralmente matérias-primas e produtos agrícolas, com uma composição orgânica do capital inferior, que incorporavam relativamente maior quantidade de valor, mas que eram vendidas no mercado mundial a preços de produção inferiores a esses valores (GROSSMANN, 1979). Desta forma, a desigualdade de desenvolvimento das forças produtivas entre centro e periferia, determinava, ao mesmo tempo, que os países que compunham o primeiro grupo exportassem produtos industrializados e capitais monetários, e importassem produtos agrícolas e matérias-primas, e, os demais, exportassem principalmente matérias-primas e produtos agrícolas e importassem produtos industrializados e capitais monetários. Essas *trocas desiguais* (GROSMANN, 1979; MANDEL, 1982) permitiriam a formação de um possível sobrelucro em favor das economias mais desenvolvidas, ao mesmo tempo em que, para a periferia, tolheriam a acumulação interna de capitais. Este fenômeno, como vimos, fundamenta a apropriação da renda da terra agrícola pelo capital urbano-industrial.

Desta forma, nessas economias centrais, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto no processo produtivo já rareava, desde a constituição do que Marx chamou de Grande Indústria, em meados do século XIX, a massa de valor incorporada às mercadorias, permitindo o rebaixamento generalizado de seus preços internos. Por outro lado, o maior desenvolvimento de suas forças produtivas permitia uma produtividade superior que dejetava nos mercados internacionais massas de mercadorias industrializadas que, dadas as condições monopolísticas em que se encontravam em relação aos países periféricos, eram vendidas a essas nações a preços mais elevados, acima do *quantum* de trabalho dispendido nas suas produções, garantindo, portanto, superlucros nessas vendas. Ao mesmo tempo, nações periféricas, com menor desenvolvimento de suas forças produtivas, especializadas na produção de matérias-primas e produtos agrícolas de exportação a partir da exploração extensiva da força de trabalho, concorriam no mercado mundial abarrotado de mercadorias primárias e vendiam seus produtos

a preços muito inferiores ao quantum de trabalho neles cristalizados. A respeito do comércio entre países avançados e retardatários da economia mundial, Marx assinalou:

> Os capitais investidos no comércio exterior podem produzir uma taxa de lucro mais elevada porque nesse caso, em primeiro lugar, compete-se com mercadorias produzidas por outros países, com menos facilidades de produção, de modo que o país mais avançado vende mercadorias acima de seu valor, embora mais baratas que os países concorrentes. [...] O mesmo pode ocorrer no caso de um país ao qual se enviam mercadorias e do qual se levam mercadorias; a saber, que tal país forneça trabalho objetivado *in natura* numa quantidade maior do que recebe e que, apesar disso, obtenha a mercadoria por um preço menor do que se ele mesmo produzisse. É exatamente como o fabricante que, utilizando um novo invento antes que esse se generalize, vende mais barato do que seus competidores e, não obstante, vende sua mercadoria acima do valor individual, isto é, que valoriza como mais-trabalho a força produtiva especificamente mais elevada do trabalho por ele empregado. [...] O país favorecido recebe mais trabalho em troca de menos trabalho, embora essa diferença, esse excedente, tal como no intercâmbio entre o trabalho e capital de modo geral, seja embolsado por uma classe determinada (MARX, 2017, p. 277).

Marx (2017) observa, no fragmento, que no interior do mercado mundial as trocas de mercadorias produzidas em condições de mais alta produtividade do trabalho por mercadorias produzidas em condições de mais baixa produtividade do trabalho são de fato trocas desiguais, pois, objetivamente, troca-se menos trabalho por mais trabalho, o que inevitavelmente conduz ao escoamento "para fora" do valor, a partir dos países periféricos em benefício dos países centrais do sistema.

Deste modo, durante toda a primeira metade do século XX, nas relações de troca entre mercadorias manufaturadas e produtos agrícolas, produziam-se transferências de mais-valor a partir da periferia em direção aos países industrializados do sistema capitalista, ao mesmo tempo em que essas mercadorias agrícolas eram utilizadas para o barateamento da força de trabalho desses países, buscando compor parte do mais valor não produzido internamente. Nesse contexto, durante todo o período analisado, a forma preço se constituía em um instrumento de transferência de valor entre capitalistas, distribuindo a massa de mais-valia socialmente produzida segundo a produtividade do trabalho empregada: os lucros e sobrelucros de alguns faziam-se em detrimento de outros tantos. Também Mandel (1982) enfatizou a importância da forma preço como viabilizadora da transferência de valor, a partir da circulação, no interior do sistema capitalista de produção:

> [...] se um ramo se apodera de parte da mais-valia produzida em outros ramos, isso só pode significar que esses outros ramos devem vender as mercadorias que produzem abaixo de seu valor. [...] Toda a transformação de valores em

> preços de produção se baseia numa tal transferência de mais-valia, isto é, de valor. Em outras palavras, baseia-se no fato de que mercadorias produzidas sob condições capitalistas geralmente não são vendidas por seus valores (MANDEL, 1982, p. 66-67).

Nesse sentido, essas *trocas desiguais* (GROSSMANN, 1979; MANDEL, 1982), que marcam as relações entre economias industrializadas e periféricas na primeira metade do século XX, podem ser entendidas como um fenômeno de transferência de valor produzido no mercado mundial dentro do ciclo de circulação do capital, em função dos níveis diferenciados de desenvolvimentos das forças produtivas entre países industriais e agroexportadores. Essas trocas se caracterizam, portanto, como "[..] transferencias del plusvalor producido en el país poco desarrollado al capitalista altamente desarrollado, dado que la distribución del plusvalor no se realiza según la cantidad de obreros ocupados sino según la magnitud del capital en función" (GROSSMANN, 1979, p. 279)[24]. Portanto, as trocas desiguais levariam à "[...] transferência de valor (transferência de quantidade de trabalho, isto é, de recursos econômicos) não contra, mas em consequência da lei do valor" (MANDEL, 1982, p. 255), o que põe a nossa diferença em relação a Marini (2005), na medida em que, para este autor, as trocas desiguais se fariam como uma forma de ilusão da lei do valor[25].

3. Do centro à periferia: movimentos internacionais de capitais sob o capitalismo monopolista-financeiro

Analisando o capitalismo em sua fase monopolista-financeira como um todo, podemos dizer que as exportações de capitais (mercadorias e capital monetário) que o caracterizam configuravam-se como uma contratendência à desvalorização do valor (MARX, 2017) nas economias urbano-industriais, na medida em que buscariam produzir uma injeção de mais-valor a partir do exterior, da periferia, e deslocar para frente a tendência imanente ao colapso do sistema (MARX, 2017; GROSSMANN, 1979).

---

[24] Tradução: "Transferências da mais-valia produzida no país subdesenvolvido para o capitalista altamente desenvolvido, uma vez que a distribuição da mais-valia não se realiza segundo a quantidade de trabalhadores empregados, mas sim segundo a magnitude do capital em funcionamento" (GROSSMANN, 1979, p. 279).

[25] Em uma passagem controversa, Marini afirma que as trocas desiguais ocorreriam pelo: "[...] fato de que umas [nações] produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual" (MARINI, 2005, p. 10).

Em *O Capital, Livro III*, Marx (2017) analisaria a tendência de desvalorização do valor imanente ao processo de acumulação capitalista, que põe a derrocada do sistema como imanência no processo de acumulação. Abordamos a lei da queda tendencial da taxa de lucro em capítulo anterior. Vimos como a tensão entre acumulação e desvalorização do capital seria levada ao extremo até dado ponto em que a reprodução de todo o sistema entraria em colapso, produzindo-se a derrocada final. Entretanto, como observa Grossmann (1979, p. 281-282), "bajo circunstancias semejantes [ou seja, de exportações de capitais], una inyección de plusvalor obtenido de afuera por la vía del comercio exterior, debe elevar la tasa de ganancia y, así, actuar en forma moderadora sobre la tendencia al derrumbe"[26]. Portanto, ainda que o processo crítico de insuficiência de valorização nas economias industriais colocasse o *colapso* (crise final) como possibilidade real no decorrer das fases sucessivas de rotação do capital (GROSSMANN, 1979)[27], o comércio mundial de mercadorias e as exportações de capitais monetários atuariam como contratendências a este movimento crítico (MARX, 2017; LÊNIN, 2012; GROSSMANN, 1979), permitindo a realização desses capitais ociosos a incorporar mais-valor a partir da periferia, repondo, tanto no centro como na periferia, de forma ampliada, as contradições que movem a reprodução capitalista.

A existência de um mercado mundial foi, portanto, *conditio sine qua non* para a reprodução do capitalismo na primeira metade do século XX, na medida em que dependia deste mercado a realização de grande parte das mercadorias e dos capitais ociosos acumulados nos países urbano-industriais da economia mundial. O comércio exterior, ao fornecer mercadorias agrícolas e matérias-primas industriais baratas aos países centrais da economia mundial, permitiu baratear, em parte, os elementos do capital constante das indústrias e, também, os meios de subsistência nos quais se transformava o capital variável (MARX, 2017). Por último, os capitais investidos no exterior puderam encontrar na periferia taxas de lucro mais elevadas,

[26] Tradução: "[…] em circunstâncias semelhantes [ou seja, de exportações de capitais], uma injeção de mais-valia obtida do exterior através do comércio exterior deve aumentar a taxa de lucro e, assim, agir de maneira moderada sobre a tendência ao colapso" (GROSSMANN, 1979, p. 281-282).

[27] "Hemos mostrado que el capitalismo no padece de hiperproducción de plusvalor sino más bien de insuficiente valorización. Esto genera transitoriamente, en forma periódica, una tendencia al derrumbe que alcanza su expresión en las crisis y debe conducir entonces, en el ulterior desarrollo de la acumulación de capital, y a partir de una determinada altura de la misma, al fortalecimiento de la tendencia al derrumbe y, finalmente, al derrumbe" (GROSSMANN, 1979, p. 281). Tradução: "Mostramos que o capitalismo não padece de hiperprodução de mais-valor, mas sim de insuficiente valorização. Isto gera transitoriamente, em forma periódica, uma tendência ao colapso que alcança sua expressão nas crises e deve conduzir então, no posterior desenvolvimento da acumulação de capital, e a partir de uma determinada altura da mesma, ao fortalecimento da tendência ao colapso e, finalmente, ao colapso" (GROSSMANN, 1979, p. 281).

em função do menor desenvolvimento das forças produtivas da periferia e das taxas maiores de exploração do trabalho (MARX, 2017).

David Harvey (2005) – ainda que não reconhecendo a tendência imanente ao colapso – também acredita que as exportações de capitais configurariam possíveis soluções para as crises do capital. Em seu entender, a superacumulação e a desvalorização do capital nos países industriais do sistema capitalista poderiam ser remediadas momentaneamente através do que chamou de "ajuste espacial", ou seja, através da expansão geográfica do capital, criando recursos produtivos em novas regiões (HARVEY, 2005):

> O desenvolvimento desimpedido do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo. Essas novas regiões são os lugares onde o excesso de capitais superacumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades para investimentos rentáveis (HARVEY, 2005, p. 116).

Nesse contexto, dada a superacumulação de capital nos países urbano-industriais, conformando uma crise de realização de capitais, buscar-se-ia o solucionamento através de um possível "ajuste espacial" (HARVEY, 2005), ou seja, através da exportação desses capitais para economias periféricas. No entanto, de forma antitética, este movimento revelaria, contraditoriamente, a impossibilidade desse ajuste, na medida em que "[...] os lucros maiores significam crescimento na massa de capital que busca aplicação rentável, e a tendência à superacumulação se exacerba" (HARVEY, 2005, p. 115).

Desta forma, podemos dizer que, em função da sobreacumulação de capitais nos países urbano-industriais na primeira metade do século XX, a realização dos excedentes de capitais localizados nas economias centrais do sistema capitalista estaria obstada em seu interior. Tamanha solvabilidade seria buscada através da exportação desses excedentes, na forma de mercadorias, investimentos diretos, empréstimos internacionais etc., aos países da periferia e pelo estabelecimento de maior capacidade produtiva nestas regiões. No entanto, esse fenômeno ampliaria ainda mais a sobreacumulação nos países centrais do sistema capitalista, mas também nos países periféricos.

Mandel (1982), observa que, ao longo da primeira metade do século XX, o movimento de exportação crescente de mercadorias e capitais em direção à periferia do sistema capitalista,

> [...] absorveu os recursos naturais locais disponíveis para a acumulação primitiva de capital, por meio de um "escoamento" qualitativamente acrescido. Do ponto de vista da economia nacional, esse escoamento passou a

> assumir a forma de expropriação contínua, pelo capital estrangeiro, de produto excedente social local, o que obviamente acarretou uma redução significativa nos recursos disponíveis para a acumulação nacional de capital. Em segundo lugar, concentrou os recursos remanescentes [...] [em setores como] comércio exterior, serviço de influência para as firmas imperialistas, especulação com terra e a construção imobiliária, usura, empresas de "serviços" da lúmpen-burguesia e pequena burguesia [...] (MANDEL, 1982, p. 36).

Este movimento ascendente de exportação de capitais a partir do centro limitou de forma decisiva a formação do mercado interno na periferia, e, ao mesmo tempo, tolheu qualquer tentativa independente de industrialização (MANDEL, 1982; ALFREDO, 2013), dirigindo para outros canais o mais-valor produzido através das relações capitalistas e não especificamente capitalistas de produção. A dominação do capital estrangeiro sobre os processos de produção de valor nos países periféricos não apenas sufocou a acumulação primitiva interna de capitais, os submeteu ademais aos ditames da divisão internacional do trabalho fundada no desenvolvimento das forças produtivas do centro da economia capitalista. Isso significou para a periferia a sua dependência da produção de matérias-primas para sustentar a reprodução dos capitais investidos na Grande Indústria dos países do centro, ao mesmo tempo em que a periferia tornou-se sorvedouro de capitais excedentes do centro. Assim, "[...] o crescimento de um relativo excedente de capital nos países metropolitanos e a procura de mais elevadas taxas de lucro e matérias-primas mais baratas formam um complexo integrado" (MANDEL, 1982, p. 38) ao longo da primeira metade do século XX.

Partes desses excedentes urbano-industriais, ao ingressar na periferia, atuaram de fato na ampliação da composição orgânica mundial do capital, expandindo o capital fixo (máquinas), ampliando a indústria pesada (siderurgia e petróleo), expandindo os meios de transporte, notadamente as ferrovias e os navios cargueiros etc. Muitas nações periféricas, na medida do ingresso deste afluxo de capitais, constituíram parque industriais em meados do século XX. Desta forma, as exportações de capitais, na primeira metade do século XX, não apenas permitiram solucionar parcialmente a sobreacumulação de capitais nos países centrais da economia mundial, mas também puseram em movimento o desenvolvimento das forças produtivas do capital a nível mundial, permitindo acelerar relativamente o tempo de rotatividade mundial do capital, ou seja, reduzir o seu tempo de ociosidade. No entanto, estes capitais estavam atrelados às atividades agroexportadoras ou de mineração, e não significaram propriamente industrialização para a periferia, conforme discutiremos posteriormente. Deve-se salientar, ademais, que esta modernização da periferia esteve atrelada à penetração de capital financeiro internacional, e não à processos de acumulação endógenos, na medida em que o

mais-valor produzido na periferia estava comprometido com a remuneração dos capitais produzidos no centro.

Como expõe Marx (2017), o capital sobreacumulado nos países centrais do sistema capitalista tende a se movimentar em direção aos países, regiões e ramos onde há perspectivas de taxas mais elevadas de lucro, ao mesmo tempo em que, nessas regiões, passa a agir desenvolvendo suas forças produtivas. Para Lênin (2012), as exportações de capitais reforçariam o desenvolvimento desigual entre os países e regiões. Segundo o autor, ainda que essas exportações possam levar ao desenvolvimento capitalista nos países onde são investidos, acelerando suas forças produtivas extraordinariamente, esse crescimento seria cada vez mais desigual, ou seja, se faria concentrado em alguns poucos países em detrimento da maioria. Desta forma, para Lênin, na fase do capital financeiro, se acentuaria a diferença entre o ritmo de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial.

Para nós, no entanto, em função destas exportações de capitais, as taxas mundiais de lucro tenderiam a se equalizar (ainda que no limite isto não fosse possível), dificultando, ao longo de sucessivos ciclos de rotação, a realização dos excedentes que se acumulam no interior do sistema. O movimento tende, portanto, a reforçar a acumulação mundial de capitais na forma de mercadorias e capital monetário, tanto no centro quanto na periferia, repondo o processo de sobreacumulação que agora se torna mundial. À periferia, ainda que desenvolvendo suas forças produtivas, muito dificilmente seria permitido acumular capitais, na medida em que a desigualdade se reporia, a partir de então, a nível mundial, mas não apenas entre países industriais e agrícolas, mas sim entre ramos produtivos e menos produtivos (MANDEL, 1982). Consequentemente, ao se elevar ainda mais a produtividade social do trabalho no centro do sistema capitalista, simultaneamente, se elevariam os níveis de espoliação sobre as regiões periféricas, pois, como vimos, quanto mais produtivos, menos capacidade teriam os capitais industriais de explorarem trabalho. Na medida em que a periferia se industrializasse e se modernizasse, a dispensa de trabalho se tornaria um fenômeno mundial, ampliando a incapacidade do capital de produzir uma massa de mais-valor capaz de pagar os custos do desenvolvimento das forças produtivas mundiais o capital.

A constituição de um sistema financeiro de empréstimos e crédito em economias periféricas, como o Brasil, e a exportação direta de bens (manufaturados), representaram, na primeira metade do século XX, a possibilidade de valorização a curto prazo para capitais desvalorizados e ociosos do centro do sistema capitalista. Esses mecanismos permitiram a

colocação de capitais a remunerar-se na periferia através dos juros, mas também, pela possibilidade de acumulação através da venda de bens de produção e de consumo, os quais poderiam incorporar, através da periferia, lucros volumosos a compor as suas taxas de lucro declinantes[28]. Nesse contexto, a relação entre economias periféricas e centrais, na fase do capitalismo monopolista-financeiro, pode ser compreendida como um processo em que, dada a superacumulação de capitais nos países do centro, conformando uma crise de realização de capitais, configurou-se o solucionamento através da exportação de capitais para economias periféricas (MARX, 2017; LÊNIN, 2012; GROSSMANN, 1979; MANDEL, 1982) mas que, de forma antitética, demonstrou também a impossibilidade de solver esses capitais, na medida em que, de forma contraditória, repôs ampliadamente o processo crítico de desvalorização do valor ampliando a sobreacumulação tanto no centro quanto na periferia e reiterou a condição do capital.

Ao mesmo tempo, na periferia, a primeira metade do século XX, intensificando-se na década de 1950 e indo até 1970, a incorporação desses bens manufaturados e capitais monetários apresentou-se como a possibilidade de desenvolvimento pleno das forças produtivas do capital apenas de forma ilusória, na medida em que, como observa Mandel (1982):

> Os movimentos internacionais de capital reproduzem e ampliam constantemente o diferencial internacional de produtividade, que é característico da história do capitalismo moderno; esses movimentos são, por sua vez, determinados por esse diferencial (MANDEL, 1982, p. 243).

A *modernização da periferia*, entendida como o desenvolver das forças produtivas do capital, foi, portanto, um movimento ilusório de superação da sua condição, no sentido de que a possibilidade de um desenvolvimento mundial do capital, em mesmos níveis, nunca se realizou (ALFREDO, 2013). Em realidade, "[...] a modernização da periferia [...] [foi] tão somente uma forma de se colocar os limites atingidos pela remuneração da produtividade dos capitais no centro do capitalismo mundial" (ALFREDO, 2013, p. 344). A desigualdade de produtividade se repõe agora entre ramos produtivos no interior da economia capitalista e acelera, como vimos, a sobreacumulação mundial de capital monetário.

[28] Segundo Lênin, os empréstimos internacionais também tornavam-se meios eficientes para incentivar a exportação de mercadorias. Nesse sentido, observa que "[...] é muito corrente que entre as cláusulas do empréstimo se imponha o gasto de uma parte do mesmo na compra de produtos ao país credor, em especial de armamentos, barcos, etc. [...] . A exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias" (LÊNIN, 2012, p. 97)

Se os movimentos internacionais de capitais permitiram o aumento da produtividade mundial do trabalho na primeira metade do século XX, permitiram também uma queda mundial no tempo médio de trabalho socialmente necessário, repondo, entretanto, a sobreacumulação mundial de capitais. O movimento se revelaria, assim, contraditório, pois, à medida que quantidades crescentes de mercadorias e capitais eram lançadas no mercado, uma quantidade maior de mercadorias e capitais seria produzida, tornando-se ociosa. Para os países periféricos, permitiu ampliar a produtividade no setor das matérias-primas, produtos agrícolas e manufaturados, no entanto, ampliou sua exploração a fim de repor os pressupostos capitalistas agora ainda mais produtivos no centro e restringiu a produção de mais-valor, ampliando os laços de subordinação desses países com as economias industriais.

A CONDIÇÃO CRÍTICA DA PERIFERIA

Capítulo 07

A periferia e sua condição crítica

1. Incapacidade de acumulação e expansão das fronteiras do agrário

Como vimos nos capítulos anteriores, a primeira metade do século XX se insere na fase monopolista-financeira do capitalismo, marcada pela exacerbação do processo de sobreacumulação mundial de capitais (de mercadorias, capitais monetários etc.) e pela desvalorização do valor, redução da produção de mais-valia, que traria como consequência particulares as sucessivas crises de superprodução que marcam o período, as guerras que aparecem como momentos de queima de enormes volumes de capital, as exportações de capital para a periferia em busca de sobrelucros, a modernização agrícola mundial absorvendo parte destes excedentes, etc. (GROSSMANN, 1979). Regido pela Grande Indústria e pelo capital financeiro dos monopólios bancários, o capitalismo passou a ser marcado por um acelerado desenvolvimento de suas forças produtivas.

No interior deste período crítico, o Oeste Paulista aparece como realidade periférica condicionada pela potência produtiva dos centros urbano-industriais. A condição periférica do Oeste Paulista aparece na medida em que se põe acima do tempo social médio mundial do trabalho definido pela produtividade do trabalho da Grandes Indústria capitalista (ALFREDO, 2013). Compunha, portanto, o tempo médio do trabalho mundial, mas não o atingia, dado o menor desenvolvimento de suas forças produtivas, menor composição orgânica de seus capitais, particularmente em função de se reproduzir através de atividades agroexportadoras (café, cana-de-açúcar, algodão etc.) e da extensividade do trabalho. Em relação ao lucro (na razão entre a massa de mais valia produzida e os custos de produção), apresentaria possibilidade de taxas mais elevadas, como consequência da menor composição orgânica de seus capitais.

Sabemos que, ao longo da primeira metade do século XX, as agriculturas de exportação praticadas no Oeste Paulista sustentavam direta ou indiretamente a reprodução dos sujeitos do campo e das cidades. Através dessas atividades agroexportadoras a sociedade paulista buscava

obter divisas para importar aquilo que não produzia, desde máquinas, implementos e remédios, até mesmo alimentos e roupas[29]. Deste modo, podemos dizer que essas atividades agroexportadoras, através da renda da terra nelas produzidas, sustentavam trocas internacionais, servindo de meios de pagamento. Na medida em que se realizava o mais-produto do campo paulista, na medida em que este se convertia em capitais monetários, era então possível comprar as mercadorias industrializadas que não se produziam internamente. A partir do mais-valor produzido no campo, através da exploração do colonato, das relações de meação e parcerias, das relações de trabalho familiares de sitiantes etc., a agricultura permitia à sociedade paulista importar os bens de consumo e de produção necessários à sua reprodução. Além fornecer os capitais necessários às importações, inúmeros outros custos eram remunerados a partir dos lucros obtidos na agricultura de exportação: o pagamento de salários aos trabalhadores do campo e das cidades, o pagamento das empresas beneficiamento, o pagamento das empresas de transporte, o pagamento de empréstimos bancários, o pagamento dos investimentos realizados na terra, o pagamento de empréstimos internacionais etc. Ao mesmo tempo, sobre o movimento de importações industriais e de exportações agrícolas, mas principalmente a partir das exportações do café, através das taxas e impostos que incidiam sobre a produção e a circulação cafeeira, o Estado – na instâncias Nacional, Estadual e Municipal – extraía os recursos necessários à sua sustentação e à sustentação de seus projetos de modernização (PRADO JR, 2006). Podemos dizer que estes custos, que incidiam diretamente sobre a agricultura de exportação, aliados à queda dos preços agrícolas no mercado internacional, conformavam um rol de procedimentos que impunham a expropriação constante dos lucros produzidos no campo.

Para a economia paulista, particularmente grave era ainda o déficit crônico em sua balança comercial. Assim, mesmo que as atividades agrícolas produzissem uma grande massa de mais-valor pela exploração extensiva do trabalho (de colonos, parceiros, sitiantes etc.), o volume elevado de importações de industrializados aliado às remessas para pagamentos relacionados à dívida pública externa (contraídas para sustentar a reprodução da economia cafeeira), às remessas de juros, lucros e dividendos de empresas estrangeiras com investimentos diretos (ferrovias, energia, infraestrutura, etc.) e, ademais, aliados às despesas com fretes e seguros, determinavam a transferência de enormes volumes de capitais do campo paulista em

[29] De acordo com Abreu (1999a), entre as mercadorias importadas, apareciam: cimento, arame farpado, folhas-de-flandres, trilhos, cobre fundido, tubos e canos, pás, enxadas e picaretas, pneumáticos, automóveis, máquinas de costura, máquinas de escrever, gasolina, lubrificantes, querosene, óleo combustível e diesel, carvão, soda cáustica, resinas, produtos químicos variados, remédios, peles, bacalhau salgado, azeite de oliva, farinha de trigo, vinhos, malte, juta, fios de seda, fios de lã, fios de algodão, tecidos de lã e linho, tecidos de algodão etc.

direção aos países do centro do sistema capitalista. Nesse sentido, podemos dizer que, em função dessas trocas, a economia paulista reproduziu-se, na primeira metade do século XX, de forma deficitária, o que remete à noção de *trocas desiguais* (MANDEL, 1982; GROSSMANN, 1979).

A forma-monetária e a forma-preço do capital representam formas aparentes que obnubilam as contradições capitalistas. Vimos que a noção de trocas desiguais remete às relações de troca onde preços aparentemente iguais podem esconder quantidades desiguais de trabalho (GROSSMANN, 1979; MANDEL, 1982). As trocas desiguais marcam as relações entre economias industrializadas e periféricas ao longo de toda a primeira metade do século XX e podem ser entendidas como um fenômeno de transferência de valor produzido no mercado mundial dentro da esfera de circulação, em função dos níveis diferenciados de desenvolvimentos das forças produtivas entre centro e periferia, ente indústria e agricultura. A desproporção das trocas aparece na medida em que são intercambiados produtos industrializados por produtos agrícolas, permitindo, neste movimento em que a mais-valia se transubstancializa em capital, a transferência de mais-valor internacional, expropriando a renda da terra produzida através do colonato e das relações de trabalho familiar da cafeicultura do Oeste Paulista. Desta forma, as relações de troca da sociedade paulista com os países industrializados, eram, em meados do século XX, trocas efetivamente desiguais (GROSSMANN, 1979; MANDEL, 1982), realizadas sob a aparência da igualdade, na medida em que é a forma do preço aquela que comporta a interação entre os polos da troca.

Isto significa que, ao longo da primeira metade do século XX, as relações de trabalho produtoras de valor na realidade periférica paulista foram reiteradamente expropriadas a fim de sustentar as trocas com a realidade produtiva industrial do centro da modernização mundial, impedindo, portanto, de se formar, a partir de uma acumulação estritamente interna, os sentidos de uma modernização e revolução industrial periférica (ALFREDO, 2013). Desta forma, podemos dizer que a agricultura paulista não possibilitava um processo de acumulação de riqueza endógeno, mas sim a transferência internacional de valores, revelando, assim, sua *incapacidade de acumulação* (ALFREDO, 2013). Essa relação espoliativa obliterava as possibilidades de acumulação interna de capital. Também Silva (1976), analisando a acumulação através da cafeicultura, observa que "[...] os efeitos dessa acumulação ao nível de transformação do modo de produção são extremamente reduzidos" (SILVA, 1976, p. 107), ou seja, na medida em que não se realizava uma acumulação interna de mais-valor, as

possibilidades de revolucionar a base produtiva agrícola eram extremamente reduzidas. Ou seja, não se trata de negar peremptoriamente a existência da acumulação através da cafeicultura, mas de reconhecer os efeitos limitados deste processo a nível de transformação da realidade da periferia do sistema capitalista. Portanto, podemos dizer que as agriculturas de exportação do Oeste Paulista, particularmente a cafeicultura, não permitiam a acumulação endógena de mais-valor, pois estavam submetidas à um intenso processo de transferência de internacional de mais-valia. Esta transferência estava fundada na desigualdade do tempo social de trabalho das fazendas e sítios, baseadas no trabalho familiar e de colonos, em relação à capacidade produtiva da Grande Indústria capitalista (ALFREDO, 2013).

Sem um processo significativo de acumulação interno de capital capaz de produzir um aprofundamento da divisão social do trabalho e de gerar um setor econômico urbano-industrial, "[...] a expansão do agrário se tornaria imperativa para a manutenção das trocas com as economias centrais, haja visto que esse agrário se constituiria na única fonte de produção de valor" (LIMA, 2017, p. 158). Ou seja, a elevação constante da produção de gêneros exportáveis deveria se realizar na medida em que se intensificava o processo de expropriação internacional do mais-valor produzido no campo. Na medida em que, como vimos, se intensificava a produtividade do trabalho no interior da Grande Indústria capitalista, a periferia deveria corresponder através da elevação das exportações de gêneros agrícolas, transferindo, nas trocas internacionais, o mais valor que as realidades urbano-industriais não eram capazes de produzir.

Portanto, se para muitos autores a expansão cafeeira aparece como o processo acumulativo-expansivo que fundamentou a passagem para uma realidade urbano-industrial nacional através da extração do valor produzido nas relações não-especificamente capitalistas, como em Martins (2010), para nós, de forma contrária, a expansão cafeeira esteve atrelada às contradições da economia mundial capitalista em sua fase monopolista-financeira. Desta forma, *se a crise da reprodução capitalista se revela no centro urbano-industrial como insuficiência de valorização, que põe seus capitais em busca de remuneração no exterior, como caracterizamos no primeiro momento deste trabalho; no Oeste Paulista, a crise da reprodução capitalista se apresentaria como incapacidade de acumulação, na medida em que esta realidade periférica não seria capaz de reverter para si o mais-valor produzido através da exploração extensiva do trabalho do colonato e das relações de trabalho familiares de sitiantes* (ALFREDO, 2013; LIMA, 2017). No limite, a própria crise do café deve ser compreendida muito mais como "[...] uma crise de acumulação do que de superprodução, pois a superprodução

física não significou nos termos de uma acumulação do capital enquanto tal" (ALFREDO, 2009, p. 150). Ao mesmo tempo, a expansão cafeeira não pode ser vista como "[...] mera incorporação de valor a reproduzir ampliada e positivamente o capital", na cafeicultura a "[...] acumulação e crise [foram] formas simultâneas" (ALFREDO, 2013, p. 403).

Vimos que, na primeira metade do século XX, a produção agrícola paulista de exportação (o café, o algodão, a cana-de-açúcar, o milho, o arroz etc.) servia como o principal meio de pagamento para importar bens de produção e consumo industrializados. Vimos também que, na medida em que se intensificavam os processos de expropriação do mais-valor do campo, pelo desenvolvimento das forças produtivas do centro, a periferia respondia ampliando suas áreas agrícolas. Nesse contexto, as políticas econômicas implementadas ao longo da primeira metade do século XX – tanto as "políticas de valorização", de sustentação internacional dos preços do café, e as práticas protecionistas do Estado Varguista – aparecem com o sentido de salvaguardar a reprodução da economia agrário-exportadora paulista e brasileira (ALFREDO, 2013; SILVA, 1976), e não contêm sentido industrializante. No caso paulista, a dependência das exportações cafeeiras revelou-se na medida em que se instituíram políticas de sustentação internacionais dos preços do café (FURTADO, 2007; LIMA, 2017).

Segundo Alfredo (2013), as políticas tarifárias, protecionistas, criadas durante o governo Vargas, que buscavam sobretudo privilegiar as exportações em detrimento das importações, foram "[...] não só a condição para a reprodução da acumulação cafeeira, em detrimento do desenvolvimento da industrialização interna", mas fundamentalmente favoreceram "[...] os acordos internacionais de pagamento dos dividendos sobre remessas inglesas de capital [empréstimos] e mercadorias devidas pelo Brasil" (ALFREDO, 2013, p. 110-111). Nesse sentido, se a reprodução da economia nacional estava vinculada à reprodução internacional do capital, "[...] a manutenção do equilíbrio posto na balança comercial através das taxas de importação era o caminho possível de realizar os interesses" (ALFREDO, 2013, p. 111) do capitalismo mundial[30].

As contradições da economia paulista na primeira metade do século XX, que derivavam de sua condição periférica, bloqueavam a acumulação primitiva endógena de capitais, pois, enquanto periferia, se inseria na reprodução crítica mundial do capital em sua fase monopolista-

[30] Sobre a atuação do capital estrangeiro, mediando a produção e comercialização do café brasileiro ver: Monbeig (1998, livro I, segunda parte, capítulo II "O Jogo dos fatores econômicos), Prado Jr. (2006, cap. 24. O Imperialismo), Silva (1976), Delfim Netto (2009) e Alfredo (2013).

financeira – marcada, conforme Grossmann (1979), Lênin (2012) e Mandel (1982), pela sobreacumulação e incapacidade de exploração do trabalho –, de modo que o a extração de sua riqueza, na forma de renda da terra, serviria para remunerar as taxas de lucro decadentes nas economias urbano-industriais. Nesse contexto, os valores produzidos internamente à realidade periférica do Oeste Paulista eram expropriados através das trocas com as realidades industriais; acumulados no exterior, esses valores ali se realizavam, dificultando, ou mesmo impossibilitando, a acumulação primitiva periférica e nacional de capital e, consequentemente, também obliterando qualquer aprofundamento da divisão social do trabalho que pudesse constituir um setor urbano-industrial autônomo. Segundo Alfredo (2013), a renda da terra produzida no campo paulista, estava comprometida com a reposição da forma valor que, dada a supressão do trabalho pelo desenvolvimento das forças produtivas, não se constituía nas realidades centrais do capital monopolista-financeiro. Como vimos, a diferença de produtividade entre centro e periferia, entre indústria e agricultura, ao se estabelecer o preço médio dos valores na troca, deixa nos produtos agrícolas parte desta diferença, o que constitui o conceito de renda da terra absoluta em Marx (2017). No entanto, este sobrelucro:

> [...] se transfere ao capital industrial monopolista mundial, pois que esta acumulação interna se o faz para pagar os produtos industrializados não fabricados internamente. A diferença entre indústria e agricultura, portanto, permite esta forma de troca e especifica de modo determinante o modo de ser da industrialização que, assim posta, não se internaliza seguindo sua reprodução ampliada, mas se constitui como forma de manter parcela desta renda para a sua própria e insuficiente reprodução (ALFREDO, 2013, p. 176).

Na medida em que sustentavam essas importações (além de serem fundamentais para a sobrevivência dos sujeitos, para a reprodução do Estado e para o pagamento de dívidas), transferindo mais-valor ao exterior, as produções agrárias paulistas não permitiam uma redefinição interna das formas de reprodução do capital ao longo da primeira metade do século XX e, simultaneamente, não proporcionaram a complexificação da atividade produtiva paulista de modo a constituir os pressupostos de uma realidade propriamente industrial (ALFREDO, 2013). Para Alfredo (2013), internamente, as categorias do capital "[...] não restabeleceram sua reprodução ampliada, realizando, portanto, sua verdade categorial apenas na valorização mundial do valor" (ALFREDO, 2013, p. 97). Essa insuficiência de acumulação, segundo Alfredo (2013), limitou a reprodução ampliada interna do capital e determinou uma forma de modernização periférica (como a construção de ferrovias, de usinas de energia, de estradas etc.) que se fez tão somente a partir de investimentos internacionais, que, no entanto, reporia a expropriação do periférico.

No limite, a continuidade do modelo agrário-exportador, ao mesmo tempo em que era fundamental para a sustentação da economia paulista no interior da economia mundial em sua fase monopolista-financeira, tornou-se, no entanto, um impeditivo ao aprofundamento da divisão social do trabalho interna à realidade brasileira. Ao analisar o desenvolvimento industrial brasileiro de meados do século XX, Prado Jr (2006) compreendeu corretamente como as determinações agrárias da realidade brasileira obstruíam o desenvolvimento industrial nacional auto-estimulante:

> [...] podemos ter, como efetivamente temos algumas esparsas, quase insuladas e desconectadas atividades industriais modernas fornecedoras de certos bens que amenizam a vida de pequenas parcelas da população do país e adornam estritos setores de seu território. Isso contudo não significará propriamente "industrialização", no sentido que interessa, pois não se constituirão por essa forma as condições necessárias para um desenvolvimento industrial em larga escala, a saber, um processo contínuo e auto-estimulante, alimentando-se de suas próprias forças e propagando-se por elas; isto é, a técnica impulsionando e determinando novas técnicas; as atividades econômicas abrindo perspectivas para outras e mais largas atividades e tornando possível a sua realização. E sem um processo dessa natureza, não há que esperar um verdadeiro e largo desenvolvimento industrial.
>
> É o que nos mostra a moderna evolução econômica nos países industrialmente avançados. A industrialização constitui neles um processo onde a atividade industrial se fez sempre e desde logo, poderoso fator determinante e impulsionador de novas atividades.
>
> [...] Ao contrário disso, as iniciativas industriais no Brasil não apresentam, nos seus efeitos, nada de comparável. É que não significam a integração, com os elos faltantes, de um largo entrosamento econômico já predisposto e envolvendo necessidades essenciais da população do país. Destinam-se unicamente, pela sua própria natureza, à satisfação de uma necessidade limitada, antes suprida por via do comércio exterior e insulada no organismo econômico do país. Tornam-se assim, fora de tais limites, quase totalmente estéreis (PRADO JR, 2006, p. 333).

Ao que pese sua perspectiva desenvolvimentista e dual[31], o importante a ser ressaltado na análise de Caio Prado Jr. (2006) é o fato de que a simples presença de plantas industriais em

[31] A perspectiva colocada por Caio Prado Jr (2006) é a necessidade de atingir, *pari passu*, o nível de desenvolvimento das forças produtivas do capital encontrada nos países do centro do capitalismo mundial. Nessa perspectiva, o centro aparece como o positivo do capital, isento de contradições, ao passo em que a periferia aparece como o negativo, o contraditório. Na periferia, poucas indústrias, ainda que modernas, estão desconectadas, não entrosadas, não permitem um revolucionamento da realidade social a fim de constituir o aprofundamento da industrialização requerida pelo autor. Por outro lado, o campo aparece como aquilo que deve ser revolucionado, pois constitui-se na forma de resquícios de uma estrutura fundiária colonial concentrada e que não permite a constituição de um amplo mercado consumidor; o campo é o ponto nevrálgico responsável pelo baixo padrão econômico do país. O diagnóstico final é o de que "[...] as atividades econômicas do Brasil não se entrosam num conjunto ditado pelas necessidades gerais e fundamentais do país; ou antes, esse entrosamento não se faz ou permanece débil porque a natureza colonial da economia brasileira se orientou essencialmente para o exterior; e é de lá, portanto, que provêm seus principais e fundamentais estímulos" (PRADO JR, 2006, p. 334). Na

território nacional não significou exatamente industrialização, perspectiva da qual compartilhamos. Portanto, se por um lado as atividades agrícolas paulista não permitiram repor uma acumulação interna de capital, em função dos processos expropriativos aos quais estavam submetidas; por outro lado, na medida em que o complexo agroexportador se constituía na principal forma possível de sustentação das trocas com as economias mundiais e, consequentemente, sustentava a reprodução da economia paulista, isto teria levado a intensificação, até os anos 1940-1950, da produção agrícola cafeeira, principal atividade agroexportadora do período.

2. A cafeicultura e a reprodução crítica do capital monopolista-financeiro mundial

Ao longo da primeira metade do século XX, a economia paulista, como economia periférica, caracterizava-se por um elevado coeficiente de importações e dependia das exportações agrícolas para se reproduzir. As quedas constantes dos preços do café refletiam, neste contexto, em desequilíbrios internos: criavam dificuldades para a reprodução dos sujeitos – exaurindo os lucros do café, encontravam-se os sujeitos na dificuldade de se reproduzirem enquanto tais –, dificultavam a manutenção das incipientes indústrias – as crises cafeeiras representavam um giro menor de capitais e dificuldades para essas pequenas indústrias para importar mercadorias manufaturadas – e criavam dificuldades até mesmo para o Estado, na medida em que as finanças públicas dependiam do exterior através da renda proveniente dos impostos de exportação e importação (PRADO JR, 2006). Qualquer aumento das exportações, ou mesmo a queda destas, refletia sobre a renda nacional e sobre as importações, beneficiando ou colocando o país em dificuldades (FURTADO, 2007). Desta forma, as crises provadas pela queda dos preços das matérias-primas, que, pela contração dos lucros afetavam a reprodução de todos os sujeitos inseridos na órbita do café, desde fazendeiros a sitiantes e colonos, afetavam também o volume das inversões de capital na cafeicultura, prejudicavam ademais a entrada de bens importados (através da queda da renda dos produtores, mas também pelo aumento dos

passagem, é possível observar uma tentativa de interpretação da realidade brasileira de meados do século XX que entende a "formação nacional" como o ponto culminante e necessário do processo de integração das atividades econômicas endógenas, ou seja, as sobrevivências do passado colonial, com a economia orientando-se essencialmente para o exterior, atuam como "travas" no processo de integração nacional. No limite, podemos dizer que, para Caio Prado Jr (2006), mesmo na década de 1950, o nacional não teria se formado completamente.

preços dos produtos importadores) e a reprodução da máquina estatal, ou seja, a arrecadação de taxas e impostos para o Estado. Ao mesmo tempo, nos momentos de crises internacionais, o acesso à empréstimos estrangeiros e as inversões de capitais externos diminuíam bruscamente, dificultando a realização das políticas de modernização do estado nacional brasileiro (PRADO JR, 2006). Por último, as crises não representavam apenas a queda nos preços internacionais, mas também a formação de estoques invendáveis de café, que retroagiam sobre o sistema produtivo determinando quedas ainda maiores nos preços. Particularmente para o Oeste Paulista, cuja atividade predominante era a cafeeira, onde a produção cafeeira já não permitia grandes lucros para a maioria dos produtores, as grandes crises significavam a ruína total.

Se as crises traziam dificuldades para o Estado Nacional brasileiro, a supressão da cafeicultura traria certamente a bancarrota total, pois, como vimos, era a agricultura que sustentava as trocas internacionais às quais estava sujeitada a economia paulista. Nesse contexto, a intervenção do Estado foi fundamental para a continuidade do processo reprodutivo crítico da cafeicultura, financiando direta e indiretamente, ainda que em condições deficitárias, a reprodução da cafeeira no Oeste Paulista. Lima (2017) ressalta que a economia periférica brasileira se reproduziria se e somente se os déficits gerados nas trocas internacionais fossem encobertos através de empréstimos ao estrangeiro, garantindo a reprodução da economia, a importação de produtos industrializados e o pagamento das dívidas com o exterior. Daí, portanto, a constituição das políticas de sustentação internacional dos preços do café para a manutenção da reprodução crítica da cafeicultura[32].

Segundo Silva (1976), dentre as políticas de defesa dos preços do café, as "valorizações" – utilizadas pela primeira vez em 1906 e praticadas até fins da década de 1930 – foram as que permitiriam a continuidade da reprodução da economia cafeeira. Essas políticas fundavam-se na compra dos excedentes produtivos do café pelo Estado, a fim de manter um certo equilíbrio na oferta e permitir a estabilização dos preços, ao mesmo temo em que ofertavam aos fazendeiros uma porcentagem representativa de 50% o valor de suas produções. Tais políticas são apresentadas no fragmento a seguir, de Monbeig (1998):

> Em 1924, criara-se um instituto para a defesa permanente do café. A fundação desse organismo correspondia ao desejo de evitar a repetição de uma crise como a de 1905, que pareceu estar a ponto de explodir novamente, em 1921.

[32] Conhecidas como "políticas de valorização". Se constituíram como políticas de defesa e valorização da cafeicultura levadas a cabo no Brasil pelo Estado (União e estados) durante toda a primeira metade do século XX, primeiramente na forma da compra e revenda dos excedentes e posteriormente na forma da compra e queima dos estoques (Cf. DELFIM NETTO, 2009).

> Dentro desse espírito, fiel à política de valorização, punham as autoridades em prática uma exportação dirigida. Apoiando-se em empréstimos concedidos pelo banco Lazard Brothers, o instituto tinha por tarefa organizar as exportações. Gozava ele de plena liberdade para estocar e vender, de modo a regularizar os preços, colocando hábil e oportunamente o produto no mercado. Para ressarcir o produtor cuja mercadoria ficava armazenada, eram-lhe feitos adiantamentos até o limite de 50% de sua produção. Coubera a um banco oficial (Banco Paulista de Crédito Agrícola) efetuar os adiantamentos, bem como organizar as hipotecas agrícolas. Além dos capitais estrangeiros, recebia o Instituto de Defesa do Café as receitas provenientes da taxa de um mil-réis-ouro por saca de café em circulação no Estado (MONBEIG, 1998, p. 114-115).

Para os produtores, as políticas de valorização significavam a possibilidade de crédito, na medida em que, vendendo suas colheitas ao Instituto do Café, obtinham uma certa quantia em dinheiro fornecida pelo Banco Oficial do Estado de São Paulo[33]. De posse desses capitais monetários adiantados, ampliaram-se ainda mais as lavouras no Oeste Paulista (PRADO JR, 2006; MONBEIG, 1998). O processo revela-se, assim, como socialização da dívida, na medida em que o Estado, mediado por empréstimos internacionais, adiantava quantias aos produtores sem que tivesse ocorrido a realização do mais-valor produzido no campo. Na medida em que o café tendia a se acumular e não se realizar, a tendência exponencial foi a ampliação da dívida com os órgãos credores internacionais, o que, posteriormente, recairia sobre a própria agricultura, na medida em que o pagamento dessas dívidas seria posta sobre o mais-valor produzido através do campo.

Segundo Prado Jr (2006), a criação do Instituto do Café (1924) e a ampliação das políticas de valorização significaram uma tentativa de saída pelo controle das exportações do produto, comprando e buscando manter um equilíbrio entre oferta e procura do café. O instituto retinha a produção cafeeira, conservando, armazenando e liberando na medida da necessidade do mercado. A aparente situação de prosperidade proporcionada pelas ações do Instituto, criando uma aparente alta dos preços após 1924, revelava-se ilusória na medida em que não se vendia e exportava senão uma parte da produção, de modo que o restante das safras permanecia retido, à espera de oportunidade para venda. Particularmente a crise de 1930 desdobra-se em função deste excedente de capitais cafeeiros, ociosos.

Ainda segundo Prado Jr (2006), muitos fazendeiros e produtores contraíram dívidas baseados nessa alta aparente dos preços proporcionada pelas ações do Instituto a partir de 1924, tornando a continuidade da política *conditio sine qua nom* para a reprodução cafeeira. Desta

[33] Também a este banco seria permitido operar com as hipotecas das propriedades agrícolas (PRADO JR, 2006).

forma, as compras maciças para forçar alta, manobrando para forçar a subida dos preços, sem reduzir a oferta, resultavam em acúmulos maiores de estoques, aumentando a ociosidade de capitais cafeeiros. Também Monbeig (1998) indicou a necessidade de manutenção das políticas de valorização, na medida em que os preços ilusoriamente altos levavam muitos proprietários de terras a contraírem dívidas para ampliar suas produções:

> Entretidos em seu otimismo pela estabilidade aparente das cotações, recorriam eles [os proprietários de terras] de novo aos empréstimos para fazer face a suas obrigações. Tal experiência de dirigismo, destinada a manter artificialmente preços elevados e que repousava no empréstimo aos bancos estrangeiros, conduzia a um impasse, a saber: era forçoso perseverar na política adotada para evitar a falência dos fazendeiros, embora a estocagem levasse infalivelmente à brutal desvalorização dos preços, num mercado em que havia milhões de sacas armazenadas e milhões de jovens cafeeiros anualmente plantados nas zonas novas (MONBEIG, 1998, p. 115).

Na medida em que a acumulação através da economia cafeeira era obstada em função da relação espoliativa que antepunha centro-periferia, como pudemos observar anteriormente, a posição subordinada da economia brasileira no interior da economia mundial em sua fase monopolista-financeira determinaria, então, a utilização do capital estrangeiro para o financiamento dessas compras realizadas pelo Estado, ou seja, o capital necessário para sustentar as políticas de valorização foi obtido junto a bancos estrangeiros e casas financiadoras internacionais (SILVA, 1976) – principalmente inglesas, mas também belgas, francesas, alemãs etc.[34]. Delfim Netto (2009) e Lima (2017), buscaram demonstrar o papel do Estado, desde pelo menos o início do século XX, garantindo a reprodução da produção cafeeira através de políticas intervencionistas, como podemos observar na passagem:

> Em suma, para se garantir os preços do café, em níveis que permitissem a reprodução do complexo cafeeiro paulista, responsável por 70% das divisas que adentravam ao país, se fazia necessário que volumes ascendentes da produção fossem retidos para que, artificialmente, se criasse uma escassez a fim de conter a desvalorização do produto no mercado mundial. O custo da operação, mais uma vez, recairia sobre a totalidade da sociedade, sendo necessário um empréstimo de 5 milhões de libras, fornecido pelo Lazard Brothers & Co. Ltd., banco londrino que se tornaria o financiador contumaz do Instituto do Café (LIMA, 2017, p. 152).

[34] Dentre os bancos e casas financiadoras que atuaram fornecendo empréstimos paras as políticas de valorização temos: Theodor Wille & Cia, Disconto Gesellschaft e Dresdner Bank (alemãs); J. Henry Shroder e Co. e Rotchschild (inglesas); Societé Générale (francesa); e National City Bank of New York (estadunidense) (PRADO JR, 2006).

Para Sérgio Silva (1976), as políticas de valorização marcariam a entrada definitiva do capital estrangeiro na comercialização do café nacional, ao mesmo tempo em que se ampliou o número de filiais dos bancos estrangeiros no Brasil, de forma que "[...] a partir da valorização, a realização da mais-valia [renda da terra] torna-se praticamente impossível sem o financiamento dos bancos estrangeiros" (SILVA, 1976, p. 68).

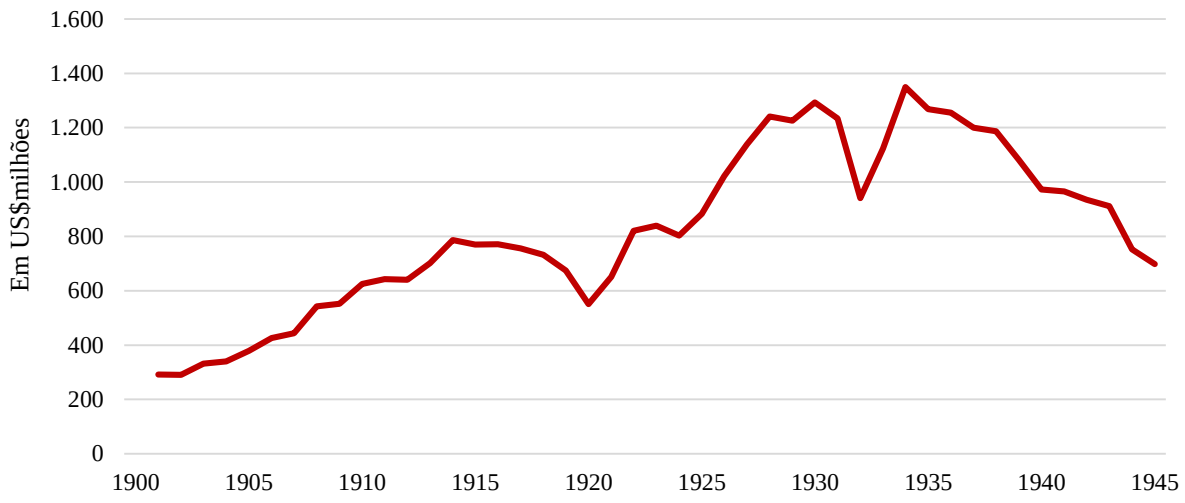
Vemos assim como a expansão cafeeira entrelaça-se fundamentalmente com a reprodução internacional de capitais estrangeiros, na fase monopolista-financeira do capital, que, dada a sobreacumulação e incapacidade de valorização no centro, busca remuneração na periferia como capital portador de juros (MARX, 2017), remunerando-se através de juros e renda da terra. Segundo Prado Jr (2006), na medida em que se intensificam as ações imperialistas das grandes potências na primeira metade do século XX, a entrada dos capitais financeiros estrangeiros se intensifica na economia brasileira, principalmente através dos financiamentos ofertados pelos grandes monopólios internacionais (bancos e casas financiadoras). Neste sentido, Prado Jr (2006) observa que, com o fim da I Guerra, um novo e grande monopólio passa a agir sobre o mercado cafeeiro. Como vimos, para salvar a safra superprodutiva de 1924, o Estado brasileiro lançou mão de empréstimos no estrangeiro, fornecido por um grande trust internacional, a casa Lazard Brothers & Co. Ltd., de Londres.

> A Grande Guerra modificara profundamente as condições do comércio cafeeiro; e ele deixara de ser, como no passado, o terreno agitado em que se digladiavam os interesses financeiros de numerosos grupos concorrentes. Do grande conflito de 1914-18 resultara, neste como nos demais grandes setores da economia mundial, a formação de novos e muito maiores trustes financeiros que agora imperam sós, cada qual em seu terreno e sem concorrentes apreciáveis. É sob os auspícios de um destes grandes grupos internacionais que se realizará no Brasil a nova operação de valorização. E sem oposição, ele implantará um novo domínio financeiro muito maior e absoluto que o de seus predecessores de 1906, no campo da economia brasileira do café. Este grupo será o de Lazard Brothers & Co. Ltd., de Londres (PRADO JR, 2006, p. 234).

As seguidas crises cafeeiras na primeira metade do século XX e as dificuldades de acumulação interna de capitais em função dos processos espoliativos que atuavam sobre a economia brasileira foram determinantes, nesse período, para a ampliação da dívida externa brasileira (ABREU, 1999a), ou seja, impeliam à contração de empréstimos internacionais, ampliando a penetração do capital financeiro mundial sobre a economia paulista. O gráfico 04 (Evolução da dívida externa brasileira (1901-1945), anexado a seguir, nos permite observar o movimento de entrada dos capitais internacionais no Brasil. Estes capitais mobilizam a estrutura

produtiva cafeeira e permitem a continuidade de sua reprodução crítica, sustentando seus preços. Ao mesmo tempo, amplia-se o endividamento externo brasileiro em função da incapacidade do Estado Nacional de acumular capitais e saldar suas dívidas.

Gráfico 04. Evolução da dívida externa brasileira (1901-1945)



Fonte: IBGE, Memória, Estatísticas do século XX, tabela 17. Acesso: dezembro de 2017.

Além dos empréstimos realizados para a sustentação das políticas de valorização, o Estado Nacional brasileiro realizou, de fins do século XIX a meados do século XX, três grandes empréstimos de consolidação, chamados *funding loan* (nos anos de 1898, 1914 e 1931), necessários na medida em que o Estado brasileiro demonstrava a sua incapacidade de pagamento dos empréstimos externos. Segundo Abreu (1999b), a renegociação no ano de 1943, determinou um acordo permanente para pagamento da dívida externa brasileira. A partir daquele ano, o Estado brasileiro se retiraria dos mercados financeiros privados por um período de tempo, retornando em meados da década de 1960, no que Abreu (1999b) denominou de segundo ciclo de endividamento externo. Este segundo ciclo observaremos posteriormente. Para sustentar as políticas de valorização, o também Estado Nacional varguista criou um imposto de mil-réis-ouro por saca, destinada à execução do plano e ao pagamento da dívida externa. Deste modo, a dívida seria transferida para a esfera produtiva do café, para produtores e proprietários de terras, através de taxas e impostos sobre a exportação do produto, determinando a extração direta de seus lucros e remetendo-os aos grandes bancos e casas

financiadoras internacionais. Ademais, essas políticas se tornariam, um custo pago por toda a sociedade brasileira através da criação de impostos, taxas, da inflação etc., que permitiriam o pagamento das dívidas e dos juros.

Mandel (1982) observa que na fase do capitalismo monopolista-financeiro o Estado Monopolista tende cada vez mais a se autonomizar enquanto aparato estatal, para atuar servindo aos interesses de proteção, consolidação e expansão do modo de produção capitalista, aparentemente acima dos interesses conflitantes do capitalismo real, competitivo, constituído pelos muitos capitalistas. Neste contexto, ao lado manutenção das condições gerais de produção, a *administração das crises* passa a ser uma de suas tarefas principais, realizando esforços para assegurar a valorização do capital excedente, sobreacumulado. Na medida em que o capitalismo monopolista sofre de dificuldades crescentes de valorização, o Estado Monopolista resolve em parte essas dificuldades, oferecendo esferas adicionais para investimentos, ao mesmo tempo em que *socializa as perdas* com a totalidade da sociedade. Verifica-se, assim,

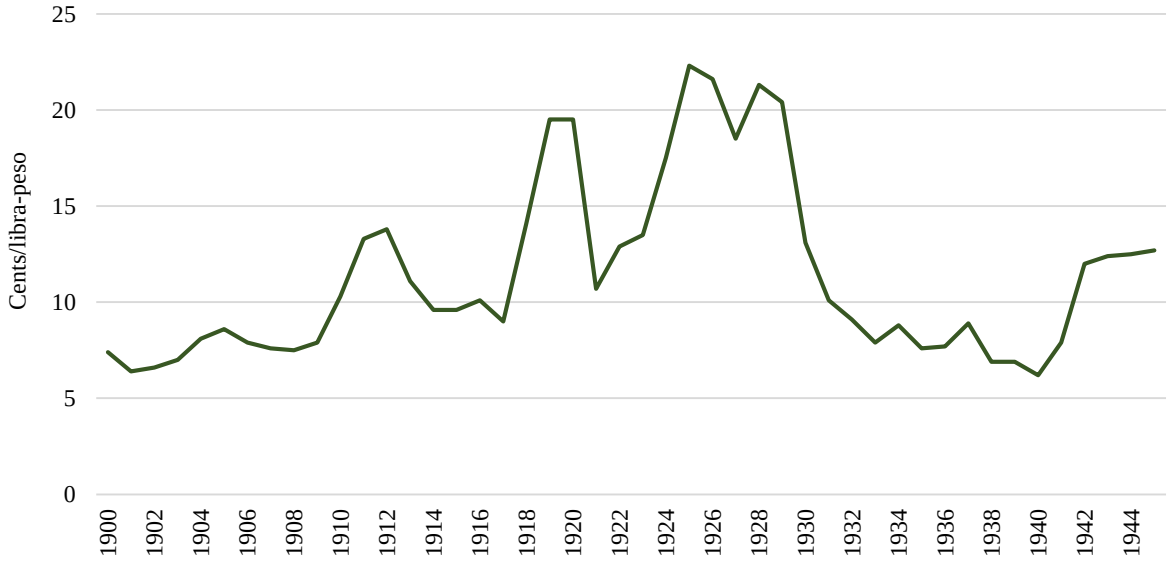
> [...] uma tendência do capitalismo tardio a aumentar não só o planejamento econômico do Estado, como também a aumentar a socialização estatal dos custos (riscos) e perdas em um número crescente de processos produtivos. Portanto, há uma tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às "condições gerais de produção" que financia. Sem essa socialização dos custos, esses setores não seriam nem mesmo remotamente capazes de satisfazer as necessidades do processo capitalista de trabalho (MANDEL, 1982, p. 339).

Vemos, assim, que também na periferia do capitalismo o Estado age repassando a produtores e proprietários de terras – mas também para toda a sociedade - o ônus dos empréstimos internacionais. Também Prado Jr (2006) observou que o Estado repassaria, desde a primeira valorização de 1906, o ônus do pagamento de suas políticas à esfera produtiva do café:

> Enquanto os grupos financeiros da valorização usufruíram assim largamente a operação, os produtores, embora obtivessem durante alguns anos melhores e mais estáveis preços, arcarão depois com todo o ônus dela. São eles que arrumam a responsabilidade das grandes dívidas contraídas para executá-las. Para isso se estabelecerá um novo imposto de 5 francos-ouro sobre cada saca de café exportada. Com este imposto pagar-se-ão os juros e amortizações da dívida que até hoje, mais de cinquenta anos depois, e quando a valorização de 1906-10 já passou inteiramente para o domínio da história, ainda não foi de todo resgatada. Os momentâneos proveitos da valorização custariam muito caro aos produtores e à economia brasileira em geral (PRADO JR, 2006, p. 233).

Para a cafeicultura, entretanto, essas políticas não garantiram a acumulação de grandes massas de capitais no setor, pois os preços estabelecidos em patamares baixos apenas cobriam a reprodução da maioria dos produtores, fornecendo-lhes o lucro médio, não permitindo grandes lucros (DELFIM NETTO, 2009; LIMA, 2017), ao mesmo tempo, como observamos, estava sujeitada às trocas desiguais observadas anteriormente. Na medida em que o pagamento aos produtores garantido pelas políticas de valorização representaria apenas 50% do valor produzido no campo, isso significa que todo e qualquer sobrelucro advindo da produção cafeeira estava sendo espoliado pelo Estado. Mas, ao mesmo tempo, essas mesmas políticas, ao sustentarem os preços mundiais do café, incentivavam a ampliação das áreas de produção (DELFIM NETTO, 2009), pois, devemos lembrar, a ampliação dos lucros de proprietários de terras dependeria, dada a impossibilidade de maiores investimentos de capitais no campo, da ampliação das áreas produtivas, ampliando, entretanto, o volume de capitais ociosos na forma do café e repondo suas crises.

Gráfico 05. Preço de importação do café nos Estados Unidos (1900-1945)



Fonte: Delfim Netto, 2009, p. 277-278. Org. Anderson Pereira

Podemos observar no gráfico 05, que, diferentemente da linha relativamente ascendente de preços da década de 1920, o grande crack norte americano de 1929 refletiu em quedas na cotação internacional dos preços café; posteriormente, nos anos de 1930 e 1931, entravam em circulação maiores volumes de safra, em função das plantações criadas no final dos anos 1920, o que provocou uma queda ainda maior nos preços. Nesse contexto, afirma Monbeig (1998),

muitos proprietários de terras – já espoliados pelas políticas de valorização para o pagamento de empréstimos internacionais –, se viram na impossibilidade de saldas seus débitos. Para o Estado brasileiro, a Grande Crise trouxe dificuldades e a Revolução de 1930, que põe Vargas no poder. Os bancos, por sua vez, transformaram-se de um dia para outro em proprietários de terras (MONBEIG, 1998).

A solução encontrada pelo Estado Varguista para a Crise de 1929 foi a Lei do Reajustamento Econômico, que reduziu em 50% as hipotecas agrícolas e as dívidas contraídas por proprietários de terras junto aos bancos (MONBEIG, 1998). Segundo Monbeig (1998), esta legislação permitiu aos bancos se livrarem do fardo de bens territoriais e possibilitou aos proprietários de terras recuperarem a livre disposição de suas terras (mas não os isentariam de pagar anualmente somas consideráveis para liquidar suas dívidas). A política desesperada de salvamento de proprietários de terras se revela, nesse contexto, como uma política de salvamento de todo o Estado Nacional, na medida em que este estava na dependência da reprodução da cafeicultura. De forma complementar, criou-se o Departamento Nacional do Café (1933)[35], que seria responsável, a partir de então, por findar os estoques que depreciavam os preços do café, substituindo o decadente Instituto do Café, incinerando, queimando, jogando às águas ou ao vento milhões de sacas (MONBEIG, 1998). As taxas decorrentes dessas políticas recaíram mais uma vez sobre os proprietários de terras e sobre toda a sociedade, a fim de desencorajar a produção e de permitir o pagamento dos capitais internacionais que financiaram todo esse processo de recuperação (MONBEIG, 1998).

Desta forma, na cafeicultura, os processos de transferência de valor, a partir das trocas desiguais e das remessas de pagamentos e dos juros dos empréstimos internacionais, garantiam a acumulação do mais-trabalho produzido a partir do colonato e das relações de trabalho de sitiantes nas grandes economias urbano-industriais. Portanto, diferentemente de Martins (2010), para quem a atividade cafeeira aparece como um processo acumulativo-expansivo, para nós, a cafeicultura constituiu uma reprodução crítica, não acumulativa, que se sustentou através do consumo de excedentes produtivos do capital internacional, através de grandes empréstimos. Também Lima (2017) observou que, a não acumulação de valor, através do setor agroexportador "[...] seria compensada, portanto, por políticas de sustentação dos preços, viabilizada pelo endividamento social, o que se constituiria em uma ilusão necessária de

[35] Em 1931, foi criado o Conselho Nacional do Café (CNC), substituído em 1933 pelo Departamento Nacional do Café (DNC), que existiu até 1946, sendo substituído pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), extinto em 1989.

acumulação, haja visto que se garantiria certa lucratividade ao produtor agrícola" (LIMA, 2017, p. 158), mas não significaria grande acúmulo de capitais no setor; o que do contrário, permitiria, nos dizeres de Alfredo (2013), o aprofundamento da divisão social do trabalho interna à realidade brasileira.

A proliferação de agências, filiais e correspondentes bancários dentro da estrutura produtiva do café era indicativo do padrão de reprodução alcançado pelo capital cafeeiro, cada vez mais atrelado à reprodução do capital monopolista-financeiro mundial. Os bancos não eram apenas fundamentais para o financiamento da atividade produtiva dos grandes proprietários de terras, financiavam a infraestrutura, a circulação, a construção de ferrovias, financiavam e refinanciavam dívidas, com capitais nacionais e, principalmente, estrangeiros. Talvez por esse motivo Monbeig (1998) admitiu que o movimento pioneiro paulista era cada vez mais um "negócio mundial". Também Prado Jr (2006) indicou que a produção cafeeira brasileira estava totalmente subjugada à atuação dos grandes bancos estrangeiros – ingleses, franceses, alemães, italianos, holandeses e, a partir da I Guerra, os norte-americanos. Financiando a reprodução da economia cafeeira, o capital financeiro internacional portador de juros se remuneraria principalmente através da renda da terra produzida na exploração do colonato e das relações familiares de sitiantes do Oeste Paulista:

> Através do financiamento da produção, do comércio, da exportação, ele retirará uma primeira parcela de lucros, pois embora estas operações se realizem no próprio país, elas se acham direta ou indiretamente em suas mãos, seja por bancos e firmas comerciais da mesma procedência nacional, seja por casas brasileiras a ele ligadas. Depois que o café é embarcado, a exploração do capital estrangeiro se torna naturalmente maior e mais fácil; aí vem o transporte, a distribuição nos países consumidores, a industrialização do produto (torração, moagem e outras manipulações). É todo um grande aparelhamento comercial e industrial que o café brasileiro vai alimentar; e os lucros de todos estes processos sucessivos (em que entra boa parte de mais-valia brasileira) canalizam-se para a remuneração dos capitais internacionais neles invertidos (PRADO JR, 2006, p. 272).

A própria expansão dos portos e ferrovias relaciona-se à produção do capital constante na periferia integrado na reprodução mundial do capital, possibilitando a integração da produção agrícola na reprodução internacional do capital, mas ao mesmo tempo permitindo a importação de produtos industrializados, possibilitando a realização de capitais internacionais, destacando-se o inglês, possibilitando, desta forma, a reprodução da nação no interior das trocas mundiais. Ademais, a extensão dos trilhos das ferrovias, além de permitir a ampliação da fronteira agrícola e de "[...] fomentar o aumento da produção de gêneros exportáveis e de

abastecimento para o mercado interno" (ALFREDO, 2013, p. 272), tinha como um de seus elementos explicativos a busca pela renda diferencial I em áreas do interior paulista remetendo esse sobrelucro ao exterior. Nesse sentido, Martins (2010) observa que, além de permitir economias com o transporte, a própria remuneração das ferrovias ligava-se com a renda diferencial que elas incrementavam à produção cafeeira, pois incorporavam áreas antes inacessíveis à área produtiva do café[36].

Deste modo, ao nosso ver, a cafeicultura apenas se reproduziu dependente da extensão de empréstimos internacionais para a sustentação das políticas governamentais de defesa dos preços, como vemos em Monbeig (1998), Prado Jr. (2006), Silva (1976), Delfim Netto (2009), Alfredo (2013) e Lima (2017), mas também foram fundamentais os capitais nacionais e estrangeiros a préstimo provenientes de comissários, exportadores e bancos privados. No jogo dos fatores econômicos e em detrimento das crises sucessivas, as fronteiras do café não deixaram de se expandir (MONBEIG, 1998), demonstrando a potência desse processo auto-movente ligado fundamentalmente à realização de capitais financeiros ociosos, internacionais:

> Nascido no momento em que se instalava a economia capitalista, o movimento da conquista dos planaltos ocidentais não cessou, pois, de progredir, a despeito das crises inerentes ao sistema e até mesmo por causa dessas crises. As depressões econômicas, que balizaram esses três quartos de século, procederam das zonas pioneiras. Mas, cada uma suscitou oportunidades novas que, a cada vez, reajustaram o mecanismo. Assim se confunde o dinamismo da frente de povoamento com o da economia mundial (MONBEIG, 1998, p. 119).

Esses capitais foram investidos nas plantações, na estrutura das fazendas, na especulação de terras, na extensão das ferrovias, na arregimentação dos trabalhadores, em projetos de colonização, na produção de núcleos urbanos etc. etc. etc.., de forma que a organização do espaço cafeeiro (FUJICAVA, 2013) se torna uma forma estratégica de reprodução desses investimentos internacionais. Desta forma, é coerente a colocação de Fujicava (2013), para quem a expansão das franjas do café revela um processo especulativo que se determina antecipadamente em relação à ocupação efetiva; é a autorreprodução do dinheiro mundial, que se autonomiza do trabalho produtivo.

> A expansão agrícola posta como franja pioneira paulista é um momento no qual a produção agrária, para efetivar uma remuneração satisfatória do grande capital investido na agricultura (i. é., em grandes fazendas), necessita de

[36] O capital financeiro internacional também atuou na constituição de áreas como o de serviços urbanos e o de fornecimento de energia elétrica (destacam-se as empresas de capital internacional de energia: Brazilian Traction Light & Power Co. Ltd.; American & Foreign Power; Electric Bond & Share).

> condições cada vez mais exigentes, as quais os solos desgastados das zonas mais antigas não podem assegurar. Por isso, a expansão do café para Monbeig se expressa mais como "fuga do que como conquista" e o norte do Paraná, ainda na análise do autor, como o "último refúgio do café" (FUJICAVA, 2013, p. 42).

A cafeicultura foi, portanto, reprodução crítica que se expandiu consumindo excedentes produtivos, capitais ociosos, desvalorizados, não apenas na forma de mercadorias (bens de consumo e produção), mas também, e fundamentalmente, na forma de crédito; capitais provenientes de países centrais da economia mundial. Ao mesmo tempo, as políticas de valorização do café representariam, como apontando, uma saída, na forma de empréstimos ao Estado Nacional brasileiro, para os capitais ociosos internacionais ingleses, franceses, americanos, alemães, holandeses etc., custo repassado para toda a sociedade brasileira. Na periferia, aqui na forma do Oeste Paulista, a incapacidade de acumulação sob a mediação do tempo social mundial médio do trabalho, determinaria, como simultaneidade, a reprodução crítica pelo "[...] endividamento, custo que recairia sobre a totalidade da sociedade, seja na forma de preços ou impostos" (LIMA, 2017, p. 139).

Entretanto, a extensão de créditos, financiamentos e políticas de valorização para a cafeicultura não representaram a sua reprodução *ad infinitum*, na medida em que, de posse desse excedente de capitais, o próprio processo reprodução cafeeira determinava os nexos abstratos de suas crises, a saber: ainda que as políticas de intervenção possibilitassem a manutenção dos preços do café no mercado mundial, possibilitando a reprodução crítica de proprietários de terras e produtores, o problema da queda dos preços seria retardado apenas momentaneamente (LIMA, 2017). O próprio Estado brasileiro, assumindo os ônus da sustentação, estabeleceria um preço de produção fictício, o qual sustentaria a reprodução de todos os produtores mundiais de café. No entanto, a sustentação se constituiria em um estímulo à expansão da produção em outros países, acirrando a concorrência mundial (LIMA, 2017; DELFIM NETTO, 2009), mas também e principalmente se constituiria num estímulo à expansão interna das plantações no Oeste Paulista, repondo seu processo crítico, revelando sua incapacidade de acumulação. No entanto, como buscamos expressar, as políticas de sustentação não resolveriam o problema da reprodução cafeeira, na medida em que o valor retido na forma do lucro médio aos cafeicultores e sitiantes seria também transferido através das trocas internacionais desiguais aos quais estavam sujeitados e, também, através do pagamento dos juros aos capitais estrangeiros, ambos constituindo a apropriação da renda fundiária paulista e remetendo-a às realidades urbano-industriais.

Capítulo 08

O Oeste Paulista: realidade periférica particular

1. O baixo desenvolvimento das forças produtivas na cafeicultura do Oeste Paulista

Ao chegar a década de 1950 ainda era o café a principal atividade que permitia a inserção do Oeste Paulista no mercado mundial de trocas, ou seja, a economia paulista reproduzia-se a partir das exportações cafeeiras (ALFREDO, 2013). Panagides (1969) salienta que o café, mesmo na década de 1960, por conta de sua produtividade superior e dos preços melhores, era a cultura mais favorável aos proprietários de terra. Isto significa, objetivamente, que o café era a cultura agrícola que apresentava as maiores possibilidades de lucro, tanto para fazendeiros quanto para sitiantes. Também Boechat (2013) enfatiza que, naquele momento, qualquer outra cultura poderia chegar apenas perto do lucro auferido pelo café no seu pior solo. Considerando a lógica do valor exposta nos capítulos anteriores, devemos observar, de antemão, que produção de mercadorias não implica na produção de mais-valia, e, mais que isso, não implica propriamente na realização do mais-valor, na produção de lucros e na acumulação de capital. Deste modo, seria importante observar previamente que, no interior da economia cafeeira, havia ampla produção de mais-valia, através da exploração extensiva do trabalho (colonato, parceria, sitiantes etc.), mas esta não seria convertida em sobrelucros de modo a constituir acumulação de capital.

Diferentemente da realidade da agricultura norte-americana, exposta anteriormente, a agricultura cafeeira praticada no Oeste Paulista até meados do século XX se definiria como uma realidade extensiva em força-de-trabalho, apresentava incipiente mecanização e baixa produtividade do trabalho. Não por acaso, apelos pela ampliação da produtividade do campo são encontrados nos mais variados periódicos sobre agricultura e economia ao longo da primeira metade do século XX, nos quais colocavam-se as agriculturas mais capitalizadas como

modelos e onde o Estado era tido como o ator essencial para a realização da empreitada modernizante[37].

A respeito do baixo desenvolvimento das forças produtivas na cafeicultura, Martins (2010) assinala que "[...] a produção de café se baseava numa aparente alta composição orgânica do capital" (MARTINS, 2010, p. 83), com grandes investimentos em maquinários e instalações de beneficiamento no interior de algumas fazendas, ao passo que os dispêndios com capital variável eram baixos, pois, de forma geral, a força de trabalho se reproduzia produzindo grande parte do seu próprio salário através dos plantios de subsistência. Entretanto, afirma o autor, "[...] a composição orgânica do capital era baixa, já que o peso da atividade da fazenda não estava no beneficiamento do café, mas no trato e, principalmente, na colheita" (MARTINS, 2010, p. 83). Ademais, assinala, era o trabalho pretérito incorporado à mercadoria que permitia a reposição do capital imobilizado no tratamento industrial do café (capitais fixos), de modo que "[...] a reprodução do capital teria que ocorrer, na cafeicultura, sob a forma de reprodução extensiva e territorial, baseada amplamente na exploração da mão de obra" (MARTINS, 2010, p. 83).

Holloway (1984) observou que ainda na década de 1950 "[...] os métodos de cultivo e colheita [no café] eram essencialmente os mesmos do século XIX, tendo a enxada e a peneira manual ainda como implementos-padrão" (HOLLOWAY, 1984, p. 55)[38]. Panagides (1969)

---

[37] Os estudos patrocinados pela CEPAL no Brasil e as análises de Celso Furtado são exemplos desse modo de pensar. Ver ademais os *Boletins da Agricultura*, editados pela extinta Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo (criada em 1892 e extinta em 1927); ver também inúmeros números da revista *O Observador Econômico e Financeiro*, editada no Rio de Janeiro durante as décadas de 1930 e 1960 e que é um belo retrato do debate sobre o desenvolvimento econômico brasileiro naquele período; ver também os inúmeros números da revista sobre economia agrícola do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo, denominada *Revista de Economia Agrícola* (aparecendo também como *Agricultura em São Paulo*), editada a partir de 1951 e ainda em publicação (2017).

[38] Na agricultura paulista, mas principalmente na cafeicultura, as práticas de plantio e colheita se perpetuaram ao longo da primeira metade do século XX. Nesse contexto, problemas com a queda da fertilidade dos solos e com o seu desgaste e problemas com a queda na produtividade das plantas foram recorrentes. A adoção de métodos modernos de plantio, como a plantação em curvas de nível e o uso de fertilizantes químicos, só viriam se difundir a partir da década de 1950. Observemos a passagem a seguir do artigo de Eloísa de Carvalho e Hilda da Silva (1959), que descreve a paisagem do campo brasileiro em meados dos anos 1950: "A diversidade da produção agrícola no país evidencia, levando-se em conta sua vasta área, grande variedade de climas e solos nêle encontrados, além de influências étnicas várias. Entretanto, apesar dos 2 064 642 estabelecimentos rurais recenseados em 1950, 1 239 457 dedicarem-se à agricultura, ocupando uma área de 44 729 929 ha, os sistemas de cultivo da terra utilizados entre nós são os mais rudimentares possível. A agricultura e a pecuária são praticadas de maneira estanque, não se encontrando, a não ser em raras exceções, uma associação entre essas duas atividades: a fôrça animal e os adubos azotados de base orgânica são raramente empregados. Associações dêsse tipo encontram-se, entretanto, em certas áreas de colonização européia do Brasil, onde holandeses estabelecidos no município de Castro (Colônia de Carambeí) se dedicam à cultura de cereais (aveia, cevada e centeio) à base de adubo animal, cujo fim é a alimentação do rebanho bovino para a produção de leite e derivados. De modo geral, a

também salientou o baixo desenvolvimento das forças produtivas característico da produção do café, de forma que, segundo o autor, a produtividade física na agricultura por unidade de terra aumentava, mesmo em meados do século XX, à uma taxa muito baixa. De fato, a tendência geral era de a produtividade dos cafezais variar de acordo com a fertilidade dos solos, com a disponibilidade hídrica (chuvas), dependendo ainda do tipo do cafeeiro e de outros recursos que as fazendas e sítios utilizassem. Ademais, havia uma tendência de a produtividade dos cafezais variar entre as safras, alternando-se anos de maior produção e anos de menor. Por fim, a tendência geral era de a produtividade dos cafezais diminuir com o passar dos anos, em função do desgaste dos solos e da perda da vida útil do cafeeiro, que girava em torno de 20/30 anos. Tal como os métodos de cultivo, "[...] os métodos usados na colheita do café datavam da era da escravidão" (HOLLOWAY, 1984, p. 55), ou seja, fundamentavam-se no uso extensivo de trabalhadores, com a derriça no chão ou no pano como as formas mais comuns de cata das cerejas cafeeiras.

As principais características do campo paulista em meados do século XX, eram, portanto, a extensividade em força de trabalho[39] e a baixa mecanização dos cultivos, configurando uma baixa composição orgânica do capital, conformando, ademais, uma baixa produtividade do trabalho. No entanto, não se tratava de uma realidade atrasada. A produção cafeeira no Oeste Paulista reproduz-se face ao capitalismo monopolista-financeiro e, nesse sentido, seu atraso constitui-se apenas a nível do desenvolvimento de suas forças produtivas.

Argollo Ferrão (2015) caracteriza o sistema produtivo do café no Oeste Paulista, já no início do século XX, como uma complexa empresa capitalista agroindustrial. Monbeig (1998) definirá a fazenda do Planalto Ocidental Paulista como "[...] uma empresa ao mesmo tempo agrícola, industrial e comercial" (MONBEIG, 1998, p. 178). De fato, essas empresas rurais do Oeste Paulista, não mais autárquicas como àquelas da paisagem do Vale do Paraíba, apoiavam-se em um complexo de relações que entrelaçavam: proprietários de terra, trabalhadores

agricultura que se faz no Brasil caracteriza-se como uma agricultura em terras de mata pelo sistema de roça, utilizando como adubo as cinzas fornecidas pela queimada" (CARVALHO e SILVA, 1959, p. 195-196).

[39] Mesmo na década de 1970, Antônio Delfim Netto (2009) retratava a cafeicultura como uma atividade moderna, mas que ainda carregava o seu traço marcante: a necessidade intensa de mão de obra para a colheita: "Dispomos do mais aperfeiçoado sistema de transportes, armazenamento, financiamento e comercialização do produto. [...] O Brasil realizou pequenos mas persistentes investimentos anuais nas pesquisas cafeeiras e criou uma equipe de técnicos realmente competentes no que se refere não somente aos aspectos genéticos como agronômicos do problema. Temos hoje acumulada uma soma de conhecimentos tecnológicos que vão desde a seleção de variedades mais precoces, mais produtivas e mais resistentes até toda uma técnica de plantio e adubação que nos permite pelo menos triplicar a produtividade do parque cafeeiro em prazo relativamente curto. Os esforços desenvolvidos nesse sentido permitem que se pense, hoje, numa lavoura cafeeira altamente mecanizada, onde a pressão da procura da mão de obra só se apresenta na colheita" (DELFIM NETTO, 2009, p. 270).

(administradores, colonos, parceiros, camaradas, meeiros etc.), Estado, grupos financeiros e bancos, seguradoras, compradores de café, entidades de pesquisa, empresas estrangeiras de energia elétrica e transportes (ferrovias), empresas de máquinas e ferramentas agrícolas, casas de exportação, indústrias de torrefação, entre outros. Em função deste novo padrão de reprodução do capital cafeeiro no Oeste Paulista (MARTINS, 2010), também a arquitetura interna da fazenda se modificará completamente em relação àquelas do Vale do Paraíba:

> As grandes empresas agroindustriais produtoras de café instalaram-se principalmente na região de Ribeirão Preto, dispondo de usinas de beneficiamento sofisticadas, cujo maquinário era movido a vapor e, posteriormente, a eletricidade. Aí a senzala deu lugar à colônia, e a moradia do fazendeiro, menos suntuosa, afasta-se num jardim, pois hospedava o fazendeiro apenas durante algumas temporadas no ano, especialmente na época da colheita. O núcleo industrial, englobando as tulhas, a casa de máquinas e os terreiros, este, sim, representava a característica mais marcante da arquitetura das fazendas do Oeste Paulista (ARGOLLO FERRÃO, 2015, p. 206).

A partir de fins do século XIX, inicia-se uma incipiente mecanização da produção cafeeira e do território paulista, com a introdução de novos procedimentos de beneficiamento do café e a construção de extensa rede de ferrovias, de energia elétrica, de telégrafos etc. Difundem-se máquinas voltadas para o secagem, classificação e limpeza do café, e ocorrem alterações na arquitetura das fazendas, com a construção de terreiros de alvenaria e casas de máquinas. A fazenda cafeeira do Oeste Paulista, baseada no trabalho livre do colono, e não mais no trabalho escravo, como ocorria nas fazendas autárquicas do Vale do Paraíba, incorporou, deste modo, certo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Mas esta mecanização era de fato parcial, pois a cafeicultura continuou a depender da exploração extensiva da força de trabalho nas fases de plantio e colheita, e do uso de fatores naturais como água e relevo para compor as forças produtivas das fazendas.

Em fins do século XIX, com o fim da escravidão e a imigração subvencionada pelo Estado, uma parcela do capital cafeeiro antes imobilizada no escravo estaria liberta para funcionar como verdadeiro capital[40], ou seja, livre para ser aplicada produtivamente em capitais

[40] Cf. Martins (2010). O escravo, nas fazendas do café, era investimento antecipado em relação à produção como tributo pago aos traficantes, era capital imobilizado (MARTINS, 2010). De forma geral, para o fazendeiro, a escravaria tinha duas funções principais: era fator de produção por meio do qual se produzia valor, e era meio para acesso a empréstimos – através de comissários ou bancos –, permitindo, assim, o capital de custeio para a expansão das fazendas. Ou seja, o escravo era também o penhor para o pagamento dos empréstimos. Subordinando-se ao capital comercial mediante empréstimos, o fazendeiro punha "[...] em movimento os seus empreendimentos econômicos, para que a fazenda produzisse sob a canga de juros e rendas. O mesmo se dava quando abria nos sertões novas fazendas, formava os cafezais, montava a infraestrutura e adquiria os equipamentos de benefício do café" (MARTINS, 2010, p. 42). Entretanto, ainda que permitisse a concretização de empréstimos, o escravo

fixos e circulantes. Deste processo decorreria, segundo Martins (2010), o desenvolvimento das forças produtivas na cafeicultura a partir de fins do século XIX[41]. Dentre as atividades produtivas da fazenda cafeeira (plantio, trato, colheita e beneficiamento), o beneficiamento apresentou o maior grau de mecanização, com a introdução de máquinas a vapor, ventiladores, brunidores, vagonetas de transporte do café no terreiro, secadores, canais de transporte do café por gravidade, tanques de lavagem etc. (MARTINS, 2010, p. 130)[42]. O fim da escravidão (1888), onde o capital "libertou-se" do escravo, possibilitou, portanto, investimentos no desenvolvimento das forças produtivas da fazenda cafeeira (MARTINS, 2010; ALFREDO, 2013). Para Martins (2010), houve conversão de parte da renda antes capitalizada na pessoa do escravo em "[...] capital constante e capital variável, ou seja, em plantações, equipamentos e instalações, de um lado, remuneração do trabalho de outro" (MARTINS, 2010, p. 50). Também Alfredo (2013) observa que no Oeste Paulista:

> [...] as fazendas, já sob o regime de trabalho livre (colonato), resultado, na expressão de Martins (2010), do capital liberto do trabalho cativo, incorporam forças produtivas em momentos da produção do café, enquanto mercadoria, que não coincidem com o momento do próprio trabalho do colono. Esta incorporação de produtividade pode ser observada, portanto, nas áreas do terreiro e no beneficiamento do café (ALFREDO, 2013, p. 385).

---

significava grande montante de capital imobilizado improdutivamente. O escravo desviava recursos das funções propriamente capitalistas do capital, ou seja, a valorização do valor. Impunha ao fazendeiro dispêndios excepcionais que não lhe permitiam investimentos em um desenvolvimento tecnológico maior, por isso, na maioria das fazendas, até fins do século XIX, o beneficiamento do café era feito por máquinas primitivas de madeira, como o monjolo, o pilão d'água e o carretão, fabricados na própria fazenda. Desta forma, "[...] o dispêndio de capital na compra do cativo desviava o capital que poderia ser empregado na compra de máquina, como capital constante" (MARTINS, 2010, p.151).

[41] Ainda conforme Martins (2010), a crise do escravismo e a transição para o colonato, liberando capital antes imobilizado na figura do escravo permitiu "[...] um incremento de inversões no equipamento de benefício de café, como máquinas, secadores etc. Esses investimentos passaram a ser valorizados na concessão de empréstimos hipotecários em substituição aos empréstimos garantidos pela propriedade de escravos. Ao mesmo tempo, começou a adquirir importância econômica o pagamento em dinheiro do trato e do café feitos por colonos. Em suma, a transformação apontada tornou possível a conversão de parte da renda capitalizada na pessoa do escravo em capital constante e capital variável, ou seja, em plantações, equipamentos e instalações, de um lado, remuneração de trabalho de outro. É significativo que a modernização do equipamento de benefício de café tivesse início mais ou menos em 1870, quase ao mesmo tempo que os empréstimos hipotecários eram liberados para os municípios vizinhos da província do Rio de janeiro. Pouco depois, o escravo foi substituído pela fazenda como garantia das hipotecas. Quase simultaneamente tem início a imigração em massa subvencionada pelo governo, que libera o fazendeiro de imobilizar recursos, sob forma de renda capitalizada, na pessoa do cativo. Tudo isso ocorreu no curso prazo de 18 anos, entre 1870 e 1888 (MARTINS, 2010, p. 50).

[42] Sobre a modernização das outras fases do processo produtivo da fazenda, Martins (2010) observa: "Máquinas carpideiras chegaram a ser adaptadas ou desenvolvidas para realizar as tarefas de trato do cafezal, de remoção das ervas daninhas e de limpeza das ruas entre os cafeeiros. Mas a modernização técnica do trato não podia destacar-se como etapa independente no conjunto do processo de trabalho da produção cafeeira. A mecanização do trato deixaria a fazenda desprovida de mão de obra para os trabalhos de colheita de café, que não podiam ser mecanizados e que dependiam inteiramente do trabalhador braçal" (MARTINS, 2010, p. 131).

Deste modo, também na agricultura cafeeira o desenvolvimento das forças produtivas do capital revelou-se como processo inexorável posto pela concorrência. O aumento da produtividade do trabalho na fase de beneficiamento do café permitiu, certamente, vantagens a determinados proprietários de terra, acelerando o processo produtivo e dispensando certa quantidade de força de trabalho, ou seja, reduziu custos e permitiu, ademais, o acesso a rendas diferenciais. Martins observa, por exemplo, que "[...] a mecanização a vapor e a modernização técnica das diferentes tarefas do beneficiamento (transporte, secagem, limpeza, descascamento, ventilação etc.) abreviaram o tempo do tratamento industrial do café na própria fazenda" (MARTINS, 2010, p. 131). Ao mesmo tempo, este processo abreviou, em parte, o ciclo de produção do capital cafeeiro e, atrelado à expansão das ferrovias, abreviou certamente o tempo de rotação do capital cafeeiro como um todo. Entretanto, salienta Silva (1976, p. 55), "[...] o funcionamento desses equipamentos supunha grandes plantações, capazes de fornecer uma produção suficiente para tornar rentável esses investimentos". Ressaltamos, portanto, que essas inovações não se disseminaram, em função dos elevados investimentos para aquisição e manutenção, mas também em função do volume de produção requerido para torna-las rentáveis, ficando, portanto, restritas apenas aos grandes proprietários de terras. Para a maior parte dos produtores, particularmente para sitiantes, o acesso a essas inovações realizava-se apenas indiretamente. Se o revolucionamento das forças produtivas cafeeiras ocorre na fase de beneficiamento e não na fase de plantio, se, ademais, supunha grandes plantações para torna-lo rentável, constitui-se, assim, certa ociosidade da maquinaria cafeeira, que deve ser superada com a mobilização dos cultivos de sitiantes. A maioria dos produtores de café, sejam eles sitiantes ou fazendeiros, beneficiava suas colheitas na área urbana das pequenas cidades do interior paulista, onde, geralmente, se localizavam grandes máquinas de beneficiamento (de café, arroz etc.), ou então pagavam para utilizar a estrutura de beneficiamento de outros proprietários de terras de maior porte.

Figura 02. Fotografia da Fazenda da Prata, de Luiz Romanini e Irmãos. Aspectos do terreiro durante a colheita. No Oeste Paulista, a secagem do café era feita comumente em terreiros de concreto. Na imagem é possível observar o café em processo de secagem e também ensacado, pronto para o transporte, e uma grande quantidade de trabalhadores. Após secar no terreiro, o café era levado ainda para um último processo de limpeza das impurezas e seleção dos grãos, chamado de beneficiamento. Segundo Caldeira (1934), a máquina de beneficiamento da fazenda da Prata era da marca Amaral, com motor Otto. Além da máquina, a fazenda possuía: moinho de fubá, 18 casas de colonos, caminhão, carro, cocheira, esterqueira, 20 cabeças de gado, animais, porcos etc. Ao fundo, a casa-sede da propriedade. No Oeste Paulista o fazendeiro geralmente era absenteísta, ou seja, residia fora da fazenda, na área urbana das pequenas cidades do interior. Itápolis-SP, 1934. Fonte: Caldeira (1934).

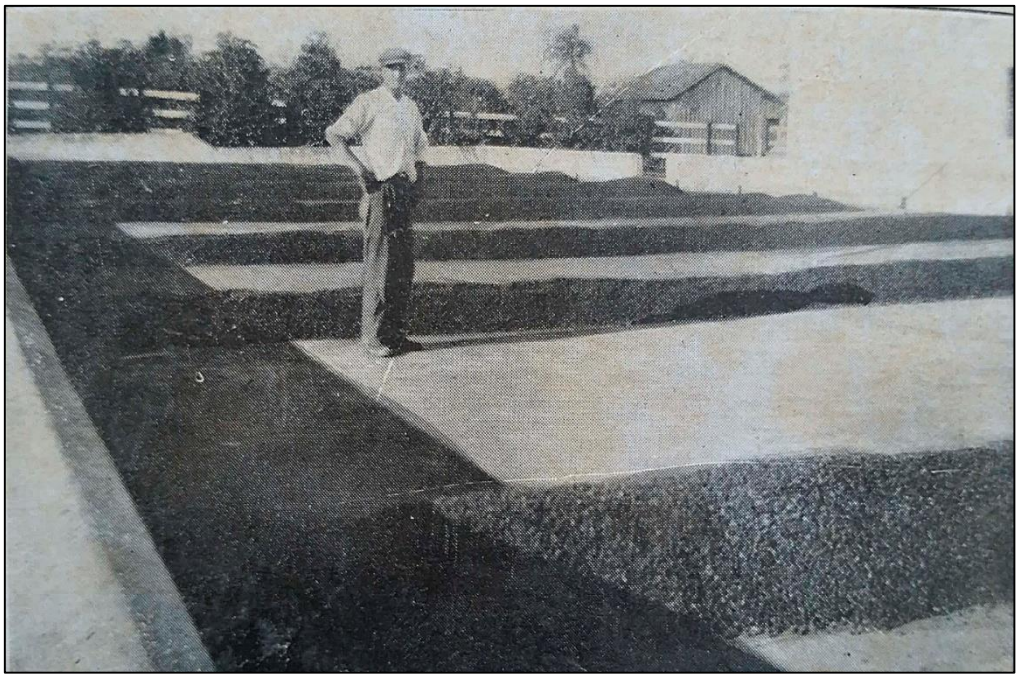


Imagem 03. Fotografia da Fazenda Santa Maria, de propriedade de Adroaldo de Almeida Ramos. Fotografia do processo de secagem dos grãos de café no terreiro de concreto. Durante o processo de secagem do café, os grãos eram espalhados no chão do terreiro. Na imagem, os grãos de café se encontram amontoados em fileiras, possivelmente porque, durante o período da noite, ficaram protegidos, contra a umidade, embaixo de lonas. Ao fundo observamos parte do cafezal e uma pequena estalagem de madeira, possivelmente uma casa para guardar implementos. No centro, a figura de um trabalhador. Itápolis-SP, 1934. Fonte: Caldeira (1934).

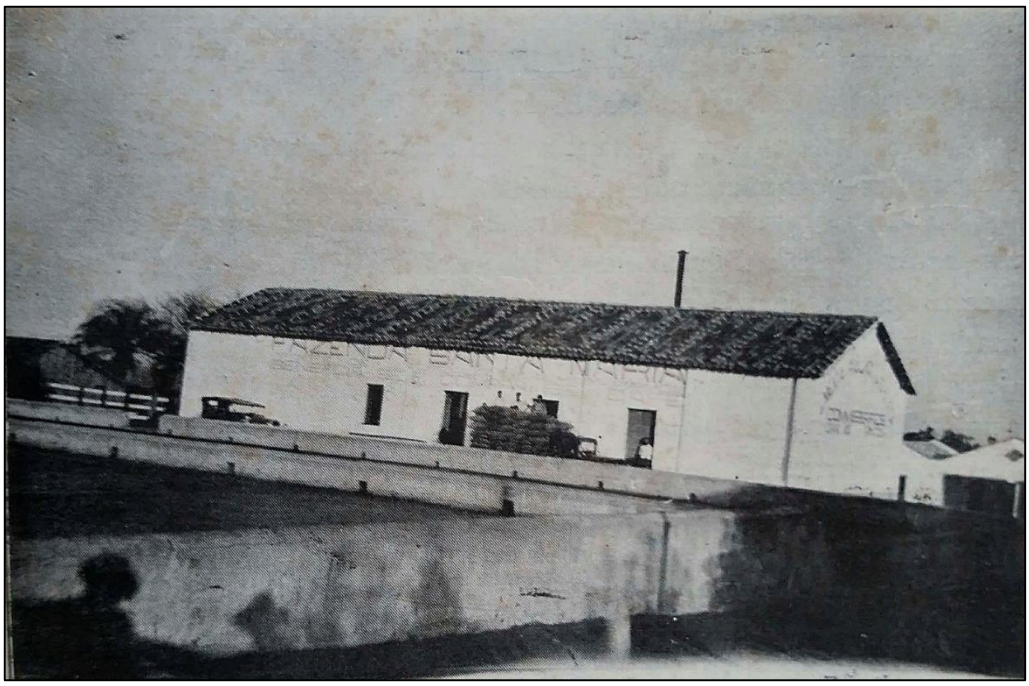


Figura 04. Fazenda Santa Maria, de propriedade de Adroaldo de Almeida Ramos. Fotografia das instalações da máquina para beneficiar café e de parte dos terreiros. É possível observar, ademais, sacos de café empilhados sobre pequeno caminhão, junto do qual se encontram alguns trabalhadores. Segundo Caldeira (1934), esta máquina de beneficiar era do tipo S. Paulo, com capacidade para 400 arrobas diárias, movida por vapor Lidgerwwod, de 12 H.P. Além da máquina, a fazenda possuía: tulhas, estábulo, chiqueiro, esterqueira, paióis, cocheiras, mangueirões, caminhão, automóvel, carroças, capela etc. Itápolis-SP, 1934. Fonte: Caldeira (1934).

Figura 05. Fazenda Santa Maria, de propriedade de Adroaldo de Almeida Ramos. Detalhe das plantações. Em primeiro plano, culturas variadas e solo exposto. Em seguida, cafezais em processo de formação; ao fundo, fragmento de mata. Segundo Caldeira (1934), esta fazenda possuía 165 mil pés de café. A manutenção de pequeno fragmento de mata servia como fonte de madeiras para as propriedades. A madeira poderia ser utilizada como carvão, na construção de cercas, casas e outras instalações, etc. Itápolis-SP, 1934. Fonte: Caldeira (1934).

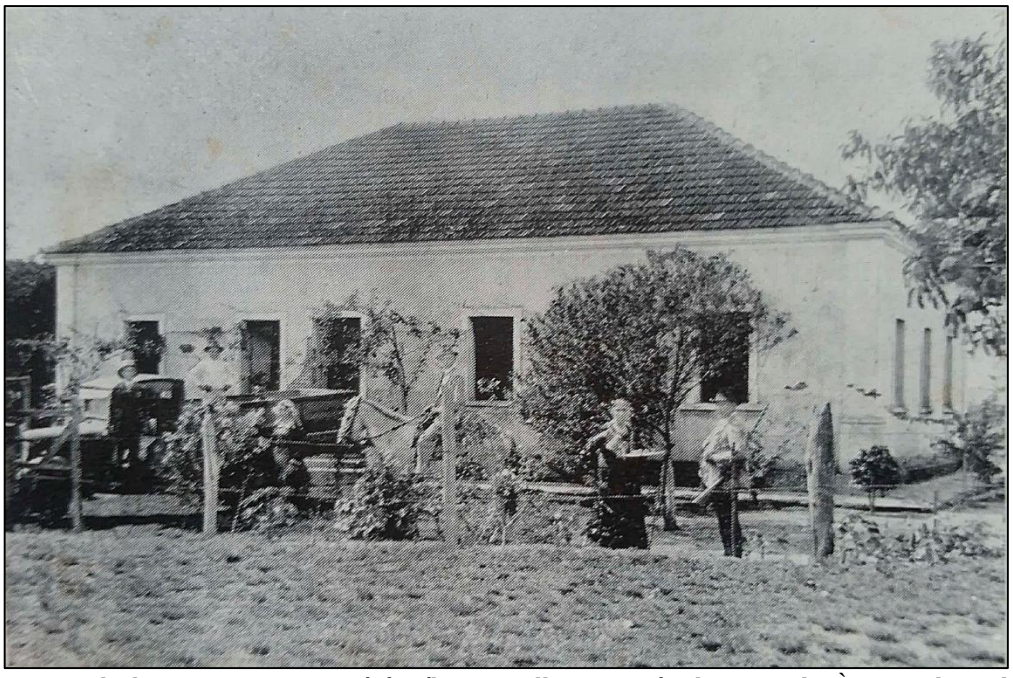


Figura 06. Fazenda do Ponto, pertencente à família Butarelli. Fotografia da casa sede. À esquerda, podemos ver um pequeno caminhão. Os caminhões Ford, Chrysller, dentre outros, se popularizaram no interior paulista principalmente após 1950 e eram utilizados pelos fazendeiros mais ricos para escoar suas produções até as ferrovias. Segundo Caldeira (1934), a fazenda possuía, além de cafezal, com 27 mil pés: cereais, mandioca, frutas, canavial destinado a forragem, eucaliptos para madeira etc. Residiam na fazenda três famílias de colonos. As pastagens, no total de quatro alqueires, abrigavam 10 cabeças de gado, cavalos, burros e porcos. As instalações incluíam: casa de residência, cocheira, garagem com caminhão, tulha, chiqueiro, paiol, rancho com carroça, terreiro pichado etc. Itápolis-SP, 1934. Fonte: Caldeira (1934).

De qualquer forma, para os grandes proprietários de terras, a intensificação dos investimentos de capital em máquinas para o beneficiamento do café encerrava uma contradição: a maior aplicação de capitais nos capitais fixos da fase de beneficiamento, acelerando o ciclo produtivo da fazenda, implicava em maiores quantidades de trabalhadores para as tarefas não mecanizadas, o plantio e a colheita, pois o ritmo maior do preparo do café exigia uma colheita também mais rápida (MARTINS, 2010). A introdução do maquinário na agricultura cafeeira não provocou a mecanização dos plantios, mas acelerou o ritmo da colheita, implicando no aumento do número de trabalhadores braçais ou mesmo na sua maior exploração, ampliando a produção de mais-valor. Deste modo, se, por um lado, a composição orgânica do capital na fazenda cafeeira aumentou em função da mecanização das etapas de beneficiamento, por outro lado, esta mesma composição também diminuiu, pela contradição que antepunha desenvolvimento das forças produtivas no ciclo de beneficiamento e maior incorporação de força-de-trabalho, no ciclo do plantio e da colheita do café[43].

Como vemos, a mecanização da produção na fazenda cafeeira era, em realidade, muito incipiente, pois incorporava "[...] forças produtivas em momentos da produção do café" (ALFREDO, 2013, p. 385). Ao longo da primeira metade do século XX, a maioria das inovações incorporadas ao processo produtivo cafeeiro se limitavam às operações de beneficiamento e transporte, ao passo que o plantio, o trato e principalmente a colheita, onde se produzia a maior parte do mais-valor na cafeicultura, eram pouco intensivas na exploração da força-de-trabalho (SILVA, 1976).

Desta forma, observamos uma cisão dentro do ciclo produtivo da fazenda cafeeira do Oeste Paulista. No interior deste ciclo, é possível identificar a incorporação de capitais fixos nos momentos de beneficiamento do café, (seleiro, terreiro de tijolos, tulha, maquinário agrícola, ferraria, secadoras, despolpadoras, turbinas de produção de energia elétrica, moinho etc.). No entanto, os ciclos do plantio, do preparo e da colheita, responsáveis pela maior parte do mais-valor produzido, incorporavam uma enorme quantidade de trabalhadores livres, caracterizando-se pela extensividade em força de trabalho. Desta forma, podemos dizer que

[43] Outros fatores também podem ter contribuído para a ampliação do número de trabalhadores necessários à estrutura produtiva da fazenda cafeeira. Martins (2010) indica, por exemplo, que a introdução de novas linhagens de café correspondendo ao encurtamento do ciclo produtivo, repôs a necessidade de braços (colonos ou mesmo trabalhadores avulsos, contratados) para as colheitas que se faziam cada vez mais cedo. Além disso, observa o autor, "[...] as fazendas precisavam de trabalhadores especificamente assalariados, como era o caso dos camaradas, mensalistas, para outras tarefas, complementares ao trabalho do café ou relacionados com outras culturas dentro da fazenda" (MARTINS, 2010, p. 108).

existia uma desigualdade de desenvolvimento dentro do ciclo produtivo da fazenda cafeeira, pois o desenvolvimento das forças produtivas do campo, onde se plantava e colhia, estava em descompasso com o desenvolvimento produtivo do restante da estrutura produtiva industrial.

Ao mesmo tempo, ainda que o beneficiamento liberasse o fazendeiro dos fatores naturais, como a secagem do café nos terreiros, buscando impor à colheita o ritmo da máquina (MARTINS, 2010), ele não permitiu, no entanto, a ampla libertação do sistema produtivo das determinações da Natureza, representadas pela fertilidade natural dos solos e dos pés de café, isto é, o ciclo do capital no interior das plantações estava sujeitado ao tempo da natureza. Portanto, ao mesmo tempo em que a produção do café na fazenda cafeeira do Oeste Paulista aparece como um enorme desenvolvimento da capacidade produtiva em relação à fazenda autárquica do Vale do Paraíba, em essência, incorporavam-se condições naturais (fertilidade do solo, água, relevo etc.) e uma enorme quantidade de trabalhadores ao ciclo produtivo do capital no café, o que nos revela um problema no interior da unidade cafeeira, na medida em que ela não conseguia transcender as determinações da natureza e não atingia um revolucionamento interno ampliando a composição orgânica de seus capitais. No contexto de uma economia vinculada aos sentidos exportadores, vinculada à exportação agrícola, mas que, ao mesmo tempo, deveria proporcionar a circulação interna de mercadorias internacionais (bens de produção e consumo), deste modo, que servia como mercado consumidor do Departamento I e II da economia capitalista ao mesmo tempo que lhe fornecia matérias-primas, a desproporcionalidade das trocas, trocas propriamente desiguais, não permitiam realizar uma acumulação interna que fosse suficientemente intensa para revolucionar suas forças produtivas.

Vemos que em função da menor composição orgânica de seu capital, em relação à média social, o capital cafeeiro explorava relativamente mais trabalho, gerando, desta forma, maiores porções de mais-valia. Observamos, anteriormente, como produção de mais-valia não implica na apropriação do mais-valor produzido. Deste modo, vimos, através de Mandel (1982), que as relações de troca entre agricultura e indústria caracterizam-se pela extração do mais-valor agrícola, em função da diferença de suas composições orgânicas do capital. Concluímos, ademais, que a agricultura mundial é marcada pela incapacidade de acumulação de capitais, na medida de sua submissão nas relações de troca com a Grande Indústria capitalista. Podemos adiantar, portanto, que, ao longo da primeira metade do século XX, o baixo desenvolvimento das forças produtivas no campo paulista, seja no café ou mesmo na produção canavieira, impunha dificuldades para a acumulação de capitais através do campo, o que,

consequentemente, impedia o próprio revolucionamento das forças produtivas do setor agroexportador. Deste modo, a dificuldade de acumulação através do campo se revelaria através da impossibilidade da elevação da capacidade produtiva do trabalho no setor agroexportador.

2.O baixo desenvolvimento das forças produtivas do campo e a expansão da franja pioneira

A extração do sobrelucro das terras do Oeste Paulista fundamentou, como vimos, um incipiente processo de modernização desta realidade ao longo da primeira metade do século XX. A renda da terra serviu de meio de pagamento para a importação de capitais fixos (máquinas de beneficiamento, ferrovias, tratores, arados etc.) permitindo um relativo desenvolvimento das forças produtivas dessa região. Tratam-se, no entanto, de investimentos nas fases de beneficiamento e circulação dos produtos agrícolas, e menos na colheita e no plantio. Neste contexto, na cafeicultura, a queda da rentabilidade dos solos e o seu desgaste e a queda da produtividade dos cafeeiros nas áreas mais antigas de produção eram recorrentes e se tornavam determinantes para a expansão dos plantios.

Na cafeicultura, as poucas inversões de capitais não tinham como objetivo contrabalancear a queda da fertilidade dos solos e a queda produtividade das plantações. Consequentemente, estes se esgotavam num período médio de 20 anos (MARTINS, 2010). O maior montante de investimentos era realizado em capitais circulantes (65%), principalmente com o pagamento de salários e de fretes (NICHOLLS; PAIVA, 1965). Com o tempo, os cafeeiros envelhecidos, sem cuidados, deixavam de produzir. Decorre deste fenômeno, em parte, a necessidade de expandir as plantações de café, isto é, a longo prazo as plantações tendiam a reduzir sua produtividade. Ao mesmo tempo, dado que os investimentos no aumento da produtividade agrícola eram irrisórios, a ampliação do volume produzido de café dependia essencialmente da ampliação das plantações. A expansão da produção na cafeicultura dependia, portanto, mais da incorporação de frações de terra aos plantios e menos de reinvestimentos de capital com vistas ao aumento da produtividade da terra. Deste modo, podemos dizer que as condições naturais (fertilidade do solo, clima, etc.) eram utilizadas para compor as forças produtivas das fazendas cafeeiras, fornecendo renda fundiária diferencial.

Acreditamos, no entanto, que a ampliação da produtividade da terra ou a melhoria no tratamento do solo estavam na relação com a disponibilidade de capitais para serem investidos no aumento desta produtividade, tal como já se realizava nas regiões agrícolas dos países industriais. Desta forma, em nosso entender, a queda da fertilidade do solo e da produtividade dos cafezais dependiam da existência ou não de capitais a serem invertidos no campo (MARX, 2017), ou seja, "[...] a fertilidade, embora propriedade objetiva do solo, implica sempre uma relação econômica" (MARX, 2017, p. 148), uma relação econômica com a disponibilidade de capitais para mobilizar o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura.

Vimos que os processos transferência de valor marcaram a economia paulista na primeira metade do século XX. Vimos, ademais, que as atividades agrícolas não possibilitavam acumulação suficiente interna de capital para constituir um setor urbano-industrial autônomo. Ao mesmo tempo, a agricultura de exportação não possibilitava uma acumulação interna de capital que permitisse o revolucionamento de suas forças produtivas para constituir uma produtividade superior da terra. Esta última condição estava obliterada pelo próprio revolucionamento das forças produtivas do campo, na medida em que tratores, implementos agrícolas (arados, colhedeiras), fertilizantes, adubos, corretivos, defensivos etc. não podiam ser produzidos internamente e deveriam ser importados a preços de produção que ampliariam a expropriação do agrário paulista.

Na medida em que se intensifica o mecanismo de transferência de valor, a realidade periférica tende a se adequar, buscando retê-lo internamente e/ou compensar esta perda. Indicamos anteriormente como a expropriação intensiva do campo implicou na expansão ainda maior das fronteiras agrícolas e não na ampliação da produtividade do campo. Ao mesmo tempo, a realidade periférica pode responder ao processo de expropriação aumentando a exploração do trabalho. Veremos as questões relativas ao trabalho posteriormente. Neste momento, importa compreender como os proprietários de terra buscaram reter o mais-valor produzido no campo através da utilização intensa dos fatores disponíveis, ou seja, da terra (e do trabalho). Na primeira metade do século XX, a degradação acelerada dos recursos naturais do campo adquire sentido na necessidade de os produtores remunerarem as trocas internacionais às quais estava sujeitada a agricultura, aproveitando ao máximo a utilização dos recursos naturais disponíveis como forças produtivas: a água, a produtividade natural dos solos, a produtividade natural dos cafezais, etc.

Na medida em que a terra, junto ao trabalho, eram os principais fatores de produção, e na medida em que a terra era provedora de renda diferencial, disto derivou intensa concorrência por frações de terra no Oeste Paulista, que se desdobrou em intenso processo de especulação fundiária. A terra, mediada pelo trabalho, deveria produzir valor suficiente para pagar as trocas internacionais as quais estava sujeitada a economia periférica paulista. Na cafeicultura do Oeste Paulista o preço da terra revelava-se, assim, como promessa de valor, promessa de renda fundiária.

Dado que não se realizavam amplos investimentos de capital no desenvolvimento das forças produtivas da cafeicultura, a renda diferencial I tornou-se, então, o fundamento que permitia a reprodução deste setor. Os solos não explorados, mais férteis, as condições climáticas, a topografia, a vegetação etc. passaram a funcionar como forças produtivas no campo, incorporados como promessa de renda fundiária, portanto, a presença destes elementos precificava o valor da terra. Na cafeicultura, buscava-se compensar os investimentos que não podiam ser realizados no desenvolvimento de suas forças produtivas através do aproveitamento destas condições naturais. Observemos uma passagem de Caio Prado Jr. (2006):

> Em suma, a concorrência das terras virgens do oeste de São Paulo com seus magníficos solos, sua topografia regular que proporciona boas facilidades para o transporte, e com seu clima a que o trabalhador europeu se adaptou fácil e admiravelmente, desviou para elas os melhores esforços e recursos do país (PRADO JR., 2006, p. 227).

A necessidade de anexação de novas áreas era fundamental, pois dependia disso a manutenção da renda dos proprietários de terras. Neste contexto, vemos como a expansão das fronteiras do café era uma questão de sobrevivência para produtores e proprietários de terras, pois, na medida em que se acelerava a queda da produção nas áreas mais antigas, a manutenção ou aumento de seus lucros dependia da extensão da área produtiva. Nas novas regiões, as terras mais férteis ou mais próximas de ferrovias sofriam intensa especulação. O esgotamento destas terras levava a cultura a se reproduzir mais à frente.

Sobre a expansão da cafeicultura do Oeste Paulista recai não apenas a remuneração dos capitais internacionais (ingleses, americanos, franceses etc.), de acordo com a média mundial posta, mas também a necessidade de produzir valor suficiente para remunerar os capitais nacionais, transferindo divisas ao setor urbano-industrial, como teremos oportunidade de observar. A ampliação das necessidades do capital internacional, dada a ampliação dos níveis de produtividade da Grande Indústria, recai sobre o campo paulista, requerendo-lhe a

remuneração satisfatória para o grande capital investido na agricultura, a qual os solos progressivamente desgastados e em queda de produtividade das regiões mais antigas não podem assegurar. Apenas nesse sentido, pode-se falar em uma expansão cafeeira determinada pela queda da produtividade dos solos, isto é, refere-se à extração da renda da terra que deve remunerar o aumento de produtividade do capital industrial internacional. Se não compreendida nestes termos, isto é, apenas como queda de produtividade, incorre-se no perigo de cair numa fisiocracia.

O baixo desenvolvimento das forças produtivas do campo e o esgotamento dos solos, é apenas indicativo do processo de reprodução capitalista que inclui a esgotamento da terra como necessidade dado o elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas mundiais do capital e o tempo social médio de produção mundial do trabalho na Grande Indústria. Neste contexto, o solo, antes de ser apenas propriedade natural, é antes de tudo promessa de valorização, promessa de produção de renda da terra. Daí o fetiche da produtividade que a ele se adere. Extrair o valor deste para remunerar os capitais internacionais seria o fundamento da reprodução da cafeicultura.

Desta forma, podemos dizer que a cafeicultura tendia a um fenômeno de reprodução crítica através da *subprodutividade dos novos investimentos de capital* (MARX, 2017), ou seja, com o passar dos anos as frações de renda fundiária diferencial I extraídas do solo tendiam a se exaurir. A queda da fertilidade dos solos e da queda da produtividade dos cafeeiros representavam o esgotando das frações de renda da diferencial I extraídas dos solos. Isto levava a cultura a se reproduzir mais à frente. Para compor seus lucros, decadentes ou estagnados nas regiões já exploradas, muitos proprietários de terras, impossibilitados de ampliar a produtividade da terra, expandiam suas produções buscando, nas novas regiões, novos sobrelucros na forma da renda fundiária diferencial I. Também Martins (2010) identificou no processo expansivo da cafeicultura a busca pela incorporação da renda diferencial I:

> Além do recebimento do cafezal praticamente sem custos, como renda em trabalho, o grande empenho na formação de novas fazendas também trazia para o fazendeiro uma renda diferencial, no benefício decorrente da exploração de terras novas mais férteis ainda que mais distantes do porto de Santos, distancia compensada pelo crescimento da rende ferroviária. O deslocamento amplo de fazendeiros de velhas regiões para a fronteira econômica esteve fortemente mercado pela busca de terras mais férteis, como a terra roxa, encontrada em 1870, no que veio a ser a Alta Mogiana, que triplicavam a produtividade do café e, às vezes, até decuplicavam em relação aos terrenos cansados do Vale do Paraíba. Nesse caso, a fertilidade natural do solo, por meio do trabalho do formador do cafezal, incrementava os ganhos

> do fazendeiro, quase sem investimento de capitais próprios" (MARTINS, 2010, p. 67).

Sendo a renda da terra um sobrelucro, portanto, um excedente sobre o lucro médio, a mesma encontrar-se-ia condicionada ao preço de produção no pior solo (MARX, 2017), resultando, portanto, da maior fertilidade natural dos solos ou da maior produtividade dos capitais aplicados no campo, compondo o que Marx denominou de rendas diferenciais I e II. Sob o baixo desenvolvimento das forças produtivas característico do campo paulista até meados do século XX, a obtenção do sobrelucro pelos capitais agrários dependeria, desta forma, de maiores extensões de terras férteis incorporadas ao processo produtivo, de modo a se extrair do solo o excedente sobre o lucro médio na forma da renda diferencial I, pois, como vimos,

> [...] não ocorrendo significativas melhoras na produtividade do setor agroexportador (desenvolvimento de forças produtivas), a manutenção das trocas com as economias industriais, dependeria do aumento extensivo da produção, portanto, seria necessário que maiores áreas fossem postas a produzir (LIMA, 2017, p. 153).

Portanto, a incorporação de novas terras, como fatores de produção, permitia aos fazendeiros e sitiantes ter acesso à lucros na forma da renda diferencial I, compensando àqueles investimentos que não poderiam ser feitos no desenvolvimento das forças produtivas e a queda dos rendimentos de suas atividades dadas as determinações espoliativas à que estava sujeita a economia brasileira. Entretanto, não estamos afirmando peremptoriamente que a expansão das fronteiras do café foi determinada estritamente pela busca de renda diferencial I, mas podemos dizer que, em parte, certamente este fenômeno contribuía para esta expansão.

Capítulo 09

A expansão da fronteira agrária como expansão crítica do capital e a produção de relações não-especificamente capitalistas de produção no Oeste Paulista

1. As relações de trabalho nas fazendas cafeeiras do Oeste Paulista

Ao longo da primeira metade do século XX, as quatro etapas principais do processo de trabalho na cafeicultura do Oeste Paulista – a abertura das fazendas, o trato, a colheita e o beneficiamento –, ficaram marcadas por relações de trabalho distintas, mas que se constituíram como formas livres de trabalho[44] (MARTINS, 2010; PRADO JR. 2006, 2014; ALFREDO, 2013). Para a abertura das fazendas no Oeste Paulista, eram mobilizados migrantes estrangeiros e também nacionais (negros alforriados[45], caboclos, caipiras e outros trabalhadores nacionais). As relações de trabalho para abertura de fazendas do café ficaram conhecidas como empreitadas. Após formado o cafezal, nas tarefas de trato e colheita, empregavam-se colonos, parceiros e meeiros (imigrantes, nacionais e sobretudo estrangeiros). Já as relações de trabalho no beneficiamento do café "[...] definiram-se como relações do camarada, mediante salário" (MARTINS, 2010, p. 129) mensal, para as quais eram empregados trabalhadores nacionais. Também as tarefas auxiliares da fazenda – construção de cercas, serviços de ferreiro e de carpinteiro, trabalhos de construção, vigilância etc. – cabiam a esses trabalhadores livres, os camaradas.

O colonato caracterizou-se pelo trabalho coletivo nucleado em famílias e pelo acesso parcial aos meios de produção (MARTINS, 2010; STOLCKE, 1986). Dentro da fazenda cafeeira, no plantio, na colheita e no beneficiamento, trabalhavam famílias inteiras (homem,

[44] Estamos nos referindo às relações de trabalho instituídas na cafeicultura após o fim da escravidão. As transformações que ocorreram nas relações de trabalho na cafeicultura paulista na passagem do século XIX para o XX decorreram, em parte, como pudemos observar anteriormente, da libertação do capital da figura do escravo e, consequentemente, dos investimentos no desenvolvimento das forças produtivas do campo.

[45] Sobre o uso do trabalho de negros alforriados nas fazendas de café do Oeste Paulista, Martins observa: "Com a implantação do trabalho livre, muitos negros libertos tornaram-se, junto com os caipiras e caboclos, mestiços e livres, formadores de fazendas de café" (MARTINS, 2010, p. 128).

mulher e filhos com mais de sete anos)[46]. As formas de remuneração pelo trabalho realizado variavam de acordo com a tarefa, como podemos observar no trecho a seguir:

> [...] um pagamento fixo em dinheiro por mil pés de café tratados (isto é, limpeza das ervas daninhas do cafezal, de três a cinco vezes por ano, conforme o terreno, e preparação da terra ao redor do cafeeiro para realização da colheita, bem como a espalhação do cisco após a colheita), uma quantia em dinheiro proporcional à quantidade de café colhido, prestação de determinados trabalhos gratuitos ao fazendeiro durante o ano (como a construção ou reparo de cercas, limpeza de pastos e caminhos, controle de incêndios etc.). E permissão de plantio de milho, feijão e, eventualmente, arroz ou algodão, no meio dos cafeeiros, ou, conforme a idade do cafezal ou conforme o seu arruamento, em terreno separado, geralmente as terras baixas pouco adequadas ao café, como mencionei antes. O colono, como era chamado esse tipo de trabalhador, podia excepcionalmente contratar trabalhadores assalariados, por jornada, para ajudá-lo na colheita do café, pagos pelo fazendeiro por adiantamento para acerto na prestação de contas. Ou trabalhar, ele mesmo, como assalariado de outro colono ou do fazendeiro em determinadas situações (MARTINS, 2010, p. 126).

Para os colonos, os rendimentos monetários dependiam do grau de intensidade do trabalho familiar em conjunto, sobre o qual estava sempre vigilante o chefe de família (MARTINS, 2010). No entanto, mesmo atuando sob trabalho familiar e apesar da vigilância constante e patriarcal do chefe de família, os rendimentos monetários anuais dos colonos correspondiam, segundo Martins (2010, p. 105-106), a apenas quatro salários mensais do rendimento de um trabalhador urbano. Ao mesmo tempo, a inflação e os altos preços dos gêneros de necessidade não obtidos nas fazendas, subtraíam grande parte dos seus rendimentos. Nas mercearias e vendas, muitas vezes de propriedade dos próprios fazendeiros, os colonos encontravam os artigos não produzidos no interior da fazendas (farinha de trigo, açúcar, água-ardente, sal, tecidos, sapatos, óleo querosene, velas, arames, fármacos etc.), que eram obtidos geralmente à preços elevados e/ou através do crédito – chamado popularmente de "fiado", ou seja, que não era pago no ato e anotado em caderneta e que, segundo Martins (2010), muitas vezes serviam de instrumento de sujeição do colono ao fazendeiro através da dívida[47]. Além disso, segundo Faleiros (2010), de várias formas era subtraída a renda dos colonos: em muitas situações os fazendeiros não possuíam condições de pagar o contrato estipulado aos colonos, chegando às vias de um "calote"; em outras, pagava-se com café o que deveria ser pago com

[46] Havia, ainda segundo Martins (2010), uma divisão familiar do trabalho na realização das tarefas dos colonos no cafezal. Na colheita, por exemplo, "[...] o homem, sobre uma escada de tripé, colhia nas partes altas do cafeeiro, a mulher nas médias e as crianças nas partes mais baixas, na saia da planta" (MARTINS, 2010, p. 72).

[47] Os principais meios utilizados pelos fazendeiros para restringir a mobilidade dos colonos eram, além das dívidas nos armazéns, os juros sobre os adiantamentos (em dinheiro e produto), além de abusos e restrições (MARTINS, 2010). Nesse sentido, embora juridicamente livres, os colonos não o eram economicamente.

dinheiro; em outras situações, por cláusulas contratuais, ficavam os colonos a trabalhar alguns dias de graça no cafezal; até mesmo a estrutura da fazenda era utilizada pelos fazendeiros para imputar aos colonos taxas pela utilização das máquinas de beneficiar, das tulhas, dos terreiros, do transporte, enfim, do processo de beneficiamento como um todo; também as crises econômicas afetavam os preços da produção dos colonos.

Sob o colonato, a força-de-trabalho era remunerada parte em dinheiro (no café e na venda de gêneros) e parte na forma de produção (no café ou nas lavouras de subsistência); ora os colonos trabalhavam nas terras da fazenda, ora trabalhavam em seus roçados. Complementavam-se, na visão de Martins (2010), duas "insuficiências": o plantio de subsistência, realizado em solos menos férteis e com menor índice de capitalização em relação ao cafezal, era insuficiente para o sustento familiar; o dinheiro recebido no trabalho do cafezal, plantio e colheita, era também insuficiente para cobrir as necessidades da família e era constantemente espoliado através das dívidas. Os baixos rendimentos, tanto nas culturas de subsistência quanto no trato e na colheita do cafezal, eram suficientes somente para a reprodução familiar num limiar que apenas os separavam da miserabilidade. Daí, talvez, o elevado grau de mobilidade do trabalho que caracterizou o sistema produtivo cafeeiro sob o colonato (FALEIROS, 2010; BOECHAT, 2009). Segundo Faleiros (2010), esses baixos rendimentos impeliam esses sujeitos a migrarem constantemente em direção à franja pioneira do café em busca de melhores "salários", obtidos nas relações de empreitada. Daí, também, para Martins (2010) os mecanismos coercitivos aos quais os fazendeiros lançavam mão, buscando reduzir ou impedir a mobilidade deste trabalho: a oferta do plantio de subsistência, para fixar o trabalhador, a sujeição pela dívida nas vendas e mercearias, etc. Nesse sentido, para Martins (2010), o colonato também poderia ser entendido como um "[...] modo de restringir ou impedir a mobilidade do trabalhador, evitar-lhe o deslocamento empregatício fácil e rápido, segundo os estímulos do mercado de trabalho" (MARTINS, 2010, p. 142).

Figura 07. Fazenda Santa Maria, de propriedade de Adroaldo de Almeida Ramos. Fotografia de uma das colônias da fazenda. Segundo informações de Caleira (1934), nesta fazenda habitavam 23 famílias de colonos, cada família com sua residência, divididos em duas colônias. Havia ainda 6 moradias para as famílias dos camaradas. O colonato se caracterizou pelo trabalho coletivo nucleado em famílias e pelo acesso parcial aos meios de produção As colônias compunham parte do capital constante da fazenda cafeeira. As casas eram cedidas ao colono e sua família, como forma de reter a força-de-trabalho na fazenda. Itápolis-SP, 1934. Fonte: Caldeira (1934).

Dentro da cafeicultura, Martins (2010) identificou uma dissociação no ciclo de trabalho do colonato: de um lado o tempo de trabalho necessário, nos roçados, na produção direta das condições de sua reprodução; de outro, o tempo de trabalho excedente, não-pago, nos cafezais. O trabalho no cafezal permitia, assim, ao fazendeiro extrair o excedente do trabalho do colono na forma de *renda capitalizada*[48] – incorporada no café e materializada também nos cafezais –, isto é, segundo Martins, o café apareceria nas mãos do fazendeiro como renda paga, pelo colono, como direito de realização de seus roçados. Já o trabalho nas lavouras de subsistência, tido como tempo de trabalho necessário pelo colono, era feito de forma residual. No entanto, ao trabalhar em seus roçados, momento em que pretensamente trabalharia para si compondo as condições de sua reprodução (o "salário" que não recebia na produção do café), em realidade,

[48] Sobre o conceito de renda capitalizada ver mais profundamente em Martins (2010) e Martins (1983).

o colono estaria trabalhando para o fazendeiro, pois transferia renda para o capitalista ao desonerá-lo da responsabilidade do pagamento dos salários, ou seja,

> [...] quanto mais o colono trabalhava para si mesmo – duplicando a jornada de trabalho, subtraindo os filhos da escola, antecipando a exploração do trabalho infantil, intensificando o trabalho da mulher por sua absorção nas tarefas do cafezal – mais ele trabalhava para o fazendeiro (MARTINS, 2010, p. 76).

Portanto, o colonato constituiria, para o trabalhador migrante, uma forma de arrendamento para o trabalho de subsistência; para o fazendeiro, uma forma de superexploração do trabalho que permitiria a produção ampla de valor e a sua acumulação, na forma de *renda capitalizada* (MARTINS, 2010).

Para Martins (2010; 1983), o que impunha a sujeição do colono ao fazendeiro era a propriedade privada da terra nas mãos do segundo, permitindo-lhe sujeitar o trabalho livre e lhe arrancar o mais-trabalho, ou seja, se a terra também fosse livre, essa sujeição não seria possível. Ao ser propriedade privada (a partir da Lei de Terras, de 1850), o acesso a ela se daria apenas através de títulos de compra e venda, ao menos em teoria. Desta forma, se, no período Colonial, o objeto da dominação e da exploração capitalista no Oeste Paulista era o escravo, agora, passaria a ser a terra. Daí que, para Martins (2010), o *cativeiro da terra* passa a ser possível a partir da constituição da propriedade privada da terra.

Em relação às empreitadas – denominação dada às relações de trabalho instituídas para a abertura das fazendas de café –, Martins (2010) observaria o papel fundamental que imigrantes, caboclos, caipiras e outros trabalhadores nacionais e estrangeiros tinham para a acumulação capitalista. As empreitadas conformavam relações de trabalho para a formação de cafezais através da abertura de novas fazendas ou da ampliação de antigas, onde o fazendeiro atribuía ao trabalhador as funções de derrubada da mata virgem, queima, limpa, preparação do terreno, plantio e formação de um determinado número de pés de café, com direito à colheita dos primeiros frutos, remuneração por mudas formadas e permissão para o plantio de gêneros nas ruas entre os pés de café (feijão e milho principalmente, mas também arroz e algodão). Geralmente, a abertura e formação de cafezais que se faziam num período que variava de quatro a seis anos.

De acordo com Martins (2010), como os empréstimos em bancos, comissários e casas exportadoras eram realizados, na maioria das vezes, apenas para a comercialização da safra de café, a abertura das fazendas deveria ser, para o fazendeiro do Oeste Paulista, um ato poupador

de capital, onde este, se possível, se desoneraria de todos os gastos envolvidos, apenas se comprometendo com o pagamento de uma dada quantia em dinheiro aos trabalhadores no ato do recebimento do cafezal formado, quantia que "[...] representava o dispêndio monetário [realizado pelos trabalhadores] com o estabelecimento da plantação" (MARTINS, 2010, p. 65). Nesse contexto, a empreitada permitiria, para Martins (2010), a absorção do trabalho, convertendo-o em renda territorial capitalizada na forma dos plantios e também na forma de certa infraestrutura.

Na prática, as empreitadas conformariam formas de arrendamento, pois, para Martins, o fazendeiro arrendaria uma porção do terreno a ser desbravada e receberia, como pagamento, o cafezal formado, ou seja, "[...] não era o fazendeiro quem pagava ao trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com cafezal ao fazendeiro pelo direito de usar as mesmas terras na produção de alimentos durante a fase dessa formação" (MARTINS, 2010, p. 66). Portanto, a renda iria diretamente para as mãos do fazendeiro e estava convertida em *renda territorial capitalizada* (MARTINS, 2010), ou seja,

> [...] quando o capital anteriormente empregado no escravo se transfigura em renda territorial capitalizada, a ênfase do empreendimento econômico do café passa a ser a formação da fazenda, pois o seu valor de mercado estará nos frutos que poderá produzir, no trabalho materializado nas plantações. O capital deixa de se configurar no trabalhador para configurar-se no resultado do seu trabalho. O valor da fazenda se contará, pois, pelo número de cafeeiros e por sua produtividade, pela quantidade de arrobas de café que se pode obter de uma árvore em média. Ainda assim, estamos principalmente, mas não exclusivamente, em face da renda capitalizada na terra e não apenas em face de capital constante (MARTINS, 2010, p. 49).

Ao nosso ver, a perspectiva de Martins (2010) explicita uma inversão em relação à lógica da reprodução capitalista: ainda que o fazendeiro submetesse e explorasse o trabalho para obter mais-valia, há, na visão de Martins, uma forma de "consciência camponesa" que se sobressai na relação, que apenas se submete à essas relações de empreitada em troca de obter um roçado durante um período de, no máximo, 6 anos, pagando, com a produção do capital formado no café, um arrendamento ao capitalista. Por mais que o pagamento destinado ao trabalhador, ao final da empreitada, fosse inferior ao preço que o cafezal formado alcançaria caso fosse negociado pelo fazendeiro – ou seja, isto poderia representar a extração de mais-valor, de tempo de trabalho excedente, configurando uma relação propriamente trabalhista, próxima do assalariamento –, para Martins (2010), os componentes propriamente camponeses – ou seja, o arrendamento da terra para a realização da agricultura própria – se sobrepunham na relação de empreitada.

2. A expansão da fronteira agrária como expansão do mundo da mercadoria e a produção de relações não-especificamente capitalistas de produção no Oeste Paulista

Caracterizados pelo acesso parcial aos meios de produção (terra, implementos etc.) e centrados na produção familiar; livres, mas não totalmente expropriados, o colonato, a parceria, a empreitada etc., configurariam para Martins (2010), "relações sociais de produção não especificamente capitalistas", criadas no movimento de expansão do modo de produção capitalista na realidade periférica brasileira. Para o autor, "[...] a produção direta dos meios de vida, com base nesse trabalho familiar" (MARTINS, 2010, p. 36) impossibilitaria definir tais relações como propriamente capitalistas, ainda que estivessem submetidas ao mundo da mercadoria. Em uma passagem, afirmaria: "[...] a determinação capitalista dessas relações não capitalistas de produção" se dava pelo fato de que "[...] o trabalhador produziria diretamente os seus meios de vida para produzir um excedente, o café, que, por estar já subjugado pelo capital comercial, surgia nas mãos do colono como propriedade alheia, como mercadoria do fazendeiro" (MARTINS, 2010, p. 75), ou seja, a produção do cafezal, na empreitada, e do café, no colonato, funcionariam como "pagamentos de renda" (renda capitalizada) ao fazendeiro, permitindo aos trabalhadores o acesso aos seus cultivos de subsistência. Daí que, para o autor, não poderíamos caracterizar tais relações de produção da cafeicultura do Oeste Paulista como especificamente capitalistas, como defende Caio Prado Jr (2014), mas sim como não-especificamente capitalistas, produzidas no interior do movimento de expansão capitalista no campo.

No entender de Martins (2010), na sua expansão, o capitalismo "[...] não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução" (MARTINS, 2010, p. 36). Em outro momento, complementaria:

> A produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo - o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas ao capital, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições de sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado (MARTINS, 2010, p. 37).

Dito de outra forma, o capitalismo produziria e reproduziria relações sociais de produção não especificamente capitalistas (o colonato, a parceria, a meação, as empreitadas por exemplo) como condição necessária de sua sobrevivência e acumulação contínua, como forma de produzir mais-valor, mas, nessas relações produzidas, não se apropriaria diretamente do processo produtivo. A produção direta dos meios de vida do trabalhador, ou seja, o acesso parcial aos meios de produção, indicaria, para Martins (2010; 1983), que o capital não se assenhorava diretamente do processo de produção de capital, mas o faria indiretamente, convertendo o produto dessas relações de trabalho (o café) em mercadoria, em renda capitalizada, controlando a circulação, a comercialização e a realização das mercadorias produzidas. Deste modo, para o autor,

> A produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada pois no capital e no trabalho assalariado. Quando o dinheiro, a riqueza, entre nesse último tipo de relação, já não estamos diante da produção capitalista, mas da reprodução capitalista do capital. Só a reprodução é capitalista. Mesmo o crescimento deste capital não é produção, mas reprodução capitalista ampliada (MARTINS, 1983, p. 170-171) (grifo nosso).

O capital produziria relações não especificamente capitalistas de produção, camponesas para Martins (2010; 1983), com o objetivo único de se apropriar do mais-trabalho por elas produzido, sem que, entretanto, a produção deste mais trabalho fosse mediada pelo capital. Nessa perspectiva, o capital se poria infinitamente, na medida em que esta *acumulação primitiva de capital* (a produção de capital) seria reposta constantemente, injetando mais-valor a partir da produção destas formas não-capitalistas de sociabilidade. Sua teoria do campesinato teria derivado da obra de Rosa Luxemburgo (1985), da análise da autora sobre as condições históricas da acumulação capitalista. Em uma passagem, Luxemburgo (1985) afirma:

> Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não-capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção. Considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalista e os não-capitalistas. Sem esses modos a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilização e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivem a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital (LUXEMBURGO, 1985, p. 285).

Nesta passagem, discutindo com Marx a expansão e a acumulação primitiva do capital, a autora apontaria para o fato de que a reprodução capitalista envolveria o seu entorno (ALFREDO, 2008), ou seja, a constituição dos pressupostos do capital envolveria "a sua expansão sobre" e "a sua relação com" o que se pode chamar por formas não especificamente capitalistas de produção (economias natural e mercantil), permitindo-nos considerar sobre a reprodução do capital "[...] sem que seja nos estritos limites de uma sociedade cuja reprodução já se estabelece sob a forma de reprodução do valor" (ALFREDO, 2008, p. 04). No entender de Luxemburgo (1985), a reprodução capitalista careceria dessas formas não-capitalistas para repor uma acumulação primitiva de capital, destruindo-as, e, ao mesmo tempo, abrindo mercados para a colocação de suas mercadorias O que está posto, portanto, é um processo contínuo de substituição de "economias naturais" por "economias mercantis" e estas "[...] pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos" (LUXEMBURGO, 1985, p. 285). Esse processo de transformação pela expansão do capital traria, como contradição, a crise final deste sistema produtor de mercadorias, na medida em que esta expansão destruiria os requisitos da sua sobrevivência. Transformando-as definitivamente em relações capitalistas de produção, aproximar-se-ia a derrocada do sistema quando estas lhe faltassem. Como observa Alfredo (2008), ao que pese a importância da análise de Rosa Luxemburgo, a interpretação colocada pela autora caracterizaria um processo de destituição total destas formas não-capitalistas de produção, perspectiva que, colocada nestes termos, iria encontrar sua crítica em realidades como a brasileira, donde o processo de expansão capitalista não significou estritamente a destruição destas formas, mas até mesmo a sua recriação.

Não há, portanto, em Luxemburgo (1985), a compreensão de que o capital poderia criar, na sua expansão, formas não especificamente capitalistas como necessidade de sua reprodução, como Martins (2010) nos permite observar. Apropriando-se da interpretação de Luxemburgo (1985), Martins (2010) encontrou na transformação das economias naturais para as economias mercantis, através da mediação do capital, a produção das formas de produção não especificamente capitalistas. Entretanto, ressaltamos, na interpretação de Martins (2010) o capital as produziria mas não se assenhoraria do processo de produção de mais-valor, apenas controlaria a circulação e a realização das mercadorias, ou seja, atuaria a partir da mercantilização do produto.

Ao nosso ver, de forma contrária, é fundamental salientar que a produção ou a transformação destas realidades "[...] inserem-nas no percurso da modernidade pelas determinações da forma valor" (ALFREDO, 2008, p. 04) e estas só podem se constituir na relação com esta forma última, ou seja, ainda que apareçam como não-especificamente capitalistas, é o capital que as produz. No limite, para nós, o que aparece como não especificamente capitalista é já o capital na sua forma aparente.

O capital constitui a contradição como seu fundamento último (essência/aparência; valorização/desvalorização; desenvolvimento das forças produtivas/relações de produção; circulação simples/produção capitalista etc.). A contradição, apreendida nos termos hegelianos, constitui-se pelos momentos simultâneos que se negam mutuamente, sendo esta negação a identidade do ser (HEGEL, 2017). Em *Ciência da Lógica* (2017), a identidade é, inicialmente, a negatividade:

> [...] o positivo não é imediatamente um idêntico, mas é, em parte, um contraposto frente ao negativo e que ele tem significado somente nessa relação, portanto, o próprio negativo reside em seu conceito, em parte, porém, que o positivo é, nele mesmo, a negação que se relaciona consigo do mero ser posto ou do negativo, portanto, é, ele mesmo, a negação absoluta dentro de si. – Igualmente o negativo, que se contrapõe ao positivo, tem sentido somente dentro dessa relação com esse seu outro; ele o contém, portanto, em seu conceito. Mas o negativo, também sem relação com o positivo, tem um subsistir próprio; ele é idêntico consigo; assim, porém, é, ele mesmo, o que devia ser positivo (HEGEL, 2017, p. 84).

A distinção para com a dialética marxista se põe na medida em que, para Hegel, os termos em conflito se resolvem num momento superior, conciliando os polos da contradição. Para Marx, de forma contrária, o movimento é sempre contraditório, negativo, destruidor, de modo que essa identidade conciliadora se revelaria, no limite, como uma ilusão. A contradição a qual estamos nos referindo, neste caso, é aquela que se estabelece entre essência e aparência, entre a essência movente e a sua forma de aparecer, que constituem os momentos do capital enquanto contradição, ou seja, são os "[...] momentos passageiros do processo que nega suas estases " (GIANNOTTI, 2000, p. 26). Os momentos da contradição se determinam, portanto, um em contraposição ao outro, negando-se mutuamente; dito de outra forma, a essencialidade e a forma aparente se constituem conforme se determinam um pelo outro, sendo esta a identidade do capital. Entretanto, observa Giannotti (2000), "[...] nesse processo guardam [também] uma identidade relativa, que confere a cada momento o caráter de positivo em si e de negativo em si" (GIANNOTTI, 2000, p. 26). De forma complementar, Ruy Fausto (2015, p. 278), indicaria que a negação não significa estritamente que no segundo termo o primeiro é

apenas negado, mas sim que é ao mesmo tempo negado e conservado, e, para além disso, é ao mesmo tempo plenamente realizado e negado. O capital é, portanto, esta contradição, pois sua essência aparece em formas distintas daquilo que lhe dá sentido, a valorização tautológica do valor; mas cada forma produzida guarda em si também a particularidade, como apontam Giannotti (2000) e Fausto (2015).

Neste sentido, a crítica desta ontologia do trabalho camponês de Martins (2010; 1983), estabelece-se aqui como necessidade de "[...] desvendar as distinções entre o aparecer e o ser do capital" (ALFREDO, 2008, p. 03), ou seja, podemos dizer que essa crítica se faz necessária na medida em que as formas de apresentação do real, determinadas pela forma do valor, distinguem-se de seus sentidos imanentes e essenciais, sendo esta contradição entre essência e aparência a forma de ser do real (ALFREDO, 2008). Isto posto, é necessário observarmos a possibilidade de que o apresentar do capital não só se diferencia do seu ser, como também o elude, tornando a ilusão uma razão do ser (ALFREDO, 2008), ou seja, as suas constituições abstratas e ilusórias determinam a sua forma de ser de forma invertida à realidade material, como observa Alfredo (2008):

> As formas de apresentação do real, do qual os distintos fenômenos são a expressão mesma destas apresentações, distinguem-se de seus sentidos imanentes e essenciais, na medida em que a apresentação da condição de ser do capital enquanto um conceito contraditório o é uma atividade da essência, nos termos da lógica hegeliana, exclusivamente porque se põe, enquanto fenômeno, diferenciando-se, na apresentação de si, daquilo que de fato é, estabelecendo, tal diferenciação-apresentação, parte integrante de sua própria reprodução, ao mesmo tempo que potência determinante de seu próprio ser, de modo que ser e não ser, assim postos na esfera do ser, se auto referem como unidade co-presente e contraditória (ALFREDO, 2008, p. 03).

A dialética, como forma de pensamento negativo que pensa a contradição, deve levar isto em consideração a fim de desvelar a identidade das coisas. Marx (2013) já assinalava a contradição entre a essência e a aparência do capital quando da análise da mercadoria no cap. I d'*O Capital*: ali a forma da mercadoria, a materialidade física, enquanto forma fenomênica (aparência), reencontra a abstração que lhe dá conteúdo (essencialidade), a substância trabalho abstrato. Apenas compreendendo esta contradição entre essência e aparência do capital ganhará sentido a frase que abre aquele mesmo capítulo: "A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista *aparece* como uma 'enorme coleção de mercadorias' [...]" (MARX, 2013, p. 113), quando, em realidade, é um imenso acúmulo de riqueza abstrata (FAUSTO, 1997; ALFREDO, 2008), sendo esta contradição a sua forma de ser.

Nesse sentido, concordando com Alfredo (2008), apontaríamos para o fato de que a expansão da forma-valor pode estabelecer a produção dessas sociabilidades distintas, produzir e reproduzir relações ditas 'não especificamente capitalistas'. Entretanto, a produção dessas sociabilidades, no interior da expansão do capital, não deixaria de ser um fenômeno que constitui a própria reprodução da mercadoria, reproduzindo, portanto, a modernização capitalista (ALFREDO, 2008). Ao não levar isto em consideração, poderíamos cair no fetichismo. O fetiche[49], cuja determinação última é substituir a essência pela aparência, destituindo, a existência do ser enquanto contradição entre essência e aparência (ALFREDO, 2010), é a apreensão do aparente abstraído dos conteúdos que lhe dão sentido, é a apreensão apriorística do real. Isto posto, podemos dizer que, compreender estas formas como camponesas ou não-capitalistas sem expressar esta contradição, é destituir a forma valor como conteúdo social determinante destas sociabilidades, constituindo isto uma apreensão *a priori* e fetichista dessas realidades.

Como observamos anteriormente, para Martins (2010; 1983) os sujeitos trabalhadores do campo no Oeste Paulista carregariam uma forma de "consciência camponesa" que os impelia (conscientemente ou não) a se submeterem à essas relações de trabalho – o colonato e a empreitada – em troca de obterem acesso parcial aos meios de produção – fundamentalmente a terra – que permitiriam a reprodução desta consciência camponesa, pagando, em contrapartida, um arrendamento ao capitalista na forma da mercadoria café (*renda capitalizada* na forma do café). Nessa perspectiva, o trabalho do colono no Oeste Paulista aparece como atividade de transformação do meio natural e como reprodução de uma consciência camponesa. Nesta ontologia, o trabalho, que é atividade social, aparece como natural do homem, ou seja, o trabalho reafirmado aparece naturalizado, como próprio do humano, como atividade laborativa de produção estrita de valores de uso. A crítica marxiana à esta ontologia deve ser feita, portanto, no sentido de pôr o "ontológico" como "[...] a forma da aparência - natural - do ser social, momento [necessário] da metafísica trabalho" (ALFREDO, 2015b, p. 10)[50].

---

[49] Segundo Marx, "[...] O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existentes à margem dos produtores. [...] É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas" (MARX, 2013, p. 147).

[50] O próprio sentido da ontologia, enquanto crítica afirmativa, carrega em si uma contradição: pressupõe um princípio positivo incriticável de que parte para ser crítica, ou seja, ao afirmar, a ontologia põe o que não pode ser, *a priori*, criticável (ALFREDO, 2016). Entretanto, "A crítica do valor e, portanto, do fetichismo teria de incorporar este sentido da ontologia, da natureza, da pura materialidade, da física, contudo, como o que teria sido negado para

Em uma passagem controversa, Marx (2013), pondera sobre a possibilidade de, no interior da sociabilidade capitalista, se produzirem valores de uso sem que contenham valor, ou seja, valores de uso que não sejam mercadorias. A esse respeito assinala:

> Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. *Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social* (grifo nosso) (MARX, 2013, p. 118).

Se analisarmos o colonato do Oeste Paulista a partir dessa passagem, de fato, na sua forma aparente, ele poderia representar a forma de sociabilidade que se reproduz a partir da produção de valores de uso, metabolizando a natureza para o sustento familiar, como quer Martins (2010; 1983). Entretanto, devemos ir um pouco mais a fundo, para encontrarmos esses indivíduos destituídos dos meios de produção como fontes da riqueza abstrata daqueles que detêm estes meios.

3. Uma crítica à teoria do campesinato de José de Souza Martins a partir dos fundamentos da teoria crítica do valor de Marx

Como Martins (2010; 1983) nos permite observar, o colonato na cafeicultura do Oeste Paulista representava, para o fazendeiro, a possibilidade de redução dos custos com força de trabalho na medida em que era o próprio trabalho que produzia diretamente sua subsistência, através dos roçados. Ao mesmo tempo, ao permitir o cultivo dos roçados, o fazendeiro exigia em *troca* o plantio, o trato e a colheita do cafezal. Verena Stolcke (1986) ressalta que o regime de colonato do Oeste Paulista cumpria a função fundamental de depreciar o salário dos trabalhadores do campo através da reprodução pela subsistência, ou seja, em certo sentido, o colonato cumpria a função de produzir o seu próprio salário, para que este salário não aparecesse como dedução dos ganhos do fazendeiro-capitalista.

Segundo Stolcke (1986), o pagamento irrisório para a manutenção do trabalhador nas fazendas de café era possibilitado pela conjugação com a produção de alimentos, que

---

uma crítica propriamente social. Esta última, na crítica de O Capital, denominar-se-á como o 'puramente social'. A mera observação de uma materialidade dada fora de mim, entretanto, será o objeto da crítica, sem o qual não seria possível a identidade de uma crítica social" (ALFREDO, 2015b, p. 06-07).

compunham a principal forma de sobrevivência do trabalhador nos momentos de crise da cafeicultura (queda dos preços internacionais). Já nos momentos de subida dos preços internacionais do café, os fazendeiros implementavam ações que permitissem travar a reprodução dos colonos nos seus cultivos, como, por exemplo, a restrição do plantio intercalar e, posteriormente, a proibição dos plantios de subsistência. Deste modo, a exploração do trabalho sob o colonato permitiria salvaguardar os rendimentos do fazendeiro nos momentos de crise internacional do café, quando os preços se tornavam insuficientes para o pagamento dos investimentos realizados na cafeicultura e quando não possuíam condições de cumprir com as obrigações assumidas com os colonos. Ao mesmo tempo, as restrições impostas nos momentos de melhora dos preços internacionais permitiam transferir renda dos plantios de subsistência para as mãos do fazendeiro, através da transferência do tempo de trabalho para o trato e a colheita na grande lavoura. Nessa perspectiva, Stolcke (1986) nos mostra que o colonato se constituía como função de ampliação dos lucros do fazendeiro, como transferência de mais-valor, e não simplesmente como produção de subsistência, camponesa.

Portanto, no interior do ciclo produtivo da fazenda cafeeira do Oeste Paulista duas figuras se defrontavam: a figura do fazendeiro, proprietário da terra e dos outros meios de produção, e a figura do trabalhador livre, proprietário da sua força-de-trabalho. A *troca* entre equivalentes (MARX, 2013) – não exatamente iguais, juridicamente iguais (livres)[51] – está, portanto, pressuposta na relação: o colono produzia fundamentalmente uma mercadoria (o café) que era alienada pelo fazendeiro e em *troca* tinha o direito de realizar seus cultivos e recebia também uma quantia em dinheiro pelo trabalho realizado – portanto, o valor de troca está posto e media todo o processo. Trata-se, portanto, de um estágio de desenvolvimento capitalista que pressupõe a "igualdade humana" como forma de consciência e implica na troca entre equivalentes, igualando os proprietários como proprietários de mercadorias e igualando, ao mesmo tempo, os produtos trocados (MARX, 2013). Marx (2013) expõe, quando da análise da forma equivalente da mercadoria, que a expansão da forma valor pressupõe a constituição da

[51] Segundo Fausto (2015), Marx (2013) usaria preferencialmente o termo equivalente (e não o termo "igualdade"), no sentido de que nele está pressuposta uma certa dissimetria (FAUSTO, 2015, p. 272), pois na troca entre capitalista e trabalhador relacionam-se duas figuras não-iguais: o detentor dos meios de produção e do dinheiro e o detentor da força de trabalho, que é coagida ao trabalho a fim de se reproduzir enquanto tal. O contrato, portanto, é aparência (FAUSTO, 2015) de liberdade e igualdade. Segundo Fausto (2015, p. 274), Marx não falava estritamente de intercâmbio de mercadorias (trabalho x mercadorias), mas da apropriação do mais valor produzido, como trabalho extorquido.

igualdade jurídica como consciência necessária, subjetiva e genérica, que permite a troca entre equivalentes:

> O segredo da expansão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto de trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante (MARX, 2013, p. 187).

O trabalho de Faleiros (2010) nos ajuda a entender um pouco melhor como a lógica do valor mediava as trocas na cafeicultura do Oeste Paulista. Segundo Faleiros (2010), a expansão das fronteiras do café relacionou-se à queda da produtividade das regiões mais antigas, as quais os grandes fazendeiros buscavam compensar investindo em novas regiões cafeeiras. Nesse movimento, as regiões fronteiriças se tornavam mais atrativas para os trabalhadores, não pela maior disponibilidade de espaço e fertilidade do solo para plantio de alimentos ou pela possibilidade de reprodução camponesa, pois nas novas regiões cafeeiras do Oeste Paulista, aquelas atingidas a partir de 1910, os solos eram até menos produtivos[52]. Na realidade, nessas regiões de fronteiras estabeleciam-se contratos de formação de cafezais (as empreitadas, discutidas anteriormente) que, em comparação à parceria – predominante nas regiões mais antigas da cafeicultura –, eram muito mais rentáveis aos trabalhadores, pois estes, além de receberem o valor da produção na primeira colheita, vendendo-a, podiam receber até 62% do valor pago pela cova formada (FALEIROS, 2010). Esses pagamentos em dinheiro, evidentemente, tornavam-se mecanismos atrativos de força-de-trabalho, ou seja, a expectativa de ganhos era o que punha esses sujeitos em movimento em direção ao extremo Oeste Paulista, e não a possibilidade de se reproduzirem como camponeses. Além disso, salienta o autor:

> [...] nas regiões de fronteira as condições para o plantio entre as fileiras do café de culturas como a de arroz, milho, feijão, mamona, batatinhas, amendoim etc. eram mais atrativas para os trabalhadores, pois se tratava de lavoura em formação, em geral com 16 palmos de distância entre uma cova e outra (aproximadamente três metros), espaço no qual poderiam retroativamente plantar, diminuindo o espaço à medida que os cafeeiros cresciam (FALEIROS, 2010, p. 473).

[52] Os solos de terra roxa, mais férteis, constituem apenas alguns afloramentos nos Planaltos Ocidentais. Na maior parte do Oeste Paulista não predominavam os solos de terra roxa, mas sim os solos ditos ‘terra roxa misturada’ e ‘terra roxa dos campos’ e os solos formados por arenitos, portanto, menos férteis (MONBEIG, 1998). A “franja pioneira é o domínio da areia”, nos diz Monbeig (1998).

Essa situação era preferida pelos trabalhadores, em detrimento do fornecimento de terrenos extras para o cultivo, como ocorria nas regiões onde os cafeeiros já eram formados. Nessa modalidade de cultivo consorciado havia o trabalho conjunto do núcleo familiar, o que não ocorria nos casos de doação de terras marginais, nos quais a família muitas vezes tinha que ser dividida entre as duas roças (a fazenda e o roçado), ou mesmo, onde o tempo de trabalho da família tinha de que ser dividido entre os dois espaços, como vimos anteriormente. O cultivo consorciado tornava a produção mais 'racional' do ponto de vista do colono, permitindo ampliar a produtividade do trabalho familiar. Além disso, aproveitavam da fertilidade maior das terras do café, aumentando a produtividade dos gêneros que podiam ser vendidos nos mercados regionais.

Não estamos afirmando, entretanto, que havia uma ampla acumulação de capitais nas mãos dos colonos. Trata-se, aqui, de uma exposição sobre as trocas e a mediação da forma-valor no interior das relações de trabalho da cafeicultura do Oeste Paulista. Lembramos ademais que esses trabalhadores possuíam pouca liberdade para a negociação da sua produção de gêneros, e mesmo para a negociação da parcela do café que lhes cabia, pois deviam comerciar o beneficiamento e a venda inicialmente com os próprios fazendeiros, aos quais estavam submetidos (FALEIROS, 2010; FALEIROS, 2003). A esse respeito, observa Faleiros (2003):

> Em alguns contratos [...], o contratante proprietário impõe ao contratado colono, em forma de cláusula contratual, a preferência de venda da produção de alimentos, e isso, numa sociedade hierarquizada onde o chefe da fazenda reunia em torno de si um grande número de agregados, entre eles os novos colonos, significa dizer que o trabalhador necessariamente teria que vender sua produção de alimentos ao proprietário. Assim, a relação entre ambos torna-se lucrativa ao fazendeiro sob dois aspectos: por uma lado a formação de uma lavoura de café e por outro a concentração da produção de alimentos, num mecanismo cujas bases eram o monopólio do mercado e o estreitamento das relações e cuja finalidade era o enriquecimento via trocas desiguais. Tinha-se então um mecanismo onde o colono tinha acesso à terra intercafeeira, garantia sua subsistência, mas perdia o excedente, ou sua maior parte, ao "negociá-lo" com o proprietário. E uma vez feito isso, este vendia os produtos no mercado e lucrava com a inequivalência dos preços (FALEIROS, 2003, p. 09).

Vemos, no fragmento, que os fazendeiros do Oeste Paulista agiam, ademais, no mercado de gêneros agrícolas, concentrando e pulverizando a produção dos colonos e comercializando-as nas casas comerciais denominadas "armazéns". Ademais, quando não podiam beneficiar nas próprias fazendas por falta da infraestrutura, utilizavam-se os colonos dos meios de transporte fornecidos pelos fazendeiros para levar as suas produções até os centros urbanos mais próximos,

pagando taxas pela utilização dessa infraestrutura. De forma geral, agiam os fazendeiros, individualmente ou através das casas de beneficiamento, centralizando as produções locais de seus subordinados, que eram remetidas através de estradas e ferrovias aos centros de consumo, açambarcando grande parte da renda produzida nos roçados.

Se analisarmos pela ótica dos meios de produção utilizados pelos colonos (enxadas, foices, facões etc.), veremos que também aqui aparece a contradição do argumento de Martins. Esses meios de produção produzidos no interior da fazenda cafeeira permitiam acelerar o processo da produção no café e no roçado. O plantio com enxada, por exemplo, aumentava a produtividade do trabalho, aumentava o volume produzido. No entanto, mesmo a produção de uma enxada simples requeria a compra de ferro nos mercados locais, requeria desviar capital para a compra deste material. A enxada integrava, portanto, o valor da fazenda cafeeira como custo de produção para o fazendeiro, é capital fixo. No entanto, a compra deste implemento era realizada com o capital produzido através do campo, portanto, incidia sobre o trabalho do colono. Ao mesmo tempo, a utilização destes implementos ampliava o excedente produzido na fazenda, isto é, aumentava o excedente de produtos agrícolas sobre a quantidade que o fazendeiro precisava comprometer para comprar um novo ferro para produzir uma nova enxada. Aliás, a produção de uma nova enxada era responsabilidade dos próprios trabalhadores, portanto, detração de seu tempo de trabalho nos roçados. Nesse sentido, esses implementos eram valor de troca, trabalho objetivado, máquina-ferramenta, custo para o fazendeiro. Este raciocínio é valido para praticamente todos os meios de produção fornecidos pelo fazendeiro.

Dialogando com Marx, Fausto (2015) apontaria que somente como abstração o produto de um trabalho útil – no caso, o café ou os gêneros de subsistência produzidos pelo colono e apropriados pelo fazendeiros - pode efetivamente passar para as mãos de outro sujeito – recebendo em troca, uma certa quantia de dinheiro –, ou seja, realiza-se um movimento de redução das qualidades das coisas, abstraindo-se de suas utilidades e dos diferentes trabalhos úteis que as constituíram, para um mínimo comum, para um universo sem qualidade ou de qualidade homogênea – o que não significa simples generalização (FAUSTO, 2015) – portanto, realiza-se uma redução ao valor, ao quantum de trabalho abstrato objetivado[53]. Apenas nesse

[53] Alfredo (2001) expõe a compreensão de Marx sobre a redução à forma genérica do trabalho abstrato nos seguintes termos "[...] as diferentes qualidades dos produtos passam a ter uma medida social a qual põe as diferenças na condição de equivalentes. Embora esta relação se estabeleça com um sinal de igualdade a expressão 'equivalência' como forma social, desenvolvida por Marx, não deixa enganar que tal relação identificada pelo sinal (=) se estabelece a partir de um processo de abstração no sentido hegeliano do termo, ou seja, no sentido de subtração. Abstrair, portanto, é subtrair, neste caso, as diferenças qualitativas, de modo a impor sobre as mesmas

contexto quantitativo duas mercadorias qualitativamente diferentes podem ser trocadas, e isso pressupõe já uma sociabilidade capitalista – fundada na forma valor, no trabalho como abstração, na mediação da mercadoria etc. –, ainda que não apareça como tal, ou seja, a equivalência entre as mercadorias "[...] pressupõe uma medida necessária [*quantum* de trabalho objetivado] para a realização da equação sem a qual não se é possível efetivá-lo" (ALFREDO, 2001, p. 11).

Na troca entre mercadorias é possível ver que de fato as propriedades qualitativas conformam apenas um meio de realização do valor nelas contido (ALFREDO, 2001; MARX, 2013). Nessa sociabilidade específica, portanto capitalista, "[...] onde todo ato social tem por objetivo realizar o valor" (ALFREDO, 2001, p. 11), a essência do valor de uso contido nas mercadorias é ser o suporte onde se expressam os distintos valores destas mercadorias, permitindo, desta forma, a realização do próprio valor[54]. Portanto, a produção de valores de uso só poderia ser entendida como aparência dessas relações de produção ditas não especificamente capitalistas, quando em essência é já a produção de valor que se põe como fundamento.

Ao observamos a mediação do dinheiro na realização das trocas do colonato do Oeste Paulista e a consciência monetarizada destes sujeitos, o romantismo do intercâmbio de mercadorias torna-se momento aparente, negado por esta mediação. Segundo Fausto (2015), os "momentos do dinheiro" (forma simples, forma desdobrada etc.) não podem ser admitidos uma vez constituído o dinheiro. Eles já não existirão enquanto tais, enquanto expressões do valor das mercadorias, pois "[...] se há dinheiro, não há forma simples nem forma desenvolvida do valor no que se refere à expressão imediata do valor das mercadorias, pois então o dinheiro é o único a exprimir imediatamente o valor das mercadorias, assumindo a expressão, desse modo, a forma preço" (FAUSTO, 2015, p. 265). Os momentos do dinheiro aparecerão como momentos, como determinações negadas, existindo e não existindo no dinheiro.

---

as determinações da quantidade, ou ainda, propor a indiferença entre verdade e exatidão" (ALFREDO, 2001, p. 11).

[54] Conforme aponta Alfredo (2017), constitui a identidade da mercadoria a sua efetivação como mero objeto, como produto do trabalho útil-concreto, sendo esta a sua forma aparente. Este aparentar conforma apenas momento da contradição essência/aparência, que se destitui desta positividade tão logo é negado como mera coisa material e posto como uma determinação do social. Marx (2013) salienta, no primeiro capítulo d'*O Capital* que, sob a sociabilidade capitalista, a produção de valores de uso significa: na sua forma aparente, a metabolização da natureza pelo trabalho, produzindo materialidades; na sua essencialidade, a produção dos suportes materiais onde se expressam os diferentes valores de troca das mercadorias. Essa contradição constitui a identidade do valor de uso e apenas dentro dela ele pode ser compreendido.

Diante dos fatos demonstrados – a presença do valor de troca, a mediação do dinheiro, o trabalho como abstração etc. –, a hipótese de Martins (2010), para quem há uma separação entre forma mercadoria e a forma valor na essência do colonato do Oeste Paulista, torna-se ao menos questionável. Como vemos, a forma valor mediava todas as relações sociais na cafeicultura do Oeste Paulista, inclusive como consciência de enriquecimento através do trabalho, impelindo os colonos a migrar, ou seja, o valor (trabalho abstrato objetivado) já se punha como determinante nessa realidade. Vale então a máxima de Marx (2013), colocada anteriormente: "Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social" (MARX, 2013, p. 118). Ou seja, a reprodução simples do colonato, produção de valores de uso, torna-se apenas aparência sob o capitalismo, quando em essência é já a mediação da mercadoria (valor) que se põe.

Coerente com o que viemos apontando, Ruy Fausto (2015) apontaria que em Marx a teoria da circulação simples, que constitui a reprodução camponesa de Martins (2010), ou seja, venda apenas do excedente (M-D-M), compõe apenas um momento da produção capitalista: é o seu momento aparente. Na circulação simples o sistema aparece "[...] como um sistema que obedece às leis gerais da produção simples, isto é, ele aparece como se a sua finalidade fosse não a valorização do valor, mas a satisfação das necessidades" (FAUSTO, 2015, p. 263). No entanto, afirma Fausto (2015), as leis da essência do capitalismo negam a sua aparência, ela deve subsistir então apenas como aparência negada: "[...] o valor de uso enquanto finalidade é a aparência 'negada' pela (valorização do) valor, que representa a finalidade na ordem da essência. A sequência M-D-M que caracteriza a aparência se inverte na sequência D-M-D, ou mais precisamente D-M-D' " (FAUSTO, 2015, p. 267). Na passagem da circulação simples para a produção capitalista realiza-se uma passagem em que o valor, antes apenas predicado, portanto presente como substância, torna-se sujeito na forma de um movimento autonomizado (FAUSTO, 2015), conformando a valorização tautológica do valor (KURZ, 2004). Nesse sentido, a circulação simples, como momento do capital, estaria também sob a contradição entre essência e aparência, que viemos apontando.

Numa perspectiva semelhante, Lima (2017), dialogando com Fausto, demonstra em que medida a reprodução simples de colonos do Oeste Paulista – camponesa em Martins (2010; 1983) –, estava inserida na lógica da reprodução mundial do capital:

> A reprodução de parte da sociedade constituída de indivíduos destituídos dos meios de produção, coloca essa parcela da sociedade como fonte de riqueza

> social a ser explorada por aqueles que detém os meios de produção. Sendo a reprodução social o resultado de uma produção privada que põe, constantemente, um excedente (apropriado, também de forma privada), fica pressuposta a reprodução ampliada, haja visto que as condições, para isso, estão postas. Sendo assim a reprodução simples é um momento da reprodução ampliada, portanto capital, mas não como posto, e sim pressuposto" (LIMA, 2017, p. 23-24).

Também Boechat (2013) estabelece críticas à esta ontologia do trabalho camponês, salientando a naturalização da mediação da forma mercadoria presente na interpretação de Martins (2010), como viemos apontando. Esta naturalização teria levado o autor a hipostasiar[55] as trocas feitas pelo "camponês" (colono) como reprodução simples da unidade familiar, como produção estrita de valores de uso, contrapondo-a à exploração do capital, que subsumiria apenas o tempo de excedente da família camponesa (BOECHAT, 2013).

Ao nosso ver, entretanto, a cisão produzida por Martins (2010) não aparece apenas a nível conceitual, mas até mesmo, num certo sentido, é espacial. O trabalho do colono, nos roçados ou mesmo no cafezal da fazenda do Oeste Paulista, foi entendido, por Martins (2010), como uma forma de trabalho não-alienada, realizando o próprio homem que se vê naquilo que produz nas suas atividades, diferente, portanto, da lógica do capital que imperaria fora da realidade de reprodução do camponês, onde trabalhar não significava satisfazer as necessidades. A cisão espacial entre o local do trabalho útil (forma camponesa) e o local do trabalho abstrato (o que se realiza fora desta sociabilidade), presente na ontologia do trabalho camponês de Martins (2010), implica na cisão entre os momentos da contradição – entendida, no entanto, como totalidade simultânea, ou seja, a-espacial e a-temporal – que conformam o duplo caráter do trabalho (MARX, 2013) sob o capitalismo. O trabalho concreto, que aparece como produção de valores de uso e como próprio do humano, naturalizado, portanto, é já social e abstrato, ou seja, compõe essa totalidade capital e somente dentro dela pode ser entendido.

A própria mobilidade do trabalho na cafeicultura do Oeste Paulista, exposta em inúmeras passagens dos textos de Monbeig (1998) e Faleiros (2010), o qual se movia conforme se movia a franja pioneira, pressupõe a forma mercadoria. Colonos, parceiros, meeiros, etc., eram, de fato, trabalhadores livres, como assinalamos anteriormente, "livres como pássaros" (MARX, 2013) e duplamente livres: livres dos meios de produção, dispondo apenas da sua

[55] Salienta-se que o problema não deve ser tomado como um simples falseamento da realidade. A aparência está também na contradição entre essência e aparência, ou seja, a aparência é "[...] unidade de uma essência e de uma aparência" (FAUSTO, 2015, p. 263), sendo esta a contradição que a rege. No limite, portanto, não há falseamento, porque o que aparece como falso é já produto da contradição falso/verdadeiro, sendo o verdadeiro a sua essencialidade.

força de trabalho como uma mercadoria passível de ser vendida[56]; e, aparentemente livres para escolher a quem submeter esta força de trabalho, mas, ao mesmo tempo, coagidos a submetê-la, como única possibilidade de se reproduzirem enquanto sujeitos (MARX, 2013). Desta forma, a esses despossuídos da corrida ao sertão, apenas lhes restou vender a sua força de trabalho, como mercadoria, para obter em troca uma certa quantia de dinheiro pelo trabalho realizado no café e o direito, muitas vezes negado, de cultivar suas roças. No contexto da cafeicultura, o trabalho já era, portanto, mercadoria, que podia ser encontrada e comprada num mercado.

> A força-de-trabalho acontece num momento histórico definido, ou seja, quando o trabalhador já constituído ou "livre", quer dizer, expropriado de todos os meios de produzir, terá que vender o único bem (mercadoria) que lhe resta: sua força-de-trabalho, em forma de jornadas, horas, etc., ao proprietário dos meios de produção, o capitalista (DAMIANNI *et all.*, 2006, p. 7-8).

Trata-se, portanto, de um mercado de força de trabalho já constituído, de modo que não podemos falar em produção da categoria força-de-trabalho e sim em mobilidade da força de trabalho (GAUDEMAR, 1977). A mobilidade do trabalhador (nacionais e estrangeiros) na cafeicultura do Oeste Paulista – o qual dirigia-se principalmente em direção às regiões de fronteira do café, como mostram Faleiros (2010) e Monbeig (1998) – indica que se realizavam movimentos de circulação de uma mercadoria especial, que vai sozinha aos mercados e que tem a capacidade de criar valor ao ser consumida no processo produtivo:

> Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força-de-trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força-de-trabalho (MARX, 2013, p. 287).

Poderia se objetar que, ao ter acesso parcial aos meios de produção, o colonato, a parceria, etc., negariam a dupla liberdade posta por Marx, ou ainda, não estariam completamente autonomizados dos meios de produção, como propõe Boechat (2013), ao que lembramos que esse acesso constituía-se, em parte, como forma encontrada pelos fazendeiros para restringir a própria mobilidade do trabalho na cafeicultura. Deste modo, a forma aparente de não autonomização[57] remete à constituição categorial na realidade periférica paulista

[56] Lembramos, mais uma vez, que a terra e os implementos e instrumentos de trabalho acessados pelos colonos nas fazendas de café do Oeste Paulista eram propriedade dos fazendeiros.
[57] Marx (2013) lembra que a separação fantasmagórica entre terra-trabalho-capital é, sobretudo, aparência de autonomia, pois essas categorias constituem a unidade da valorização do valor.

determinada já pela lógica da valorização do valor. A mobilidade para o trabalho requer a liberdade, a sua autonomia, como expõe Gaudemar (1977).

> No seu aspecto positivo, a 'liberdade' conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições que ele o exerce. Em ambos os casos, a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos quer impostos; móvel, quer dizer apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. O dinheiro vem reforçar esta tendência e assim estimular a mobilidade da força de trabalho. Pouco importa o emprego, desde que o salário recebido em troca seja satisfatório (GAUDEMAR, 1977, p. 190-191).

O trabalhador é livre, mas necessita alienar a sua força de trabalho para sobreviver, partindo em busca dos mais variados tipos de trabalho a fim de realizar o consumo produtivo da única mercadoria que possui. Ao mesmo tempo, como observa Gaudemar (1977), o dinheiro reforça a tendência da mobilidade, estimulando a busca pelos trabalhos mais bem remunerados, ao que lembramos a consciência monetarizada dos sujeitos, que os punha em movimento em direção às regiões de fronteira do café, onde poderiam encontrar melhor remuneração para o trabalho familiar. A migração do trabalhador para se realizar como força de trabalho submetida implica já a forma mercadoria, ou seja, agora ele é comprável e vendável. Para Gaudemar (1977), a mobilidade do trabalho só existe quando o trabalho é já mercadoria.

Por fim, a ontologia do trabalho pela via do trabalho camponês - isolado da reprodução do capital, como totalidade à parte – impediu ao autor delinear um percurso que o permitisse encontrar as determinações "[...] da forma social posta pelo processo de expansão mundial do capital, que também determinava a formação histórica do próprio trabalho enquanto tal" (BOECHAT, 2013, p. 175-176). Podemos dizer, portanto, que o fetichismo da troca simples, presente em Martins (2010), obnubilou a mediação posta pelos sentidos da mercadoria nessas relações de trabalho (colonato, parceria e empreitada etc.) da cafeicultura do Oeste Paulista.

Abordar essas sociabilidades ditas não-capitalistas na perspectiva de uma forma camponesa de reprodução, ou seja, como relações de sociabilidade pensadas como algo em si, constituindo uma reprodução fechada numa totalidade à parte da reprodução de uma outra totalidade, a da valorização do valor, levou Martins (2010; 1983) à romantização do que constituiria a sociabilidade camponesa, como um universo fechado, com uma moral não-capitalista a se reproduzir infinitamente. Essa cisão capitalista/camponês apenas se constituiria

caso fosse possível, no universo da reprodução capitalista, a formação de consciências monetarizadas, mediadas pelos sentidos da mercadoria, e a formação de consciências não monetarizadas, camponesas, que não constituiriam a troca, baseadas no valor de uso, o que em si representa uma contradição com o próprio conceito de valor, entendido, fundamentalmente, como a forma de mediação das relações sociais no capitalismo. Dizer que o colonato constituiria uma forma de produção camponesa se reproduzindo no universo do capitalismo não constitui uma contradição, pois ainda que apareça como não-capitalista, ao ser criado no universo da reprodução pela mercadoria, isto constituiria já uma forma de ser do capital, como buscamos demonstrar. Desta forma, o colonato, como relação de trabalho não especificamente capitalista, não constitui uma negação do capital, pois está no universo da acumulação através do café. A reprodução simples do colonato na cafeicultura do Oeste Paulista só pode ser entendida, portanto, como aparência sob o capitalismo, quando em essência é já a reprodução ampliada, a valorização tautológica do valor (KURZ, 2004), que se põe.

Caberia então analisar e compreender como a crise da valorização do valor põe, como sua necessidade, essas formas não especificamente capitalistas do Oeste Paulista como necessidade da reprodução geral do mundo da mercadoria (ALFREDO, 2008), antes mesmo de compreendê-las como "formas de sociabilidade camponesas" criadas no interior de um processo reiterado de acumulação capitalista, como vemos em Martins (2010), o que, considerando o capital como a forma de mediação na sociabilidade capitalista em si representa uma contradição nos próprios termos. Deste modo, cabe nos interrogarmos sobre:

> [...] até que ponto a integração, produção e reprodução do não especificamente capitalista é, também, ou num dado momento, a formação econômico e social capitalista em suas determinações críticas que, por causa de sua dificuldade de reposição, incorpora e reproduz o outro de si como sua necessidade (ALFREDO, 2008, p. 05).

4. As contradições da economia periférica paulista e a constituição de relações não-especificamente capitalistas de produção no Oeste Paulista

Como vimos, em Martins (2010) a teoria de Luxemburgo (1985) parece ser transformada de um método de compreensão da crise final do capital, em um "processo eternamente reiterado" (BOECHAT, 2013), na medida em que a expansão capitalista no campo

produziria a sociabilidade camponesa como condição para a continuidade de seu processo de acumulação ampliada. O exemplo das empreitadas é flagrante desta compreensão. Segundo Martins (2010), as empreitadas permitiriam, para o fazendeiro, poupar capital, ao mesmo tempo em que haveria uma superexploração do trabalho camponês, constituindo a composição de um superlucro, metamorfoseando a renda da terra daí extraída para a forma de *renda territorial capitalizada*. Nessa perspectiva, a abertura das fazendas de café no Oeste Paulista, através das relações de empreitadas, conformava um mecanismo de acumulação de mais trabalho de importância até mesmo maior do que a própria relação de colonato na produção cafeeira (BOECHAT, 2013), ou seja, para Martins (2010), a abertura das fazendas de café constituía o "[...] segredo da acumulação [primitiva] do capital na economia do café" (MARTINS, 2010, p. 66). Observemos a passagem:

> A fazenda produzia, a partir de relações não capitalistas de produção, grande parcela do seu próprio capital. Nesse sentido é que a grande lavoura se transformou numa indústria de produção de fazendas de café, além de produzir o próprio café. Desse modo, é que na economia cafeeira a reprodução do capital assumiu a forma de reprodução extensiva de capital, pela incorporação contínua e progressiva de novas terras à produção. Como disse antes, o segredo estava na conversão imediata de renda em trabalho em capital, na contínua recriação da necessidade de mais mão de obra, pois a necessidade de trabalhadores para a formação do cafezal tinha um efeito multiplicador: cada formador de café implicava um número muito maior de trabalhadores e colhedores logo que o café estivesse formado. Tendo a formação da fazenda se transformado no objetivo econômico dos fazendeiros, a expansão dos cafezais quanto mais gente absorvia, mais gente necessitava (MARTINS, 2010, p. 66-67).

Daí, para ao autor, a necessidade de abertura constante de fazendas e a reprodução extensiva do capital cafeeiro, implicando, também, dada a abertura de plantações, na incorporação de maiores quantidades de força-de-trabalho. Ou seja, em Martins (2010), a expansão das fronteiras do café no Oeste Paulista aparece como um processo acumulativo, no qual a exploração do colonato cumpria a função de produção de mais-valor e as relações de empreitada permitiam a reposição constante da acumulação primitiva do capital, na forma de renda da terra capitalizada.

Em Martins (2010) está pressuposta, portanto, uma forma de reprodução ampliada do capital em que as crises constituiriam apenas momentos de inflexão no processo acumulativo-expansivo do capital, aparecendo, principalmente, nos momentos de superprodução do café. No limite, a acumulação capitalista parece existir sem crises. Uma crise final do sistema produtor

de mercadorias nem mesmo é aventada pelo autor, ao passo em que, como vimos, está posta na formulação de Luxemburgo (1985).

Nesse contexto, se o capital contém em si a possibilidade de sua própria destituição no movimento imanente e contraditório entre valorização e desvalorização (MARX, 2017; GROSSMANN, 1979), a apreensão de sua forma aparente (a acumulação) destitui a potência dessa contradição como possibilidade de sua superação. Dito de outra forma, se a contradição fundamental entre os momentos que constituem a reprodução capitalista (valorização e desvalorização) o direciona tendencialmente ao colapso – no entanto, ainda que esta contradição mova o capital, ela permite, momentaneamente, a sua superação (MARX, 2017; GROSSMANN, 1979) –, uma apreensão apriorística do real, focada na aparência, abstraída da essencialidade, positivadora, destitui a potência dessa contradição como possibilidade imanente da superação do mundo da mercadoria. Nesta perspectiva, o capital se reporia infinitamente, cabendo a algo externo a ele os estritos termos da sua superação, como, por exemplo, uma forma de consciência que, ainda que formada em seu interior, possa pensar "não-capitalisticamente".

Ademais, afirmar que o capital se expandiria engendrando relações não-capitalistas de produção não constitui, de fato, uma contradição. A contradição, como observa Giannotti (2000) e Alfredo (2008), deve estar a nível do conceito. A forma do conceito do capital deve ser uma contradição entre acumulação e crise. Caberia compreender então como se engendram essas formas de sociabilidade a partir da lógica contraditória da reprodução capitalista, que põe acumulação e desvalorização como momentos imanentes.

Nesse contexto, não negamos que a baixa composição orgânica do capital e extensividade em força de trabalho na forma do colonato no Oeste Paulista possibilitavam uma grande produção de valor através da cafeicultura, no entanto, este valor não se acumulava internamente, sendo subtraído nos movimentos internacionais de capitais (trocas de mercadorias, remessa de capitais, pagamento de empréstimos etc.), como observamos anteriormente. Sendo assim, podemos dizer que o setor agroexportador nacional reproduziria o trabalho não assalariado como condição para sua reprodução, pois a incapacidade de acumulação que lhe seria inerente reiteraria a necessidade de se repor tais relações de produção como compensação ao não desenvolvimento de forças produtivas (LIMA, 2017, p. 144). Dito de outra forma, se a inserção internacional da economia brasileira, dadas as suas características periféricas, lhe determina a não-acumulação interna de capital, a constituição de formas não

assalariadas de trabalho talvez representem a forma de reprodução possível do setor agroexportador nacional.

O fazendeiro do café do Oeste Paulista não era sujeito rico, era “remediado”, conforme caracterização de Victor Nunes Leal (2012), no sentido de que seus ganhos cobriam apenas a reprodução de sua família e o pagamento dos salários de alguns empregados. Mesmo assim, para os colonos, sujeitos de “pobreza sem remédio” (LEAL, 2012, p. 24), eram considerados homens abastados. No plano privado, da fazenda, o fazendeiro se reproduzia, tal como o colono que dependia do crédito do armazém, através do endividamento, do penhor, da hipoteca, do crédito, etc.

> Essa ascendência [seu prestígio político, econômico e social] resulta muito naturalmente da sua qualidade de proprietário rural. A massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. Diante dela, o “coronel” é rico. Há, é certo, muitos fazendeiros abastados e prósperos, mas o comum, nos dias de hoje, é o fazendeiro apenas “remediado”: gente que tem propriedades e negócios, mas não possui disponibilidades financeiras; que tem o gado sob penhor ou a terra hipotecada; que regateia taxas e impostos, pleiteando condescendência fiscal; que corteja os bancos e demais credores, para poder prosseguir em suas atividades lucrativas. Quem já andou pelo interior há de ter observado a falta de conforto em que vive a maioria dos nossos fazendeiros. Como costuma “passar bem de boca” — bebendo leite e comendo ovos, galinha, carne de porco e sobremesa — e tem na sede da fazenda um conforto primário, mas inacessível ao trabalhador do eito — às vezes, água encanada, instalações sanitárias e até luz elétrica e rádio —, o roceiro vê sempre no “coronel” um homem rico, ainda que não o seja; rico, em comparação com sua pobreza sem remédio. Além do mais, no meio rural, é o proprietário de terra ou de gado quem tem meios de obter financiamentos. Para isso muito concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações dos nossos bancos. É, pois, para o próprio “coronel” que o roceiro apela nos momentos de apertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades (LEAL, 2012, p. 24).

Analisando a crise que perpassava o meio rural, potencializada pela grande crise econômica de 1929, e que levara, a seu ver, à decadência do poder privado dos proprietários de terras, Nunes Leal caracterizou o coronelismo como compromisso, como uma forma de “[...] troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras" (LEAL, 2012, p. 20), de modo que, ao apropriar-se do poder público, os coronéis puderam conservar, ainda que residualmente, o seu prestígio econômico e político. Ou seja, a apropriação do poder público se realiza como forma de reprodução dos capitais privados. Nesse sentido, a crise que perpassa a produção cafeeira do Oeste Paulista expressa-se nessa apropriação, donde a política torna-se meio para a

reprodução do poder privado, ou seja, a apropriação da forma executiva e legislativa municipal torna-se necessidade para o capital cafeeiro, personificado no fazendeiro, se repor enquanto tal. Daí talvez a constituição dessas formas de dominação como forma de reprodução do capital privado cafeeiro, como o coronelismo. Daí, também, a constituição dessas relações de trabalho caracterizadas pelo acesso parcial à terra, isto é, como necessidade de redução de custos com o trabalho.

A concessão da casa, da área de plantio etc., realizava-se na medida em que, ao contratar o núcleo familiar, o fazendeiro não tinha condições de pagar por tantos trabalhadores, ou seja, os indivíduos permaneceriam aparentemente presos a terra pois, no interior da economia cafeeira, o trabalho familiar se constituiria em um custo que deveria ser reduzido por meio da produção de sua subsistência (LIMA, 2017). Desta forma, como vimos, se a extração crescente do mais-valor agrário para a remuneração dos capitais industriais bloquearia o desenvolvimento de forças produtivas no campo, o não assalariamento seria imposto como forma necessária de reprodução dos proprietários de terras. Por outro lado, com uma baixa remuneração em dinheiro pelo trato e pela colheita do café, e, ao mesmo tempo, espoliados e endividados, os colonos eram obrigados a cobrir a maior parte das suas necessidades de alimentação através da produção direta de gêneros alimentícios, ou seja, o que recebiam do trabalho na terra não pagava os custos de sua reprodução e, desta forma, necessitavam do trabalho extra, na própria terra, na sua lavoura de subsistência, utilizando a unidade do trabalho familiar (ALFREDO, 2013).

Para grande parte da literatura que se debruça sobre o estudo da economia brasileira, o processo expansivo cafeeiro aparece fundamentalmente como um processo acumulativo, baseado na exploração da força-de-trabalho do colono, o qual teria permitido, nos anos que vão de 1920 a 1960, através da tutela estatal, a passagem de uma realidade agrário-exportadora para outra, cujo fundamento estaria na autossuficiência industrial. Desta forma, a cafeicultura, tanto a praticada no Oeste Paulista, quanto àquela desenvolvida no Vale do Paraíba, é definida como a principal atividade que gerava divisas ao Estado Nacional brasileiro para a importação de bens manufaturados na primeira metade do século XX (FURTADO, 2007), fundamentando o início da industrialização brasileira, ao mesmo tempo em que possibilitava um amplo processo acumulativo interno, baseado na exploração da força de trabalho do colono (IANNI, 1965; MARTINS, 2010; OLIVEIRA, 2003; PRADO JR, 2006).

Ao nosso ver, de forma contrária, justamente em função dos movimentos internacionais de capitais, a cafeicultura permitia a ampla acumulação de capitais nos países centrais do

sistema capitalista, através das chamadas *trocas desiguais* (GROSSMANN, 1979; MANDEL, 1982) e do pagamento de juros e empréstimos aos grandes Estados-*rentiers* da economia mundial, o que punha dificuldades para a reprodução dos sujeitos inseridos nesse setor agroexportador.

Ainda que regida pelas categorias capitalistas (terra-trabalho-capital), a cafeicultura no Oeste Paulista não permitiu a acumulação endógena de capital que estas mesmas categorias visariam garantir, pois, enquanto periferia, estava subordinada à acumulação mundial capitalista. Reproduziu-se, pois, como uma realidade periférica destinada a repor esta acumulação. Assim, não podemos compreender o processo de expansão cafeeira apenas como expansão da sociabilidade capitalista em realidades ainda não mercantis ou muito menos compreendê-lo como a forma nacional da acumulação primitiva capitalista, devemos ir além, de modo a compreendê-lo como momento necessário da reprodução crítica mundial do capital, isto é, cumpria a função de permitir a reposição de relações categoriais formadas numa realidade mundial, ou seja, respondia a uma reposição mundial da valorização do valor (ALFREDO, 2013). Por se tratar de uma formação periférica, vinculada, portanto, ao movimento de acumulação mundial do capital, no plano regional isto significou a constituição de relações sociais de produção não especificamente capitalistas, como o colonato, a empreitada, a parceria etc., pois a expropriação do mais-valor produzido regionalmente era impeditiva para a constituição positiva do trabalho – tal como realizado na realidade inglesa descrita por Marx, em O Capital.

Ao mesmo tempo, a expansão cafeeira se constituía como um amplo processo reprodutivo crítico baseado no consumo de excedentes produtivos, capitais ociosos, desvalorizados, não apenas na forma de mercadorias (bens de consumo e produção), mas também e fundamentalmente, na forma dinheiro, provenientes dos países centrais da economia mundial (ALFREDO, 2013; LIMA, 2017). Como vimos, a cafeicultura se caracterizou muito mais pelo endividamento de produtores, proprietários de terras e de toda sociedade brasileira, e menos como possibilidade de acumulação interna, conformando, portanto, uma reprodução crítica baseada no uso de empréstimos e créditos internacionais como forma de sustentar a sua reprodução (ALFREDO, 2013; LIMA, 2017). Desta forma, a expansão cafeeira deve ser compreendida na sua simultaneidade com o processo de modernização mundial fundado na

expansão do capital financeiro (LÊNIN, 2012; GROSSMANN, 1976; ALFREDO, 2013), no qual o Oeste Paulista, enquanto periferia, participou na forma de produtor agroexportador[58].

[58] Tal como Monbeig (1998, p. 105) salientou, "[...] a marcha para o oeste foi um episódio da expansão da civilização capitalista, surgida nas duas margens do atlântico. Ambas não cessaram de ser solidárias".

Capítulo 10

Aspectos de uma realidade crítica observada a partir dos sitiantes do Oeste Paulista

1. A expansão do mercado de terras no Oeste Paulista no pós-crise de 1929 e a constituição das relações familiares de sitiantes como expressão da crise do capital

Dois fenômenos principais parecem marcar as transformações na agricultura paulista ao longo das décadas de 1930 e 1940: o primeiro deles é a expansão da pecuária e a diversificação agrícola verificada em todo o território de São Paulo, com a ampliação das áreas cultivadas com algodão, milho, amendoim, arroz etc.; o segundo, a expansão das pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar de sitiantes, tanto nas regiões mais antigas de produção agrícola quanto nas regiões de fronteira. Neste capítulo, buscaremos compreender melhor estas transformações, que se expressam fundamentalmente após a crise econômica de 1929.

A Grande Crise de 1929 representa um momento de inflexão na expansão da *franja pioneira paulista* descrita por Pierre Monbeig em *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo* (1998). A partir de então, a expansão da fronteira agrícola paulista adquire novas características. Em seu trabalho, Monbeig (1998) indica a criação de extensa malha rodoviária e a diversificação da produção agrícola paulista (expansão da pecuária e dos cultivos do algodão, do milho, do arroz, do feijão etc.) como algumas das expressões concretas desta transformação. A ampliação da malha férrea paulista, ainda que continue sua marcha, tende a ocorrer num ritmo mais lento, na medida em que a cafeicultura não sustentava a reprodução dos investimentos ferroviários. O autor nos permite observar, ademais, que no pós-1929 a constituição de um mercado de terras no estado de São Paulo não se daria mais sustentado tão somente pela criação, venda e compra das grandes fazendas cafeeiras, mas marcado sobretudo pela intensa expansão de pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar, então denominadas de sítios (MONBEIG, 1998).

Comparando os dados do Censo Demográfico de 1920 e do Recenseamento Geral do Brasil de 1940, podemos observar no período entre os dois levantamentos um crescimento

acelerado do número de propriedades rurais em todo o estado de São Paulo, com destaque para as pequenas propriedades agrícolas: as pequenas unidades (até 100 hectares) saltaram de cerca de 60 mil para mais de 220 mil; as médias (entre 101 e 1mil hectares) foram de cerca de 19mil para 28mil; e as grandes (mais de 1mil hectares), de 300 para cerca de 2mil propriedades. Sabemos que a ampliação do número propriedades rurais no estado de São Paulo ao longo da primeira metade do século XX ocorreu principalmente em função da expansão da fronteira agrícola no Oeste Paulista, ou seja, aumentou o número de pequenas, médias e grandes propriedades no período de 1920 a 1940 em função da criação de novos sítios, fazendas e chácaras pela expansão da franja pioneira. Em relação às mudanças na estrutura agrária paulista no período, Francisco Luna e Herbert Klein (2019) fazem as seguintes observações:

> Entre 1920 e 1940 o número de unidades agrícolas triplicou, mas a área cultivada cresceu apenas um terço, de 13,8 milhões de hectares para 18,8 milhões de hectares. O número e a importância relativa das pequenas unidades agrícolas aumentou nos vinte anos entre 1920 e 1940. Havia mais pequenos agricultores em 1940, e eles aumentaram sua posse de terras agrícolas [de 19%] para 28% do total. Em contraste, houve pouca mudança entre as propriedades com mais de 1.000 hectares [de 31% para 33%]. Como resultado, houve uma redução das unidades agrícolas de tamanho médio, entre 100 e 999 hectares; elas antes ocupavam 50% das terras, e passaram a ocupar 39% em 1940 (LUNA; KLEIN, 2019, p. 201).

Vemos no fragmento acima que houve redução da área ocupada pelas propriedades de médio porte no período de 1920 a 1940, ao passo em que a área ocupada pelas pequenas propriedades ampliou-se e, simultaneamente, houve ligeira variação positiva na área ocupada pelas propriedades extremamente grandes. Sabemos ademais que as transformações na estrutura fundiária paulista no período de 1920 a 1940 ocorreram não apenas em função da expansão da franja pioneira, como indicamos acima, com a criação acelerada de novas propriedades (fazendas e sítios), mas também em função do fatiamento de antigas propriedades de médio e grande porte nas áreas já decadentes da cafeicultura, e, ademais e em menor monta, pela fusão de unidades de pequeno e médio porte, constituindo propriedades maiores. A expansão acelerada do número e da área ocupada por propriedades de pequeno porte no período entre 1920 e 1940 se deu principalmente em função de: a) expansão de projetos de colonização e infraestrutura no extremo Oeste Paulista, na franja pioneira, voltados para propriedades de pequeno porte (MONBEIG, 1998); b) criação de loteamentos rurais através do fatiamento de antigas unidades agrícolas de médio e grande porte na retaguarda da franja pioneira, isto é, nas regiões já ocupadas pela agricultura (MÜLLER, 1951).

Observamos, assim, a partir da crise de 1929, um movimento de ruptura nos sentidos que moviam a expansão da fronteira agrária paulista: se até a década de 1930 essa expansão se baseava na criação de grandes fazendas para o café (MARTINS, 2010), a partir de então, serão a valorização e a especulação com a terra seus fundamentos (MONBEIG, 1998). Devemos acrescentar, no entanto, que esta ruptura se expressaria tanto na franja pioneira quanto em sua retaguarda, expandindo o mercado de terras em todo o estado de São Paulo, e, simultaneamente, estaria marcada pela expansão da pequena propriedade familiar, tal como observou Fujicava (2013) em seu estudo sobre a expansão da pequena propriedade no Norte do Paraná:

> Depois de 1930, a mobilidade do capital e do trabalho se autonomiza da figura do fazendeiro, não obstante permaneça de modo importante a reprodução do colonato como relação de trabalho. O que há de novo na franja pioneira, portanto, é a separação do trabalho em relação à grande propriedade, uma vez que a expansão da fronteira por empresas colonizadoras foi a criação de um mercado de terras que se sobrepôs ao trabalho produtivo e, ao mesmo tempo, criou as condições infraestruturais para a instalação de pequenas propriedades (FUJICAVA, 2013, p. 38).

Deste modo, a expansão dos loteamentos para sitiantes em todo o estado de São Paulo ao longo das décadas de 1930 e 1940, antes de ser apenas a expressão da expansão da pequena propriedade, representa a passagem do uso da terra de meio produtivo, para seu uso como meio especulativo na periferia do sistema capitalista (FUJICAVA, 2013). Serão a precificação e a especulação com a terra, através de projetos de colonização, loteamento e infraestrutura, as determinantes para a expansão da franja pioneira no pós-crise de 1929 em direção ao Paraná e ao Mato Grosso do Sul, e menos a abertura de fazendas do café e a produção de renda fundiária. Do mesmo modo, nas regiões mais antigas de produção – na medida em que a agricultura se mostrava incapaz de mobilizar renda fundiária suficiente para repor simultaneamente os capitais estrangeiros e nacionais – antigas fazendas de café foram fatiadas, loteadas e vendidas, dando lugar a outros tantos projetos de loteamento e infraestrutura. No entorno das pequenas cidades da retaguarda pioneira passaram a proliferar loteamentos suburbanos e chácaras de recreação; já nas regiões mais afastadas destes pequenos centros urbanos, constituíram-se pequenas propriedades rurais para sitiantes (FRANÇA, 1960). Destarte, podemos dizer que ao longo das décadas de 1930 e 1940 ocorreu autonomização do trabalho e do capital em relação à figura do fazendeiro no Oeste Paulista, na medida em que a partir daquele momento a expansão agrícola paulista seria mobilizada por grandes empresas de loteamento e se sustentaria na apropriação do mais-valor gerado pela força de trabalho familiar de sitiantes. Assim, nossa hipótese é a de que *a formação da pequena propriedade no Oeste Paulista e a constituição das relações de produção fundadas no trabalho familiar de sitiantes são desdobramentos da crise*

do capital, melhor dizendo, constituíram-se como expressão da reprodução crítica do capital no campo. Não se trata, portanto, de uma formação positiva do trabalho, a reproduzir o capital ampliadamente, constitui-se em uma formação negativa do trabalho, pelos desdobramentos da crise do capital.

Segundo Fujicava (2013), a expansão da franja pioneira assumiria, a partir de então, o caráter de uma colonização sistemática, a qual estaria autonomizada da:

> [...] figura individual e personificada do fazendeiro como sujeito da expansão agrícola, que abre novas fazendas levando consigo seus trabalhadores, para assumir a forma de associação de capitais, portanto do capital financeiro, que busca na "organização do espaço" a reprodução dos seus investimentos. Daí não se tratar de um "caráter lotérico", como se fazia a atividade agrícola no interior da franja pioneira, determinar a reprodução ou não deste investimento, mas de uma profunda mediação da ciência como previsão, planejamento e cálculo das potencialidades de reprodução da inversão de capital [...] (FUJICAVA, 2013, p. 78).

No fragmento, Fujicava (2013) parece afirmar que apenas a partir de então a expansão da fronteira agrícola paulista seria mobilizada pela penetração do capital financeiro no campo. Entretanto, sabemos que mesmo antes a mobilização da expansão cafeeira no estado de São Paulo teria ocorrido através do capital financeiro das grandes ferrovias e, ao mesmo tempo, se apoiou em empréstimos internacionais que sustentaram os preços do café. Ao nosso ver, a ruptura com este momento anterior aparece na medida em que a partir de então, a expansão da franja pioneira apresenta-se como colonização sistemática (FUJICAVA, 2013; LIMA, 2017), como organização e produção do espaço através da aplicação dos princípios da racionalidade e do planejamento, daí diferir-se do caráter lotérico, isto é, aleatório, da expansão ferroviária que marca o momento anterior.

A diversificação agrícola paulista ao longo das décadas de 1930 e 1940 e a ocupação produtiva do solo no Oeste Paulista pelo trabalho familiar através dos loteamentos para sitiantes seriam fundamentais para sustentar a reprodução ampliada dos grandes investimentos da colonização empresarial e de infraestrutura, isto é, o pagamento e a produção na terra incluíam a remuneração deste capital financeiro anteposto através destes projetos. Mas ao mesmo tempo, o valor produzido através da terra também seria fundamental para a remuneração do capital financeiro internacional, que penetrava na economia brasileira, dentre outras formas, através dos programas de sustentação da cafeicultura. Deste modo, o fundamento destas transformações na agricultura paulista reside na reprodução internacional do capital, no aprofundamento no desenvolvimento de suas forças produtivas e na exacerbação de sua forma financeira. A

ampliação da fronteira agrícola na periferia do sistema capitalista significou, primeiramente, ampliação do espaço produzido pelo capital, mediado por sua forma financeira. Grandes projetos de colonização e de infraestrutura de transportes e energia mobilizam a ocupação produtiva do espaço paulista do longo da primeira metade do século XX. A penetração do capital financeiro não apenas requer a expansão deste espaço agrícola, mas significa que à periferia caberia pagar ou repor o mais-valor que não era produzido no centro do sistema capitalista e que punha esses capitais a se remunerar na periferia. Deste modo, na medida em que se acelerava o desenvolvimento das forças produtivas no centro, ampliando a forma financeira do capital, isto deveria significar uma aceleração proporcional na produção interna de valor na periferia. A solução encontrar-se-ia numa ampliação ainda maior de sua fronteira agrícola, porém com mudanças na sua estrutura. No entanto, a valorização destes capitais financeiros antepostos era algo contingencial, como observamos anteriormente.

Observamos, através de Monbeig (1998), que a expansão do agrário paulista a partir de 1930 caracteriza-se pela anteposição do capital financeiro – investimentos imobiliários e infraestruturais e empréstimos para sustentação da cafeicultura – em relação à produção de valor através da agricultura. A compra de um lote de terra no Oeste Paulista, nos projetos de colonização da franja pioneira, mas também na retaguarda da franja, implicava na remuneração de uma série de valorizações antepostas através destes projetos, que passam então a se expressar através do preço da terra, isto é, o preço da terra apresenta-se neste contexto como representação de uma valorização que ainda não se efetivou como trabalho, mas que está posto numa média socialmente necessária para remuneração destes capitais (MARX, 2017).

Marx dedicou boa parte do Livro III de *O Capital* para analisar as questões relativas à reprodução capitalista no campo. Ao tratar do preço da terra, o define como categoria irracional, na medida em que se põe sobre algo que inicialmente não é produto do trabalho humano, isto é, a terra, que não tem nenhum valor. Por outro lado, observaria que este fenômeno aparentemente irracional se constitui através de processos sociais, de modo que, em seu ver, atrás desta forma irracional se esconderiam relações reais de produção capitalistas (MARX, 2017).

Segundo Marx (2017), o preço da terra se determina inicialmente de acordo com a renda anual que ela aparentemente pode proporcionar. Na sua compra, o proprietário de terra imobiliza capital, mas espera com isso poder auferir rendas anuais, tal como ocorre com os depósitos bancários ou os empréstimos do mercado financeiro. Isto porque, para o proprietário

de terras, “[..] a renda do solo se apresenta numa soma monetária determinada, que o proprietário fundiário obtém anualmente do arrendamento de uma porção do planeta” (MARX, 2017, p. 683). Neste contexto, a renda da terra aparece como juros sobre um dado montante de capital imobilizado. Quando, pois, os capitalistas compram terras, estão convertendo o seu capital monetário em *renda capitalizada da terra*, em direito de extrair renda através da mediação do trabalho. Destarte, podemos dizer que a terra, na medida em que se precifica pela sua capacidade de gerar renda, transforma-se em ativo financeiro, tal como podemos observar na passagem a seguir:

> Se um capitalista compra por £4.000 um terreno que fornece uma renda anual de £200, ele obterá os juros médios anuais de 5% de £4.000, exatamente da mesma maneira que se tivesse investido esse capital em títulos portadores de juros ou se o tivesse emprestado diretamente a juros de 5%. Trata-se da valorização de um capital de £4.000 a 5%. Sob tal pressuposto, em 20 anos ele teria reposto o preço de compra de sua propriedade mediante os ganhos desta última (MARX, 2017, p. 684).

Se a terra se torna uma forma de investimento financeiro, isto é, se ela representa um ativo financeiro ao capitalista, pode, portanto, ser facilmente adquirida em um mercado de capitais e, neste mercado, compete com outros ativos como forma possível de investimento, tal como observamos na passagem. Por isso, o preço da terra, segundo Marx (2017), é determinado não apenas pela renda fundiária que a terra aparentemente pode proporcionar, mas também, na medida em que a terra se constitui em ativo financeiro, pela taxa média de juros do mercado de capitais. Deste modo, o preço da terra aparentemente expressa o preço de compra do solo, quando, em essência, expressa a renda fundiária que a terra permitiria produzir mediada pela taxa média de juros vigente do mercado (MARX, 2017). Seu preço variará de acordo com as oscilações da taxa média de juros deste mercado, mantendo com esta última uma relação inversamente proporcional: se a taxa média de juros do mercado sobe, o preço da terra baixa; de modo contrário, quando a taxa de juros baixa, o preço da terra sobe. Nas palavras de Marx:

> [...] uma vez pressuposta a renda fundiária como grandeza constante, o preço do solo pode aumentar ou diminuir na proporção inversa do aumento ou da diminuição da taxa de juros. Se a taxa de juros corrente diminuísse de 5% a 4%, uma renda anual de £200 representaria a valorização anual de um capital de £5.000, em vez de sê-lo de um capital de £4.000, e desse modo o preço do mesmo prédio teria aumentado de £4.000 para £5.000 ou de 20 *year's purchase* para 25. E vice-versa. Esse é um movimento do preço da terra que independe do movimento da própria renda fundiária e que é regulado somente pela taxa de juros (MARX, 2017, p. 684).

Disto deduzimos que: as diferenças de preço entre os diferentes tipos de solo são produtos de suas qualidades, isto é, de suas rendas diferenciais. Por outro lado, a subida ou a queda destes preços são determinadas pela subida ou queda na taxa média de juros do mercado de capitais, aliada à expectativa de mobilização da renda que pretensamente se encontraria imobilizada na terra. Se a taxa de juros cai no mercado de capitais, a terra aparece como interessante ativo financeiro e a especulação com o solo tende a se expandir pela expectativa de mobilização da renda fundiária. Deste modo, a expansão do capitalismo no campo, com a consequente apropriação privada do solo, revela-se como processo estritamente especulativo.

A taxa de juros está na relação com a taxa de lucro, pois o juro nada mais é do que um componente do lucro (MARX, 2017). Neste contexto, a taxa média de lucro constitui o limite superior da variação positiva da taxa de juros. Na medida em que se desenvolve a produtividade social do trabalho, reduzindo, como vimos em capítulos anteriores, a taxa média do lucro, o que aparece como queda tendencial da taxa de lucro, e na medida em que a partir deste processo constitui-se uma pletora de capitais na forma monetária, a taxa de juros tende a cair consideravelmente, aparecendo como aumento acelerado da massa de capitais de empréstimo no mercado financeiro. Se a taxa de juros sobe, pelo aumento da taxa de lucro, o preço da terra baixa; de modo contrário, quando a taxa de juros baixa, em função da queda da taxa de lucro, o preço da terra sobe, pois apresenta-se, neste contexto, como ativo especulativo. O comportamento do preço da terra é, portanto, inversamente proporcional à taxa de juros.

> Como vimos que, no progresso do desenvolvimento social, a taxa de lucro tem uma tendência à queda e que, por conseguinte, também o tem a taxa de juros, na medida em que ela é regulada pela taxa de lucro, e que, além disso, abstraindo também da taxa de lucro, a taxa de juros tem uma tendência à queda em consequência do crescimento do capital monetário emprestável, segue-se que o preço do solo tem uma tendência à alta, também independentemente do movimento da renda fundiária e do preço dos produtos da terra, do qual a renda constitui uma parte (MARX, 2017, p. 684).

A taxa de juros tende a cair na medida em que se desenvolve a produtividade social do trabalho, isto é, na medida em que se desenvolvem as forças produtivas capitalistas e, ademais, na medida em que a tendência declinante à taxa de lucro passa a ser determinante para a reprodução social capitalista. Por outro lado, a taxa média de juros no mercado financeiro tende a cair ainda mais na medida em que se constituem capitais excedentes no interior da economia capitalista, em seus Departamentos I e II, e na medida em que estes migram para ampliar este mercado de capitais financeiros portadores de juros, capitais monetários emprestáveis. Destes dois fenômenos, que produzem a queda da taxa média de juros, produz-se uma tendência

ascendente e imanente de subida do preço da terra, que apenas aparentemente pode ser detido pela elevação da taxa de lucro, através da queima de capitais ou em momentos em que crises agudas irrompem. Também Alfredo (2017), observa que, em Marx, o aumento do preço da terra se põe na relação com a crise da reprodução social capitalista:

> Para Marx, a redução da taxa de juros devém da redução da taxa de lucro, de modo que o aumento do preço da terra devém de uma crise do capital produtivo. Assim, o aumento desse preço não coincidiria com aumento da renda, mas ao contrário, já que tal ascensão do preço devêm da redução da produção de mais valia e, consequentemente, de sua distribuição na forma de renda (ALFREDO, 2017).

Já observamos anteriormente que, a partir de fins do século XIX, intensificando-se ao longo da primeira metade do século XX, com a expansão acelerada do capital industrial, ampliou-se o fenômeno de sobreacumulação no interior do modo de produção capitalista, o qual encontrou na agricultura um espaço de investimento destes excedentes de capitais. Dada sua menor composição orgânica do capital em relação à grande indústria capitalista, a agricultura representaria, do ponto de vista do capital, espaço de obtenção de sobrelucros. Por outro lado, podemos agora compreender que este fenômeno também envolveu a constituição de um mercado de terras tanto na periferia como no centro do sistema capitalista. Na medida em que que a taxa de lucro tende a cair no interior do modo de produção capitalista, e que também as taxas de juros tendam a baixar, constituindo-se uma pletora de capitais ociosos, a terra tornou-se um interessante ativo financeiro.

No Oeste Paulista, ao longo das primeiras décadas do século XX, a terra adquiriu o caráter de reserva de valor, mas sendo apropriada principalmente com a finalidade de produção. A inflação permanente que marca o período, a penetração maciça do capital financeiro no campo, a queda da taxa de lucro no interior do modo de produção capitalista, aliada à queda também acelerada da taxa de juros, e as perspectivas de reprodução da economia cafeeira, mobilizando a renda que pretensamente se encontraria na terra, tornariam a terra investimento seguro, contribuindo para a subida de seus preços.

Entretanto, a crise de 1929 representaria uma inflexão neste processo. Ao longo dos anos que precederam e nos anos posteriores à crise, o preço da terra tendeu a cair em todo o Oeste Paulista (MARCONDES; OLIVEIRA, 2013). O fundamento deste fenômeno encontra-se na crise da principal atividade agroexportadora, cultivada na maior parte das fazendas e sítios, o café. Tal crise levaria à queda das perspectivas de extração da renda da terra, barateando

este fator produtivo. Na concorrência com outros investimentos financeiros, a terra se desvalorizaria. Neste contexto, a formação de um mercado de terras no Oeste Paulista pós-crise de 1929 se deu negativamente, na medida em que este não se realizou pelo crescimento do preço da terra, mas sim atrelado à sua queda. No interior deste processo, capitais financeiros, associados em grupos monopolísticos, passaram a especular com a terra, aproveitando de seu barateamento pós-crise de 1929 para comprar grandes porções de solo no Oeste Paulista e, posteriormente, vendê-las em fragmentos menores, constituindo grande quantidade de loteamentos voltados principalmente para a pequena propriedade, buscando, a partir da renda da terra extraída com a venda destes loteamentos, valorizar seus capitais. Neste movimento, compravam terras baratas para revendê-las a sitiantes em condições vantajosas.

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), fundada em 1928 por acionistas da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro, é um dos muitos exemplos destes grandes grupos financeiros que passam a especular com a terra no Oeste Paulista e Norte do Paraná[59]. Esta companhia teve atuação na compra e venda de terras inicialmente na retaguarda da franja pioneira, expandindo seus negócios posteriormente para a fronteira. Atuou intermediando a venda de lotes de fazendas em cidades das "zonas velhas", como Ribeirão Preto/Dumont (Fazenda Dumont), Sertãozinho (Núcleo Colonial Barrinha), Jaboticabal, Leme, São Carlos, Matão (Fazenda Cambuhy), Araraquara, Campinas, Limeira, Araras, Pirassununga, Descalvado, Barra Bonita entre outras (ALFREDO, 2013); posteriormente, passou também a atuar na colonização sistemática na franja pioneira, dando origem aos núcleos coloniais de Adamantina, Lucélia, Rubinéia, Santa Clara D'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita D'Oeste e Santana da Ponte Pensa (ALFREDO, 2013; LIMA, 2017). Segundo Alfredo (2009), ao longo dos anos de 1935 a 1955, apenas a companhia CAIC promoveu a venda de mais de 8.000 lotes no estado de São Paulo, na forma de pequenas propriedades, tanto na franja pioneira quanto em sua retaguarda. A fragmentação da terra que advém destes loteamentos pós-crise de 1929 diferencia-se, portanto, da expansão dos latifúndios que caracterizou a expansão da monocultura cafeeira ao longo das primeiras décadas do século XX. Sobre esses loteamentos da CAIC, observemos a passagem de Alfredo (2013):

> Num total de 485.939,56ha ou 200.801,43alq. vendidos entre 1935 e 1955, a CAIC vendeu na Alta Sorocabana 105.969,2ha, constituindo-se aí uma média de 49,5ha por propriedade e atingindo 2.160 compradores no total da área destacada. A região da Noroeste obteve um total de 4.107,04ha, com 221

[59] Além da CAIC, podemos citar ainda a Companhia de Terras do Norte do Paraná, a Sociedade Colonizadora do Brasil, entre outras.

> compradores e 112ha em média por propriedade, sendo que a área da Araraquarense ficou com 59,4ha por propriedade divididos 110.933,05ha entre 1.867 compradores (ALFREDO, 2013, p. 222).

Ressaltaríamos, ainda, que o juro do capital fixo incorporado ao solo, através, por exemplo, da construção de infraestrutura ou no caso das melhorias do solo, como a adubação, a irrigação e o nivelamento, também constitui parte da renda fundiária, isto é, o proprietário fundiário acrescenta à sua renda os juros do capital fixo incorporado ao solo, dos custos que teve com a manutenção e melhoria deste solo, ampliando, deste modo, o preço da terra. A esse respeito, Marx observa que:

> Os juros pelo capital incorporado à terra e as melhorias que ela assim recebe como instrumento de produção podem constituir parte da renda que é paga pelo arrendatário ao dono da terra, mas não constituem a renda fundiária propriamente dita, que é paga pelo uso do solo enquanto tal, quer ele se encontre em estado natural, quer seja cultivado (MARX, 2017, p. 126).

Nesse sentido, os loteamentos realizados por estas empresas de colonização no Oeste Paulista, na medida em que implicavam na constituição de certa infraestrutura, com a abertura de estradas, arruamentos, implantação de energia etc., implicavam na valorização fundiária da região onde se estabeleciam e, deste modo, ampliavam o preço da terra a ser paga pelos pequenos proprietários às empresas loteadoras ou aos empreendedores privados.

Vemos, assim, que o preço da terra aparece, no Livro III de *O Capital*, como promessa de geração de renda, isto é, a expectativa de mobilizar a renda através da ocupação produtiva da terra determina seu preço. Trata-se ali de renda capitalizada. No entanto, tal como uma letra de câmbio, vimos também que o preço da terra subirá ou cairá de acordo com as vicissitudes do mercado, de acordo com a corrida pela sua apropriação. A terra aparece, aqui, portanto, como mero título especulativo, tal como tantos outros encontrados no mercado. O preço da terra é, portanto, uma especulação. Dizemos que o valor do mercado da terra é especulativo, pois não é determinado pela sua renda auferida, mas pela esperada, calculada por antecipação (MARX, 2017). Pressuposta a valorização do capital real como constante ou ainda, pressuposto o rendimento anual como fixado legalmente e também antecipado com suficiente segurança, então o preço da terra tenderá a subir. De modo contrário, se se espera dificuldades com a produção agroexportadora, como nos momentos de crise da economia cafeeira, seu preço tende a cair. Este processo de precificação da terra e o caráter especulativo do mercado de terras é analisado por Marx (2017) na passagem a seguir:

> O preço da terra, de fato, não é outra coisa senão renda capitalizada. Mas também no preço das terras cultivadas são pagas somente as renas futuras: por exemplo, a renda de vinte anos é paga adiantada e de uma só vez, quando a taxa de juros vigente é de 5%. Quando o solo é vendido é na qualidade de gerador de renda, e o caráter prospectivo da renda (que aqui é considerada como fruto do solo, o que ela é apenas na aparência) não distingue o solo cultivado do não cultivado. O preço das terras não cultivadas, assim como sua renda, cuja fórmula condensada ele representa, é puramente ilusório enquanto elas não são de fato utilizadas. Mas ele é determinado *a priori* e realizado tão logo se encontrem compradores. [...] Uma vez que, com exceção do solo pior, todos os tipos de solo geram renda (e que essa renda, como veremos sob II, aumenta com a massa do capital e a intensidade do cultivo a ela correspondente), constitui-se o preço nominal das parcelas não cultivadas do solo, e estas se convertem numa mercadoria, numa fonte de riqueza para seus possuidores. Isso explica, ao mesmo tempo, por que aumenta o preço do solo de toda a região, incluindo o solo não cultivado. (Opdyke.) A especulação com terras, como por exemplo nos Estados Unidos, baseia-se apenas nesse reflexo que o capital e o trabalho lançam sobre o terreno não cultivado (MARX, 2017, p. 731-732).

Vemos, através do fragmento, que o preço da terra representa as rendas futuras que serão pagas aos proprietários da terra, assim, todos os solos são vendidos como possíveis geradores de renda. Temos aqui três questões principais: a primeira, a de que a terra aparentemente por si só é capaz de gerar renda, quando sabemos que, em essência, esse valor é produzido através da mediação do trabalho e distribuído na forma de renda da terra através das contradições da economia capitalista; a segunda, a ilusão de que o preço representa a renda: o preço não é apenas uma especulação sobre a renda, ele é uma ilusão na medida em que o salto da mercadoria para o corpo do dinheiro é um preço mortal, como aponta Marx, o que significa que a realização do produto da terra é algo acidental, determinado pela concorrência capitalista; por último, a ideia de que a renda aumenta com a massa de capitais investidos no solo, como já observamos. Deste modo, afirma Marx, as terras, cultivas e não cultivadas, se precificam pela expectativa de renda, convertendo-se assim em mercadorias. Este processo dá ao mercado de terras um caráter puramente especulativo.

Para mobilizar o mercado de terras no Oeste Paulista, adiantou-se o capital portador de juros (MARX, 2017), que buscaria se remunerar através da renda da terra auferida pelos pequenos produtores que implantou no solo. O preço da terra estabelecido nestes loteamentos estava posto na relação com a remuneração destes capitais. Trata-se, portanto, do fenômeno especulativo que viemos apontando. Deste modo, a ocupação produtiva da terra no Oeste Paulista esteve determinada pelos capitais antepostos através dos projetos de colonização, de loteamento e de sustentação da cafeicultura, de modo que o sitiante, ao entrar na terra, tinha de se reproduzir de acordo com o tempo social médio de produção (MARX, 2013 ;2017) posto

pelo capital financeiro internacional. A ocupação produtiva de seu sítio estará determinada por esta necessidade. Ele produzirá algodão, amendoim, milho, arroz, feijão etc. para os mercados regionais e internacionais, atividades que permitiriam maior lucro no menor tempo possível, mas que, como sabemos, estavam sujeitadas às contradições do mercado capitalista. Deste modo, a compra do lote no Oeste Paulista e a escolha das atividades produtivas pelos sitiantes possuíam determinações que lhe escapavam.

Nos projetos de colonização do Oeste Paulista, mas também nos loteamentos da retaguarda pioneira, a compra de um lote de terra incluía, como momento necessário, a promessa de realização de trabalho futuro na terra para o pagamento das prestações, isto é, para a remuneração dos capitais financeiros antepostos através dos projetos de colonização e loteamento e de sustentação da atividade cafeeira. Nesse contexto, podemos dizer que o preço da terra se antecipa em relação à ocupação propriamente produtiva do solo (MARX, 2017), com promessa de valorização.

Podemos observar através de Monbeig (1998) que no Oeste Paulista, nas regiões de fronteira, mas também na retaguarda da franja pioneira, grandes projetos de colonização, loteamentos e infraestrutura passam a criar as condições que possibilitavam à terra se apresentar tão somente como ativo financeiro, como reserva de valor, isto é, a partir de então, a valorização e a especulação com a terra passam a se antecipar à ocupação propriamente produtiva do solo. A respeito da anteposição das categorias lógicas da reprodução capitalista através da valorização do solo no Oeste Paulista, observemos a passagem de Monbeig (1998):

> As grandes linhas da paisagem já estão elaboradas. Nas plantas, os agrimensores delimitaram fazendas e sítios. O pioneiro fará os traçados dos lotes na floresta e eles surgirão como ilhas no meio do nevoeiro. Estradas e caminhos abertos na espessura da mata, clareiras abertas para os patrimônios, onde surgem os primeiros ranchos, tornam sensível a tomada de posse do solo. Depois disso, o agricultor poderá entrar em cena (MONBEIG, 1998, p. 243).

Vemos no fragmento de Monbeig (1998) como o processo de reprodução capitalista antepõe-se à produção de valor na terra através da valorização do solo. Antes que se efetive a ocupação produtiva da terra, o agrimensor aparece como figura central, constituindo a propriedade privada do solo. Posteriormente, a expansão de estradas e núcleos urbanos contribuem para precificar a terra, de modo que seu preço espelha a expectativa de renda que pretensamente a terra poderia produzir. A ocupação produtiva do solo aparece apenas posteriormente. Deste modo, a partir dos anos 1930, a terra, no estado de São Paulo, inicia sua

trajetória como fundo de investimento especulativo, plenamente constituída com a modernização agrícola dos anos 1960, de modo que, a partir de então, vender e comprar terras passa progressivamente a se desvincular do trabalho produtivo e se referir à autorreprodução do dinheiro (FUJICAVA, 2013). Ainda a respeito da valorização da terra e da especulação fundiária, que passam a constituir o mercado de terras em São Paulo, Monbeig escreveu:

> Nos últimos quinze anos, a especulação generalizou-se, a terra virgem produz lucros antes de produzir colheitas e os preços não cessam de aumentar. O ponto de partida para a série de especulações é sempre a posse de vastas extensões de matas, às vezes designadas como fazendas, frequentemente como glebas, que compreendem milhares de alqueires. [...] A especulação fez-se à base da divisão sucessiva das glebas e conduziu à formação de dois tipos distintos de propriedade: a fazenda e o loteamento, este para a instalação de pequenos proprietários (MONBEIG, 1998, p. 212).

Em outro momento completaria sua formulação:

> Vender terras tornou-se, assim, fonte de recursos menos incerta e mais rendosa. Para que o negócio seja lucrativo, é preciso organizar o espaço; e as empresas de colonização estão melhor equipadas para o fazer. Trabalhos preparatórios para o povoamento, comércio da terra virgem e a presença de grandes grupos capitalistas são os traços que conferem a franja pioneira paulista a sua originalidade atual e marcam a ruptura com os tempos dos fazendeiros (MONBEIG, 1998, p. 241).

A promessa de mobilização da renda fundiária mobiliza a ocupação produtiva do solo, o que se desdobra em valorização e especulação. Ao mesmo tempo, a constituição de um mercado de terras fundado na especulação com a terra constituiria, para Monbeig, a ruptura da expansão da fronteira agrícola em relação aos anos que precedem a Grande Crise de 1929, nos quais a franja pioneira era mobilizada pela expansão das grandes fazendas cafeeiras. A partir dos anos 1930 a terra antes de se colocar como meio de produção, passou a se colocar como meio de especulação, a se precificar não pela sua capacidade produtiva, mas pela necessidade de gerar valor (renda da terra) para pagar as trocas internacionais, isto é, mediada pelo tempo social médio de trabalho da Grande Indústria capitalista. Deste modo, a partir da década de 1930 do século XX, o preço da terra em São Paulo, como representação de valor (tempo de trabalho socialmente necessário), passa a expressar o tempo de trabalho socialmente necessário para a finalidade de reprodução do lucro médio do capital internacional, e não para a reprodução do pequeno produtor (FUJICAVA, 2013; LIMA, 2017). Vemos assim, no interior da expansão cafeeira no Oeste Paulista, um processo intenso de separação entre agricultura e finanças, como propõe Monbeig (1998, p. 240), que se manifesta através do mercado de terras:

> Somos tentados a escrever que houve ruptura entre a agricultura e as finanças. A primeira é, cada vez mais, atividade de gente modesta, e, em menor escala, de grandes fazendeiros. A potencialidade financeira, se não escapou completamente dos ricos fazendeiros-comerciantes, tornou-se cada vez mais anônima. Pertence a esse tipo de organizações que controlam tudo e não produzem nada. É mais lucrativo para as grandes empresas transportar, comerciar e financiar, do que plantar. Deixou-se a agricultura com suas incertezas aos fazendeiros obstinados e aos sitiantes. Elas conservam, agrupados, todos os meios de controle (MONBEIG, 1998, p. 240).

Esta cisão se constitui cada vez mais intensamente na medida em que, como observa Monbeig (1998), é mais lucrativo transportar, comerciar ou financiar do que plantar. Isto porque, como vimos, plantar envolvia uma série de gastos e custos que incidem apenas sobre fazendeiros ou sitiantes. O comércio, o transporte e o financiamento, por outro lado, constituem-se como atividades que se remuneram através do mais-valor produzido no campo, e não estão envolvidos imediatamente na mobilização do trabalho. Nessas atividades, o capital estaria em seu conceito, como observamos, ou seja, se determinaria como capital monetário, capital liberto do trabalho. Mas este capital ocioso, excedente, deve ser mobilizado para se remunerar, deve mobilizar trabalho, através da troca ou da produção e, neste contexto, ele encontra o seu limite.

Além de determinado a realizar a reprodução do sitiante e de sua dívida, este trabalho deveria realizar a transferência de renda internacional, portanto, repondo sua crise. Temos, assim, no Oeste Paulista, na franja pioneira e em sua retaguarda, uma sobredeterminação do preço (como representação de capital) em relação à ocupação produtiva do solo, evidenciando uma anteposição do capital em relação às categorias que devem realizá-lo efetivamente (ALFREDO, 2013). A busca pela mobilização da renda fundiária seria o fundamento do processo, na medida em que esta se constitui como promessa de trabalho futuro na terra, trabalho que de fato ainda não se realizou. O mercado de terras se formaria, portanto, negativamente, na medida em que se constituiria pela crise da reprodução capitalista, isto é, na medida em que o valor não se acumularia internamente à periferia, pelas contradições do mercado mundial capitalista que já observamos anteriormente, o mercado de terras se formaria pela necessidade de produção de um valor para pagar estas trocas internacionais e os capitais que se antecipam nestes projetos de colonização:

> A crise da lavoura cafeeira, ao buscar solver suas dívidas através da formação de um mercado de terras baseado na pequena propriedade desvela a necessidade socialmente posta da produção de um valor que internamente não se fez e que o preço da terra antecipava como necessidade de trabalho, subjetivada no pequeno sitiante e em sua dívida não saldada. O processo social

> interno se funda na expansão de um mercado imobiliário que busca resultar num mercado de trabalho do sitiante que pagará esse preço, mais do que fundar-se num mercado de trabalho industrial (ALFREDO, 2015a, p. 07).

Fujicava (2013) chamaria a atenção, ainda, para o papel determinante da propaganda capitalista na expansão da fronteira agrícola através dos pequenos loteamentos de sitiantes no Norte do Paraná, no pós-crise de 1929. O autor assinala a importância de reconhecermos a propaganda como uma forma de atuação do capital para mobilização do trabalho familiar de sitiantes, o qual deveria realizar a valorização anteposta pelo mercado de terras, como observamos. Nesse contexto, indicaria como a representação de progresso e da fertilidade dos solos através de informes publicitários, com fotografias sobre o desenvolvimento urbano e ainda o vigor das plantações de café no Norte do Paraná, repercutiam como uma forma de assegurar a mobilidade do trabalho dos sitiantes para pagar o preço da terra, buscando realizar a valorização dos capitais dos grandes empreendimentos imobiliários. O fetiche da fertilidade do solo põe-se como possibilidade de enriquecimento para estes sujeitos socializados pela forma-valor, tal como apontamos em momento anterior deste trabalho. Através das propagadas, a fertilidade da terra e o trabalho aparecem "[...] como condições suficientes para assegurar a reprodução social que fundamentalmente é pagar pelo preço da terra e também conseguir assegurar a produção da subsistência" (FUJICAVA, 2013, p. 47), no entanto, a compra e o enriquecimento media-se pelo pagamento do preço da terra, remunerando o capital anteposto pelos grandes empreendimentos imobiliários, e, ao mesmo tempo, a realização da renda da terra produzida nestes sítios está posta sob as contradições da economia capitalista. Deste modo, podemos dizer que a franja pioneira paulista, pós-crise de 1929, aparece como:

> [...] um momento de expansão do capital em que o trabalho se determina como categoria fundamental de realização do que está por vir, mas que já é presente como expectativa. Trata-se de observar que tal anteposição, como forma de consciência, impõe uma reprodução social cujos indivíduos devem se subsumir como objetos da valorização (FUJICAVA, 2013, p. 49).

Trata-se, assim, de um momento de expansão do capital em que o trabalho se coloca como necessário para realizar a valorização de uma série de capitais antepostos através de projetos de colonização e infraestrutura, de programas de sustentação da economia cafeeira etc. O trabalho, seja ele familiar de sitiantes ou de colonos, se coloca como objeto da reprodução capitalista, está determinado pelo e para o capital. Deste modo, o valor era a forma lógica que mobiliza a produção do espaço no Oeste Paulista e que, ademais, medeia as relações desta sociedade da mercadoria. Trata-se assim da produção de um espaço abstrato, de uma abstração concreta, produto da prática social mediada pela forma mercadoria. Para nós, a expansão da

fronteira agrícola ao longo da primeira metade do século XX representa assim a expansão da forma mercadoria e da sociabilidade capitalista.

Para Martins (1975; 2009), de forma contrária, nos estudos sobre a expansão da fronteira capitalista, caberia reconhecer uma distinção espaço-temporal no interior desta, um desencontro de tempos históricos (MARTINS, 2009), na medida em que, em seu ver, esta zona não expandiria de homogênea. No interior desta fronteira, o autor identificou duas realidades: o que chama de frente pioneira, espaço de reprodução do capital; e a frente de expansão, determinada pelas contradições da economia capitalista, mas marcada por relações sociais de produção não especificamente capitalistas. Deste modo, afirma:

> A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica. Compreendê-la como tal, no entanto, implica em considerar que, no caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide, necessariamente, com a fronteira demográfica (via de regra aquela está aquém desta). A faixa entre uma e outra, embora sendo povoada (ainda que com baixos índices de densidade demográfica), não constitui uma frente pioneira e não constitui basicamente porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações de mercado. Por outro lado, a economia dessa faixa não pode ser classificada como economia natural, pois dela saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado. Trata-se de uma economia de excedente, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades. [...] É essa faixa, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como frente de expansão (MARTINS, 1975, p. 45-46).

Ainda segundo Martins (1975; 2009), a perspectiva geográfica se equivocaria ao analisar a zona pioneira como expansão estrita da economia de mercado por realidades ainda não mercantis, estritamente preocupada com a reprodução extensiva e territorial da sociedade capitalista. Em seu modo de entender, caberia à esta análise reconhecer as relações sociais de produção que tomam forma na fronteira (MARTINS, 1975). Caberia, antes de tudo, reconhecer que a expansão capitalista no campo, na forma da frente de expansão, se caracteriza primeiramente pela instauração de relações sociais de produção não tipicamente capitalistas, marcadas pela posse e ocupação de terras devolutas e pela economia de excedente, isto é, pela agricultura subsistência e pela troca do produto que excede às necessidades dos indivíduos. Apenas a chegada da frente pioneira, segundo o autor, implicaria na implantação da propriedade privada da terra, de modo que a renda da terra passaria a mediar todas as relações sociais. A partir deste momento, "[...] a terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do

contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza" (MARTINS, 1975, p. 47). A chegada da frente pioneira seria marcada pela chegada dos empreendimentos econômicos (empresas ferroviárias, imobiliárias, comerciais, bancárias etc.), que loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção de mercadorias e o comércio. Neste momento as tensões se agudizam pelo choque entre as duas situações distintas: entre a frente de expansão e a frente pioneira. Os antagonismos que daí emergem derivam da constituição da propriedade privada da terra, isto é, da luta pela apropriação da renda capitalizada da terra.

A perspectiva de Martins (1975) nos permite compreender que previamente à chegada da franja pioneira, com a propriedade privada do solo que a caracteriza, poderia ocorrer a expansão de relações de produção não-especificamente capitalistas, através da ocupação de terras marginais e devolutas. Ademais, Martins tem razão ao afirmar que na fronteira se entrelaçam e se chocam, na medida em que disputam a renda da terra, as relações de produção capitalista e não-especificamente capitalista. No entanto, caberia ao autor reconhecer que este último é apenas uma forma de ser do primeiro. Importa reconhecer, deste modo, que o não-especificamente capitalista é já o capital em sua forma aparente, compreensão que não dilui suas especificidades e suas contradições, de modo contrário, busca ressaltar que o que aparece como não-especificamente capitalista não é apenas produzido no interior da expansão capitalista, como também reproduz a modernização capitalista. As relações de trabalho e produção não-especificamente capitalistas possuem características distintas em relação às relações de trabalho e produção capitalistas, e nisto reside sua especificidade, como demonstra Martins, no entanto, não podemos enxergar nelas a negação do capital. Deste modo, o não-especificamente capitalista não constitui uma cisão para com o capitalismo. Esta compreensão nos permite uma visão holística do processo de expansão e reprodução capitalista. A produção de mercadorias e a extração da renda da terra constitui a unidade entre ambas. A fronteira marca, então, este lugar de tensão e conflito, lugar instável e marcado por relações sociais de produção contraditórias produzidas no interior do processo de reprodução do capital. Caberia o autor reconhecer, deste modo, que os geógrafos lidam com o capital enquanto processo e demonstram sua potência autorreprodutiva, ainda que muitas vezes não lidem com as categorias e conceitos marxistas.

A fronteira agrícola, no Oeste Paulista, ao longo da primeira metade do século XX, se expandiu como apropriação privada do solo, seja através do apossamento livre, mas

principalmente através da compra e venda de terras, isto é, através da especulação, como demonstra Monbeig (1998). Deste modo, o que caracteriza a fronteira de fato é a "[...] instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade" (MARTINS, 1975, p. 49-50). Vimos que previamente à instalação da propriedade privada do solo, o capital se antecipa como valorização da terra. Buscamos demonstrar que isto revela um movimento onde o capital antecipa-se enquanto conceito, previamente à valorização do valor, como especulação, como promessa de trabalho futuro. Deste modo, mesmo o que não foi ainda apropriado produtivamente não é inerte; é reserva de valor, é promessa de trabalho futuro. O fetiche do capital, do enriquecimento, põe, como vimos, os sujeitos em movimento em direção às regiões de fronteira, buscando mobilizar o valor que pretensamente se contraria na terra. O capitalista e o não-capitalista, o apropriado e o não apropriado, constituem-se como momentos do processo de reprodução capitalista, como momentos do processo de valorização do valor.

Podemos deste modo pensar a fronteira não relacionada à distintos modos de vida, como propõe a sociologia de Martins, mas pensá-la como forma específica de reprodução do capital, que implica numa divisão social do trabalho específica e na constituição de relações de produção específicas, no interior da expansão da forma totalizante da socialização pelo valor. Ao mesmo tempo, a expansão da franja pioneira possui sentidos que lhe escapam, isto é, expressa um momento que indica a reprodução internacional do capital sobre o território da periferia. Deste modo, a expansão da franja pioneira, particularmente em Monbeig (1998), indica a expansão da economia de mercado, com as transformações do espaço que lhe são inerentes, mas também nos revela as contradições do processo de reprodução capitalista, onde o capital antecipa-se à ocupação produtiva do solo e à produção do valor como valorização fundiária. A expansão da fronteira agrícola, como processo de produção do espaço, se faz determinada por determinantes abstratos, a valorização do valor.

2. A constituição de um mercado de terras na retaguarda da franja pioneira paulista pós-crise de 1929 e a constituição das relações familiares de sitiantes como expressão da crise do capital

Milliet (1941) observou que, por onde passou, o café deixou um rastro de grandeza e, posterior, decadência. Segundo o autor, o cultivo de culturas substitutivas teria se tornado uma

das principais saídas buscadas por fazendeiros para a crise cafeeira. Nas regiões Norte, Central, Mogiana e Paulista, o algodão seguiu os mesmos caminhos do café (MILLIET, 1941), substituindo-o nas regiões onde este encontrava-se decadente. Do mesmo modo, Boechat (2013) indicou uma certa diversificação das atividades agrícolas no estado de São Paulo após a crise de 1929 no interior mesmo das fazendas cafeeiras, ocupando-se as terras menos produtivas com outras culturas ou com a pecuária. A partir de 1929 ocorre, assim, uma divisão no interior de muitas fazendas cafeeiras: alguns fazendeiros passaram a associar as plantações de café, realizadas junto aos espigões, com a criação de gado nas pastagens de fundo de vale e nas encostas (MONBEIG, 1998). Muitos outros fazendeiros, no entanto, se lançariam no cultivo de outras culturas, com o algodão, a laranja, a cana-de-açúcar, o milho etc.

Também Monbeig (1998) indica que, paralelamente à diversificação agrícola verificada em antigas fazendas cafeeiras, teria ocorrido a expansão da pecuária. No entanto, o autor atentaria ainda para o fato de que, na retaguarda da franja pioneira, nas regiões mais antigas de produção cafeeira, "[...] alguns fazendeiros, muito abalados pela crise, iriam lançar-se ao loteamento de terras na região de Araraquara e Jabuticabal, de muito pequeno porte [...]" (MONBEIG, 1998, 191). Deste modo, para o autor, além da diversificação agrícola, tantos outros fazendeiros buscariam sair da crise cafeeira através da venda de fragmentos de suas propriedades, particularmente as terras mais impróprias para a cultura cafeeira, como os fundos de vale, e teriam conservado os espigões, obtendo com a venda destas porções de terra os recursos necessários para recuperar seus cafezais, investir em outras atividades e/ou pagar suas dívidas.

Também Verena Stolcke (1986) observou que, após a Crise de 1929, a fragmentação das grandes propriedades cafeeiras, indicada por Monbeig para a retaguarda da franja pioneira, teria atingido principalmente as fazendas onde o café estava decadente, isto é, em queda de rentabilidade. Assim, segundo a autora, "[...] em áreas próximas a um centro urbano, as pequenas propriedades se espalharam, à custa das fazendas médias e grandes, as quais abandonaram os seus cafezais" (STOLCKE, 1986, p. 105). De qualquer modo, afirma Stolcke (1986), esta fragmentação das fazendas cafeeiras nas regiões mais antigas, não significou propriamente mudança na estrutura fundiária paulista e a concentração da terra tendeu a se perpetuar, pois os enormes latifúndios continuariam a ser recriados nas regiões de fronteira e muitos outros passaram a existir a partir da fusão entre duas propriedades.

Liliana Laganá Fernandes (1972), analisando o surgimento da pequena propriedade no município de Limeira, corrobora com o ponto de vista de Stolcke (1986) e Monbeig (1998) e indica que a fragmentação fundiária pós-crise de 1929 não atingiria as terras mais produtivas para a agricultura naquele município, isto é, as manchas de terra roxa localizadas a oeste e norte do município.

> De modo geral, podemos dizer que as propriedades que não sofreram fragmentação correspondiam àquelas localizadas nas manchas de terra roxa de oeste e norte: nestas áreas, a estrutura em grandes propriedades manteve-se, ocorrendo mesmo, certo processo de reagrupamento, por parte das usinas, quando o café viu-se substituído pela cultura de cana-de-açúcar. Fora destas áreas, a fragmentação foi geral, especialmente no setor sudoeste, onde fazendas inteiras ou parte delas foram vendidas em lotes pequenos, muitas vezes aos próprios colonos, como forma de pagamento (FERNANDES, 1972, p. 87).

Deste modo, segundo a autora, se houve mudança na estrutura fundiária do município de Limeira, pelo surgimento de inúmeras propriedades rurais nas regiões sudeste do seu território, também ocorreu reforço da concentração fundiária, na medida em que nas áreas de terra roxa ocorreu reagrupamento de áreas, dando origem a tantos outros latifúndios. Importa, no entanto, reconhecer a expansão da pequena propriedade no município de Limeira após a Crise de 1929, na retaguarda da franja pioneira, nas áreas de menor rentabilidade para a agricultura, àquelas que não fornecem renda da terra diferencial, fato que observamos no fragmento extraído de Fernandes (1972). Para nós, este fenômeno parece ter caracterizado grande parte dos municípios da retaguarda da franja pioneira, isto é, a fragmentação fundiária das áreas de menor rentabilidade para a agricultura e a expansão da pequena propriedade nestas áreas. Este processo insere-se no movimento mais amplo de constituição de um mercado de terras em todo o estado de São Paulo movido pelo fenômeno da especulação e precificação da terra, como indicamos anteriormente.

De acordo com Nice Lecocq Müller, em seu livro *Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo* (1951, p. 27), ao longo da primeira metade do século XX, a formação de pequenas propriedades agrícolas no campo paulista respondeu a vários fatores. Nas regiões de expansão da franja pioneira, a autora salienta a atuação das empresas de loteamento, o fatiamento de propriedades de grande porte e, em raros casos, os apossamentos. Já nas regiões de povoamento mais antigo, onde o café se encontrava decadente, o surgimento da pequena propriedade estaria atrelado ao desenvolvimento do sistema de arrendamento em antigas fazendas, ao incremento do sistema de parceria, à expansão dos núcleos oficiais de colonização, mas, sobretudo, devido

à fragmentação da grande propriedade monocultora. Em outro trabalho, intitulado *Bairros rurais do município de Piracicaba* (1966), ao analisar a expansão das pequenas propriedades e dos bairros rurais no município de Piracicaba, indicaria que o processo de parcelamento da terra neste município da retaguarda da franja pioneira acelerou-se no período que se estende entre 1920 e 1946 através da fragmentação de antigas propriedades cafeeiras, fato que corrobora nossa perspectiva de que este processo de fragmentação fundiária na região da retaguarda pioneira foi mais intenso na medida em que se ampliava a especulação com a terra no estado de São Paulo, particularmente após a grande crise cafeeira de 1929, tal como podemos observar no fragmento a seguir:

> Se entre 1920-1935 Piracicaba teve fase de grande subdivisão da terra, ao fato correspondendo o aparecimento de novos bairros (podendo-se citar, como tendo essa origem os de Giboia, Congonhal, Dois Córregos e Cruz Caiada), foi entre 1939-1946 que surgiu o maior número de bairros em toda a história do povoamento rural do município. Nêsses sete anos surgiram 70 bairros rurais que, embora aparecendo em todo o território municipal, concentraram-se, especialmente, na área canavieira (distritos de Piracicaba e Tupi, porção centro-setentrional do distrito de Artemis). O fato não se liga, no entanto, apenas à subdivisão da terra (MÜLLER, 1966, p. 91).

Deste modo, também na retaguarda da franja pioneira, a expansão de um mercado de terras se daria negativamente, pela crise da reprodução social capitalista, estaria fundado na especulação com a terra, como anteposição do preço em relação à ocupação produtiva do solo, e resultou na expansão da pequena propriedade e no estabelecimento de relações de produção de sitiantes, baseadas no trabalho familiar. Este processo também foi observado por Ary França (1960), na região de Ribeirão Preto:

> Grandes fazendas de café, que a região de Ribeirão Preto conheceria em toda sua pujança, no apogeu da cultura, e de que ainda existem expressivas amostras, fragmentar-se-iam. Os preços das terras tornavam-se vis e os hábitos europeus de poupança permitiam aos colonos utilizar economias na compra de terras. Inicia-se em larga escala, dessa forma, ao mesmo tempo, a fragmentação dos latifúndios e a instalação, em grande número, de pequenos sitiantes, em sua maioria italianos ou seus descendentes, seguidos por espanhóis e portugueses. A eles caberia, em grande parte, a diversificação das culturas e também outras consequências sobre as paisagens rurais. O *habitat*, que nas fazendas é aglomerado (nas chamadas "colônias", localizadas junto às sedes ou nas secções em que costumam ser divididas as lavouras de café), revela, em grau crescente, a dispersão. Em torno das cidades – ainda uma vez é Ribeirão Preto favorecida – instalam-se "chácaras", diminutas explorações rurais das áreas suburbanas, com hortas de verduras, pomares e pequenas criações de aves. Multiplicam-se as pequenas propriedades rurais exploradas diretamente pelos novos proprietários e suas famílias: os chamados "sítios" (FRANÇA, 1960, p. 177-178).

Vemos, assim, que tanto na franja pioneira quanto em sua retaguarda, o mercado de terras se formaria negativamente, não apenas em função da Grande Crise de 1929, mas determinado sobretudo pela reprodução social crítica capitalista na periferia do sistema, marcada por sua incapacidade de acumulação. A solução para a crise passaria, portanto, pela formação de um mercado de terras para a pequena propriedade que permitisse mobilizar o valor que pretensamente se encontraria na terra e remunerar os capitais financeiros que se antecipavam através deste mesmo mercado e, ademais, pagar as trocas internacionais. Na perspectiva de mobilizar valor, loteia-se tudo, o que revela a anteposição do preço em relação à ocupação produtiva do solo. As terras das fazendas mais desgastadas da cafeicultura, tanto às contíguas às pequenas cidades do interior, como as mais afastadas, não escaparão ao processo de fracionamento, fragmentando-se em sítios e chácaras para sitiantes. Assim, retomando o sentido movente do processo indicado nas páginas anteriores, para nós, a formação da pequena propriedade no Oeste Paulista e a constituição das relações de produção fundadas no trabalho familiar de sitiantes, tanto na franja pioneira quanto em sua retaguarda, são desdobramentos da crise do capital, isto é, constituíram-se como expressão da reprodução crítica do capital no campo, portanto, se trata de uma formação negativa do trabalho.

2.1. A formação da pequena propriedade em Itápolis observada através dos desdobramentos da crise do capital

A constituição de um mercado de terras na retaguarda da franja pioneira após a crise de 1929 também pode ser observada através das transformações no campo do município de Itápolis. Ao longo da primeira metade do século XX, mas particularmente após a Grande Crise, observamos ali intenso movimento de compra e venda de terras. O livro *Nossa Terra Nossas Raízes*, de Nancy Hauers (2000), é ilustrativo deste processo. As histórias de vida apresentadas no livro buscam elencar e descrever os atos e contribuições de diversos sujeitos para o "crescimento do município de Itápolis", no entanto, quase a totalidade das histórias narra a compra e a venda de terras e os processos pelos quais diversos sujeitos se entrelaçam com a agricultura de exportação. Apresentamos, a seguir, três exemplos dessas histórias, conservando apenas o conteúdo da descrição:

> 1º Exemplo – "Durante vinte e oito anos trabalhou na roça como colono. Com sacrifício comprou uma chácara com um alqueire e meio de terra onde plantou 2.600 pés de café, chácara essa que D. conservou até seus últimos dias de vida" (HAUERS, 2000, p. 71).
>
> 2º Exemplo – "Foi proprietário da fazenda do Bairro da Light, com 720 alqueires de terra, teve máquinas de arroz e café na Rua Rodrigues Alves, propriedade em Fernandópolis e em Arapuã, distrito de Novo Horizonte, de pasto e café" (HAUERS, 2000, p. 125).
>
> 2º Exemplo – "Nascido na Itália, cidade de Venosa, província de Potenza, em 14 de fevereiro de 1894, veio ao Brasil com 04 anos de idade, acompanhado de seus pais [...], para Sertãozinho, São Paulo. Mais tarde vieram para Itápolis, onde seu pai se propunha a trabalhar na lavoura de café, vindo P. adquirir 12 alqueires de terra. [...] Após casar-se, trabalhou na lavoura de café, onde adquiriu mais 30 alqueires de terra, formando aí um cafezal, de onde tirava seu sustento. Estabeleceu-se depois, no comércio de compra e venda de café, e, com a quebra do café por volta de 1930 a 1931, veio a sofrer as consequências, voltando a trabalhar novamente na lavoura. Refazendo-se financeiramente montou um estabelecimento comercial de secos e molhados [...]" (HAUERS, 2000, p. 204-205).

Os grupos de nacionais e estrangeiros que se apropriam das terras do município ao longo da primeira metade do século XX passaram a compor a classe proprietária local, mas, como veremos, suas atividades não se restringiam ao campo, na medida em que o agrário era incapaz de pagar as trocas com as economias urbano-industrias. Vemos, ainda nos fragmentos, o intenso processo de mobilidade do trabalho que caracteriza a atividade cafeeira ao longo da primeira metade do século XX e, simultaneamente, o intenso processo de especulação fundiária no município. No interior deste processo especulativo, a terra torna-se meio de acessar valor, através da venda ou da produção, ao mesmo tempo em que a sua apropriação privada no município restringe a apropriação livre (posse) por outros sujeitos, ou seja, a propriedade privada da terra aparece também como um meio para sujeitar o trabalho ao capital, mobilizando-o e extorquindo-lhe mais-valor. Deste modo, aos tantos outros despossuídos da corrida ao sertão, duplamente livres (MARX, 2013; GAUDEMAR, 1977), isto é, aos trabalhadores migrantes[60], lhes restaria vender a sua força de trabalho, como colonos, meeiros, diaristas, parceiros etc. Deste modo, as histórias de vida que Hauers (2000) considera como "raízes" do município revelam, de fato, a reprodução negativa do capital em seus diversos momentos, particularmente através da constituição da propriedade privada da terra.

[60] Muitos vieram do exterior: inicialmente e principalmente italianos, depois espanhóis e portugueses e, por último, alemães, japoneses e sírio-libaneses migram para o município (GAZETTA *et all.*, 2012). Mas, ao mesmo tempo, muitos outros sujeitos, nacionais e estrangeiros, vieram de cidades próximas ou de locais mais distantes, em busca de trabalho na lavoura cafeeira do município de Itápolis.

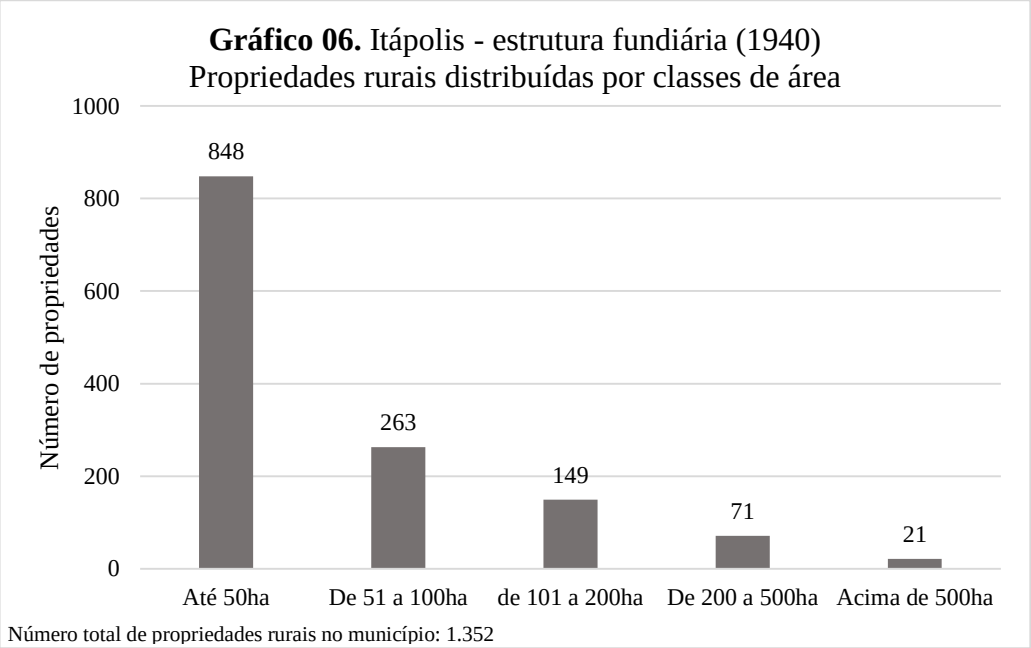
Ao longo da primeira metade do século XX, principalmente após a crise de 1929, o setor imobiliário expandiu-se nas pequenas cidades do Oeste Paulista como mercado de terras, tanto na franja pioneira quanto em sua retaguarda, como viemos apontando em nosso diálogo com Monbeig (1998), Stolcke (1986), Fernandes (1972), Müller (1951; 1966). A expansão de bairros periféricos urbanos e o parcelamento do solo rural, através da venda de grandes propriedades na forma de glebas, aparecia, para inúmeros proprietários de terras em falência, como solução para a incapacidade de acumulação a partir do agrário. Em 1928, momento em que a crise já se anunciava para a cafeicultura, encontramos, nos jornais da cidade de Itápolis, os seguintes anúncios, que indicam para a saída encontrada por muitos proprietários de terras diante da impossibilidade de se reproduzirem e saldar suas dívidas, qual seja, a de vender suas propriedades, buscando realizar, através do preço da terra, através do endividamento de tantos outros sujeitos, a acumulação de capitais que a acumulação produtiva do campo não teria permitido realizar:

> 1º Exemplo – "Sitio - Vende-se um sitio com 19 alqueres de terras de primeira ordem, com dois mil e quinhentos cafeeiros de meses de edade, boa casa de morada, moinho e monjolo tocado a agua, com agua de sobra tendo 15 alqueires de pastaria cercada de arame para criação de gado, meio alqueire cercado para criação de porcos, entrando no negocio 20 cabeças de gado, duas éguas, uma carroça e respectivos arreios, e 15 cabeças de porcos. Dista desta cidade 5 léguas mais ou menos, margeando a estrada de Automóveis que liga esta cidade a de Itajobi. Preço de ocasião, facilita-se o pagamento. Ver e tratar nesta cidade com Miguel Archanjo Mendes, Largo Cincinato Braga – Itápolis" (JORNAL A ORDEM, 1928ª, p. 06).
>
> 2º Exemplo – "Sitio - Vende-se um bom sitio com 10 mil pés de café formados, uma boa casa de morada, uma tulha, um paiol, um mangueirão para porcos, um piquete, bom pasto e boa cabeceira d'água. Preço: 25c000$000 Informações: Avenida 15 de Novembro nº [inelegível]" (JORNAL A ORDEM, 1928ª, p. 06).

Em outro momento, anunciam a venda de uma fazenda no norte do Paraná, já no final da década de 1930:

> 3º Exemplo – "Fazenda no Norte do Paraná - Vende-se uma com 260 alqueires, com terras de café, algodão, cereaes e pestagens; 32.500 pés de café, sendo 10.000 de 5 annos, e 22.000 de 4 annos; 4 alqueires de invernadas cercada de 4 fios de arame farpado. Dista da Estação de Jatahy 35 kilômetros, de Londrina 30 kilômetros, da cidade de Sertanópolis a Fazenda 9 kilômetros. Preço de 150c000$000, a dinheiro faz-se abatimento. Faz-se também negócio a prazo. Aceita-se em pagamento apolices Federaes, Estadoaes e do Reajustamento Econômico, pela cotação do dia. Tratar em Sertanópolis com Carlos de Arruda Freitas, Linha de S. Paulo - Paraná; em Itápolis com o Sr. Antônio Pinto de Moraes" (JORNAL A ORDEM, 1937, p. 03).

Para a realidade do município de Itápolis, o *Recenseamento Geral do Brasil de 1920* apontou a existência de cerca de 928 propriedades rurais. Já o *Recenseamento Geral do Brasil de 1940* (IBGE, 1950), computou 1.352 propriedades rurais no município[61], isto é, um acréscimo de 424 propriedades rurais no período entre os censos. Podemos perceber, deste modo, que ocorreu ampliação acelerada no número absoluto de propriedades rurais no município de Itápolis ao longo do período entre 1920 e 1940, talvez em função da criação de sítios e fazendas em terras até então não ocupadas, mas sobretudo em função da fragmentação de antigas propriedades rurais, como buscamos demonstrar[62]. Apresentamos, no gráfico 06, a estrutura fundiária do município de Itápolis na década de 1940, segundo dados do Recenseamento Geral do Brasil de 1940.



Fonte: Recenseamento Geral do Brasil de 1940, Série Regional, Parte XVII, São Paulo, Tomo 03. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

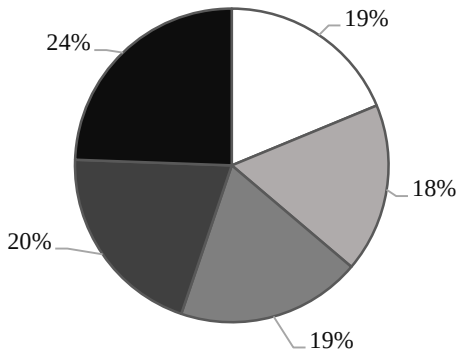
Vemos, através do gráfico 06, que a maior parte (mais de 60% das propriedades) das propriedades rurais do município de Itápolis no ano de 1940 era constituída por propriedades

[61] Ainda segundo dados do Recenseamento de 1940, 582 propriedades pertenciam a sujeitos nacionais, naturais e naturalizados; 388 pertenciam a estrangeiros; 110 pertenciam a pessoas jurídicas ou ao Governo; outras formas somavam 272 (IBGE, 1950).

[62] Infelizmente, a comparação dos dados apresentados pelos Censos não pode ser realizada, o que nos permitiria observar em quais classes de área ocorreu ampliação e em quais ocorreu queda no número de propriedades rurais, isso porque cada um dos Censos utilizou parâmetros métricos diferenciados para classificar as propriedades rurais.

de até 50ha, consideradas, neste contexto, como pequenas propriedades. Propriedades que, como viemos apontando, constituíram-se ao longo da primeira metade do século XX, fundamentalmente após a crise de 1929, através do parcelamento do solo rural de antigas fazendas cafeeiras. Temos, assim, uma realidade marcada pelo predomínio numérico da pequena propriedade fundada no trabalho familiar, ou seja, trata-se propriamente de sítios. No próximo gráfico, apresentamos a área rural do município distribuída segundo as classes de área.

Gráfico 07: Itápolis - estrutura fundiária (1940)
Área ocupada pelo imóveis rurais segundo classes de área



Fonte: Recenseamento Geral do Brasil de 1940, Série Regional, Parte XVII, São Paulo, Tomo 03. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

Os gráficos 06 e 07 trazem informações sobre a estrutura fundiária do município de Itápolis no ano de 1940. Se no gráfico 06 observamos o predomínio numérico das pequenas propriedades na área rural do município, o gráfico 07, de modo contrário, nos mostra o fenômeno da concentração fundiária, característico da ocupação da terra no Oeste Paulista. Deste modo, vemos que as 848 propriedades rurais do município com até 50ha ocupavam uma área que correspondia apenas a 19% da área rural do município. Por outro lado, as 21 propriedades com mais de 500ha, ocupavam uma área que correspondia a cerca de 24% da área agrícola do município. Com base nos dados apresentados, podemos concluir que: na década de 1940, ainda que a pequena propriedade agrícola tivesse se expandido e predominasse em números absolutos no município de Itápolis, a terra se encontrava ainda relativamente concentrada numa parcela restrita dos proprietários. Para a realidade do município de Itápolis

a grande fragmentação de terras pós-crise de 1929 permitiu o convívio de formas diferenciadas de relações de trabalho no campo: nas grandes fazendas, como dissemos, encontramos o colonato, mas também parceiros, meeiros, camaradas, diaristas etc.; nos sítios, predominou a produção familiar e o mutirão e a parceria. Nesse sentido, a realidade do campo do município de Itápolis na primeira metade do século XX assemelhava-se à realidade descrita por Antônio Cândico para o município de Bofete, São Paulo, em seu livro *Os parceiros do Rio Bonito* (2010). Dizia Cândido (2010): "[...] Em Bofete, encontram-se pois, numa situação de interessante confronto, a monocultura e a pequena policultura, o latifúndio e o sítio, o imigrante e o caboclo [...]" (CÂNDIDO, 2010, p. 118).

Em *Fazendeiros e Pioneiros...*, Monbeig (1998) observou com perspicácia o papel desempenhado pela especulação fundiária na ocupação do Oeste Paulista pós-crise de 1929. Ao analisar como a gestação do urbano antecipou o agrário através da formação dos patrimônios e dos loteamentos no extremo Oeste, permitiu observar como neste processo o valor, através do preço da terra, passou a se antecipar como promessa futura de exploração do trabalho. Do mesmo modo, também na região de Itápolis, na retaguarda da franja pioneira, a expansão dos loteamentos no campo e na cidade, constituindo chácaras, sítios e bairros expressa a crise da reprodução capitalista e dependeria do trabalho futuro de sitiantes para pagar o valor antecipado através dos projetos de loteamento de antigas fazendas de café. Isto significa que o pagamento da terra, vendida a prazo aos sitiantes que se instalam, dependeria da mobilização da produção destes agricultores para realizar-se. A especulação com a terra que se desdobra a partir da crise de 1929, em todo o interior paulista, revela as determinações críticas de uma economia que se reproduziria na dependência do trabalho futuro de sitiantes. Isto é, antes mesmo das condições categorias da produção estarem postas a reproduzir o capital, o conceito se antecipa como valor que promete se realizar, deste modo, "[...] a consciência e a lógica social do capital já se fariam presentes, pressupondo a valorização como surgida de propriedades intrínsecas à terra, ao capital e ao trabalho" (LIMA, 2017, p. 281).

3. Sitiantes, endividamento e crédito cotidiano

Ainda sobre a formação da pequena propriedade na retaguarda da franja pioneira paulista, Prado Jr. (1975) buscou analisar o processo de fragmentação das antigas fazendas cafeeiras em sua relação com as crises sucessivas pelas quais passou o campo paulista ao longo da primeira metade do século XX:

> A pequena propriedade desenvolveu-se efetivamente em São Paulo em consequência das crises do café. O esgotamento do solo, a queda dos preços, as dificuldades de exportação; estes são os verdadeiros fatores que contam. É deles que provém a ruína das fazendas e grandes domínios, e, sem consequência, seu retalhamento, último recurso para sair das dificuldades. Podemos acompanhar nas estatísticas este processo de decomposição da fazenda em consequência das crises, e sua substituição pela pequena propriedade. É, sobretudo, depois da grande crise de 1929 que o retalhamento das fazendas se precipita. E este processo foi facilitado pela prosperidade do período anterior, que permitira a uma parte dos trabalhadores rurais, melhor aquinhoados pela sorte, reunir pecúlio suficiente para recolher a sucessão das fazendas arruinadas (PRADO JR., 1975, p. 228).

A análise de Prado Jr. nos ajuda a pensar o processo de loteamento de antigas fazendas cafeeiras. Segundo o autor, ao se encontrarem arruinados com as crises sucessivas do café, os fazendeiros interessados em fazer renda buscaram a venda de fragmentos de suas fazendas. Neste contexto, para Prado Jr (1975), os colonos que puderam adquirir algum capital através do trabalho no campo passaram a investir na compra de pequenas propriedades agrícolas.

Conforme se constituíam as políticas de valorização do café, sustentadas por empréstimos internacionais, o preço da terra tendia a se manter e até mesmo a subir em todo o Oeste Paulista, pois a renda fundiária apresentava-se como promessa de valorização. Neste contexto, o acesso à terra estaria impossibilitado para grande parte da sociedade paulista, imigrantes e nacionais. Vemos, através de Prado Jr (1975), que a grande crise de 1929 representaria ponto de inflexão neste movimento ascendente do preço da terra, na medida em que a sobreacumulação na produção cafeeira, com queda consequente dos preços do café, levaria à uma queda intensa dos preços das terras em todo o estado de São Paulo. Simultaneamente, a intensificação da venda de terras ampliou a queda de seus preços. Neste contexto de crise, conforme aponta Prado Jr. (1975), o acesso à terra tornou-se possível à uma gama de sujeitos trabalhadores do campo. No entanto, como observou Monbeig (1998), no interior da economia cafeeira os colonos apenas conseguiam acumular alguns contos de réis, não suficientes para a compra e instalação de um novo sítio. Observemos a passagem a seguir:

> A maior parte dos pioneiros [do extremo Oeste] trabalhou como colonos nas grandes fazendas das velhas regiões. Os salários não foram tão elevados a ponto de permitir que fizessem grandes economias. [...] Os colonos que possuem verdadeiramente uma pequena fortuna, obtiveram-na de uma atividade estranha ao regime da colônia, por exemplo do comércio (MONBEIG, 1998, p. 223).

Em *Pioneiros e Fazendeiros...* (1998), Monbeig salientou a importância das empresas de loteamento para a expansão da franja pioneira, mediando a compra de lotes por colonos no extremo Oeste Paulista. O autor demonstra que essas transações apenas se realizavam através de contratos, e tinham como consequência o endividamento a longo prazo dos sitiantes (MONBEIG, 1998). Nas regiões mais antigas de produção cafeeira, no entanto, existem poucos dados e pesquisas sobre esse mercado de terras, de modo que podemos apenas aventar hipóteses sobre estas transações na retaguarda da franja pioneira, baseados nas poucas informações que tivemos contato.

Já discutimos em capítulo anterior as contradições que envolviam a reprodução do colonato no interior das fazendas cafeeiras. Vimos que os fazendeiros, em sua grande maioria, buscavam sujeitar e explorar ao máximo a força-de-trabalho no interior de suas fazendas, ao mesmo tempo em que lançavam mão de expedientes variados para expropriar os gêneros obtidos por colonos em seus roçados. Deste modo, podemos dizer que não é razoável supor que estes sujeitos trabalhadores pudessem acumular capitais durante os anos de trabalho árduo no campo e comprar à vista estas propriedades, pois, como vemos em Monbeig (1998), a acumulação de fortunas através do trabalho na terra certamente não era realidade para a maior parte dos trabalhadores do campo. Assim, na maioria das vezes, a compra de um lote por trabalhadores colonos e outros sujeitos deveria ocorrer principalmente mediante o parcelamento do preço original, acrescido dos juros, e implicava em endividamento a longo prazo do sitiante, diretamente com o fazendeiro ou empresa de loteamento. Este processo de compra pode ser observado através da Fazenda Dumont, em Ribeirão Preto. Ali, segundo Zamboni (1979), a compra de terras teria sido acessível a pequenos agricultores, pois se tratavam de pequenos lotes e o pagamento não era à vista. Deste modo, observa o autor que nos contratos de compra de terras na Fazenda Dumont:

> A entrada inicial era de 20% sobre o preço total do lote, e o restante deveria ser pago em 4 prestações anuais sem juros. No caso do comprador atrasar o pagamento da prestação, pagaria juros de 7% ao ano. Dessa forma, o comprador necessitaria somente o valor da entrada do lote adquirido, podendo o restante ser pago com a renda advinda da própria produção da terra adquirida. Há ainda um fato que viria a facilitar o pagamento da dívida: eram

> os financiadores bancários, a quem os novos compradores tinham acesso para o financiamento de suas lavouras (ZAMBONI, 1979, p.).

A compra do lote requeria primeiramente uma entrada, a qual implicava no adiantamento de parte do preço da terra. Isto certamente significava que o sitiante deveria acessar capital complementar a fim de pagar este montante. Seu endividamento em bancos estaria garantido já neste momento. Posteriormente, o parcelamento do preço do solo garantia ainda seu endividamento com a companhia loteadora ou com o fazendeiro por vários anos, o que implicava na necessidade de mobilizar a renda da terra, através da ocupação do solo, para saldar sua dívida. Ao mesmo tempo, sobre o atraso no pagamento das prestações incidiam juros, o que ampliava a dívida dos pequenos produtores. Por último, a presença do capital financeiro de bancos, que especulavam com a dívida de sitiantes. Em algumas situações, poderia ocorrer que, através de empréstimos em bancos ou mesmo com outros sujeitos, fazendeiros ou maquinistas, os sitiantes pudessem obter o valor integral para pagar à vista a compra de um imóvel, o que significa que o sitiante acessou capital extra, complementar, capital que se constituía como adiantamento de parte do valor necessário para a compra dos lotes das fazendas. De qualquer modo, ele também estaria endividado nesta situação, apenas mudando a persona responsável por adiantar o capital.

Em relação ao sitiante, Monbeig (1998) observou que este, além de comprar a terra, nos primeiros anos após se fixar em sua propriedade, precisava construir sua casa, as instalações necessárias, comprar instrumentos de trabalho etc., deste modo, estes gastos poderiam exaurir suas parcas economias, quando essas fossem existentes. Neste contexto, afirma Monbeig, para se reproduzir, para se fixar à terra, "[...] o sitiante é obrigado a contrair empréstimos" (MONBEIG, 1998, p. 224). Ainda segundo Monbeig (1998), nas regiões do extremo Oeste Paulista, além de mobilizar capitais para a compra de seu lote de terra, o sitiante comumente teria que realizar mais dois empréstimos anuais: o primeiro, para a semeadura, pois precisava comprar as sementes do algodão, do arroz, do milho etc.; antes da colheita, no entanto, o sitiante deveria pagar essa dívida e seus juros, recorria, então, ao segundo financiamento, aumentando os encargos que incidem sobre sua renda. Sujeito a um circuito de transações comerciais onerosas, o sitiante buscava plantar café, algodão, e todo tipo de cultura a fim de pagar suas dívidas e se reproduzir. O café era demorado em sua frutificação e o algodão e outras culturas poderiam não render o suficiente. O sitiante se via, assim, endividado.

É neste contexto de endividamento social que podemos compreender a expansão de uma extensa rede de créditos formais e informais juntamente com a expansão da economia cafeeira, pois grandes proprietários de terras e sitiantes necessitavam da contração de empréstimos como forma de compensar a espoliação constante de seus capitais, pois, do contrário, seriam excluídos do processo produtivo agrícola. Dado que não havia uma política de Estado direcionada ao financiamento direto da produção agrícola[63], emerge juntamente com a expansão cafeeira um sistema privado de crédito, cujos atores principais eram inicialmente os grandes comissários e, posteriormente, negociantes de café, maquinistas, grandes proprietários de terras, bancos privados e públicos etc. – mas também do Estado, através das políticas de valorização do café (compra dos excedentes produtivos) –, mediadores, portanto, da realização produtiva de capitais monetários ociosos, nacionais ou estrangeiros. Tem-se, assim, uma realidade social que se reproduzia criticamente, dependente da extensão creditícia para compor seus capitais, o que remente, mais uma vez, à sua incapacidade de cumulação.

Segundo Monbeig (1998), os bancos, privados e públicos, principalmente o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo, ainda que fixassem juros a 8%, portanto abaixo de outras formas de financiamento, geralmente trabalhavam com grandes volumes de empréstimos, voltados aos grandes fazendeiros, que tinham melhores condições de remunerar o volume de capitais adiantado. Ademais, os bancos exigiam uma série de documentos oficiais – comprovação de propriedade, previsão de colheita, promissórias endossadas por vizinhos e outros documentos – que dificultavam os empréstimos a pequenos produtores. Para sitiantes, no entanto, o crédito bancário não satisfazia, na medida em que os prazos tendiam a ser mais curtos e que o valor adiantado não podia ultrapassar um terço do total estimado para a colheita. Ao mesmo tempo, para a compra de sua propriedade, o sitiante não podia recorrer ao crédito bancário, pois este estava direcionado apenas à produção agrícola. Neste contexto, afirma

[63] Um dos primeiros passos em direção à institucionalização de uma política estatal de crédito rural esteve atrelado apenas aos desdobramentos da crise de 1929, onde o Estado, mais uma vez, agiu buscando compensar com crédito a impossibilidade de realização do mais-valor do setor. Segundo Ramos e Martha Jr., (2010), "[...] somente em 1937, com a edição da Lei nº 492, o governo deu o primeiro passo objetivo em direção à concessão de recursos financeiros ao setor agrícola, ao regulamentar o penhor rural e a cédula pignoratícia" (RAMOS e MARTHA JR., 2010, p. 13-14). Ainda segundo Ramos e Martha Jr. (2010), a mesma Lei nº 492 deu "[...] condições para a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), que entrou em vigor, efetivamente, em outubro de 1937" (RAMOS e MARTHA JR., 2010, p. 14), e que concedia, efetivamente, recursos financeiros ao setor agrícola: "A criação da CREAI representou a primeira ação concreta em prol da institucionalização da política governamental de crédito rural no Brasil, cuja operacionalização ficou sob a responsabilidade do Banco do Brasil. As operações para atividades específicas ou regionais ficaram a cargo do Banco de Crédito da Amazônia, do Banco do Nordeste do Brasil, do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e de alguns estabelecimentos oficiais estaduais. O desempenho da CREAI, considerando o volume de crédito aplicado e as condições de juros, prazo e garantia foi, na época, extremamente favorável" (RAMOS e MARTHA JR., 2010, p. 14).

Monbeig (1998), os maquinistas e negociantes, por conhecerem melhor sua clientela, estavam em vantagem. Desta forma, os sitiantes preferiam:

> [...] dirigir-se a bancos locais, aos comerciantes, aos "maquinistas" (gerentes das máquinas de descaroçar algodão ou de beneficiar arroz), aos negociantes de café ou de algodão. [...] O comerciante vizinho ou o "maquinista" não pedirão títulos das propriedades nem estimativa das safras. É mais simples e econômico tratar com eles que, concluído o negócio, tirarão letras de câmbio do bolso, sem maiores complicações.
>
> A contrapartida dessa generosidade aparente não deixará de ser dolorosa. Os juros dos empréstimos assim feitos são de ordem de 12% ou 1% ao mês. As notas de compras dos fornecedores transformados em financiadores são, automaticamente, majoradas. As sementes, os adubos, os instrumentos de trabalho, os inseticidas e os alimentos custarão mais caro; mas o pobre pioneiro não se dará conta. O que ele sabe muito claramente é que o negociante, o "maquinista" ou os seus intermediários, fazendo tão humanamente os empréstimos, adquirem o direito, por vezes tácito, mas quase sempre por escrito, de lhe comprar toda a colheita. Pode-se garantir que eles não farão a oferta mais elevada nas cotações do dia, porque, recorrendo ao empréstimo, o sitiante perdeu o direito de dispor de sua safra." (MONBEIG, 1998, p. 224-225)

Vemos, através dos fragmentos, que ao longo da primeira metade do século XX os pequenos comerciantes dos núcleos urbanos do Oeste Paulista, principalmente maquinistas e negociadores de café, e em raros casos os bancos públicos e privados, agiam como emprestadores aos agricultores, adiantando quantias a sitiantes e proprietários de terras que apenas seriam saldadas caso ocorresse a venda das safras, acrescentada dos juros. Também Fujicava (2013), dialogando com Monbeig (1998), observou que frente ao endividamento e às dificuldades de reprodução, os sitiantes recorriam à inúmeras formas pessoais de crédito, as quais fatalmente transformavam-se em endividamento:

> [...] comprando fiado, antecipando a venda da sua colheita ao maquinista, ou adquirindo dívidas informais com pessoas próximas que, devido à condição instável dos rendimentos, não raro resultava em uma situação de inadimplência e de acerto de contas conflituoso (FUJICAVA, 2013, p. 93).

O crédito, capital portador de juros, se apresentava, nesse contexto, como promessa do trabalho futuro, promessa de produção no campo, promessa de acumulação. Buscamos demonstrar, deste modo, que, no Oeste Paulista, ao longo da primeira metade do século XX, o sitiante que adentrava a terra ficava “[...] prisioneiro no circuito de transações comerciais” (MONBEIG, 1998, p. 226). Para se instalar no lote, ele dispende capital na compra da terra; posteriormente, ele deve se endividar ainda mais para comprar sementes, instrumentos para o plantio etc. Observamos assim como a expropriação da renda dos sitiantes tendia a se acentuar

na medida em que se inseriam na terra, dificultando para estes sujeitos a acumulação de grandes parcelas de capitais, e os endividando. Para fazer face aos seus compromissos, o sitiante plantaria algodão, café, milho, arroz etc., culturas temporárias e permanentes, àquelas com melhor cotação de preço segundo os mercados regionais e internacionais e que permitiriam o retorno financeiro mais rápido. Face às dificuldades para se reproduzir e ao endividamento, a venda de sua propriedade ou o abandono desta apareciam muitas vezes como a única solução possível (MONBEIG, 1998). Posto o endividamento constante, a mobilidade do sitiante se efetivaria como fuga, através da qual esperava escapar de seus credores (FUJICAVA, 2013; MONBEIG, 1998).

Deste modo, se a conquista da terra, para o sitiante, se apresenta como possibilidade de superação da sua sujeição à violência do trabalho na fazenda, onde o trabalhador deveria render o quanto fosse necessário ao fazendeiro (FUJICAVA, 2013), por sua vez, o acesso ao sítio, como aparente superação da condição de sujeição ao fazendeiro, sujeita-lhe à violência da reprodução capitalista de outras formas. A primeira delas, a determinação do preço da terra, que se antecipa à ocupação produtiva do solo e lhe impõe uma reprodução social atrelada ao tempo social médio de produção, isto é, que represente a produção de valor que efetive o pagamento da terra. O mercado de terras representa, assim, uma forma de expropriação antecipada dos rendimentos do sitiante. Deste modo, seu sítio não estará atrelado à reprodução estrita de subsistência, ele se determinará como unidade de produção de mercadorias:

> A compra do lote já possui toda uma determinação produtiva que objetivamente não pode se limitar ao dispêndio de trabalho para uma organização produtiva do terreno que vise apenas à reprodução familiar; o uso da terra está determinado a efetivar um trabalho produtivo para o pagamento do preço da terra. O lote adquirido pelo pequeno proprietário será o quanto antes transformado em unidade autônoma de produção de mercadorias [...] (FUJICAVA, 2013, p. 96).

O trabalho do sitiante está, como viemos mostrando, sujeito ao capital em todos os seus momentos, e o antevemos aqui através do crédito e do endividamento. Não se trata assim de uma realidade determinada pelos sentidos da subsistência. O sitiante deve produzir renda o quanto antes para saldar suas dívidas, de modo que a maior parte de rendimentos são transmutados para o pagamento da terra. Ele especula, assim, com culturas variadas. Na impossibilidade de gerar o lucro necessário, ele tende a se endividar com maquinistas, fazendeiros e bancos. Observamos assim uma realidade negativa, que se determina pela produção de mercadorias e pela valorização do capital financeiro anteposto como mercado de

terras. Aparentemente, a determinação que fundamentaria a ocupação produtiva da terra por sitiantes se colocaria através da reprodução simples, isto é, como M-D-M, mas, como buscamos demonstrar, é a reprodução ampliada do capital seu fundamento, portanto D-M-D' (MARX, 2013). Deste modo, antes de o enxergarmos como forma de reprodução camponesa, isto é, não especificamente capitalista, buscamos demonstrar sua sujeição à reprodução capitalista. Para além disto, o sitiante constitui a própria forma do capital. Seu trabalho ainda que seja familiar, está sujeitado à produção de mercadorias dentro do tempo médio socialmente necessário. Caso isto não ocorra, ele deve desaparecer.

4. Observações críticas sobre a assim chamada "diversificação da agricultura paulista" nas décadas de 1930-1940 a partir do município de Itápolis

Ao longo da primeira metade do século XX, o movimento histórico da modernização mundial que no centro do sistema capitalista aparece através do aprofundamento do desenvolvimento das forças produtivas do capital através da indústria, se fez na periferia reiterando sua economia agroexportadora. Trata-se, assim, de afirmar que centro e periferia se unem negativamente. Como vimos, ao longo da primeira metade do século XX, a periferia do sistema capitalista, ainda que produzisse enormes massas de mais-valor através da exploração extensiva do trabalho do campo (colonato, parceria, sitiantes etc.), não permitia realizar uma acumulação que internamente formasse "[...] os pressupostos de uma acumulação primitiva, condição para uma forma industrial de produzir" (ALFREDO, 2015a, p. 02). Deste modo, como observamos, na medida em que se acelerava a produtividade do trabalho no interior da Grande Indústria capitalista ao longo da primeira metade do século XX, na medida em que essa aceleração implicou na ampliação da extração do mais-valor da periferia, a periferia, contraditoriamente, responderia a este processo ampliando suas fronteiras agrícolas.

Se a produção de valor na periferia estava integrada à reposição mundial do valor e não à acumulação interna de capitais, decorre daí que a periferia não poderia realizar um revolucionamento interno a partir do capital acumulado na agricultura, de modo que, se podemos identificar a constituição de algumas unidades industriais na realidade periférica do Oeste Paulista na primeira metade do século XX, estas estruturam-se como derivativo da

capacidade produtiva das economias centrais do capitalismo, pois tinham como função fundamental dar suporte à produção de valor no campo, ou seja, ao mesmo tempo em que estas unidades industriais permitiam mobilizar capitais ociosos do centro, através do aparato produtivo que consumiam para se estruturarem, também permitiam, simultaneamente, a reposição da estrutura agrária-exportadora, principalmente do café (ALFREDO, 2013). Desta forma, podemos dizer que, o resultado da intensificação industrialização mundial, na periferia do sistema capitalista, foi a intensificação da economia agrário-exportadora (ao menos até meados do século XX).

Assim, se o tempo social mundial médio de trabalho era o termo abstrato que determinava a forma de ser da periferia, como aquilo que, como observamos, não acumulava, a industrialização mundial, ao se realizar na periferia, fez da agricultura o seu resultado, na medida em que acelerava a necessidade por matérias-primas baratas no centro (ALFREDO, 2013; LIMA, 2017). Portanto, a extensão agrária foi a forma de ser, negativa, da industrialização na periferia, pelo menos até a década de 1950; dito de outro modo, a agricultura se pôs como forma de ser periférica de uma industrialização que se acelerava mundialmente e, nesse sentido, o campo não poderia ser considerado naquele momento como atraso, mas sim resultado concreto e possível da modernização na periferia do capitalismo (ALFREDO, 2013). Segundo Alfredo (2013):

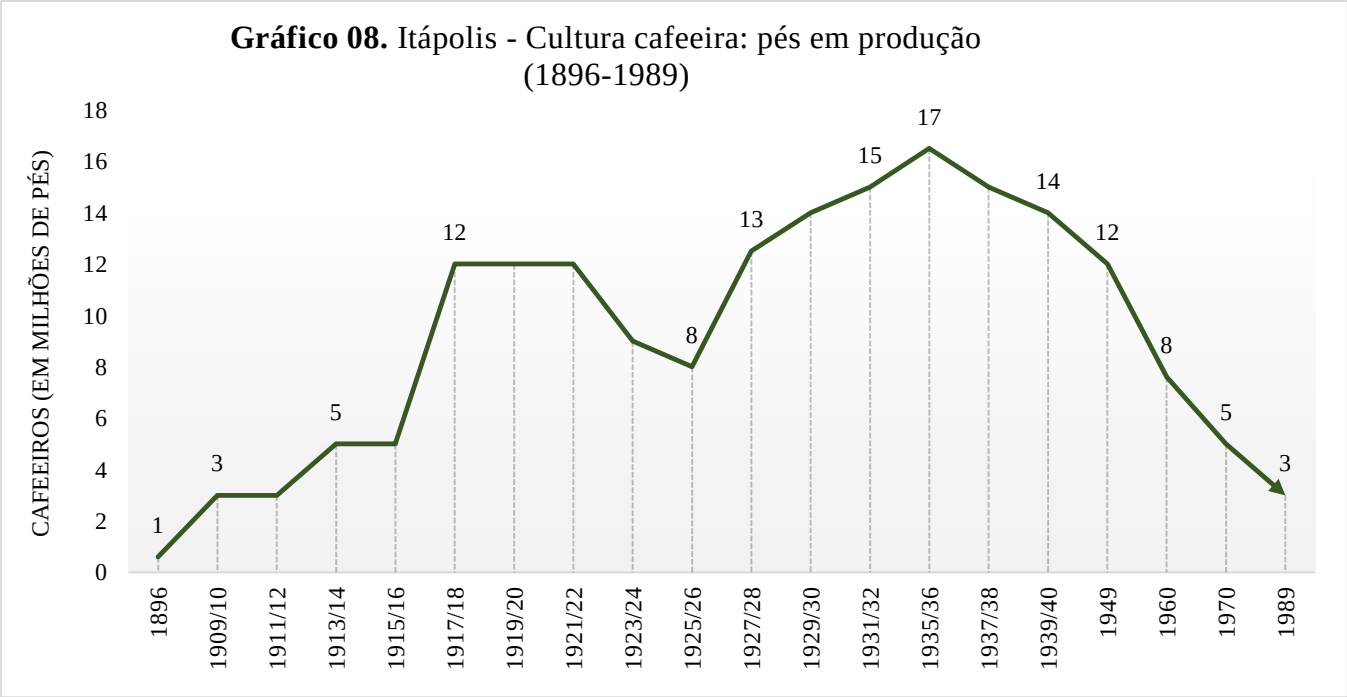
> A acumulação possibilitada pela economia do café, diante das trocas internacionais a que estava sujeita, constituiu-se numa transferência de renda aos mercados e estados nacionais que impossibilitou uma revolução agrária [...] A extensificação da produção agrícola era o termo possível de sua modernização. Contudo, isto aparece como atraso da agricultura, dada a inevitável e implícita comparação com o padrão industrial de produção (ALFREDO, 2013, p. 164-165).

Mesmo a crise cafeeira de 1929, tida por Francisco de Oliveira (2003) como um ponto de inflexão em direção à uma realidade urbano-industrial nacional, reitera a produção agrícola de exportação, resultando na diversificação agroexportadora (algodão, pecuária, cana-de-açúcar etc.) e, simultaneamente, ampliando o parcelamento de antigas fazendas de café e a fronteira agrícola no extremo Oeste Paulista, expandindo as relações de produção baseadas no trabalho familiar dos sitiantes, como observamos. Esta diversificação agrícola buscava, na medida da crise do setor cafeeiro, sustentar as trocas internacionais às quais se sujeitava a periferia e, simultaneamente, a reprodução do capital financeiro internacional.

Em visita à campo no dia 18 de novembro de 2017, realizamos entrevista com três antigos moradores do município de Itápolis, as Senhoras Tercilha (81 anos) e Esmeralda (74 anos) e o Senhor Arvelino (87 anos). Em dado momento, perguntamos como era a vida nos sítios na década de 1940, se era plantado muito café no município de Itápolis. A resposta segue no fragmento:

> *Tercilha*: Aquele tempo quando nós era novo, quase não tinha café...aquele tempo era parte mais de plantação de milho, arroz...tudo essas coisas...
> *Pesquisador*: E isso foi quando?
> *Tercilha*: Quando a gente era mais novo [década e 1940]...não era tanto café, era mais as plantação, depois que virou café né. Quando eu era mocinha, ai que começou a planta de café...Naquele tempo eu plantava aquele mundo de café e limpar cova de café, chovia e enchia a cova do café, depois ia limpar tudo a cova...Ai que começou...Então, dali pra frente que começou o café né, mas no tempo que a gente era novinho era mais assim, tinha bastante planta de plantação, depois começou as plantas de café...

Esta diversificação agrícola das décadas de 1930-940, que aparece na fala de Tercilha, diferencia-se da modernização agrícola das décadas de 1950 e 1960, na medida em que esta última implicou na elevação da produtividade do campo e em sua completa industrialização. Aqui, nas décadas de 1930/1940, trata-se tão somente de substituição da cultura cafeeira nos solos onde este se encontrava já improdutivo (MILLET, 1941; BOECHAT, 2013; MONBEIG, 1998), particularmente naqueles que ofereciam menor renda diferencial, isto é, nas propriedades agrícolas de sitiantes que se expandiam. Interessante observar, ademais, que, depois de um período de crise, onde ocorreu retração da área produzida com café e sua substituição por outras culturas como algodão, arroz, milho, cana-de-açúcar, amendoim etc. e também, mais intensamente, pela pecuária, o café voltaria, em algumas regiões, a se expandir sobre essas áreas, nas décadas de 1950 e 1960, indicando sua maior lucratividade em relação à essas culturas. No município de Itápolis, o processo de substituição das áreas de produção cafeeira por outras culturas pode ser observado através da série de gráficos a seguir.



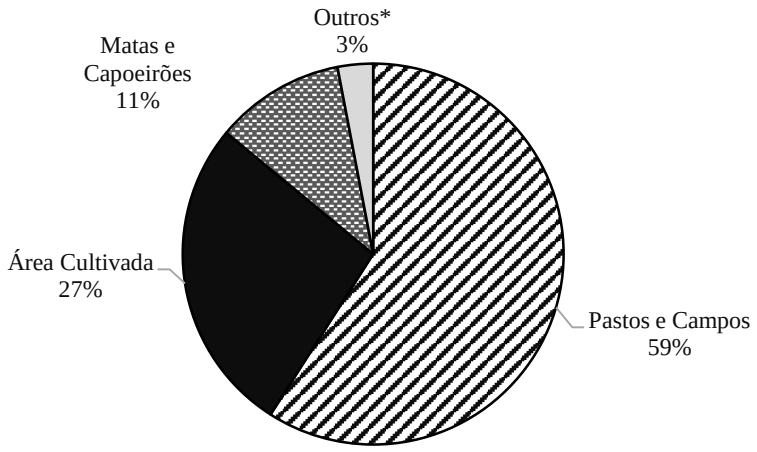
Fonte: Leme Júnior (1938); São Paulo (1942); Faleiros (2010); Del Guércio (1949); IBGE, 1960; IBGE, 1970; Feres (1989).

O gráfico 08 apresenta a evolução da quantidade de pés de café produtivos no município de Itápolis no período de 1896 a 1989. Vemos, através do gráfico, que após a chegada da ferrovia Douradense (Companhia Estrada de Ferro Douradense – CEFD) à região de Itápolis, em 1915, multiplicaram-se o número de cafeeiros plantados no município, passando de 5milhões (em 1915) para 12milhões (em 1917). Como observa Monbeig (1998), no Oeste Paulista, o período que antecedia a chega das ferrovias era marcado por intensa euforia e especulação fundiária, e por uma ampliação acelerada das plantações de café. Ao mesmo tempo, como vemos, no gráfico, os cafeeiros em produção continuam a aumentar intensamente até 1936, ou seja, ano em que os últimos cafeeiros plantados antes da Grande Crise de 1930 começassem a frutificar. A partir daí, inicia-se um intenso processo de declínio do número de cafeeiros produtivos no município. De 1936 a 1949, cerca de 5 milhões de cafeeiros são substituídos por outras atividades ou são simplesmente abandonados.

O gráfico 09, a seguir, nos mostra o uso produtivo do solo, no município de Itápolis, no início da década de 1940. Podemos ver que, naquele momento, a terra do município era usada principalmente como pastagem para animais, pecuária principalmente, e para o cultivo

produtivo. Dentre os cultivos, destacamos encontramos culturas permanentes e temporárias: o café, o algodão e o milho, conforme destacado no gráfico.

Gráfico 09. Itápolis: uso da terra (1940)



*Áreas urbanas, estradas, ferrovias, instalações etc.
Fonte: SÃO PAULO, Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Atlas Econômico do Estado de São Paulo, 1940.

No município, além da fragmentação fundiária, a redução das áreas plantadas com café parece ter sido seguida pela introdução de pastagens e da pecuária nas propriedades agrícolas de maior porte, particularmente nas fazendas, nas terras arenosas onde a cafeicultura já não fornecia renda diferencial. Também Monbeig (1998) observou que "[...] os animais sucederam os cafeeiros nas velhas fazendas de Ribeirão Preto, Araraquara, Jaú, São Manuel [...]" (MONBEIG, 1998, p. 303), cidades que se localizam na retaguarda da franja pioneira, tal como Itápolis. Sobre os fatores que levaram à esta expansão pecuária, Monbeig indica:

> Transformar a plantação em declínio, deficitária ou simplesmente pouco atrativa em pastagem, pareceu a solução mais econômica [a alguns fazendeiros]. Ela permite também que se fique livre da eterna preocupação com a mão-de-obra. [...] Havia outra vantagem: a obtenção relativamente fácil de crédito junto ao Bando do Brasil. O grande estabelecimento bancário da União e, de seu lado, o Brado do Estado de São Paulo, aperfeiçoaram um sistema de crédito, que era muito mais acessível aos criadores do que aos lavradores (MONBEIG, 1998, p. 303).

E por último indica,

> Os fretes ferroviários tornaram-se mais vantajosos para o transporte de gado do que para o café. A expedição de um vagão de café custava 11.000 cruzeiros, em 1946, entre Aguapeí e Santos, enquanto que a de um comboio com dez vagões transportando gado entre Aguapeí e São Paulo pagava 10.000 cruzeiros (MONBEIG, 1998, p. 303).

Em primeiro lugar, a possibilidade se livrarem do problema da mão-de-obra, que para Monbeig (1998) significa dificuldades em contratar trabalhadores, e, para nós, revela o custo com força-de-trabalho para o capital. Em segundo lugar, o incentivo proporcionado pelo capital financeiro, o qual passou a financiar a expansão da pecuária no estado através de bancos públicos, permitindo a queima de capital excedente e a remuneração deste através da criação de animais. Por último, o custo com o tempo de circulação do capital na pecuária, que se tornou menor em relação à cafeicultura. Deste modo, para Monbeig (1998), uma série de fatores conjugados parecem ter tornado a pecuária muito mais rentável que o café aos olhos dos grandes cafeicultores, permitindo a substituição desta última pela primeira.

Figura 08. Fazenda Santa Maria, de propriedade de Adroaldo de Almeida Ramos. Fotografia da produção pecuária. Segundo Caldeira (1934), a fazenda possuía 30 cabeças de gado, que dividiam espaço com os cafeeiros. Após a crise de 1929, a pecuária tendeu a se expandir sobre antigas áreas cafeeiras do município. Durante a década de 1940, Itápolis foi um dos maiores produtores nacionais de gado. Itápolis-SP, 1934. Fonte: Caldeira (1934).

Figura 09. Fazenda Vera Flor, de propriedade de João Dias de Miranda. Rebanho de boi zebu em curral. Segundo Caldeira (1934), nos 950 hectares (400 alqueires) de fazenda, eram criados, na década de 1930, cerca de mil cabeças de gado. Na criação de gado, as fazendas eram dividias em área de criação ou curral e áreas de invernadas, ou pasto. Além do gado, o fazendeiro possuía 9 mil pés de café e cereais. Todos os trabalhos agrícolas eram realizados por apenas duas famílias de colonos e alguns camaradas. A fazenda ainda possuía: carros de boi, carroças, automóvel, terreiro, esterqueira, paiol, chiqueiro etc. Itápolis-SP, 1934. Fonte: Caldeira (1934).

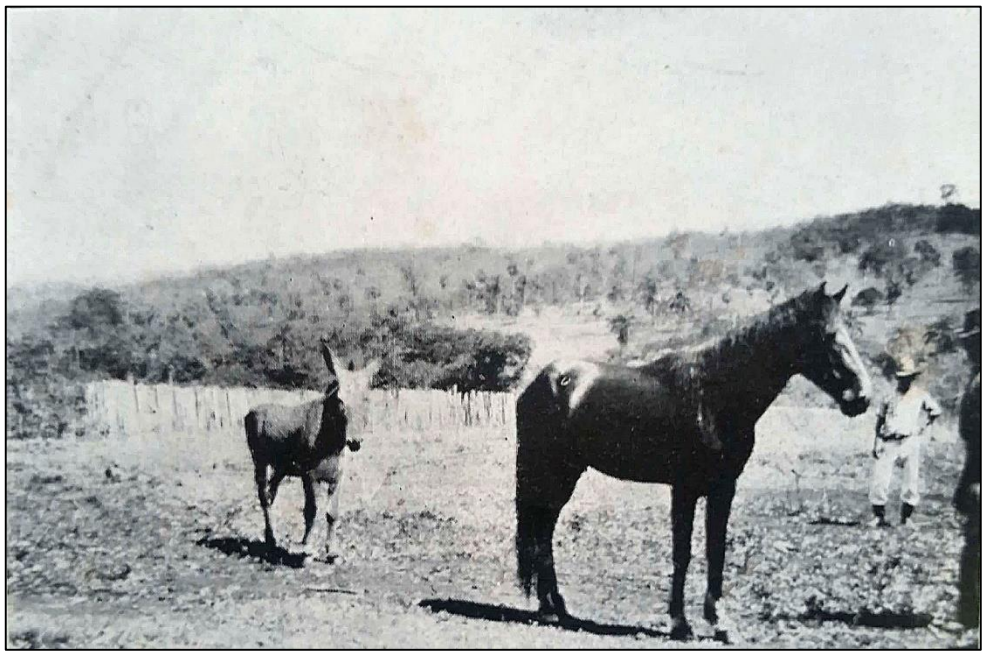


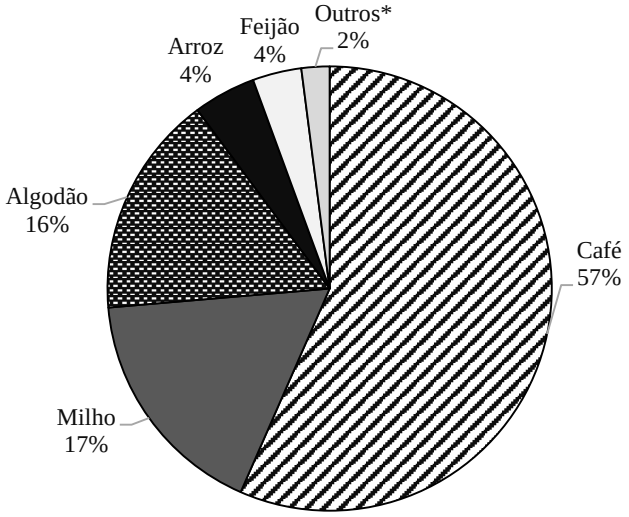
Figura 10. Fazenda Vera Flor, de propriedade de João Dias de Miranda. Fotografia da criação de equinos. No Oeste Paulista, os cavalos e burros, junto com a carroça, serviam como um dos principais meios de transporte para a produção de fazendeiros e sitiantes. Na fotografia, junto aos animais, aparecem trabalhadores da fazenda. Ao fundo, é possível identificar o pequeno cafezal. Itápolis-SP, 1934. Fonte: Caldeira (1934).

Para nós, este significativo aumento nas áreas de pastagens e da pecuária e a concomitante redução da lavoura cafeeira em Itápolis, expressaria principalmente a

necessidade, por parte dos grandes proprietários de terras, de reduzirem custos com os quais não poderiam arcar, principalmente com a força-de-trabalho. Na medida em que a importação de maquinário, adubos, pesticidas etc., estavam impossibilitadas, dados os altos custos envolvidas nestas transações, o que restaria aos grandes proprietários de terras seria a adoção de atividades que utilizassem o mínimo de trabalhadores. A expansão das pastagens e da pecuária ao longo das décadas de 1930 e 1940, no Oeste Paulista, estaria assim posta na relação com a economia internacional, permitindo a reprodução dos produtores através de uma atividade que envolvesse reduzidos custos, eliminando o trabalho do processo produtivo sem que fosse pela mecanização dos cultivos. Tal fenômeno também foi observado por Silvio Lima (2017) para o município de Adamantina na década de 1940, na franja pioneira paulista. Este processo revelaria, mais uma vez, a incapacidade de acumulação do agrário. Dada a incapacidade de acumulação de capital através do campo para constituir uma produtividade superior na agricultura, o trabalho (colonos, parceiros, meeiros etc.) seria eliminado dos processos produtivos através da expansão da pecuária e não pelo desenvolvimento das forças produtivas da agricultura.

Em relação à diversificação agrícola verificada no Oeste Paulista após a crise de 1929, observemos o gráfico 10, a seguir, que nos traz informações sobre as principais culturas cultivadas no município de Itápolis na década de 1940, na retaguarda da franja pioneira.

Gráfico 10. Itápolis, 1940: distribuição da área cultivada (% dos hectares)



*Fumo, mandioca, mamona, laranja, banana, abacaxi, eucaliptos etc.
Fonte: SÃO PAULO, Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Atlas Econômico do Estado de São Paulo, 1940.

O gráfico 10 mostra uma tendência, no município de Itápolis, de substituição das plantações de café também por culturas temporárias, particularmente pelo milho, pelo algodão e pelo arroz, que possuíam um tempo de produção mais acelerado e que poderiam permitir lucros mais rápidos, ao mesmo tempo em que possuíam menores custos produtivos. Por se tratarem de culturas que utilizavam ainda grande quantidade de força-de-trabalho na colheita, para nós, essas culturas temporárias foram preferidas pelos sitiantes do município como substitutas ao café, na medida em que estes poderiam utilizar o núcleo familiar para realizar o cultivo. São culturas que circulam nos mercados comerciais regionais e internacionais, que sustentam a sociedade agroexportadora paulista, como o arroz, ou que são exportadas, como o algodão. Para nós, essa diversificação agrícola que verificamos a partir da crise de 30, com a crise da agricultura de exportação, tem ainda como sentido possibilitar a inserção dos produtores locais na realização das trocas internacionais e, ademais, a extração da riqueza a partir da periferia.

Vemos, assim, que até meados do século XX, os produtores e proprietários de terras de Itápolis produziam e exportavam principalmente café, no entanto, muitas propriedades buscaram substituir suas plantações cafeeiras decadentes por outras culturas e pela pecuária.

Segundo Amaral Júnior, a crise de 1929 "[...] não só levou à ruina muitos cafeicultores, como elevou substancialmente o número de desempregados na agricultura [em Itápolis]" (AMARAL JÚNIOR, 1989, p. 121), entretanto, mesmo após a crise imperava a expectativa por "dias melhores" e, nos anos seguintes, afirma o autor, os produtores locais continuaram cultivando o café. Segundo Del Guércio (1949), no final do decênio de 1940 Itápolis contava ainda com cerca de 12 milhões de pés de café, espalhados por cerca de mil propriedades rurais. Além do café, produzia-se arroz (40 mil sacos) e milho, e realizava-se a criação de aves (125 granjas, com 60 mil aves, produzindo 100 mil dúzias de ovos por mês) e desenvolvia-se a pecuária (DEL GUÉRCIO, 1949).

Segundo Leme Jr (1938), em Itápolis, na década de 1940, o café era cultivado na maior parte das fazendas e sítios e também nas melhores terras – as manchas de terra-roxa de Monbeig (1998) –, porém, também se produzia milho, cereais (arroz) e desenvolvia-se a pecuária. No município, o café foi cultivado até a década de 80, sendo desde 1940 gradativamente substituído pelo algodão, pelo milho, pela pecuária e pela laranja[64], e a partir dos anos 1960, pela cana-de-açúcar. Após a Grande Crise de 1929, o café ainda se manteve, portanto, por pelo menos 30 anos como a principal forma de produção de valor que possibilitava a inserção dos produtores de Itápolis na divisão internacional do trabalho (ALFREDO, 2013). A partir de então, paulatinamente seria substituído. Segundo relato de Gazetta *et all.* (2012), a crise de 1929 forçou uma transformação da realidade agrícola do município de Itápolis:

> Nos anos subsequentes, os nossos agricultores rodobravam o trabalho, atiraram-se à luta para não perder suas terras. Eles não podiam retroceder. E assim, como se uma onda de otimismo tomasse conta da esperança de todos, partiram para a cultura de outras lavouras, mas não descuidaram na cafeeira (GAZETTA *et all*, 2012, p. 170).

Também Pierre Deffontaines (1945), em estudo hoje tido como clássico sobre a regionalização do estado de São Paulo, inseriu o município de Itápolis na zona que denominou de Araraquarense, onde, após a Crise de 1929, passou a predominar a pequena propriedade e a policultura.

[64] A citricultura foi introduzida em fins da década de 1950 e em 1970 já era a principal cultura em área cultivada no município. Segundo consta das histórias locais, nos idos de 1956 o agricultor José Próspero Neto arrendou 10 mil alqueires da fazenda do Sr. Valentim Romanini e plantou 5 mil mudas de laranja. Anos depois, iniciou a exportação do produto para os mercados do Rio de Janeiro e, posteriormente, passou a vender a sua produção para a indústria. Seu êxito atraiu a atenção de outros agricultores, de forma que é considerado o pioneiro do parque citrícola de Itápolis e, assim sendo, em 1983 foi-lhe doada uma placa que atesta o fato (GAZETTA et all., 2012).

> Mais para o sul, em plena zona cafeeira, encontram-se regiões que constituem exceções ao regime da monocultura de café e da grande propriedade. Existem alguns cantos de policultura e de pequenas explotações, são os pontos onde os bancos de basalto com sua cobertura de terra roxa fazem falta. O solo não é mais composto senão de terra branca arenosa, resultante da desagregação dos arenitos. Tal é o caso da região que é chamada Araraquarense e que separa a zona de café de Ribeirão Preto da de Jaú, estendendo-se de Araraquara para noroeste ao longo da Estrada de Ferro Araraquarense. A densidade da população já é aí bastante elevada, apesar da data recente da colonização; as cidades são numerosas; Itajobi, Catanduva, Itápolis, Rio Preto, que é a cabeça de linha e abre-se para o sertão (média de 15 a 20 habitantes por quilômetro quadrado) (DEFFONTAINES, 1945, p. 24).

Verificamos, assim, no município de Itápolis ao longo das décadas de 1930 e 1940 dois movimentos simultâneos: o primeiro, a fragmentação fundiária de antigas fazendas cafeeiras no interior da expansão do mercado de terras local; o segundo, a diversificação das atividades produtivas do município, com a expansão da pecuária, em grandes fazendas, e das culturas temporárias, principalmente em sítios, e em menor monta, também nas fazendas. Devemos notar, no entanto, que o café ainda se manteria como importante atividade agrícola do município ao longo de pelo menos 30 anos. Na década de 1940, como observamos no gráfico 10, a maior parte das terras cultivas ainda era ocupada pela cafeicultura (57% delas). Deste modo, as culturas temporárias tenderam a se expandir no interior de sítios e fazendas principalmente nas terras onde o café se encontrava menos produtivo, mas não disputou com este os melhores solos, tal como observou Monbeig (1998).

Em relação ao algodão, seria importante indicar, ademais, a importância que teve esta cultura substitutiva para a expansão da pequena propriedade no Oeste Paulista, tanto na franja pioneira quanto em sua retaguarda. Segundo Monbeig (1998), em algumas regiões de São Paulo, alguns fazendeiros buscaram nos sistemas de parceria, meação e arrendamento recursos para sair da crise em que se encontravam, fugindo ao fatiamento de suas propriedades. Nestes sistemas, os fazendeiros não se desfaziam de suas posses, conservando a possibilidade de reavê-las quando os preços dos produtos agrícolas melhorassem, e, ademais, podiam ainda receber quantias em dinheiro ou produto pelo aluguel de suas terras. No caso do arrendamento, eles ainda se desoneravam completamente dos encargos com a agricultura. Segundo Garcia (1972), estes sistemas apareceram como expediente profícuo para assegurar a renda necessária aos fazendeiros, ao mesmo tempo em que estes se desfaziam dos riscos com a atividade agrícola, que agora recaiam sobre arrendatários, meeiros e parceiros. Segundo Monbeig (1998), estes sistemas expandiram-se bastante na medida em que se expandia o algodão pelo estado de São Paulo, pois este era uma atividade agrícola pouco custosa e era preferida por meeiros, parceiros

e arrendatários. Sobre a expansão dos sistemas de arrendamento, meação e parceria pós-crise de 1929, constituindo pequenas unidades de produção agrícola, Garcia (1972) cita fragmento do Relatório da Comissão do Algodão, de 1949. Diz o relatório:

> Os fazendeiros, contando com pouco recursos para tocar a lavoura por conta própria, entregavam as terras a colonos e camaradas para serem cultivadas em parceria ou em arrendamento, e os parceiros ou arrendatários, dadas as pequenas despesas que a cultura requeria, podiam empreendê-las desde que encontrassem um pequeno auxílio para a subsistência durante alguns meses (RAMOS et. alli., apud GARCIA, 1972, p. 33)

Vemos que o arrendamento, a meação e a parceria intensificaram-se após a crise de 1929 pelas dificuldades da reprodução colocadas a fazendeiros. Segundo dados do Recenseamento Geral do Brasil de 1940, no município de Itápolis, naquela data, existiam cerca de 222 propriedades rurais na condição de arrendamento. No Oeste Paulista, os sistemas de meação, parceria e arrendamento contribuíram, deste modo, para a expansão da pequena propriedade. A viabilidade destes sistemas estaria na dependência, no entanto, da utilização de uma atividade agrícola menos custosa, daí a utilização do algodão, cultura que atingia tanto os mercados regionais, particularmente São Paulo, quanto o mercado internacional. Ao mesmo tempo, na medida em que, como observamos, o sitiante ou pequeno produtor era sujeito que precisa fazer renda em menor tempo possível a fim de findar suas dívidas, o algodão se tornaria muito mais vantajoso que o café, pois "[...] não imobiliza nem exige capital e produz em alguns meses" (MONBEIG, 1998, p. 283). Segundo dados do Recenseamento Geral do Brasil de 1940, Itápolis possuía 552 propriedades produtoras de algodão, as quais produziram no ano de 1939, cerca de 4 mil toneladas de algodão. Isto correspondia a cerca de 41% das propriedades rurais existentes no município. Deste modo, no Oeste Paulista, o algodão se expandiria principalmente pelas encostas arenosas, regiões que foram preteridas pelos fazendeiros e vendidas ou arrendadas a sitiantes, estando, portanto, atrelado à pequena propriedade (MONBEIG, 1998). Já nos espigões, permaneceria o café, nas manchas de terra roxa.

A partir da diversificação agrícola paulista, podemos acessar os aspectos negativos da constituição do mercado interno brasileiro, constituição essa que se coloca como momento necessário para realizar a solvabilidade dos capitais financeiros internacionais ao longo da primeira metade do século XX. No interior deste processo a agricultura aparece como aquilo que deve mobilizar a produção de matérias primas para a indústrias que se constitui internacionalmente, mas também como fiadora da própria modernização nacional, pois deveria permitir a importação de bens de produção.

5. Aspectos de uma realidade crítica observada a partir dos sitiantes do Oeste Paulista

Como vimos, para parte dos grandes proprietários de terras inseridos na produção cafeeira, a diversificação agrícola se fez necessária como forma de contornar a forte crise pela qual passava o principal produto de exportação brasileira, o café, buscando a reinserção desses produtores na realização das trocas internacionais; para outros, entretanto, a crise significou a bancarrota e o parcelamento de terras surgiu como possibilidade, buscando, a partir da especulação com a venda dos fragmentos de suas propriedades, compensar em parte as grandes perdas acumuladas durante o longo período de preços baixos do café. Deste modo, muitas fazendas, abrindo espaço para investimentos imobiliários, foram fracionadas e os lotes vendidos para sitiantes ou para outros proprietários de terras, como forma de pagamento de dívidas acumuladas com o café. Nesse contexto, expandiu-se, como vimos, a partir da crise de 1930, a proporção de pequenos sitiantes no estado de São Paulo, grupo composto geralmente por antigos colonos que, através do endividamento, puderam acessar a terra.

Segundo Nice Lecocq Müller, sitiante era "[..] todo o pequeno produtor rural que, responsável pela lavoura, trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família e, ocasionalmente, de alguns empregados remunerados" (MÜLLER, 1951, p. 28). Essa definição parece abarcar o que há de essencial no fenômeno. A possibilidade da ocupação de pequenas propriedades por essas relações familiares deu-se na medida da crise do sistema agroexportador cafeeiro, após a Crise de 1929. Trata-se da autonomização do trabalho em relação à figura do fazendeiro, como observamos anteriormente, atrelada a constituição do mercado de terras no Oeste Paulista.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973a), concordando com a definição de Müller, buscaria ampliá-la, diferenciando, a partir da noção de sitiante, duas situações distintas: o sitiante camponês e o sitiante agricultor. Deste modo, observa:

> O primeiro vive do que produz, e utiliza para troca ou venda aquilo que não emprega no seu consumo diário; o segundo produz para um mercado local, regional ou internacional, seu primeiro objetivo é o lucro e em geral se especializa no cultivo de um ou dois produtos; sua própria subsistência não depende do que planta, e sim da venda da colheita, que lhe permitirá adquirir o que não cultiva. A condição do camponês, levada às últimas consequências, significa que o indivíduo vive isolado em sua propriedade, cultivando a roça e sem necessidade do mundo exterior; enquanto a condição do agricultor se define sempre como estreitamente dependente da cidade ou de outras áreas agrícolas. Todavia, num como noutro caso, estamos diante de pequenos produtores autônomos e independentes em seu trabalho, que utilizam apenas

> o braço familiar, e do qual lhes cabe a iniciativa e a responsabilidade; este caráter é primordial para distinguir camponês e agricultor de outras categorias rurais, como o fazendeiro, o grande criador, o latifundiário, que não trabalham diretamente suas propriedades, mas comando o trabalho alheio (PEREIRA DE QUEIROZ, 1973a, p. 05-06).

Na passagem, Pereira de Queiroz (1973a) diferencia dois grupos sociais, camponês e agricultor, baseada na concepção de que o camponês vive em isolamento, reproduzindo-se através de seus roçados de subsistência, da troca simples e do trabalho familiar, constituindo uma forma de consciência não capitalista, ao passo em que o sitiante agricultor, que também está marcada pela pequena propriedade e pelo trabalho familiar, está atrelado à economia de mercado e possui a lógica do lucro. O que viemos apontando, no entanto, buscou demonstrar que o isolamento do sitiante é apenas aparente. O sitiante se vincula ao mundo da mercadoria, e só existe na sua relação com esta. Ele compra a terra onde trabalha, vende mercadorias para se reproduzir, paga pelo trabalho complementar nas colheitas, faz empréstimos quando necessário etc. Para se reproduzir necessita realizar trocas com o mundo dito exterior: ele vende os produtos de suas roças e compra sal, querosene, tecidos, instrumentos de trabalho, arames, remédios, trigo etc. O corpo das mercadorias aqui é apenas veículo para que a troca seja possível entre os trabalhos abstratos (MARX, 2013). Troca desigual, devemos observar, pois troca-se mais trabalho por menos trabalho, o que implica na apropriação da renda fundiária produzida pelo trabalho familiar destes sítios. Nesse sentido, o sitiante, seja ele camponês ou agricultor, não está apartado do mundo da mercadoria, isto é, tal como outros sujeitos, ele se reproduz determinado pela lógica do valor. Até mesmo Pereira de Queiroz (1973b) teve de reconhecer que o isolamento do sitiante é uma ilusão, pois estes, ao serem solicitados a saírem de seus bairros pelas atividades econômicas, "[...] não ficam restritos ao âmbito do município nem às únicas relações com a sede municipal, de tal maneira que conhecem várias regiões e várias realidades sócio-econômicas" (PEREIRA DE QUEIROZ, 1973b, p. 13). Em outro momento afirmaria:

> O fator mais importante de integração dos sitiantes e pequenos proprietários, – sejam eles camponeses ou agricultores, – numa zona ou numa região, é a economia, que os obriga sempre a romper o isolamento, se desejam manter um nível satisfatório de vida. Camponeses e agricultores plantam para si e para negociar; seus negócios levam-nos à sede do município, a outras zonas, à cidades grandes, e tais viagens tem periodicidade e regularidade (PEREIRA DE QUEIROZ, 1973a, p. 129-130) (grifo nosso).

Müller (1951) não percorre o caminho da ontologia do campesinato proposta por Pereira de Queiroz (1973a; 1973b). De modo contrário, sua perspectiva é a de que esses grupos estão

inseridos na economia capitalista e trabalha com três situações distintas de sitiantes: aqueles que vivem a partir da economia de subsistência, com venda do excedente, também chamados de "tipo clássico de sitiante" (MÜLLER, 1951, p. 109); aqueles que vivem com economia de subsistência, plantando ainda culturas comerciais; e aqueles que cultivam apenas culturas comerciais. Müller (1951) definiu o sitiante clássico nos seguintes termos:

> Praticando a policultura de subsistência, da qual vende os excessos, o sitiante tem aí uma economia simples: seu comércio, praticado na venda mais próxima, constitui-se quase de troca em espécie, pela qual o milho, o arroz ou o feijão que a família não consome é dado em pagamento do sal, do querosene ou do "pano" (tecidos). As despesas menores e ocasionais o sitiante irá atendendo com as pequenas rendas que consegue da venda de alguns ovos ou de um providencial leitão. Toda sua vida econômica está presa a um mercado estritamente local que ele visita, quando não é muito longe, uma vez por semana, a fim de "fazer a despesa". Com exportação e importação reduzidas, esse sitiante, que é praticamente o resultado da ausência de vias de comunicação, não sente, paradoxalmente, o problema do transporte: o saco às costas ou preso a sela do cavalo resolve o caso. Seu nível de vida não pode ser alto, uma vez que troca produtos simples por manufaturados; mas não conhece muitas necessidades, fora as fundamentais, e o sistema o satisfaz (MÜLLER, 1951, p. 109).

O isolamento do sitiante é, portanto, apenas aparente. Ele se insere nos circuitos locais, regionais e internacionais de troca, vendendo as mercadorias de seus roçados e acessando produtos industrializados. Sua lógica é a da troca e isto o mobiliza em suas relações cotidianas. No interior da economia agroexportadora, o pequeno proprietário ou sitiante, e sua família, aparecem sobretudo como trabalhadores aparentemente independentes. Dizemos aparentemente independentes pois, ainda que tivessem a propriedade da terra e a autonomia para escolher o que, como e quanto produzir, ao nível da reprodução social, os sitiantes aparecem como aqueles sujeitos que não conseguem se reproduzir de maneira independente consumindo apenas o trabalho de sua família, ou seja, o sitiante sempre acessava trabalho complementar, seja na forma do assalariamento ou do mutirão. Ao mesmo tempo, como vemos no fragmento, a ocupação produtiva da terra nestes sítios estaria determinada pelas necessidades dos mercados regionais, pois, como observa Müller (1951, p.59), o sitiante é responsável por prover grande parte dos mercados urbanos. Em seus sítios, produziram arroz, feijão, milho, batata, amendoim, leite, para consumo e venda, mas também café, algodão, cana, laranja etc., para comercialização.

Ainda de acordo com Müller (1951), podemos distinguir dois tipos de sitiantes: aqueles que trabalham diretamente sua terra, com ajuda do trabalho familiar e de trabalho

complementar, por isso chamados de sitiantes proprietários por Müller; e aqueles que trabalham em terra alheia, com ajuda do mesmo trabalho familiar, como posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros terceiros etc. Considerando estas distinções, Nice Müller conclui que:

> [...] enquanto aos proprietários é possível fazer culturas de manutenção, ao arrendatário ou ao parceiro nem sempre é conveniente. Com a preocupação de não se sobrecarregarem com um número muito grande de alqueires, eles procuram plantar o máximo em produtos de valor comercial, não só para compensar o preço do aluguel da terra ou a parte da produção que entrega ao proprietário, como para garantir-se um capital para as novas culturas. Daí uma ocupação mais uniforme da terra, onde, à ausência de culturas permanentes, se somam o número de benfeitorias e a casa rudimentar. [...] Ao passo que o proprietário pode, pela policultura, garantir-se contra os baixos preços, o arrendatário ou parceiro, preso à cultura comercial, fica mais sujeito às oscilações do mercado, quer na venda de seu produto, quer para comprar o que necessita (MÜLLER, 1951, p. 32).

Como vemos, e sitiante é o sujeito que tem que fazer dinheiro com o menor tempo possível, pois precisa saldar suas dívidas, principalmente a obtida com a compra de sua propriedade. Dentro deste contexto, ele especulará com as culturas de exportação e consumo mais viáveis segundo o mercado. Seu tempo de trabalho está, deste modo, determinado pelo tempo social médio. Seu aparente isolamento é posto assim em questão, na medida em que, como vemos, ele é obrigado a levar em conta, sob pena de desaparecer, o conjunto das produções existentes em sua região, no país e no mundo como um todo (MARX, 2017). Se seu tempo para gerar capital é reduzido, ele abrirá mão das plantações de subsistência. Em outros momentos, ele busca "[...] defender-se contra as oscilações dos preços" (MÜLLER, 1951, p. 61) agrícolas, adotando, ao lado da monocultura do café ou do algodão, as culturas de consumo (arroz, milho, amendoim, mamona, batata etc.). Mas, segundo Müller (1951), essas culturas são "[...] economicamente pouco interessantes, uma vez que só entram em circulação em pequena escala, pela venda do excesso. O mais importante no caso é a cultura de venda, de papel estritamente comercial" (MULLHER, 1951, p. 60). Esta cultura comercial é o fundamento de sua propriedade, aquela que lhe permite se reproduzir. A monocultura comercial, segundo Müller (1951), pode ser de dois tipos: a temporária, especulativa, aparece "[...] sempre que determinado produto tem bom mercado. É uma cultura de momento, em que a visão do lucro faz esquecer o bom sendo: planta-se de qualquer modo, em qualquer terra" (MÜLLER, 1951, p. 62); já a permanente, de modo contrário "[...] prende-se à existência de fatores geográficos favoráveis a determinada cultura, o que explica sua manutenção por períodos de tempo relativamente longos" (MÜLLER, 1951, p. 62).

Ainda segundo Müller (1951), no interior da economia agroexportadora, a pequena propriedade tornou-se viável não apenas atrelada à agricultura de exportação, mas também em função das necessidades criadas pela urbanização e industrialização internas, as quais lentamente passaram a constituir um mercado interno para produtos agrícolas de consumo (como milho, feijão, arroz, amendoim etc.), permitindo, deste modo, "[...] novas possibilidades para a produção rural, orientando-a, cada vez mais, para a policultura. O sitiante adquiriu então meios de contar com produtos de valor comercial que não exigem grandes empates de capital, como acontecia no caso do café" (MÜLLER, 1951, p. 27). Deste modo, a viabilidade da pequena produção estaria também na relação com a sustentação deste mercado interno urbano, ao passo que as grandes fazendas estariam voltadas essencialmente para as culturas de exportação.

Em seu trabalho Crítica à Razão Dualista (2003), Francisco de Oliveira também caracterizou a realidade agrária brasileira após a década de 1930 como marcadamente desigual. Segundo o autor, a partir daquele momento, o campo apareceria cindido entre "agriculturas primitivas" (OLIVEIRA, 2003, p. 44), voltadas para o mercado interno, e a grande fazenda agroexportadora, voltada ao mercado externo. Segundo Oliveira (2003), a agricultura de exportação se tornaria fundamental para sustentar as importações de bens de capital necessárias à industrialização; já as agriculturas voltadas para o mercado interno, com baixo coeficiente de capitalização, permitiriam a produção de mercadorias baratas para a alimentação da massa urbana e, secundariamente, produziriam matérias-primas a baixo custo, perspectiva muito próxima da apresentada por Müller (1951). A constituição do modelo de acumulação primitivo nacional (OLIVEIRA, 2003) se daria em função da exploração daquelas agriculturas voltadas para o mercado interno, na medida em que estas permitiriam aumentar as taxas de mais-valia para a indústria nascente através do barateamento dos elementos que compõem as condições de reprodução do trabalho urbano-industrial. A distinção entre estas agriculturas apareceria na medida do desenvolvimento de suas forças produtivas: as primeiras, se modernizariam, incorporando insumos, adubos, fungicidas, pesticidas, novas práticas de cultivo e maquinários; as agriculturas primitivas, por outro lado, permaneceriam com baixíssimos coeficientes de capitalização (OLIVEIRA, 2003, p. 44). Essa distinção remete à diferença entre agriculturas de exportação e agriculturas voltadas para o mercado interno, entre grandes e pequenas unidades produtivas, e permite-nos considerar sobre o entrelaçamento entre agriculturas modernas e periféricas no movimento de reprodução do capital no campo.

Ao nosso ver, entretanto, como buscaremos demonstrar, a economia de sitiantes estava voltada fundamentalmente para a economia de exportação, direta ou indiretamente, isto é, cultivando produtos para exportação (café, algodão etc.) ou cultivando produtos que sustentavam a sociedade paulista voltada para a exportação os sitiantes poderiam se reproduzir. Deste modo, este mercado interno para os produtos de sitiantes, se se constituiu, estava atrelado à sustentação da agricultura de exportação, ao mesmo tempo em que era fundamental, como vimos, para remunerar os excedentes de capitais financeiros. No limite, podemos dizer que a expansão do mercado interno responde como momento necessário para ampliar valorização destes capitais, na medida em que se acelera o processo de sobreacumulação de capitais no interior das economias urbano-industriais. Os utensílios domésticos, os instrumentos de ferro para produção de enxadas, os produtos farmacêuticos, os alimentos como o trigo etc. são alguns exemplos de mercadorias industrializadas que faziam parte do cotidiano desses sujeitos sitiantes. Mas o capital financeiro se faria presente sobretudo na medida em que a agricultura paulista se reproduzia atrelada ao capital mundial: através de empresas estrangeiras de eletricidade, de loteamento, empresas de transporte, dos bancos, dos empréstimos etc., que espoliavam o mais-produto destas relações de sociabilidade familiares através das taxas e impostos que incidiam sobre a circulação dos produtos dos sitiantes. Neste contexto a agricultura de sitiantes era fundamental para mobilizar a mais-valia que pretensamente estaria retida na terra, como renda da terra, sustentando, através da circulação de suas mercadorias, a reprodução deste capital, e, simultaneamente, serviria como mercado consumidor para inúmeros produtos industrializados. Deste modo, podemos dizer que estes sujeitos, inseridos na economia capitalista, estavam sujeitados a intenso processo de expropriação do seu sobretrabalho, constituindo o mais-valor necessário à remuneração dos capitais urbano-industriais, o que remete à noção de trocas desiguais.

5.1. Aspectos de uma realidade crítica observada a partir dos sitiantes de Itápolis

Em conversa com as Senhoras Tercilha e Esmeralda, na data de 18/11/2017, buscando saber mais sobre a realidade do campo de Itápolis em meados do século XX, perguntamos se se lembravam se existiram ou não colônias de trabalhadores no município, ao que a Sra. Tercilha nos respondeu:

> *Tercilha:* Naquele tempo tinha...Tinha mas esse daí é igual os causo de sitio...tinha bastante situante, bastante que tinha sítio né? Agora...colônia...tinha gente que tinha colônia, mas era fazenda. Então, que nem essa parte de café que você tava falando...tinha que nem a parte de fazenda, que nem a fazenda do Antônio Bebeto, então tinha bastante café. Lá então já tinha os colonos né? Mas lá já era diferente, eu não sei o modo, o jeito que ele dava...então como é caso de quando eu casei, vamos fazer a comparação...quando eu casei, meu sogro tinha 30 mil pés de café...mas então, tratava pros empregado assim sabe? Então dava de porcentagem, então eles trabalhavam...

De acordo com o relato, as colônias de trabalhadores existiam apenas nas grandes fazendas do município, e estavam necessariamente atreladas à grandes quantidades de café plantadas. Ao mesmo tempo, a entrevistada reforça a diferença destas fazendas em relação aos sítios, onde predominava o trabalho familiar, afirmando que nestas fazendas o uso do trabalho era diferente do que ocorria nos sítios. De acordo com o relato de Tercilha, na fazenda de seu sogro, o trabalho do colono era pago por porcentagem sobre o valor plantado e colhido. Deste modo, em nossas pesquisas de campo, identificamos elementos da realidade social do município de Itápolis que poderiam compor a sociabilidade caipira identifica por Cândico em *Os parceiros do Rio Bonito* (2010)[65]: o predomínio absoluto de pequenos sitiantes reproduzindo-se aparentemente à margem da grande fazenda cafeicultora, utilizando o trabalho familiar para produzir num sistema de roças e culturas para consumo e venda apenas do excedente, em cujas colheitas realizavam-se mutirões e festividades. Poderíamos, então, inserir o município de Itápolis no universo de um "cinturão caipira"? Para além disso, poderíamos definir esta realidade como camponesa, tal como propõe Pereira de Queiroz (1973a; 1973b)?

Vejamos o trecho de uma entrevista que realizamos, na data de 04/11/2017, com a Senhora Angelina (73 anos) e o Senhor Luís (75 anos), antigos sitiantes do município. Perguntamos a eles o que era plantado nos sítios onde moravam em sua infância no Bairro da Grama, no município de Itápolis. O relato segue:

---

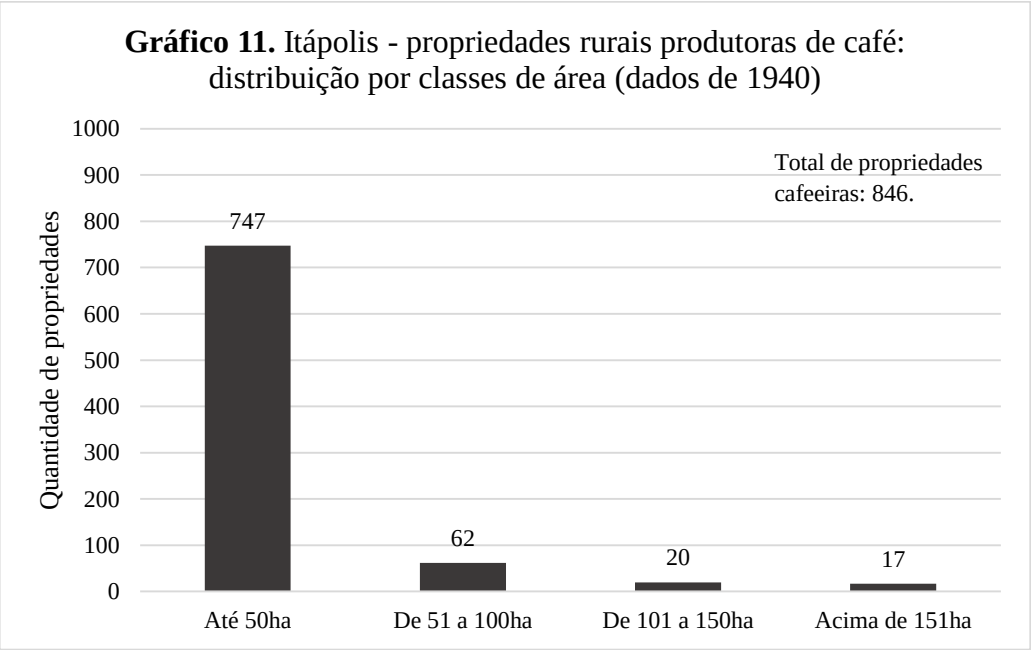
[65] Em *Os parceiros do Rio Bonito* (2010), Antônio Cândido realiza uma pesquisa a respeito da vida social e cultural do sujeito caipira no quadro de sua comunidade. O caipira, ainda que produzido pelo sistema capitalista, comportaria assim um gênero de vida específico, uma forma de reprodução à margem do movimento da reprodução do capital. Para acessar o universo da cultura caipira, Cândido (2010) escolhe como seu objeto de estudo os "parceiros" – relação de trabalho de subordinação em relação aos proprietários de fazendas, na qual o trabalhador dá parte da sua produção ao proprietário da terra em troca de um lote para plantar –, entendidos como uma forma transicional entre as relações de produção baseadas na posse efetiva da terra (o caipira historicamente constituído) e o assalariamento; secundariamente, os pequenos sitiantes também comporiam esse universo da cultura caipira. Ambos os grupos (parceiros e sitiantes) reproduzir-se-iam através do plantio de subsistência e do auxílio da força de trabalho familiar. Contudo, não viveriam isoladamente, mas sim em bairros (a principal unidade de sociabilidade do grupo), constituindo relações de vizinhança baseadas na ajuda mútua, principalmente na forma de mutirões e festividades.

> *Sra. Angelina:* Café né?
> *Sr. Luís:* Ah, era cultura de subsistência naquela época.
> *Sra. Angelina:* E café né bem?
> *Sr. Luís:* Plantava só pra comer mesmo…
> *Pesquisador:* Só pra comer?
> *Sra. Angelina:* Não, mas tinha café.
> *Sr. Luís:* Eles tinham um pouco de café, mas foi muito pouco né?
> *Sra. Angelina:* Então plantava um pouco de café pra vender...porque na realidade o meu pai tinha o que, 40 alqueires de terra?
> *Pesquisador:* É, pequeno.
> *Sra. Angelina:* Então tinha uma época que era café, uma parte que era café, e aí ele plantava um pouco de arroz, é o que ele tá falando, de subsistência, então ele falava assim: "bom, eu preciso pra passar o ano, nós éramos 5 filhos, eu preciso pra passar o ano tantas sacas de arroz"...então chegava num sábado, um sábado lá, ele punha um cavalo na charrete, punha o saco de arroz em casca e vinha trazer ele falava "pra beneficiar", então limpava o arroz…
> *Pesquisador:* Aqui na cidade?
> *Sra. Angelina:* Aqui na cidade. O feijão ele plantava também pra comer. Plantava mandioca e fazia polvilho doce e azedo, e aí a minha mãe fazia biscoito de polvilho e as brevidades, as coisas lá...Plantava pra passar o ano. Plantava um pedacinho de milho que dava pra tratar os porcos que tinha, que eram aqueles porcos que era mistura, era a carne que a gente comia. Tinha também...é, é de subsistência. Tinha o gado, então tinha lá umas vaquinhas pra ter o leite, de vez em quando ele matava uma novilha, aí dividia, um pedaço pra cada irmão, porque não tinha geladeira, não tinha freezer, não tinha nada. Então minha mãe fritava a carne, punha naqueles caldeirões assim [fazendo gestos com as mãos], cobria com banha e era aquilo que a gente comia. Não se podia comprar mais, era isso que a gente...era bem alimentado, mas as guloseimas de criança não existiam para nós.

O primeiro fato a notar na fala de Angelina e Luís é como se põe a noção de propriedade. Na passagem, essa noção aparece assegurando o uso particular do proprietário, onde este tem 40 alqueires de terra, o que, pretensamente, lhe permite uma liberdade de uso que é, ao mesmo tempo, restrição do uso alheio (MARX, 2013). Esta aparente liberdade é quebrada, no entanto, pelas determinações da reprodução capitalista, que impõe a estes sitiantes produzirem de tudo, a fim de que possam garantir a reprodução de suas famílias. Deste modo, ao analisarmos o trecho, podemos perceber que, ainda que o processo social apareça como reprodução simples – sendo até mesmo apresentado pelos sujeitos da entrevista como "subsistência" –, seu fundamento se encontra na reprodução ampliada do capital, que põe a reprodução dos sujeitos sitiantes no estreito limite da sobrevivência, ou seja, os lucros auferidos com a produção do café não pagavam os custos da reprodução familiar, por isso dispendiam tempo de trabalho na produção de lavouras complementares para comercializar e para subsistência (ALFREDO, 2013). Ademais, como vimos, as lavouras de subsistências muitas vezes representavam os únicos ganhos destes sitiantes, na medida em que os preços dos produtos de exportação baixassem no mercado internacional. Podemos dizer, portanto, que *as relações de produção*

que configuram os chamados sítios no município de Itápolis – o trabalho familiar, a cultura de subsistência etc. – são postas pelo e para o café como a principal atividade agrícola que permitia a reprodução destes sujeitos na reprodução social capitalista, ou seja, o café era a principal atividade agrícola que permitia efetivamente a produção de um certo lucro, utilizado para a compra de mercadorias industrializadas nos mercados locais.

O gráfico 11, a seguir, representa a distribuição dos imóveis rurais produtores de café no município de Itápolis, por classe de área (em hectare), no ano de 1940. Esses dados foram obtidos através do *Boletim da Superintendência dos Serviços do Café*, publicado em junho de 1942, que traz a relação completa e nominal, dos proprietários rurais do município de Itápolis produtores de café. Os dados apresentados através do gráfico são específicos sobre as propriedades produtoras de café do município, ou seja, no gráfico aparecem contabilizadas apenas as propriedades cafeeiras do município. Assim temos:



Fonte: SÃO PAULO, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, ano XVII, nº 184, junho de 1942.

Comparando os dados do gráfico 11 com os apresentados no gráfico 06, vemos que das 1.352 propriedades rurais do município, cerca de 846 produziam café, isto é, cerca de 63% das propriedades rurais do município no ano de 1940 dedicavam-se (não exclusivamente) à

produção cafeeira. Ao mesmo tempo, vemos que destas 846 propriedades rurais produtoras de café, a maior parte era constituída por propriedades de até 50ha, consideradas, neste contexto, como pequenas propriedades. Podemos ver ainda, que das 848 pequenas propriedades do município (com menos de 50ha) – que aparecem no gráfico 06 –, 747 delas, ou ainda 88%, realizavam o cultivo do café. Ainda segundo dados do *Boletim...* (SÃO PAULO, 1942), grande quantidade de sítios do município de Itápolis se dedicava à produção de café para exportação, desde pequenas unidades de apenas 1ha, até unidades maiores, de 40 a 50 propriedades[66]. A respeito das características da paisagem do município em meados do século XX, trazemos, a seguir, um relato de Auriluce Feres (1989):

> Além do café, plantava-se cana-de-açúcar, algodão, feijão, arroz, amendoim, mas o forte da agricultura era mesmo o café, e a paisagem itapolitana era muito verde num período do ano, depois lindos galhos engalanados com as florezinhas brancas, para mostrar em seguida grãos vermelhos nos galhos dos cafeeiros, prometendo safras promissoras. Às vezes, a geada abatia a plantação e a colheita ficava prejudicava. O agricultor não perdia as esperanças e plantava novamente, pedindo a Deus para poupá-lo dos rigores do inverno, pois da colheita do café, tão sensível, dependia a maior parte dos rendimentos futuros.

Com base nos dados apresentados no gráfico 11 e no relato de Feres (1989), podemos dizer que, *na década de 1940, a realidade do campo do município de Itápolis era caracterizada, portanto, pelo predomínio numérico da pequena propriedade, fundada no trabalho familiar, isto é, por sítios que produziam – não exclusivamente – café para exportação*. Em *Pioneiros e Fazendeiros...* (1998), Monbeig observou que, na medida em que o café era a atividade produtiva que oferecia as melhores possibilidades de lucro (lucro médio) para grandes proprietários de terras e sitiantes, o seu cultivo seria realizado em qualquer tipo de solo, independentemente da qualidade, desde que houvessem condições para escoar a produção. Desta forma, ainda que as manchas de terra roxa fossem reconhecidas como os melhores solos para a produção cafeeira, também se produziu café em solos mais pobres, como aqueles derivados dos arenitos Bauru (superior e inferior) e Botucatu, solos mais arenosos. Foram esses solos de pior qualidade e aqueles já desgastados pela cafeicultura ocupados por pequenas propriedades no Oeste Paulista, como vimos. A esse respeito da ocupação da terra pela cafeicultura, Monbeig assinala:

[66] As propriedades de até 10ha, que não aparecem no gráfico, somam 191 unidades. Um único proprietário poderia possuir mais de uma propriedade, no entanto, isto não constitui regra. Apenas 12 propriedades rurais possuíam mais de 200ha e, dentre elas, apenas duas possuíam mais de 500 ha, uma com 550ha e outra com 1436ha.

> Na realidade, os pioneiros que encontraram em toda parte boas condições climáticas e facilidades de transporte, não hesitaram em plantar cafezais indistintamente nos dois solos [arenitos Bauru e Botucatu]. A ausência de nomes populares para designá-los mostra suficientemente o pouco caso com que foram tratados, pelo menos no início do povoamento" (MONBEIG, 1998, p. 81).

Nesta passagem, vemos como a ocupação produtiva do Oeste Paulista estava posta pelo e para o café, tanto em sítios quanto em fazendas, e que, tão logo os solos permitissem a produção de renda, eles seriam postos a produzir café. Podemos dizer, portanto, que, se os sítios, em Itápolis, em meados do século XX, funcionavam acima de tudo como plantações de café em menor escala, cabe melhor a caracterização de "produtores de café" a esses sujeitos, a fim de indicar os sentidos dessa sociabilidade que se reproduzia mediada pela forma mercadoria.

Ainda com relação ao gráfico 11, chama atenção o fato de que a maior parte das grandes propriedades do município de Itápolis na década de 1940 não eram produtoras de café, o que pode ser observando comparando-se os dados apresentados nos gráficos 06 e 11. Assim, considerando as propriedades com mais de 100ha, as quais assomavam 241 unidades no ano de 1940, apenas 37 delas se dedicavam à produção cafeeira. Vimos, nas páginas anteriores, que, após a Grande Crise de 1929, grande parte das fazendas do município passaram a se dedicar à produção pecuária e não à cafeicultura, fato que pode explicar o fenômeno aqui observado. Deste modo, em Itápolis, a cafeicultura predominava nas pequenas e médias propriedades do município, nos chamados sítios, ao lado da qual podíamos encontrar as roças de arroz, milho, feijão etc., ao passo que nas grandes propriedades o café disputava espaço com a pecuária.

Figura 11. Paisagem do sítio Santa Isabel, de Francisco Vizintin. Vemos, na paisagem da fotografia, três construções: a primeira, mais à esquerda, parece ser a casa sede do sítio, de alvenaria; ao lado, uma construção em madeira, que poderia ser a tulha, onde se guardavam os implementos agrícolas e as safras; a direita, mais distante, temos outra casa, de madeira. A paisagem é dominada pelo pasto no primeiro plano. Ao fundo, aparece o que seria uma mata ou um cafezal. Segundo Caldeira (1934), este sítio possuía 24 alqueires, cerca de 60ha, com 18 mil pés de café, além de outras culturas, como cereais, mandioca, pomar de frutas e matas. Em apenas 6ha de pasto, criava-se vacas, burros e cavalos. Empregavam uma família de colonos para ajudar nas tarefas diárias da roça. Possuíam, ainda, carroça, chiqueiro, paiol e terreiro. Itápolis-SP, 1934. Fonte: Caldeira (1934).

Sobre a economia de excedente, que poderia caracterizar os sítios no município de Itápolis, observemos outro momento da entrevista com a Sra. Angelina e com o Sr. Luís, onde perguntamos sobre o volume produzido e os lucros gerados através das vendas do café:

> *Sra. Angelina:* É, produzia [o café], que tinha um dinheirinho, pra ir num médico quanto tava morrendo, porque era só a hora que ia.
> *Pesquisador:* Ficava longe também da cidade?
> *Sra. Angelina:* Ficava longe pra comprar uma roupa, um calçado, tanto que tinha uma roupa e um calçado pra sair. E em casa a minha mãe se virava, passava de um para o outro e se virava.
> *Pesquisador:* Ela fazia roupa em casa?
> *Sra. Angelina:* Fazia, fazia, a minha mãe fazia.
> *Pesquisador:* Era comum na época, as próprias donas de casa faziam?
> *Sra. Angelina:* Era comum na época. Então, por exemplo, o que meu pai comprava: uma saca de açúcar e uma de farinha, porque pra fazer pão...
> *Pesquisador:* Aqui na cidade?
> *Sra. Angelina:* Aqui na cidade. Então aquele saco branco, a minha mãe lavava e fazia roupa pra nós. Deixava branquinho e fazia roupa pra gente.

A produção destes sítios no município de Itápolis não configurava, portanto, uma economia de excedente, conforme caracterização de Pereira de Queiroz (1973a; 1973b). Seu cerne era, como vemos, o café, cujos baixos rendimentos eram todos direcionados para a compra dos produtos que não produziam (farinha, açúcar, tecidos etc.). Os plantios de subsistência, por sua vez, representavam a complementação necessária com os produtos que podiam ser cultivados ou produzidos ali (arroz, feijão, mandioca, milho, leite etc.), mas, sobretudo, serviam para inserir esses sítios no circuito de trocas regionais, na medida em que os lucros da cafeicultura eram insuficientes. Em momento anterior, apontamos ademais que a circulação simples (M-D-M) compõe aqui apenas um momento da reprodução capitalista (MARX, 2013), ela aparece como se sua finalidade fosse a satisfação das necessidades, e não a produção de valor. Posto a busca constante pela ampliação da produção destes sítios, esta circulação simples se revelaria como necessidade lógica da reprodução capitalista, e não como satisfação das necessidades ampliadas do indivíduo. Quando se trata de terra comprada, a atividade produtiva deve se expressar, ademais, em um montante monetário que seja capaz de saldar a dívida da compra da terra, o seu preço, além de permitir a reprodução desses sujeitos, como vimos. A valorização, cujo sentido é D-D', isto é, a reprodução tautológica do dinheiro, determina, portanto, a reprodução social (MARX, 2013). Em relação à comercialização do café produzido nos sítios, observemos o trecho a seguir:

> *Pesquisador:* Colhia, beneficiava na cidade e vendia pra quem o café?
> *Esmeralda:* Tinha os comprador, tinha os lugar...
> *Tercilha:* Aqui tinha bastante gente que comprava e revendia fora...
> *Pesquisador:* Era pela estrada de ferro que mandava o café? Ou ia de caminhão?
> *Tercilha:* É, tinha, a maioria ia pela estrada de ferro, de trem...
> *Esmeralda:* E tinha carro de boi, a única coisa que tinha era carro de boi.
> *Pesquisador:* Trazia do sítio pra cidade no carro de boi?
> *Tercilha:* É...quer dizer, trator naquela época não tinha.

Entrevista realizada com o Sr. Valentim (87 anos), também antigo morador de Itápolis, na data de 19/11/2017, que trabalhou como camarada em uma fazenda do município, nos traz também um relato sobre o processo comercialização e transporte do café produzido em sítios e fazendas:

> *Pesquisador:* O café ensacado era vendido pra quem?
> *Sr. Valentim:* Na máquina...aqui de Itápolis...nóis puxava com carroça...dasveiz caminhão...Puxava na fazenda, secava ele, aí depois pegava uma carroça e levava até Itápolis pra beneficiar...aí depois que entregava na máquina, aí eles que se virava...
> *Pesquisador:* Ia pra Santos?

> *Sr. Valentim:* Ia embora pra Santos de ferrovia...pra Itápolis ia de carroça, carro de boi, carreta....eu trabalhava com 5 burro e ele [um amigo também camarada] trabalhava com 6 bois no carro...aí fazia aquela fileira na estrada e ia embora...
> Pesquisador: O beneficiador que comprava o café?
> *Sr. Valentim*: Comprava dos Patrão...
> Pesquisador: E os sitiantes?
> *Sr. Valentim*: Sitinho era difícil...mas dasveiz tocava no meio que arrumava com o Patrão...aí embruiava tudo e mandava...e ia embora o café também...falava que era dele né? Depois pra receber eles mesmo tinha o dinheiro...aí dava comum que tinha pegado o café...

O primeiro fato a destacar nas falas apresentada é a figura do negociante, o comprador do café produzido nesses sítios, e responsável por seu embarque em direção ao porto de Santos. Ele geralmente era também o maquinista, aquele que beneficiava a produção local antes do embarque. Este "sujeito capitalista", quando requisitado, podia fornecer o capital de empréstimo necessário aos sitiantes e fazendeiros. A ferrovia aparece logo em seguida e era, naquele contexto, o meio de transporte pelo qual a produção dos sítios do interior paulista se realizava como mais-valia mundialmente. O carro de boi, aparece aqui como principal meio de transporte do qual se valiam fazendeiros e sitiantes para levar suas mercadorias, através das estradas de terra, até os núcleos urbanos, a fim de as beneficiar e vender. Por último, destacamos ainda na passagem os acordos realizados entre sitiantes e fazendeiros para escoar a produção, como vemos na fala do Sr. Valentim. Na medida em que a produção de café dos sítios era pequena, não suficiente para cobrir os custos com o transporte, os acordos muitas vezes permitiam o beneficiamento e embarque de suas mercadorias. Os custos e lucros seriam posteriormente rateados de acordo com o volume embarcado. Assim, até meados do século XX predominou, entre esses sítios e os centros urbanos da região, uma relação campo-cidade aparentemente fundada na economia de excedente. No entanto, vemos como estes sítios se inserem nos circuitos troca regionais, de modo que o fundamento desta relação era a circulação de mercadorias, particularmente do café, a partir da qual se distribuía o valor na forma da renda da terra. Portanto, a contradição campo-cidade no Oeste Paulista, em meados do século XX, como divisão territorial do trabalho, funda-se na disputa pela apropriação da renda da terra em parte produzida nestes sítios. Como veremos no próximo capítulo, é renda da terra que circula e garante a reprodução de inúmeras atividades urbanas inseridas na economia agroexportadora.

A utilização do núcleo familiar no processo produtivo, a realização de mutirões, o parcelamento das terras entre os gêneros de subsistência, são algumas das características da forma de sociabilidade dos sitiantes de Itápolis em medos do século XX, tal como podemos observar através das entrevistas semiestruturadas que realizados com antigos sitiantes da

cidade. Para Pereira de Queiroz (1973a; 1973), estes elementos, entre outros, caracterizariam uma sociabilidade camponesa. No entanto, para nós, estas características são apenas fatores indicativos de uma realidade empobrecida, que se reproduzia na perspectiva de reduzir custos, já que estes não seriam cobertos pelos lucros da produção cafeeira. Trata-se, assim, de uma forma de agricultura periférica, marcada pelo baixo desenvolvimento de suas forças produtivas e pela extensividade em força de trabalho. Deste modo, nas relações de troca com os produtos industrializados e, ademais, através do pagamento de fretes, impostos, empréstimos etc., os sitiantes veriam seu mais-valor, seu tempo de trabalho, sua renda fundiária, serem expropriados e incorporados à reprodução dos capitais urbano-industriais atuantes sobre a agricultura paulista, o que remete à noção de *trocas desiguais* (MANDEL, 1982; GROSSMANN, 1979).

Martins (1975) também caracterizou as pequenas propriedades rurais do Vale do Paraíba, em São Paulo, de meados do século XX, como agriculturas de "baixo coeficiente de capitalização", ou, em outros termos, de baixo investimento de capital. Para o autor, estas agriculturas seriam produzidas no movimento de expansão do capital no campo, imbricado ao processo de acumulação interno de capital urbano-industrial. Segundo Martins, no setor agrário, o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo produziu a "[...] expropriação do homem rural por ele mesmo, confinado no agrarismo extensivo, produzindo excedentes, produzindo-se como caipira" (MARTINS, 1975, p. 14), ou seja, em sua visão, a expansão de agriculturas de "baixo coeficiente de capitalização" se produzia como necessidade do sistema, numa relação de dependência recíproca entre expansão urbana-industrial e expansão de agriculturas de baixo investimento de capitais. Para o autor, essas agriculturas se caracterizariam pela produção de excedentes garantida por uma alta produtividade ou rentabilidade dos seus principais fatores de produção: fertilidade natural dos solos e uso de grandes contingentes de força-de-trabalho familiar. Deste modo, para Martins, a expansão destes sítios se insere no movimento de reprodução contraditório do capital no campo, onde este, ao se expandir, produz como condição de sua reprodução, estas relações de trabalho não-especificamente capitalistas, fundamentais para sustentar a acumulação primitiva do capital urbano-industrial nacional.

Para nós, de modo contrário, a possibilidade dessas relações de trabalho decorreu da crise da reprodução capitalista, como observamos anteriormente, de modo que podemos dizer que estas relações expressam uma formação negativa, pela crise do capital. Ademais, a expropriação ascendente destas relações pelo capital financeiro internacional, como

observarmos, era impeditiva para a acumulação de capital através destes sítios. De modo contrário, na medida em que penetrava o capital financeiro monopolista no campo paulista, "[...] os níveis de espoliação, ascendentes, operados sobre o agrário de forma generalizada se maximizariam sobre os pequenos agricultores que teriam seus ganhos reduzidos e se veriam empobrecidos" (LIMA, 2017, p. 308). Também Renato Fujicava (2013) observou que, sob as condições de expropriação de renda as quais estavam submetidos estes sítios, sua reprodução social teria que se manter estritamente "[...] através da exploração dos elementos da floresta e pelo cultivo do próprio sustento" (FUJICAVA, 2013, p. 48). Em relação ao cotidiano dos sítios em Itápolis, em meados do século XX, observemos o trecho a seguir, parte da entrevista com as Sras. Tercilha e Esmeralda:

> *Pesquisador:* Como eram as roupas que vocês usavam? Como que eram feitas?
> *Tercilha:* Flanela, usava mais flanela...
> *Esmeralda:* Flanela, tinha uns pano, lembra? Como que era aquele pano que era mais barato que tudo que a gente comprava? Não vou lembrar...Era mais tecido assim [apontando tecido da roupa com a mãos]...
> *Pesquisador:* E quem costurava?
> Esmeralda: Era as costureiras que faziam, né? As mães ensinavam...
> *Tercilha:* A mãe...a maioria era feita em casa mesmo, cada um fazia, nós fazia uniforme, a gente ia pra escola de uniforme, a blusa branca e a saia azul.
> *Pesquisador:* E o sapato?
> *Esmeralda:* Ia tudo a pé, tudo descalço...Pra ver um sapato, era difícil, aquele que tinha precisava que guardar bem...Tinha que guardar bem pra não estragar...
> *Tercilha:* É, era assim mesmo, foi feio...
> *Pesquisador:* Usavam as sacas de café pra fazer roupas?
> *Tercilha:* Pra fazer aquelas pré-pronta sabe? Quando tinha aqueles lençol velho, coberta velha, então emenda, emendava punhava tudo pra fazer uma pré-pronta, ai comprava aqueles pano estampado e forrava, virava uma coberta.
> *Pesquisador:* E a cama era o quê?
> *Tercilha:* A cama era...cama de palha, na casa do meu pai a gente falava catre né, aquelas cama de... ele mesmo fazia, meu pai fazia cama de madeira lavrada, sei lá fazia do modo deles lá, mas cama comprada nós não tinha..
> *Pesquisador:* E era no próprio sitio que fazia?
> *Tercilha:* No próprio sitio. O colchão da gente a gente costurava o pano, fechava o pano, depois arrancava a palha de milho e enchia, depois veio o colchão de capim, então já ficou mais...depois que vem vindo essas coisas, mas nós fomos criados tudo com colchão de palha...
> *Esmeralda:* Tomar banho era no bacião!
> *Tercilha:* Quando vinha chegando a tardezinha colocava a lata de água em cima do fogão a lenha pra esquentar a agua, pra fazer água quente pra tomar banho...A vida era difícil mesmo, não é que nem hoje não, por ruim que esteja eu não quero voltar aquele tempo não.
> [...]
> *Pesquisador:* E como era feita a casa?

> *Esmeralda:* A maioria era de barro ou madeira, tijolo mesmo era muito difícil. Quem tinha um pouco de verba tinha uma casa de tijolo, tijolo era muito difícil, era tudo casa de barro ou de sapê...
> *Tercilha:* Até a escola, a primeira escola que nós tivemos era de tabua
> Esmeralda: Não tinha nem telha, depois foi aparecendo a telha comum.

Vemos, no relato, um cotidiano extremamente restrito, com acesso reduzido a materiais como vestimentas e cama. Vemos, ainda, como a condição da reprodução familiar nesses sítios de Itápolis estava atrelada ao aproveitamento máximo dos elementos disponíveis no sítio: a palha do milho e o capim viravam elementos para construir um colchão; os sacos de café transformavam-se em roupas e cobertores; o barro era utilizado para construir a casa; a madeira das árvores, servia para os móveis e instalações etc. A exploração dos elementos naturais do sítio aparece como imprescindível a estes sujeitos, pois deles extraíam os elementos básicos de sua subsistência, desde a construção de suas casas até as estruturas produtivas etc. Eram, portanto, sujeitos extremamente pobres, na medida em que o volume de produção, aliado à expropriação de seus excedentes, não era suficiente para constituir seu próprio consumo cotidiano.

Como vimos, a agricultura se caracterizou sobretudo pelo endividamento de sitiantes, e menos pela acumulação, o que, consequentemente, punha dificuldades ao desenvolvimento das forças produtivas do campo. Foram poucas as propriedades rurais em Itápolis nas quais se fizeram grandes investimentos de capital, pois eram necessários, em contrapartida, grandes volumes de produção para pagar o capital que se investiria na terra. Neste contexto, o sitiante em Itápolis, em meados do século XX, deveria aproveitar das condições do solo, do terreno, da vegetação etc., para compor as forças produtivas de seu sítio e as condições de sua reprodução cotidiana. De certo modo, podemos dizer então que as atividades produtivas de mercadorias nestes sítios estavam subsumidas às determinações das condições naturais, mas estas condições não se determinam pela natureza das coisas, mas se inserem como momento da reprodução social capitalista, se apresentam como força produtiva do trabalho social (MARX, 2013). Do mesmo modo, suas técnicas de plantio e colheita eram simples, tal como seus equipamentos, dentre os quais predominava a enxada. Marx (2013; 2014; 2017; 1980) demonstrou, no entanto, que os meios de produção, condições objetivas do trabalho, não estão subsumidos ao trabalho, este é que se subsome àqueles. O trabalhador aparentemente os utiliza para produzir mercadorias, quando de fato é utilizado por aqueles para a produção de mais-valia. Deste modo, não se trata de meios para o trabalhador gerar produtos, sejam eles de subsistência ou para outros, mas de meios para gerar mais-valia, para lhes sugar trabalho excedente. Neste contexto,

Marx apontaria que, sob o modo capitalista de produção, ocorreria um processo de apagamento do humano, de coisificação do trabalhador.

A utilização do núcleo familiar no processo produtivo e a realização de mutirões na época das colheitas indicam que essas pequenas propriedades de Itápolis lançavam mão dessas relações de trabalho a fim de permitir a sua inserção na reprodução do capital cafeeiro, em desvantagem, portanto, com o tempo de trabalho da fazenda cafeeira, marcado pela maior extensividade do trabalho, como podemos observar anteriormente. Ou seja, os pequenos sítios do município, baseados na exploração da mão-de-obra familiar, incapazes de desenvolver suas forças produtivas, responderam à concorrência buscando a incorporação de uma maior quantidade de mão-de-obra a seus processos produtivos. Assim, o uso do trabalho familiar se insere nos termos da redução de custos, aproveitando ao máximo essa mão de obra, dado que a contratação de trabalhadores e grandes investimentos da mecanização da produção não poderiam ser realizados na medida em que estavam sujeitados a intenso processo de expropriação de seu produto. A saída pela reprodução através do trabalho familiar, que caracteriza os sitiantes de Itápolis, no Oeste Paulista, não significa, portanto, a reprodução de uma forma camponesa de consciência, como propõe Martins (1975) e Pereira de Queiroz (1973a; 1973b).

Através das entrevistas, observamos que no plantio e na colheita, os sitiantes de Itápolis utilizavam o trabalho familiar e o mutirão, e dificilmente acessavam trabalho complementar assalariado, na medida em que este era extremamente caro frente às suas economias. Na medida em que o trabalho aparecia como custo extremamente elevado, a impossibilidade do assalariamento buscaria solução pelo uso maciço da mão-de-obra familiar, reduzindo o custo do trabalho, ou mesmo recorrendo à parceria ou à meação, caracterizadas pela partilha dos custos e ganhos. Nesse sentido, as relações de trabalho familiar seriam a principal forma de reprodução destes sitiantes em meados do século. Sobre o sistema de mutirão, observemos um trecho extraído da entrevista com as Sras. Tercilha e Esmeralda. Perguntamos às antigas sitiantes como funcionava o sistema de mutirão no interior dos bairros rurais de Itápolis. Segue o relato:

> *Tercilha:* Tinha uns par de sitiante assim...juntava as famílias fazia aquele mutirão, colhia de um...colhia do outro...colhia aquele, depois ia colher o do outro, depois colhia do outro...
> *Esmeralda:* Era colhido pelo mutirão, porque cada um colher o seu sozinho não dava conta...
> *Tercilha:* Porque era bastante plantado né?

> *Pesquisador:* E era arroz que vocês plantavam?
> *Tercilha:* Era arroz...Pro gasto...nós beneficiava pro gasto, agora a parte que sobrava vendia.
> *Esmeralda:* Mas antigamente era assim, trocava, aquele que colhia mais...vendia um pouco... as vezes vendia pra aqueles que não tinha, então ia revezando...

O sistema de mutirão constituía, como vemos, uma forma de troca de dias de trabalho. Quando algum sitiante precisava de ajuda no plantio ou colheita, chamava os conhecidos dos arredores e parentes para ajudá-lo. No fim do dia os trabalhadores não recebiam pagamento, mas ficavam com um dia para receber em forma de mutirão, quando necessitassem. O sistema de mutirão aparece, neste caso, pois o trabalho era custo elevado que deveria ser reduzido pela utilização dos membros familiares e de outros sítios. Ainda que o volume produzido fosse grande, sua realização enquanto lucro era contingencial, e, neste contexto, a contratação de trabalho complementar não poderia ocorrer, pois poria em risco a reprodução do próprio sitio. O excedente do que era produzido sobre a parte consumida, era voltado para a comercialização, para a venda ou troca. Neste contexto, podemos dizer que as produções dos sitiantes de Itápolis buscavam se complementar, garantindo através da socialização do trabalho a reprodução de todos os grupos.

Através dos relatos e das entrevistas, vemos que a realidade do campo no município de Itápolis estava determinada pela reprodução capitalista. Os sitiantes buscavam vender seus produtos, a fim de gerar dinheiro necessário para compra de mercadorias industrializadas. Sua produção era voltada para o café e de outros gêneros como forma de acessar as mercadorias não produzidas nos sítios, determinada, portando, pelas mediações do capital, direcionada e organizada pelo mercado capitalista. Nesse sentido, se trata de uma população inserida de modo particularizado no processo de reprodução crítica capitalista. Desta forma, uma perspectiva que nos levasse a abordar esses sitiantes como constituindo uma reprodução fechada em si, como vemos em Pereira de Queiroz (1973a; 1973b), ou uma abordagem camponesa a reproduzir a acumulação capitalista através do núcleo familiar, como propõe Martins (1975), não nos permitiria compreender a reprodução destes sujeitos no universo da reprodução social capitalista.

Buscamos demonstrar, assim, como no interstício da economia cafeeira, paulatinamente, uma camada social composta por sujeitos pobres viu-se em condições de acessar a terra. No entanto, como vimos, este movimento não deixou de manifestar-se a partir das crises da economia cafeeira. Deste modo, dizemos a formação da pequena propriedade em

São Paulo, e de forma particular no município de Itápolis, se deu negativamente, pela crise da reprodução capitalista. O pequeno sitiante enxergou na terra a possibilidade de enriquecer, como possibilidade de acumular os capitais que não havia conseguido durante os anos em que se manteve colono ou trabalhando em outras atividades. O fazendeiro via a terra como capital imobilizado, renda capitalizada que não se realizou como acumulação de riqueza.

O sitiante, de posse de seu lote ou de sua propriedade, deveria realizar a renda fundiária que ali estava empatada, e que havia sido adiantada no preço da terra a qual havia comprado. Nesse sentido, o sitiante deveria por todos os recursos que possuía na produção da terra. Seu tempo social de trabalho estava, portanto, determinado por esta necessidade. Cabia em parte agora também ao sitiante mobilizar o valor que pretensamente estaria na terra no campo paulista. Esse valor, como vimos, circulava internamente, mas realizava-se internacionalmente, na medida em que servia de pagamento para a importação de bens industrializados, para saldar as dívidas internacionais etc. Mas, ao mesmo tempo, este valor deveria remunerar uma série de sujeitos e atividades que dependiam diretamente da produção agrícola do campo, desde as empresas loteamento e de transporte (caminhões, ferrovias etc.) até as pequenas indústrias de beneficiamento e de conserto de equipamentos agrícolas, que se constituíam pela detração do mais-valor produzido no campo. Cabia, por fim ao sitiante mobilizar o valor que pretensamente estaria contido na terra, como renda da terra. Deste modo, ainda que produzissem mais-valor em função da utilização extensiva do trabalho familiar, as condições de acumulação para esses pequenos sitiantes de Itápolis eram ínfimas, parte em função da pequena escala de produção, parte em função dos lucros ínfimos que obtinham produzindo café de menor qualidade, mas sobretudo em função à espoliação a qual estavam sujeitados nas relações de troca com os capitais financeiros urbanos-industriais.

Capítulo 11

Do campo à cidade

1. Itápolis: o urbano como fetiche da acumulação

O município de Itápolis, em São Paulo, surgiu na confluência de diversos processos econômicos que permitiram a incorporação da realidade periférica do Oeste Paulista ao processo de reprodução capitalista em meados do século XIX: a abertura de caminhos pelo território paulista, a doação de sesmarias e a generalização de apossamentos, a guerra e a expulsão dos indígenas caingangues, a expansão da pecuária para abastecimento dos centros urbanos, são, entre tantos outros métodos, os fundamentos dessa incorporação produtiva (MONBEIG, 1998). Entretanto, o município estabeleceu-se definitivamente nos quadros da grande expansão cafeeira, no declínio final do regime de trabalho escravo e na introdução do trabalho livre através da imigração europeia em fins do século XIX. Itápolis formou-se na reprodução do capitalismo no campo, é um produto da expansão mundial da empresa europeia (MONBEIG, 1998). O sentido da formação dessa realidade periférica "[...] implicou numa realidade definida [desde cedo] pelos sentidos da acumulação" (ALFREDO, 2011, p. 35). O município surge, portanto, como espacialização moderna e periférica, produzida no processo de expansão crítica de uma modernidade cujo sentido último é a reprodução pela forma valor, sendo a produção agrícola, abarcando as mais variadas atividades (café, laranja, arroz, cana-de-açúcar, pecuária etc.), a forma de inserção dessa realidade periférica, do interior do território paulista, no mercado mundial capitalista.

Vimos, anteriormente, que a disputa pela apropriação da mais-valia socialmente produzida opõe capitais agrários e urbano-industriais. Vimos também que a expropriação do mais-trabalho produzido no campo se realiza na medida em que a produtividade social do trabalho na indústria, determinada pelo desenvolvimento de suas forças produtivas, está acima da média social. Concluímos que a agricultura sob o capitalismo se caracteriza pela incapacidade de acumular capitais, em função do fenômeno das trocas desiguais e da

transferência de capitais. Mas o capital não se acumula positivamente no centro da economia mundial, na medida em que a expansão da produtividade do trabalho na indústria representa, ademais, a redução da sua capacidade de explorar trabalho. A divisão campo-cidade no Oeste Paulista reflete, portanto, esta síntese entre reprodução crítica, no centro, e incapacidade de acumulação, na periferia.

O urbano, no Oeste Paulista, constitui-se em função da incapacidade de acumulação do agrário. Nesse sentido, Lima (2017) apontaria que, "[...] assim como a crise determinara a expansão do agrário, de forma idêntica (e simultânea), determinaria o desenvolvimento do urbano sob realidades periféricas" (LIMA, 2017, p. 277). O urbano, no Oeste Paulista, revela-se, portanto, apenas como fetiche de uma acumulação que de fato não se realizava, e não como fenômeno derivado da acumulação de valor. Possibilitaria a circulação mundial do valor, constituindo-se como nexo entre capitais agrários e industriais, remunerando-se a partir da detração da renda da terra produzida no campo, mas não seria capaz de formar valor. O urbano fundaria sua reprodução no processo de transferência internacional de valor, através das mercadorias agrícolas, mas também através da remessa de lucros e pagamentos.

No Oeste Paulista, o urbano aparece como fetiche da acumulação na medida em que pretensamente seria capaz de gerar mais-valor através das atividades comerciais e industriais, quando, de fato, apenas mediaria a reprodução dos capitais urbanos-industriais estrangeiros e a circulação dos capitais agrários. A reprodução destes pequenos núcleos urbanos no interior paulista estaria, portanto, atrelada à:

> [...] necessidade de expansão do capital industrial, extremamente produtivo, e que buscaria sua remuneração nas realidades periféricas, haja visto que a sua própria produtividade estaria a embaraçar sua reprodução, o impulsionando para novos mercados. Sendo assim, o tempo social médio, determinado pelos capitais industriais, ao impor a espoliação do agrário, estabeleceria, no oeste paulista, uma divisão campo-cidade que somente poderia se efetivar negativamente (LIMA, 2017, p. 291-292).

Tal como Monbeig (1998) nos permite observar, as cidades no Oeste Paulista surgem como produto da expansão mundial do capital, em crise, devemos acrescentar. Os municípios do Oeste Paulista, tal como Itápolis, Ibitinga, Tabatinga e outras pequenas cidades vizinhas, mas também os patrimônios que não chegaram a constituir cidades, como Tapinas e Nova América, em Itápolis, Guariroba, em Taquaritinga, São Lourenço do Turvo, em Matão, etc., constituiriam nódulos a mediar a circulação dos capitais excedentes e desvalorizados produzidos nas economias urbano-industriais centrais. Mas, ao mesmo tempo, tais núcleos

urbanos se inseririam no processo de transferência de valor das economias periféricas para as economias urbano-industriais centrais. Segundo Alfredo (2013), as cidades dos planaltos ocidentais surgem do processo de valorização do valor com a função fundamental de acelerar e intensificar a produção agrícola do campo, ou seja, foram fundamentais para a expansão da produção agrícola, constituindo os centros beneficiadores da produção local de exportação de sitiantes e fazendeiros (ALFREDO, 2013). Antes de atingir os mercados internacionais, o enorme volume de produtos do campo deveria circular no interior das cidades do Oeste Paulista. Deste modo, constitui-se uma urbanização "[...] determinada pela potência produtiva do capital internacional" (ALFREDO, 2013, p. 372). A constituição de uma divisão campo-cidade, no Oeste Paulista, está, portanto, determinada pelos sentidos da reprodução do valor mundial. A relação agrária-urbana daí resultante buscava satisfazer as necessidades postas pela acumulação mundial através do campo:

> Deste modo, as cidades e o próprio povoamento são resultantes da necessidade de reprodução ampliada de capitais estabelecidos nacional e internacionalmente e desta necessidade derivam. Ou seja, trata-se de uma divisão social do trabalho que se faz sob o tributo de capitais nacionais e internacionais [...] tornando específica a própria divisão entre campo e cidade nesta realidade. Assim, as cidades são formas de intensificar a produção agrícola, e não de mover uma ruptura urbano industrial para com esta realidade (ALFREDO, 2009, p. 10).

No Oeste Paulista, campo e cidade apareceram, como vimos, como momentos distintos no interior do ciclo de rotação do capital agrário, o primeiro propriamente conformando seu ciclo produtivo, o segundo, seu ciclo de circulação. O fundamento desta contradição estaria na renda da terra que daí se originava e aí circulava, distribuindo-se a partir da produtividade dos capitais em funcionamento, tanto no campo quanto na cidade. A renda da terra, portanto, medeia as relações sociais de produção no Oeste Paulista.

Ao longo da primeira metade do século XX, no interior do núcleo urbano das pequenas cidades do Oeste Paulista, instalaram-se uma gama de atividades comerciais e industriais que sustentariam a reprodução de sitiantes e fazendeiros, permitindo a circulação e realização de suas mercadorias e o acesso destes agricultores aos valores de uso não produzidos no interior de suas propriedades. Essas pequenas plantas industriais (descaroçadoras de algodão, descascadoras de arroz, despolpadoras, torrefadoras e beneficiadoras de café, indústrias de alimentos, conservas e doces, engenhos de aguardente e rapadura, indústria de fiação e tecidos, serrarias e indústrias de móveis, casas de farinha, oficinas de reparos de máquinas agrícolas entre outras) estavam voltadas para o beneficiamento dos produtos do campo, visando a

exportação (como no caso do café e do algodão), para o abastecimento dos mercados locais e regionais ou para a sustentação da atividade agrícola, como no caso das oficinas de reparo de máquinas agrícolas. Trata-se de unidades industriais de baixíssima produtividade e de uso extensivo de mão-de-obra, pequenas e diminutas oficinas domésticas voltadas para o abastecimento de um mercado local, e, em raros casos, atendendo também um mercado regional (ALFREDO, 2013, p. 184). O uso extensivo da mão-de-obra nestas oficinas tem o sentido de compor a força produtiva do trabalho que a capacidade de investimento diminuta em máquinas e forças produtivas não pode realizar. No entanto, esses pequenos negócios familiares de proprietários de terras e comerciantes não produziam uma reposição ampliada dos pressupostos do capital, de modo que uma incipiente acumulação deles resultava (ALFREDO, 2013). Estas pequenas plantas industriais tinham a função social fundamental de dar suporte à produção agrícola, constituindo-se como locais de beneficiamento da produção local para exportação ou para consumo, ou seja, resultavam da complexificação da produção agrícola de exportação e não reagiam sobre ela (ALFREDO, 2013). Interessante observar, ademais, que a pretensa ruptura da realidade agrária em direção à uma realidade propriamente industrial, no caso de São Paulo, não se daria pelo despovoamento dos campos, como observou Marx (2013) sobre a formação do trabalho para o caso inglês. De modo contrário, no Oeste Paulista, a expansão industrial coincide com a expansão de loteamentos para sitiantes ou mesmo a expansão das formas de arrendamento da terra, como observamos anteriormente.

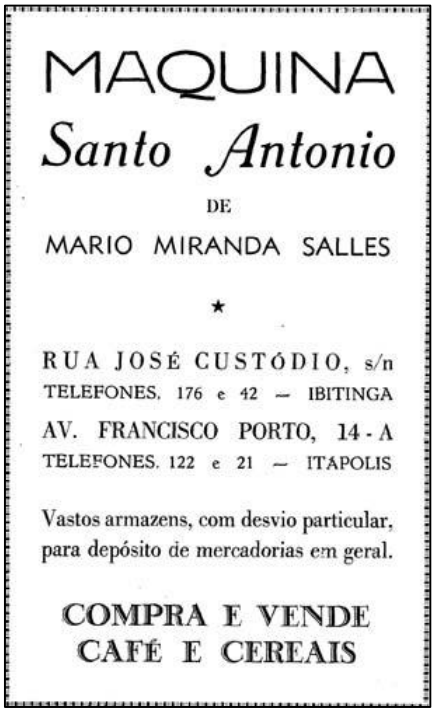


Figura 12. Propaganda de pequena indústria beneficiamento de café e cereais. No Oeste Paulista, essas pequenas indústrias, que atuavam na fase de beneficiamento dos produtos agrícolas, realizavam as atividades de compra, beneficiamento, armazenagem da produção local (de café, arroz, algodão etc.) e embarque, através da ferrovia, para revenda em outras cidades, como São Paulo, ou exportação no porto de Santos. Seus donos compunham uma elite local ligada ao comércio e beneficiamento do café, mas não deixavam de ser também proprietários de terras. Itápolis, São Paulo, 1949. Fonte: Del Guércio (1949).

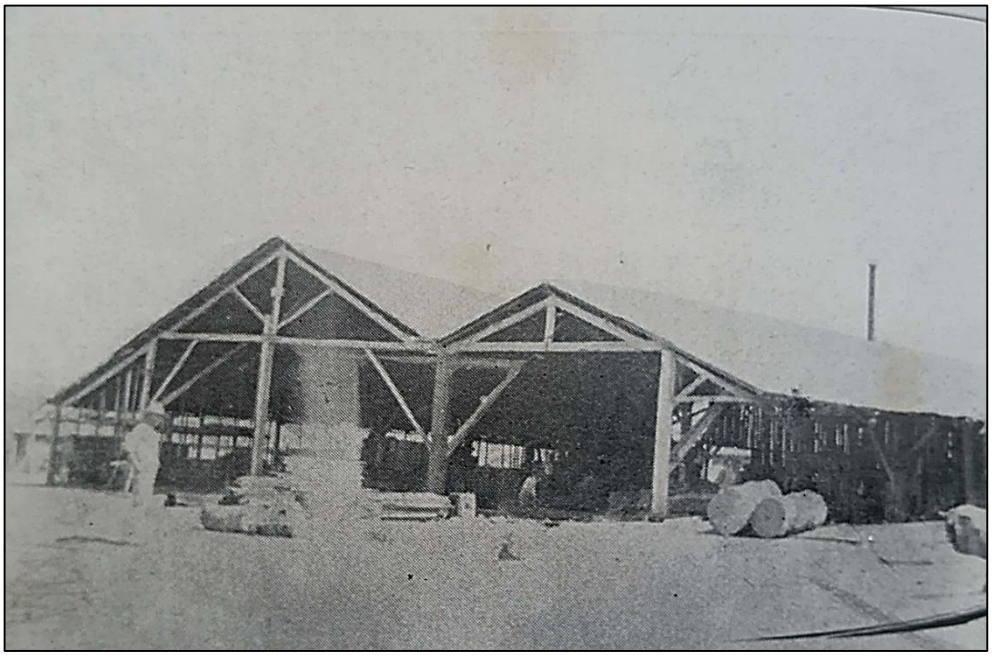


Figura 13. Fotografia da Serraria Progresso, de propriedade de José Clemente Netto, fundada em 1925. Segundo Caldeira (1934), utilizando serras francesas, a serraria produzia cerca de dez metros cúbicos diários de madeira para móveis e construções, empregando 14 operários. Ainda segundo Caldeira, o mesmo proprietário possuía ainda uma firma dedicada à importação e exportação de gêneros, especialmente açúcar e cereais. As serrarias eram fundamentais no Oeste Paulista, na medida em que a maior parte das construções, desde casas e principalmente as instalações industriais das fazendas, eram feitas de madeira. Itápolis, São Paulo, 1934. Fonte: Caldeira (1934).

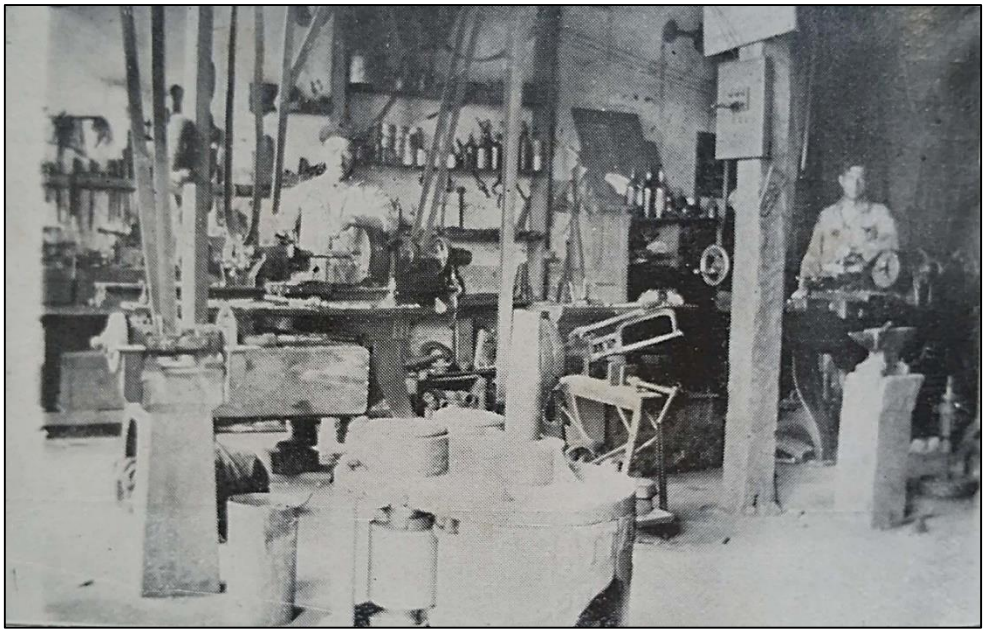


Figura 14. Fotografia da Officina Mechanica Industrial, fundada em 1930, propriedade dos sócios E. Giggisberg e Trajano da Silva Prado. As oficinas, no Oeste Paulista, trabalhavam principalmente com o reparo de máquinas agrícolas e de caminhões/automóveis. Segundo Caldeira (1934), nesta oficina trabalhavam cerca de 4 operários, no conserto de máquinas, automóveis e na fabricação de bombas para a agricultura etc. Itápolis, São Paulo, 1934. Fonte: Caldeira (1934).

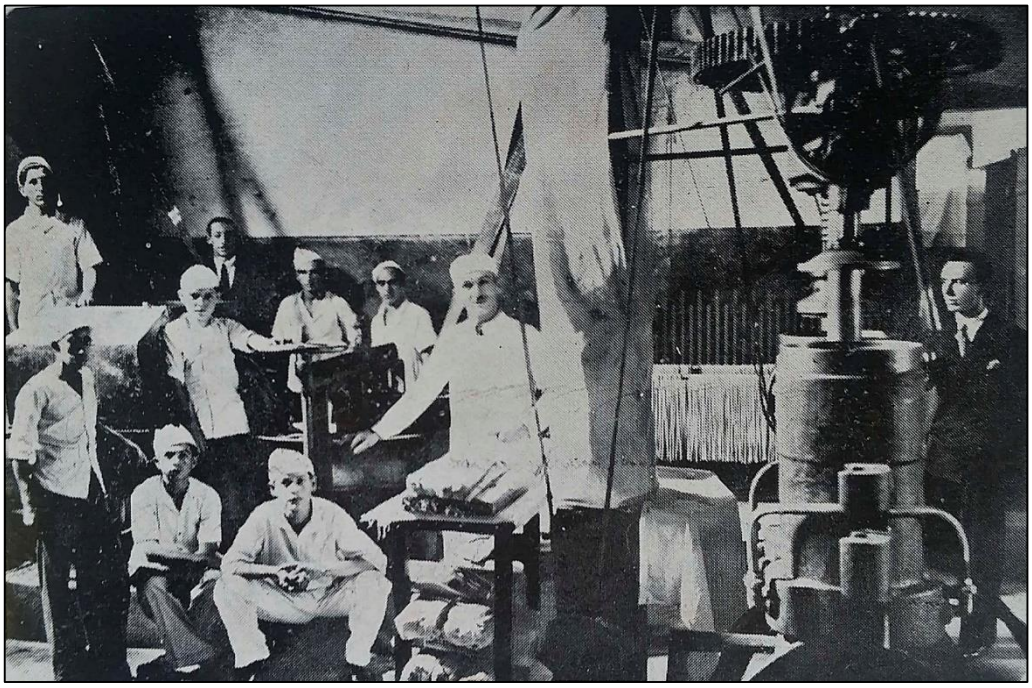


Figura 15. Fotografia da padaria, fábrica de macarrão e torradeira de café, A Lusitana, de propriedade de Manuel Pereira Borges. Fundada em 1925, nesta pequena indústria trabalhavam 8 operários. Na fotografia podemos observar o proprietário, ao lado direito, que olha em direção a seus operários, do lado esquerdo da foto. No centro, a maquinaria utilizada para a produção de macarrão. Itápolis, São Paulo, 1934. Fonte: Caldeira (1934).

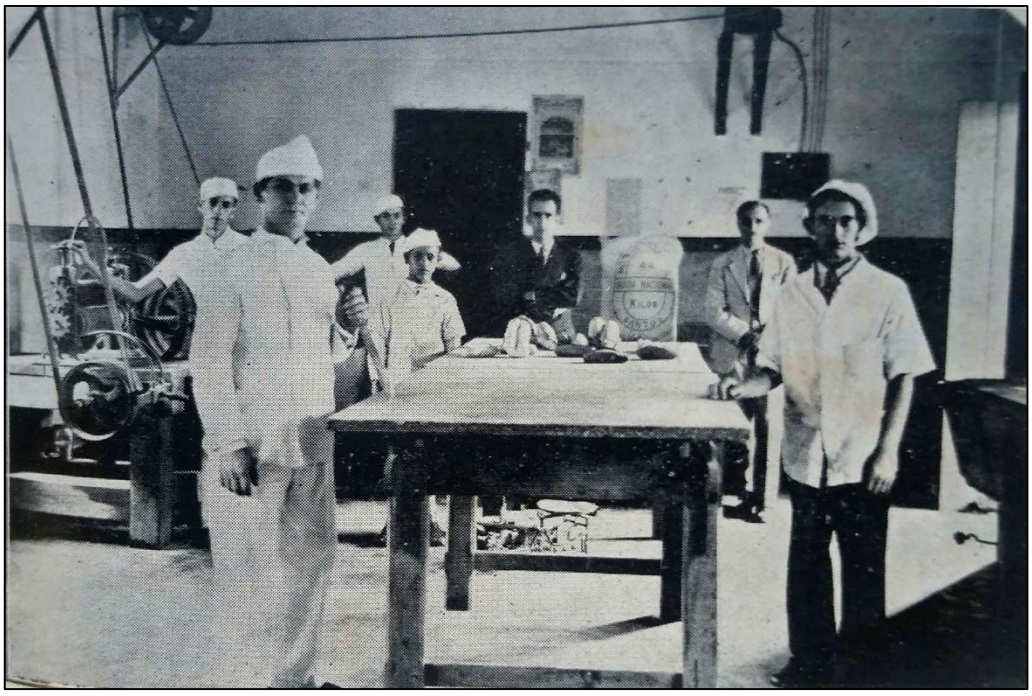


Figura 16. Outra fotografia da Padaria, fábrica de macarrão e torradeira de café, A Lusitana, de propriedade de Manuel Pereira Borges. No centro da imagem, aparece uma mesa com pães. Ao fundo, do lado esquerdo, o maquinário. Dispostos ao largo, os operários. No fundo da foto, centralizado, o proprietário. Itápolis, São Paulo, 1934. Fonte: Caldeira (1934).

Como indicamos anteriormente, a incapacidade de pequenos sitiantes de constituíram grandes capitais a partir da exploração do agrário e, deste modo, sua incapacidade de investir em capitais para beneficiamento do café, garantiria a reprodução dos chamados “maquinistas” ou “beneficiadores”, pequenos industriais que concentravam as atividades de compra, processamento e revenda dos produtos agrícolas locais, distribuindo a produção local através das ferrovias em direção aos mercados regionais e internacionais. Em nossas pesquisas no município de Itápolis, observamos que eram poucos os proprietários de terras que possuíam máquinas de beneficiamento de café. Somente as grandes propriedades possuíam essas máquinas, na medida em que, como observamos, o volume de café beneficiado deveria ser elevado. A maioria dos produtores do município beneficiava suas colheitas – tanto de café, como de arroz – na área urbana da cidade, onde se instalaram grandes máquinas de beneficiamento. Esses beneficiadores eram também aqueles que compravam a produção local e a embarcavam através da Douradense para a venda no porto de Santos.

Deste modo, a reprodução dessas pequenas indústrias urbanas, de maior produtividade do trabalho em relação ao campo, aparece sobretudo como custo para a totalidade social, pois se remuneravam a partir do mais-valor produzido na agricultura. Os lucros destes industriais não advinham da produção interna de valor, mas sim dos baixos preços pagos aos produtores (proprietários de terras e sitiantes) pelo beneficiamento de sua produção, retendo fatias da massa do produto social proveniente do campo, se remuneravam a partir da apropriação da renda da terra (LIMA, 2017). Esta indústria constituía-se, portanto, como custo, pois se reproduzia a partir do mais-valor produzido no campo, tolhendo a capacidade de agricultores de acumular. Para o grande capital industrial internacional, a figura dos maquinistas e beneficiadores funcionava como redução de seus custos de produção, na medida em que estas mercadorias chegariam nos centros urbano-industriais previamente industrializados. Deste modo, como aponta Lima (2017), estes capitalistas urbanos, maquinistas e beneficiadores, teriam uma dupla função sob o agrário paulista: espoliar o mais-valor produzido no campo e, ao mesmo tempo, reduzir os custos de produção do grande capital industrial internacional. A incipiente industrialização ensaiada nas áreas urbanas das pequenas cidades do interior desde pelo menos a década de 1920, intensificando-se em 1940 e 950, através de pequenas indústrias domésticas de produção de alimentos e beneficiamento, além dos pequenos ofícios de reparo de máquinas, não se constituiu, portanto, como superação da realidade agrária predominante, mas era absolutamente determinada por esta, intensificando-a de modo a repor os padrões de trocas internacionais às quais a atividade agroexportadora estava sujeitada. A transformação que

advém da crise de 1929 fez a indústria – difusa em um significativo número de unidades fabris pelo interior do território nacional, pelo menos até a década de 1950 – tributária da capacidade produtiva do e no campo e não o contrário, ou seja, colocou-se uma industrialização que tinha como fim e resultado a reposição da condição agrária (ALFREDO, 2013).

Vemos, portanto, como pequenos comércios e indústrias se tornariam essenciais à circulação da renda da terra produzida no campo, seja comprando, processando ou revendendo os produtos agrícolas. Em relação ao comércio varejista, Lima (2017) observaria a dificuldade para sua reprodução, na medida em que a monetarização dos indivíduos do Oeste Paulista era reduzida, restringida pela predominância do trabalho livre não-assalariado, havendo, quando muito, apenas a intensificação sazonal da circulação do dinheiro no momento das safras. Deste modo, este comércio estaria também na dependência de realização do trabalho produzido no campo. Por outro lado, o comércio também era essencial para distribuição e realização dos capitais industriais provenientes dos países centrais (óleos, remédios, máquinas simples etc.).

Nesse sentido, também o comércio urbano revela o fetiche da acumulação que permeia as cidades no Oeste Paulista, na medida em que se remunerava a partir da enorme massa de mais-valor que circulava nestes pequenos centros urbanos, mas que, no entanto, não se acumula localmente. O comércio e as atividades industriais que se constituem nos núcleos urbanos do Oeste Paulista se desenvolvem de modo restrito, remunerando-se a partir da detração da renda da terra produzida no campo, isto é, ao não produzirem valor, se apropriariam de fatiais do produto social global. Também aqui a reprodução do urbano se revelaria como fetiche da acumulação, na medida da sua incapacidade de produzir mais-valor. A cidade, no Oeste Paulista, seja ela aqui representada por Itápolis ou por qualquer outro pequeno centro urbano, constitui momento do ciclo da circulação do capital agrário. Deste modo, suas atividades urbanas não produziam valor, mas remuneravam-se a partir desta circulação. O fetiche do enriquecimento posto na cidade, que impelia inúmeros sujeitos a migrarem para esses núcleos urbanos em busca e trabalho no comércio, deriva desta circulação do mais-valor que ali se realiza. Deste modo, no Oeste Paulista, "[...] não seria a reprodução ampliada do valor que estaria a mover o processo de constituição do urbano, mas sim a sua circulação" (LIMA, 2017, p. 292), cujo fundamento era permitir a realização das trocas com as economias urbano-industriais.

Como apontamos anteriormente, no Oeste Paulista, os grandes proprietários de terras disputavam entre si o poder político local, o qual lhes concedia o direito de administrar um

agrário em crise e, ademais, reproduzir seus capitais privados. Nestas disputas, muitas vezes, a violência se apresentava como norma para a resolução dos conflitos de interesses. Observemos a passagem a seguir, que narra o conflito ocorrido em Itápolis em 14 de dezembro de 1922, quando das eleições municipais:

> Quando, em 14 de dezembro de 1922, tivemos uma eleição pleiteada a unhas e dentes, evidenciou-se o que afirmamos. Vieram a esta localidade o deputado Trajano Machado e o delegado Jaime Monte-Alegre. Estavam em luta dois partidos. Um chefiado pelo Cel. Francisco Nogueira Porto e outro pelo bacharel Euclides Ferreira Gomes. O primeiro recebeu o cognome de "Partido do Rabo Grosso" e o segundo de "Partido Pelo de Rato". A situação política estava confusa em 1919. Mas era incontestável a supremacia eleitoral dos partidários de Francisco Nogueira Porto. E de tal maneira era reconhecida essa maioria que Euclides Ferreira Gomes amparado pelo prestígio oficial de Trajano Machado, fez derramar na cidade várias dezenas de praças da Força Pública Paulista. O delegado e o deputado influindo. Encheram-se de capangas os setores políticos de Francisco Nogueira Pôrto. Era preciso proteger a situação deante das ameaças de violência. Além da Fôrça Pública vários capangas garantiam o partido de Euclides Ferreira Gomes. No dia da eleição os soldados postaram-se em vários pontos que davam para o Paço Municipal. No prédio hoje número 26, da rua Barão do Rio Branco, onde funcionava um bar de propriedade de Ernesto Cunho, bem como no prédio hoje número 23, da rua Florêncio Terra, residência de Antonio de Moraes Silveira, acumulavam-se os capangas da facção adversária dos "Pelo de Rato". Entre esses dois redutos estava o Prédio da Câmara garantido pela polícia. Havia grande nervosismo no seio da população. Eu vi com olhos de quinze anos todo esse movimento. E transportei balas para amigos chegados que estavam em perigo...Em minha casa amanheceram, certa ocasião, cerca de 14 homens enviados de Borborema e todos armados de carabinas. Foram aquartelados, juntamente com outros, numa chácara de Sr. Boris Davidoff, no momento adversário do amigo de véspera Euclides Ferreira Gomes. Realizou-se a eleição. O resultado é conhecido porque recentes os fatos, distantes apenas 16 anos. Daquele luxo de ostentação armada veio o triunfo de Euclides Ferreira Gomes. De nada valeram recursos eleitorais. E o tiroteio não rebentou porque o não permitiu Francisco Nogueira Porto que na ocasião desgostou de maneira indisfarçável os empenhados na luta, principalmente os conduzidos por Eduardo da Costa Sene. Era grande a paixão...(LEME JR, 1938, p. 173-174).

Além dos conflitos armados no interior dos núcleos urbanos, os atentados políticos foram também frequentes ao longo da primeira metade do século XX nas cidades do Oeste Paulista[67]. Os interesses distintos contrapunham as facções políticas, resultando no uso da força

[67] Sobre os atentados políticos, Leme Jr escreve: "Entre outros atentados políticos que nossa história registra podemos citar o que foi feito contra o Paço Municipal em Outubro de 1900; contra o Dr. Anfrísio Fialho, em 8 de dezembro de 1900, sendo sua residência alvo de longo tiroteio; o de 9 de Maio de 1908 contra o Dr. João Carlos Ferraro; os assassínios de Antônio Mendes de Carvalho em 1919 e de Francisco de Abreu em 1924. De importância menor tivemos os seguintes: um duelo a revolver entre o Dr. Euclides Ferreira Gomes e o jornalista Dr. Jaime Lessa que ficou ferido na coxa; uma agressão de que foi vítima o jornalista Afonso Celso; uma tentativa de incêndio da casa de residência do Dr. Euclides Ferreira Gomes; um sério incidente por questões de imprensa política, entre o Dr. Valentim Gentil e Dr. Sérgio Gomes, logo após o fato da dissolução violenta de um comício que o Partido

bruta como forma de resolução. A violência aparece, neste contexto, como momento constitutivo da sociabilidade capitalista no Oeste Paulista. É importante ressaltar como as distintas posições sociais, derivadas das diferentes formas da propriedade, aparecem no trecho (MARX, 2011b). Deste modo, no fragmento, duas facções políticas se antepõem: àquela atrelada aos proprietários de terras, apoiando o Coronel Francisco Nogueira Porto; e àquela atrelada aos comerciantes e industriais, representada pelo bacharel Euclides Ferreira Gomes. É importante observar, ademais, como se posiciona o sitiante Boris Davidoff, antes amigo do bacharel Euclides Gomes, mas que, durante as eleições, apoiou o Coronel Francisco Nogueira Porto para prefeito. Também aqui a contradição campo-cidade se apresenta na forma da contradição política dos interesses de classe, revelando o conteúdo da violência que se põe na disputa pela apropriação da mais-valia socialmente produzida (MARX, 2011b).

O fazendeiro, quando em importante cargo público, como no de prefeito, na condição de representante do Estado pretensamente posto acima dos interesses pessoais, obnubilaria o conteúdo real da submissão política e econômica dos sujeitos do campo que se encontra na propriedade privada da terra, fundamento daquilo que é a dominação pessoal (FRANCO, 2010). No entanto, os interesses defendidos nas esferas de decisão eram fundamentalmente os interesses oligárquicos. Assim, os chamados melhoramentos urbanos, como a iluminação elétrica, o telégrafo e o telefone, o saneamento básico, a água encanada, a cadeia pública, a pavimentação das ruas, a construção de estradas, praças, pontes etc., para além melhorar a condições de vida da coletividade, serviam propriamente para reproduzir os capitais privados da classe proprietária de terras, isto é, estes serviços de infraestrutura criavam a infraestrutura necessária à circulação de mercadorias (ALFREDO, 2013). Os chamados serviços urbanos públicos, construídos ao longo da primeira metade do século XX, aparecem, assim, com a finalidade de dirimir os custos de produção que incidiam sobre a reprodução dos capitais privados da classe proprietária de terras. A ação do Estado socializando os custos de produção permitiria a circulação de quantidades crescentes de mercadorias importadas ao mesmo tempo

---

Democrático fazia realizar na então Praça da Matriz. Merece ser referido outro atentado político levado a efeito em 4 de Outubro de 1932 quando São Paulo sofria a derrota da Revolução Constitucionalista. Cêrca das 19 horas chegaram a esta cidade o Tenente Jorge Duque Estrada acompanhado de vários soldados armados de fuzis e transportando uma metralhadora que foi assestada à porta da Cadeira Pública. Diante da acumulação de povo na esquina do referido prédio o Delegado de Polícia, Dr. Múcio Monforte, o Dr. Valentim Gentil e o Prefeito Bueno Brandão convidaram-me para conjuntamente procurar o Sr. Duque Estadra. Encontrando o Tenente num dos alojamentos da Cadeia informou-nos logo que era representante do Delegado Militar Major Faustino Cândido Gomes, da coluna do Coronel Manoel Rabelo e que viera a esta cidade dar posse dos cargos de prefeito e delegado de polícia ao Sr. José Trevisan. Ficavam portanto destituídos dos cargos o Dr. Múcio Monforte e o Sr. Eugenio de Paula Bueno Brandão" (LEME JR, 1938, p. 173-174).

que seria fundamental para a circulação do mais-valor produzido no campo e subsidiaria, ademais, a reprodução da força-de-trabalho do campo (LIMA, 2017).

Os empréstimos municipais, contraídos em bancos públicos ou privados, para financiar essas grandes obras de infraestrutura, seriam fator fundamental de ampliação do endividamento social, revelando, simultaneamente, a incapacidade do urbano em se apropriar, através da circulação, do mais-valor produzido campo. Os municípios revelariam sua crise, na medida em que não seriam capazes de reverter para si o mais-valor circulado no interior dos núcleos urbanos. Nesse contexto, o Estado, socializando os custos, torna-se financiador da reprodução dos negócios locais. O Estado, portanto, passa a mediar a distribuição dos custos da reprodução social do valor, garantindo a circulação do mais-valor produzido, mas também a garantir a espoliação do mais-valor produzido no campo. Mas, ao mesmo tempo, esses serviços abriam possibilidades aos interessados explorarem estas atividades.

Ghirardello (2010) observa que os grandes proprietários de terra constituíam sociedades para explorar essas atividades urbanas em várias cidades do interior paulista. Deste modo, segundo o autor, nas cidades do Oeste Paulista, o poder público se tornou extensão do poder privado (GHIRARDELLO, 2010, p. 161). Portanto, ainda que a agricultura fosse o principal mote destes proprietários de terras, aos poucos, dada a incapacidade de acumular através do agrário, a união de pequenos capitais no interior paulista, constituindo pequenas empresas urbanas, bancos ou empresas de transporte, como ferrovias, permitiria diversificar investimentos e avançar sobre a mais-valia socialmente produzida. Assim, na medida em que a economia cafeeira reproduzia através de crises sucessivas, e na medida em que o agrário revelasse sua incapacidade de acumulação, muitos fazendeiros do interior passaram a investir seus capitais não apenas na produção direta de produtos de exportação, mas também em investimentos urbanos e em títulos e ações de companhias de transporte e de operações bancárias.

A expansão dos loteamentos urbanos em antigas fazendas e sítios cafeeiros em áreas contíguas aos núcleos urbanos das pequenas cidades do Oeste Paulista, seria, ainda, uma das formas de especulação destes capitais de fazendeiros. A constituição de um mercado de terras através da especulação marcou a expansão agrária do Oeste Paulista pós-crise de 1929, como observamos anteriormente. No entanto, também o loteamento do espaço urbano revelaria estas contradições. Segundo Ghirardello (2010), na região de Bauru, Araraquara e São Carlos, após a Crise de 1929:

> Lotes urbanos passarão a ser ótimos investimentos, reservas de valor, em épocas de inflação alta, e confortável aposta no crescimento dessas cidades, que cuidariam de valorizar as áreas com sua almejada expansão sem controle público. Muitas cidades do interior possuem loteamentos abertos, nas primeiras décadas do século XX, que até nossos dias não foram ou foram parcialmente ocupados. Para a efetivação do parcelamento, bastariam a gleba, as fazendas decadentes com cafezais abandonados, após os anos 1930, e um agrimensor ou engenheiro, nada mais. Naquelas cidades em desenvolvimento, onde os solos poucos valiam, como as assentadas sobre o arenito Bauru, a escala do parcelamento urbano foi maior ainda por causa do alto custo para melhoria do solo e das poucas opções de plantio (GHIRARDELLO, 2010, p. 237-238).

Também Ary França (1960) indicou a expansão dos loteamentos suburbanos no Oeste Paulista no pós-crise de 1929, particularmente na região de Ribeirão Preto:

> Junto às cidades, que nas três primeiras décadas deste século apareciam com seu traçado característico em tabuleiro de xadrez, envolvidas pelo imenso "mar-de-café", as terras não conheceriam desvalorização. Ao contrário, um recurso muito corrente, posto em prática pelos proprietários de fazendas contíguas ou próximas das áreas urbanas, foi o loteamento das propriedades, em pequenas áreas destinadas a "chácaras", ou ainda em arruamentos cuidadosamente traçados e melhor anunciados, visando o *habitat* urbano. Tais empreendimentos multiplicar-se-iam, a ponto de as próprias "chácaras" suburbanas, depois de estabelecidas nos antigos cafezais que envolviam as cidades, passarem, por sua vez, a transformar-se em setores de especulação imobiliária (FRANÇA, 1960, p. 178).

Assim, as cidades do Oeste Paulista, após a crise de 1929, transformaram-se numa "colcha de retalhos" (GHIRARDELLO, 2010). Nas áreas mais elevadas, contíguas aos núcleos urbanos, onde a terra era mais valorizada, surgiram loteamentos e bairros voltados às classes mais ricas. De modo contrário, o baixo valor da terra em locais de baixada ou no entorno de locais insalubres, como cemitérios e várzeas de rios, e também nas regiões mais distantes do núcleo, permitiria nestes espaços marginais o surgimento de bairros direcionados a abrigar trabalhadores pobres, lotes pagos em parcelas mensais com prazos bastante longos. Um pouco mais distante dos centros urbanos, nos arrabaldes agrícolas destas cidades, surgiriam pequenas propriedades rurais denominadas genericamente de "chácaras", geralmente voltadas para a produção de hortaliças para abastecer os mercados consumidores locais e regionais.

Figura 17. Foto aérea do município de Itápolis datada entre 1939/1940. Chama atenção o traçado urbano do município, na forma de "tabuleiro de xadrez", característico das cidades do Oeste Paulista. Vemos, na imagem, em primeiro e segundo planos, a área urbana da pequena cidade constituída tanto por sua área construída, quanto pelos vazios urbanos, isto é, terrenos loteados contíguos à esta área, que aparecem principalmente na parte inferior da imagem. Ao fundo, em terceiro plano, na parte superior da fotografia, se estende parte da área rural do município. Fonte: Acervo Aerofotos Oblíquas 1939/1940, Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC).

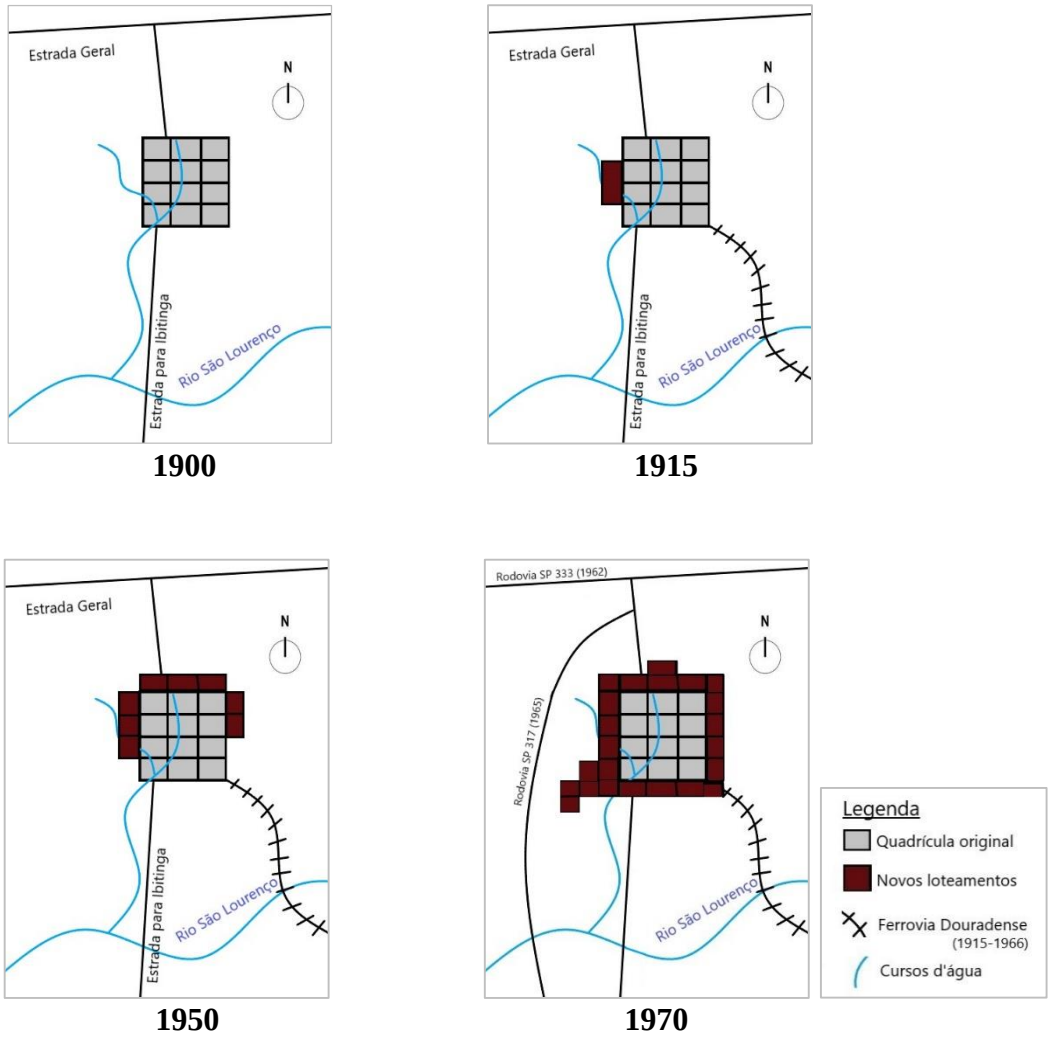
Assim, ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950, o loteamento da terra no Oeste Paulista, inclusive no entorno dos núcleos urbanos, revela as contradições do processo de reprodução do capital no campo, onde o fracionamento e venda de glebas de antigas propriedades cafeeira buscaria solver as dívidas dos proprietários de terras. O processo social crítico de reprodução capitalista no campo paulista se fundaria assim, no pós-crise de 1929, na expansão de um mercado imobiliário também na área urbana das cidades do Oeste Paulista. O loteamento de antigas fazendas contíguas aos núcleos urbanos em áreas decadentes da cafeicultura, para venda dos lotes a moradores, permite observar que a própria produção agrícola não era suficientemente produtiva para remunerar os capitais agrários, de modo que a valorização destes capitais seria buscada através de um mercado consumidor que pagasse o preço da terra. Com seu capital liberto, o fazendeiro poderia dispor de valores para se lançar à frente em busca de novas terras para plantar ou especular, ou ainda poderia também investir em imóveis urbanos. Segundo Prado Jr. (1975), grande parte dos fazendeiros do café no Oeste

Paulista tendia a investir na renda do solo urbano como forma de complementar os lucros que não vinham com a agricultura.

Figura 18. Foto aérea parcial do município de Itápolis datada de 1955. Nesta fotografia, a cidade já está bastante ampliada, com o surgimento de novos bairros que se prolongaram a partir da quadrícula original. A retícula exata e ordenada, que caracteriza a área urbana dos municípios do Oeste Paulista e que podemos ver nesta fotografia de Itápolis, reflete a tendência de lotear, o que revela o espaço urbano destas pequenas cidades enquanto espaço de especulação. Sobre o traçado urbano das cidades do Oeste Paulista, Monbeig observou: "Repete-se infatigavelmente o plano geométrico, pois é o que melhor satisfaz as exigências do loteador, bem como as condições topográficas. Se o patrimônio se desenvolve, é fácil prolongar as ruas todas retas, em detrimento das terras de lavoura, que recuarão sem ônus, em face da valorização dos terrenos" (MONBEIG, 1998, p. 344). Itápolis-SP, 1955. Fonte: Acervo Comércio de Itápolis.

Para o município de Itápolis, apresentamos, a seguir, uma sequência de croquis que busca representar este processo de expansão dos loteamentos urbanos ao longo que se estende entre 1900 e 1970.

Figura 19. Itápolis: evolução urbana (1900-1970) (croquis)



Fonte: Itápolis (2017). Org. Anderson Pereira dos Santos.

Vemos, através dos croquis, a expansão do tecido urbano do município ao longo do período de expansão cafeeira. Com a chegada dos cafezais e da ferrovia, observamos os primeiros loteamentos na região oeste da cidade. Mas vemos também que esta expansão se intensificaria principalmente após a Crise de 1929. Na década de 1950, os loteamentos já haviam se expandido para norte e leste da cidade, além do oeste, nas terras mais altas e mais valorizadas do núcleo urbano, que se encontram em divisores d'água. Isto significa que a terra nos loteamentos que surgiram neste período não era acessível para a maior parte dos trabalhadores do campo. Neste momento, os loteamentos, em terras mais valorizadas, são voltados para estabelecer fazendeiros absenteístas, isto é, que não moram nas suas propriedades

rurais, mas também buscavam atrair sitiantes para o processo de precificação do solo urbano, além de atenderem à expansão das funções urbanas (bares, mercearias, quitandas, farmácias etc.).

Entre 1950 e 1970 seria o período de maior expansão dos loteamentos urbanos, como vemos nos croquis. A quadrícula original se expandirá na forma de bairros e loteamentos em todas as direções. A região sul da cidade é de particular importância neste contexto, pois ali se localizam as regiões mais baixas da cidade, terraços e várzeas de rios, onde, consequentemente, a terra á mais barata. É também pela na região sul que penetra a ferrovia Douradense, e é ali também que se localiza o cemitério municipal (a sudeste). Destarte, nestas terras menos valorizadas, se expandirão, a partir dos anos 1960, os bairros periféricos que atenderão a população mais empobrecida da cidade, principalmente antigos trabalhadores colonos, que, com a modernização da agricultura, passam a migrar para o centro urbano do município. Assim, a formação dos bairros periféricos no município de Itápolis relaciona-se com as mudanças ocorridas no espaço agrário paulista a partir da década de 1960, movidas pela reprodução crítica do capital. O aprofundar do desenvolvimento das forças produtivas do campo, culminou na supressão do colonato e na expulsão de parte da força de trabalho que habitava as fazendas, alimentou uma forte onda emigratória direcionada aos centros urbanos regionais, donde a cidade colocava-se como promessa de continuidade do trabalho na agricultura. Já em meados dos anos 1970, novos trabalhadores migrantes, particularmente nordestinos, chegam com a promessa de trabalho na citricultura. Voltaremos à estas questões posteriormente.

2. A reprodução deficitária da E.F. do Dourado

Uma das principais formas de atuação conjunta do capital de fazendeiros no Oeste Paulista foi através da fundação de empresas ferroviárias. Vimos que o tempo de curso ou de circulação do capital, caracteriza-se como o tempo em que o capital não explora diretamente o trabalho e, portanto, durante este período não produz diretamente valor. Assim, o tempo em que o café circulava (em estradas, ferrovias, hidrovias etc.) aparece como custo ao capital cafeeiro, que incidia sobre o processo de valorização que ocorria nas fazendas e sítios, isto é, o tempo em o capital não atuava na criação de valor era deduzido do seu tempo de valorização. Este custo aparece, principalmente, através do pagamento de fretes. Mas, vimos, ademais, que o

longo tempo de circulação implica também em desvalorização do capital, pois este, enquanto se põe na circulação, não cria valor. Deste modo, a redução do tempo de circulação do capital é *conditio sine qua non* para a reprodução capitalista, pois implica no reinício mais acelerado dos processos produtivos, com mais rapidez se reinicia o processo de valorização.

Na medida em que a circulação é custo, para o grande capital internacional, interessado em obter matérias-primas baratas ou em realizar capitais excedentes na periferia, não seria fundamental a construção de ferrovias no interior paulista, a não ser que esta construção significasse a possibilidade de obtenção de sobrelucros. Por outro lado, a construção de ferrovias era condição para a reprodução do capital cafeeiro, pois, naquele contexto, representava a possibilidade de acelerar o processo de realização do café. Na construção de ferrovias se entrelaçavam assim capitais nacionais e internacionais, no entanto, este último, apenas atuaria secundariamente, fornecendo os fundos necessários para essa construção, sem, no entanto, atuar diretamente na manutenção das ferrovias, o que, de outro modo, significaria custos elevados[68]. O Estado atuaria apenas como avalista destes negócios. Aqui o capital portador de juros passa a se reproduzir através do mais-valor produzido no campo, sem atuar diretamente sobre essa produção.

Mesmo que os primeiros capitais necessários para a construção das primeiras ferrovias, sejam elas grandes ou pequenas, fossem conseguidos através da união de capitais de grandes cafeicultores, as dificuldades de reprodução da agricultura de exportação, constantemente espoliada e sujeitada às variações dos preços internacionais dos produtos agrícolas, impunha a este capital nacional recorrer à empréstimos internacionais a fim de compor seus lucros. Assim, por exemplo, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro Jundiaí-Campinas, uma das primeiras a atuar no território paulista, surgiu através da união de diversos capitalistas individuais, entre os principais acionistas apareciam: Antônio da Silva Prado, António Paes de Barros (o Barão de Itapetininga), Clemente Falcão de Souza Filho e Vicente de Souza Queiroz (o Barão de Limeira). No entanto, como aponta Lima (2017), logo no primeiro ano de sua operação (1872-1873), o lucro produzido através da ferrovia seria incapaz de pagar os dividendos cabidos a cada acionista.

[68] Segundo Ghirardello (2010, p. 166), ainda que o processo de formação destas empresas ocorresse através da união de capitalistas nacionais, sem a mediação inicial do capital estrangeiro, em grande parte dos casos, essas empresas nacionais foram posteriormente vendidas para outras, de capital estrangeiro, tal como se deu com a Companhia Paulista de Força e Luz.

A incapacidade do agrário em remunerar os capitais ferroviários e, simultaneamente, a dependência destes empreendimentos para com o setor agroexportador, aliado ao aumento dos custos para a importação dos materiais necessários para a manutenção das linhas devido à desvalorização cambial, significou, ao longo da primeira metade do século XX, a recorrência constate à ajuda governamental e à empréstimos internacionais para salvar essas companhias. Deste modo, como observa Lima (2017), a ampliação do endividamento seria a forma pela qual essas ferrovias se reproduziriam. Para Lima (2017), toda a questão se encontraria, assim, no fato de que:

> [...] as ferrovias se encontrariam, por um lado, limitadas pela baixa capacidade de acumulação do setor agroexportador, resultante do baixo desenvolvimento de forças produtivas no agrário e, por outro, pela altíssima produtividade da indústria dos países centrais na qual obtinha o material necessário à sua reposição. Se as ferrovias possuiriam a capacidade de interceptar a renda a terra [...] tal interceptação sofreria sérias restrições, à medida que a substituição do material ferroviário dependeria de importações, o que exigiria a remuneração do capital industrial central. Por fim, seriam os capitais industriais, os beneficiários da renda da terra produzida no agrário paulista, sendo as ferrovias apenas um instrumento de transferência da mesma (LIMA, 2017, p. 174).

Na medida em que se manifesta a incapacidade de reprodução destas companhias, o problema seria alocado na questão das tarifas, na sua defasagem, pois estas não seriam capazes de cobrir os custos das operações ferroviárias. Mas, ao mesmo tempo, como observa Saes (1981), a ampliação destas não poderia ser levado a cabo, na medida em que isto se tornaria um impeditivo para a reprodução do agrário, tal como vemos na passagem:

> No entanto, parece-nos que a razão que origina tal defasagem [o atraso das tarifas em relação ao reajuste] é a própria incapacidade de as mercadorias suportarem tarifas mais elevadas. Se o custo de transporte torna impossível a exportação (ou mesmo o consumo interno) do produto, talvez a escolha da ferrovia não seja entre tarifas maiores ou menores: a escolha seria entre realizar o transporte com tarifas inferiores ou, simplesmente, não realizá-la (pois a tarifa impediria o transporte das mercadorias). Esta forma extrema de colocar o problema talvez não reflita a realidade perfeitamente; entretanto, ressalta a dificuldade implícita em tentar qualquer solução para as ferrovias pelo lado das tarifas (SAES, 1981, p. 125).

A crise da reprodução das ferrovias expressa, mais uma vez, a incapacidade de reprodução do agrário, na medida em que este se punha constantemente espoliado frente a penetração do capital monopolista financeiro internacional, o que se refletia na sua incapacidade de remunerar os investimentos ferroviários.

A Douradense surge neste contexto, em que os fazendeiros da região de Araraquara foram levados a investirem capitais a fim de conectar suas propriedades às principais linhas tronco ferroviárias. A construção de uma ferrovia na região, passando por municípios como Ribeirão Bonito, Dourado, Boa Esperança e Araraquara, apareceu primeiramente como projeto da Companhia Paulista de 1896. No entanto, segundo Nunes (2005):

> Em relação à expansão além de Ribeirão Bonito, houve desistência por parte da Paulista em realizar a concessão recebida. A diretoria optou por avançar suas linhas em direção a Bauru, na margem esquerda do Tiete, rumo ao Mato Grosso. Coube a outro interessado, Cyro Marcondes de Rezende, em 1896, a licença para a construção e exploração da linha para além de Ribeirão Bonito. Funda-se, assim, a E.F. do Dourado, cujo objetivo inicial foi avançar a linha de Ribeirão Bonito até a Vila de Dourados. Em fevereiro de 1902, uma nova concessão autorizava a Douradense a se expandir até Boa Esperança, seção que foi inaugurada no ano seguinte. Assim, a Companhia passou a contar com 42 km de extensão.
>
> Em 1903-10, continuaram a se expandir os trilhos da Douradense, cujos diretores referiam-se, com otimismo, ao "auspicioso futuro da Companhia em direção natural às margens do Rio Tietê". Graças às novas linhas seriam servidos, de imediato, os recém-inaugurados núcleos coloniais de Gavião Peixoto, Nova Paulicéia e Nova Europa, e os municípios de Boa Esperança (Trabiju), Bocaina e Bariri, já produtores de café, assim como cerca de quase cem quilômetros navegáveis do Tietê. [...] Entre 1908-10 ocorreu a grande expansão da Douradense. Na linha-tronco foram inauguradas as estações de Tabatinga (1909) e Ibitinga (1910), e a Douradense passou a medir 122 km de extensão a partir do tronco inicial (NUNES, 2005, p. 60-61).

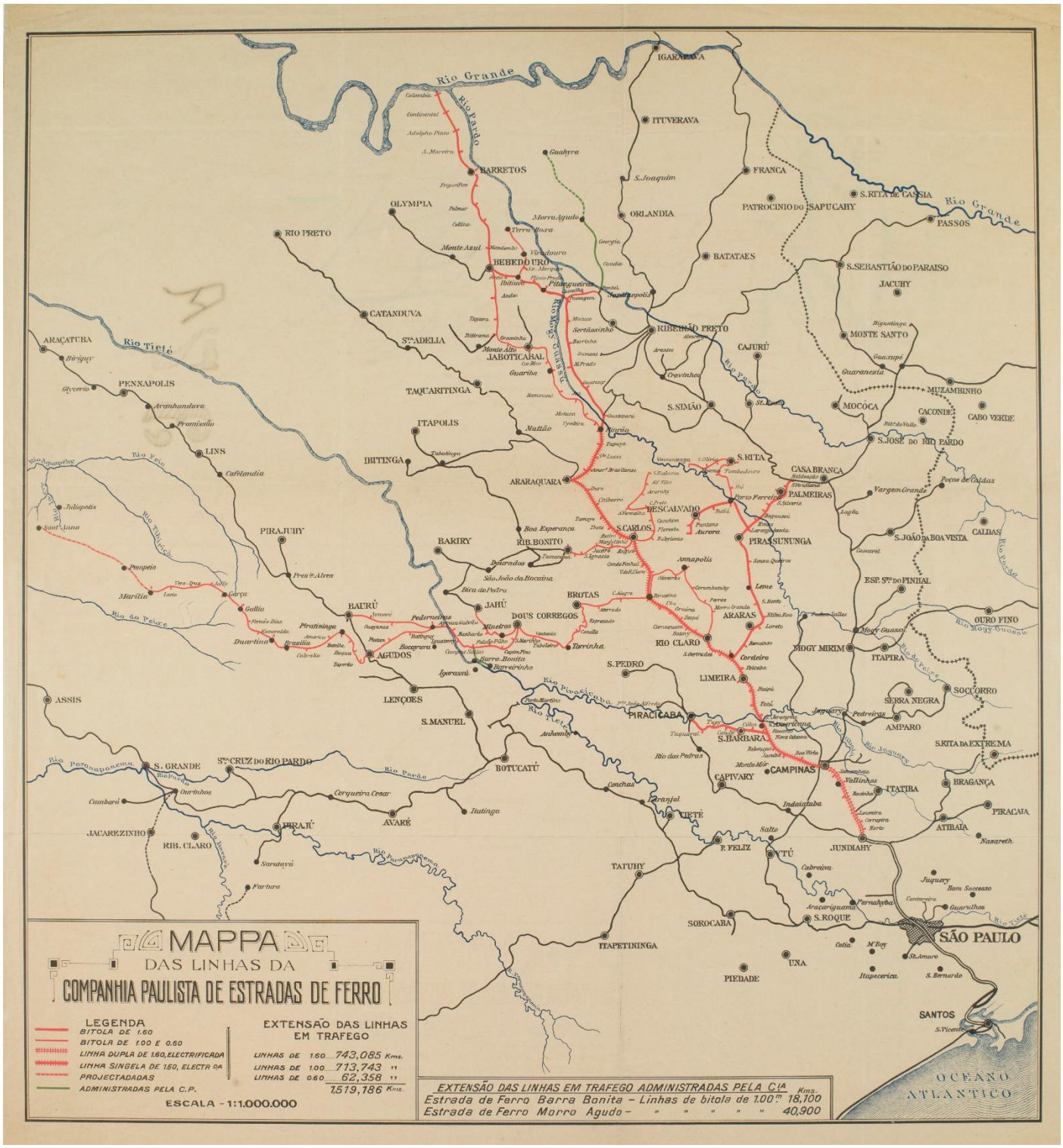
A região de Araraquara, onde se expandiu a Douradense, foi ocupada inicialmente em princípios do século XIX, intensificando-se a partir de 1830. Os latifúndios formados a partir de doações de sesmarias e de enormes apossamentos, representaram a primeira forma de ocupação econômica da região. Simultaneamente, com a migração de mineiros e paulistas para a região, as sesmarias foram sucessivamente fragmentadas e vendidas na forma de enormes fazendas, que foram apropriadas através da pecuária, mas, nos pontos mais próximos a São Carlos, já se ensaiava a agricultura de exportação, com a cana-de-açúcar. Com a chegada do café, em fins do século XIX, e, logo em seguida, com a chegada das ferrovias, se intensifica a expansão populacional na região. A partir de então, ocorre novo fenômeno de fragmentação da terra, constituindo-se um amplo mercado de terras. Esse processo de expansão ferroviário insere-se, assim, num movimento intenso de ocupação do solo da região de Araraquara a partir de fins do século XIX, um verdadeiro *rush* (FRANÇA, 1960) que envolveu a sociedade paulista como um todo, e cujo fundamento é a perspectiva de produzir mais-valor através do campo, de mobilização a renda da terra. Esse otimismo que transborda à esta sociedade, e que se revela

através da expansão ferroviária, pouco a pouco é solapado na medida em que o café, abalado por sucessivas crises, e que esta sociedade, constantemente espoliada, veem minguar as possibilidades de acumulação através do campo. No caso da ferrovia Douradense, segundo Nunes (2005),

> [...] as despesas com o tráfego, que em 1913 representavam 42% da receita, aumentaram para 54,9% em 1914, 63,1% em 1916 e, em 1918, atingiram 85,6% da receita. Havia pressão sobre o aumento dos salários, devido a ameaça de greves. [...] A somar os problemas anteriores, havia o desgaste dos trilhos e dormentes em estado de má conservação (NUNES, 2005, p. 67).

Na perspectiva dos acionistas, a solução para a crise da ferrovia – já que as tarifas não poderiam ser aumentadas, a não ser obliterando a reprodução do agrário – seria encontrada na expansão ainda maior dos trilhos ferroviários, buscando mobilizar a produção cafeeira em outros locais; as bitolas seriam reformadas, permitindo alargar os vagões das composições e circular uma quantidade maior de produtos agrícolas; e, ao mesmo tempo, a companhia buscaria ampliar suas receitas e defender-se contra as oscilações de lucro criadas pelos períodos de entressafra, transportando não apenas produtos agrícolas como café, algodão, arroz e milho, mas também passageiros, madeiras, encomendas, bagagens, animais etc. Partindo de Tabatinga, os trilhos da Douradense seriam alongados até Itápolis, ocorrendo a inauguração de sua estação ferroviária em 1915. A partir de então, os fazendeiros e sitiantes deste município poderiam exportar sua produção diretamente pela ferrovia, sem ser necessário levar o café até as estações de Ibitinga (E.F. Dourado, de 1910), Tabatinga (E.F. Dourado, de 1909), Matão (E.F. Araraquara, de 1899), entre outras, que ficavam em média a 20 km de distância. Através destas estações ferroviárias, que centralizam a produção de uma extensa área constituída por fazendeiros e sitiantes, penetraria os produtos do campo responsáveis pela remuneração das ferrovias.

Figura 20. Mapa parcial das ferrovias paulistas, realçando, em vermelho o traçado da Paulista



Mapa das linhas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (s/d). Em vermelho, estão destacadas as linhas da Paulista. Em negrito, partindo de Ribeirão Bonito, no centro do mapa, podemos identificar as linhas da E. F. Dourado, que seguiam em direção ao norte, até atingir Tabatinga, Ibitinga e Itápolis. A linha de Ibitinga se prolongava até Novo Horizonte. Neste mapa, esta linha não aparece, o que indica que sua datação deve estar entre 1915, ano de inauguração da estação de Itápolis, e 1939, ano de inauguração da estação de Novo Horizonte. A partir de Itápolis, havia um projeto de prolongamento da linha até a região de São José do Rio Preto, no entanto, as péssimas condições financeiras da ferrovia impediram que saísse do papel. Fonte: Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

No entanto, estas soluções se mostrariam ilusórias, na medida em que nos anos seguintes a ferrovia voltaria a apresentar déficits sucessivos, até atingir os anos de 1932 e 1933, com as despesas da ferrovia excedendo suas receitas em 15,9% e 3,9%, respectivamente (NUNES, 2005). Os efeitos da crise de 1929 também afetaram negativamente seus negócios, de modo que a desvalorização cambial, em relação ao franco, de onde saíam os capitais para financiar seus déficits, ampliou sua dívida em 22% (NUNES, 2005). Ao mesmo tempo, no interior dos armazéns da ferrovia se acumulavam estoques invendáveis de café, chegando a mais de 1 milhão de sacas em 1930, excedendo em mais de 50 mil sacas o valor vendido entre 1929 e 1930 (NUNES, 2005). Deste modo, com o passar dos anos, a reprodução da ferrovia dependeria, cada vez mais, de empréstimos obtidos no exterior, sem que, entretanto, esses custos pudessem ser repassados à coletividade através dos fretes. O problema da dívida se agravaria à medida em que ocorriam seguidas desvalorizações cambiais, ampliando-a, e, simultaneamente, ampliando os custos para importar produtos industrializados.

Com a intervenção direta do governo federal sobre a economia cafeeira no pós-crise, retendo estoques e queimando, as expectativas dos investidos e acionistas da Douradense renovariam. Ainda que a retenção e queima dos estoques fosse negativa para os interesses da ferrovia, pois representava capital que não seria circulado, a expectativa pela subida dos preços do café traria, no entanto, novas “esperanças”, e a ferrovia voltaria a ser ampliada até Novo Horizonte, sendo inaugurada esta última estação no ano de 1939. Entretanto, mais uma vez estas expectativas seriam malogradas.

A incorporação das estações de Itápolis e Novo Horizonte certamente permitiu ampliar enormemente o volume de produtos agrícolas circulado através dos trilhos da ferrovia, no entanto, a realização destas mercadorias em condições lucrativas dependia, sobretudo, das condições concorrenciais do mercado e, como sabemos, a tendência da economia cafeeira era de ampliar desmesuradamente os estoques de café, ao mesmo tempo em que os preços sempre tendiam a cair. Ao mesmo tempo, as dificuldades para a manutenção dos trilhos tendiam a se ampliar, na medida em que se ampliavam os custos para importar peças e outros materiais para reposição. Por último, a forte concorrência representada pelo automóvel e pelas outras ferrovias contribuiria para tornar suas receitas ainda mais precárias.

Monbeig demonstrou a importância das estradas e dos caminhões para a expansão e reprodução das fazendas e sítios do café, na medida em que estes aceleravam a circulação das produções das áreas mais distantes em direção às ferrovias ao mesmo tempo em que reduziam custos com transportes:

> [...] Graças à estrada e ao caminhão, tornava-se possível impulsionar as novas lavouras (as estradas de ferro haviam atingido pontos extremos), de cada lado dos trilhos, alargando o raio de ação das ferrovias e aumentando, com a estrada e o caminhão, as possibilidades de colonização" (MONBEIG, 1998, p. 199).

Assim, completa:

> [...] a estrada e o caminhão, completando a ferrovia, permitiram que os pioneiros se afastassem ainda mais, pois tinham a certeza de poder transportar sua produção. As terras valorizavam-se e a revolução dos meios de circulação iria juntar-se ao conjunto de fatores desfavoráveis ao desenvolvimento da pequena propriedade (MONBEIG, 1998, p. 201)

Isto é, a valorização das terras acompanha a expansão das ferrovias e estradas, de modo que até mesmo as terras mais distantes podiam agora fornecer renda fundiária. No entanto, as terras mais próximas às estradas, estações ferroviárias e núcleos urbanos seriam inviáveis para a instalação de sitiantes, na medida em que ascendia o preço da terra. No entanto, com a crise do café, a concorrência entre caminhões e ferrovias para mobilizar a produção agrícola, ao mesmo tempo em que se acelerava a penetração internacional do capital norte-americano, se acirrava. O início da década de 1940 seria particularmente difícil para a ferrovia Douradense, como observa Nunes (2005):

> Os déficits operacionais nos anos de 1941 (5,7%), 1942 (4,3%) e 1945 (13,9%), parecem ter resultado no limite da Companhia frente aos diversos fatores que a asfixiava desde 1918. Vale notar que a dívida em moeda estrangeira, com o câmbio elevado, consumia sua possibilidade de equilíbrio financeiro, assim como a crise econômica e a Guerra Mundial impediam-na de realizar uma nova estratégia em um mercado tão incerto. Acrescentam-se a isso as diversas ingerências exógenas, como a do Ministério do Trabalho e o Imposto de Emergência de 1932[69], assim como a Intervenção do Instituto do Café no controle do estoque, queima, ou embarque do produto, dentre outras, o que tornava seu volume de transporte algo incerto e cheio de surpresas. A concorrência dos automóveis, desde 1924, assim como a concorrência de outras ferrovias (Paulista e Araraquarense) era, certamente, um fator a mais para a decisão de venda do patrimônio da Companhia. Todos esses fatores parecem ter pesado, sobremaneira, para o findar das operações da Douradense enquanto empresa constituída e autônoma (NUNES, 2005, p. 72).

[69] Decreto nº 5.786, de 30 de dezembro de 1932.

Vemos, assim, como o agravamento da crise do agrário, simultaneamente aos processos de transferência de valor, tornariam críticas as condições das ferrovias paulistas. Para as pequenas ferrovias, a crise imanente em que se encontravam ao longo da primeira metade do século XX, em função dos custos operacionais ascendentes e as dificuldades de obter receitas, significou sua supressão pela concorrência das grandes ferrovias, que tinham maior capacidade de circular valor, centralizando o capital ferroviário nestas últimas. Deste modo, em 1946 a Companhia Paulista de Estradas de Ferro incorporou, não oficialmente, a Douradense. Essa aquisição, segundo Nunes (2005), deu-se através da compra dos títulos de dívidas externas e das ações da Douradense. Deste modo, segundo o autor, naquele ano, a Paulista, que já controlava cerca de 497 ações da Douradense,

> [...] comprou mais 2017 da "Societé Civile des Porteurs d'obligations de la Compagnie du chemin de Fer du Dourado", equivalentes a 5,6% do total, e também adquiriu todos os títulos da dívida externa da Douradense, no valor de 32 milhões de francos (franceses) ao câmbio de Cr$ 0,169/franco – câmbio que já atingira rs. 1$208/franco, em 1935, e Cr$ 0,600/franco, em 1946 (NUNES, 2005, p. 83).

Ou seja, tratou-se de uma operação extremamente lucrativa para a Paulista, na medida em que: 1) o câmbio da compra foi reduzido; 2) o câmbio da transferência para o Brasil foi elevado, ou seja, a paulista lucrou com a movimentação cambial; com o processo de nacionalização da dívida, com câmbio mais elevado, a Paulista obteve lucro de cerca de Cr$7.757.142,26 (NUNES, 2005). Em 1947, a Paulista compraria cerca de 81% das ações da Douradense e, finalmente, em 1949, ocorreu oficialmente a incorporação do capital da Douradense (linhas, capitais constantes e variáveis etc.) ao da Paulista. Em 1966, o ramal de Itápolis foi desativado. A Douradense, no entanto, não seria a única ferrovia pequena engolida pela Paulista: a E.F Morro Agudo, a E.F. Barra Bonita e a E.F. Jaboticabal também seriam incorporadas ao seu capital. Deste modo, para a Paulista se reproduzir, não bastaria apenas a drenagem dos produtos de sua região de atuação, na medida em que os custos para sua reprodução ascendiam, que os pagamentos de suas dívidas se elevavam, os lucros com a mobilização das safras diminuíam e seus capitais eram drenados exterior. Caberia, então, suprimir a concorrência, apropriar-se das áreas drenadas por outras ferrovias para reproduzir-se enquanto ferrovia.

Como vemos, no Oeste Paulista, a reprodução das ferrovias dependeria de que a produção agrária para remunerar seus capitais. O investimento em ferrovias deveria ser remunerado pela circulação da produção de fazendeiros e sitiantes do Oeste Paulista,

ampliando, neste processo, a espoliação do campo. A presença da ferrovia possibilitava a obtenção de rendas diferenciais, gerada pela proximidade com os meios de transporte. A valorização das terras, que daí derivava, constitui-se como promessa do trabalho futuro, isto é, do trabalho no campo, devendo as atividades agrárias gerarem valor suficiente para remunerar os capitais urbanos (loteamentos/crédito) e industriais (ferrovias).

A produção dos sítios era em parte responsável por remunerar os fretes ferroviários (juntamente com a circulação de outros produtos agrícolas, de animais e de pessoas). A concorrência entre as ferrovias e os novos meios de transporte, principalmente os automóveis e os caminhões, importados dos Estados Unidos, constitui um dos termos da crise das ferrovias. A redução do volume transportado de café através das ferrovias significou crise e incapacidade de honrar suas dívidas. Esta crise demonstra que a expansão dos sítios e o processo intenso de substituição do café por outras atividades não foi suficiente para mobilizar uma massa de valor a remunerar os capitais ferroviários. Nesta crise, a Douradense seria suprimida.

Figura 21. Fotografia da Companhia Douradense de Eletricidade. Instalada em 1910, portanto, 5 anos antes da chegada da ferrovia Douradense. A chegada da ferrovia implicava em uma série de transformações urbanas para as cidades do Oeste Paulista, pois com os trens vinham a energia, o telégrafo etc., que davam suporte para o funcionamento da ferrovia. Esta pequena usina de energia, que fornecia eletricidade para Itápolis, situava-se no rio São Lourenço do Turvo, um dos rios do município e afluente do Rio Tietê. Segundo Caldeira (1934), o gerador era importado, da marca Siemens-Schukert S.A. e turbina dos mesmos fabricantes. Ainda segundo Caldeira (1934), ao lado do escritório da usina, na área urbana da cidade, existia loja onde eram vendidos refrigeradores, ventiladores, ferros elétricos etc., buscando, deste modo, pagar parte dos custos dos grandes investimentos mobilizados para a instalação da hidrelétrica. Itápolis, São Paulo, 1934. Fonte: Caldeira (1934).

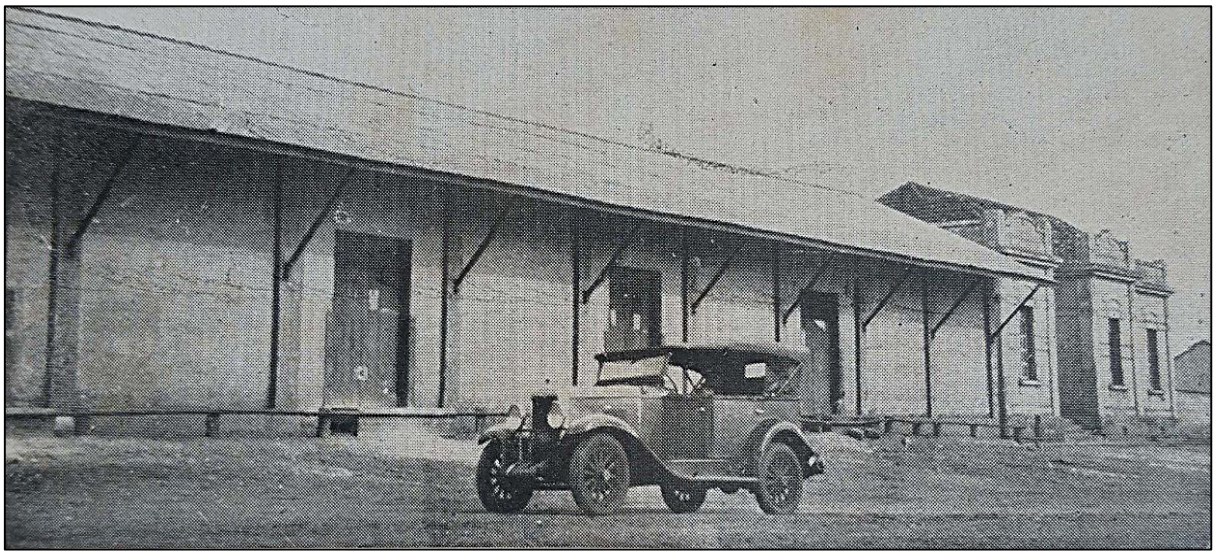


Figura 22. Fachada frontal da estação Itápolis da Douradense. Itápolis, São Paulo. Fonte: Caldeira (1934).

Figura 23. Caminhão Ford 1946 faz entrega de lenha para uso das locomotivas no depósito da Cia. Paulista de Estradas de Ferro em Itápolis. No fundo da imagem, é possível ver a máquina de beneficiar café Santa Rosa, de Anunciatto Carelli. Itápolis, s/d. Fonte: Acervo Comércio de Itápolis.

Figura 24. Passageiros embarcam na Estação Itápolis em 1960. Construída pela C. E. F. do Dourado (1915-49), posteriormente foi vendida para a Cia. Paulista de Estradas de Ferro (1949-1966). Itápolis, São Paulo, 1960. Fonte: Acervo Comércio de Itápolis.

Figura 25. Estação Itápolis, da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Fotografia dos trilhos. Ao fundo, no centro, a estação. À direita da imagem, mangueira para embarque de gado. Itápolis, São Paulo, 1960. Fonte: Acervo Comércio de Itápolis.

Figura 26. Último embarque na estação de trens de Itápolis, São Paulo, em 1966, agora já sob gestão da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. O ramal, que tinha em Itápolis o ponto final, foi um dos mais rentáveis da C. E. F. do Dourado. A partir de Itápolis eram escoados café, algodão, milho, arroz, gado etc. Itápolis, 1966. Fonte: Acervo Comércio de Itápolis.

Figura 27. Camaradas fazem transporte de café armados com espingardas. Os sitiantes e fazendeiros que moravam mais distante da cidade se utilizavam do transporte de pequenos caminhões ou de animais para levar suas safras até a cidade, onde seriam beneficiadas e embarcadas pela ferrovia Douradense em direção ao porto de Santos. No entanto, na cafeicultura, roubos de cargas eram frequentes e as inimizades e rivalidades entre fazendeiros, e sitiantes, contribuíam para aumentar o clima de insegurança. Itápolis, s/d. Fonte: Acervo Comércio de Itápolis.

Capítulo 12

A modernização da economia periférica brasileira no pós-guerra como momento da expansão crítica mundial do capital norte-americano

1. As contradições da economia brasileira no pós-guerra

Como vimos, na primeira metade do século XX, os processos de transferência de valor – as chamadas trocas desiguais – garantiam a extração do mais-trabalho produzido no campo paulista e sua acumulação nas economias urbano-industriais centrais. Até aquele momento, a agricultura paulista determinava o modo de ser da indústria, isto é, a incipiente industrialização na fase de beneficiamento agrícola buscava repor a produção social agrária (ALFREDO, 2013).

Já no período que se estende de 1950 a 1964, na esfera federal, inúmeros governos desenvolvimentistas formularam e buscaram implementar políticas de incentivo e investiram diretamente capitais visando o desenvolvimento industrial nacional. A partir de então, o Estado Nacional Desenvolvimentista[70] agiu buscando mediar a formação das forças produtivas internas, estabelecendo políticas econômicas que, intencionalmente ou não, deram suporte ao desenvolvimento da indústria de bens de consumo em território brasileiro, ao mesmo tempo em que, diretamente, realizou investimentos na construção e modernização da infraestrutura transportes e, ademais, atuou diretamente no desenvolvimento do Departamento I da economia capitalista, produtor de matérias primas e maquinário, com a criação da Cia. Siderúrgica Nacional, da Petrobras, da Cia Vale do Rio Doce etc. Por último, a criação de uma nova legislação trabalhista, tanto para as cidades quanto para o campo, buscou sustentar o novo padrão de acumulação capitalista.

[70] O período de 1950 a 1964 compreende os governos de: Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955), Carlos Luz (1955), Nereu Ramos (1955-1956), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961), Ranieri Mazzilli (1961), João Goulart (1961-1964), até o golpe militar, ocorrido em 02 de abril de 1964. De forma geral, são governos marcados por propostas desenvolvimentistas, particularmente nas gestões de Vargas e Kubitschek, que buscam a modernização econômica e social brasileira através da industrialização e da modernização do campo.

No pós-guerra, o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro voltado para a industrialização foi planejado pelo Estado Desenvolvimentista baseado nos relatórios da chamada CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e de três Missões Americanas: a Missão Cooke (1942), a Missão Abbink (Comissão Mista Brasileiro Americana, de 1947-19749) e a CMBEU-DE (Comissão Mista Brasil Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, de 1951-1953). Cada um dos relatórios da CEPAL e cada um dos estudos das missões americanas produziram informações e aconselharam caminhos para o desenvolvimento econômico brasileiro, alguns enfatizando a importância do desenvolvimento industrial, outros aconselhando a modernização agrícola, outros discorrendo sobre o controle da inflação, abordando ainda temas como energia e transportes etc., buscando, deste modo, criar as condições para a exportação de capitais norte-americanos, que passava, após o fim da guerra, por uma forte crise de sobreacumulação (ALFREDO, 2013). Para Alfredo (2013), estes projetos explicitam uma flagrante crise de sobreacumulação no centro da economia mundial, a qual se constitui na forma de capital monetário e bens de produção que passaram a buscar na periferia a possibilidade de valorização.

Internamente à periferia, os fundos necessários para a consecução da empreitada estatal modernizante seriam buscados nas reservas de capital geradas através das taxas e impostos que incidiam sobre a atividade agrícola, mas sobretudo através da manipulação cambial e do chamado "confisco cambial" que incidiam sobre a agricultura de exportação, particularmente sobre a cafeicultura (FURTADO, 2007). Deste modo, seria preciso elevar a produtividade agrícola e assegurar a obtenção de cambiais a partir do café a fim de levar a frente este projeto de modernização. No período, a política cambial de valorização em relação ao dólar e o chamado "confisco cambial", deveriam constituir importantes mecanismos de transferência de excedentes do setor agroexportador para a empreitada industrial. Sustentando este projeto nacional-desenvolvimentista estavam os empréstimos estrangeiros e os investimentos diretos provenientes, principalmente, dos Estados Unidos.

Entre os empréstimos estrangeiros, destacamos os provenientes de bancos e fundos internacionais como o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), FMI (Fundo Monetário Internacional), mas principalmente do EXIMBANK (Export-Import Bank of the United States), fornecendo capitais que ajudaram a financiar projetos públicos e também privados, como o da Cia Siderúrgica Nacional, Cia Vale do Rio Doce, Cia Hidrelétrica do São

Francisco, Cia Nacional de Navegação Costeira, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, PETROBRAS, entre outros (MOURA, 1960)[71].

Simultaneamente à ampliação de empréstimos privados e públicos e ao crescimento dos investimentos estrangeiros, as políticas econômicas, particularmente a valorização do câmbio com controle de importações no período de 1947 a 1953, sistema que ficou conhecido como "licença prévia" (VIANNA, 1990), buscaria baratear a importação de máquinas e equipamentos para a indústria e agricultura, mas também reduzir a concorrência externa à alguns produtos nacionais através do controle de alguns importados, ou seja, as licenças de importação só deveriam ser liberadas após análises realizadas pelo Banco do Brasil. No entanto, durante período de 1947 a 1953, a taxa de câmbio foi mantida praticamente fixa (Cr$ 18,5 / 1 US$)[72], enquanto o índice de preços internos aumentava (inflação), como podemos ver no gráfico a seguir:

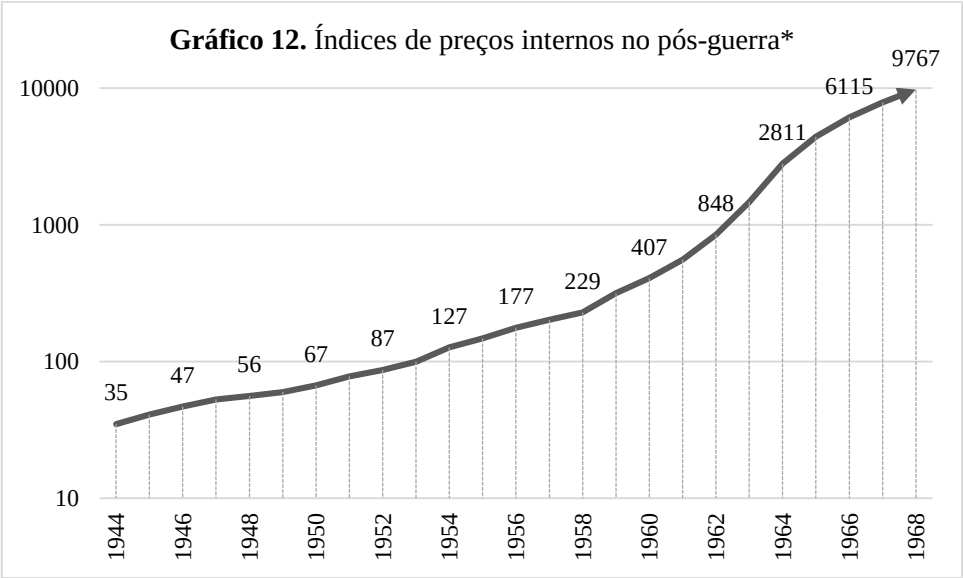


Gráfico 12. Índices de preços internos no pós-guerra*

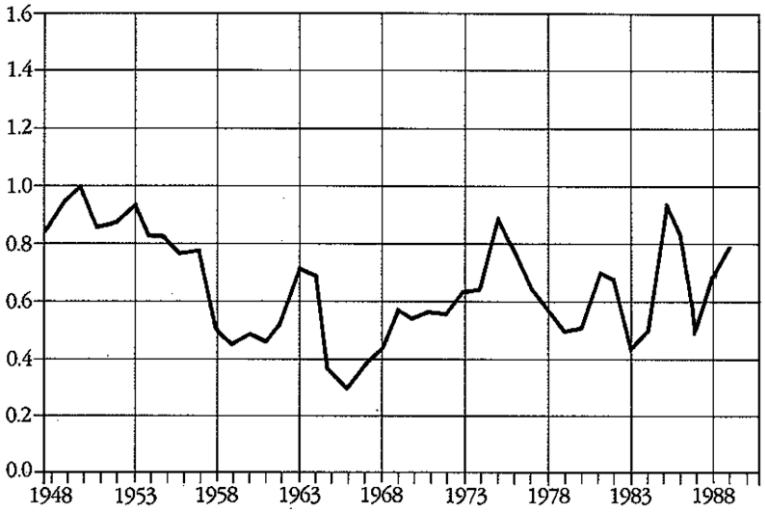
* Média mensal de 1953 = 100
Fonte: Prado Jr (2006)

[71] Para uma boa descrição desses empréstimos públicos e privados, ver Moura (1960) e Ferreira (1965).
[72] No pós-guerra, o acordo de Bretton Woods criou um sistema de taxas de câmbio chamado padrão ouro-dólar, que buscava substituir o padrão-ouro vigente até a Primeira Guerra. O acordo estabeleceu o dólar como base do sistema monetário mundial, de forma que cada país passou a ter uma taxa de câmbio com relação ao dólar. O dólar, por sua vez, era a única moeda a manter sua conversibilidade em relação ao ouro. A desvalorização da moeda, em relação ao dólar, significava a obtenção de maiores cambiais a partir das exportações. A valorização, por outro lado, significava redução dessas cambiais. A valorização e desvalorização, no entanto, passou a ser controlado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A paridade dólar-ouro estava em torno de 35 dólares para 875 décimos centésimos por onça-troy (31,104 gramas de ouro). O Brasil, neste contexto, adotaria uma taxa de câmbio fixa de Cr$ 18,5/1 US$ durante praticamente toda a década de 1950 (VIANNA, 1990).

De acordo com o gráfico 12, podemos observar que a inflação tende a se acentuar no período de 1944 a 1968. Considerando o ano de 1953 como ano base, com valor 100, vemos como a inflação cresce exponencialmente no período, até atingir um índice próximo a 10 mil no ano de 1968. Se os preços dos equipamentos importados para a indústria e para a agricultura estavam mais baratos, em função do câmbio controlado (Cr$ 18,5), ao passo que os preços internos tendiam a subir, como vemos no gráfico, isto significa que a população pagava mais caro pelos bens manufaturados e de consumo produzidos internamente na medida em que a renda nacional tendia a ser transferida para o setor importador através da importação de maquinários para a indústria e para o campo. Deste modo, o sistema de "licença prévia" favorecia as inversões em capitais fixos importados, tanto para a indústria como para a agricultura, no entanto, essas importações eram sustentadas pois os custos para importar eram socializados através da inflação que incidia sobre toda a sociedade.

Conjugado ao processo inflacionário, a queda dos preços do café pagos aos produtores rurais – do principal produto de exportação e responsável por produzir as divisas para importar – seria responsável por exaurir os capitais produzidos através do agrário. Ao longo da década de 1950, os preços recebidos pelos produtores de café, fazendeiros e sitiantes, tenderam a cair constantemente, como vemos no gráfico 13, a seguir. Assim, se por um lado os preços internos subiam na medida em que penetrava o capital estrangeiro; por outro, os capitais produzidos através da agricultura não eram suficientes para remunerar as trocas internacionais, na medida em que os preços do café se mantivessem estáveis ou tendessem a subir.

Gráfico 13: Preço recebido pelo produtor de café (1948-1988)



Fonte: Bacha e Greenhill (1992)

O sistema de "licença prévia" criou desequilíbrios na balança de pagamentos, pois, ainda que buscasse o controle dos importados, incentivava as importações de bens de produção industrializados, ao mesmo tempo que o país encontrava dificuldades de exportações. A partir de 1953, o sistema de licença prévia foi substituído pela Instrução nº 70[73], da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que também perseguia o objetivo de criar um setor industrial nacional transferindo mais-valia ao exterior. Essa instrução modificou a política de licenças prévias e consolidou frações do mercado às produções substitutivas das importações, através do encarecimento relativo de alguns produtos importados com similares internos; ao mesmo tempo, concedeu subsídios cambiais para a importação de bens de capital e insumos requeridos pela industrialização (VIANNA, 1990)[74]. Objetivamente, a Instrução 70 instituía taxas múltiplas de câmbio para importados e exportados.

No entanto, é necessário reconhecer que a pretendida modernização do aparato produtivo nacional apenas se realizaria mediante a atuação do capital estrangeiro,

[73] Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/instrucoessumoc/SUMOCINST70-instrucao070.pdf. Acesso em: outubro de 2019.

[74] Deste modo, os importados eram divididos em cinco categorias, de acordo com a sua importância para a econômica nacional: 1) bens super-essenciais: combustíveis, lubrificantes, metais não disponíveis no mercado interno, equipamentos para a agricultura e necessidades governamentais; 2) essenciais: produtos farmacêuticos, máquinas, componentes, outras matérias-primas e outros bens de produção geral; 3) transferências de capital e rendimentos do capital internacional; 4) outros produtos; 5) turismo. Vemos, como o papel desempenhado pela agricultura no interior do projeto desenvolvimentista aparece também no estabelecimento das políticas econômicas para importação, privilegiando a importação de maquinários agrícolas.

particularmente através dos investimentos diretos de empresas multinacionais, principalmente as americanas. Tanto os empréstimos estrangeiros, como as importações de bens de capital para a montagem do parque industrial nacional, como, posteriormente, a entrada das multinacionais montadoras, estão em estreita relação com a expansão dos investimentos estrangeiros no Brasil. A esse respeito, Furtado (1978) observa que, no pós-guerra, a expansão do capital norte-americano no Brasil tomou "[...] a forma, praticamente exclusiva, de penetração dos grandes conglomerados" (FURTADO, 1978, p. 53). Neste contexto, a Instrução nº 113[75] da SUMOC, de 1955, foi de particular importância, pois possibilitou às empresas estrangeiras sediadas no Brasil a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, ou seja, favorecia a entrada de indústrias montadoras no país. De forma geral, a partir da Instrução 113, a empresas estrangeiras com interesse em investir no Brasil, poderiam montar aqui filiais, nacionalizar seus capitais com taxas vantajosas, menores que o câmbio livre, e utilizar os cruzeiros daí resultantes para importar equipamentos a taxas cambiais também vantajosas (PINHO NETO, 1990). Ao mesmo tempo, o ingresso e saída do capital estrangeiro, em papel-moeda passou a ser livre. A partir desta instrução, amplia-se a presença de capitais estrangeiros no Brasil, que passam a atuar não apenas no controle do comércio internacional dos produtos agrícolas, mas também a financiar diretamente a expansão da sua capacidade produtiva no país (PRADO JR., 2006).

As taxas múltiplas de câmbio seriam abolidas em 1957[76]. Apenas dois mercados cambiais passaram a existir a partir de então: o "livre" e o "oficial". No mercado de taxa livre vigorariam as taxas cambiais livremente convencionadas entre as partes. No mercado de taxa oficial vigorariam as taxas cambiais estabelecidas pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, resultantes de paridade fixada no Fundo Monetário Internacional. Este câmbio controlava as principais operações (importações, exportações, pagamentos de fretes e seguros, amortizações de empréstimos, créditos e financiamentos, pagamento de compromissos governamentais etc.). O capital financeiro-monopolista teria livre circulação, na medida em que o Artigo 17 da referida lei estabelecia o livre "[...]ingresso e a saída de papel-moeda nacional e estrangeiro, bem como de ações e de quaisquer outros títulos representativos de valores". No caso das exportações, deveriam ser realizadas de acordo com o mercado de taxa oficial, excetuando o café, que ainda estava sujeito à Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952, que disciplinava a taxa de Cr$ sobre as sacas de café exportadas. No caso das importações, em seu

[75] Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/instrucoessumoc/SUMOCINST113-instrucao113.pdf. Acesso em: outubro de 2019

[76] Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957 e Decreto nº 42.820, de 16 de dezembro de 1957.

artigo 48, a Lei estabelecia que estariam também sujeitas às taxas oficiais, no entanto, dividias em dois grupos distintos: "geral", que poderiam ser comercializadas no mercado livremente; e "especial", as quais dependiam de licença prévia para importar:

> § 1º Serão incluídos na categoria geral as matérias-primas os equipamentos e outros bens de produção, assim como os bens de consumo genérico, para os quais não haja suprimento satisfatório no mercado interno.
>
> § 2º Serão incluídos na categoria especial os bens de consumo restrito e outros bens de qualquer natureza, cujo suprimento ao mercado interno seja considerado satisfatório.

Deste modo, em caso de interesse nacional, o Estado, através da SUMOC, autorizaria as importações, empréstimos, créditos e financiamentos que visassem trazer do exterior materiais de interesse para a economia nacional, incluídos na categoria "geral" – equipamentos, peças, fertilizantes, inseticidas, trigo, petróleo e derivados etc. – facilitando, deste modo, a importação e penetração dos bens de produção do Departamento I da economia capitalista. Mas, ao mesmo tempo, o Decreto nº 42.820, de 16 de dezembro de 1957 restringia o mercado interno para as multinacionais produtoras de bens de consumo que aqui se instalaram, salvaguardando-as da concorrência internacional, pois dificultava a importação de similares[77].

As Instruções nº 204 e 208 da SUMOC, de março e de junho de 1961, passaram a permitir que quaisquer operações de câmbio para a importação de mercadorias fossem realizadas pelo mercado de taxa livre, extinguindo a categoria geral de importados. A partir de então, a proteção tarifária passa a ser a principal política utilizada como incentivo de proteção industrial (DELGADO, 1984). Segundo Stolcke (1986), no contexto da supressão definitiva das taxas múltiplas de câmbio, o cruzeiro seria desvalorizado em mais de 100% em relação do dólar, o que poderia favorecer o setor exportador. No entanto, isto resultou num brutal encarecimento dos produtos importados e, consequentemente, dos nacionais, pois extinguiu os incentivos que mantinham os bens de capital barateados para a importação. A partir de então, o problema da inflação seria exacerbado, na medida em que o setor importador, agora já constituído em parte por grandes multinacionais, transferiria para o conjunto da população, inclusive o setor exportador, os custos da reprodução do capital financeiro internacional. Deste

[77] Em seu Artigo 76, a legislação autorizava "[...] o licenciamento de importações sem cobertura cambial que correspondam a investimentos de capital estrangeiro no País, sob a forma de capital de participação, representados por máquinas e equipamentos que se destinem à montagem de unidade industrial ou, excepcionalmente, à complementação ou modernização de emprêsa já em funcionamento".

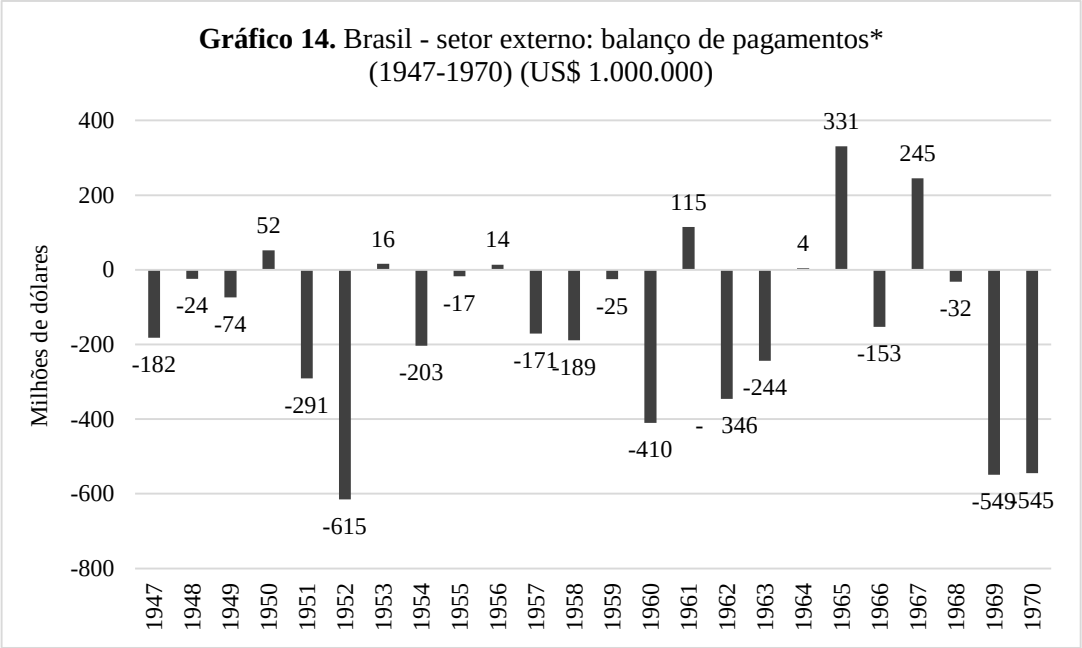
modo, o setor exportador ainda teria seus lucros suprimidos pelo problema da inflação e, ademais, da queda dos preços externos dos produtos agrícolas.

Ainda de acordo com as instruções 204 e 208 da SUMOC, também no mercado "livre" passaram a ser vendidas as cambiais de exportação do café. No entanto, através da Instrução nº 205, a SUMOC ainda taxaria a cafeicultura em cerca de 24 a 26 dólares por saca de 60kg, para constituir o "Fundo de Reserva de Defesa do Café", retendo, deste modo, parte do mais-valor produzido pelo setor exportador. Segundo Stolcke (1986), esta "[...] taxa de exportação ou 'quota de contribuição', como veio a ser chamada, se destinava a cobrir os gastos governamentais na compra de excedentes [do café], que, pela insistência do FMI, seria daí em diante financiada pelo próprio setor cafeeiro" (STOLCKE, 1981, p. 169), isto é, deixaria o governo de recorrer aos empréstimos internacionais para salvar o setor cafeeiro. A criação de um fundo autônomo para financiar as compras do excedente cafeeiro seria comemorada pelo FMI, conforme podemos ver no trecho abaixo, de Stolcke:

> Conforme um comunicado emitido pelo Conselho de Diretores do FMI em 17-05-1961, este notou com satisfação que as compras de café pelo governo a fim de sustentar os preços seriam daí em diante integralmente financiadas pelo imposto que os exportadores deviam pagar sem compensação (STOLCKE, 1986, p. 170-171)

Ou seja, trata-se agora de liberar o endividamento do Estado Desenvolvimentista para investimentos em outros setores, particularmente para os investimentos em projetos de industrialização e criação da infraestrutura nacional, os quais necessitam de enormes volumes de capital monetário para serem implementados, ao mesmo tempo em que facilitam a penetração e realização de mercadorias importadas, diferentes, portanto, das políticas de sustentação de preços do café, nas quais essas condições não aparecem.

Esta maior abertura comercial a partir dos anos 1950, que viemos apresentando, que resultou na ampliação das importações e da entrada maciça de multinacionais, tomou a forma da crise, na medida em que o mais-valor produzido internamente, através da agricultura de exportação, não era suficiente para remunerar as trocas internacionais determinadas pelo tempo social médio do trabalho posto pela Grande Indústria dos países urbano-industriais. Neste contexto, as transferências de recursos a partir da agricultura, base da política de controle do câmbio, se revelariam insuficientes para sustentar a modernização da economia como um todo. Tal incapacidade seria revelada através da análise do balanço de pagamentos do período, que aparece no gráfico a seguir:



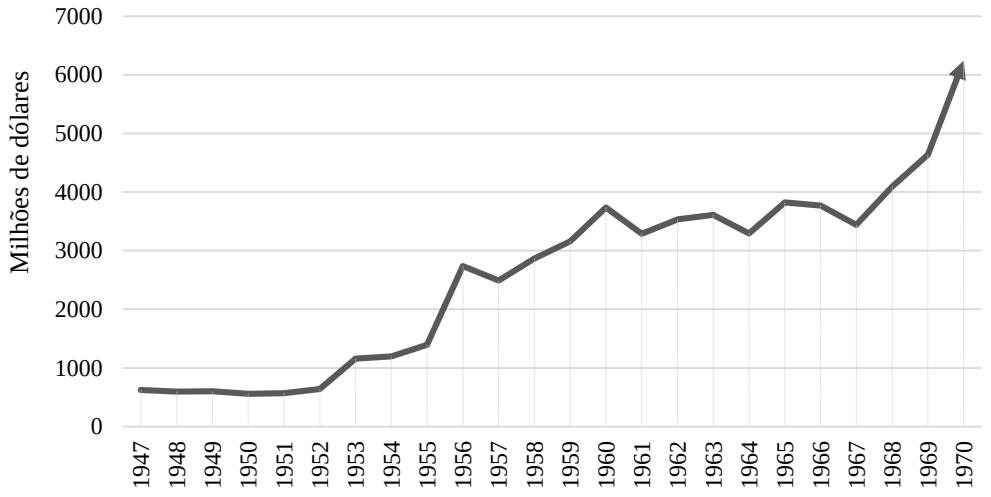
Inclui: exportações, importações, seguros, rendas de capitais, juros, lucros e dividendos, transferências, transações, investimentos diretos, empréstimos e financiamentos, capitais de curto prazo, amortizações de dívida etc. Fonte: IBGE, 1990.

No gráfico, percebemos como a partir da década de 1950 o déficit no balanço de pagamentos se torna crônico na economia brasileira, o que indica dificuldades de reprodução a partir do mais valor produzido no campo, que buscariam ser superadas através de empréstimos ao estrangeiro. A transferência dos recursos internos passaria a incorporar, a partir desta abertura e a instalação em território brasileiro das multinacionais, a transferência de dividendos, juros e ordenados pagos diretamente às grandes companhias estrangeiras que aqui se instalaram, mas também ampliando o pagamento da dívida externa e das trocas desiguais – produtos agrícolas por produtos industrializados – que já observamos anteriormente.

Vimos que ao longo do período de 1952 a 1961, a entrada do capital financeiro internacional fora facilitada, pois as importações de bens de produção poderiam ser feitas sem nenhuma despesa cambial, estimulando as inversões estrangeiras não somente em investimentos novos, mas sobretudo em associação com o capital nacional (PRADO JR, 2006). A associação do grande capital financeiro internacional com o capital nacional, estimulada por sucessivas Leis e também por instruções da SUMOC, longe de significar a absorção e nacionalização do capital estrangeiro, significou, sobretudo, a absorção do capital nacional pelas grandes organizações financeiras internacionais e, simultaneamente, a proteção do mercado interno para essas empresas. Neste contexto, segundo Prado Jr (2006), a indústria

brasileira, que se constitui ao longo das décadas de 1950 e 1960, se cacacteriza como "[...] uma constelação de filiais e subsidiárias mais ou menos declaradas de grandes empresas imperialistas" (PRADO JR, 2006, p. 315). Também Furtado (1978) observa que, a industrialização latino-americana, particularmente a brasileira, a partir de meados do século XX, passou a assumir a forma da "[...] internacionalização das atividades produtivas ligadas ao mercado interno" (FURTADO, 1978, p. 79), ou seja, da penetração maciça de multinacionais no ramo de bens de consumo, que traria como uma de suas consequências, uma "[...] pressão crescente sobre a balança de pagamentos decorrente de transferência financeiras" (FURTADO, 1978, p. 79), na medida em que, além da remessa de lucros e dividendos, a entrada maciça dos conglomerados internacionais produziria, ademais, "[...] a dependência crescente de insumos provenientes das matrizes" (FURTADO, 1978, p. 82), agravando o balanço comercial dos países periféricos. No gráfico 15, a seguir, podemos observar a evolução da dívida externa brasileira no período de 1947 a 1970, no contexto da penetração das multinacionais na economia brasileira.

Gráfico 15. Evolução da dívida externa brasileira: 1947-1970 (US$milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: IBGE, Memória, Estatísticas do século XX, tabela 18. Acesso em: set. 2019.

Como vimos anteriormente, no período de 1943 a 1960, o Estado brasileiro buscou reduzir seu endividamento externo, o que respondeu pela redução do volume dos empréstimos

públicos e pela incipiente queda da dívida externa até 1950. No entanto, os déficits sucessivos no balanço internacional de pagamentos, em função do aumento das importações de bens de produção, da remessa de juros e dividendos pelas multinacionais e das dificuldades de gerar renda através das exportações agrícolas – em função da queda dos preços dos produtos agrícolas – impeliriam o Estado Nacional Desenvolvimentista novamente à contratação empréstimos estrangeiros. Vemos, no gráfico, que a dívida externa brasileira evolui aceleradamente a partir de 1952, simultaneamente à penetração maciça de capitais e investimentos internacionais, o que revela, mais uma vez, que o valor mobilizado através do agrário não era suficiente para o pagamento destas trocas internacionais. Os valores da dívida saltam de menos de 1 bilhão, no ano de 1947, para mais de 6 bilhões, no ano de 1970.

Este endividamento social crescente do pós-guerra mostra que o campo não foi capaz de pagar os termos da troca com os produtos industrializados, ou seja, o mais-valor mobilizado como renda da terra, que deveria constituir o processo de acumulação nacional através das transferências do setor agroexportador, não foi suficiente para o pagamento destas trocas. Neste contexto, os empréstimos internacionais buscam compor o mais-valor que não se desprende da terra na forma de capitais monetários. O acesso a estes capitais a préstimo, mediado pelo Estado desenvolvimentista, traria como consequência, no entanto, a ampliação do endividamento social. Neste contexto, podemos dizer que os sitiantes e as relações de produção do colonato não teriam mobilizado parte do mais-valor que pretensamente se mantém na terra como renda da terra[78]. Na medida em que na agricultura a produção de valor se confunde fetichistamente com aumento de produtividade, como já observamos anteriormente, a modernização desta realidade tida como atrasa, isto é, a modernização do campo, aparecia como solucionamento, na medida em que, na visão do Estado, apenas través desta modernização seria mobilizada o valor que se mantinha retido na terra. Neste contexto, o preço da terra, que já vinha gradativamente se ampliando através da especulação fundiária do pós-crise de 1929, tende a se elevar ainda mais a partir dos anos 1950, revelando que a renda fundiária se mantinha na terra, como promessa de trabalho futuro.

Considerando o que foi exposto até o momento, podemos dizer que *a indústria substitutiva de importações e, ademais, a modernização da realidade periférica brasileira, surgiriam como custo social, pois, como vimos, demandaram inversões de capitais que se constituíram a partir da detração dos lucros do setor agroexportador, através do controle*

[78] Sabemos, no entanto, que a renda da terra se constitui pela distribuição do valor produzido pelo trabalho.

cambial, mas também sobre a sociedade como um todo, através da tendência à inflação, isto é, custos que seriam aplicados sobre toda a coletividade a fim de permitir a importação de bens de produção. Também Furtado (1972) observou que:

> Ao assegurar câmbio de forma privilegiada aos importadores de equipamentos e insumos industriais em geral, o governo restringia a capacidade de importação de bens finais de consumo. A elevação consequente dos preços relativos destes últimos, no mercado interno, estimulava a sua substituição por produtos locais. Os recursos para o financiamento das indústrias substituidoras de importações eram, assim, retirados ao setor exportador, mediante taxas diferenciais de câmbio, e ao conjunto da população, em consequência da elevação dos preços relativos dos bens cuja oferta estava sendo restringida (FURTADO, 1972, p. 24-25).

No entanto, caberia ao autor observar que os termos da troca não se equivaliam, de modo que a troca entre agricultura e indústria significa, propriamente, expropriação da primeira (isto aparece no período através da tendência ao déficit no comércio exterior e na tendência ao déficit na balança de pagamentos). A partir do exposto, podemos compreender os sentidos da modernização periférica nacional a partir de 1950. Esta, ainda que apareça como produção do vir a ser nacional, ao ser integrada ao plano mundial é, contraditoriamente, a reprodução do capitalismo como um todo (ALFREDO, 2013), ou seja, a reposição do nacional (na periferia), em essência, constituiu-se como necessidade da reprodução internacional do capital, como momento de expansão produtiva internacional a mobilizar o desenvolvimento das relações produtivas na periferia, mas cujo sentido profundo era a reposição da acumulação crítica que se realizava em prol dos países centrais do sistema mundial. De forma simples, podemos dizer que a modernização periférica aparece como contratendência à desvalorização do valor (GROSMANN, 1979) que acompanha o capitalismo no pós-guerra.

Como vemos, a mediação do Estado Nacional desenvolvimentista foi fundamental para a modernização nacional, direcionando os recursos necessários – nacionais e estrangeiros – para o desenvolvimento industrial interno, mas também para o progresso técnico da agricultura. O Estado foi não apenas mediador na formação das forças produtivas internas, lançando mão de empréstimos internacionais (a países como Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos etc.) para realizar investimentos na construção da infraestrutura industrial e no desenvolvimento do Departamento I da economia, produtor de matérias primas e maquinário, mas atuou também através da manipulação cambial e da criação de taxas e impostos, contribuindo para direcionar as importações principalmente para os setores que permitissem a modernização do aparato produtivo nacional, ao mesmo tempo em que encarecia os produtos que possuíam similares

internamente. Este processo, no entanto, se constituiu como custo social, na medida em sua sustentação que incidia sobre toda a coletividade, principalmente através da inflação e da detração dos lucros do setor exportador. Aqui, mais uma vez, o Estado Monopolista (MANDEL, 1982) revela seu caráter enquanto administrador das crises, realizando esforços para assegurar a socialização dos custos e a valorização do capital excedente, estrangeiro, sobreacumulado, para o qual flui o mais-valor produzido internamente.

2. A expansão dos investimentos norte-americanos no Brasil no pós-guerra

No plano internacional, o pós-Segunda Guerra se caracterizou por um enorme desenvolvimento da capacidade produtiva industrial mundial do capital e pela exacerbação da acumulação mundial de capitais (mercadorias, dinheiro, etc.), originando uma enorme massa de capitais ociosos nas economias centrais, principalmente na economia norte-americana, que, mediante a intervenção do Estado Monopolista, buscaria valorização em novas esferas de investimento e de queima de capitais, tais como infraestrutura pública, crédito e financiamento e guerras, mas também através das exportações e investimentos no estrangeiro, principalmente para nações periféricas. A ajuda internacional americana para a reconstrução da Europa, se, num primeiro momento, apareceu como possibilidade de valorização para estes capitais ociosos, posteriormente, estes seriam ampliados, dando origem aos chamados eurodólares, como podemos observar na passagem a seguir, Prado Jr:

> No imediato pós-guerra, a economia capitalista, e particularmente os Estados Unidos, que dão as palavras de ordem do sistema, conheceram uma fase de forte crescimento graças sobretudo ao estímulo dos negócios proporcionado, de um lado, pela folgada situação financeira em que se encontravam os Estados Unidos — a par de larga liquidez resultante do financiamento da guerra e das restrições ao consumo no correr dela, e consequente explosão da demanda fortemente contida no correr das hostilidades por efeito daquelas mesmas restrições. Doutra parte, impulsionariam os negócios a considerável tarefa de reconstrução da Europa devastada e a reorganização da vida convulsionada do continente. São bem conhecidos o papel e a projeção, no caso, do famoso Plano Marshall.
>
> O impulso adquirido, com a liquidez que o acompanha, se prolongarão muito além das consequências e dos efeitos imediatos da guerra, tanto por obra da política financeira do governo norte-americano, de largo financiamento dos gastos públicos e privados, como sobretudo, no plano internacional, pela reorganização financeira mundial na base do acordo de Bretton Woods.

> Contribuirá então particularmente, para a liquidez da economia capitalista, o fato da liberação do dólar que se erigira em padrão e moeda internacional a ser oficialmente recebida e convertida em moeda nacional pelos países signatários do acordo. É essa a origem dos famosos eurodólares que determinariam, como era natural, larga disponibilidade financeira em todo mundo capitalista; e a par da inflação de preços, a consequente intensificação, sem precedentes, dos negócios e a paralela sofreguidão na busca de aplicação e inversão dos capitais assim formados (PRADO JR., 2006, p. 346-347).

No contexto do pós-guerra, a ampliação do volume de empréstimos internacionais e de programas de ajuda ao desenvolvimento para as nações consideradas "atrasadas" insere-se neste contexto de sobreacumulação internacional do capital, constituindo massas de capitais monetários, particularmente na forma do dólar, e, também, de capitais-mercadorias, que passam a buscar valorização em ramos e regiões de menor desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Ao mesmo tempo, no interior deste movimento, inúmeras multinacionais passaram a instalar suas filiais e sucursais em nações periféricas, buscando, além de das possibilidades de valorização imediata de seus capitais, condições mais baratas de produção (mão-de-obra, matérias primas etc.). Assim, podemos dizer que a exploração das nações periféricas pelas potências capitalistas, no pós-Segunda Guerra, estendeu-se da esfera da circulação, do domínio comercial, como observamos na economia cafeeira, para a esfera da produção, atuando diretamente na realização de processos produtivos internos à periferia (ROMANOVA, 1968, p. 7).

No pós-guerra, a realização dos excedentes de capitais localizados nas economias urbano-industriais do sistema capitalista estaria obstada em seu interior, cujo solucionamento se buscaria através da exportação dessas mercadorias e capitais – na forma de exportações de mercadorias, investimentos diretos, empréstimos internacionais etc. – aos países da periferia e pelo estabelecimento de uma maior capacidade produtiva em outras regiões. Partes desses excedentes foram utilizados na ampliação da composição orgânica do capital na periferia, expandindo o capital fixo, ampliando a indústria pesada (siderurgia e petróleo), expandindo os meios de transporte, modernizando suas agriculturas, inovando o maquinário, etc., mas trouxe como consequência o crescente endividamento social. Desta forma, as exportações de capital, na primeira metade do século XX, não apenas permitiram solucionar momentaneamente a sobreacumulação de capitais nos países avançados da economia mundial, mas também puseram em movimento o desenvolvimento das forças produtivas do capital a nível mundial, permitindo diminuir relativamente o tempo de rotatividade mundial do capital, ou seja, reduzir o seu tempo de ociosidade.

Segundo Mandel (1982), no pós-guerra, a penetração do capital no ramo de produtos agrícolas e matérias-primas dos países periféricos, controlando sua comercialização, já não mais interessava ao capital financeiro internacional. Para o autor, a própria produção de produtos agrícolas e matérias-primas por métodos convencionais passou a representar uma trava ao desenvolvimento do capital, na medida em que a manutenção baixa da composição orgânica do capital não permitia ampliar o consumo de capitais excedentes. Ao mesmo tempo, a queda dos preços dos produtos agrícolas e matérias-primas no mercado mundial tornava esses produtos menos interessantes para investimentos lucrativos. Desta forma, o capital monopolista passaria a interessar-se não apenas pela produção de produtos agrícolas e matérias-primas utilizando métodos mais avançados, mas também pela produção, nos países periféricos, de bens acabados que poderiam ser vendidos a preços de monopólio nos mercados internos, mas até mesmo no exterior. Também Romanova (1968), observou que:

> A exportação de capitais é um fator estimulante poderoso para a exportação de mercadorias. A criação de uma empresa filial é seguida pelo abastecimento de máquinas e equipamentos, e, às vezes, de matérias-primas e combustível. O aparelho comercial destas empresas não somente vende a produção obtida em um ou outro país latino-americano, mas também mercadorias fabricadas pelas companhias norte-americanas nos Estados Unidos. Com este fim, utilizam-se amplamente a rende comercial, os depósitos, as oficinas de reparos e estações de serviços das empresas filiais. O volume da produção das empresas mais importantes da indústria transformadora da América Latina, controlada por capital norte-americano, equivale à metade do volume da exportação de mercadorias dos Estados Unidos para esta região do mundo (ROMANOVA, 1968, p. 14).

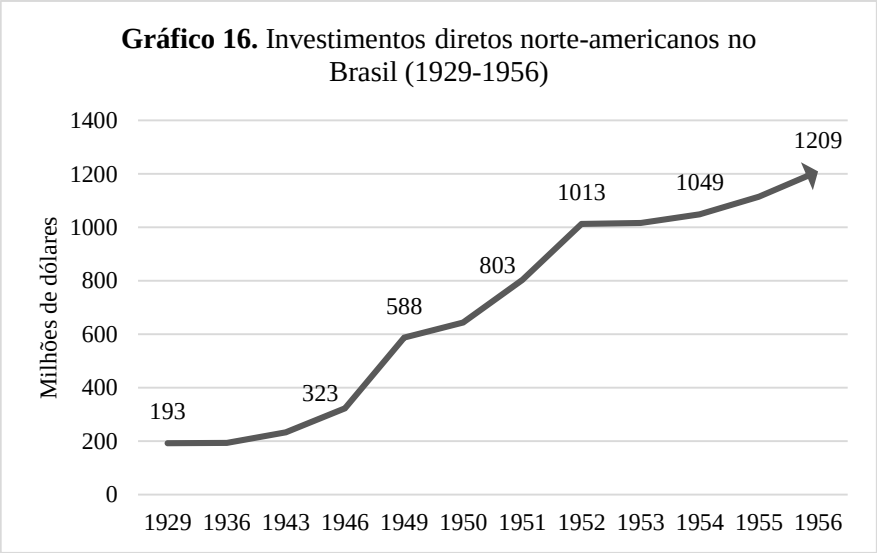
Ao longo da primeira metade do século XX, as exportações de capitais dos países centrais, particularmente Inglaterra, França e Estados Unidos, concentravam-se basicamente em bens de consumo, carvão e aço, mas também as exportações constituídas como empréstimos internacionais (privados e públicos). Após a depressão de 1929, intensificando-se no pós-guerra, as exportações deslocaram-se para máquinas, veículos, bens de capital, investimentos e reinvestimentos de capitais monetários, através de subsidiárias, e empréstimos internacionais privados e públicos. Daí, portanto, o aumento do interesse dos países centrais pela industrialização da periferia, afinal, como observa Mandel (1982), não seria possível vender máquinas se estes países não passassem por um revolucionamento interno de suas forças produtivas.

No pós-guerra, os investimentos norte-americanos tornaram-se proeminentes no Brasil, superando os capitais ingleses, franceses, alemães, japoneses e suíços. Segundo Freitas Jr.

(1994), o surto de investimentos norte-americanos que se processa a partir da década de 1950 coincidiu com a promulgação da lei nº 1807, de janeiro de 1953, que instituiu o mercado livre de câmbio, e que serviu de base para a criação da Instrução 70 da SUMUC. Esta lei:

> [...] proporcionou inteira liberdade na movimentação aos capitais estrangeiros, ao mesmo tempo em que outorgou favores especiais de ordem cambial aos investimentos destinados aos setores básicos e de infra-estrutura, capazes de acelerar o desenvolvimento econômico do país. [...] A compra de maquinário no exterior era livre de impostos e praticamente subsidiada pela exportação dos produtos agrícolas brasileiros, principalmente o café. As empresas estrangeiras, lideradas pelas norte-americanas, começaram a produzir de tudo, de sucrilhos a refrigerantes e de pasta de dente a automóveis (FREITAS JR, 1994, p. 73).

O esquema de modernização nacional previa a utilização da renda produzida através das exportações agrícolas para financiar a importação de maquinários e, simultaneamente, favorecer a entrada de multinacionais no Brasil. Este esquema se esgotaria, como vimos, na medida em que o campo não seria capaz de produzir o volume necessário de renda para importar os capitais necessários à modernização, levando o Estado à contratação de empréstimos internacionais para compor o valor que não se produzia através do campo. Ao mesmo tempo, no entanto, as facilidades para entrar no mercado brasileiro atraíam cada vez mais os capitais estrangeiros, ampliando o déficit na balança de pagamentos. A evolução dos investimentos americanos pode ser observada no gráfico 16, a seguir. Como observamos no gráfico, de 1929 a 1946, em 17 anos, esses investimentos não chegaram sequer a duplicar, passando de 193 milhões para 323 milhões. Entretanto, entre 1946 e 1952 eles praticamente dobram de volume, atingindo a casa de 1 bilhão e mantendo-se o crescimento até 1956.



Fonte: Moura (1960, p. 69); Ferreira (1965, p. 209).

Os dados de Freitas Jr. (1994), também indicam a ampliação dos investimentos norte-americanos no Brasil no pós-guerra. Em seus cálculos, o autor contabiliza não apenas os investimentos diretos, mas também os reinvestimentos de capitais. Os dados são apresentados no gráfico 17, a seguir:

Fonte: Freitas Jr., 1994.

Segundo Freitas Jr. (1994), já no ano de 1950, o total de investimentos e reinvestimentos de capitais norte-americanos no Brasil, através de sucursais de empresas multinacionais ou através de investimentos diretos em projetos, ultrapassava a casa dos 9 bilhões de dólares, ampliando-se, a partir daquele ano, até atingir mais de 100 bilhões de dólares no ano de 1969. Segundo Mandel (1982), no pós-guerra, a maior parte do investimento de capital na periferia do sistema capitalista não proveria mais da exportação de capitais, mas do reinvestimento dos lucros ali realizados, da dominação do mercado local de capitais (bancos e financiadoras) e da absorção da mais-valia produzida. Também Prado Jr (2006) observou que,

> [...] o progresso da penetração imperialista na economia brasileira, longe de trazer com o concurso de capitais, com que aparentemente contribui, um desafogo às nossas finanças externas, como se julgava, tende pelo contrário a agravar o desequilíbrio. Como foi referido, a política de favores dispensados às iniciativas e empreendimentos estrangeiros objetivava essencialmente compensar, com os capitais trazidos por esses empreendimentos, a insuficiência de nossas exportações para fazerem frente aos pesados encargos da importação e de outros compromissos no exterior. Reforçar-se-ia com esse afluxo de recursos financeiros o ativo de nosso balanço de contas externas, permitindo assim não apenas sanar a posição de desequilíbrio crônico dessas contas, mas ainda incrementar nossas importações, sobretudo de equipamentos industriais necessários ao desenvolvimento econômico do país.
>
> Entretanto, não é isso que se verificará, pois o afluxo de capitais estrangeiros não chegará efetivamente a compensar aquilo que, por outro lado, os mesmos empreendimentos subtrairão às finanças brasileiras a título de remuneração direta ou indireta de suas atividades. E o saldo de suas operações será, no geral, negativo (PRADO JR, 2006, p. 316).

Deste modo, o mais-valor produzido na periferia, a partir dos anos 1950, passa a ser escoado através da remessa dos lucros, dividendos e juros produzidos por esses investimentos. Este fenômeno de ampliação dos investimentos de capitais no Brasil a partir dos anos 1950 revela, deste modo, o fenômeno de sobreacumulação mundial do capital, de forma que o aumento destes excedentes que se remuneram na periferia representa, propriamente, aumento dos excedentes de capitais no centro do sistema capitalista.

Ainda segundo Freitas Jr. (1994), em meados do século XX, os principais ramos de investimentos para os capitais norte-americanos foram: indústria química, indústria de mineração, indústria de metalurgia, indústria de automóveis, indústria de máquinas, indústria de materiais de transporte, indústria de aparelhos elétricos, indústria de fiação, indústria têxtil, indústria farmacêutica, indústria de alimentos processados, indústria de bebidas etc. A maior parte dos ramos, atrelada direta ou indiretamente ao setor agroexportador, justificará a concentração da indústria em São Paulo. Mas, ao mesmo tempo, a necessidade de um maior

mercado consumidor para os capitais estrangeiros, produzidos agora em território nacional, justifica a concentração da indústria em São Paulo.

3. A Industrialização e a modernização do campo paulista no movimento crítico de expansão mundial do capital norte-americano

A partir de 1950, o ideal desenvolvimentista, assentado no Estado Nacional Desenvolvimentista, fundamentou uma perspectiva urbano-industrial da realidade brasileira que aparecia como superação daquilo que se constituía como atraso, o campo. Naquele momento, o agrário passou a ser sinônimo de "atraso", de subdesenvolvimento, em relação ao modelo urbano-industrial. A ilusão do urbano e do nacional aparece, segundo Alfredo (2013, p. 163-164), como o "[...] fetiche protomodernizador [...] possível na periferia como momento da reprodução mundial de valorização do valor", o qual obscureceu as contradições daquela modernidade crítica e pôs o agrário como "[...] aquilo que não se adequava à industrialização e modernização almejadas" (ALFREDO, 2013, p. 162), ao mesmo tempo em que ocultava o fato de que o campo era, como vimos, o elemento que condicionava, de forma determinante, o modo de ser e o sentido da realidade periférica brasileira. Ainda que no horizonte o Estado desenvolvimentista colocasse a necessidade de internalização dos processos produtivos que permitiriam o desenvolvimento industrial brasileiro e a superação à qual este estava sujeitado nas trocas internacionais, esta ininterrupta atualização se constituiu numa "[...] contínua busca de superação de si apenas como ilusão visto que o pressuposto é a simultaneidade da reprodução crítica social mundial do capital" (ALFREDO, 2013, p. 348), fato que em última instância punha a impossibilidade de realização dessa pretensa modernização recuperadora buscada pelo Estado Nacional Desenvolvimentista.

A partir da década de 1950, identificamos uma mudança qualitativa nos sentidos da reprodução do campo paulista – o que não significa superação, apenas reposição, em um novo patamar, de sua expropriação frente o capitalismo central. Como vimos, até aquele momento, o campo, de forma geral, determinava o modo de ser da indústria e colocava a industrialização, através das indústrias de beneficiamento, como forma de repor a produção social agrária (ALFREDO, 2013). A partir de então, como vimos, realizam-se uma série de empréstimos

internacionais e politicas desenvolvimentistas visando a ampliação da estrutura produtiva nacional, buscando a internalização do Departamento I da economia capitalista (produtor de máquinas e matérias primas) e a modernização do campo. Essa mudança qualitativa interna remete, como vimos, à uma mudança também qualitativa na reprodução internacional do capital, momento em que:

> [...] a formação nacional brasileira teve de se interagir com o capitalismo industrial mundial, constituindo-se como momento de uma superprodução que demandava um apressamento da modernização interna brasileira que por si só não seria possível de se colocar. [...] Quando se o fez como definitivamente industrial era já um momento da extensão das contradições da superprodução do capitalismo mundial, de modo que a expropriação categorial no brasil foi a expropriação da revolução nacional (ALFREDO, 2013, p. 169).

Daí a ampliação da presença de capitais estrangeiros no Brasil para financiar a expansão da sua capacidade produtiva, que teriam se tornam significativos a partir da década de 1950 (PRADO JR., 2006). A industrialização paulista e a modernização do campo a partir de 1950 se fizeram, portanto, como necessidade da expansão internacional do capital norte-americano (mas também, em menor vulto, inglês, francês, japonês, alemão etc.), determinada por sua crise imanente de sobreacumulação. Assim, a década de 1950 distingue-se das décadas precedentes na medida em que não estava mais baseada apenas:

> [...] pelo que se considerou chamar de estrangulamento do setor externo, mas por um desenvolvimento nacional industrial vinculado às forças produtivas mundiais, especialmente norte-americanas. [...] Considera-se que o desenvolvimento das forças produtivas norte-americanas determinaram o tempo médio do trabalho social mundial. Isto levou à necessidade, realizada ou não, da modernização industrial do capitalismo mundial. Busca-se uma adequação da capacidade e da forma das forças produtivas nacionais aos padrões internacionais (ALFREDO, 2013, p. 180).

Para nós, a industrialização paulista, a partir de 1950, está atrelada ao capital monopolista-financeiro internacional – particularmente verificada através da instalação da indústria automobilística (General Motors, Ford, Fiat etc.), da indústria de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos (General Electric, General Motors, Philco etc.), da indústria de insumos agrícolas, como tratores, máquinas, fertilizantes, defensivos etc. (Ford, Fiat, Massey-Ferguson, Valmet, Phillips Petroleum, Hoechst, Du Pont, Bunge, Grupo Rockefeller, Bayer etc.) e da indústria de matérias-primas e de alimentos processados (Nestlé, Unilever, Anderson Clayton, General Foods, Peter Eckers etc.)[79] –, respondeu à uma nova expansão

[79] Dados obtidos em Mirow (1980), Romanova (1968), Sampaio (1980) e Guimarães (1982). Uma lista com as 100 maiores das multinacionais atuantes no campo brasileiro em 1973, a montante ou a jusante da agricultura,

internacional do capital monopolista-financeiro, determinada por uma crise de sobreacumulação em função do rareamento das fontes de queima de capitais no pós-guerra. De acordo com Alfredo (2013), no plano da concorrência, esse processo modernização interno, mediado pelo Estado Desenvolvimentista, expressou a busca periférica principalmente pela internalização do Departamento I da economia capitalista, produtor de máquinas e matérias primas, procurando reverter o mecanismo da transferência de valor, no que se constitui as chamadas trocas desiguais, e incentivar a acumulação endógena de capitais (ALFREDO, 2013). No entanto, em essência, essa atualização tecnológica através da mediação de capitais estrangeiros se faz necessária para a manutenção do periférico inserido nas trocas internacionais, repondo a expropriação periférica frente às economias urbano-industriais do sistema capitalista. Neste contexto, a industrialização paulista, a partir de meados do século XX, deve ser entendida como produto da extensão mundial das contradições da superprodução do capitalismo central, isto é, resultado da expansão internacional de capitais ociosos das economias centrais (e não como resultado de processos endógenos/nacionais de acumulação de capital), que se materializam na forma de investimentos diretos, empréstimos e ajuda internacional na periferia.

A partir dos anos 1950, na medida em que a periferia se industrializa, as diferenças entre centro e periferia, antes marcadas pelo desenvolvimento desigual de suas forças produtivas, passaram a aparecer sobretudo em relação às taxas de mais valia. Nos países centrais predominaria a mais-valia relativa, dada a elevada produtividade do trabalho no interior da indústria (MANDEL, 1982); na periferia, a absoluta, não apenas em função do reduzido custo de reprodução da força de trabalho, o que implica em salários mais baixos, mas também em função de um enorme exército industrial de reserva, na medida em que se acelera a crise do agrário e que as massas migram para o urbano, a tecnologia utilizada nesta industrialização aparece já como poupadora de trabalho, ou seja, não produz valor. A existência de um preço mais baixo para a força de trabalho, proporcionando taxas mais elevadas de lucro na periferia, explicaria em parte porque o capital internacional passaria a fluir para São Paulo. A baixa dos salários, no entanto, age reduzindo a capacidade de consumo do mercado (que já é restrito), de modo que grande parte da capacidade industrial instalada, voltada para a produção de bens de consumo, se torna imediatamente ociosa (capacidade não utilizada). Neste contexto a acumulação a partir da indústria fica travada, impedindo, ademais, a expansão da produção. A

pode ser obtida em Guimarães (1982, p. 143-146). Sampaio (1980) também oferece dados relevantes sobre a atuação das multinacionais no campo brasileiro.

periferia, ainda que industrializada, revelaria, mais, uma vez, seu caráter de incapacidade de acumulação. Por outro lado, a tendência é sempre a crescente ampliação da capacidade de produção, tanto na indústria, quanto no campo. Isto significa, propriamente, aceleração da rotação mundial do campo, com tendência à sobreacumulação também na periferia.

Em essência, essa atualização tecnológica interna, que se constitui como industrialização e modernização do campo em São Paulo, se faz necessária para manutenção do periférico inserido nas trocas internacionais, repondo a expropriação periférica frente às economias mais avançadas do sistema capitalista. Levando este argumento ao limite, podemos dizer que, se houve mudança qualitativa interna na reprodução do capital em meados do século XX, esta deriva, ao nosso ver, de uma mudança qualitativa na reprodução mundial do capital, e não à sorte de processos endógenos e/ou regionais de acumulação de capital.

Ao nosso ver, os investimentos diretos, os empréstimos internacionais e a exportação de capitais ociosos na forma de bens de produção que verificamos desde a produção cafeeira, se firmaram e se expandiram como as alavancas principais das transformações no campo paulista em meados do século XX, donde a introdução de novas formas de culturas – dentre elas a laranja, a soja e a cana-de-açúcar –, e a expansão desses plantares nas décadas de 1960 e 1970 e o intenso processo de modernização do campo, talvez representem momentos para realização de capitais excedentes, sobreacumulados, principalmente norte-americanos. Para nós, a própria expansão da fronteira agrícola, a partir de 1950, intensificando a partir de 1970, se relaciona com a necessidade de maiores proporções de terras agriculturáveis para esses investimentos se realizarem, como propõe Fábio Pitta (2016).

Capítulo 13

Observações críticas sobre a modernização e a industrialização do campo paulista

1. A modernização do campo paulista na perspectiva da economia política do desenvolvimento

Como vimos, em meados do século XX, o campo paulista – e de forma particular a cafeicultura praticada no Oeste Paulista – caracterizava-se por um baixo desenvolvimento das forças produtivas e pela extensividade em força de trabalho (relações de trabalho como o colonato, a parceria, sitiantes etc.), além da reconhecida concentração da propriedade fundiária (PRADO JR, 2014). Desta forma, realizavam-se no Oeste Paulista agriculturas de baixa produtividade, nas quais o aumento do volume de produção apenas era obtida através da expansão dos plantios (agricultura extensiva), sustentada pela exploração de uma força-de-trabalho também extensiva, em suma, "[...] os êxitos comerciais da agropecuária brasileira [eram] essencialmente devidos a duas circunstâncias – disponibilidade abundante de terras e de força de trabalho [...]" (PRADO JR, 2014, p. 300). Para aumentar a produção cafeeira, da qual dependia não apenas a reprodução dos sujeitos do campo, mas sobretudo a reprodução do Estado Nacional brasileiro, abriam-se fazendas e sítios em novas áreas, expandiam-se os plantios.

Para certa economia política, representada pelas ideias da CEPAL, na figura de Raul Prebisch, a modernização – entendida como as mudanças necessárias a serem realizadas nas relações de trabalho e nas técnicas de cultivo e no maquinário do campo – desta realidade "atrasada", de baixa mecanização e baseada na extensividade da força-de-trabalho, seria fundamental para atingir a modernização ampla da economia nacional e chegar à superação da estrutura do subdesenvolvimento. As mudanças nas relações de produção que imperavam no campo brasileiro trariam, na perspectiva da CEPAL, uma melhoria nas condições de vida da população brasileira, essencialmente rural naquele momento, aliviariam seu sofrimento e ampliariam o mercado consumidor para os produtos industrializados nacionais. Ao mesmo tempo, o aumento da produtividade do trabalho no campo (o aumento da produtividade

agrícola) permitiria a ampliar a renda nacional gerada através das exportações de produtos agrícolas – base da economia –, formando "[...] o capital necessário à industrialização e ao progresso técnico da agricultura" (PREBISCH, 1962, p. 77), ou seja, seria necessário "[...] saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico" (PREBISCH, 1962, p. 73), os elementos que dariam continuidade à modernização recuperadora da periferia.

Entre outras consequências possíveis, a modernização do campo permitiria ampliar a oferta interna de produtos agrícolas e aliviaria em parte o problema da inflação, levando à queda relativa dos preços. A ação do Estado Nacional desenvolvimentista seria fundamental para a consecução desses objetivos, direcionando os recursos necessários – nacionais e estrangeiros - para o progresso técnico da agricultura, mas também incentivando o desenvolvimento industrial, tido como a tábua de salvação final para esta realidade, ou, nas palavras de Prebisch (1962), o " [...] único meio de que estes dispõem [os países da América Latina] para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas" (PREBISCH, 1962, p. 72).

Colocada em prática a cartilha desenvolvimentista CEPALina da modernização recuperadora, as décadas de 1950 e 1960 marcariam, de fato, uma virada na realidade do campo brasileiro, caracterizada pela gradual modernização das técnicas de cultivo e do maquinário agrícola, ao mesmo tempo em que se ampliam a utilização de adubos, pesticidas e agrotóxicos. Também aos poucos, outras variedades de culturas de exportação passam a ganhar significância para a inserção internacional da economia brasileira (cana-de-açúcar, algodão, soja, laranja); expandem-se substituindo as plantações de café onde estas se encontravam decadentes. Ao mesmo tempo, aprofundam-se as mudanças nas relações de produção vigentes na agricultura, com a substituição do colonato pela força de trabalho assalariada.

Para nós, no entanto, este processo de modernização que passa a ocorrer no campo paulista a partir de meados do século XX, patrocinado pelo Estado e incentivado através dos estudos da CEPAL, realiza-se na medida em que o campo necessitava mobilizar a renda da terra a fim de remunerar as trocas internacionais às quais a sociedade paulista estava sujeitada. Isto é, seria necessário aumentar a produtividade da agricultura para, deste modo, produzir o mais-valor, a renda fundiária que, do contrário, se manteria preso à terra. A manutenção das trocas internacionais e a remuneração do capital estrangeiro dependeria deste processo. A contradição, no entanto, apareceria na medida em que: 1) a modernização se constituiu como endividamento,

através da detração dos lucros do setor exportador, da tendência inflacionária e do endividamento externo; 2) conforme ascende a capitalização do campo, a produção do mais-valor diminui, reduzindo os preços mundiais dos produtos agrícolas e repondo as dificuldades de reprodução do agrário. Nas próximas páginas, analisaremos mais de perto estes processos.

2. Teorias críticas sobre a modernização do campo

O movimento de modernização da agricultura brasileira foi analisado por autores como Denise Elias (2003), Guilherme Costa Delgado (1984; 2002; 2012), José Graziano da Silva (1981), Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), dentre outros. Em Elias (2003), a *modernização conservadora e dolorosa* se resume à disposição espacial das novas tecnologias, ou seja, se caracteriza como a introdução do capital tecnológico no campo na forma do período "técnico-científico-informacional". Segundo Elias (2003), ao longo de seu processo de modernização, os antigos sistemas de objetos e sistemas de ação atuantes na agricultura paulista foram:

> [...] substituídos, seja para o cultivo de plantas, seja para a criação de animais, visto que se mostravam incompatíveis com as novas formas de produção, distribuição e consumo, atingindo a organização de um novo modelo técnico, econômico e social de desenvolvimento agrícola. Este se baseia na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar a produção e a produtividade agropecuária, culminando com memoráveis transformações econômicas e, consequentemente, socioespaciais (ELIAS, 2003, p. 59)

No entanto, uma perspectiva que busque compreender a modernização paulista a partir da análise de suas transformações materiais nos permitiria apenas analisar a materialidade do espaço, e pouco compreender das contradições abstratas que determinam esta “espacialidade”. Sob o modo de produção capitalista as sociedades produzem um espaço cujo sentido é permitir a valorização do valor, a produção do lucro, na relação triádica entre terra, trabalho e capital. No campo, isto aparece como renda da terra. Destarte, ainda que na análise do espaço seja importante destacarmos uma certa modernização material, cabe sobretudo a análise dos determinantes abstratos da produção do espaço, isto é, a análise da forma valor, na medida em que, como vimos, é o capital o mediador das relações sociais de produção. É o valor, sua valorização, que dá sentido à ocupação e à produção do espaço; é a forma mercadoria que

medeia a ação dos sujeitos. Logo, a produção do espaço remete à reprodução capitalista. Na análise do processo social cabe examinar, portanto, como a valorização do valor o medeia, como as relações sociais se inserem nos termos da valorização do valor, como a mobilização da propriedade terra cumpre esse sentido, etc.

Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), se opondo às interpretações que formulam a modernização apenas a partir de fatores econômicos (acumulação de capital e industrialização da agricultura), propõe vinculá-la "aos conflitos de classe e às mudanças políticas" (SILVA, 1999, p. 62) e mobiliza o conceito de "relações de produção" para compreender a sua *modernização trágica*, destacando uma mudança qualitativa no campo brasileiro: das relações de colonato, no Sudeste, e de agregados, no Nordeste, para as relações assalariadas de trabalho. Nas palavras de Silva:

> Cabe, entretanto, tecer algumas considerações sobre a eficácia jurídica do Estatuto da Terra (ET) e do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), no tocante à extinção das relações de trabalho, até então existentes no campo paulista. O ETR data de 1963 e o ET de 1964. O primeiro foi promulgado no governo de João Goulart e o segundo, no primeiro governo da ditadura militar. A implantação destas duas legislações deve ser interpretada no bojo dos conflitos sociais e do processo de modernização da agricultura brasileira sob a chancela do Estado, da modernização trágica (SILVA, 1999, p. 62).

Para nós, no entanto, ainda que a análise do processo social deva incorporar sua dimensão social como momento importante para a crítica, no entanto, a forma jurídica é sobretudo expressão dos processos econômicos, de forma que o fundamento da análise deve estar nas contradições da reprodução do capital.

Já em Delgado (1984; 2002; 2012), a *modernização conservadora* é vista sob o prisma da ação estatal e do capital financeiro investido, salientando a liberalidade da política de crédito rural, a importância dos incentivos fiscais e o aporte direto e expressivo do Estado, de modo que, ao seu ver, apenas com a articulação do Sistema Nacional de Crédito Rural (a partir de 1965) e com a criação de autarquias e institutos voltados ao desenvolvimento de projetos agrícolas foi possível a reorientação das políticas para o campo e o fortalecimento das estruturas fomentadoras da produtividade e funcionalidade do setor. Sua perspectiva é de um enorme pacto conservador e agrário modernizante, que não trouxe apenas a integração indústria-agricultura, mas também abrigou sob sua guarda as antigas oligarquias rurais (DELGADO, 2002).

Para José Graziano da Silva (1981; 1982; 1996), a análise da modernização do campo deve estar focada no desenvolvimento das forças produtivas, na busca constante pelo aumento da produtividade agrícola. Desta forma, essa modernização dependeria, para se realizar, – dada a realidade restringida do D1 da economia, aquele que poderia produzir bens de capital e insumos para a agricultura – da capacidade de importar máquinas e insumos, ou seja, a agricultura passa a "depender do exterior – e portanto das exportações, da capacidade de endividamento externo e das políticas comerciais e cambial – para importar máquinas e insumos" (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 19). É importante salientar, entretanto, que, de acordo com Graziano da Silva (1982), essa lenta e dolorosa modernização (de 1945 a 1965) se faz em alguns poucos pontos (e regiões) específicos através da incorporação de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1982), sem modernizar a totalidade do processo produtivo, uma vez que manteve o trabalho manual, o boia-fria, especialmente durante a colheita (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Nem mesmo o processo de *industrialização da agricultura*, ou internalização do D1 da economia, levado a cabo durante o período de 1965 a 1985 – que representaria o momento mais avançado da modernização agrícola –, teria sido capaz, na sua visão, de superar a *modernização dolorosa* (1981) ou *incompleta* (1982) do campo, na medida em que continuava a se produzir o proletariado rural.

Acreditamos que, de uma forma ou de outra, todas as proposições tocaram em pontos importantes do processo de modernização do campo. A segunda metade do século XX inaugura, de fato, novos sentidos no processo de reprodução do capital sobre o campo brasileiro e leva a transformações na realidade agrária do Oeste Paulista e, de forma particular, no município de Itápolis. Engendra um conjunto de modificações na base técnica e nas formas de submissão do trabalho: novas variedades de culturas são introduzidas, bem como novas técnicas de cultivo, novos insumos produtivos, novos sistemas criatórios, novas relações de trabalho etc. Entretanto, a crítica radical não deve ver aí qualquer forma de tragédia e dor que não seja a forma de ser do próprio capital. Se a modernização do campo é vista como *trágica* ou *dolorosa*, ela se faz como calamidade e se desvela como farsa, pois não há modernização possível que se coloque através da mercadoria que não traga mediocridade. Também não é possível ver nela *conservadorismo* ou *incompletude*, pois isto alude à necessidade de superação do que é tido como atraso – atingir a completude só pode vir ao nível de desenvolvimento das forças produtivas a fim de superar a desigualdade nas relações de trocas internacionais. Se a modernização é posta como trágica, como conservadora, dolorosa ou incompleta, o que se pressupõe aí é apenas o sentido de uma

outra possibilidade, uma outra modernização que pretensamente seria positiva. A negação da modernização deve ser total, e não apenas promessa de atualização.

Toda forma de incompletude ou atraso alude à possibilidade do vir a ser mais moderno. Se, de forma contrária, afirmamos que o pressuposto é a simultaneidade – com o descompasso no desenvolvimento das forças produtivas e a inversão categorial quanto ao modelo clássico descrito por Marx (2013) para o desenvolvimento do capitalismo, como essencialidades – essa realidade se torna, então, a própria forma de ser moderna da periferia. Ou a forma da realidade periférica é compreendida em sua simultaneidade com a totalidade, ou não podemos entender a simultaneidade dos processos na periferia que "[...] exigem uma forma não menos particular de fetichização do valor" (ALFREDO, 2009, p. 20). Ao nosso ver, a modernização periférica da agricultura revela-se como momento da reprodução mundial da forma valor.

De forma geral, a literatura especializada na leitura da modernização da agricultura a vê como um fenômeno influenciado pelos níveis de investimentos cada vez maiores no campo que buscaram manter e ampliar o rendimento da terra na forma da renda da terra, ou seja, buscava-se aumentar os investimentos em implementos e insumos agrícolas para tornar a terra mais produtiva. Tais modos de entender possibilitaram uma crítica à crescente composição orgânica do capital no campo - ou seja, a crescente participação de capitais constantes (maquinário, matérias-primas, entre outros fatores produtivos) em detrimento da participação de trabalhadores (capital variável) – e a crítica à crise do trabalho, que ao longo dos anos lançou milhares ao desemprego e ampliou a massa de superpopulação relativa disposta ao trabalho. No campo brasileiro o fim do colonato representaria essa tendência na medida em que os gastos que o colono representava na folha de pagamento do fazendeiro foram cessados, preferindo-se a contratação de trabalhadores boias-frias por ciclos sazonais.

3. Política agrícola e endividamento social nas décadas de 1950 e 1960

No campo paulista, o processo de modernização dirigido pelo Estado desenvolvimentista se inicia em meados do século XX, no contexto da valorização cambial federal, através das políticas de subsídios indiretos à importação de máquinas, pesticidas, adubos etc. Retomando o sentido modernizante das políticas cambiais e das instruções da

Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), podemos agora compreender a ampliação do uso de insumos modernos no campo paulista. A fixação do câmbio (Cr$ 18,5) com controle de importações, no período de 1947 a 1953, na medida em que estabeleceu câmbio favorável para determinados importados, barateou a importação de máquinas e equipamentos industriais, mas também reduziu os custos de importações para implementos e insumos agrícolas. As facilidades para importação de bens de produção para a agricultura teriam sido responsáveis pelo incipiente aumento da base técnica do campo paulista, mas pagando o preço do endividamento social, na medida em que as facilidades de importar eram compensadas pela retenção do mais-valor do campo através do confisco cambial, isto é, da detração dos lucros do setor exportador através do controle cambial.

Assim, a partir da implementação da Instrução 70 de 1953, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o contexto tornou-se favorável, para alguns setores do campo paulista, a importação de caminhões, tratores e combustíveis. No entanto, essas importações eram facilitadas na medida em que o governo onerava o setor exportador como um todo, através do que se convencionou chamar de "confisco cambial". Esta política, instituída em 1953, confiscava as exportações de café, reduzindo o valor recebido por produtores para cerca de 50% do preço de exportação da saca de café (BACHA; GREENHILL, 1992). Por outro lado, como vimos, a Instrução 70 desonerava inúmeros importados e concedia incentivos a vários produtos considerados como essenciais (maquinário, fertilizantes etc.). Isto significa, propriamente, que, o chamado confisco sustentava as desonerações do setor importador[80], principalmente para a importação de fertilizantes, produtos derivados do petróleo, tratores e caminhões (BESKOW, 1994), remunerando, neste contexto, o capital urbano-industrial internacional. Deste modo, o peso da industrialização e da modernização do campo seria socializado como custos ao setor agroexportador, fazendeiros, mas principalmente sitiantes, reduzindo seus lucros, na medida em que se transferia mais-valor o estrangeiro. Esses subsídios diminuíram em quase pela metade os preços internos dos fertilizantes entre 1950 e 1959, mas também diminuíram em 50% os lucros possíveis do setor exportador (BACHA; GREENHILL, 1992). Ocorre, no entanto, que mesmo essa política se mostraria incapaz de realizar a pretendida modernização do campo paulista, pois no caso trocava-se produtos industrializados por produtos agrícolas. Ao mesmo tempo, a forte inflação que marca o período, que solapava os ganhos da massa da população do

[80] Mas a instrução também buscava incentivar as exportações, concedendo, através do Banco do Brasil, bônus de Cr$ 5 por dólar das cambiais obtidas com o café e de Cr$ 10 pelas obtidas com outras mercadorias agrícolas. Deste modo, os produtores de café obtinham um aumento de 27,2% em seus ganhos com as exportações, ao passo que as outras atividades de exportação conseguiam o dobro disso (STOLCK, 1986).

campo e das cidades, aliada à queda dos preços do café – principal produto de exportação –, que obliterava o acúmulo de mais-valor através do setor exportador, impediam a generalização da modernização do campo e a concentrava em um setor estreito do campo paulista, representado pelos grandes proprietários de terra, latifundiários. Os sitiantes, por sua vez, se veriam alijados deste processo e espoliados de sua renda. Deste modo, os gastos ascendentes com a importação de industrializados não correspondiam internamente com o aumento da produtividade do campo como um todo, com a mobilização da renda da terra, o que se torna verificável quando analisamos o balanço de pagamentos da economia brasileira no período. Neste contexto, como vimos, o Estado passaria a lançar mão de empréstimos internacionais para compor o mais-valor que não se produzia no campo.

Ao mesmo tempo, na medida em que não ocorria a pretendida modernização do campo, o próprio governo federal, em 1951, sob a presidência de Vargas, "[...] providenciaria a importação e revenda em condições favoráveis de 2 mil tratores e 800 colhedeiras a produtores agrícolas. Em 1952, foram importados e revendidos 8 mil tratores e 800 colhedeiras, em condições igualmente favoráveis" (STOLCKE, 1986, p. 145). Ainda segundo Stolcke (1986),

> Em 1954, foi importado um total de 15.000 tratores, 8.726 arados, 5.033 colhedeiras e 10.488 grades de disco, com auxílio de créditos estrangeiros concedidos mediante proposta da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que previa US$ 18.000.000 para a importação de maquinário agrícola (STOLCKE, 1986, p. 145).

Esses números são claramente insuficientes para permitir uma ampla modernização do aparato produtivo da agricultura, na medida em que o país todo possuía mais de 2 milhões de propriedades naquele período (STOLCKE, 1986). Mas a prática, que se tornou corrente, revela-nos o sentido modernizante da política varguista, ao mesmo tempo que que demonstra o fenômeno do endividamento social e o processo de socialização dos custos, indicado anteriormente, ou seja, o Estado Monopolista agia, naquele contexto, favorecendo o capital financeiro internacional, ao mesmo tempo que transferia à coletividade, através dos impostos e do confisco cambial, os encargos da política modernizante, e, simultaneamente, criava condições para a realização de mercadorias e capitais estrangeiros. Também no governo Juscelino Kubitschek a prática se manteria, de modo que, só no período que vai de 1957 a 1960, por exemplo, seriam "[...] gastos quase 100 milhões de dólares na importação de tratores" (STOLCKE, 1986, p. 147).

As ações dos governos paulistas no período de 1940 a 1960, particularmente através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e de suas agências locais e regionais denominadas de "Casas da Lavoura", também se organizariam visando a modernização do campo. Deste modo, diversos governadores buscaram orientar e incentivar os produtores de São Paulo a modernizar os seus cultivos e a seguir por outros ramos, incentivando a adoção de tecnologias e mesmo distribuindo sementes e mudas de outras culturas (principalmente algodão) pelo interior do estado de São Paulo (DULLEY, 1995). Dulley (1995) observa que a Secretaria, no período de 1940 a 1965, incentivou o processo de modernização da agricultura paulista através do: fomento agrícola, suprimento de braços para a lavoura, serviços técnicos variados através das chamadas Casas da Lavoura, abertura da infraestrutura (estradas), prestação de serviços gratuitos ou subsidiados, apoio em casos de catástrofes, criação de centros e institutos de pesquisa vegetal e animal, incentivo à erradicação de cafeeiros, subsídios para a compra maquinário e insumos importados, distribuição de sementes, incentivos à adubação, disseminação de cursos técnicos voltados para a agricultura etc. (DULLEY, 1995, p. 171-185). No entanto, as tentativas seriam malogradas, pois uma incipiente modernização derivou destas ações. Na medida em que não se acumulava capital através do campo, pois este servia para remunerar os capitais fixos importados, qualquer tentativa independente de modernização estaria obstada. Ademais, o problema da inflação e da queda dos preços de exportação dificultavam a reprodução dos produtores, sejam eles fazendeiros ou sitiantes. Neste contexto, as ações da secretaria se revelam com o sentido de buscar uma modernização que, objetivamente, não podia ser realizada.

4. A erradicação dos cafeeiros da década de 1960 como custo social e a redução das áreas cafeeiras no Estado de São Paulo

Como vimos, ao longo da década de 1950, os preços recebidos pelos produtores de café, fazendeiros e sitiantes, tendiam a cair. Ao mesmo tempo, segundo Bacha e Greenhill (1992), os últimos anos daquela década seriam marcados por uma crise de superprodução cafeeira que levaria o governo brasileiro a comprar novamente café nas safras de 1957 a 1960 buscando salvar os produtos agrícolas. Se, como vimos, o setor exportador sustentava a reprodução do capital financeiro internacional, ao mesmo tempo em que permitia a modernização interna, a

sustentação dos preços se tornaria fundamental. Por outro lado, na medida em que os preços caíam, os estoques se acumulavam e vice-versa. Ao mesmo tempo, os preços tendiam a cair ainda mais na medida em que no cenário internacional, outros países lançavam suas safras no mercado. Neste contexto, a reprodução da periferia como um todo estaria comprometida.

Uma série de acordos internacionais passariam a ser realizados, a partir de então, visando controlar a queda dos preços do café. Segundo Bacha e Greenhill (1992), nos anos de 1957, 1959 e 1962 seriam realizadas, em Washington (Estados Unidos), uma série de três convenções internacionais que buscariam estabelecer critérios para a retenção estoques e/ou estabelecimento de cotas de exportações de café entre os países participantes, visando conter o lançamento de mais produto no mercado mundial e uma queda ainda maior de seus preços. Em 1962, sairia um acordo "[...] incluindo quase todos os países produtores e consumidores de café do mundo. A Organização Internacional do Café (OIC) foi então criada, entrando o Acordo Internacional do Café (AIC) em operação em dezembro de 1963" (BACHA; GREENHILL, 1992, p. 80)[81].

Como consequência deste acordo, que buscaria sustentar os preços mundiais do café em dólar, o governo brasileiro desenvolveria um programa de erradicação de cafeeiros que seria responsável por reduzir a produção nacional de café e que seria implementado a partir de 1962. Para implementar o programa, o governo de João Goulart criaria, em 1961, um órgão especial, o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA). No âmbito dos acordos internacionais do café, o programa desenvolvido pelo GERCA visaria a racionalização da produção agroexportadora a partir de três objetivos principais: a) eliminar os pés de café de baixo rendimento, b) destinar as terras liberadas para outros usos, principalmente para culturas alimentares e matérias-primas industriais, e c) modernizar as plantações de café restantes (STOLCKE, 1986). A legislação que criou o organismo em 1961 (Decreto do Conselho de Ministros nº 79, de 26 de Outubro de 1961) não apenas lhe define seus objetivos, como também especifica a origem dos fundos necessários para levar à frente a modernização do campo:

> art. 3º Compete ao GERCA:
> I - estudar e recomendar, tendo em vista as peculiaridades regionais, as medidas que os órgãos competentes, federais e estaduais, devem tomar a fim de fortalecer e diversificar a estrutura econômica das zonas cafeeiras do país;
> II - adotar outras medidas de sua competência que visem especificamente a:
> a) concentrar a produção de café nas zonas ecológicas mais favoráveis;
> b) incrementar os níveis de produtividade das lavouras cafeeiras;

[81] A regulação do mercado internacional de café por meio do AIC perdurou entre 1962 e 1989.

> c) adequar a produção de café às possibilidades de efetiva absorção pelo mercado externo e interno;
> d) financiar ou complementar financiamentos para a diversificação da produção através de entidades de créditos, oficiais e privados, mediante convênios em que se determinarão as condições gerais, os juros e os prazos máximos atendendo à finalidade específica de cada financiamento e a capacidade de pagamento dos beneficiários.
> e) obter, através dos órgãos competentes, a assistência técnica necessária para realizar dos fins previstos no inciso "d" acima;
> f) criar os necessários incentivos para possibilitar uma distribuição mais eqüitativa da renda agrícola nas zonas cafeeiras e bem assim executar programas para melhorar as condições de vida dos assalariados, parceiros, colonos, arrendatários e demais dependentes da produção cafeeira;
> g) promover a higienização e padronização dos cafés; melhorando seu aspecto e qualidade, estabelecendo sistema de distribuição e tipos certificados para exportação ou consumo interno, visando a colocação dos cafés dos centros produtores aos de consumo.
> [...]
> Art. 9º Os recursos para os programas e para o orçamento administrativo do GERCA provirão:
> a) do fundo de defesa do café resultante da arrecadação da quota de contribuição de que trata o item I da Instrução nº 205 de 12-5-61, da Superintendência da Moeda e do Crédito.
> b) das dotações orçamentárias do I.B.C. votadas pela Junta Administrativa para a consecução das finalidades do GERCA:
> c) dos recursos adicionais que subseqüentemente sejam também destinados ao atendimento dos encargos relativos ao aperfeiçoamento da lavoura cafeeira ou de sua parcial substituição.
> [...]
> Art. 11. Mediante requisição de sua Presidente, a SUMOC porá à disposição do GERCA, no Banco do Brasil S.A., em conta especial, designada "Fundo de Racionalização da Cafeicultura" os recursos enumerados no item "a" e "c" do art. 9º[82].

Segundo Carvalho (1991), o GERCA desenvolveu basicamente dois programas: o primeiro, denominado “Racionalização da Cafeicultura Brasileira”; o segundo, “Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras”. Ou seja, o Estado Desenvolvimentista, sob o governo de João Goulart, buscava financiar a erradicação de cafezais, controlando os preços nacionais e internacionais do produto, e, simultaneamente, introduzir outras culturas em seu lugar, principalmente àquelas voltadas para o mercado interno, buscando reduzir os custos dos alimentos necessários à população, daí o incentivo do GERCA/IBC para o plantio de arroz, milho, etc.

Os fundos necessários para financiar os produtores seriam obtidos junto ao “Fundo de Reserva de Defesa do Café”, criado, como vimos, pela Instrução 204 da SUMOC e que, através

[82] Decreto do Conselho de Ministros nº 79, de 26 de Outubro de 1961.

da Instrução nº 205 da SUMOC, de 12 de maio de 1961[83], havia sido ampliado com a instituição da cobrança de uma "cota de contribuição" no valor de US$ 22,00 sobre a saca de café de 60kg de café cru ou 48 kg de café torrado ou moído exportada. Posteriormente, a cota foi reduzida para Cr$ 86 por dólar, conforme Instrução nº 206, de 23 de maio de 1961. De qualquer forma, as condições de financiamento para a erradicação cafeeira incidiam sobre o próprio setor exportador, agora não mais incidindo sobre o câmbio, mas ainda detraindo os lucros de fazendeiros e sitiantes, ou seja, trata-se, mais uma vez, da socialização dos custos, que indicamos anteriormente.

Na primeira fase do programa (de 1962 a 1964), quando da erradicação dos cafeeiros, seria pago aos produtores rurais uma indenização de Cr$ 15,00 por pé de café eliminado. Segundo Carvalho (1991), isto correspondia, à época, considerando uma produtividade de seis sacos por mil cafeeiros, a cerca de 50% do custo médio da produção. No entanto, a perda do valor do financiamento frente à subida da inflação faria esta proporção minguar para apenas 8% do custo da produção média no ano de 1965, corroendo, portanto, todo o financiamento[84]. Mais uma vez, portanto, o setor exportador veria seus capitais serem sugados na medida em que o Estado lhe impunha a socialização dos custos para que fosse possível a manutenção dos preços internacionais do café, mas, ademais, na medida em que o mais-valor produzido no campo fosse detraído para remunerar o capital financeiro internacional.

Em relação ao programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, os recursos foram obtidos junto ao Banco do Brasil (através da CREAI, Carteira de Crédito Agrícola e Industrial). Além dos recursos do financiamento necessários para a substituição, o capital poderia ser acrescido em 10% para o uso de sementes selecionadas, 20% para a execução de práticas de conservação do solo e 20% para o emprego de fertilizantes e defensivos (CARVALHO, 1991). Segundo Carvalho (1991), esses recursos chegavam a aumentar em 50% o valor do financiamento básico concedido pelo Banco do Brasil. Em relação às culturas preferidas para a substituição das áreas cafeeiras, a preferência deu-se sobretudo pelas

[83] Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/instrucoessumoc/SUMOCINST205-instrucao205.pdf. Acesso em: outubro de 2019.

[84] Já na segunda fase do programa (de 1965 a 1967) ocorreram mudanças: foram estabelecidas diferenças regionais de pagamento, visando incentivar a erradicação nas regiões de maior quantidade de cafeeiros; o valor da indenização subiu para cerca de 4 vezes (NCr$0,45 em média); as culturas substitutivas passaram a ser controladas pelo GERCA/IBC; os produtores que aderiram eram obrigados a modernizar seus plantio, com destoca do terreno, aração, gradeação e cultivo; somente no ano posterior à erradicação, o lavrador recebia financiamento para formação e custeio da nova lavoura; os bancos públicos e privados agiam como agentes financeiros; existiam os avaliadores que emitiam laudos sobre o financiamento (CARVALHO, 1991).

pastagens e as culturas temporárias (milho, arroz e algodão)[85], certamente em função da facilidade de cultivo e da menor exigência de mão de obra.

Mas o GERCA não apenas levou à frente a política de erradicação dos cafeeiros e de substituição das plantações por outras culturas. O projeto extrapolou para outras áreas, desenvolvendo planos para financiamento de fertilizantes e para incentivar a expansão da agroindústria do álcool (PITTA, 2011). Assim, por exemplo, em 1967, os produtores teriam a segunda parcela de sua dívida quitada caso 50% do valor da parcela fossem aplicados em empreendimentos agroindustriais aprovados pelo IBC/GERCA. Do mesmo modo, a terceira parcela também passou a ser considerada como paga caso os lavradores investissem o capital em empreendimentos agroindustriais aprovados pelo IBC. Também neste ano as pastagens passaram a ser consideradas como áreas de diversificação, recebendo recursos do programa.

Segundo Stolcke, o sucesso do programa, que de fato permitiu erradicar mais de 2 bilhões de cafeeiros, deveu-se sobretudo em função dos consideráveis financiamentos oferecidos aos fazendeiros, sendo eles de dois tipos: empréstimos para financiar a erradicação dos cafeeiros, que se converteram, em muitos casos, em doações; e empréstimos em condições favoráveis para a diversificação dos cultivos, adotando outras culturas e/ou replantio com outras variedades de café. Verifica-se, assim, que a política de erradicação dos cafeeiros só se tornaria viável na medida em que o Estado Monopolista garantisse, através da socialização dos custos, a remuneração da renda capitalizada que não seria realizada através do setor cafeeiro, isto é, a erradicação dos cafeeiros improdutivos, liberando o capital de fazendeiros para ser investido em outros ramos. Ademais, o programa de erradicação revelaria seu caráter de queima de capital, na medida em que não se exigiu, posteriormente, o pagamento dos custos pela erradicação. Na medida em que o Estado financiou diretamente a erradicação, os custos seriam repassados para o próprio setor exportador, através da cota de contribuição. Mas, como vimos, a política de erradicação de cafeeiros, atrelada à política de diversificação agrícola, também buscaria permitir que outras culturas pudessem mobilizar a renda que não se realizou nos espaços onde o café a estava empatado.

Segundo Stolcke, durante as três fases do programa, que durou de 1962 a 1967, foram erradicados cerca de 1/3 de todos os pés de café existentes no país. Já o estado de São Paulo

[85] Estas últimas não tinham exigências técnicas-agronômicas por parte do GERCA. Diferentemente do café. Para os agricultores que quisessem voltar à plantar café, o GERCA/IBC impunha regras, por exemplo, o cultivo apenas de variedades mais produtivas (CARVALHO, 1991).

“[...] perdeu um total de 299 milhões de pés entre 1962 e 1967, fora outros 166 milhões erradicados independentemente. Em consequência, o número de pés de café caiu em 42% durante esse período” (STOLCKE, 1986, p. 202). Tal medida de erradicação teria fortes consequências sobre a força-de-trabalho em são Paulo, implicando na redução do número de trabalhadores rurais permanentes, contribuindo para expulsar colonos e trabalhadores das antigas fazendas de café (PANAGIDES, 1969; STOLCKE, 1986). No entanto, é importante reconhecer que os cafeeiros queimados ou arrancados deveriam ser substituídos por culturas menos intensivas em força-de-trabalho para que se efetivasse a eliminação do trabalho no campo. Segundo Panagides (1969), no estado de São Paulo, os cafeeiros foram substituídos por pastagens (27%) e culturas como milho (26%), arroz (17%), algodão (7%) e outras culturas (23%). A tendência por substituir o café por culturas menos intensivas em trabalho favoreceria a liberação da força-de-trabalho do campo e, ao mesmo tempo, facilitaria a mecanização da agricultura, na medida em que as culturas favorecidas seriam as temporárias, que já na década de 1960 apresentariam maiores possibilidades de mecanização.

5. Crédito, endividamento público e modernização do campo paulista no contexto da reprodução crítica mundial do capital

Como vimos, a partir dos anos 1950, a sustentação da economia nacional e sua modernização seria alocada sobre o mais-valor produzido no campo. Deste modo, as políticas nacionais instituídas visariam transferir mais-valor do setor agroexportador ao setor importador através do mecanismo do câmbio. Este confisco cambial buscaria produzir os excedentes, em capitais, necessários para a modernização do aparato produtivo nacional, mobilizando-os para a importação de equipamentos, óleos, peças etc. Ao mesmo tempo, na medida em que se modernizava este aparato produtivo, o setor industrial nacional de bens de consumo, monopolizado pelas grandes multinacionais, respondia aos custos de sua reprodução e modernização transferindo-os para a sociedade como um todo, através da ampliação dos preços internos. Deste modo, observamos como a modernização do campo estaria travada, na medida em que sobre o campo recairia a obrigação de produzir o mais-valor requerido para modernizar o aparato produtivo industrial nacional, remunerando os capitais internacionais. Mas, ao mesmo tempo, os índices elevados de inflação que marcam o período aliados à queda dos preços

externos do café, impediam a generalização da modernização do campo, na medida em que solapavam os lucros produzidos por fazendeiros e sitiantes. Estes processos, conjugados, obliteravam o acúmulo de mais-valor através do setor exportador e impediam a generalização da modernização do campo, concentrando-a em um setor estreito do agrário paulista, representado pelos grandes proprietários de terra, latifundiários. Na medida em que não se mobilizava o mais-valor retido na terra, a solução buscada pelo Estado Desenvolvimentista foi a de compensar-lhe com os meios financeiros necessários para a sua modernização, permitindo, neste contexto, mobilizar capital monetário ocioso e, simultaneamente, realizar capitais mercadorias que se encontravam excedentes.

Deste modo, se o processo de modernização da agricultura paulista se inicia com as políticas de subsídio à compra de capital constante, criadas na década de 1950, a ampliação das linhas de crédito rural a juros negativos, a partir de 1965, com a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), daria novo impulso a este processo. Atrelada ao crédito agrícola, institucionalizado como política de Estado como "crédito rural" a partir de 1965, estaria a importação de capitais ociosos na forma de bens de produção para o campo (tratores, implementos, fertilizantes, agrotóxicos, pesticidas, sementes etc.), principalmente norte-americanos, mas também o consumo de mercadorias produzidas pelas multinacionais que agora atuavam diretamente no campo brasileiro. Ambos, crédito e capitais constantes, se firmariam como as alavancas principais das transformações no campo paulista a partir dos anos 1960 do século XX.

No bojo da Ditadura Militar, a aprofundamento da modernização do campo seria buscado através da constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, que visava subsidiar o aumento da produtividade da agricultura com a aplicação direta de capitais. Aliás, o período da Ditadura Militar como um todo constitui-se como uma época marcada pela exacerbação da penetração do capital financeiro no Brasil, principalmente através do endividamento externo atrelado à realização de grandes projetos de modernização, o que traria como consequência direta o endividamento público crescente. Dentro deste contexto, podemos caracterizar o Estado Militar como propriamente a forma do Estado Monopolista-Financeiro na periferia do capitalismo, na medida em que, nesta forma de Estado, estão exacerbas todas as principais características desta fase do sistema capitalista.

O SNCR ampliou e nacionalizou o fornecimento de crédito para a agricultura: ele expandiu esta política que antes era pouco expressiva a nível federal e a centralizou nesta esfera.

As políticas agrícolas, nacionais, estaduais ou municipais, passariam, a partir de então, a se nortearem pelo capital financeiro instituído como sistema nacional de crédito para o campo. Antes, segundo Dulley (1995), as políticas agrícolas estavam descentralizadas nas diversas unidades da federação, em torno das secretarias estaduais, ou então parcialmente representadas na esfera federal, como no caso do café. Conforme Delgado (2002)

> [...] foi apenas com a articulação pelo Estado do Sistema Nacional de Crédito Rural, a partir de 1965, que ocorreu a orientação das políticas agrícolas dos institutos por produto (IAA, IBC, CTRIN-DTRIG, CEPLAC, etc.), e o fortalecimento das estruturas fomentadoras da produtividade e funcionalidade do crescimento capitalista no setor (DELGADO, 2002, p. 218).

Deste modo, ocorre centralização das políticas agrícolas a partir de 1965 na esfera federal, que suprime a importância das secretarias estaduais de agricultura. Para nós, tal fenômeno de centralização não apenas coincide com a financeirização da produção agrícola, mas desta deriva.

Se, conforme Delgado (2002), embutida na constituição do SNCR estava uma nova concepção de planejamento que buscava desonerar os riscos produtivos privados, devemos acrescentar que este planejamento apenas se constitui induzido pela contingencialidade do mercado dos produtos agroexportadores, mediado pela concorrência intercapitalista, e pela incapacidade de acumulação através do campo, que se desvelava na medida em que o balanço de pagamentos externos se agravava. A política financeira, atrelada ao planejamento, orientará os produtores nacionais à adoção de técnicas e padrões modernos de aplicação tecnológica na agricultura, estimulando a adoção dos pacotes tecnológicos da chamada “Revolução Verde”, “[...] mediando esses pacotes com mecanismos de seguro de preço e seguro de crédito à produção” (DELGADO, 2002, p. 219).

A partir de meados de 1950, no bojo do processo de industrialização mundial da agricultura e de formação dos complexos agroindustriais, foram lançadas as bases de uma nova forma de política para a agricultura mundial, a chamada “Revolução Verde”, ideologia da produtividade disseminada por grandes monopólios e multinacionais do agronegócio (Fundações Ford e Rockefeller, Banco Mundial etc.). Enquanto ideologia para a agricultura, a Revolução Verde galgava-se num ideal de aumento da produtividade, o que significava a adoção necessária de suas diretrizes para atingir tal objetivo. Sementes melhoradas, tecnologias, fertilizantes, irrigação controlada, agrotóxicos, pesticidas etc., compunham o pacote tecnológico de insumos ao qual a agricultura mundial deveria estar submetida para extirpar os

“[...] males da miséria rural, causas dos grandes conflitos e descontentamentos” (GUIMARÃES, 1982, p. 225) da humanidade.

Podemos dizer que a Revolução Verde se constituiu tão somente “[...] como estratégia de internacionalização do modelo de agronegócio, que abrange a mecanização das fazendas e a intensificação do uso de agrotóxicos, além da liberalização comercial patrocinada pelo Estado” (MENDONÇA, 2018, p. 82), e que, devemos acrescentar, se fundamenta enquanto política voltada para a realização de excedentes de capitais financeiros. No contexto da internacionalização do debate sobre a forme no pós-guerra, na medida em que o campo revelava, mundialmente sua incapacidade de acumulação frente à indústria, e tendo como pano de fundo o fenômeno da sobreacumulação mundial do capital, o Banco Mundial e diversos organismo financeiros internacionais passariam a abrir linhas de financiamento para a compra de insumos químicos, biológicos e tecnológicos, contribuindo para a disseminação destes pacotes aos países periféricos, que passavam por processos de modernização de seu aparato produtivo (GUIMARÃES, 1982). No Brasil, a adoção destes pacotes tecnológicos se ampliará a partir dos anos 1960, no bojo do processo de financeirização da agricultura. Simultaneamente à adoção deste pacote tecnológico, o Estado, em suas instâncias feral e estadual, irá estruturar um aparato de assistência técnica e de difusão (DELGADO, 1984), buscando garantir a disseminação e realização destas tecnologias que afluem a partir dos países industrializados.

O crédito rural, instituído a partir de 1965, estava dividido em três frentes: crédito de custeio da produção, crédito de investimento (para ampliação) e crédito de comercialização da produção. Segundo dados de Delgado (1984), os maiores valores eram mobilizados para o custeio da produção e investimentos, o que significa, como já afirmamos, a crise pela qual passava a agricultura nacional, sua dificuldade de reprodução frente à expropriação a qual estava sujeita nas relações com a indústria internacional. Assim, as inovações mecânicas e tecnológicas, inovações físico químicas e inovações biológicas, poupadoras de força-de-trabalho, passaram a ser incorporadas pelos produtores do campo através do crédito rural, buscando aumentar a produtividade da agricultura e, ao mesmo tempo, realizar o corte de custos, principalmente com força de trabalho. Ademais, permitiriam aos produtores aproveitarem todo o espaço dos sítios e fazendas em busca de mobilização da renda da terra.

Neste contexto, o crédito rural a juros negativos e as desonerações de taxas que incidem sobre os importados para a agricultura, aparecem sobretudo como subsídios indiretos ao consumo dos produtos industrializados importados ou produzidos em território nacional por

multinacionais, facilitando, deste modo, a aquisição destes produtos. Estes subsídios estavam atrelados, ademais, à subsídios diretos para a compra a compra de maquinaria e fertilizantes representados por linhas de crédito especiais para modernizar o campo. Ao mesmo tempo, as culturas atreladas ao mercado internacional (café, cana-de-açúcar etc.) e as culturas temporárias aparecem como aquelas com maior possibilidade de obter crédito e com maior volume de crédito disponibilizado, mas são, ademais, as culturais que estavam atreladas ao consumo do pacote tecnológico da Revolução Verde. Neste contexto, o crédito rural, voltado para a adoção tecnológica, tornava-se crucial para a transferência de capitais a partir da agricultura, a qual encontrava-se, desde meados do século XX, dominada diretamente por grandes multinacionais. O crédito rural tornou-se crucial, portanto, para a apropriação da renda da terra pelos grandes monopólios mundiais.

Num primeiro momento, a adoção da tecnologia por um determinado produtor permitia-lhe certa vantagem sobre seus concorrentes. No entanto, tão logo os preços caiam ou tão logo a tecnologia se disseminava, e também por isso os preços caíam, o produtor se via em dificuldades e ainda endividado pela contratação do crédito. O endividamento do campo constitui-se, assim, na medida em que: as relações de troca entre agricultura e indústria tendem a expropriar o valor produzido no campo; o setor é solapado em seus lucros através de taxas e cotas que incidem sobre ele; os preços internacionais tendem a cair na medida em que aumenta a produtividade do trabalho no campo mobilizada pela Revolução Verde; a contratação do crédito, para manutenção, substituição e expansão de seus equipamentos e suas construções, assim como para a aquisição e melhoramento das terras, contribui para expropriar ainda mais o mais-valor ali produzido. Deste modo, para o produtor, a adoção tecnológica, que é mobilizada pela pulsão da concorrência, aparecia como solução para seus problemas, na medida em que aparentemente poderia mobilizar o valor que pretensamente se encontraria no solo. No entanto, a incorporação desta tecnologia significava, propriamente, redução da produção do valor, pela supressão do trabalho, e queda dos preços, levando à sobreacumulação no interior da agricultura. Neste contexto, o produtor é empurrado para fora do setor, a menos que o Estado interfira, controlando os preços através do endividamento social. Dessa forma, os investimentos de capital das propriedades menos produtivas, geralmente aquelas ocupadas por sítios, seriam transferidos para as propriedades que tinham uma melhor produção, eliminando-os do processo produtivo. Apenas o acesso a montantes maiores de capital creditício, que visava compensar a queda na produtividade dos investimentos e entrava como componente substitutiva da queda da renda da terra, poderia postergar esse processo crítico. Este fenômeno parece ter caracterizado

a agricultura brasileira a partir de 1965. Conjuga-se, assim, realização do capital financeiro mundial com endividamento social crescente na periferia.

O sistema de garantia de preços mínimos, que passa a ser adotado mais comumente no pós-guerra (DELGADO, 1977), revela, sobretudo a incapacidade do agrário em produzir valor, em mobilizar a renda da terra. Os preços caem na agricultura na medida em que o volume de produção aumenta. Deste modo, caberia estabelecer um preço mínimo que pudesse remunerar o produtor rural e sustentar o setor que, teoricamente, garantia a reprodução nacional através das exportações, mas também através da produção das mercadorias agrícolas de consumo cotidiano. A fixação de um preço mínimo significa, na perspectiva da teoria crítica do valor, que até mesmo o pior solo passaria a mobilizar renda, de modo que, consequentemente, os solos mais produtivos continuem se reproduzindo auferindo rendas diferenciais, rendas que se constituem em sobrelucro através da transferência de valor no interior do mercado capitalista (MARX, 2017). Neste contexto, cabe ao pior solo sustentar a reprodução da economia como um todo. De forma geral, o pior solo é aquele onde se reproduzem as relações de trabalho de sitiantes, os quais, como vimos, foram alijados dos melhores solos através da apropriação privada da terra por grandes fazendeiros.

Como aponta Delgado (1977), a política de preço mínimo sustentava, ademais, a reprodução da incipiente indústria de beneficiamento que estava atrelada à agricultura. Este ponto é crucial a ser considerado, na medida em que, como vimos, as cidades do interior tendem a se reproduzirem na dependência com a renda da terra mobilizada através do campo. A política de preços mínimos também determinava o valor financiado para a comercialização, o que determina, deste modo, a reprodução das empresas de transporte e circulação (DELGADO, 1977).

Como vimos, o abandono do controle cambial e a adoção do câmbio livre impactou diretamente o setor exportador, na medida em que a valorização e a desvalorização cambial é relativamente mais rápida e estável nesse sistema. No entanto, ainda que o cruzeiro se desvalorize em relação ao dólar, o que aparentemente permitiria lucros ao setor exportador, a inflação que caracteriza o período atrelada à instabilidade dos preços do setor exportador solapam a acumulação através agricultura de exportação. Ademais, a própria importação para o setor agrário contribui para extrair os lucros do setor exportador. Neste contexto, atrelado à criação do SNCR, a Ditadura Militar passa a conceder subsídios às exportações, sob a forma de isenções, créditos fiscais e taxas de juros favorecidas (Dec. Lei nº 491/69) e vasta legislação de

decretos e portarias subsequentes (DELGADO, 1984), buscando, deste modo, garantir a reprodução do capital agrário exportador, fundamento da sustentação do processo de industrialização periférico galgado no endividamento.

Se até 1965, as políticas agrícolas, baseadas no controle cambial, enfatizavam a transferência do excedente econômico para financiar modernização industrial e do campo, transferindo mais-valor ao capital industrial através das importações, e que culminará, posteriormente, na integração das relações entre os dois setores. No segundo, a partir de 1965, na medida em que esta modernização não ocorre, salienta-se a mobilização do capital financeiro, que se realiza na transferência entre os polos da troca, tornando-se propriamente capital ativo, e que se remunera através dos juros, mas que, ao mesmo tempo, ao incentivar a modernização do aparato produtivo do campo, permite transferir mais valor através das trocas entre agricultura e indústria, trocas efetivamente desiguais.

Segundo Delgado (1984), as fontes de financiamento para compor o crédito rural provinham principalmente de quatro fundos: a) dos saldos dos depósitos a vista dos bancos comerciais, da mobilização do capital bancário propriamente dito, direcionado à agricultura com juros de 7% ao ano; b) depósitos do Banco do Brasil; c) dos recursos fiscais e para-fiscais dos fundos e programas agrícolas administrados pelo BACEN, isto é, da cota de contribuição, dos impostos de exportação agrícola e também de empréstimos internacionais, recursos externos, "[...] (empréstimos ao Banco Mundial ao BID e Acordo do Trigo principalmente) administrados pelo BACEN e discriminados em 'Recursos de Fundos e Programas Agrícolas do BACEN' (DELGADO, 1984, p. 67); d) outros recursos líquidos do Tesoura Nacional. Em relação aos fundos externos, necessários para compor o valor disponibilizado através do crédito rural, Campos (1965) observa:

> Os recursos de origem externa, especialmente da "Aliança para o Progresso"[86], em cruzeiros ou em moeda estrangeira, serão provenientes: a) da parcela de 20 bilhões de cruzeiros decorrentes do empréstimo de US$ 50 milhões celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos em 24/6/1964; b) do resultado da importação financiada a longo prazo de fertilizantes, fungicidas, inseticidas

[86] A "Aliança para o Progresso" constituiu-se como um "[...] programa de ajuda externa norte-americano direcionado para a América Latina, lançado nos primórdios da administração Kennedy e implantado nos anos subsequentes. O presidente americano propôs um plano de ajuda e cooperação de dez anos, com o objetivo declarado de fomentar o desenvolvimento econômico, social e político inserindo-se numa tradição que remontava ao New Deal e aos programas do pós-guerra como o Point Four e o Plano Marshall" (RIBEIRO, 2006, p. 17). A Aliança constituiu-se sobretudo como um imenso programa de exportação de excedentes norte-americanos para a América Latina. No Brasil, viria a financiar diversos projetos, como a ampliação do fundo do Conselho Nacional de Crédito Rural, voltado para o crédito agrícola, e a alavancagem do Plano Nacional de Habitação, entre outros (RIBEIRO, 2006).

> e aparelhos agrícolas dos Estados Unidos, ou de outros países para revenda aos produtores rurais brasileiros, nos têrmos de convênios que vierem a ser firmados; c) de acôrdos sobre a importação de excedentes agrícolas dos Estados Unidos, nos têrmos da PL 480; d) de acôrdos ou convênios celebrados em quaisquer países ou entidades, desde que nêles sejam especificamente reservados parcelas para aplicação em crédito rural; e e) de empréstimos ou doações (CAMPOS, 1965, 56).

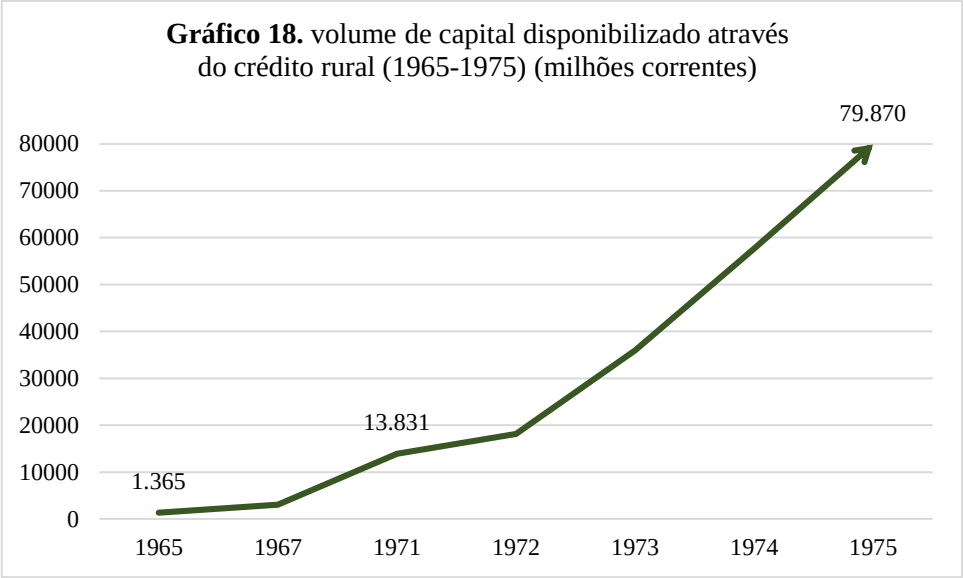
Mais uma vez, portanto, o movimento aparece como financeirização atrelada ao capital internacional, que constitui-se como exportação de excedentes norte-americanos e implica em endividamento social. Parte deste capital provém diretamente dos recursos detraídos do setor exportador, que, antes mesmo de se constituírem enquanto fundos, como o "Fundo de Defesa do Café", passam a ser mobilizados diretamente através do financiamento da produção agrícola, de modo que, podemos dizer, busca-se o encurtamento do tempo de circulação do capital, tornando-o capital ativo. Parte provém do capital bancário, que mobiliza cerca de 10% de seus depósitos para emprestar ao setor agrícola (DELGADO, 1984). Parte provém diretamente de empréstimos internacionais e programas de ajuda, capital financeiro a remunerar-se na periferia.

Tabela 01. Fontes e aplicações do crédito rural no Brasil (1965-1975) (em milhões correntes)

	Depósitos de bancos comerciais	Recursos de Fundos e Programas Agrícolas do BACEN*	Depósitos do Banco do Brasil	Outros**	Total
1965	-	n.d.	1365	n.d.	1365
1967	711	n.d.	2353	n.d.	3064
1971	2516	3008	7735	622	13881
1972	3184	4431	9574	932	18121
1973	7100	8803	14631	5422	35956
1974	9233	11632	20681	16134	57680
1975	13658	20518	27475	18219	79870

* Recursos de Fundos e Programas de Fomento Agrícola, cuja fonte é de origem fiscal (Imposto de Exportação, Quota de Contribuição etc.) ou de recursos externos (Acordo do Trigo, financiamentos do Banco Mundial BID e outros) para o setor rural.
** Compreende Recursos Líquidos do Tesoura Nacional mais Depósitos em Moeda dos Bancos Comerciais nas Autoridades Monetárias.
Fonte: Delgado (1984).

O volume ascendente do crédito agrícola aplicado no campo brasileiro pode ser observado no gráfico a seguir:



Fonte: Delgado (1984, p. 66)

Como observou Oliveira (2003), a agricultura, a partir de meados do século XX, passa a se reproduzir necessitando da incorporação de excedentes de capitais, tanto na forma de capital mercadoria, quanto na forma monetário, como podemos observar no gráfico. Sobreviverá a agricultura, a partir de então, dependente da extensão de créditos públicos, sustentando sua reprodução crítica. A direção nova aponta, entretanto, para a constituição de investimentos de capital fictícios (PITTA, 2016), isto é, dinheiro que rende juros: títulos de dívida, letras de câmbio, ações etc. Dada a presença ampliada de créditos e a importação constante de capital ocioso, é necessário nos questionarmos se, além da modernização de antigas áreas de agricultura, a própria expansão da fronteira agrícola por sobre novas áreas – na década de 1970, particularmente sobre regiões do Cerrado - talvez se relacione com a necessidade de maiores proporções de terras agriculturáveis para esses investimentos se realizarem, como propõe Pitta (2016).

Em relação ao preço da terra, devemos tecer algumas considerações. Vimos anteriormente que o preço da terra se constitui como promessa de trabalho futuro, expectativa de mobilização da renda fundiária. Deste modo, na medida em que se amplia a produtividade do trabalho na agricultura, pela introdução dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde mediados pela ascensão do crédito, o preço do solo tende a subir, ainda que, como observamos, uma massa menor de valor seja mobilizado. Como observa Guimarães:

> Sendo o preço do solo uma forma cristalizada da renda que ele pode proporcionar, seja como fonte de exploração econômica, seja como reserva de valor, é compreensível que o preço do solo se eleve à medida que a [*expectativa da*] taxa anual de renda também se eleve. Assim, todas as benfeitorias, obras de infra-estrutura, melhorias nos meios de transporte e de comunicação, e quaisquer outras alterações nas condições internas e externas dos imóveis rurais e urbanos contribuem para aumentar o preço da renda e o preço do solo (GUIMARÃES, 1982, p. 160).

A valorização da terra, através da política nacional de crédito rural, aparece, deste modo, como processo especulativo, pois seu lastro encontra-se na possibilidade de mobilização da renda fundiária através da penetração maciça do capital financeiro na agricultura. Neste contexto, o crescimento do preço da terra passa a significar tão somente crescimento das massas de capital financeiro mobilizadas no interior do mercado de terras através do crédito rural. Ocorre, propriamente, autonomização aparente entre preço e valor. Neste contexto, o mercado de terras torna-se um mercado associado ao sistema financeiro. Para este mercado fluem capitais industrias, comerciais e bancários, que buscam na apropriação da terra fonte de mobilização de capitais, principalmente através da especulação. A terra torna-se:

> [...] reserva de valor na carteira de ativos das empresas, além de ser um meio para o acesso ao crédito subsidiado no mercado monetário. Formam-se expectativas de proteção contra a inflação e ainda de rentabilidade em termos reais desse ativo, independentemente do movimento de aplicação do capital produtivo à terra (DELGADO, 1984, p. 105).

Segundo Delgado (1984), a valorização financeira da terra torna "[...] a formação do preço da terra assemelhável à avaliação capitalista dos títulos financeiros de riqueza em geral (ações, obrigações, títulos governamentais etc.)" (DELGADO, 1984, p. 105). Deste modo, o preço da terra, que, como vimos, define-se pela expectativa de mobilização da renda fundiária capitalista, passa espelhar não apenas a mobilização desta renda, mas também refletir:

> [...] a expectativa de valorização financeira do capital dinheiro empatado na compra de terras. Isto implica que maior ou menor demanda por terras está confrontada com a aplicação do dinheiro em ativos que rendam taxa de juros alternativa do mercado financeiro. A taxa de juros do mercado financeiro passa a ser um elemento de convergência na definição da renda e do preço da terra (DELGADO, 1984, p. 105).

Valorização que, constituindo-se como capital a juros, circula sobre o valor das mercadorias agrícolas e passa a constituir custo pago pela massa da sociedade brasileira. Deste modo, a ampliação do crédito agrícola significa, mais uma vez, socialização dos custos.

No entanto, tais subsídios, o crédito agrícola, particularmente na forma de capital monetário, voltados para a modernização do campo, que buscam mobilizar a renda da terra para o capital urbano-industrial, valorizando-a, apenas aprofundaram a queda tendencial da taxa de lucro, suprimem a produção de mais-valor, que agora se expressa a partir da agricultura, sendo esta a contradição que se encerra na industrialização do campo. Deste modo, ocorre a exacerbação da forma monetária em relação à renda da terra.

Utilizando-se dos créditos fornecidos por políticas Estatais, a duplicação das forças produtivas do campo permitiu acrescer a exploração dos trabalhadores e aumentar a produtividade do trabalho. Também com o empurrão Estatal, tanto a modernização das relações de trabalho, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, como a constituição de um setor industrial de processamento de gêneros agrícolas exportáveis, foram concretizados. Ele também estava presente na mediação entre produtores e industriais e, sobretudo, atuou na regulação dos preços dos produtos agrícolas. Nesse contexto, podemos encarar essa modernização como também fundamentalmente ancorada em políticas públicas, no endividamento público como custo imposto à toda sociedade, e conduzida pelo capital financeiro/fictício (PITTA, 2016).

6. A industrialização do campo paulista analisada no contexto da expansão crítica mundial do capital

Vimos como a constituição de um sistema financeiro de crédito em economias periféricas, como o Brasil, e a exportação direta de bens de capitais, representaram a possibilidade de valorização a curto prazo para capitais excedentes do centro do sistema capitalista, principalmente norte-americanos, que buscam remunerar-se na periferia através da mobilização da renda da terra, mas também através dos juros sobre esta renda. Aderimos, dessa forma, à proposição de Pitta (2016), quanto à necessidade de rediscutirmos o que ficou conhecido como processo de "industrialização da agricultura" dentro dos quadros do endividamento brasileiro no mercado internacional de capitais e juros:

> O processo de gênese de capitais financeiros ociosos que passaram a buscar remuneração nos juros, ao invés de buscá-la no lucro da produção produtiva de mercadorias, esteve relacionado a uma superacumulação de capital nos

> países centrais sem alternativas lucrativas de investimento. Assim, a tentativa de modernização retardatária brasileira esteve determinada pela disponibilidade destes capitais ociosos que buscavam se valorizar (PITTA, 2016, p. 161).

Ao nosso ver, a necessidade é a de não apenas de rediscutir a modernização e industrialização da agricultura brasileira sob o escopo dos investimentos creditícios nacionais, como propõe Delgado (2012), mas tematizar a própria transformação da realidade do campo compreendendo a reprodução crítica mundial do capital – capitais urbano-industriais americanos sobreacumulados e ociosos no centro e exportados à periferia – como determinante das transformações nesta espacialidade.

A ampliação dos investimentos de capital no campo será responsável por: num primeiro momento, ampliação da capitalização do campo, ampliando sua composição orgânica, permitindo realizar capitais mercadorias ociosos; num segundo momento, constituição dos complexos agroindustriais no campo, atrelado ao processo de penetração do capital financeiro mundial. Não se trata de afirmar peremptoriamente a industrialização da agricultura como um momento novo, pois, como buscamos demonstrar, a agricultura nacional se insere, desde o início do século XX, na indústria que é mundial, está subordinada à esta. Trata-se agora e nacionalização desta produção, de penetração direta das multinacionais na produção agrícola na periferia do sistema capitalista. Isto é, podemos interpretar tal fenômeno como internalização do Departamento I da economia capitalista, derivado do fenômeno de sobreacumulação mundial do capital.

Ao longo do período de 1950 a 1965, já havia se instalado internamente ao Brasil algumas multinacionais, entrelaçadas com capitais nacionais, voltadas para a modernização da agricultura e lhe forneciam tratores, arados e adubos (GUIMARÃES, 1982; DELGADO, 1984). A virada proporcionada a partir dos anos 1960 foi a constituição de um amplo complexo industrial em torno da produção agrícola, fornecendo os capitais constantes necessários tanto para o plantio, quanto para a colheita. Mas, ao mesmo tempo, também o campo se tornou fornecedor de capitais circulantes, matérias-primas manufaturadas industrialmente. Deste modo, a modernização do campo paulista apenas se aprofundaria com a internalização do Departamento I da economia capitalista, isto é, com a entrada das multinacionais processadoras de matérias-primas e com a instalação das multinacionais produtoras de máquinas e implementos agrícolas a partir da década de 1960, incentivadas pelas facilidades proporcionadas pelas Instruções 113 e 204/208 da SUMOC, aproveitando das facilidades para

importações de maquinarias, como vimos. Mas, é apenas a partir da constituição de um sistema nacional de crédito rural, o qual dá garantias para a realização dos produtos destas indústrias, que a agricultura passará a se caracterizar por um intenso processo de industrialização, com a penetração mais intensa das multinacionais da agricultura. A esse respeito, observemos uma passagem de Delgado (1984):

> O volume de crédito concedido por finalidade e as taxas reais negativas, além de outras condições favoráveis de financiamento (prazos e carências elásticas), constituem-se no principal mecanismo de articulação pelo Estado dos interesses agroindustriais. Por meio dessa política expansionista, cresceu rapidamente a demanda por insumos modernos, criando-se, assim, o espaço de mercado para consolidação do chamado Complexo Agroindustrial (DELGADO, 1984, p. 78).

Deste modo, Delgado (1984) consideraria a articulação dos interesses do capital financeiro e do Estado em torno do crédito agrícola:

> A partir dessa demanda inflada pelo crédito rural, o Estado e o grande capital internacional realizaram pesados investimentos na implantação de unidades produtoras de fungicidas, herbicidas e inseticidas e nas fábricas para produção de fertilizantes nitrogenados, fosfatados e potássicos, passando pela produção de um sem número de produtos técnicos e bens intermediários, que são imprescindíveis aos processos químico-industriais desses produtos (DELGADO, 1984, p. 87).

No entanto, para o autor, esta política se faria enquanto política nacional, mediada pelo Estado; para nós, de modo contrário, articula-se com o capital financeiro internacional, e constitui-se como momento da reprodução crítica mundial do capital, que mobiliza capitais em direção à periferia do sistema capitalista a se remunerarem a partir da renda da terra.

A entrada das multinacionais do campo transformou a agricultura paulista em consumidora de bens industrializados e culminou na sua subordinação total, como fornecedora de matérias-primas e produtos baratos à indústria. Esse segundo momento de penetração do capital financeiro-monopolista resultou na completa industrialização da agricultura paulista, que passou, a partir de então, a reproduzir-se no interior de uma ampla cadeia produtiva, entrelaçando indústrias processadoras (ou agroindústrias), indústrias de maquinário agrícola e de insumos, proprietários de terras e sitiantes, trabalhadores do campo, Estado, grupos financeiros e bancos, seguradoras, entidades de pesquisa etc., o que constitui o sentido de complexo agroindustrial, tal como definido por Guimarães (1982), Graziano da Silva (1981), Delgado (1984) e Muller (1989). Segundo Guimarães (1982):

> Com a instalação no país das fábricas de tratores, das fábricas de máquinas e implementos agrícolas mais avançados, e das fábricas dos vários fertilizantes e produtos químicos, completava-se o dispositivo mediante o qual as indústrias supridoras e as indústrias processadoras passavam a controlar, pelos dois lados, a atividade agropecuária. Estava, portanto, definitivamente montado o complexo agroindustrial [...] (GUIMARÃES, 1982, p. 133).

Este processo também é analisado por Delgado (1984):

> O final dos anos 60 é considerado como marco de constituição do chamado Complexo Agroindustrial brasileiro (CAI). Denominado ainda por alguns autores de arrancada do processo de industrialização do campo. Esse processo caracteriza-se, fundamentalmente, pela implantação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em parte voltado para a exportação (DELGADO, 1984, p. 32).

No interior deste processo, as pequenas indústrias beneficiadoras, que apareciam, como vimos, a jusante das produções cafeeira, do arroz e do algodão, serão suprimidas, na medida em que constituíam-se como custo ao setor agroexportador, pois remuneravam-se a partir da renda da terra mobilizada no campo. Agora, a renda da terra passa a ser centralizada pelas grandes multinacionais. As próprias cidades do interior terão seu cotidiano marcado pela presença destes monopólios, que centralizam a renda da terra do campo.

Assim, a modernização da agricultura não foi apenas a busca constante de atualização produtividade do campo, incorporando novas culturas, implementos e insumos agrícolas, como quer Graziano da Silva (1982). Esse movimento de modernização se inicia em meados do século XX com a importação de maquinários, pesticidas, adubos etc., se aprofunda quando da internalização do Dep. I da economia capitalista, produtor de máquinas agrícolas, transformando a agricultura numa consumidora de bens industrializados, e culmina com a sua subordinação total, como fornecedora de matérias-primas e produtos à indústria, capitais circulantes, caracterizando, deste modo, a formação das indústrias processadoras – ou industrialização da agricultura. É neste momento que se instalaram no território brasileiro as principais indústrias produtoras de insumos agrícolas (tratores, máquinas, fertilizantes, rações, medicamentos veterinários etc.) e, ademais, as processadoras de produtos agrícolas[87].

Nos Estados Unidos, como observa Muller (1989), a constituição do chamado complexo agroindustrial teria ocorrido desde pelo menos 1910, culminando na completa industrialização

[87] A respeito da penetração das multinacionais do campo em território brasileiro, ver Guimarães (1982).

da agricultura americana ainda nos anos 1940/1950. Deste modo, o fenômeno que se observa no território brasileiro deriva desta precedência americana, na medida em que, a partir desta industrialização, entrelaçando-se o capital industrial e financeiro com a agricultura, constituíram-se as gigantes multinacionais do campo que, a partir de meados do século XX, com as dificuldades ascendentes de realizarem suas mercadorias no mercado americano, passaram a buscar remuneração no estrangeiro, particularmente na periferia, a qual apresentaria, a partir de então, facilidades de penetração para o capital internacional.

No entanto, no caso brasileiro, a industrialização da agricultura não deriva da articulação entre capitais nacionais, estrangeiros e o Estado, como unidade de "acumulação do capital", como quer Muller (1989). A industrialização da agricultura brasileira expressa, sobretudo, sua incapacidade de acumulação, na medida em que sua sujeição às relações de troca com a indústria permitem a expropriação do mais valor produzido no campo, como viemos apontando. Daí, portanto, como vimos, a constituição de um sistema creditício no campo, buscando desenvolver suas forças produtivas e mobilizar a renda que se mantém presa à terra.

Concordando com Alfredo (2008) e Pitta (2016), antevemos, assim, a industrialização do campo como um *processo amplo de subordinação da agricultura*, que buscou incorporar a Renda da Terra à reprodução crítica do capital urbano-industrial internacional. Destarte, as temáticas aqui abordadas – a crise cafeeira e a modernização do campo paulista e a sua posterior industrialização – se inserem nesse processo amplo de "[...] extensão produtiva industrial para o âmbito das relações de produção no campo, indicando [talvez] uma importante insuficiência de sua capacidade de re-produção nos estritos limites de uma realidade urbano-industrial" (ALFREDO, 2008, p. 06). Desta forma, a incorporação da Renda da Terra ao lucro urbano-industrial mundial (ALFREDO, 2008) torna-se pressuposto deste movimento de industrialização, nos revelando às determinações da crise da reprodução social mundial do capital (ALFREDO, 2008). Neste sentido,

> [...] cabe-nos perguntar se a incorporação desta Renda da Terra ao lucro do capital urbano industrial não se coloca como uma insuficiência da mais-valia e do lucro daí oriundos, para a reprodução de seu próprio conceito. De modo que a contradição entre capital e trabalho poderia ter atingido limites cuja superação histórica ter-se-ia dado como incorporação da Renda da Terra seguindo os moldes de uma produção industrial (no caso da agroindústria) [...] (ALFREDO, 2008, p. 06).

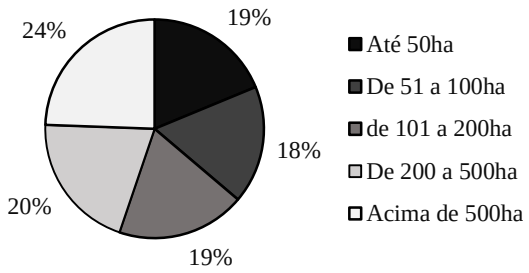
Nesse sentido, para nós, a modernização e industrialização do campo paulista, no período de 1950-1970, não permitiram a superação da realidade expropriativa, caracterizada

pelas trocas desiguais e pela remessa de juros e divisas ao exterior, que marca o campo paulista ao longo da primeira metade do século XX.

7. Alguns dados sobre a modernização da agricultura em Itápolis

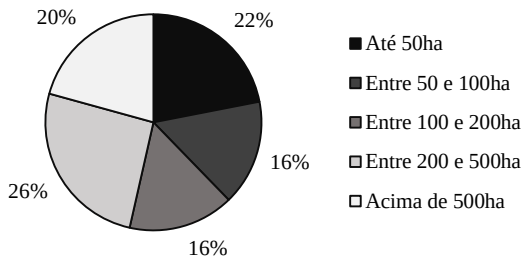
A partir daqui, buscaremos apresentar as principais consequências que as políticas de modernização do campo trouxeram para o município de Itápolis. Deste modo, os dados apresentados, organizados a partir dos Censos Agrícolas de 1940, 1960 e 1970, nos permitem comparar o período anterior às políticas de erradicação cafeeira e de expansão do crédito e o momento posterior à estas políticas agrícolas.

Gráfico 07: Itápolis - estrutura fundiária (1940)



Fonte: IBGE, 1940.

Gráfico 19: Itápolis - estrutura fundiária (1970)

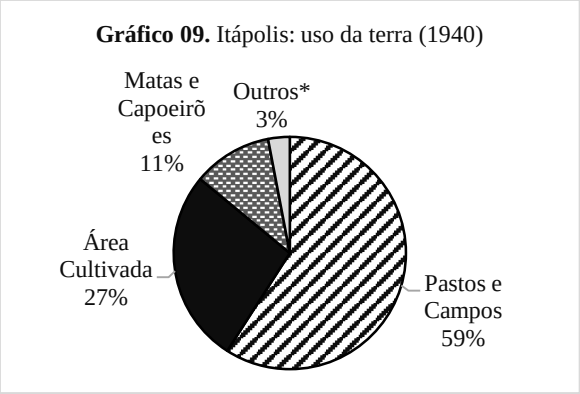


Fonte: IBGE, 1970.

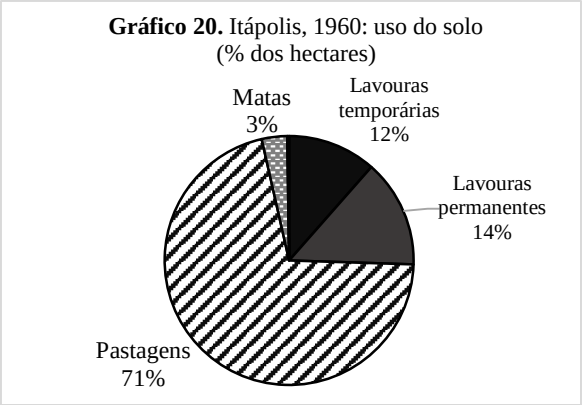
Observamos, através dos gráficos, que no período de 1940 a 1970 a estrutura fundiária do município de Itápolis apresentou pequenas alterações. Assim, temos: a) a área ocupada pelas propriedades com até 50ha aumentou em 3%; b) a área ocupada pelas propriedades entre 50 e 100ha diminuiu em 2%; c) a área ocupada pelas propriedades entre 100 e 200ha diminuiu 3%; d) a área ocupada pelas propriedades entre 200 e 500ha aumentou 6%; e) a área ocupada pelas propriedades acima de 500ha reduziu em 4%. Ou seja, ocorreu ampliação da área ocupada pelas propriedades, minifúndios, com até 50ha e ampliação da área ocupada pelas propriedades de médio porte, entre 200ha e 500ha. Se os dados dos Censos podem ser comparados, podemos dizer que houve ampliação das pequenas propriedades no município de Itápolis no período de 1940 a 1970, ao mesmo tempo em que teria ocorrido ampliação da concentração fundiária. Tal

fenômeno pode se constituir pelo processo de especulação e fragmentação da grande propriedade fundiária nas regiões do Oeste Paulista onde a cafeicultura se encontraria decadente, como observamos anteriormente.

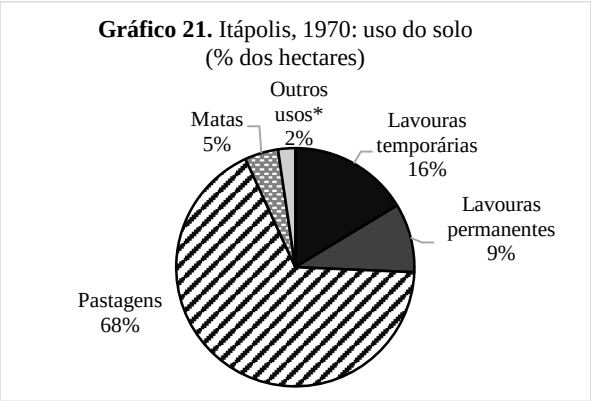
Em relação à ocupação produtiva da terra, podemos analisar os dados apresentados nos Censos de 1940, 1960 e 1970. Através da análise do gráfico do gráfico 08, podemos observar que houve redução do número de cafeeiros entre 1960 a 1970 em cerca de 3 milhões, caindo de 8 milhões para cerca de 5 milhões, ou seja, cerca de 40% dos cafeeiros foram substituídos num período de dez anos. Ou seja, tanto a política de erradicação de cafeeiros patrocinada pelo GERCA quanto o processo de modernização da agricultura podem ter impactado fortemente a agricultura no município de Itápolis. Ao mesmo tempo em que as áreas cultivas com café se reduzem, tanto em sítios quanto em fazendas, expande-se a pecuária e as principais culturas adotadas em substituição foram: milho, arroz e cana-de-açúcar. Salientamos, no entanto, que a redução da área ocupada pelo café em Itápolis esteve atrelada a outros fatores, como, por exemplo: a desativação da ferrovia Douradense em 1966 (Paulista a partir de 1949), que tornaria difícil a circulação da produção cafeeira de parte dos fazendeiros e sitiantes do município; a melhoria dos preços de exportação e no mercado interno de produtos como laranja, cana-de-açúcar, arroz e milho; além da indicada a erradicação de cafeeiros e da expansão nacional do sistema de financiamento rural, a partir de 1964 etc.



Fonte: IBGE, 1940.



Fonte: IBGE, 1960.



*Áreas construídas ou não utilizadas (em 1960, <1%).

Fonte: IBGE, 1970.

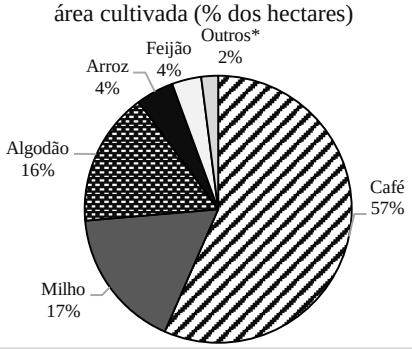
Os gráficos ilustram o processo de substituição das áreas de produção cafeeira por outras culturas e atividades no município de Itápolis. Os gráficos 20 e 21, ilustram o uso do solo em dois mentos, 1960 e 1970, portanto, antes e depois da política de erradicação dos cafeeiros patrocinada pelo GERCA e da expansão da modernização do campo. Inicialmente, comparando aos dados de 1940, percebemos que a área cultivada (soma da área ocupada pelas culturas permanentes e temporárias), no período de 1940 a 1970, manteve-se praticamente inalterada no município de Itápolis, passando de 27% da área ocupada, em 1940, para 26%, em 1960, e, posteriormente para 25%, em 1970. Ao mesmo tempo, as áreas ocupadas por matas reduziram-se, passando de 11%, em 1940, para 3%, em 1960, e posteriormente ampliando novamente para 5%, em 1970. Por outro lado, as pastagens se expandiram no período de 1940 a 1970, passando de 59% da área ocupada, em 1940, para 73%, em 1960, e reduzindo-se para 68%. Ou seja, após a década de 1940, a tendência imediata, no município de Itápolis, foi a de substituir as últimas áreas ocupadas por matas e culturas por pastagens, que já vinham se expandido sobre áreas cafeeiras desde a crise de 1929. No interior da área cultivada, ocorreram também mudanças: no período de 1940 a 1970, observamos redução pronunciada das áreas cultivadas com lavouras permanentes, passando de 16%, para 14% e então para 9% da área total do município, nos anos

1940, 1960 e 1970. Por outro lado, nestes mesmos anos, ocorreu ampliação das áreas de lavouras temporárias, passando de 11%, para 12% e então para 16% da área do município.

Deste modo, podemos concluir que: houve forte ampliação das áreas de pastagens no município de Itápolis no período de 1940 a 1970; houve tendência a substituir culturas permanentes por culturas temporárias no período de 1940 a 1970; neste mesmo período, ocorreu o esgotamento das últimas áreas remanescentes de mata no município, que foram substituídas por pastagens. Como observamos anteriormente, as culturas temporárias são aquelas preferidas pelos produtores na medida em que permitem maior mecanização do processo produtivo e, simultaneamente, redução dos custos com força de trabalho.

Em relação às lavouras, apresentamos os gráficos que seguem. Neles, podemos observar como se distribuía a área cultivada (soma da área ocupada pelas culturas permanentes e temporárias) nos Censos Agrícolas de 1940, 1960 e de 1970. Comparando os gráficos, podemos deduzir as culturas que, ao longo da década de 1960, ocuparam as antigas áreas cafeeiras do município de Itápolis.

Gráfico 10. Itápolis, 1940: distribuição da área cultivada (% dos hectares)



Fonte: São Paulo, 1940

Gráfico 22. Itápolis, 1960: distribuição da área cultivada (% dos hectares)

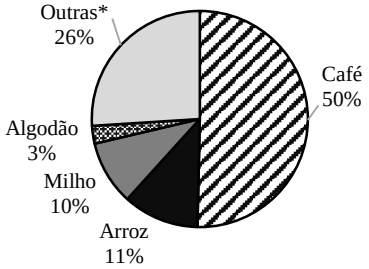
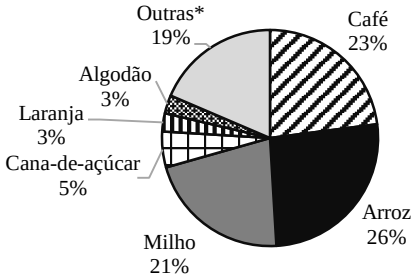


Gráfico 23: Itápolis, 1970: distribuição da área cultivada (% dos hectares)



Fonte: IBGE, 1960.

Fonte: IBGE, 1970.

Outras: Amendoim, banana, batata, feijão, hortaliças, mamona etc. No ano de 1960, a laranja e a cana-de-açúcar também estão incluídas neste grupo.

Em relação às culturas permanentes, ocorreu o seguinte fenômeno: no ano de 1940, a principal cultura permanente do município era o café, que concentrava cerca de 57% da área cultivada do município; já em 1960, o café reduz sua participação na área cultivada para 50%, e no ano de 1970, atinge 23% da área cultivada. O milho reduz sua participação de 17%, em 1940, para 10%, em 1960, aumentando, novamente, para 21% no ano de 1970. O algodão, que representava 16% da área cultivada, passa para 3% nos anos 1940 e 1970; o arroz amplia sua área, passando de 4% para 11%, chegando a 26% em 1979. As "outras culturas" ampliam-se, passando de 2%, em 1940, para chegar a 26%, em 1960, e 21%, em 1970. Observamos, assim, um fenômeno intenso de diversificação das atividades agrícolas do município.

Através da análise dos gráficos, vemos que houve redução intensa da área ocupada por cafezais no município de Itápolis (em mais de 50%), passando de 50% da área ocupada, em 1960, para 23%, em 1970. Os outros tipos de cultura (amendoim, banana, batata, feijão etc.) também perderam espaço, passando de 26 para 19% no período. Já as culturas que tenderam a ampliar as áreas de cultivo foram: arroz, de 11 para 26% da área; milho, de 10 para 21% da área; cana-de-açúcar, de <1 para 5% da área; laranja, de <1 para 3% da área. Ou seja, no município de Itápolis, a política de erradicação dos cafeeiros improdutivos patrocinada pelo GERCA a partir de 1961, pode ter levado à redução da área ocupada por culturas permanentes, no caso o café, e a ampliação da área ocupada por culturas temporárias, principalmente milho, arroz e cana-de-açúcar.

A análise da força-de-trabalho empregada no campo torna-se dificultada, pois a amostragem nos dois sensos agrícolas varia enormemente. Assim, por exemplo, no Censo de 1960 foram pesquisados 921 estabelecimentos agrícolas, já em 1970, foram pesquisados 1535 estabelecimentos. De qualquer forma, os dados coletados indicam redução do trabalho empregado no campo, ainda que não possamos averiguar, objetivamente, quanto variou o trabalho empregado.

Tabela 02. Itápolis - Trabalhadores ocupados na agricultura (1960 e 1970)

	1960	**1970**
Trabalhadores permanentes	1804	1039
Trabalhadores temporários	207	431
Parceiros	973	304
Total de trabalhadores	6206	5921

Fonte: IBGE (1960); IBGE (1970).

Observamos, através da tabela, uma redução absoluta da força de trabalho empregada no campo, que decai de cerca de 6206 trabalhadores, em 1960, para cerca de 5921, no de 1970. Ainda de acordo com a tabela, ocorreu forte redução do número de trabalhadores permanentes, no município, ao passo em que se ampliaram os trabalhadores temporários. O fenômeno está atrelado, como vimos, ao processo de modernização do campo. Por último, vemos que as relações de trabalho de parceria tendem a praticamente desaparecer. Atrelado à análise das relações de trabalho, devemos considerar a composição técnica do campo na agricultura de Itápolis, indicada na tabela a seguir:

Tabela 03. Itápolis - distribuição do valor dos bens nos imóveis rurais (1960 e 1970) (em %)

	1960	**1970**
Terras	73,5%	57,6%
Prédios e construções	10%	7%
Animais	11%	12,6%
Veículos	3%	2,7%
Máquinas e instrumentos agrários	1,5%	4%
Maquinaria	1%	-
Culturas permanentes e matas	-	11,8%
Instalações e outras benfeitorias	-	4%

Fonte: IBGE (1960); IBGE (1970).

Também aqui os dados levantados pelos Censos variam. Parece ocorrer tendência de aumento do valor dos prédios e construções no valor total dos imóveis. O dado “Terras” parece diminuir em relação à composição total do valor, no entanto a comparação entre os dois censos torna-se difícil, pois no ano de 1970, ao que parece, esta informação aparece desmembrada entre terras e culturas. O valor dos animais também aumenta de um ano para o outro. A distinção entre “máquinas e instrumentos agrários” e “maquinaria”, no censo de 1960, não é coerente do ponto de vista da composição técnica do capital, e ela impede uma melhor comparação com o valor das máquinas no ano de 1970. O mesmo pode se dizer das benfeitorias. Deste modo, estes dados, que aparecem de maneira confusa e dificultam a comparação entre os Censos, parecem indicar apenas uma distribuição maior do valor entre os bens que compõem o valor das propriedades. Os dados sobre investimentos podem nos ajudar a complementar essas informações

Tabela 04. Itápolis – inversões de capital no campo (1959 e 1969) (% do valor investido)			
1959		**1969**	
Adubos e corretivos	5%	Adubos e corretivos	11%
Alimentação e trato dos animais	7%	Alimentação e trato dos animais	7%
Animais	5%	Animais	3%
Arrendamentos	<1%	Arrendamentos	6%
Benfeitorias	23%	-	-
-	-	Empreitada	2%
-	-	Impostos e taxas	4%
Inseticidas e fungicidas	1%	Inseticidas e fungicidas	3%
-	-	Instalações e outras benfeitorias	3%
-	-	Juros e despesas bancárias	4%
-	-	Máquinas e instrumentos	3%
-	-	Novas culturas permanentes e matas	6%
Outras despesas	11%	Outras despesas	10%
Parceiros	12%	Parceiros	3%
-	-	Prédios residenciais	11%
Salários	28%	Salários	13%
Sementes e mudas	2%	Sementes e mudas	3%
-	-	Terras	6%
-	-	Veículos e outros meios de transporte	2%
Veículos, máquinas e instrumentos	2%	-	-

Fonte: IBGE (1960); IBGE (1970).

Os gastos com adubos e corretivos dobram no período, passando de 5% para 11%. Ocorreu queda dos investimentos em animais (de 5% para 3%), o que é coerente com a redução das pastagens do município, que observamos anteriormente. Ao mesmo tempo, os gastos com alimentação dos animais tendem a se manter, o que indica encarecimento dos insumos para a pecuária. No ano de 1959, os principais investimentos foram em benfeitorias, ou seja, nas plantações, estradas, manejo do solo etc. (23%) e também salários (28%). No ano de 1969, os dados sobre as benfeitorias aparecem desmembrados. No entanto, se considerarmos como benfeitorias os valores de “Instalações e outras benfeitorias”, “Novas culturas permanentes e matas”, “Prédios residenciais” e “Terras”, chegaremos a um valor de cerca 26%. Mas, como dissemos, não podemos igualar as informações. Os gastos com inseticidas e fungicidas aumentam, no período, de 1% para 3%. Os gastos com salários caem vertiginosamente, de 28% para 13%, o que denota intenso processo de desenvolvimento das forças produtivas do campo, que expulsa o trabalho, seja através da valorização fundiária, seja em função da mecanização ascendente. Os gastos com mudas aumentam em cerca de 1%. Já os gastos com veículos e máquinas não permitem comparação imediata, porém, se somarmos os valores de veículos e

máquinas no ano de 1969, chegaremos a um valor próximo de 5% de gastos, muito acima, portanto, dos valores auferidos em 1959. Ou seja, trata-se de uma realidade marcada, até princípios dos anos 1960, pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e pela extensividade do trabalho, na medida em que os maiores investimentos eram realizados em salários. No entanto, em menos de 10 anos, passa por ampliação acelerada de sua composição orgânica. Por último, gostaríamos de salientar o aparecimento de gastos diferenciados, a partir de 1969, aqueles relacionados com "Impostos e Taxas" e "Juros e despesas bancárias".

Tabela 05. Itápolis – utilização de adubos (1960 e 1970) (% proprietários)

	1960	**1970**
Adubação química	7%	47%
Adubação orgânica	79%	23%
Ambos	14%	30%

Fonte: IBGE (1960); IBGE (1970).

Em relação à utilização de adubagem, os dados da tabela indicam uma ampliação celerada do uso de adubagem química no período, saltando de 7% para 47%. Por outro lado, a adubagem orgânica, aquela que utiliza propriamente os insumos produzidos no interior de sítios e fazendas, decai de 79% para 23%. Ao mesmo tempo, os produtores que indicaram utilizar as duas formas de adubação subiram de 14% para 30%. Deste modo, no município de Itápolis, no período de 1960 a 1970, os produtores buscaram substituir a adubação orgânica pela adubação química, o que remete, mais uma vez, ao processo de capitalização do campo.

Tabela 06. Itápolis – dados sobre a mecanização do campo (1960 e 1970) (unidades)

	1960	**1970**
Tratores	95	346
Arados (animal/mecânico)	1043	1908
Colhedeiras	-	110
Semeadeiras	68	-
Caminhões/Caminhonetas	95	196
Pulverizadores	52	-
Cultivadores	71	-

Fonte: IBGE (1960); IBGE (1970).

Os dados apresentados na tabela, ainda que incompletos pois o universo amostral do Censo de 1960 foi reduzido em relação à totalidade das propriedades do município de Itápolis, nos permite observar o processo de mecanização do campo no período de 1960 a 1970. Este fenômeno aparece na tabela principalmente através dos dados sobre tratores, arados e caminhões. Os tratores se ampliaram no período em mais de 300%. Na modernização do campo, os tratores não apenas permitem a aceleração do plantio e da colheita e a circulação mais rápida dos produtos, mas também representa a possibilidade de incorporar às propriedades outras tecnologias, como carretas, pulverizadores, arados etc. Do mesmo modo, também os caminhões e arados aumentam no período, passando de 95 para 196 unidades e de 1043 para 1908 unidades, respectivamente. O marco da expansão do uso de tratores e caminhões no Brasil e, particularmente no território paulista, está atrelado à instalação das multinacionais montadoras em fins dos anos 1950, a Ford, Fiat, Massey-Ferguson, Valmet etc., o que indica que a mecanização do campo em Itápolis esteve atrelada ao consumo de mercadorias excedentes, como viemos apontando.

Por último, apresentamos os dados sobre o crédito rural no município de Itápolis, com os dados dos Censos de 1960 e 1970. Lembramos, mais uma vez, que as informações do Censo de 1960 são confusas, o que não nos permite uma avaliação coerente dos dados apresentados. De qualquer modo, ensaiamos algumas considerações.

Tabela 07. Itápolis - Proprietários que declararam ter recebido financiamento (1960 e 1970)

Origem do financiamento	**1960**	**1970**	**Valor recebido (Cr$)(1970)**
Público	35	413	Cr$ 4.937.000
Privado	71	10	Cr$ 122.000
De ambos	26	-	
De entidades privadas	-	2	Cr$ 4.000
Total	132	420	Cr$ 5.063.000

Fonte: IBGE (1960); IBGE (1970).

Vemos que de 1960 para 1970 aumentou o número de proprietários rurais que declararam ter recebido crédito rural no município de Itápolis, de cerca de 35 para 413 proprietários. Ao mesmo tempo, o financiamento proveniente de particulares tendeu a diminuir, de 71 para 10 proprietários. Isto significa que o financiamento público se tornou preponderante. Ainda segundo os dados dos Censos, as principais áreas de investimento dos financiamentos no

ano de 1970 foram: investimento produtivo (49); custeio da produção (314) e comercialização (1). Tal como observamos, o SNCR, que se constitui a partir de 1965, centraliza as políticas agrícolas voltadas para o financiamento da produção agrícola. O crédito rural, antes de implicar propriamente em transferência de valor para o setor rural, significa detração do mais-valor produzido no campo e socialização dos custos, na medida em que se constitui, como vimos a partir de taxas e impostos que incidem sobre a agricultura, mas também a partir de empréstimos internacionais, da mobilização do capital bancário etc. Por outro lado, vimos também como o crédito rural passa a acelerar o desenvolvimento das forças produtivas no campo paulista, ampliando a mecanização do campo e reduzindo a presença do trabalho, objetivando o aumento da produtividade do campo, a mobilização da renda da terra. Deste modo, podemos dizer que as transformações no campo de Itápolis, observadas através da série de tabelas apresentadas, possuem como fundamento o processo de financeirização da agricultura através do crédito rural.

8. Algumas observações sobre a expansão da citricultura no Oeste Paulista

A partir daqui, buscaremos tecer algumas reflexões que nos ajudem a compreender o processo de expansão da citricultura no município de Itápolis, que se processa no bojo da industrialização da agricultura paulista.

Segundo Ceron (1969), a produção de laranja se instala em Limeira em fins da década de 1910 e, para Bray (1974), já na década de 1930 está presente no município de Bebedouro. Os trabalhos de Hasse (1987) e Neves (2010), indicam que essa cultura seguiu os mesmos caminhos da cafeicultura descritos por Milliet (1941). Para Hasse (1987), a expansão citrícola pelo estão de São Paulo deve ser compreendida dentro dos planos do Estado Nacional brasileiro, que, em função das sucessivas crises de superprodução cafeeira, desde os primeiros anos do século XX buscava por um substituto para o café.

Vimos que no processo expansivo do café, as regiões mais antigas de produção tornavam-se áreas decadentes, com cafeeiros em processo de aniquilamento e fazendas em processo de fracionamento. As plantações de café significavam inversões de longo prazo (a vida produtiva de um cafeeiro girava em torno de 20 anos, mas em algumas regiões de melhor

fertilidade natural produziam durante 30 ou 40 anos) com grandes imobilizações de capital, de modo que o abandono destas significava um grande prejuízo aos produtores. Entretanto, os gastos com a manutenção de um cafezal decadente concorriam com os baixos custos de abertura de uma nova fazenda e de plantação de um novo cafezal, tarefa relegada pelos fazendeiros, como demonstram Martins (2010) e Faleiros (2010), ao trabalhador migrante. Desta forma, nas regiões mais antigas de cultivo os proprietários de terras tendiam a substituir suas plantações por outras atividades, principalmente a pecuária e o algodão, mas aparecendo também, na região de Limeira, a cana-de-açúcar e a citricultura. Em outras situações, fragmentavam suas propriedades, como vimos em capítulos anteriores.

Nas regiões mais antigas a erradicação dos cafezais e o replantio eram preteridos, uma vez que, além dos gastos adicionais derivados, os solos já se encontravam muito desgastados, preferindo-se a introdução de outras atividades. Caso necessário, dentro dessas regiões o café tendia a se mover para as terras virgens marginais, de menor fertilidade. Cássio Arruda Boechat (2013) propõe ler esse momento de transição da cafeicultura para a laranja pensando esse processo na relação com a crise da produção do café. Segundo Boechat (2013), se o preço de produção no pior solo na agricultura regula o valor de uma mercadoria, serão nas antigas zonas de produção cafeeira, ou nos piores solos, nos solos mais desgastados e nas regiões mais afetadas pela crise de 1929, que se localizarão as primeiras áreas de produção citrícola.

> A indicação de que a crise [de 1929] teve impacto maior sobre a cafeicultura das zonas velhas é algo a ser retido, porque direciona a explicação de onde se deu a fragmentação das propriedades, mas também, como é de nosso interesse, porque localiza as áreas que tentarão a substituição parcial de cafezais por outras produções; dentre as quais a de laranja (BOECHAT, 2013, p. 34).

Essa substituição ocorreria, assim, em função da queda tendencial da produtividade do solo nas áreas de cafeicultura mais antigas, de forma que, com o desgaste dos solos provocados pela expansão extensiva do capital, se aproximaria a "possibilidade do plantio de uma cultura que pode chegar apenas, ou ao menos, perto do lucro auferido pelo café no seu pior solo" (BOECHAT, 2013: 68). Desta forma, para Boechat, "[...] a citricultura, no contexto das crises daquela expansão extensiva da cafeicultura, entrara primeiramente na ocupação de terras subaproveitadas ou na substituição de culturas decadentes no interior dessas fazendas" (BOECHAT, 2013, p. 509).

A proposição de Boechat (2013) nos parece plausível pois remete necessariamente à cafeicultura enquanto reprodução pela crise, ou seja, há uma tendência de crise imante à

expansão do café que se expressa principalmente nas regiões mais velhas de produção. Vemos, portanto, uma dupla tentativa dos proprietários de terras de resolver a queda da produtividade do solo nas áreas mais antigas de cafeicultura: não só através da expansão das fronteiras do café em direção ao Oeste, em busca de terras férteis, em direção à novas áreas, talvez mais produtivas, o que permitia um aumento momentâneo da produção total; mas também, nas regiões mais antigas de produção cafeeira, ocorria um movimento de substituição da cultura cafeeira nos piores solos, na busca de tentar remunerar melhor os capitais a serem investidos. Trata-se, portanto, do fenômeno de "subprodutividade dos investimentos do capital" cafeicultor na terra (MARX, 2017), que alude à tendência da queda da taxa de Renda da Terra, trazendo ao debate uma teoria da crise para a agricultura e colocando o processo crítico de reprodução do capital cafeicultor como determinante do fenômeno, conforme indicamos anteriormente.

Ao se expandir pelo estado de São Paulo, a citricultura atingiu a região de Araraquara na década de 1950 e o município de Itápolis na década de 1960. A partir dos anos 1960, a expansão citrícola responde ao processo de financeirização e industrialização da agricultura. Hasse (1987) ressalta a ação do que denomina de "pioneiros da citricultura", que em seu ver são imigrantes afortunados que, através do trabalho árdua, puderam constituir grandes fortunas. No entanto, vemos que estes sujeitos eram antigos fazendeiros do café, mas também constituem-se como grupos de investidores internacionais e outros grandes capitalistas. Alguns, investiram na plantação de citrus para exportação *in natura* (frutos), aproveitando da infraestrutura criada pela cafeicultura: armazéns, ferrovias e portos (HASSE, 1987).

Concordamos com Hasse (1987) no que tange ao incentivo do Estado Nacional brasileiro para a expansão massiva da produção citrícola. Na década de 1940-1950-1960, essa transição para outras culturas de fato foi incentivada pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Como vimos, essa instituição, através de suas agências regionais denominadas de "Casas da Lavoura"[88], ao longo das década de 1940 e 1950, orientava produtores a substituir as antigas produções cafeeiras. Ademais, segundo Stolcke (1986), o Estado foi fundamental para este processo de expansão de outras culturas de exportação pelo estado de São Paulo, ao financiar, como vimos, a erradicação dos cafeeiros decadentes na década de 1960, fornecendo o capital necessário para essa diversificação produtiva através de uma política creditícia – política estadual de erradicação de cafezais improdutivos de 1962. As principais culturas

[88] Segundo Gazetta *et all* (2012), a agência local da "Casa da Lavoura" foi instalada em Itápolis em 1942.

substitutivas foram a cana-de-açúcar, o milho, o arroz etc., mas também devemos citar, na região de Araraquara, a citricultura e a pecuária.

Na região de Itápolis, a fazenda Cambuhy, localizada na cidade de Matão-SP, que foi propriedade do grupo inglês Brazilian Warrant Company de 1924 a 1956, foi uma das primeiras a ensaiar a produção da laranja nos Sertões de Araraquara, introduzindo o *citrus* em 1948 (BUENO, 2002). Outros grupos financeiros, instalaram as primeiras fábricas de suco de laranja para exportação pelo interior do Estado de São Paulo a partir da década de 1960 (HASSE, 1987). Particularmente na região de Araraquara, as primeiras usinas começam a surgir na década de 1960, no bojo do processo de industrialização da agricultura, conforme podemos observar na passagem a seguir, de Boechat (2013):

> Exportadores e comerciantes de laranja como José Cutrale Júnior, Carl Fischer e Edmund Van Parys, que compraram suas primeiras fazendas de laranja, em Bebedouro, Matão e Torrinha, respectivamente, nos anos da recuperação da citricultura, investiriam na constituição de fábricas produtoras de suco concentrado, durante os anos 1960.
>
> A primeira fábrica, considerada rústica ainda, teria sido a da Companhia Mineira de Conservas, criada em Bebedouro, em 1962, em parceria com o maior produtor de laranjas de Bebedouro na época Otto Mahle. Por sua vez, em 1963, a Suconasa (Sucos Nacionais S/A), seria criada, em Araraquara, pelo executivo da norte-americana Toddy, Pedro Santiago, em ―moldes americanos, com equipamentos importados. Mas Santiago viria a falecer antes da inauguração, e o conflito hereditário que se seguiu teria levado a empresa à concordata, sendo resgatada por José Cutrale Jr., em 1965. O grupo alemão Eckes, que comprava suco da Suconasa, resolveu entrar no negócio, tendo Carl Fischer como parceiro, fundando a Citrosuco, em Matão, em 1965 (BOECHAT, 2013, p. 403).

A criação de grandes usinas processadoras de suco de laranja pelo interior do território paulista, através das desonerações concedidas pelas Instruções da 113 e 204 da SUMOC, operou, de fato, como polo atrativo para sitiantes e fazendeiros antes inseridos na órbita da produção cafeeira. No início da década de 1960, a grande geada que atingiu o parque citrícola norte-americano aumentaria os preços internacionais da laranja, ampliando a inserção da citricultura paulista no mercado mundial de *citrus*. Considerando a noção de renda diferencial, podemos dizer que a partir de então o solo paulista, pior solo até então, passaria a auferir maiores fatias de renda, na medida em que a concorrência americana foi momentaneamente suprimida por uma geada. Segundo Elias (2003):

> A expansão do processamento industrial da laranja no Brasil foi reflexo da abertura do mercado internacional, propiciada pela ocorrência de uma grande geada na Flórida (EUA), no início da década de 1960, à época, principal região

> citrícola do mundo. Esse fato abriu espaço para a industrialização da laranja no Brasil, com tradição na produção citrícola e na exportação da fruta in natura, transformando-se no principal produtor mundial de suco concentrado de laranja, participando com mais de 50% do comércio mundial desse produto (ELIAS, 2003, p. 154).

A partir da década de 1960, de posse do incentivo estatal proveniente tanto da política de erradicação dos cafezais quanto da política de crédito rural institucionalizada em 1965, muitos produtores passariam a mobilizar capitais na diversificação de seus cultivos, e enxergavam na instalação das indústrias processadoras a possibilidade de realizar a renda que extraíam da terra. Esses investimentos na citricultura, realizados por sitiantes e fazendeiros, revelam a busca do capital por novos ramos onde possa se remunerar, na medida em que a reprodução do capital através da cafeicultura expressava-se cada vez mais sua incapacidade de acumulação, como observamos. Libertando-se da cafeicultura, mediados pela política de crédito rural, os capitais improdutivos transitaram para outros ramos em busca de remuneração. Esse fenômeno evidencia um processo de transição do capital para outros setores, onde buscaria ascender a níveis de produtividade superiores para mobilizar a extração da Renda da Terra. Simultaneamente, a reprodução do capital através da cafeicultura dificultava a reprodução de pequenos produtores, geralmente sitiantes, produzindo a partir da força-de-trabalho familiar, que de forma geral também eram aqueles tinham maiores dificuldades de financiamento ou que, como podemos observar em entrevistas, dificilmente faziam financiamentos, em função do medo de perder a terra.

Mas, essa diversificação agrícola que se expressa na transição da cafeicultura para a produção de laranja na década de 1950, intensificando-se em 1960, insere-se num movimento de mudança no padrão de reprodução internacional do capital, ou seja, à necessidade da reprodução da acumulação de capitais internacionais norte-americanos, na forma de capital monetário ou mercadoria. Nesse sentido, como vimos, na periferia a necessidade de investimentos de capitais norte-americanos apareceria como intensificação/extensificação da capacidade produtiva do campo, e, ao mesmo tempo, consumo da capacidade produtiva de bens de produção da indústria mundial. Tal como observa Alfredo (2013):

> As transformações sócio-espaciais oriundas da passagem de uma economia agrário-exportadora monocultora, baseada no café, para uma diversificação agrária produtiva, fizeram-se como uma necessária integração da sociedade brasileira às trocas internacionais, determinadas pela substituição dos padrões de trocas ingleses para os de maior produtividade e diversidade americanos. Isto significou não apenas a necessidade interna de incorporação de um maior desenvolvimento das forças produtivas, mas, contraditoriamente, este

> desenvolvimento resulta como necessidade das contradições da acumulação dos capitais norte-americanos no entre guerras (ALFREDO, 2013, p. 233).

9. Modernização do campo e crise do trabalho

Vimos como no processo de modernização e industrialização da agricultura paulista, as políticas de subsídio à compra de capital constante, criadas na década de 1950, e a ampliação das linhas de crédito rural a juros negativos, a partir de 1965, com a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), reafirmaram o processo de expropriação a que estava sujeitada a agricultura, na medida em que permitiriam a aquisição dos produtos industrializados (importados ou produzidos em território nacional através das filiais das multinacionais do campo), viabilizando, no entanto, a transferência da renda da terra do setor agrícola nacional às economias industriais centrais. Ao mesmo tempo, a industrialização passou a assegurar a baixos preços os produtos agrícolas e processados de exportação (soja, cana-de-açúcar, laranja, café etc.), necessários ao capital industrial internacional. Posteriormente, a sujeição dos produtores nacionais aos ditames das grandes indústrias de insumos produtivos e também às multinacionais da agroindústria representou a completa incorporação da renda da terra agrícola ao setor urbano-industrial internacional.

No contexto da modernização do campo, se a estrutura cafeeira predominava, baseada no uso extensivo da força-de-trabalho (de colonos, meeiros, parceiros, sitiantes etc.) e no baixo desenvolvimento das forças produtivas, a sua superação se colocava como necessidade para a modernização das velhas zonas cafeeiras. Neste contexto, a própria introdução de novas formas de culturas no campo paulista, incentivada pelo estado através da política de erradicação de cafeeiros, representaram momentos desta modernização necessária em direção à maior produtividade do campo e ao consumo de excedente de capitais. Mas, para se fazer viável a substituição do café por outras culturas era necessária a modernização das técnicas agrícolas a fim de melhorar a produtividade das culturas substitutivas, aliada com uma política de preços controlada e estímulos creditícios ao cultivo de culturas substitutivas. Mas, sobretudo, era necessário modernizar as relações de trabalho que mantinham o trabalho preso à terra.

A modernização das relações de trabalho do campo deve ser compreendida neste contexto. Martins (1989), Mello (1976), Brant (1976), Stolcke (1986), Graziano da Silva (1981)

e Silva (1999) indicam os processos que teriam agido sobre o colonato e arrancado esses sujeitos das fazendas de café. A partir da crise de 1929, a dificuldade de acesso à terra para plantio familiar (MARTINS, 1989), a introdução de outras culturas, modificando a base produtiva (MELLO, 1976), o bloqueio ao esquema de reprodução do colonato dentro das fazendas de café (STOLCKE, 1986), a existência de uma imensa superpopulação relativa (BRANT, 1976), a mudança na base técnica, que libera a força de trabalho (GRAZIANO DA SILVA, 1981) e o papel das políticas e de uma nova legislação que entrou em vigor na década de 1960 (SILVA, 1999), são apontados como causas para a desintegração das relações de trabalho do colonato. A perspectiva dos autores é a compreensão da crise do colonato como crise do trabalho dentro do processo de reprodução ampliada do capital no campo. Outra perspectiva possível, é a crise do trabalho como expressão da reprodução crítica do capital no campo.

No interior da fazenda cafeeira, o uso intensivo de força-de-trabalho configurava-se como um impeditivo no processo de modernização do campo e de diversificação agrícola, uma vez que todo o maquinário a ser importado era já poupador de força-de-trabalho. A ocupação dos solos de menor rentabilidade pelas lavouras de subsistência do colonato também passou a configurar, do ponto de vista da contabilidade do fazendeiro, um desperdício, na medida em que aquele espaço não era posto a reproduzir o novo maquinário (STOLCKE, 1986). Nesse sentido, todo e qualquer tempo de trabalho e todo e qualquer espaço marginal dentro da fazenda – agora, as novas tecnologias poderiam mobilizar a produção em qualquer espaço, mesmo em solos de menor fertilidade – deveriam ser direcionados agora para a reprodução direta do capital – maquinários, fertilizantes, adubos deveriam ser postos, mediados pelo trabalho, a mobilizar valor. A esse respeito, observa Boechat (2013)

> [...] as transformações técnicas da época colaboraram para o progresso como um todo. Tudo isso compõe um cenário de questionamento da cessão de terras no interior da fazenda para o cultivo do trabalhador. As terras impróprias para a cafeicultura passam gradativamente a proporcionar lucros desejáveis e sua cessão ao trabalhador passa a ser calculada como custo ou parte do salário, o que antes dificilmente podia ser (BOECHAT, 2013, p. 17).

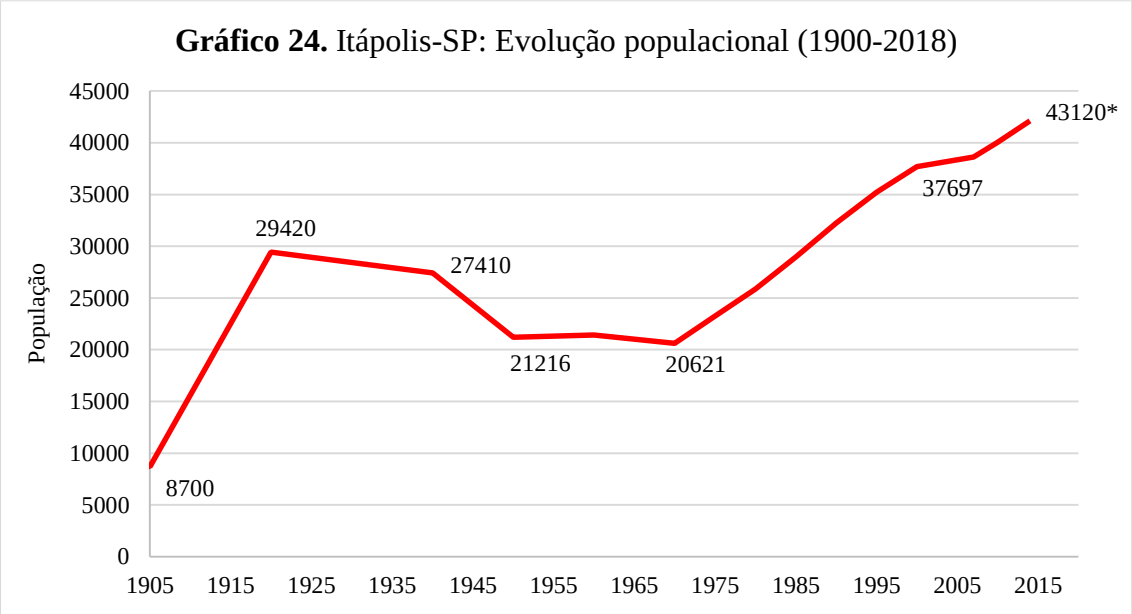
Desta forma, se se objetivava ampliar a produtividade da agricultura paulista e reverter o quadro de expropriação frente às agriculturas dos países centrais, não apenas a estrutura produtiva da cafeicultura deveria ser rompida, mas as relações de produção que a sustentavam também deveriam ser modificadas. Considerando o nível de produtividade importado, ou o tempo de trabalho médio socialmente necessário que se instala através das novas técnicas

agrícolas, o colonato se tornava, portanto, custo dentro da fazenda. Mas também as novas culturas, como, por exemplo, a cana de açúcar, exigiam agora um quarto da força de trabalho utilizada na safra do café (GRAZIANO DA SILVA, 1982). Ao nível da reprodução do capital mundial, a modernização da agricultura brasileira atingia aos poucos um nível de produtividade em que se faz necessário a supressão do trabalho extensivo. Também Graziano da Silva (1982) apontou que:

> [...] essa transformação na base técnica da agricultura [...] transformou o trabalhador residente na propriedade num fardo a ser suportado nos momentos em que não se necessita mais da sua força, impondo assim uma modificação na relação de emprego permanente (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 81).

Mas, ao mesmo tempo, a elevação do preço da terra, que acompanha o processo de modernização/ industrialização da agricultura, levou muitos proprietários a expulsar o trabalho de suas propriedades, a fim de negociá-las no mercado nacional de terras, já que esta passou a ser comercializada como ativo financeiro (DELGADO, 1984). Deste modo, seja através da adoção tecnológica, seja através da valorização da terra, após 1965 intensifica-se a mobilização regional do trabalho no campo brasileiro e principalmente no campo paulista (PITTA, 2011). Esta mobilização já aparecida desde a década de 1950, quando se inicia a ampliação da composição orgânica do capital no campo, e culmina, em 1963, com a constituição do Estatuto do Trabalhador Rural. Deste modo, o trabalhador livre assalariado não deriva desta política, como quer Silva (1999), ela apenas expressa seu momento crítico.

O Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, decreta o fim oficial do colonato (PRADO JR, 2014). Seu término representou um dos diferentes momentos da (re)mobilização da força-de-trabalho no estado de São Paulo (PITTA, 2011). Gerou uma forte onda emigratória do campo para as cidades que, somada aos migrantes nacionais e estrangeiros já instalados nas capitais, proporcionou parte da força de trabalho necessária à reprodução do capital financeiro urbano-industrial que se instala. A desmobilização da força-de-trabalho, antes ocupada no colonato, geraria uma massa de desocupados, força-de-trabalho excedente invendável no âmbito do campo, que seria depositada nas periferias urbanas das pequenas cidades do interior, mas que, ademais, não seria absorvida em setores econômicos urbanos. No município de Itápolis, este processo pode ser observado através da análise de sua evolução populacional:



* Projeção para o ano de 2018
Fonte: Fundação SEADE; IBGE.

Como podemos observar no gráfico, o movimento populacional no município de 1900 a 1970 tende a variar conforme ocorrem mudanças na agricultura. Assim, por exemplo, com a chegada do café e com a ferrovia, a partir de 1915, a população do município tende a crescer exponencialmente, o que remete à mobilização para o trabalho no café (GAUDEMAR, 1979). A partir de 1929, com a crise que atinge intensamente o meio rural, a população tende a declinar exponencialmente, acelerando o movimento de declínio a partir de 1940, indicando crise nas relações de produção do colonato, substituição das plantações de café por pastagens e início da modernização da agricultura. A população apenas voltaria a crescer a partir de 1970, com a constituição de um parque agroindustrial citrícola no município. Assim, em aproximadamente 20 anos – de 1930 a 1950 – o forte êxodo rural direcionado aos polos urbanos do estado (São Paulo, Campinas, Guarulhos etc.) e às cidades médias do interior (Araraquara, São Carlos, Bauru, Ribeirão Preto etc.), foi responsável por reduzir a população local em mais de 9 mil habitantes, decaindo de aproximadamente 30mil habitantes, no início da década de 1930, para 21mil habitantes, na década de 1950.

O aprofundar das mudanças nas relações de produção na agricultura, pelo desenvolvimento das forças produtivas, culminou na supressão do colonato pelo boia-fria e na expulsão de parte da força de trabalho que habitava as fazendas, alimentando uma forte onda emigratória direcionada aos centros urbanos do interior, donde a cidade colocava-se como

promessa de continuidade do trabalho na agricultura. Desta forma, intensifica-se a urbanização local e no entorno da pequena cidade passaram a proliferar bairros e espaços periféricos destinados a abrigar os recém produzidos trabalhadores assalariados. Esses bolsões de reserva de força de trabalho fornecerão os primeiros explorados contratados nas safras sazonais das outras formas de culturas que se instalam com a crise do café – é a produção do boia-fria para a cana e para a citricultura. A concentração da força-de-trabalho nos núcleos urbanos destas pequenas cidades, intensificada após os anos 60 do século XX, se faria, deste modo, em função do desenvolvimento da capacidade produtiva do campo, mas, ao mesmo tempo, em função de este trabalho se constituir como um custo que deveria ser dirimido na medida em que o campo não seria capaz de reverter para si o mais-valor produzido em seu interior, impulsionando a migração de trabalhadores para o urbano.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, buscamos demonstrar que a cafeicultura se caracterizou pela incapacidade de acumulação. Buscamos demonstrar ademais que as trocas desiguais fundamentavam as relações de troca entre centro e periferia ao longo da primeira metade do século XX. Nesse sentido, o mais-valor produzido internamente à periferia, através das relações de trabalho do colonato e de sitiante, era espoliado em função dessas trocas desproporcionais, indicando a extração da renda da terra a partir da periferia a compor os lucros decadentes em regiões centrais da economia capitalista. Posteriormente, vimos que a extração da Renda da Terra fundamentou o processo de modernização da agricultura brasileira a partir de meados do século XX, ou seja, através da transferência de enormes quantidades de mais-valia ao centro do sistema capitalista foi possível a importação de mercadorias, máquinas e insumos agrícolas pela periferia, ou, dito de outra forma, a Renda da Terra serviu como forma de pagamento à importação de bens de produção e consumo. Desta forma, através da importação de produtos industrializados, para a cidade e para o campo, ocorria a transferência – extração ou apropriação – da Renda da Terra formada na periferia agrícola para os países do centro do capitalismo.

A partir da década de 1960, entretanto, a financeirização do campo, o endividamento social e a subordinação direta da agricultura à Grande Indústria seriam as novas formas de reprodução da agricultura. A industrialização da agricultura a transforma em um componente do Departamento I da economia capitalista, produtor de matérias-primas industrializadas. Nesse sentido, o processo de industrialização do campo não apenas revela a subordinação da agricultura, mas a própria incorporação desta, pela financeirização e pelo endividamento, ao modo industrial de produzir, indicando a incorporação da renda da terra aos lucros urbanos-industriais.

Com o desenvolvimento das forças produtivas da Grande Indústria, a exacerbação da forma financeira mundial buscaria remuneração na periferia. Mas, como vimos, caberia agora, a partir de meados do século XX, mobilizar o desenvolvimento de suas forças produtivas a fim de possibilitar a realização desta forma monetária. A exacerbação da forma monetária,

constituindo o capital financeiro, requereria assim que a agricultura devesse se modernizar, industrializar e se endividar, duplicando suas forças produtivas, para transferir o mais-valor que a forma financeira do capital não seria capaz de produzir. No entanto, esta modernização da periferia implica que também aqui o trabalho se eliminado dos processos produtivos, indicando a reposição dos processos contraditórios do capital na periferia. A lei da queda tendencial da taxa de lucro revela, assim, sua inexorabilidade. A tendência ao colapso se exacerba no centro e na periferia.

Desta forma, a modernização do campo brasileiro se produziu como busca de superação ilusória dos processos expropriativos em relação ao capital urbano-industrial. A modernização do campo e a consequente industrialização da agricultura brasileira se fizeram apenas como revolução utópica dessa realidade "atrasada" caracterizada pela CEPAL, mas cujo fundamento lógico que lhe escapava era a relação espoliativa centro-periferia, e, nesse sentido, essa revolução do campo se colocou como forma de permanência das mesmas condições de reprodução do setor agroexportador, reafirmando o sentido lógico dessa relação expropriativa. Dito de outra forma, não houve revolucionamento que pudesse romper a relação espoliativa. Repuseram-se os processos que expropriativos da periferia frente ao capitalismo central. Deste modo, a modernização e a industrialização do campo não modificaram o sentido lógico da relação centro-periferia, marcado pela expropriação do mais-valor produzido através da periferia. De modo contrário, a crise se exacerba nas economias centrais e periféricas, na medida em que estas se modernizam.

Desta forma, a relação espoliativa centro-periferia, que predominou na cafeicultura, não foi rompida na década de 1960 com a modernização e industrialização do campo. Ela foi reafirmada, pois proporcionou a subordinação ampla da agricultura ao modo de produzir urbano-industrial. Arriscamos dizer que a industrialização do campo leva à tendência da supressão do sobrelucro (renda da terra), na medida em que equaliza as formas de produzir no campo e suprime o descompasso de nível de produtividade entre agricultura e indústria, fator que constitui a noção de renda da terra absoluta em Marx (2017). Ou seja, de forma contraditória, a própria subordinação da agricultura, como necessidade de incorporação da Renda da Terra pelo capital urbano industrial, produz a supressão dessa forma de sobrelucro.

Referências

ABREU, Marcelo P. *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999a.

_____. *Brasil, 1824-1957: bom ou mau pagador?* Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica – Departamento de Economia, 1999b (Texto para discussão, n. 403).

ALFREDO, Anselmo. Geografia do Turismo. A crise ecológica como crítica objetiva do trabalho. O turismo como "ilusão necessária". In:___. *Geousp – Espaço e Tempo. Revista de Pós-Graduação em Geografia*, DG-FFLCH-USP, n. 09, 2001, p. 37-62.

_____. Modernização e Reprodução Crítica. Agroindústria do Leite e Contradições do Processo de Acumulação. In: *Geousp – Espaço e Tempo, Revista de Pós-Graduação*, DG-FFLCH-USP, n. 24, 2008, p. 63-108.

_____. Modernização e Fronteira na Cisão Campo e Cidade do Oeste Paulista. A Particularidade da Divisão Social do trabalho numa Modernização Periférica. In: LEMOS, Amalia; GALVANI, Emerson. *Geografia: Tradições e Perspectivas. Homenagem ao Centenário do Nascimento de Pierre Monbeig.* São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2009.

_____. Crise imanente e abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. In:___. *Revista Terra Livre, Associação de Geógrafos Brasileiros*, Ano 26, vol. 01, nº 34, jan-jun 2010, p. 37-62.

_____. Forma valor e simultaneidade espacial na modernização colonial brasileira. Uma apreciação sobre o Engenho São Jorge dos Erasmos, In: *Revista CPC*, São Paulo, n.13, p. 32-50, nov. 2011/abr. 2012.

_____. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço.* São Paulo: Annablume/Fapesp, 2013.

_____. Formação nacional negativa e a condição energética na periferia brasileira. In: SEABRA, Odette; SAES, Alexandre Macchione; ZAAR, Miriam Hermi (Org. e editora). *Atas do II Simpósio Internacional: Eletrificação e Modernização Social. A expansão da energia elétrica para a periferia do capitalismo.* São Paulo: Universidade de São Paulo e Universidad de Barcelona/Geocrítica, 2015a. Disponível em: http://www.ub/geocrit/IISimp-Eletr-SaoPaulo/IISimp-eletr-portada

_____. O resgate da metafísica para a crítica à economia política d'o capital. Marx e as contradições materialistas de uma metafísica social: o trabalho. In:___. *Anais do XV EGAL Encontro de Geógrafos da América Latina*, Havana-Cuba, 2015b.

_____. Crítica materialista e metafísica social sob as determinações críticas do capital. In:___. *Boletim Paulista de Geografia*, v.95, 2016, p.35-59.

_____. *Três estudos críticos: Kant, Hegel, Marx e o resgate da metafísica para a crítica à economia política. A dialética sociedade natureza para a crítica social de Marx.* Vol. II. Livre docência. São Paulo: FFLCH-USP, 2017.

AMARAL JÚNIOR, Alberto. Itápolis nos anos sessenta. In:___. Feres, Auriluce A. *Confraternizando*. São Paulo: Editora Gráfica NAGY Ltda., 1989.

ARGOLLO FERRÃO, André M. *Arquitetura do café.* Campinas, SP: Edunicamp; São Paulo: Imesp, 2015.

BACHA, Edmar; GREENHILL, Robert. *150 anos de café. Política brasileira do café, uma avaliação centenária.* Rio de Janeiro: Salamandra Consultoria Editorial/Marcellino Martins e E. Johnston Exportador, 1992.

BAPTISTELLA, Celma S. L. *Colhedores de Laranja na Indústria Paulista.* Dissertação, FFLCH-USP. São Paulo, 1998.

BOECHAT, Cássio A. *Região do Colonato: Mobilização do Trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista.* Dissertação de mestrado, FFLCH/USP. São Paulo, 2009.

_____. *O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista.* Doutorado, FFLCH-USP. São Paulo, 2013.

BORDO, Adilson A. *As influências do eixo de desenvolvimento da Rodovia Washington Luiz na estruturação econômica do município de Itápolis/SP.* Dissertação, FCT-UNESP, Presidente Prudente, 2006.

BRANT, Vinícius C. *Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis.* In: Revista Estudos CEBRAP, nº 17, São Paulo, 1976.

BRASIL, Departamento de Imprensa e Propaganda. *Brasil - Compra e Vende. Brazil - Buys and Sells. Brasil - Compra y Vende. Manual da economia brasileira.* Rio de Janeiro: Casa Riedel, 1941.

BRAY, Silvio C. *A utilização da terra em Bebedouro e o papel atual da cultura da laranja.* Dissertação-FFLCH-USP. São Paulo, 1974.

BUENO, Luiz M. *Memórias da Fazenda: A História da Fazendas do Cambuhy.* Matão-SP: n/d, 2002.

BUKHÁRIN, Nikolai. *O Imperialismo e a Economia Mundial: análise econômica.* Rio de Janeiro: Editora Melso Soc. Anônima, 1969.

CALDEIRA, João Netto. *Álbum de Itápolis.* São Paulo: Ed. Bentivegna & Netto, 1934.

CAMPOS, Antônio G. B. Comentários à criação da Coordenação Nacional de Crédito Rural. In:___. SÃO PAULO, Secretaria de Agricultura. *Revista Agricultura em São Paulo. Boletim da Divisão de Economia Rural.* Ano XII, n. 3 e 4, março e abril, 1965.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.* Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARVALHO, Eloísa; SILVA, Hilda. *A produção agrícola do Brasil em 1957.* In: Revista Brasileira de Geografia. Ano XXI, Nº 2, abril-junho 1959.

CARVALHO, Márcia S. *A pequena produção de café no Paraná*. Doutorado, Dep. Geografia, FFLCH-USP. São Paulo, 1991.

CERON, Antônio O. *Aspectos geográficos da cultura da laranja no município de Limeira.* Doutorado, FFLCH-USP. São Paulo, 1969.

DAMIANI, Amélia L. *et al*. *O futuro do trabalho: Elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro.* São Paulo: AGB/SP, Labur/Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2006, 1ª edição.

DEFFONTAINES, Pierre. Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo. Primeiro esboço de divisão regional. In:___. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, DEGEO. Ano III, abril de 1945, nº 25, pp. 18-27.

DEL GUÉRCIO, Ludovico (org.). *O Progresso de Itápolis: Álbum Ilustrado*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1949.

DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil.* Campinas: UNESP/FACAMP, 2009.

DELGADO, Guilherme C. Uma metodologia para determinação de preços mínimos. Mestrado, FEAAC-Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1977.

_____. Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira. Doutorado, IFICH-UNICAMP, Campinas, 1984.

_____. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In:___. SCMRECSÁNYL, Tamás; SUZIGAN, Wilson. Histórica econômica do Brasil contemporâneo. São Paulo: HUCITEC, ABPHE, EDUSP, Imprensa Oficial, 2002.

_____. *Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DULLEY, Richard D. *Políticas estaduais para a agricultura: São Paulo, 1930-80.* Coleção Estudos Agrícolas, nº 03. São Paulo: IEA, 1995.

ELIAS. Denise. *Globalização e Agricultura: a Região de Ribeirão Preto, SP*. São Paulo: EDUSP, 2003.

FALEIROS, Rogério N. Homens do Café: relações de trabalho em Franca/SP 1890-1920. In:___. *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas.* Caxambú: ABPHE, 2003. v. I. p. 1.

_____. *Fronteiras do café: fazendeiros e "colonos" no interior paulista (1917-1937).* Bauru, SP: EDUSC, 2010.

FAUSTO, Ruy. *Dialética Marxista, Dialética Hegeliana: A Produção Capitalista como Circulação Simples.* São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *Sentido da Dialética. Marx: Lógica e Política.* São Paulo: Vozes, 2015.

FERES, Auriluce A. *Confraternizando.* São Paulo: Editora Gráfica NAGY Ltda, 1989.

FERNANDES, Liliana Laganá. Bairros rurais do município de Limeira: estudo geográfico. Doutorado, FFLCH-USP. São Paulo, 1972

FERREIRA, Pinto. Capitais estrangeiros e dívida externa do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1965.

FRANÇA, Ary. *A marcha do café e as frentes pioneiras.* Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

FRANCO, Maria S. C. *Homens livres na ordem escravocrata.* São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 2010.

FREDERICO, Samuel. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. *Geousp – Espaço e Tempo, Revista de Pós-Graduação*, DG-FFLCH-USP, v. 21, n. 1, p. 73-101, abril. 2017.

FREITAS JR., Norton R. *O capital norte-americano e investimento no Brasil: Características e perspectivas de um relacionamento econômico (1950-1990).* Rio de Janeiro: Record, 1994.

FUJICAVA, Renato. *Geografia do extermínio e povoamento do norte do Paraná: A violência necessária na franja pioneira paulista (1930 - 1960).* Dissertação, FFLCH-USP. São Paulo, 2013.

FURTADO, Celso. *Análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Formação Econômica do Brasil.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007.

GARCIA, Ana Elisa Brito. *Contribuição para o estudo do arrendamento e da parceria agrícola no Estado de São Paulo*. Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, FFLCH-USP. São Paulo: 1972.

GAUDEMAR, Jean P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.* Lisboa: Estampa, 1977.

GAZETTA, Maria L. L. *et all*. *Itápolis: 150 anos de história. Traços Marcantes da Trajetória de Um Povo (1862-2012)*. São José do Rio Preto - SP: THS Editora, 2012.

GHIRARDELLO, Nilson. *A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900).* São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

GIANNOTTI, José A. *Certa herança marxista.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1981.

_____. *A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira.* Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996.

GROSSMANN, Henryk. *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista. Una teoría de la crisis*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

GUIMARÃES, Alberto P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço.* São Paulo: AnnaBlume, 2005.

_____. *Os limites do capital.* São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HASSE, Geraldo. *A laranja no Brasil (1500 – 1987): a história da agroindústria cítrica brasileira, dos quintais coloniais às fábricas exportadoras de suco do século XX.* São Paulo: Duprat & Iobe Propaganda, 1987.

HAUERS, Nancy. *Nossa Terra Nossas Raízes.* Itápolis-SP: Ed. Gráfica e Editora Santo Antônio, 2000.

HEGEL, Georg W F. *Ciência da Lógica. 2. A doutrina da essência.* São Paulo: Vozes, 2017

HEMPEL, Adolpho. Ensaio para a cultura da laranja e outros fructos do genero "citrus". In: *Boletim da Agricultura.* Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 5ª Série, Nº 12, pt. 1, dezembro de 1904.

HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934.* São Paulo: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Recenseamento Geral do Brasil de 1940*, Série Regional, Parte XVII, São Paulo, Tomo 03. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

ITÁPOLIS (São Paulo). *Revisão do Plano Diretor do Município de Itápolis. Apresentação do levantamento de dados sobre o Município de Itápolis.* 2017. Disponível em: http://www.itapolis.sp.gov.br/portal4/index.php/plano-diretor. Acesso: julho de 2019.

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2004.

LEAL, Victor N. *Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil.* São Paulo: Cia das Letras, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEME JUNIOR, Paes. *Breves Notícias Históricas Sobre Itápolis.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

LÊNIN, Vladimir I. *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

_____. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Coleção Os Economistas. Editora: Abril Cultural, 1982.

_____. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Imperialismo - Estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIMA, Silvio M. *Colonização e Crise: A racionalidade-irracional do capital na expansão do agrário paulista*. Mestrado, FFLCH-USP. São Paulo, 2017.

LOWY, Michel. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In:___. *Revista Outubro*, ed. 01, out. 1998, p. 73-80.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Hebert S. *História econômica e social do Estado de São Paulo, 1850-1950*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019

LUKÁCS, György. *Lênin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento.* São Paulo: Boitempo, 2012

LUXEMBURGO. Rosa. *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo.* São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio.* São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARCONDES, Renato L; OLIVEIRA, Jorge H. C. Trocando de mãos: o mercado de imóveis rurais em Ribeirão Preto (1874-1930). In:___. *Revista Economia e Sociedade*, vol. 22, nº 1, p. 263-285. Campinas-SP, abr. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência.* Expressão Popular, 2005.

MARTINS, José de S. *Capitalismo e Tradicionalismo.* São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1975.

_____. *Os camponeses e a Política no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1983.

_____. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. In:___. *Revista História* (nova série). nº 121. Universidade de São Paulo, São Paulo, agosto-dezembro de 1989.

_____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *O cativeiro da terra.* 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. *Teorias da mais-valia. História Crítica do Pensamento Econômico. Vol. I.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasiileira, 1980.

_____. *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital.* Trad. De Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O Capital: crítica da economia política: Livro II: O processo circulação do capital.* Trad. De Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *O Capital: crítica da economia política: Livro III: O processo global da produção capitalista*. Trad. De Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MELLO, Maria C. D'Incao. *O "Boia-Fria": acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1976.

MENDONÇA, Maria Luisa. *Economia política do agronegócio*. São Paulo: Annablume/PPGRI-UERJ, 2018.

MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo: Coleção Departamento de Cultura, Vol XXV, 1941.

MIROW, Kurt R. *A ditadura dos cartéis. Anatomia de um subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, Polis, 1998.

_____. A divisão regional do estado de São Paulo. In:___. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1945-1946)*. São Paulo: AGB, 1949, vol. I, p. 19-36.

MOURA, Aristóteles. *Capitais estrangeiros no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1960.

MÜLLER, Nice Lecocq. *Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo*. São Paulo: Ind. Gráf. José Magalhães, 1951.

_____. Bairros Rurais do Município de Piracicaba/SP. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, nº 43, julho de 1966, p. 83-130.

NEVES, Marcos F. *et all*. *O retrato da citricultura brasileira.* Ribeirão Preto - SP: CitrusBR, 2010.

NICHOLLS, William H; PAIVA, Ruy M. *Estrutura e produtividade da agricultura brasileira*. In: Revista Brasileira de Economia. V. 19, nº 2, 1965.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).* São Paulo: EDITORA HUCITEC, 2006.

NUNES, Ivanil. *Douradense: a agonia de uma ferrovia.* São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005.

OLIVEIRA, A. U. A apropriação da Renda da Terra pelo capital na citricultura paulista. In:___. *Revista Terra Livre, Associação de Geógrafos Brasileiros,* Ano 1, nº 1, São Paulo, 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.* São Paulo, Boitempo, 2003.

_____. *Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PACHUKANIS, Evguiéni. *Teoria geral do direito e marxismo.* São Paulo: Boitempo, 2017.

PANAGIDES, Stahis. Erradicação do Café e Diversificação da Agricultura Brasileira. In:___. *Revista Brasileira de Economia*. v. 23, nº 1, 1969.

PEREIRA DE QUEIROZ. Maria Isaura. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973a.

_____. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1973b.

PINHO NETO, D. M. "O Interregno Café Filho: 1954-1955". In:___. ABREU, M. P. (Org.) *A Ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

PITTA, Fábio T. *Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise*. Mestrado, FFLCH-USP. São Paulo, 2011.

_____. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008.* Doutorado, FFLCH-USP. São Paulo, 2016.

PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos.* São Paulo: Brasiliense, 1975.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.* São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

_____. *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *A Revolução Brasileira/A Questão Agrária no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PREBISCH, Raul. Desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In:___. *CEPAL, Boletín económico de América Latina*, vol. VII, nº 1, Santiago do Chile, 1962.

RASMUSSEN, Wayne D. *O impacto da mudança tecnológica na agricultura americana, 1862-1962*. In:___. ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de; SCHUH, G. Edward. Desenvolvimento da agricultura: estudos de casos. São Paulo: Pioneira, 1983.

RAMOS, Simone Y; MARTHA JR, Geraldo. *Evolução da política de crédito rural brasileira*. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, 2010.

RIBEIRO, Ricardo A. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA.* Doutorado, IFCH-UNICAMP, Campinas-SP, 2006.

RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. In:___. SMITH, Adam; RICARDO, David. *Coleção os Pensadores Adam Smith e Ricardo*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ROMANOVA, Z. *A expansão econômica dos Estados Unidos na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: EDUARJ/Contraponto, 2001.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SAMPAIO, Plínio. *Capitais estrangeiros e agricultura no Brasil*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1980.

SÃO PAULO, Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. *Atlas Econômico do Estado de São Paulo*, 1940.

SÃO PAULO, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. *Boletim da Superintendência dos Serviços do Café*. Ano XVII, nº 184, junho de 1942.

SILVA, Maria Ap. M. *Errantes no fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/A, 1988.

STOLCKE, V. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital, (1850-1980).* São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

TROTSKY, Leon. *1905. Resultados y perspectivas*. Paris/França: Ruedo ibérico, 1971.

_____. *História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A revolução permanente*. São Paulo: Kairóns Livraria Editora, 1985.

_____. *O imperialismo e a crise da economia mundial*. São Paulo: Editora Jose Luís Rosa Sundermann, 2008.

TRUZZI, Oswaldo; FOLLIS, F. *A ocupação dos sertões de Araraquara: das Sesmarias e Apossamentos à Lei de terras de 1850*. Sâo Carlos: Edufscar, 2012.

VEIGA, José Eli da. *O Desenvolvimento Agrícola: uma Visão Histórica*. São Paulo: Edusp, 2012.

VIANNA, Sérgio B. Política econômica externa e industrialização, 1946-1951. In:___. ABREU, M. P. (Org.) *A Ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ZAMBONI, Silvio P. *O café no norte paulista: a crise de 29 na Fazenda Dumont*. Mestrado, ESALQ-USP. Piracicaba, 1979.

Jornais

Jornal A Ordem. Itápolis-SP, Ano VI, num. 269, 19 de agosto de 1928a. Disponível em: <http://www.itapolis.sp.gov.br/itapolis01/jornaisantigos/ordem/1928-08-19/1928-08-19-p1.html>. Acesso em: Novembro, 2017.

_____. Itápolis-SP, Ano VI, num. 270, 26 de agosto de 1928b. Disponível em: <http://www.itapolis.sp.gov.br/itapolis01/jornaisantigos/ordem/1928-08-26/1928-08-26-p1.html>. Acesso em: Novembro, 2017.

_____. Itápolis-SP, Ano VI, num. 272, 9 de setembro de 1928c. Disponível em: < http://www.itapolis.sp.gov.br/itapolis01/jornaisantigos/ordem/1928-09-09/1928-09-09-p1.html>. Acesso em: Novembro, 2017.

_____. Itápolis-SP, Ano XV, num. 696, 21 de março de 1937. Disponível em: < http://www.itapolis.sp.gov.br/itapolis01/jornaisantigos/ordem/1937-03-21.pdf>. Acesso em: Novembro, 2017.

Sites

Acervo Comércio de Itápolis. Disponível em: <http://www.comerciodeitapolis.com.br/memorial/>. Acesso: Novembro, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.